

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

FUNDAMENTOS DO COMPROMISSO INTERCLASSES  
NA SOCIEDADE MODERNA

Autor: Edvaldo Fernandes da Silva

Brasília, 2015

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)**  
**Instituto de Ciências Sociais (ICS)**  
**Departamento de Sociologia (SOL)**  
**Programa de Pós-Graduação em Sociologia**

**FUNDAMENTOS DO COMPROMISSO INTERCLASSES  
NA SOCIEDADE MODERNA**



**Edvaldo Fernandes da Silva**  
Brasília, fevereiro de 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

FUNDAMENTOS DO COMPROMISSO INTERCLASSES  
NA SOCIEDADE MODERNA:  
Análise da determinação recíproca entre capitalismo e  
cidadania a partir do conflito de classes na Usiminas

Autor: Edvaldo Fernandes da Silva

Tese apresentada ao Departamento de  
Sociologia da Universidade de Brasília/UnB  
como parte dos requisitos para a obtenção do  
título de Doutor.

Brasília, 2015



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
O PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

**TESE DE DOUTORADO**

FUNDAMENTOS DO COMPROMISSO INTERCLASSES  
NA SOCIEDADE MODERNA:

Análise da determinação recíproca entre capitalismo e  
cidadania a partir do conflito de classes na Usiminas

Autor: Edvaldo Fernandes da Silva

(Orientador: Sadi Dal Rosso (UnB))

Banca: Prof. Doutor Sadi Dal Rosso (UnB)

(Prof. Doutor Roberto Vêras de Oliveira (UFPB))

(Prof. Doutor Nelson Gonçalves Gomes (UnB))

(Prof. Doutor Eurico Antonio Gonzalez Cursino dos Santos (UnB))

(Profa. Doutora Débora Messenberg Guimarães (UnB))

(Prof. Doutor Danilo Nolasco Cortes Marinho (UnB – Suplente))

*Aos trabalhadores do Vale do Aço.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a meu orientador, Sadi Dal Rosso, que muito mais que cumpriu seu papel: mostrou-se um verdadeiro mestre e amigo.

Às 78 pessoas que se dispuseram a participar de entrevistas, algumas, como José Horta de Carvalho, Geraldo dos Reis Ribeiro e Ivo da José da Silva, por mais de uma vez e por horas a fio. Ivo, inclusive, chegou a emprestar-me seu apartamento durante minhas estadas em Ipatinga.

Ao Pedro Mota Sobrinho, o Uia, que, além de conceder a entrevista, proporcionou a mim, à minha esposa e meus filhos, uma estada inesquecível em Vitória e Vila Velha.

A Tertuliano Ferreira dos Santos, herói do 7 de outubro, que, além de ceder a entrevista, recebeu-nos com tanto carinho em São Paulo.

Às pessoas que não se prontificaram a dar entrevistas – o que é compreensível no contexto de medo que ainda se percebe em Ipatinga.

À diretoria da ATAMIG, na pessoa de Edinho Ferramenta, que tanto nos apoiou logisticamente no Vale do Aço.

Aos professores Roberto Vêras de Oliveira, Nelson Gomes, Eurico Cursino, Débora Messenberg e Danilo Nolasco, que, gentilmente, concordaram em participar de minha banca.

Ao professor Marcelo Medeiros, que, por me tomar diversos fins de semana com seus exercícios infundáveis de metodologia, facilitou sobremaneira meu trabalho de campo.

Enfim, a todos os que de alguma forma me ajudaram nessa empreitada, que custou dias de sono, semanas longe de casa, inclusive durante aniversário, e, em especial, à minha amada esposa Erika, que assumiu o ônus de ler e revisar as 482 páginas do manuscrito.

*O autor.*

“Only as the work of a people is *speech* the ideal *existence of the spirit*”  
(Hegel, 1979, p. 244)

## **RESUMO**

O escopo dessa tese é, inicialmente, colocar em evidência o compromisso interclasses subjacente à expansão e ao aprofundamento de uma cidadania social-democrática, processo que estabilizou as sociedades modernas ao longo do Século XX. Em seguida, busca-se prospectar esse compromisso e desvelar os seus híbridos fundamentos e a forma como interagem. Uma vez determinado o mecanismo de estabilização das sociedades democráticas, passamos a cotejá-lo a seu homólogo que orientou a defectiva modernização brasileira. Nossa abordagem, lastreada em pesquisa de campo no Vale do Aço (MG), é uma tentativa de ampliação da teoria social de Thomas Marshall, que projeta o equacionamento do conflito de classes ínsito ao capitalismo como efeito da expansão da cidadania democrática. A partir da crítica de Ralf Dahrendorf à teoria de classes de Karl Marx, procuramos suplementar as brechas do paradigma da produção marxiano com elementos garimpados do paradigma do reconhecimento, deduzidos de Georg Hegel, Axel Honneth e Charles Taylor. Na dimensão empírica, reconstituímos o conflito de classes que emanou da sociedade industrial de Ipatinga e o regime de contenção que foi estruturado para refreá-lo. Temos que, ao longo do período analisado, 1958 a 2000, esse regime de contenção se sofisticou em função das pressões produzidas no embate entre trabalho e capital. Na conclusão, procedemos a uma análise perfunctória dos fundamentos da atual crise do sistema capitalista, à luz de nossa teoria da contenção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Chapa Ferramenta; cidadania social-democrática; compromisso interclasses, conflito de classes; industrialização; Massacre de Ipatinga; teoria da contenção.



## **ABSTRACT**

The scope of this thesis is initially to highlight the interclass compromise which underlies the expansion and deepening of the social-democratic citizenship, a process that stabilized modern societies throughout the twentieth century. Next, we analyze this compromise in order to unveil its hybrid foundations and to learn how they interact. Once the stabilization mechanism of democratic societies is understood, we collate it to its counterpart, which guided the defective Brazilian modernization. Our approach, backed by field research in the Steel Valley (Minas Gerais, Brazil), is an attempt to expand Thomas Marshall's social theory, which presents the class conflict inherent in capitalism counterbalanced by the expansion of democratic citizenship. Setting off from Ralf Dahrendorf's critique of Karl Marx's class theory, we seek to fulfill the gaps of the Marxian production paradigm with elements of the recognition paradigm, which were derived from Georg Hegel, Axel Honneth and Charles Taylor. In the empirical dimension, we reconstitute the class conflict that emanated from the industrial society in Ipatinga (Minas Gerais, Brazil) and the containment system that was forged to clamp it down. We contend that the containment regime became more sophisticated, over the focused period (from 1958 to 2000), due to the pressures produced in the struggle between labor and capital. In conclusion, we carried out a succinct analysis of the foundations of the current crisis of the capitalist system, in light of our theory of containment.

**KEYWORDS:** "Chapa Ferramenta"; social democratic citizenship; interclass compromise; class conflict; industrialization; Ipatinga massacre; containment theory.



## RÉSUMÉ

Le but de cette thèse est d'abord de mettre en évidence le compromis interclasse qui sous-tend l'expansion et l'amélioration de la citoyenneté sociale-démocratique, un processus qui stabilise les sociétés modernes au long du XXe siècle. Ensuite, nous analysons ce compromis afin de dévoiler ses fondations hybrides et d'apprendre comment ils interagissent. Une fois que le mécanisme de stabilisation des sociétés démocratiques est compris, nous rassemblons à son homologue, qui a guidé la défectueuse modernisation brésilienne. Notre approche, soutenue par la recherche de terrain dans la vallée de l'acier (Minas Gerais, Brésil), est une tentative d'élargir Thomas Marshall's théorie sociale, qui présente le conflit de classe inhérent dans le capitalisme contrebalancé par l'expansion de la citoyenneté démocratique. Au départ de la critique de Ralf Dahrendorf de la théorie de classe de Karl Marx, nous cherchons à remplir les lacunes du paradigme marxiste de production avec des éléments du paradigme de reconnaissance, qui ont été déduits de Georg Hegel, Axel Honneth et Charles Taylor. Dans la dimension empirique, nous reconstituons le conflit de classe qui émanait de la société industrielle à Ipatinga (Minas Gerais, Brésil) et le système de contention qui a été forgé pour le maîtriser. Nous soutenons que le régime de contention est devenue plus sophistiquée, sur la période ciblée (1958-2000), en raison des pressions produites dans la lutte entre le travail et le capital. En conclusion, nous avons effectué une analyse concise des fondements de la crise actuelle du système capitaliste, à la lumière de notre théorie de contenue.

**MOTS-CLÉS:** "Chapa Ferramenta"; citoyenneté social-démocratique; interclasse compromis; conflit de classe; industrialisation; Massacre de Ipatinga; théorie de contention.



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>18</b>
I. CONFLITOS DE CLASSE COMO MOTOR DO CAPITALISMO .....	18
II. OS FUNDAMENTOS DA CRISE DA SOCIEDADE CAPITALISTA MODERNA.....	19
III. A CRÍTICA DE DAHRENDORF À TEORIA DE CLASSES MARXISTA .....	20
IV. A ÉTICA DO CONFLITO E O CONFLITO DA ÉTICA .....	22
V. A CISIÃO ENTRE CLASSE E <i>STATUS</i> POR MEIO DA EXPANSÃO DA CIDADANIA .....	27
VI. O ENFRAQUECIMENTO DA CORRELAÇÃO ENTRE CIDADANIA E ESTRUTURA DE CLASSES .....	30
VII. A CIDADANIA ENTRE O LIBERALISMO E O MULTICULTURALISMO .....	33
VIII. CONTORNOS TEÓRICOS DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	38
IX. PROBLEMA DE PESQUISA: FORMULAÇÃO PRELIMINAR .....	40
X. FUNDAMENTOS METODOLÓGICOS .....	40
x.i. <i>É possível observar?</i> .....	41
x.ii. <i>O que observar?</i> .....	42
XI. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	47
XII. ESTRUTURA DA TESE .....	52
<b>PARTE 1. CONFLITO DE CLASSE E CIDADANIA</b> .....	<b>54</b>
1. CAPITALISMO INDUSTRIAL E CONFLITO DE CLASSES EM MARX .....	54
2. CAPITALISMO INDUSTRIAL E CONFLITO DE CLASSES EM DAHRENDORF .....	57
3. A VARIÁVEL OMITIDA EM MARX E EM DAHRENDORF .....	65
4. CIDADANIA E CONFLITO DE CLASSES EM THOMAS MARSHALL.....	69
5. A INTERFACE MODERNA ENTRE A ÉTICA E O INTERESSE .....	73
6. A DISPUTA ENTRE MODELOS DE MODERNIZAÇÃO NAS GRANDES GUERRAS .....	79
7. A DISPUTA ENTRE MODELOS DE MODERNIZAÇÃO NA GUERRA FRIA.....	84
8. TEORIAS DA MODERNIZAÇÃO <i>VERSUS</i> TEORIAS DA DEPENDÊNCIA .....	88
9. A TEORIA DAS TRÊS VIAS DE MODERNIZAÇÃO, DE BARRINGTON MOORE .....	91
10. VIAS DE MODERNIZAÇÃO E REGIMES DE CONTENÇÃO DO CONFLITO DE CLASSES.....	93
<b>PARTE 2. TEORIA DA CONTENÇÃO</b> .....	<b>98</b>
11. FORMULAÇÃO DEFINITIVA DO PROBLEMA DE PESQUISA .....	98
12. CLASSE E <i>STATUS</i> .....	102
13. O DUALISMO ORDEM ECONÔMICA – ORDEM DE <i>STATUS</i> .....	117
13.i. <i>O dualismo ordem econômica – ordem de status em Durkheim</i> .....	118
13.ii. <i>O dualismo ordem de status – ordem econômica em Maine e Tönnies</i> .....	120
13.iii. <i>O dualismo entre ordem de status e ordem econômica em Weber</i> .....	122
13.iv. <i>O dualismo entre ordem de status e ordem econômica em Habermas</i> .....	127
13.v. <i>A subsunção recíproca entre ordem econômica e ordem de status</i> .....	129
14. A SOCIEDADE MODERNA ENTRE O CONFLITO E O COMPROMISSO .....	131
15. A INVENÇÃO DA CIDADANIA SOCIAL-DEMOCRÁTICA .....	138
16. O CONCEITO DE DETERMINAÇÃO RECÍPROCA ( <i>WECHSELWIRKUNG</i> ).....	157
17. A MATRIZ HEGELIANA DA TEORIA DO CONFLITO .....	161

18.	A DIMENSÃO ÉTICA DOS CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS EM HONNETH .....	176
19.	O CONFLITO DE CLASSE ENTRE O INTERESSE E O <i>STATUS</i> .....	181
20.	A ESTRUTURA DE CLASSES DILUÍDA NA CIDADANIA .....	186
21.	A ABOLIÇÃO SIMBÓLICA DA PROPRIEDADE PRIVADA .....	189
22.	SINAIS DE ESGOTAMENTO DA CIDADANIA MODERNA .....	196
<b>PARTE 3. REGIMES DE CONTENÇÃO NO BRASIL .....</b>		<b>203</b>
23.	REGIME DE CONTENÇÃO LIBERAL-AUTORITÁRIO (1888-1936) .....	203
24.	REGIME DE CONTENÇÃO DESENVOLVIMENTISTA-AUTORITÁRIO .....	218
25.	REGIME DE CONTENÇÃO ASSISTENCIALISTA-DEMOCRÁTICO .....	243
26.	A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA BRASILEIRA .....	259
27.	A INCORPORAÇÃO DA MINERAÇÃO NACIONAL PELO CAPITAL ESTRANGEIRO.....	262
28.	NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO E ARRANCADA INDUSTRIAL NOS ANOS 30 .....	264
<b>PARTE 4. REGIME DE CONTENÇÃO EM IPATINGA .....</b>		<b>271</b>
29.	MODERNIZAÇÃO DESVIANTE NO VALE DO AÇO.....	271
30.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	272
31.	O CONFLITO ECONÔMICO-FEDERATIVO QUE PRODUZIU A USIMINAS .....	279
32.	A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL DE IPATINGA .....	290
33.	DA TEORIA DA IMOBILIZAÇÃO À TEORIA DA CONTENÇÃO .....	309
34.	O <i>SOFT POWER</i> DA SOCIEDADE INDUSTRIAL TÍPICA .....	326
35.	OS FUNDAMENTOS ESTRUTURAIS DO <i>SOFT POWER</i> .....	328
36.	ORDEM ECONÔMICA MODERNO, ORDEM DE <i>STATUS</i> ARCAICA .....	337
37.	A TRÉGUA MANTIDA POR MEIO VIOLÊNCIA.....	339
38.	A EMERGÊNCIA DO ANTAGONISMO DE CLASSE EM IPATINGA .....	348
39.	O ANTAGONISMO DE CLASSES DA USIMINAS EM CONTEXTO .....	360
40.	O MASSACRE DE IPATINGA.....	363
41.	O SILÊNCIO DE IPATINGA .....	420
42.	O JULGAMENTO DOS AUTORES DO MASSACRE .....	432
43.	A CHAPA FERRAMENTA E O FIM DO SILÊNCIO DE IPATINGA .....	437
<b>CONCLUSÃO .....</b>		<b>450</b>
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....</b>		<b>456</b>
<b>RELAÇÃO DE ENTREVISTAS .....</b>		<b>476</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS .....</b>		<b>482</b>
<b>RELAÇÃO DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>		<b>483</b>

## INTRODUÇÃO

### *i.* Conflitos de classe como motor do capitalismo

Esta tese de doutorado apresenta os conflitos de classe como condição necessária para o desenvolvimento socioeconômico e estabilização da sociedade capitalista.

Na contramão dos prognósticos de Marx, os conflitos de classe – em vez de exaurir – impulsionaram e aperfeiçoaram o capitalismo, sobretudo ao longo do Século XX.

Claramente, os efeitos desestabilizadores da diferenciação social em termos de classes foram compensados pela equalização resultante do avanço da cidadania, como indicou Thomas Marshall em meados do século passado (MARSHALL, 1973 [1950]).

Marshall mostrou como a modernização da Inglaterra aperfeiçoou-se a partir da inusitada convergência entre dois princípios igualmente baseados em ideais, crenças e valores, mas opostos entre si: de um lado, o *iníquo* sistema capitalista de classes; de outro, o *equitativo* sistema de cidadania.

How is it that these two opposing principles could grow and flourish side by side in the same soil? What made it possible for them to be reconciled with one another and become, for a time at least, allies, instead of antagonists? (MARSHALL, 1992, p. 18.)<sup>1</sup>.

Para Marshall, esse fenômeno evidencia que a ordem social moderna assenta-se sobre um compromisso que “não é ditado pela lógica” (MARSHALL, *op. cit.*, p. 49). Todavia, o sociólogo inglês não se propõe a deslindar as bases desse compromisso.

Podemos inferir que esse compromisso é selado, *factualmente*, entre trabalhadores e capitalistas, e produz, como resultado prático, o apaziguamento do conflito de classes.

---

<sup>1</sup> “Como assim que esses dois princípios opostos puderam crescer e florescer lado a lado no mesmo solo? O que possibilitou que se reconciliassem um com o outro e se tornassem – por determinado tempo ao menos – aliados em vez de antagonistas?” (tradução nossa).

## **ii. Os fundamentos da crise da sociedade capitalista moderna**

De todo modo, na percepção de Marshall, esse compromisso, que fundamenta a regulação recíproca entre cidadania e estrutura de classes e assegurara coesão social à ordem capitalista, começava a ser solapado pela emergência de novos e agudos conflitos sociais já no final dos anos 50.

O desafio que se colocava para o analista social diante do risco de ruptura do compromisso interclasses era desvendar a “natureza profunda” desses novos conflitos.

Há duas explicações plausíveis para a crise de ordem vislumbrada por Marshall. A primeira é que o equilíbrio entre cidadania e estrutura de classes interclasses começou a romper-se porque o compromisso em que se assentava deixou de ser executado de forma adequada. A segunda é que o compromisso exauriu-se, na medida em que neutralizou completa e definitivamente o potencial disruptivo da estrutura de classes, de forma que secou a fonte de energia que animava todo o sistema de controle recíproco.

Portanto, ou essa crise de ordem desafiava a atualização do antigo compromisso interclasses ou comprovava seu irremediável esgotamento e a necessidade de um novo concerto.

Além disso, se o conflito de classes de fato exercia uma função reguladora do capitalismo, seu enfraquecimento, em vez de significar a acomodação da ordem social, significa risco de implosão da ordem econômica.

Aparentemente, a crise de ordem sinalizava que a cidadania, pelo menos como reguladora do conflito interclasses, não tinha capacidade para compensar, indefinidamente, as pretensões frustradas pelo sistema econômico.

Se essa hipótese estiver correta, a cidadania que até então se assentava, fundamentalmente, em um compromisso interclasses e que assegurava a regulação da distribuição interclasses de bens econômicos e simbólicos contra a lógica do mercado, teria que ser atualizada, exercer essa função reguladora *vis-à-vis* outras clivagens sociais emergentes.

Nesta tese, referendamos, em termos gerais, a análise de Marshall, mas propomos a aprofundá-la, para enfrentar esta questão fundamental que ficou sem

resposta: por que a regulação recíproca entre regime de cidadania e o sistema econômico desigual começou a falhar, sobretudo a partir da segunda metade do Século XX?

O deslindamento dessa questão implica o refinamento da teoria de Marshall, para evidenciar as bases e o alcance do compromisso que subjaz a sociedade capitalista moderna.

### **iii. A crítica de Dahrendorf à teoria de classes marxista**

Inicialmente, recapitulamos a crítica de Ralf Dahrendorf à teoria de classes de Marx, assunto que retomamos no capítulo 2. Dahrendorf tenta explicar, porque a luta de classes não desencadeou a ruptura da ordem capitalista, conforme o prognóstico do paradigma da produção marxiano, um problema teórico que intercepta o que Marshall deixou em aberto.

Dahrendorf avalia que Marx acerta quando postula que a sociedade capitalista se transforma em função de conflitos sociais. Por isso, empresta de seu predecessor alemão as coordenadas analíticas do método dialético.

Os conflitos que conformam dinamicamente a sociedade, inclusive os de classes, para Dahrendorf, não teriam uma motivação final econômica, como Marx conjecturara, mas política, porque a rigor os atores sociais não disputam bens econômicos, mas poder.

Mostra, contudo, que os conflitos que nortearam a análise de Marx, travados entre burgueses, de um lado, e proletários, de outro, foram amortecidos no decorrer do Século XX. Dessa forma, seguem uma lógica diferente da prevista no paradigma da produção.

Dahrendorf se propõe, então, a identificar o princípio ativo do conflito de classes e, em seguida, demonstrar que esse princípio extrapolou a estrutura de classes na sociedade capitalista pós-industrial, porque, ao contrário do que Marx imaginava, não emergia de pretensões materiais resistidas.

Para o autor de *O capital*, o pomo da discórdia da sociedade capitalista consistia na apropriação sistemática, por parte da burguesia, de parcela do valor do trabalho realizado pelo proletariado, a chamada mais-valia.

Esse regime de distribuição assimétrica dos resultados da produção capitalista, na visão de Marx, fundava-se no princípio da propriedade privada. Seria a titularidade dos meios de produção o suporte fático para a extração da mais-valia.

A concorrência entre capitalistas levaria à progressiva concentração de riqueza na burguesia às custas da crescente pressão sobre os salários e empobrecimento proletário, o que tenderia a esgarçar o antagonismo entre burguesia e proletariado.

O choque de interesses entre burguesia e proletariado, cada vez mais violento, produziria a energia necessária à ruptura inexorável do modo de produção capitalista, com a abolição definitiva da propriedade dos meios de produção.

A remoção da base fática da mais-valia, com equalização da distribuição da produção, corresponderia ao esgotamento da fonte de energia do conflito de classes e selaria um futuro de paz e harmonia.

Dahrendorf lembra que a teoria marxiana foi contraditada pelos fatos. Já no final dos anos 50 do século passado, quando publicou *Class and Class Conflict in Industrial Society* (1959), vê a sociedade capitalista com menos matizes de classe e o velho antagonismo entre burguesia e proletariado em arrefecimento.

Para Dahrendorf, o que explica o descompasso entre as previsões de Marx e o desenvolvimento histórico do capitalismo não é a regulação da distribuição dos resultados da produção promovida pela democratização da política nas décadas anteriores, mas a democratização da política em si.

A democracia, nessa chave teórica, estabilizou a sociedade capitalista na medida em que redistribuiu poder político entre seus membros e pôs fim às assimetrias resistidas. Quando a posição de classe deixa de ser relevante para a determinação do quinhão de poder político, o conflito de classes reflui e a ordem social se estabiliza.

A teoria marxiana não atribui relevância causal ao sistema político porque o assimila como mero conseqüência do sistema econômico. Dahrendorf, grosso modo, inverte o sentido dessa relação de causalidade. O que estaria por trás das grandes mudanças sociais seriam conflitos motivados por pretensões de poder, e não conflitos motivados por pretensões econômicas.

A correlação entre assimetria do sistema político e assimetria do sistema econômico no contexto do capitalismo no Século XIX, tomada por Marx como lei geral, seria apenas circunstancial.

A luta de classes nas sociedades industriais típicas promoveu, no período posterior, o avanço da democracia. Essa redistribuição de poder político entre burguesia e proletariado, impulsionada pelo conflito interclasses, não foi antecedida por uma redistribuição proporcional de poder econômico, segundo a lógica da teoria marxiana.

Esse descolamento entre a variável econômica e a variável política no processo de transformação social desencadeado pelo conflito de classes acaba por revelar que segunda variável tem, no mínimo, autonomia relativa diante da primeira.

Além disso, com emergência da democracia, a posição de classe deixou de ser um fator de poder político, o que explicaria o esvaziamento do conflito de classes, processo revolucionário por trás das grandes mudanças estruturais por que passou a sociedade capitalista até então.

A sociedade capitalista pós-industrial, que surge no novo cenário, é caracterizada e impulsionada por uma multiplicidade de conflitos políticos, que tendem a regular a distribuição de poder político em diversas instâncias sociais. A estrutura de classe, até então bifurcada, diferencia-se, com ofuscamento do antagonismo capital-trabalho. O conflito de classes deixa de ser fator de mudança social hegemônico.

Em *Reflexões sobre a revolução na Europa*, publicado originalmente em 1990, em linha com suas premissas teóricas do final dos anos 50, Dahrendorf concluiu que “o conflito de classes foi transformado em mobilidade social individual” (DAHRENDORF, 1993, p. 60) e que o socialismo, “em todas as suas variantes”, estava “inequivocamente” “morto” (*op. cit.*, p. 47).

#### **iv. A ética do conflito e o conflito da ética**

Em nossa perspectiva, a longevidade da coesão da ordem capitalista contra os prognósticos marxianos não é uma simples questão de redistribuição de poder. Para nós, porém, é tautologia sustentar que o conflito de classes e os conflitos sociais em geral apresentam motivação política. Os agentes sociais, organizados em classe ou não,

litigam normalmente para ampliar seu poder político relativo, por meio do qual poderão realizar suas pretensões mais profundas.

Sem dúvida, a progressiva normatização do contrato de trabalho e a emergência de partidos trabalhistas, processos inerentes à expansão da cidadania, implicaram absorção parcial do clássico conflito de classes caracterizado por greves e outros movimentos de resistência direta pelo conflito de classes, que foi progressivamente canalizado para a esfera política institucional.

Entretanto, dessa mutação estrutural apenas não podemos extrair – como faz Dahrendorf – o amortecimento do conflito de classes, a insignificância do componente motivacional de caráter econômico desse conflito e a sobreposição do mercado pela política como variável determinante das grandes transformações sociais.

Dahrendorf consegue demonstrar, com muita acuidade, a insuficiência do conflito de classes para explicar as mudanças estruturais da sociedade capitalista. Contudo, não consegue retificar a teoria de classes marxiana para alcançar as causas profundas das mudanças estruturais da sociedade.

A teoria do sociólogo de Hamburgo está em linha com a de Thomas Hobbes no que reduz os fatores da conduta humana ao poder. Em *O Leviatã*, a paixão por riquezas, paixão por saber e a paixão por honra se subsomem na paixão de todas a mais urgente: a paixão pelo poder (HOBBS, 2006, p. 62). Conformemente, a ordem social constitui-se para anular conflitos travados entre sujeitos ávidos de poder.

Para Hobbes, apenas o medo da morte violenta está acima do desejo de poder. É somente diante da iminência da morte violenta, no quadro de uma guerra de todos contra todos, desencadeada por pretensões de poder ilimitadas e incompatíveis entre si, que os sujeitos aceitam a constituição do Estado, o regulador soberano do exercício do poder.

A análise marxiana incide sobre a luta interclasses por posições de poder orientada por objetivos finais de natureza econômica. Dahrendorf, porém, inspirado em Hobbes, nega-se a aprofundar aos objetivos finais dos atores. Como parte da premissa de que todas as paixões se subsomem ao poder, bastaria compreender como se estruturam os conflitos motivados pela sede de poder, ainda que o poder seja um objetivo instrumental.

Dahrendorf, portanto, detecta o erro na teoria marxiana na especificação dos interesses finais que motivam os conflitos políticos que pressionam as estruturas da sociedade. Contudo, em vez de especificar adequadamente esses interesses, abre mão de prospectá-los e se contenta com uma teoria superficial, que retrocede ao clássico modelo hobbesiano.

Nesta tese, procuramos resolver o problema que Dahrendorf evitou. Quais são, afinal, os conflitos com potencial de redefinir a estrutura da sociedade capitalista? E quais as motivações que impulsionam os sujeitos nesses conflitos?

Para responder essa questão, partimos da teoria de classes de Marx, que sinaliza que na sociedade capitalista o conflito de classes é uma amostra adequada dos conflitos motivadores de mudanças estruturais. Logo, assumimos, com os fundamentos teóricos que serão detalhados na primeira parte desta tese, que da dissecação do conflito de classes deduzem-se os elementos “morfológicos” e “fisiológicos” fundamentais da sociedade capitalista moderna.

Com a especificação desses elementos, descobrimos quais são as bases do compromisso referido por Marshall, que “não é ditado pela lógica” e em que se assenta a ordem social moderna. Essa espreitada nos conduzirá, ao final, a uma teoria da modernização regulada por conflitos em torno do regime de cidadania.

Como Dahrendorf, consideramos que a teoria de classes de Marx é imperfeita. Contudo, em vez de simplesmente redefinir a relação de causalidade entre interesses políticos e interesses econômicos na composição do conflito de classes, como faz o sociólogo de Hamburgo, suplementamos a especificação dos interesses que determinam esse conflito.

Ao defender que a “paixão por riquezas”, “a paixão pelo saber” e a “paixão por honra” se subsomem à “paixão por poder”, porque a motivação imediata dos conflitos que tensionam a ordem social seria “a paixão por poder”, Hobbes deixa subentendido que o elemento teleológico da ação humana constitutiva desses processos seria de ordem econômico-racional (vontade de riquezas), de ordem especulativo-racional (vontade de conhecimento) e de ordem ético-afetiva (vontade de honra).

O modelo de Marx opera apenas com a “paixão por riquezas” como elemento teleológico da ação humana. Consideramos que, na esteira da teoria

hobbesiana, seria necessário repor a “paixão por honra”, o elemento ético-afetivo, na teoria de classes marxiano<sup>2</sup>.

Se a paixão por riquezas condensa-se na estrutura de classes, a paixão por honra condensa-se na ordem de *status*, que, nesta tese e no contexto de sociedades contemporâneas de substrato republicano, refere-se à eficácia concreta do conjunto de normas jurídicas que configuram o regime de cidadania, tanto na esfera pública como no mundo da vida no sentido de Jürgen Habermas.

Trata-se de um tipo ideal, no sentido de Max Weber, que corresponde à dimensão normativa da cultura que rege o valor ético de cada indivíduo na comunidade em que se insere.

Nas sociedades contemporâneas de perfil republicano, ainda que não democráticas, a forma como a comunidade política regula e distribui reconhecimento entre seus membros é dada pelo regime de cidadania, que exerce papel relevante na regulação da ordem econômica.

A expansão da cidadania inegavelmente melhora a posição relativa do trabalhador na estrutura de classes capitalista. Contudo, em nosso modelo teórico, essa função econômica da cidadania é uma externalidade sua típica, de caráter ético, que é definir a identidade, os graus de liberdade e os graus de isonomia *erga omnes* do cidadão.

Ao passo que a estrutura de classes define a posição do indivíduo na ordem econômica, o regime de cidadania define sua posição na ordem de *status*.

No nível econômico-estrutural, o capitalismo democrático é disruptivo na medida em que implica a divisão e o escalonamento da sociedade por meio da constituição das classes. No nível político-superestrutural, porém, é agregador, na medida em que promove o nivelamento da sociedade por meio da universalização de uma cidadania de escopo nacional.

A moderna sociedade capitalista democrática configura-se, assim, a partir de uma inexorável contradição entre, de um lado, sua dimensão estrutural ou institucional

---

<sup>2</sup> O elemento especulativo-racional (“paixão pelo saber”) aparentemente responde menos pelo extraordinário avanço da ciência e da tecnologia, característico da moderna sociedade capitalista, que o elemento econômico-racional (vontade de riquezas). Por esse motivo, não terá especial relevância analítica em nosso modelo teórico.

e, de outro, sua dimensão superestrutural ou normativa. A força desse modelo de sociedade está em aperfeiçoar-se nessa contradição.

O horizonte de conquistas na sociedade capitalista típica, grosso modo, não transcendia a estrutura de classes existente. Contudo, dessa delimitação não se pode concluir que o que está em jogo no conflito de classes são apenas interesses econômicos.

A cidadania implica a equivalência dos sujeitos diante da jurisdição do Estado e garantias contra a exacerbação da desigualdade econômica, que pudesse deslocar a base da pirâmide de classes abaixo do patamar mínimo de dignidade. O acertamento desse patamar sempre configurou, nos países modernos, o principal *front* da luta de classes.

Logo, os bens econômicos em disputa no conflito de classes se imbuíam de sentido ético, porque sua distribuição sinalizava uma medida de reconhecimento universal, no que determinava concretamente o alcance do princípio da dignidade humana.

Operamos nesta tese com o conceito de dignidade humana no sentido de valor ético da pessoa, independente de variáveis que não lhe sejam inerentes, sobretudo, a posição de classe.

Todos os membros de determinada sociedade são iguais em termos de dignidade, nesse sentido, porque se equivalem em termos do valor ético consubstanciado na cidadania juridicamente estabelecida pela sociedade.

É possível, assim, deduzir o conteúdo da dignidade do escopo de proteção que a cidadania assegura contra o mercado ou, em outras palavras, das desigualdades toleradas em uma sociedade moderna capitalista.

Depreendemos da calibragem da cidadania – fenômeno que é, basicamente, função do embate concreto entre o trabalho e o capital e, em menor grau, de conflitos entre países pobres e países ricos, de conflitos de gênero, de conflitos étnicos, entre outros – o grau de cidadania vigente (BOTTOMORE, 1992, p. 89).

O conflito de classes, na sociedade capitalista típica, define o regime de cidadania, que denota, empiricamente, o conteúdo da dignidade e o *status* de que decorre a isonomia ético-jurídica entre membros da moderna sociedade capitalista.

A longevidade do capitalismo explica-se pela efetividade do sistema de compensação recíproca entre luta de classes e calibragem da cidadania que configura o modelo de modernização adotado, sobretudo, pelas clássicas economias de mercado a partir da experiência inglesa.

Além do poder estabilizador que decorre dos ganhos econômicos que proporciona às classes subalternas, o regime de cidadania efetiva o princípio de equiparação de *status* entre os cidadãos.

A sua força coercitiva *vis-à-vis* o conflito de classes está menos em seu potencial redistributivo do que na legitimação do sistema capitalista que dele decorre, por meio da conformação de ordem de *status* equitativa.

#### **v. A cisão entre classe e status por meio da expansão da cidadania**

O Estado liberal, que sustentava a sociedade em que a burguesia monopolizava riqueza e prestígio, não foi suplantado por um processo aleatório de racionalização, mas pela insurgência proletária como classe organizada.

No Estado Liberal típico, a cidadania se constituiu como reguladora de relações tipicamente burguesas. Esse primeiro regime de cidadania regulava, basicamente, as relações de direito civil entre proprietários e entre eles e o Estado, segundo o princípio da paridade de *status* (honra) e de poder político entre os cidadãos. A sociedade do Antigo Regime, escalonada por títulos, estava definitivamente superada.

O princípio da neutralidade da ordem jurídica frente ao mercado (*laissez-faire*), que caracterizava o Estado Liberal, refletia o império do capital, que regulava a sociedade como um todo, inclusive a sua ordem de *status*.

A força do mercado e a debilidade do princípio da dignidade humana nesse estágio expressavam-se na imperatividade da estrutura de classes como definidora quase incontestável do regime liberal de reconhecimento, o que fica claro, por exemplo, no voto censitário.

A sonegação de reconhecimento ao proletariado era pressuposto do capitalismo liberal, que quebrava a sociedade em duas classes, e condenava uma delas a trabalhar para enriquecer e a prestigiar a outra.

A cidadania era função da riqueza e a ordem de *status*, uma sombra da ordem econômica. Logo, todos os valores importantes para os indivíduos estavam indexados à sua posição de classe. Assim, a ordem de *status* segregacionista impulsionava o proletariado a se organizar para destruir o capitalismo a partir da estrutura de classes nele fundamentada.

O Estado Liberal não logrou estabilizar a sociedade. Ao contrário, era fator de instabilidade constante. Projeção política e jurídica da hegemonia econômica burguesa, tornou-se catalisador e alvo principal do conflito de classes.

O potencial desestabilizador do regime exclusivo de reconhecimento congênito ao Estado Liberal tornava insuportável a exclusão econômica característica do capitalismo.

A hipertrofia do mercado no Estado Liberal implicou riscos à subsistência da humanidade, como ficou claro após a eclosão da guerra mundial de 31 anos (HOBBSAWM, 2003, p. 30).

Devido ao recrudescimento da luta operária, a burguesia teve que aceitar a instituição de uma nova concepção de cidadania, em que as distinções determinadas economicamente são menos importantes que a dignidade inerente às pessoas – o contrário do que implicava a ordem liberal.

Produto da luta de classes, o segundo regime de cidadania universalizou os direitos civis e assegurou a paridade de *status* e poder político, independentemente da posição de classe. Além disso, introduziu um princípio de equidade econômica para moderar, a favor do proletariado, o sistema de retribuição do mercado e assegurar um padrão de vida digno aos hipossuficientes em geral.

O princípio da dignidade humana, debilitado no contexto do Estado liberal, emergiu como ponto de equilíbrio da tensão entre cidadania e capitalismo. Essa mutação implicou o estabelecimento de uma ordem de *status* democrática, com nivelamento entre proletariado e burguesia na superestrutura normativa estatal.

Nessa nova configuração da realidade social, a posição de classe deixa de estruturar, de forma incontestável, a ordem de *status*. Não é mais o mercado que determina, por si só, o grau de reconhecimento dos indivíduos.

Por consequência, a destruição do modo de produção capitalista deixou de ser *conditio sine qua non* para que proletários conquistassem reconhecimento. Para ser reconhecido, nessa nova sociedade, não era preciso ser rico ou pertencer à classe capitalista: bastava ostentar a condição de ser humano.

Paradoxalmente, a cidadania democrática, uma conquista da classe operária contra a burguesia, afastou o vaticínio marxiano que rondava o capitalismo. Regulada pela cidadania democrática, a sociedade capitalista consegue amenizar suas contradições, como a estrutura de classes vertical.

O Estado, que na era da cidadania liberal, restritiva, impulsionava e propalava a verticalização da estrutura das classes, passou na era democrática a temperá-la e a camuflá-la.

O novo paradigma implicou restrições institucionais ao funcionamento do mercado. Sob a cidadania democrática, o Estado se desvinculou do poder econômico da burguesia.

Nesse novo patamar, acima das classes, mas debaixo do controle da sociedade, o Estado passa de tutor a regulador do mercado. O desalinhamento entre mercado e política, ainda que relativo, emprestou legitimidade à ordem de *status* igualitária. Tornou-se hegemônica a crença de que, invertida a relação de subordinação entre mercado e Estado, a sociedade de reconhecimento igualitário se viabilizaria.

A cidadania democrática passou a delimitar uma esfera ética em contraposição à esfera econômica e impôs a derrogação do princípio da neutralidade da ordem jurídica frente ao mercado pelo princípio da neutralidade relativa do mercado frente à ordem jurídica.

Na medida em que o artifício da cidadania projeta um regime de reconhecimento que compensa a distinção econômica entre proletariado e burguesia, a sociedade capitalista se consolida.

## vi. O enfraquecimento da correlação entre cidadania e estrutura de classes

A modernização projetou-se como processo regulado por conflitos de classe em torno do regime de cidadania, variável complexa, que, articulada como medida de poder, condensa em si satisfação parcial à pretensão geral de riqueza e satisfação geral à pretensão de honra .

A modernização capitalista social-democrática, orientada pelo artifício da cidadania, firmou-se como *benchmarking* universal. Passou a prevalecer como a melhor solução para otimizar o *trade-off* entre eficiência e equidade e para, simultaneamente, minimizar o conflito de classes e maximizar a expansão do capitalismo.

Esse desdobramento, que contraria a teoria de classes marxista, revela a eficácia do segundo regime de cidadania para compensar as principais pretensões proletárias.

Contudo, logo após a Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo em que crescia o movimento de universalização da modernização capitalista democrática no bloco de países liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), o paradigma apresentava sinais de esgotamento na Inglaterra, seu berço histórico.

À medida que se consumavam as pretensões deduzidas pelo proletariado diante da burguesia, a estrutura de classes se diluía, obliterava-se o antagonismo capital e trabalho.

A ordem social assegurava, contra a estrutura de classes, paridade de *status*, paridade política e mais oportunidades na economia (*life chances*). Com isso, apaziguou, consideravelmente, o conflito de classes.

A crise, anunciada por Marshall no final dos anos 50, sinalizava o descolamento entre cidadania e conflito de classes. O segundo regime de cidadania mostrava-se insuficiente para compensar conflitos gerados fora da estrutura de classes.

O motor das profundas transformações sociais correlatas à expansão da cidadania – o conflito de classes – foi minado pelas próprias conquistas. Forças até então pouco relevantes na conformação da cidadania, passaram a impactá-la de forma cada vez mais forte.

Tom Bottomore (1992, p. 89), que em balanço da teoria de Marshall 40 anos mais tarde, concluiu que o conflito de classes seguia como fator preponderante na calibragem da cidadania:

Within this general opposition of different interests and values the conflict between classes and class-based parties still plays a leading role as a principal source of policies intended to limit or extend the scope of human rights, and in particular the degree of collective provision to meet what are defined as the basic needs of all members of a society of various stages in its development (*Ibid.*)<sup>3</sup>.

Entretanto, para nós, atualmente o conflito de classes compartilha o papel de determinante do regime de cidadania com a luta por reconhecimento – conflitos de diversas matizes que se orientam pela defesa de identidades culturais socialmente ameaçadas ou oprimidas.

O compromisso referido por Marshall deve ser compreendido como concertação política entre burguesia e operariado em torno de uma ordem social que se equilibra entre economia de mercado e a maximização da paridade interclasses, que deve, simultaneamente, garantir equidade de *status* e minimizar a desigualdade econômica ao mínimo necessário ao funcionamento do capitalismo.

Dessa forma, a moderna sociedade capitalista se caracteriza como a organização social que pressupõe uma ordem de *status* igualitária e confina a diferença entre os cidadãos à dimensão econômica e, ao mesmo tempo, regula politicamente essa diferença ao mínimo necessário à existência do mercado.

O compromisso que estruturava a moderna sociedade capitalista exauriu-se com o aperfeiçoamento do segundo regime de cidadania, porque a equiparação genérica entre os cidadãos na dimensão de *status*, articulada fundamentalmente para neutralizar a pressão em sentido contrário gerada na estrutura de classe, mostrou-se insuficiente para suprir pretensões sem correlação com o mercado.

---

<sup>3</sup> “Dentro dessa oposição geral de diferentes interesses e valores, o conflito entre classes ou entre os partidos que as representam ainda desempenha papel mais importante como fonte primordial das políticas formuladas para limitar ou ampliar o escopo dos direitos humanos, e em particular o grau de provisões públicas para alcançar o que for definido como necessidades básicas de todos os membros de uma sociedade em seus vários estágios de desenvolvimento” (tradução nossa).

A consolidação da moderna sociedade capitalista, democrática e industrial, aperfeiçoou o mecanismo de regulação recíproca entre o conflito de classes e o regime de cidadania. À medida que, porém, o conflito de classes refluía, sobressaíam pretensões de acento extraeconômico até então ofuscadas, negligenciadas e reprimidas.

A nova conjuntura levou à emergência do terceiro regime de cidadania, mais complexo e plástico. Além de regular e manter latente o conflito de classes, a nova cidadania busca a satisfação de pretensões que não se reproduzem na estrutura de classes, em especial, as multiculturalistas.

John Rawls fornece algumas chaves teóricas que ajudam a elucidar o mecanismo desse terceiro regime de cidadania, muito embora sua análise, segundo nossa tipologia, refira-se ao regime anterior.

Um conceito fundamental de sua teoria de justiça é de estrutura básica da sociedade, a instância que regula

(...) a distribuição de direitos e deveres básicos e (...) a divisão das vantagens provenientes da cooperação social no transcurso do tempo” (RAWLS, 2003, p. 13).

Para Rawls, a estrutura básica da sociedade tem duas funções coordenadas entre si, cada uma regida por um princípio de justiça diferente.

A primeira, presidida por um princípio de justiça comutativa, “determina e garante liberdades básicas iguais aos cidadãos” e “estabelece um regime constitucional justo”.

A segunda, regida pelo princípio de justiça distributiva ou, nas palavras de Rawls, pelo princípio da diferença, por sua vez subordinado ao princípio de justiça comutativa, maximiza a justiça social e econômica, por meio da discriminação positiva dos menos favorecidos, atrelada a um imperativo de igualização de oportunidades (*ibid.*, p. 67 e 60).

A teoria de justiça de Rawls refere-se, fundamentalmente, à distribuição de bens econômicos. Busca um ponto de equilíbrio para o *trade-off* entre eficiência e equidade, que justifique a sociedade liberal capitalista.

Nosso modelo teórico, porém, enfatiza a ordem de *status*, a alocação de bens éticos por meio do regime de cidadania. Mesmo assim, valemo-nos, *mutatis mutandis* do arcabouço analítico de Rawls.

Em nossa perspectiva, o segundo regime de cidadania assegurou uma igualdade meramente “comutativa” de *status*. Seu sucesso, porém, como a estrutura básica de Rawls, articula dois princípios de justiça, comutativo e equitativo, o segundo subordinado ao primeiro, para promover uma igualdade mais refinada.

Contrapõe-se ao princípio de igualdade abstrata, genérica, um princípio de diferença, que atua à adequada medida de discriminação positiva, orientada à igualdade, a mais real e efetiva possível.

Rawls se equivoca ao supor que seria possível, em uma ordem capitalista, aplicar um sistema de justiça tão intrincado à ordem econômica capitalista. Na verdade, não monta uma teoria da justiça, mas uma teoria da desigualdade.

O modelo rawlsiano atribui as diferenças sistematicamente reproduzidas na sociedade capitalista às disparidades de competência dos sujeitos para aproveitar as oportunidades distribuídas de forma equitativa. Se o sistema de justiça fosse além de garantir oportunidades equitativamente, a liberdade dos sujeitos seria revogada.

O refinado sistema de justiça que Rawls esboça governa, na verdade, a ordem de *status*, e incide na ordem econômica apenas de forma reflexa. O terceiro regime da cidadania moderna promete uma igualdade altamente diferenciada, capaz de salvaguardar a multiplicidade de identidades contra a homogeneização da cultura.

### **vii. A cidadania entre o liberalismo e o multiculturalismo**

Há acirrada polêmica na literatura quanto à aptidão e os limites da cidadania para compensar demandas ético-culturais levantadas por movimentos multiculturalistas, como ilustra recente debate entre Charles Taylor e Jürgen Habermas.

Taylor considera que o direito liberal, que, para nós, é a matriz do instituto de cidadania, é estruturado em função do indivíduo. Por isso, seria inadequado para promover o reconhecimento de identidades coletivas, fundamental ao equilíbrio entre o indivíduo e a comunidade.

Where the politics of universal dignity fought for forms of nondiscrimination that were quite “blind” to the ways in which citizens differ, the politics of difference often redefine nondiscrimination as requiring that we make these distinctions the basis of differential treatment (TAYLOR, 1994, p. 39).

O escopo básico da cidadania moderna é universalizar a paridade entre indivíduos nos mais diversos setores da vida social, ressalvado o funcionamento do mercado.

Na percepção de Taylor, a estratégia de nivelamento acarreta, de um lado, a ratificação de desigualdades imunes ou ínsitas a essa uniformização, e, de outro, a homogeneização de identidades que se afirmam na diferença. Nessa perspectiva, a cidadania, em vez de apaziguar, tende a incitar conflitos sociais.

Habermas, ao contrário, considera que o direito de base liberal – e, portanto, a cidadania que com ele se articula – é flexível o suficiente para regular e promover o reconhecimento multicultural:

Quando tomamos a séria essa concatenação interna entre o Estado de direito e a democracia, porém, fica claro que o sistema dos direitos não fecha os olhos nem para as condições de vida sociais desiguais, nem muito menos para as diferenças culturais. A ‘acromatopia’ do enfoque seletivo de leitura desaparece desde que atribuamos aos portadores dos direitos subjetivos uma identidade concebida de maneira intersubjetiva. Pessoas, incluindo pessoas de direito, só são individualizadas por meio da coletivização em sociedade. Sob essa premissa, uma teoria dos direitos entendida de maneira correta vem exigir exatamente a política de reconhecimento que preserva a integridade do indivíduo, até nos contextos vitais que conformam sua identidade. Para isso não é preciso um modelo oposto que corrija o viés individualista do sistema de direitos sob outros pontos de vista normativos; é preciso apenas que ocorra a realização coerente desse viés. E sem os movimentos sociais e sem lutas políticas, vale dizer, tal realização teria poucas chances de ocorrer (HABERMAS, 2007a, p. 243).

Ao passo que Charles Taylor favorece a conclusão de que o compromisso entre cidadania e capitalismo referido por Marshall exauriu-se porque não dá conta das pretensões de reconhecimento multicultural, porque se funda em direitos individuais,

Habermas favorece a hipótese de que é possível atualizar esse compromisso para que compense até mesmo essas pretensões.

O compromisso liberal que regulou o conflito de classes salvaguardou espaços vitais, desregulamentados e imunes à ação estatal, para não inviabilizar a livre afirmação cultural da identidade individual.

Habermas argumenta que a expansão da cidadania para cobrir todo o processo de formação da personalidade, por meio da tutela estatal do multiculturalismo em viés coletivo, como quer Charles Taylor, acabaria por revogar esses espaços vitais e, conseqüentemente, a liberdade do indivíduo para definir a própria identidade.

A plataforma multiculturalista implicaria a sobreposição da sociedade pelo Estado e, conseqüentemente, a obstrução da esfera pública, que funciona na fenda entre uma e outro:

The public sphere can best be described as a network for communicating information and point of view (...); the streams of communication are, in the process, filtered and synthesized in such a way that they coalesce into bundles of topically specified *public* opinions” (HABERMAS, 1998, p. 360)<sup>4</sup>.

Com a esfera pública comprimida, a ação comunicativa, as interações intelecto-afetivas que constituem o indivíduo e a política, não teria como se desenvolver. Ou seja, esse programa político seria incompatível com a própria cidadania.

A crise da modernidade anunciada por Marshall, ainda não foi solucionada, está no âmago desse debate entre Taylor e Habermas. O que está em questão é o desenvolvimento de uma cidadania que inclua um concerto multiculturalista sem perturbar o concerto interclasses que a estabeleceu.

Desde sua instituição, a cidadania moderna diz respeito à articulação entre indivíduos, estrutura de classes e Estado. Ao sobrepor a relação entre indivíduo e Estado aos vínculos que constituem as classes, as etnias e as religiões, a cidadania homogênea a comunidade política e ao mesmo tempo equipara seus membros.

---

<sup>4</sup> “A melhor descrição da esfera pública é como uma rede para comunicar informações e pontos de vista (...); as correntes de comunicação são, no processo, filtradas e sintetizadas de forma que se aglutinam em feixes de opiniões públicas especificadas topicamente” (tradução nossa).

Na esfera pública, espaço informal em que se produzem os consensos públicos vitais à comunidade política, os sujeitos modernos precisam despir-se de suas identidades “parciais” e interagir entre si como iguais.

A irrelevância da identidade de classe, da identidade étnica, da identidade religiosa e de outras identidades coletivas parciais perante a comunidade política, que só reconhece como identidade a cidadania, amorteceu conflitos com potencial de produzir grandes catástrofes.

A pacificação social produzida pela cidadania até então se operou contra a lógica de facções, especialmente a que constitui a estrutura de classes. Dessa forma, o manejo da cidadania para tutelar facções dentro do Estado, para atender demandas multiculturalistas, nunca foi testado.

Em seu advento, a cidadania moderna reduziu formalmente todas as diferenças às vinculadas à estrutura de classes. Ela operava no mesmo sentido dessa estrutura bipartida no que promovia os proprietários e excluía os não proprietários.

Inversamente, o segundo regime de cidadania passou a operar contra a estrutura de classes para garantir a paridade plena entre proprietários e não proprietários, ressalvado o funcionamento do mercado.

Entretanto, controladas as fricções de matizes mais econômicas, com obliteração da estrutura de classes, em parte como reação ao empobrecimento identitário que era o princípio ativo da cidadania homogeneizante até então vigente, ressaíram fricções de matizes mais culturais, que começaram a solapar o compromisso interclasses que assegurava a regularidade do capitalismo.

Nesse contexto, começa a emergir o segundo regime de cidadania que, além de regular os efeitos disruptivos da estrutura de classe, como seu antecessor, promete resgatar identidades coletivas obliteradas pelo processo de modernização, especialmente a de minorias culturais.

Seria a cidadania capaz de responder adequadamente às demandas sociais estranhas à estrutura de classes, especialmente as demandas por reconhecimento multicultural, sem sacrificar a liberdade individual, o princípio da identidade política e o compromisso interclasses assegurados pela uniformização dos sujeitos?

Desde sua instituição, a cidadania moderna funciona com mecanismo de uniformização de sujeitos. Marshall mostrou que a cidadania evoluiu historicamente no sentido da universalização de sua coerção igualizante, de forma a compensar a coerção em sentido contrário da estrutura de classes.

A imunidade das relações tipicamente morais *vis-à-vis* a cidadania constituiria uma garantia fundamental à esfera de liberdade do sujeito, porque preveniria a massificação absoluta das identidades, como sinalizou Habermas. A cidadania, portanto, deveria garantir apenas *negativamente* a comunidade como espaço de diversidade cultural.

A eficácia da cidadania para compensar os conflitos sistematicamente gerados pela estrutura de classes denotou sua aptidão para conciliar uma identidade universal, comum a todos os membros da sociedade, com uma identidade fraca, parcial, indexada à posição de classe.

Taylor revela que a modernidade capitalista democrática, consolidada com o segundo regime de cidadania, tem custos culturais. Para minimizá-los, propõe inverter o sentido da cidadania, para que opere, não apenas como catalizadora de identidades políticas homogêneas, mas também de identidades culturalmente diferenciadas.

Para Habermas, esse projeto é inexecutável, porque acarretaria a regulação heterônima da esfera pública (pelo Estado), a tutela *positiva e coercitiva* da diversidade cultural, incompatível com a liberdade necessária à adequada formação da identidade individual na moderna sociedade democrática.

Temos que o segundo regime de cidadania pacificou o conflito de classes ao universalizar o princípio da paridade com fundamento na dignidade humana. Contudo, sufocou identidades coletivas indistintamente nesse processo.

Por sua vez, o terceiro regime de cidadania responde à pressão de movimentos que visam resgatar essas identidades reprimidas. Propõe promover uma diferenciação cultural na medida necessária para afirmar identidades coletivas compatíveis com o concerto capitalista-democrático.

A cidadania contemporânea, dessa forma, ainda corresponde ao conflito de classes, mas também a conflitos mais difusos, dentre os quais destacamos os de corte multicultural, por sua relevância e por sua utilidade no esclarecimento de nossos pressupostos teóricos.

### **viii. Contornos teóricos do problema de pesquisa**

Cotejamos nesta tese o paradigma da produção, de Karl Marx, com o paradigma do reconhecimento, que deduzimos de Georg Wilhelm Friedrich Hegel, Axel Honneth e Charles Taylor. Mas opera com a necessidade material como variável determinante da conduta humana. Honneth, no entanto, atribui centralidade à variável necessidade ética.

A crítica de Ralf Dahrendorf a Marx aponta defasagens do paradigma da produção, as quais buscamos fundamentar e corrigir por meio um percurso analítico que remonta à teoria do reconhecimento de Hegel, autor que inspirou os dois paradigmas em colação.

Axel Honneth parte do modelo teórico que Hegel, ainda jovem, esboçou em Jena, para formular uma teoria do reconhecimento orientada pelo conflito. Essa ferramenta analítica pode ser muito útil para o fechamento de uma teoria social que explique as dinâmicas de estabilização da moderna sociedade capitalista.

A teoria do reconhecimento de Honneth articula três modalidades de reconhecimento, que configuram estágios sucessivos de amadurecimento da personalidade do indivíduo, e que poderíamos designar, com digressões à sua matriz hegeliana, como reconhecimento afetivo, reconhecimento jurídico e reconhecimento ético. Esta última modalidade combina e extrapola as duas anteriores e proporciona o equilíbrio perfeito entre o indivíduo e a sociedade.

A teoria de Honneth, entretanto, acaba por obliterar a “paixão por riquezas” como elemento constitutivo da identidade dos sujeitos, problema que, a nosso ver, não ocorre na teoria hegeliana.

Diante dessa constatação, nosso objetivo é integralizar a teoria de classes de Marx, a partir de sua aproximação dialética à teoria do reconhecimento de Honneth, mediada por Hegel.

Sob nosso prisma, a paradigmática modernização inglesa reflete a constituição e o aperfeiçoamento de um sofisticado sistema de controle da luta de classes por meio da adjudicação de direitos enfeixados no instituto da cidadania.

A intensificação da luta de classes no tempo era inversamente proporcional à expansão da cidadania, de forma que os dois fenômenos se equilibram entre si

dinamicamente, até um estágio em que a expansão da cidadania chega ao grau máximo necessário à redução da intensidade da luta de classes ao mínimo.

Concordamos com a teoria de Ralf Dahrendorf (1959), no que explica o descolamento entre a teoria marxiana e o superveniente percurso do capitalismo a partir do exagero da variável econômica.

Dahrendorf percebeu corretamente que escaparam a Marx as pretensões profundas que constituem os conflitos de classe. Contudo, em vez de determiná-las, Dahrendorf as exclui de seu modelo e opera apenas com pretensões superficiais (políticas).

A teoria social de Marx descola-se da de Hegel no ponto em que esta postula a primazia das ideias na determinação da realidade. Na perspectiva do autor de *O Capital*, a realidade é determinada por uma variável que se oculta atrás das ideias: o interesse material.

Marx formula uma crítica a Hegel a partir de um dado correto. De fato, a realidade não é determinada, em última instância pelas ideias, porque as ideias são determinadas por algo mais.

Contudo, essa crítica ficou a meio caminho. Há interesses materiais por trás das ideias, mas os interesses materiais não são impulsos originários, soltos no espaço e no tempo, como Weber explica muito bem (WEBER, 1949, pp. 66-67). A interação entre interesse e ideia é mais complexa do que a mera causalidade unidirecional.

A partir da constatação de que a melhor imagem da sociedade capitalista democrática é a que projeta o equilíbrio estrutural entre sua ordem econômica, determinada pelo capitalismo, e sua ordem de *status*, determinada pela cidadania democrática, cabe indagar como se constitui esse equilíbrio estrutural e como esta ordem de *status* logra compensar pretensões negadas pela ordem econômica.

Nesta tese verificamos, empiricamente, a determinação recíproca entre luta operária e regime democrático de cidadania no contexto da construção da sociedade industrial e democrática.

O objeto de nossa análise é a formação da cidade de Ipatinga, município do Estado de Minas Gerais, em torno da siderúrgica Usiminas a partir de 1958 e sua

consolidação até o final do milênio. Ateremos-nos, nesse contexto, às interações recíprocas entre o conflito de classe e o regime de cidadania.

### **ix. Problema de pesquisa: formulação preliminar**

Nesse ponto, estamos em condições de indiciar que nosso problema de pesquisa é **verificar, em primeiro lugar, se o regime de cidadania e a dinâmica da luta de classes são fenômenos que se determinam reciprocamente na moderna sociedade industrial e, em segundo lugar, confirmada essa relação, expor seus fundamentos e implicações.**

Para resolução desse problema de pesquisa, testaremos as seguintes hipóteses e seu encadeamento causal:

- 1) A expansão capitalista tende a intensificar a luta de classes.**
- 2) A intensificação da luta de classes determinou a universalização da cidadania na moderna sociedade industrial.**
- 3) A cidadania universal determinou a retração da luta de classes e evidenciou conflitos de reconhecimento.**
- 4) Os conflitos de reconhecimento exigem a reconfiguração da cidadania.**

Na próxima seção, apresentamos sucintamente os fundamentos epistemológicos do referencial metodológico que presidiu a esta pesquisa.

### **x. Fundamentos metodológicos**

Compreendemos o método como o sistema explícito de normas que estabelecem os critérios para a certificação do conhecimento científico (NACHMIAS; NACHMIAS, 2009, p. 12; YEGANEH; CHRYSOSTOME, 2004).

Esse sistema de normas é fundamentado em premissas epistemológicas e configura a interface entre a teoria e a realidade. Por essa razão, antes de apresentarmos os referenciais metodológicos desta tese, é necessário expor essas premissas.

## x.i. *É possível observar?*

“*Thy wish was father, Harry, to that thought*”<sup>5</sup>

(SHAKESPEARE, 1994, p. 477).

A função primordial do método científico não é apenas certificar o que é conhecimento científico e o que não. É também prevenir, analítica e procedimentalmente, a confusão entre pensamento e sentimento, aludida por Shakespeare na epígrafe.

O grau de confiabilidade do método em ciências sociais em parte é função de sua imunidade às motivações inerentes aos fenômenos que busca medir. O método deve ser sensível a essas motivações no sentido de captá-las, mas não no sentido de internalizá-las.

Uma vez que o pesquisador não é imune às motivações que presidem os fenômenos sociais que analisa, deve explicitá-las *a priori* e garantir-se *metodologicamente* contra elas.

O pensamento desimpedido que deve pautar a produção de conhecimento científico no campo das ciências sociais é uma ficção cuja verossimilhança depende do grau de consistência formal do estudo social.

Não há outra maneira de decifrar os dados da realidade social e validá-los cientificamente, a não ser por meio de parâmetros metodológicos bem fundamentados, desde o nível epistemológico.

Durkheim propôs liberar o pensamento das prenoções e sentimentos que o obstruem por meio da exteriorização do objeto da pesquisa sociológica. O procedimento consiste em tratar, analiticamente, os fenômenos sociais como coisa:

O que é, afinal, uma coisa? A coisa se contrapõe à ideia, como o que se conhece do exterior se contrapõe ao que se conhece do interior. É coisa todo o objeto de conhecimento que não é naturalmente acessível à inteligência, tudo aquilo de que não podemos formar uma noção adequada por simples processo de análise mental, tudo aquilo que o espírito não pode lograr conhecer, a não ser pela evasão de si mesmo, por meio de observações e de experimentos, passando

---

<sup>5</sup> “Teu desejo, Harry, foi pai a este pensamento” (tradução nossa).

progressivamente dos aspectos mais exteriores dos mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis e mais profundos (...) (DURKHEIM, 2002, p. 10)<sup>6</sup>.

Essa operação intelectual é imprescindível porque o sujeito da pesquisa social é também parte da realidade que examina. Por lidar com objeto continente, o sociólogo é incapaz de neutralidade.

É por isso que Weber afirma que a objetividade no campo da Sociologia é sempre relativa. Pontos de vista específicos ou parciais sempre afetarão – consciente ou inconscientemente – a maneira como os fenômenos sociais são selecionados, analisados e apresentados (WEBER, 1949, p; 72).

Nessa perspectiva, a exteriorização esquemática do objeto de pesquisa proposta por Durkheim, minimiza, mas não exclui o enviesamento inerente à investigação científica que tome a sociedade e seus fatos como objeto.

#### *x.ii. O que observar?*

O problema da constrição do pensamento extrapola o aspecto formal da pesquisa sociológica e interfere com a substância do próprio objeto pesquisado. Essa ubiquidade do problema, a nosso ver, exige harmonização dialética entre metodologia e teoria.

A realidade social marxiana, que tem acentuada relevância em nosso marco teórico, estrutura-se em função da distribuição assimétrica da produção. É a dimensão material que conforma o “(...) caráter geral dos processos de vida social, político e espiritual”. Consequentemente, (...) não é a consciência dos homens que lhe determina a realidade, ao contrário, é a sua realidade social que lhe determina a consciência”<sup>7</sup> (MARX, 1904, pp. 11-12).

Em Marx, portanto, os fins dos atores sociais são “sistematicamente gerados por meio de relações sociais do processo produtivo”<sup>8</sup> (LOCKWOOD, 1956, p. 137). E,

---

<sup>6</sup> Tradução nossa.

<sup>7</sup> Tradução nossa.

<sup>8</sup> Tradução nossa do excerto “(...) systematically generated through the social relations of the productive process”.

se os fins dos atores é variável pré-determinada, seria possível antecipar o sentido da história.

A sociedade capitalista, segundo Marx, orienta-se pela satisfação dos interesses materiais dos burgueses. A realidade social que a constitui é, portanto, parcial por definição.

A economia, para Marx, é o fundamento da política, da religião, enfim, da cultura como um todo, como fica claro nessa réplica:

(...) Aproveito essa oportunidade para refutar, de forma breve, uma objeção que me foi feita, quando do aparecimento de meu escrito *Zur Kritik der Pol. Oekonomie*, 1859, por um jornal teuto-americano. Este dizia, minha opinião, que determinado sistema de produção e as relações de produção a ele correspondentes, de cada vez, em suma, a estrutura econômica da sociedade seria a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política, e à qual corresponderiam determinadas formas sociais de consciência”, que o “modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral” – tudo estaria até certo ponto para o mundo atual, dominado pelos interesses materiais, mas não para a Idade Média, dominada pelo catolicismo, nem para Atenas e Roma, onde dominava a política. Em primeiro lugar, é estranhável que alguém prefira supor que esses lugares-comuns arquiconhecidos sobre a Idade Média e o mundo antigo sejam ignorados por alguma pessoa. Deve ser claro que a Idade Média não podia viver do catolicismo nem o mundo antigo da política. A forma e o modo como eles ganhavam a vida explica, ao contrário, porque lá a política, aqui o catolicismo, desempenhava o papel principal. De resto, basta pouco conhecimento, por exemplo, da história republicana de Roma, para saber que a história da propriedade fundiária constitui sua história secreta. Por outro lado, Dom Quixote já pagou pelo erro de presumir que cavalaria andante seria igualmente compatível com todas as formas econômicas da sociedade” (1983, p. 77, pé de página).

A cultura aparece em Marx como interface necessária entre o ser humano e a realidade exterior. O que apreendemos do mundo, por isso, não é a realidade em si, mas a realidade mediada pela cultura, que, por sua vez, é mediada por interesses

materiais. A realidade social que constitui nossa consciência é dada pelo sistema econômico.

Provavelmente, Marx acompanharia Frank H. Knight em sua constatação de que “nenhuma motivação tipicamente humana é econômica” (*apud* POLANYI, 2000, p. 290), porque, em sua teoria, a economia e a cultura formam um *continuum*, de forma que inexistente o interesse material fora da esfera da cultura.

Por essa razão, é que o papel principal em Atenas e no período medieval não era desempenhado pela economia, mas, respectivamente, pela política e pela religião, condicionadas pela economia.

O mercado, por meio da manipulação da cultura, reconfigura a realidade para fomentar e explorar necessidades reais ou ilusórias, de que se sustenta:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, que tenham a sua origem no estômago ou na fantasia (MARX, 2011, p. 57).

A natureza das necessidades que orientam a produção pode ser física ou cultural. Mesmo as necessidades físicas e a maneira de satisfazê-las são conformadas pela cultura. “A maioria das coisas tem valor porque satisfaz as necessidades do espírito” (BARBON *apud* Marx, *ibid.*). Não é apenas a escassez, portanto, que define o valor das mercadorias.

A crítica de Weber ao paradigma marxiano, que incorporamos criticamente em nossa tese, atinge diretamente seu alicerce epistemológico ao contender com a noção de consciência como conseqüência da realidade.

Na perspectiva weberiana, as relações, instituições e grupos sociais que se orientam por interesses materiais, de fato, penetram todas as esferas da cultura, inclusive a arte e a religião. Contudo, ilumina o lado da relação entre economia e cultura ofuscado na teoria marxiana:

(...) todas as atividades e situações constitutivas de uma cultura historicamente dada afetam a formação do interesse material, o modo de sua satisfação, a integração de grupos de interesse e os tipos de poder que exercem.” (WEBER, 1949, 66-67).

Para Weber, a subordinação da cultura à economia em Marx é um tipo ideal (WEBER, 2011, p. 103), não verdade real. A abordagem marxiana nesse ponto, ademais, seria *one sided* (unilateral), porque a economia não determina unilateralmente a cultura. Em vez disso, as duas instâncias se determinam reciprocamente.

Por outro lado, a resultante dessa determinação recíproca não pode ser antecipada pela Sociologia, mas verificada empiricamente. Consequentemente, seria impossível prescrever o curso dos processos sociais.

Em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (2006 [1904]), Weber apresenta os resultados de um amplo estudo sociológico a respeito da interação entre cultura e economia que explicita seu ponto de vista. Seu objetivo era provar que as ideias – e não apenas os interesses materiais – jogaram papel determinante na definição do curso da história ocidental recente.

A partir da experiência inglesa, procurou explicitar como a reciprocidade entre cultura e economia – e não o impulso do mercado unilateralmente – desencadeou o processo de modernização ocidental.

Montesquieu afirmara que nenhuma outra sociedade progredira mais que a inglesa em termos de religião, comércio e liberdade, e isso porque colocara a política (categoria cultural) a serviço do mercado (categoria econômica):

D'autres nations ont fait céder des intérêts du commerce à des intérêts politiques: celle-ci a toujours fait céder ses intérêts politiques aux intérêts de son commerce<sup>9</sup> (MONTESQUIEU, 1995, p. 222).

Weber, entretanto, conjecturou uma explicação alternativa para o excepcional progresso da Inglaterra:

Não seria possível que sua superioridade comercial e sua adaptação às instituições políticas liberais tivessem, de algum modo, relação com a religiosidade que Montesquieu lhes atribui? (Weber, 2006, p. 17).

---

<sup>9</sup> “Outras nações submeteram os interesses do comércio aos interesses políticos: a inglesa sempre submeteu os interesses políticos aos interesses de seu comércio” (tradução nossa).

Segundo Weber, nas formações sociais primitivas, as interações sociais em geral, inclusive as de natureza econômica, orientavam-se pela racionalidade mágica das religiões.

O processo de modernização ocidental, observado primeiramente na Inglaterra, corresponde ao desencantamento do mundo, à substituição da magia pela racionalidade como referência central da ação humana na sociedade.

Para Weber, a secularização da cultura abriu passagem ao capitalismo moderno. Essa tese é corroborada pelos dados que demonstram que o sistema capitalista emergiu com mais vigor no contexto da Europa protestante, em que a racionalidade avançara mais, e não em outro lugar.

Diferentemente de outros analistas, Weber não vê o mercantilismo em linha com a modernidade. Para ele, o mercantilismo configura aliança entre Estado e interesses capitalistas, e pode ser de dois tipos: 1) de caráter estatal-monopolizador, orientado, basicamente, para privilegiar determinados segmentos sociais e gerar receitas para o Estado; ou 2) de caráter estritamente protecionista-nacionalista (WEBER, 1999b, p. 524).

Segundo Weber, o mercantilismo, em nenhuma dessas duas modalidades, constitui o ponto de partida do desenvolvimento capitalista. Seria uma expressão do capitalismo irracional e aventureiro, estruturado para favorecer estamentos incrustados no Estado e/ou monopólios.

O capitalismo racional, informado por uma lógica de eficiência econômica impessoal, acabou emergindo como *benchmark* universal a partir da Inglaterra:

O ponto em que [os dois capitalismos] colidiam foi o Banco da Inglaterra. Este fora criado pelo escocês Paterson, um aventureiro capitalista do tipo criado pelos Stuarts, mediante a concessão de monopólios. Mas também participavam do banco homens de negócio puritanos. A última ocasião em que o banco recaiu no capitalismo aventureiro foi o caso da South Sea Company. Mas, prescindindo-se deste caso, podemos observar em cada passo de sua gestão que foi recuando a influência de Paterson e de seus iguais em favor da influência da categoria racional dos membros do banco, que eram todos eles, direta ou indiretamente, de origem puritana ou se encontravam sob influência puritana (WEBER, *op. cit.*, p. 525).

De um lado, havia o capitalismo dos interesses setorizados, imbuído de um espírito puramente utilitário e materialista, e de outro o capitalismo moderno, de espírito ético-racional, que, mediado pela religião protestante, logrou transcender razões particularistas e orientar-se por uma lógica impessoal e abstrata (a eficiência econômica).

A explicação do progresso inglês seria a formação relativamente precoce de um insumo fundamental ao funcionamento do capitalismo: uma ética, instrumental ao mercado, mas consecutória da religião.

Portanto, Montesquieu estaria errado em supor que o progresso da Inglaterra se devia à submissão de interesses políticos a interesses econômicos. O que se verificou no país foi uma confluência entre interesses econômicos, gestados no mercado, e valores éticos, gestados na religião.

De um lado, a “ética protestante” weberiana imbuí-se de interesses do mercado. De outro, o “espírito do capitalismo” – o sistema de valores que condiciona os interesses constituintes do capitalismo – sintetizou-se na religião.

Os fenômenos que constituem o objeto desta tese são as interações entre a ordem de *status*, determinada fundamentalmente pelo valor, e a ordem econômica, determinada fundamentalmente pelo interesse.

O que está em questão são processos sociais que se deflagram e se desenvolvem na interface entre essas duas instâncias, especialmente os articulados na relação de determinação recíproca entre a luta de classes e as mutações no regime de cidadania.

## ***xí.* Procedimentos metodológicos**

Como indicamos na seção anterior, nosso método de pesquisa é construído a partir da premissa epistemológica de que a produção do conhecimento científico, ainda que não seja uma atividade puramente racional, não pode se reduzir a simples ato de vontade. Pelo contrário, tanto quanto possível, por meio de técnicas e procedimentos metodológicos, deve objetivar-se, transcender a perspectiva particular e subjetiva do pesquisador.

No referencial metodológico que presidiu à nossa pesquisa, dispensa-se especial atenção à prevenção do problema do *wishful thinking*. Uma das principais estratégias nesse sentido é a diversificação da base empírica da pesquisa e a recuperação e o cotejamento de múltiplas perspectivas sobre o objeto em análise.

Procuramos estabelecer um modelo analítico que conciliasse o alcance ampliado das macroteorias com a nitidez das microteorias. Entre um extremo e outro, já se posicionara a chamada teoria de médio alcance de Robert Merton (1996), que exige correspondência entre o fenômeno observado e o alcance das ferramentas de análise.

Middle-range theory is principally used in sociology to guide empirical inquiry. It is intermediate to general theories of social systems which are too remote from particular classes of social behavior, organization and change to account for what is observed and to those detailed orderly descriptions of particulars that are not generalized at all. Middle-range theory involves abstractions, of course, but they are close enough to observed data to be incorporated in propositions that permit empirical testing. Middle-range theories deal with delimited aspects of social phenomena, as is indicated by their labels. One speaks of a theory of reference groups, of social mobility, or role-conflict and of the formation of social norms just as one speaks of a theory of prices, a germ theory of disease, or a kinetic theory of gases (MERTON, 2012, pp. 531-532)<sup>10</sup>.

Nossa opção, porém, não consiste em uma abordagem intermediária entre os sistemas de observação macro e micro, mas uma abordagem que assimila dialeticamente esses dois polos.

Focamos em processos concretos e evitamos substantivações insuscetíveis de verificação e falseamento, segundo recomendações de Norbert Elias (1994, p. 145).

---

<sup>10</sup> “Teoria de médio alcance é usada em Sociologia principalmente para conduzir a investigação empírica. É intermediária às teorias gerais de sistemas sociais, que são muito distantes de classes particulares do comportamento, organização e mudança social para dar conta do que é observado e para aquelas detalhadas descrições ordenadas de particularidades, que não são, de forma alguma, generalizadas. Teorias de médio alcance envolvem abstrações, naturalmente, mas essas são suficientemente próximas dos dados observados para ser incorporadas em proposições que permitem testes empíricos. Teorias de médio alcance lidam com aspectos delimitados do fenômeno social, como indica seu nome. Fala-se teoria de grupos de referência, de mobilidade social ou de papel do conflito ou da formação de normas sociais como se fala em uma teoria de preços, de uma teoria microbiana da doença ou de uma teoria cinética dos gases” (tradução nossa).

Contudo, apropriamos criticamente modelos macro, a maioria de base hegeliana, e cotejamos constructos os mais abstractos com os dados empíricos os mais concretos.

Após observações preliminares, definimos que nosso problema de pesquisa seria comprovar e elucidar as interações recíprocas entre regime de cidadania e estrutura de classes, em especial verificar se procede a hipótese de que os conflitos sistematicamente gerados na estrutura de classes – tanto faz se deflagrados por pretensões resistidas de carácter econômico ou reconhecimento – são predominantemente regulados nas sociedades modernas por um sistema de contenção articulado com *direitos e deveres de cidadania*.

A partir do deslinde do sistema de determinação recíproca entre, de um lado, conflitos de classe e conflitos de reconhecimento, e, de outro, as mutações do que chamamos regime de contenção, aperfeiçoado no processo típico de modernização, procuramos compreender os conflitos de classe em Ipatinga como fenômenos intricados com a construção da cidadania na região.

Combinamos o paradigma da produção e o paradigma do reconhecimento a partir do esquadramento de sua plataforma comum, que é o modelo de sociedade ético-burguesa esboçado por Hegel em *System der Sittlichkeit* (1802/1803), publicado em inglês como *System of Ethical Life* (1979).

Procuramos reconciliar, desde sua plataforma hegeliana comum, a teoria da luta de classes que orienta o paradigma da produção, e a teoria da luta por integralização de identidades, que subjaz o paradigma do reconhecimento.

Procedemos, com Ralf Dahrendorf (1959), a uma revisão crítica da teoria de classes de Karl Marx. Contudo, não seguimos Dahrendorf, em sua solução parsonsiana-weberiana, que subsume o conflito de interesses materiais do paradigma da produção no conflito político ínsito à alternância de sistemas de dominação.

Preferimos nortear a retificação do paradigma da produção pela descoberta de Thomas Marshall (1992[1959]), de que a estabilização da sociedade capitalista moderna se fundamenta em um *compromisso interclasses*.

Sem desbordar da plataforma hegeliana, buscamos acentuar os pontos de interseção entre o paradigma da produção e o paradigma do reconhecimento em um modelo analítico alternativo, que projeta interesses materiais e demandas de integralização ética compensados simultaneamente em uma ordem de *status* social-democrática.

Ou seja, o dualismo de nosso modelo teórico, que combina litígio de classes, orientado precipuamente por interesses, e litígio de reconhecimento, orientado precipuamente por valores, corresponde ao dualismo da cidadania social-democrática, que é capaz de responder às pretensões que impulsionam os conflitos subjacentes às transformações da sociedade moderna, tanto aqueles detectáveis pelo paradigma da produção, como aqueles detectáveis pelo paradigma do reconhecimento.

Esse paradigma dualista é testado contra os fatos em uma análise longitudinal, que compreende, em especial, o período que se inicia em 1958 e termina no ano 2000.

Em nossa dissertação de mestrado (SILVA, 2009), já se encontram traços do método analítico-longitudinal que procuramos desenvolver nesta tese. Naquela pesquisa, enfatizamos a forte correlação entre as curvas de valor do salário mínimo e a taxa de democracia do sistema político ao longo de 68 anos (1940-2008).

Temos que a observação panorâmica de fenômenos sociológicos em interação é um recurso metodológico imprescindível à captação de transformações sociais que não se processam instantaneamente.

Nesta tese, monitoramos através de mais de quatro décadas o comportamento de três variáveis no contexto de Ipatinga: 1) a luta de classes, 2) o regime de contenção da luta de classes e 3) a interação luta de classes e o correlato regime de contenção.

A apuração e o tratamento dos dados empíricos seguiram, basicamente, os parâmetros técnicos indicados por Sampieri, Collado e Lúcio (2006), Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2007), e Sadi dal Rosso (2006).

De um lado, procuramos reconstituir, com especial consideração à perspectiva dos próprios atores, os grandes conflitos travados entre a classe operária e classe de engenheiros da Usiminas, equivalente funcional da burguesia em Ipatinga, desde o início da implantação da Usina Intendente Câmara até o final da década de sua privatização, sobretudo os três mais paradigmáticos, assim periodizados: o Massacre de Ipatinga (1958-1964), a resistência silenciosa dos trabalhadores nos anos da ditadura (1964-1983) e o Movimento Ferramenta (1984-2000). De outro, buscamos decifrar as interações entre a luta de classes e as mutações no regime de contenção desse conflito em Ipatinga.

Para consecução desse duplo empreendimento, entre 2012 e 2014 realizamos 80 entrevistas semiestruturadas com duração total de 104 horas e 16 minutos em cidades de Minas Gerais (*e.g.*, Ipatinga, Timóteo, Coronel Fabriciano, Governador Valares, Manhuaçu, Belo Horizonte), São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Espírito Santo. Foram ouvidas 78 pessoas<sup>11</sup> a maioria delas operários, prepostos da Usiminas, testemunhas dos fatos analisados e pesquisadores que já se debruçaram sobre questões relevantes a nosso estudo.<sup>1213</sup>

Também foram realizadas conversas exploratórias informais com diversas pessoas com vínculos atuais ou passados com a Usiminas, sindicalistas, pesquisadores, “pioneiros” de Ipatinga *etc.*

Além disso, analisamos milhares de documentos históricos, como peças de processos judiciais – sobretudo depoimentos –, relatórios de comissão de sindicância, fotos, matérias jornalísticas, publicações sindicais e empresariais, dados de estudos acadêmicos anteriores e relatórios produzidos por serviços secretos.

Sopesamos as diferentes fontes e reconstituímos os fatos com base no grau de convergência entre elas. A análise das fontes oficiais requereu cuidado especial, porque foram, em grande medida, distorcidas por interesses contrários à verdade dos fatos.

Por ocasião do Massacre de Ipatinga, por exemplo, os jornais do grupo Diários Associados publicaram versões afinadas com o discurso oficial da Usiminas e das autoridades estaduais, que, ao final, foram falseadas categoricamente por outras fontes. Essas distorções, em vez de atrapalhar a pesquisa, corroboraram e reforçaram a validade dos pressupostos epistemológicos de nossa metodologia.

Detectamos distorções também nas versões do episódio produzidas pelo movimento operário a partir de 1983, que procuravam acusar a Usiminas e Magalhães Pinto de ordenarem a chacina de 7 de outubro. O exame das fontes, em perspectiva, revelou que a diretoria da empresa e o então governador de Minas tiveram culpa grave no episódio porque se omitiram e não fizeram todo o possível para evitar a tragédia.

---

<sup>11</sup> Como se vê na seção Relação de Entrevistas (pp. 476-481), algumas pessoas foram entrevistadas mais de uma vez e em alguns casos mais de uma pessoa foi entrevistada por vez.

<sup>12</sup> É preciso salientar que alguns entrevistados, com receio de represálias, pediram para não ser identificados, outros sequer permitiram a gravação do depoimento.

<sup>13</sup> A direção da Usiminas não forneceu os documentos solicitados, não respondeu aos questionários encaminhados através da assessoria de imprensa da empresa, não contribuiu em nada com a pesquisa. Informou que a política é não comentar os eventos pesquisados.

Entretanto, não se encontraram provas de que tenham atentado deliberadamente contra a vida e a integridade física dos trabalhadores na ocasião<sup>14</sup>.

Por outro lado, boa parte dos estudos sobre o Massacre de Ipatinga, que revisamos no capítulo 40, incorreu no equívoco da vitimização dos operários. Em nossa pesquisa, tentamos evitar esse viés.

### **xii. Estrutura da tese**

A tese estrutura-se em quatro partes, além da introdução e da conclusão. Na parte 1, colocamos em perspectiva as teorias de classe de Marx e Dahrendorf (capítulos 1 a 3) e teoria da cidadania de Thomas Marshall (capítulo 4), em busca da “variável perdida” no paradigma da produção marxiano. Após revisarmos o *mainstream* da teoria sociológica em busca dos fundamentos científicos e concretos da dicotomia entre ética e interesse (capítulo 5), discorremos sobre teorias da modernização e teorias da dependência, enfatizando os cenários concretos em que foram produzidas (capítulos 6 a 9). Concluída essa contextualização histórico-teórica, introduzimos o conceito de regime de contenção (capítulo 10).

Na parte 2, após apresentamos uma formulação definitiva de nosso problema de pesquisa (capítulo 11), procuramos fundamentar, abstratamente, nossa teoria da contenção e determinar os conceitos e as relações nela articulados (capítulos 12 a 21). Concluimos essa seção com uma análise perfunctória dos limites da cidadania tipicamente moderna (capítulo 22).

Aplicamos a teoria da contenção, de forma ainda provisória, na contextualização do cenário nacional desde o início da República até os dias atuais, que apresentamos na parte 3 (capítulos 23 a 25), que se encerra com o posicionamento da siderurgia e da mineração no processo de modernização brasileira (capítulos 26 a 28).

Finalmente, refinamos nossa teoria da contenção na parte 4, que se reporta ao ambiente social, econômico e cultural em que se processaram os fatos que

---

<sup>14</sup> A dúvida que existe é sobre a responsabilidade da empresa pelo desaparecimento de corpos. Diversas testemunhas afirmaram que o número oficial de óbitos (8) é subestimado. Os depoimentos convergem para um número em torno de 30 mortos. Essa questão, apesar de sua extrema gravidade, não constitui o cerne da pesquisa. Entretanto, apurou-se, com alto grau de certeza, é que no dia posterior ao massacre, policiais militares assassinaram aos menos quatro dos trabalhadores que depredavam prédios públicos na área central de Ipatinga, e não há notícia nos registros públicos sobre essas mortes, nem sobre o paradeiro dos corpos.

configuram o conflito de classe, objeto central de nossa investigação. Tem centralidade nessa sessão a aplicação da teoria da contenção no contexto concreto de Ipatinga, de forma a fundamentar a hipótese de que o endurecimento e a flexibilização do regime de contenção vigente, até sua transição para um paradigma mais sofisticado, é função do conflito de classes travado concretamente naquela cidade.

Na conclusão, apenas retomamos algumas ideias centrais anteriormente aludidas e ensaiamos uma breve e despretensiosa explicação da crise internacional do capitalismo em curso na chave da teoria da contenção.

## PARTE 1. CONFLITO DE CLASSE E CIDADANIA

### 1. Capitalismo industrial e conflito de classes em Marx

Karl Marx dedicou especial atenção às profundas transformações sociais que marcaram a transição da antiga sociedade feudal à moderna sociedade capitalista. A distribuição assimétrica da produção, característica do novo modo de produção, teria desencadeado um conflito entre a classe beneficiada, a burguesia, e a classe prejudicada, o proletariado. Esse antagonismo, inerente ao capitalismo, influenciaria, de forma decisiva, o curso da história universal desde então.

A emergência do capitalismo remonta ao menos ao início da terça parte final do Século XV, quando, na Inglaterra, senhores feudais começam a expulsar camponeses para ampliar áreas de pastagens e aumentar a produção de lã e abastecer as manufaturas que surgiam (MARX, 1982, p. 174).

No século seguinte, esse processo de concentração acelerou-se no contexto da Reforma Protestante, com o desterramento de posseiros que habitavam em terras que eram confiscadas à Igreja Católica e apossadas por “especuladores, fazendeiros e burgueses” (MARX, *ibid.*, p. 175).

Com a restauração dos Stuart (1660) e a revolução gloriosa, ativos imobiliários do Estado foram transferidos a aristocratas, com respaldo de burgueses capitalistas, interessados na mercantilização das terras e na mão de obra dos camponeses que iam sendo expulsos do campo (MARX, *ibid.*, p. 176).

E o processo de privatização e concentração de terras atravessou os séculos subsequentes, escancarando o caminho para a revolução industrial:

O saque dos bens eclesiásticos, a alienação fraudulenta dos domínios do Estado, o embargo às propriedades comunais, a transformação usurpadora – e efetuada sob um regime de terror – das propriedades feudais e coletivas dos clãs em propriedades privadas modernas – eis os doces métodos da acumulação primitiva (MARX, *ibid.*, pp. 178-179).

Para Marx, a transformação das terras em propriedade privada e sua incorporação à cadeia de produção capitalista ajudaram a propiciar, a um só tempo, duas

pré-condições fundamentais à revolução industrial e à consolidação do capitalismo na Inglaterra: a acumulação primitiva de capital e a disponibilidade de mão de obra barata.

A acumulação primitiva também se valeu da exploração colonial que as oligarquias europeias, mancomunadas com as respectivas coroas, impuseram a vastas regiões dos demais continentes e do artifício da dívida pública, que transferia renda do Estado a grandes banqueiros.

As manufaturas, que surgiam por toda parte, encontravam nas colônias seu mercado e uma acumulação intensificada pelo regime de monopólio. As riquezas reunidas fora da Europa pela pilhagem, a escravidão e o morticínio refluíam para a metrópole, onde se transformava em capital (MARX, *ibid.*, p. 185).

Por outro lado, as massas operárias que se formavam em torno dos primitivos parques industriais rapidamente se convertiam em mercado interno, que absorvia parte da produção manufatureira e mercadorias do especulativo comércio ultramarino.

O operário jogado à rua se vê obrigado a comprar o valor de seus meios de subsistência, sob a forma de um salário, que lhe será pago por seu novo patrão, o capitalista industrial (MARX, *ibid.*, p. 181).

O capital acumulado, aplicado à indústria, aproveita-se das crescentes reservas de mão de obra produzidas pelo êxodo rural, e expande-se continuamente em um ciclo que parece não ter fim:

(...) esse processo de transformação decompõe suficientemente, no fundo como na forma, a velha sociedade [feudal] (...) assim que o modo de produção capitalista se torna autossuficiente, a socialização progressiva do trabalho [assalariado] e a transformação consecutiva da terra e dos outros meios de produção coletivos (...) tomam uma nova forma. Agora já não se trata de expropriar o trabalhador (...), mas o capitalista que explora uma massa de trabalhadores (MARX, *ibid.*, p. 191).

A competição entre capitalistas, com a absorção dos menos eficientes pelos mais eficientes, concentração e internacionalização progressiva do capital, otimiza e radicaliza o processo de produção:

(...) desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho cada vez maior, a aplicação consciente da ciência e da técnica, a economia de todos os meios de produção por sua utilização como meios de produção de um trabalho social combinado, o ingresso de todos os países na rede de mercado mundial e, conseqüentemente, o caráter internacional do regime capitalista (MARX, *ibid.*).

A incontornável necessidade de racionalizar e baratear a produção e lucrar o máximo possível no contexto de competição cada vez mais acirrada leva o capitalista a pressionar os salários:

À medida que diminui o número de grandes capitalistas, que açambarcam e monopolizam as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravidão, a degenerescência, a exploração, mas igualmente a revolta da classe operária, que cresceu continuamente e se disciplinou, se uniu, se organizou pelo mecanismo mesmo do processo de produção capitalista (MARX, *ibid.*, p. 191).

Como consequência, sem o controle do ambiente competitivo, frente à resistência de um proletariado fortalecido, o sistema capitalista finalmente encontra seus limites:

O monopólio do capital torna-se o entrave do modo de produção que se desenvolveu com ele e através dele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que não se ajustam mais ao seu invólucro capitalista e o fazem rebentar (...) (MARX, *ibid.*).

A absorção completa da estrutura de classes por uma ordem de *status* regulada pela ética absoluta corresponderia à emergência de uma ordem econômica fundada na equidade.

O comunismo é o completo retorno do homem a ele mesmo como um ser social, isto é, humano; um retorno tornado consciente e realizado no contexto de toda a riqueza do desenvolvimento precedente. Esse comunismo (...) é a superação verdadeira (*die wahrhafte Auflösung*) da oposição entre homem e natureza e entre homem e homem – a verdadeira superação (*die wahre Auflösung*) do conflito entre a existência e a essência, entre objetivação e autodeterminação, entre liberdade e necessidade, entre o indivíduo e o gênero. O comunismo é o enigma resolvido (*aufgelöste Rätsel*) da história, e ele sabe ser ele essa solução (MARX, apud PROGREBINSCHI, p. 273).

Marx projeta, paradoxalmente, o sistema capitalista e o conflito de classes como processos *antagônicos* e ao mesmo tempo *sincrônicos*. Antagônicos porque o conflito de classes se constitui e se desenvolve *contra* o capitalismo. Sincrônicos porque, de um lado, o conflito de classes é o princípio regulador do capitalismo. É por essa razão que os dois fenômenos se esgotam concomitantemente.

A partir desses *insights* marxianos, observamos o processo de modernização inglesa e o fenômeno análogo – embora desviante – em Ipatinga, com foco no comportamento da variável econômica *estrutura de classes* e da variável política *regime de cidadania*. A determinação recíproca entre essas duas variáveis pode explicar por que o vaticínio de Marx sobre a sociedade capitalista não se consumou.

Para confirmarmos essa hipótese, retomamos, preliminarmente, a crítica de Ralf Dahrendorf à teoria de classes de Marx, que articula uma hipótese diferente.

## **2. Capitalismo industrial e conflito de classes em Dahrendorf**

Em *Class and Class Conflict in Industrial Society* (1959), publicado originalmente como *Soziale Klassen und Klassenkonflikt in der industriellen Gesellschaft* em 1957, Ralf Dahrendorf resgata a teoria de classes de Karl Marx.

A proposta de Dahrendorf é “construir um modelo [de sociedade] de estrutura funcionalmente integrada e descobrir as forças e os fatores que levam à transformação dessa estrutura” (DAHRENDORF, 1959, p. 127).

Na percepção de Dahrendorf, Talcott Parsons e seus discípulos cobriram apenas a primeira metade desse projeto. Para arrematá-lo seria necessário combinar o estrutural-funcionalismo parsoniano com a parte válida da teoria de classes marxiana.

Parsons afirmara que a ordem social é concatenada por dois mecanismos de coordenação, um positivo e outro negativo. As ações individuais coordenam-se, inicialmente, a partir de normas e valores internalizados livre e consensualmente pelos indivíduos. Essa coordenação positiva, que corresponde à socialização primária do indivíduo e à reprodução da cultura, transcorre geralmente no microuniverso familiar, mas é reforçado pela educação formal. Contudo, é insuficiente para assegurar a ordem social.

Por essa razão, precisa ser suplementado pelo mecanismo de coordenação negativa, de natureza coercitiva, que consiste em conjunto de prescrições e proibições explícitas, impostas por atores específicos (PARSONS e SHILS, 1962, p. 203; WEINGART, 1969, p. 152).

Parsons define poder como capacidade de influenciar a alocação de recursos para a consecução de objetivos da coletividade, através de obrigações institucionalizadas impostas por meio de sanções. O poder seria um fator fundamental para compensar interesses parciais em colisão e impor objetivos comuns, e a autoridade, o atributo dos atores que exercem o poder por meio de decisões vinculantes (PARSONS e SHILS, 1962, p. 197, 221, 230; WEINGART, 1969, p. 152; PARSONS, 2007, pp. 421-440).

Dahrendorf recepciona de Parsons a estrutura social bifacetada (*Doppelgesicht der Sozialstruktur*), para projetar uma sociedade ordenada coercitivamente pela operação conjunta de um mecanismo principal, normativo, de caráter cultural, e outro subsidiário, institucional, de natureza política.

O problema da teoria parsoniana, para o sociólogo alemão, seria tomar a política apenas como fator de coesão e desprezar os conflitos dela decorrentes como motivadores das transformações estruturais da sociedade ao longo do tempo.

Structural-functional analysis as it stands today fails to explain problems of change because it does not account for the peculiar character of social as opposed to organic structures. It does not look for the dynamic variables that, though operating within given structures, are in principle independent of their (constructed) functional integration<sup>15</sup>. (DAHRENDORF, 1959, p. 123).

Dahrendorf parte desse diagnóstico para formular uma teoria das mudanças sociais de fundo estrutural-funcionalista, mas orientada pelo conflito e pela instabilidade. Nesse empreendimento, toma a teoria de classes de Karl Marx como contraponto a Parsons.

O objetivo de Dahrendorf é deduzir uma sociologia compreensiva, que compatibilize Parsons e Marx, de forma que um supra as deficiências do outro. Basicamente, desloca-se o foco de tensão da teoria de classes de Marx da economia para a política.

Na teoria marxiana, os conflitos que impulsionam as transformações estruturais das sociedades capitalistas são travados pelas duas classes que protagonizam o sistema econômico: a burguesia e o proletariado. A motivação que constituem essas classes e que provocam o conflito entre elas tem natureza econômica. Em Marx o pomo da discórdia por trás da luta de classes é a mais-valia.

Marx sustenta que as estruturas das sociedades em geral criam permanente e sistematicamente dentro de si mesmas as forças contraditórias que movem suas transformações internas. No caso das sociedades capitalistas, essas forças emanam do antagonismo entre a classe dominada, que produz o lucro, e a classe dominante, que o retém.

A dialética marxiana sustenta que a hegemonia política e cultural da burguesia no estado liberal do Século XIX espelhava sua hegemonia econômica no mundo material. A assimetria entre a burguesia e o proletariado na dimensão econômica determinava a hierarquia entre uma classe e outra nas demais esferas da vida.

---

<sup>15</sup> “A análise estrutural-funcional, da forma como se coloca hoje, falha em explicar os problemas da mudança porque não leva em consideração o caráter peculiar do social no que se opõe a estruturas orgânicas. Não procura variáveis dinâmicas que, embora operando dentro de dadas estruturas, são, em princípio, independentes de sua integração funcional (construída).”

Há forte correlação morfológica entre o paradigma da produção marxiano e o paradigma estrutural-funcionalista parsoniano, haja vista que a *Doppelgesicht der Sozialstruktur* (estrutura bifacetada) é pressuposta em ambos. A dualidade estrutura-superestrutura de Marx corresponde à dualidade substrato factual-estrutura normativa de Parsons.

Como observa David Lockwood, uma das principais fontes de Dahrendorf, a distinção básica entre um paradigma e outro é que um põe acento nos conflitos e na coercitividade da estrutura, enquanto o outro na solidariedade e na coercitividade da superestrutura (LOCKWOOD, 1956, p.138).

Dahrendorf, como Marx, atém-se aos conflitos no nível da estrutura, mas não em função da coercitividade dessa estrutura (substrato factual), mas da superestrutura (estrutura normativa).

Karl Marx vinculou o ciclo de vida do capitalismo aos estágios do conflito entre proletariado e burguesia. Em sua perspectiva, esse modo de produção inaugura-se quando a burguesia toma da aristocracia o posto de classe hegemônica, o proletariado começa a despontar como classe revolucionária:

The modern bourgeois society that has sprout from the ruins of feudal society has not done away with class antagonisms. It has but established new classes, new conditions of oppression, new forms of struggle in place the old ones.

Our epoch, the epoch of the bourgeoisie, possesses, however, this distinctive feature: It has simplified the class antagonisms. Society as a whole is more and more splitting up into great hostile camps, into great classes directly facing each other – bourgeoisie and proletariat<sup>16</sup> (MARX, 2011, pp. 1, 2).

Dahrendorf lembra que pobreza e riqueza, dominação e sujeição, propriedade e privação, alto prestígio e baixo prestígio existiram antes e continuaram a existir depois da revolução industrial. O que parece ter mudado, segundo ele, é que a

---

<sup>16</sup> “A moderna sociedade burguesa, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aniquilou os antagonismos de classes. Fez apenas estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

Nossa época, a época da burguesia, apresenta essa característica distintiva: Ela simplificou os antagonismos de classes. A sociedade, como um todo, está cada vez mais se dividindo em dois grandes campos opostos, em duas grandes classes que se confrontam diretamente: a burguesia e o proletariado” (tradução nossa).

antiga estratificação social que existia no regime feudal foi substituída por uma nova. Latifundiários e nobres foram substituídos no topo da pirâmide social por capitalistas e braçais e pequenos camponeses por proletários (DAHRENDORF, *ibid.*, p. 5).

O capitalismo acarreta a bifurcação da sociedade em duas classes com maior projeção, uma que é rica, domina, titulariza os meios de produção e goza de elevado prestígio social e outra que é pobre, que se submete, que é privada dos meios de produção e sofre discriminação.

A burguesia se constitui como classe pelo interesse comum de seus integrantes em manter o *status quo* favorável. Do mesmo modo, o proletariado forma-se como classe a partir do interesse comum dos assalariados em mudar esse *status quo* (DAHRENDORF, *ibid.*, p. 13). O capitalismo, a estratificação social dicotômica e a luta de classes aparecem como realidades entrelaçadas.

Dahrendorf frisa que, na perspectiva marxiana, o poder político é função do poder econômico (DAHRENDORF, *ibid.*, p. 23). O controle direto da classe operária pela classe burguesa no chão de fábrica, fundada na propriedade privada, seria o lastro da relação hierárquica entre as duas classes em geral, inclusive na ordem política.

Portanto, seria contraproducente coibir a desigualdade a partir da reconfiguração da ordem política, mero consectário – e não fundamento – do sistema de exclusão congênito ao capitalismo.

A fonte das desigualdades nas sociedades capitalistas seria a privação da classe operária dos meios de produção, é o fato da mais-valia em si, é o acúmulo sistemático de poder material (capital) na classe dominante, de que brota o poder político.

No prognóstico de Marx, a classe operária gradativamente se organizaria para destruir o fundamento de sua opressão, a propriedade privada dos meios de produção. Com isso, viria abaixo todo o edifício capitalista, com suas estruturas típicas, inclusive as classes e a ordem política liberal.

Dahrendorf avalia que na sociedade industrial do Século XIX, observada por Marx, o capital operava diretamente o dispositivo de autoridade contra o operariado no processo de produção. Nesse cenário, os conflitos motivados pela redistribuição de poder político e os conflitos motivados pela redistribuição de poder econômico apareciam amalgamados entre si.

O atrelamento entre propriedade dos meios de produção e controle do operariado do capitalismo clássico de empresas pessoais tornou-se residual no capitalismo avançado, dominado por gigantescas sociedades anônimas impessoais.

A impessoalização da propriedade e a cisão entre propriedade e controle resultaram no desdobramento do conflito de classes em disputa econômica, de um lado, e disputa política, de outro.

O conflito de classes econômico, que deveria orientar as transformações sociais esperadas por Marx, perdeu a importância, na medida em que o operariado, por causa da objetivação do capital, não podia mais confrontar diretamente o proprietário da empresa.

A theory of class based on the division of society into owners and non-owners of means of production loses its analytical value as soon as legal ownership and factual control are separated <sup>17</sup> (DAHRENDORF, *op. cit.*, p. 136).

O administrador da empresa agora não passava, ele mesmo, de variável do capital. Reduziu-se o escopo do conflito de classes. O máximo que o proletariado podia aspirar na nova conjuntura era uma gestão mais democrática da produção e conquistas econômicas assimiláveis pelo sistema.

A contenda redistributiva entre a classe operária e a classe burguesa, já afetada pela objetivação do capital, retroagiu ao nível da latência, em vez de aflorar e levar o sistema capitalista à extenuação e à ruptura, como previa Marx, porque, foi canalizado para os foros institucionais.

Some of the symptoms of this reduction of manifest to latent conflicts are well known and confirmed by considerable evidence: common interests, such as national interests in emergency situations, can be superimposed on group antagonisms for certain (limited) periods; conflicts can be formalized to the extent of being transformed into

---

<sup>17</sup> “Uma teoria de classes baseada na divisão da sociedade em proprietários e não proprietários dos meios de produção perde seu valor analítico tão logo propriedade e controle factual se separam” (tradução nossa).

discussions between plenipotentiaries or representatives in parliaments or industrial negotiation bodies<sup>18</sup> (DAHRENDORF, *op. cit.*, p. 135).

Ao longo do Século XX – observou-se uma distensão do conflito de classes, o que teria relação com uma melhor distribuição de poder. O processo de democratização da política e a sofisticação da política de recursos humanos promoveram o apaziguamento do operariado.

A fungibilidade entre a assimetria econômica, originária da mais-valia, e a assimetria política, institucionalizada no Estado liberal, no contexto observado por Marx, devia-se à circunstancial superposição entre conflito industrial e conflito político, específica daquele contexto (DAHRENDORF, *op. cit.*, p. 268).

A validade da teoria de classes exaure-se com o ciclo inicial do capitalismo porque se orientou pela variável errada. Para Dahrendorf, a motivação dos conflitos que reestruturam a sociedade é, em última instância, de natureza política, e não de natureza econômica, como imaginara Marx.

Dahrendorf lembra que o próprio Marx admitia que as classes sociais configuravam variável dependente de relações de dominação e sujeição. Entretanto, essas relações seriam, na teoria marxiana, subsidiárias da propriedade privada.

Para Dahrendorf, essa inversão da direção de causalidade entre o fator econômico e o fator “político” das classes sociais, estaria em contradição com a própria sociologia de Marx, que teria sido sacrificada para salvar sua filosofia.

Perhaps, Marx without the Marxian philosophy of history, would have realized that power and authority are not tied to the legal title of property<sup>19</sup> (DAHRENDORF, *op. cit.*, p. 31).

Se o fator último da desigualdade e da opressão inerente à sociedade de classes é a propriedade privada, a emancipação da classe operária não depende, em

---

<sup>18</sup> “Alguns dos sintomas dessa redução de conflitos manifestos a latentes são bem conhecidos e confirmados por prova considerável: interesses comuns, como interesses nacionais em situações de emergência, podem se sobrepor a antagonismos de grupo por certos períodos (limitados); conflitos podem ser formalizados a ponto de serem transformados em discussões entre plenipotenciários ou representantes em parlamentos ou órgãos de negociação negocial” (tradução nossa).

<sup>19</sup> “Talvez, Marx sem a filosofia da história marxiana, teria compreendido que poder e autoridade não estão vinculados ao título de propriedade” (tradução nossa).

última análise, da reconfiguração da política, mas da mera supressão da propriedade privada.

Para Dahrendorf, entretanto, o fator de estruturação social mais resiliente não é a distribuição desigual da propriedade (um fato da estrutura), mas o regime de dominação política (um fato da superestrutura). Dessa forma, as transformações sociais decorreriam, sobretudo, de crises em torno da legitimação da autoridade, ou seja, no ajustamento da estrutura normativa da sociedade.

Inspirado em Weber, Dahrendorf opera com a ideia de autoridade como controle social legítimo. “Enquanto poder é uma relação meramente factual, a autoridade é uma relação legítima de dominação e sujeição”<sup>20</sup> (DAHRENDORF, *ibid.*, p. 166).

Para ele, o gerente que tenta controlar as pessoas fora da empresa, ou suas vidas privadas dentro da firma ultrapassa a fronteira entre autoridade e poder. Esse desvio produziria conflitos e, conseqüentemente, a alternância de regimes de autoridade (*ibid.*, pé de página).

Os conflitos que interessam a Dahrendorf são aqueles que levam às transformações estruturais da sociedade, entendidas como aquelas que provocam mutações na estrutura normativa, as quais, por seu turno, pacificam a sociedade, ainda que de maneira transitória.

O conflito de classes do capitalismo originário apresentava uma dimensão política que parecia se subsumir à sua dimensão econômica. Contudo, com o empoderamento político da sociedade e a diluição tanto do proletariado quanto da burguesia, o antigo conflito de classes tende a subsumir-se no processo político-eleitoral. Nas sociedades contemporâneas, são outros conflitos que importam, e sua base comum é a distribuição não equitativa de poder.

Ao final desse roteiro analítico, Dahrendorf chega a sua tese fundamental: o conflito industrial de classes foi “isolado institucionalmente” na sociedade capitalista de vanguarda (DAHRENDORF, *op. cit.*, p. 271).

---

<sup>20</sup> Tradução nossa do excerto: “While power is merely a factual relation, authority is a legitimate relation of domination and subjection”.

Sua teoria de conflitos sociais, segundo ele, é válida para qualquer contexto social em que houver distribuição assimétrica de poder, já que ele assume que as relações de autoridade são gerais como a sociedade (DAHRENDORF, 1959, p. 168).

Na seção seguinte, problematizamos a teoria de Dahrendorf.

### **3. A variável omitida em Marx e em Dahrendorf**

A teoria dos conflitos de classe de Marx, delineada no capítulo 1, acima, explica bem o aspecto econômico do conflito de classes em Ipatinga, mas acrescenta pouco acerca de suas variáveis éticas, cruciais para sua compreensão.

Ralf Dahrendorf combina Marx, Parsons e Weber em um modelo em que conflitos políticos ou crises de legitimidade de regimes de dominação determinam as grandes transformações estruturais na sociedade capitalista.

Tomada como referência, essa teoria explicaria a luta entre o operariado e a direção da Usiminas como consequência da arbitrariedade da política e da gestão de recursos humanos da antiga estatal.

Os conflitos de classe em Ipatinga, porém, apresentavam uma motivação econômica importante, em conformidade com o modelo marxiano. Também não se pode ignorar a motivação política por trás da resistência operária ao controle excessivo imposto pela direção da Usiminas.

Esses processos, conforme nossas observações iniciais, embutiam um forte componente ético, impossível de ser equacionado nos paradigmas de Marx e Dahrendorf.

Ainda que abrangente e pretensiosamente universal, a abordagem de Dahrendorf não prospecta as causas últimas da distribuição assimétrica de poder. Não se explica por que o conflito de classes, que impulsionava a modernização capitalista, acabou absorvido por ela.

Talcott Parsons formulou sua teoria da ação, criticada e desafiada por Dahrendorf, para superar o pensamento social positivista, que para ele acaba encurralado pelo dilema utilitarista: não determinar os fins dos atores, e cair no randomismo, ou fixá-los, e cair no determinismo (PARSONS, 1968, p. 64; PARSONS, 1968a, pp. 699, 700, 715).

Uma sociologia que se limite a analisar os conflitos de classe como movimentos politicamente orientados sem perscrutar suas causas finais, a exemplo da elaborada por Dahrendorf, é randômica quanto aos fins, porque exclui a motivação dos sujeitos. Projeta sujeitos em conflito pelo poder, mas evita escrutinar os fins últimos desses sujeitos e não explica por que e para que querem poder.

Como bem observou Montesquieu,

Le désir que Hobbes donne d'abord aux hommes de se subjuguer les uns les autres n'est pas raisonnable. L'idée de l'empire et de la domination est si composée, et dépend de tant d'autres idées, que ce ne seroit pas celle qu'il auroit d'abord<sup>21</sup> (MONTESQUIEU, 1831, Livro I, Capítulo II, p. 34).

A distribuição não equitativa de poder político, consubstanciada na ordem jurídica, aparece em Dahrendorf como base das desigualdades sociais no substrato factual. Na prática, porém, a redistribuição de poder político não implica redistribuição de poder econômico em mesma medida.

Se Dahrendorf tivesse simplesmente invertido a direção da causalidade entre a economia e política do paradigma da produção, a absoluta equidade política em sua teoria implicaria absoluta equidade econômica, e exclusão do capitalismo.

Dahrendorf defende, em vez disso, um meio termo: a harmonização entre democracia e capitalismo, típica da modernização social-democrática, que pressupõe poder político apenas *idealmente* equitativo e poder econômico *realmente* não equitativo.

A crítica de Dahrendorf a Marx pode ser resumida na assertiva de que o poder econômico não controla completamente o poder político. De sua teoria, porém, deduz-se que o poder político também não controla completamente o poder econômico.

O conflito de classes marxiano Marx visa, em última instância, a redistribuição do poder econômico. Já o conflito de classes tipificado por Dahrendorf visa, em última instância, a mera redistribuição de poder político.

---

<sup>21</sup> “O desejo primário que Hobbes confere aos homens, de subjugarem uns aos outros, não é razoável. A ideia de poder e de dominação é tão complexa e depende de tantas outras ideias, que não se pode tomá-la como ponto de partida” (tradução nossa).

Marx preconiza a abolição dos conflitos de classe pela revogação da propriedade privada. Dahrendorf preconiza a solução dos conflitos de classe pela participação mais igualitária na distribuição do poder político.

O autor de *O Capital* exagerou os efeitos da estrutura de classes no sistema político. Dahrendorf negligencia esses efeitos, ao inverter a direção de causalidade entre estrutura de classes e sistema político.

Para Marx, a desigualdade econômica é incompatível com a natureza humana; para Dahrendorf o que é insuportável pelo ser humano é, no fundo, a desigualdade política.

Dahrendorf aperfeiçoa sua teoria em obras mais recentes (DAHRENDORF, 1979; DAHRENDORF, 2008), ao substituir o “conflito por poder” pelo “conflito por igualdade de oportunidades” (*life chances*) como o *leitmotiv* das grandes mudanças estruturais da sociedade. O grande papel da política social, seria, então, nessa nova perspectiva, a estabilização da sociedade por meio da equalização de oportunidades.

Os sujeitos, na verdade, não lutariam ou formariam coalizões para lutar com vistas à redistribuição de poder político, mas para tornar as estruturas sociais menos discriminatórias.

O modelo de Dahrendorf ficou mais consequente, porque os fins dos atores passaram a ter mais substância. Contudo, a sociologia liberal de Dahrendorf ainda ficou distante do âmago da questão que realmente importa: o que, afinal, move os atores? Nem com essa reformulação, Dahrendorf alcançou os fins últimos dos atores sociais. Por que, afinal, pessoas resistem às discriminações produzidas pelo sistema social?

O que a resiliência dos conflitos sociais parece evidenciar é que, em uma ordem capitalista e liberal, o poder econômico necessariamente implica poder político, ao passo que o poder político não implica necessariamente o poder econômico.

A expansão da cidadania, portanto, apaziguou o conflito de classes mais por seu potencial de reduzir as assimetrias econômicas da sociedade, que por seu potencial de reduzir as assimetrias meramente políticas.

Marx, contudo, não está absolutamente correto em suas formulações porque a equalização da ordem econômica e a diluição completa das classes sociais em termos

econômicos também não assegura a pacificação social, como demonstraram as experiências socialistas ao longo do Século XX.

Nossa pesquisa comprova que a política e economia não são as únicas variáveis que importam à estabilização da sociedade. No contexto de Ipatinga, a luta da classe operária não se orientava apenas por pretensões de caráter político e econômico.

A democratização da gestão da Usiminas, que orientava a luta operária, apresentava um caráter meramente instrumental. Os trabalhadores almejavam, em última instância, uma política de recursos humanos não discriminatória.

Essa pretensão, como explicitamos no capítulo 40 desdobrava-se em dois componentes: maior retribuição econômico-financeira pelo trabalho e mais reconhecimento honorífico à figura do operário.

A cidadania, o conjunto de arranjos institucionais que funcionam como anteparo à luta de classes, já no início do Século XX incorporava em seu conteúdo a educação básica universal.

A longevidade da dominação do capital tem que ver com sua *expertise*, forjada no processo de competição, de conhecer o ser humano e responder ideologicamente às suas necessidades materiais e éticas que não sejam incompatíveis com a perpetuação do sistema de espoliação econômica que o sustenta. A modernidade pressupõe a compensação dos conflitos que tendem a irromper nas sociedades mais primitivas.

Dahrendorf cita, mas não aproveita adequadamente, a teoria de Thomas Humphrey Marshall, no que assinala o progressivo nivelamento dos indivíduos pelo expediente da universalização dos direitos de cidadania.

Primeiramente, segundo Marshall, verificou-se a equalização de todos perante a lei por meio do expediente da generalização dos direitos civis. Posteriormente, essa gradativa indiferenciação operou-se no campo dos direitos políticos e, por fim, notou-se uma redução dos graus de desigualdade social pela ampliação de direitos de natureza econômica. Marshall, porém, ressalta que esse processo não implica a destruição de classes, mas sua articulação com uma lógica de equidade que torna suportável a desigualdade inerente ao mercado.

Na próxima seção, apresentaremos detalhadamente a teoria em que Marshall articula estrutura de classes e cidadania.

#### **4. Cidadania e conflito de Classes em Thomas Marshall**

Alfred Marshall observara, em um ensaio publicado em 1873, que a característica distintiva da classe trabalhadora era o trabalho pesado e excessivo (MARSHALL, 2006, p 103).

O regime de produção intensificada da fase inicial do capitalismo forjava a classe operária na engrenagem do trabalho degradante. As massas de gente incorporadas à linha de produção formavam uma humanidade à parte.

It is not true that when we say a man belongs to the working classes we are thinking of the effect that his work produces on him rather than of the effect that he produces on his work?<sup>22</sup> (Marshall, *op. cit.*, p 103).

O que excluía o proletariado da civilização, na visão de Alfred Marshall, não era somente a exploração econômica, mas também a supressão da sua dignidade imposta pelo processo de produção. Confinados em atividades braçais, com a mente atrofiada por processos produtivos mecanizados e repetitivos, sem oportunidade de tomar parte em interações sociais diversificadas (MARSHALL, *ibid.*), esses trabalhadores estavam condenados ao estigma.

Para serem resgatados, precisavam de educação e lazer, e não apenas “aumento de salários e conforto material” (MARSHALL, *ibid.*, p. 4). A ascensão social dos artesãos “que não exercem trabalhos manuais pesados e que são remunerados principalmente por suas habilidades e pelo trabalho de sua mente” (MARSHALL, *ibid.*, 105) é exemplar:

They are steadily striving upwards; steadily aiming at a higher and more liberal preparation in youth; steadily learning to value time and leisure for themselves, learning to care more for this than for mere increase of wages and material comforts; steadily developing independence and a manly respect for themselves; and, therefore, a

---

<sup>22</sup> “Não é verdade que quando dizemos que um homem pertence às classes trabalhadoras estamos pensando mais no efeito que seu trabalho produz nele do que no efeito que ele produz em seu trabalho?” (tradução nossa).

courteous respect for others; they are steadily accepting the private and public duties of a citizen; steadily increasing their grasp of the truth that they are men, and not producing machines<sup>23</sup> (MARSHALL, *ibid.*).

Thomas Marshall parte desses *insights* de Alfred Marshall para explicar, em palestras proferidas em 1949 em Cambridge e publicadas em texto no ano seguinte, o notável desenvolvimento econômico e social inglês ao longo da primeira metade do Século XX.

Para ele, a modernização da Inglaterra, que incorporou o proletariado à sociedade, pode ser explicada na perspectiva de uma “guerra” travada entre a cidadania e o sistema capitalista de classes (MARSHALL, 1992, p. 18).

Cidadania, para Marshall, é o *status* que se confere aos membros plenos de comunidade, que lhes assegura igualdade em termos de direitos e obrigações. Curiosamente, esse instituto jurídico igualizante começa a se desenvolver na Inglaterra, pelo menos, desde a última parte do Século XVII, juntamente com o capitalismo, “um sistema de desigualdade” (*ibid.*).

A emergência e a interação entre esses dois princípios opostos, um forçando o nivelamento da sociedade, outro forçando seu desnivelamento, são os fenômenos sociais que Marshall pretende indicar e analisar.

A “guerra” entre a cidadania e a estrutura de classes no bojo do processo de modernização deflagrado na Inglaterra desde a Revolução Gloriosa é explicada por Marshall a partir da ruptura com o contrato privado do Feudalismo:

Modern contract did not grow out of feudal contract [, that (...)  
“hardened into custom, helped to perpetuate class status (...)]. (...)

---

<sup>23</sup> “Eles estão firmemente se esforçando para ascender socialmente; firmemente buscando uma preparação mais elevada e mais liberal na juventude; firmemente aprendendo a valorizar o tempo e o lazer para si mesmo, aprendendo a se importar mais com isso que com o mero aumento de salários e de conforto material; firmemente desenvolvendo independência e respeito varonil por si mesmos; e, portanto, um respeito cortês pelos outros; eles estão firmemente aceitando os deveres privados e públicos de um cidadão; firmemente apreendendo a verdade de que são homens, e não máquinas que produzem” (tradução nossa).

For modern contract is essentially an agreement between men who are free and equal in status, though not necessarily in power”<sup>24</sup>

O novo contrato exprimiria a desvinculação entre *status* e poder econômico na nova era que se inaugurava. Progressivamente, seria possível uniformizar os indivíduos sob o manto da cidadania e continuar a diferenciá-los pelos mecanismos de classe.

Marshall divide a cidadania em três elementos (direitos civis, direitos políticos e direitos sociais) para revelar como esse processo ocorreu (MARSHALL, *ibid.*, p 17).

A cidadania surge na Inglaterra, segundo ele, meramente como expressão de direitos civis, que configuravam, basicamente, proteção estatal aos direitos privados de propriedade e da liberdade de contratar.

Na cronologia de Marshall, os direitos civis assumiram sua forma moderna antes da aprovação do primeiro *Reform Act* de 1832, que marca o início da expansão da cidadania para incluir direitos políticos.

Essa reforma eleitoral alargou o sufrágio e reduziu distorções no sistema representativo, com reformulação dos distritos e equalização dos votos. Mesmo sem assegurar à maioria da classe trabalhadora participação nas eleições, deflagrou um processo de mutação no regime da cidadania, que se concluiu com a universalização do sufrágio em 1918.

A partir do início do Século XX, a cidadania se aperfeiçoa, com a inclusão de direitos de caráter econômico, e começa a impactar mais decisivamente as desigualdades sociais.

A estrutura de classes a ele inerentes assegura uma desigualdade social que é necessária e proposital. “Ela proporciona o incentivo ao esforço e esboça a distribuição de poder”<sup>25</sup> (MARSHALL, T., *ibid.*, p. 19). Por outro lado, a cidadania, em sua forma perfeita, no que afeta essa estrutura, interfere no funcionamento do sistema capitalista.

---

<sup>24</sup> “O contrato moderno não provém do contrato feudal, [que, (...) “consolidado no costume, ajudava a perpetuar o status de classe” (...)] (...) O contrato moderno é essencialmente um acordo entre homens que são livres e iguais em status, mas não necessariamente em poder” (tradução nossa).

<sup>25</sup> Tradução nossa do excerto: “*It provides the incentive to effort and designs the distribution of power*”.

A “guerra” entre a cidadania e a estrutura de classes impulsiona o surgimento e a consolidação do *welfare state* na Inglaterra. Marshall conclui que essa “guerra”, na verdade, acaba por salvaguardar o capitalismo:

(...) this conflict of principles springs from the very roots of our social order in the present phase of the development of democratic citizenship. Apparent inconsistencies are in fact source of stability, achieved through a compromise which is not dictated by logic (MARSHALL, T., *ibid.*, p. 49)<sup>26</sup>.

Depreendemos dessa teoria de Marshall que a modernização inglesa consistiu na concatenação entre princípios contraditórios, de um lado, uma ordem econômica concorrencial, que força a graduação social em termos de classes, e, de outro, uma ordem de *status* comunitária, que força a homogeneização social por meio da cidadania.

O que constituiu a sociedade moderna é expressão da convergência entre lógica contratual e lógica estatutária. A economia capitalista, regulada contratualmente, exige a equiparação dos contratantes, contudo, essa equiparação não pode decorrer do próprio contrato. A equivalência dos contratantes é condição essencial do contrato, por isso reduzi-la à cláusula contratual seria *contraditio in terminis*.

Uma sociedade regulada apenas pela ordem econômica em si, por um contrato absoluto, sem um fundamento externo à equivalência dos contratantes, estaria fadada à ruptura. Em Marx, vê-se que a operação do capitalismo tende a reduzir o trabalhador a mercadoria, ou seja, de sujeito a objeto do contrato.

The political economist tells us that everything is bought with labor and that capital is nothing but accumulated labor; but at the same time he tells us that the worker, far from being able to buying everything, must sell himself and his human identity<sup>27</sup> (MARX, 2007, p. 7).

A graduação dos membros da sociedade em contratantes e não contratantes configuraria uma sociedade de puro contrato, com ordem de *status* neutra. A sonegação

---

<sup>26</sup> “(...) esse princípio de conflitos emana das raízes de nossa ordem social na presente fase do desenvolvimento da cidadania democrática. Inconsistências aparentes são, de fato, uma fonte de estabilidade, alcançada por meio de um compromisso que não é ditado pela lógica” (tradução nossa).

<sup>27</sup> “O economista político nos diz que tudo é comprado com trabalho e que capital não é nada, a não ser trabalho acumulado; mas ao mesmo tempo ele nos diz que o trabalhador, longe de poder comprar tudo, deve vender-se a si mesmo e sua identidade humana” (tradução nossa).

de reconhecimento a determinados seres humanos, segundo critério econômico, implicaria a não atribuição de valor intrínseco ao ser humano e a vinculação da ordem de *status* à ordem econômica, na flutuação do *status* conforme posição de classe.

Na *Gesellschaft* é imprescindível, portanto, a equiparação dos contratantes, que, todavia, deve estar radicada na *Gemeinschaft*, porque não é uma questão contratual, mas de *status*.

Na seção seguinte, discutimos a modernidade como sincronização entre ordem econômica e ordem de *status* a partir de *insights* da teoria sociológica de Max Weber.

## 5. A interface moderna entre a ética e o interesse

Inspirado em Ferdinand Tönnies, Weber distingue a relação social comunitária, que se fundamenta “no sentimento dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”, típica da *Gemeinschaft*, da relação associativa, estruturada em “ajuste ou união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou a fins)”, típica da *Gesellschaft* (WEBER, 2000, p. 25).

A modernização consiste na transição de um mundo social regulado predominantemente pela relação comunitária para outro, regulado predominantemente pela relação associativa.

O centro de referência da consciência individual deixou de ser o local, o moral, concreto e passou a ser o universal, o racional, o abstrato. Essa objetivação da natureza dos vínculos que constituem a sociedade seria o traço fundamental da modernidade.

Max Weber investiga os antecedentes dessa transformação a partir de uma questão central:

(...) quel enchaînement de circonstances a conduit à ce que l'Occident précisément, et lui seul, ait vu apparaître sur son sol des phénomènes culturels qui sont inscrits dans une direction de développement qui a

revêtu – du moins aimons-nous à le penser – une signification e une validité *universelles*<sup>28</sup> (Weber, 1996, p. 489).

Para ele, o protestantismo, ao promover como doutrina religiosa a disciplina no trabalho e nas finanças pessoais, estimulou a vida racional da burguesia (WEBER, 2006, p. 130). “A ordenação racional e sistemática da vida moral como um todo” (WEBER, 2006, p. 97), promovida pelo ascetismo protestante, preparou as condições necessárias para a materialização da *Gesellschaft*, a sociedade do contrato, que ao mesmo tempo resulta do e propicia o desenvolvimento do capitalismo.

É a determinação recíproca entre religião e mercado, entre ética e interesse, e – acrescentaríamos – entre ordem democrática e capitalismo, que instaura a modernidade no Ocidente.

Nas palavras de Habermas,

Weber traite la question de l’emergence et du développement du capitalisme du point de vue de l’institutionnalisation des orientations d’action rationnelles par rapport à une fin, et ce faisant il se heurte au rôle de l’éthique protestant de la vocation e du droit moderne. Il montre comment ils aidèrent à institutionnaliser la rationalité cognitive-instrumentale dans l’économie et l’État<sup>29</sup> (HABERMAS, 1987a, p. 259).

Gradativamente, porém, a ética perderia o controle sobre o mercado, e o precário equilíbrio entre ética e interesse seria rompido pela eclosão do materialismo. Nesse cenário, a razão que regula o mundo se esvaziaria de conteúdo valorativo:

Since asceticism undertook to remodel the world and to work out its ideals in the world, material goods have gained an increasingly and finally an inexorable power over the lives of men as at no previous period in history. Today the spirit of asceticism – whether finally, who knows? – has escaped from the cage. But victorious capitalism,

---

<sup>28</sup> “Qual confluência de circunstâncias levou a que precisamente o Ocidente, e ele tão somente, tenha visto aparecer em seu solo fenômenos culturais que se inscrevem na direção de um desenvolvimento que se revestiu, ao menos é assim que pensamos, de significado e valor *universais*?” (Tradução nossa).

<sup>29</sup> “Weber trata a questão da emergência e do desenvolvimento do capitalismo do ponto de vista da institucionalização de orientações de ações racionais referidas a fins, e o fazendo se defronta com o papel da ética protestante da vocação e do direito moderno. Ele mostra como uma e outro ajudam a institucionalizar a ética cognitiva-instrumental na economia e no Estado” (tradução nossa).

since it rests on mechanical foundations, needs its support no longer<sup>30</sup>  
(WEBER, 1958, p. 59).

A modernização consiste, em acepção weberiana, na secularização da cultura, na substituição de *common values* por acordos utilitários como referência básica da vida social. As coordenadas éticas da racionalidade são substituídas por coordenadas científicas. Contudo,

(...) 'Scientific' pleading is meaningless in principle because the various value spheres of the world stand in irreconcilable conflict with each other<sup>31</sup> (WEBER, 1946, p. 147).

Com esvaziamento ético da ação social típica da sociedade moderna, a ordem social passa a se fundamentar no direito, em uma lógica associativa, contratual, autônoma, fechada em si mesma. A estabilidade social, antes resultante de sistemas de controle radicados na tradição e no carisma, em coordenadas comunitárias, passou a ser função da “crença na validade de estatutos legais” e da “‘competência’ objetiva, fundamentada em regras racionalmente criadas” (WEBER, 1999b, p. 526).

Weber deplore le report des orientations éthiques de l'action sur le pôle purement utilitariste, et il conçoit ce phénomène comme un décrochage des fondements motivationnels par rapport à la sphère de valeur morale-pratique<sup>32</sup> (HABERMAS, *op. cit.*, p. 279).

Para Habermas, porém, a secularização não excluiu a ética, mas implicou uma fundamentação lógica e laica da moralidade moderna (AVRITZER, 2012, p. 69). Em seu modelo, compensa-se a supressão do referencial ético-religioso com a articulação de um referencial ético-racional, construído discursivamente:

---

<sup>30</sup>“Uma vez que o ascetismo conseguiu reconfigurar o mundo e implementar seus ideais no mundo, os bens materiais ganharam um crescente e, ao final, um inexorável poder sobre as vidas dos homens como em nenhum outro período da história. Hoje o espírito do ascetismo – se, de forma definitiva, quem sabe? – escapou da jaula. Mas o capitalismo vitorioso, como se apoia em fundações mecânicas, não precisa mais de sua ajuda” (tradução nossa).

<sup>31</sup> “A fundamentação científica não faz sentido, em princípio, porque as várias esferas de valor do mundo se encontram em conflito irreconciliável umas com as outras” (tradução nossa).

<sup>32</sup> “Weber lamenta a remissão das orientações éticas da ação ao polo puramente utilitário, e concebe esse fenômeno como um desatrelamento dos fundamentos motivacionais intrincados com a esfera de valor moral-prático” (tradução nossa).

(...) a teoria do discurso conta com a intersubjetividade mais avançada presente em processos de entendimento mútuo que se cumprem, por um lado, na forma institucionalizada de aconselhamentos em corporações parlamentares, bem como, por outro lado, na rede de comunicação formada pela opinião pública de cunho político. Essas comunicações sem sujeito, internas e externas às corporações políticas e programadas para tomar decisões, formam arenas nas quais pode ocorrer a formação mais ou menos racional da opinião e da vontade acerca de temas relevantes para o todo social e sobre matérias carentes de regulamentação. A formação de opinião que se dá de maneira informal desemboca em decisões eletivas institucionalizadas e em resoluções legislativas pelas quais o poder criado por via comunicativa é transformado em poder administrativamente aplicável (HABERMAS, 2007, p. 289).

Weber e Habermas apontam a autonomização da sociedade moderna em relação aos antigos fundamentos comunitários, afetivos ou tradicionais. Ao passo que Weber explica a ordem social moderna a partir de uma razão instrumental descolada de *common values* e fundamentada em pacto de interesse, Habermas tenta apontar resíduo ético nos procedimentos que regulam esse pacto. As dinâmicas de interações comunicativas formais e informações forneceriam o conteúdo ético necessário ao controle do puro interesse.

Em Marx, a modernização aparece como ajustamento das instituições sociais em geral à lógica do sistema capitalista, de forma que as variáveis culturais, enfatizadas por Weber, seriam determinadas pelo processo econômico.

Ao passo que Weber vê a modernidade como convergência entre a ordem ética e a ordem econômica, Marx a vê como processo de universalização do materialismo.

O equilíbrio entre ética e interesse, para Marx, é improvável. “As ideias dominantes” são “expressão ideal das relações materiais dominantes” (MARX; ENGELS, 2007, p.71). O máximo que se pode buscar é o equilíbrio entre interesse e interesse.

A comunidade aparente em que os indivíduos se associaram até agora adquiriu, sempre, uma existência própria e independente diante deles e, por se tratar de uma associação de classe contra outra, não apenas era, ao mesmo tempo uma comunidade puramente ilusória para a

classe dominada, mas também um novo grillão (MARX; ENGELS, 2007, p. 103).

A solução para a sociedade moderna, portanto, não seria recuperar a ética, como sugere Habermas, mas buscar a convergência e a integração de interesses na arena da luta de classes, mediante a estruturação de uma ordem econômica comunitária.

Durkheim descreve a modernização em termos de diferenciação social. O mundo de pequenas comunidades isoladas e determinadas por solidariedade mecânica, por divisão de trabalho muito simples, com o advento do capitalismo, passa a se estruturar por solidariedade orgânica, com uma divisão do trabalho cada vez mais complexa.

E esse fenômeno desencadeado pela ordem econômica afeta, de forma decisiva, a ordem de *status*, porque, com a divisão do trabalho,

(...) l'individu reprend conscience de son état de dépendence vis-à-vis de la société ; c'est d'elle que viennent les forces que retiennent el le contiennent. En un mot, puisque que la division du travail devient le source éminente de la solidarité sociale, elle devient du même coup la base de l'ordre moral<sup>33</sup> (DURKHEIM, 1922, p. 396).

A substituição dos fundamentos religiosos da ordem moral por outros seculares, consubstanciados no direito racional, em decorrência da divisão social do trabalho, configurou mais uma ruptura que uma transição tranquila. A transformação da ordem econômica foi tão rápida, que a ordem de *status* não teve tempo de se adaptar.

Nous ne souffrons pas parce que nous ne savons plus sur quelle notion théorique appuyer la morale que nous pratiquions jusqu'ici; mais parce que, dans certaines de ses parties, cette morale est irrémédiablement ébranlée, et que celle qui nous est nécessaire est seulement en train de se former<sup>34</sup> (DURKHEIM, *op. cit.*, p. 405).

---

<sup>33</sup> “O indivíduo toma consciência de seu estado de dependência para com a sociedade; é dela que vêm as forças que o retém e contém. Em uma palavra, uma vez que a divisão do trabalho torna-se a fonte eminente da solidariedade social, ela se torna ao mesmo tempo a base da ordem moral” (tradução nossa).

<sup>34</sup> “Não sofremos porque não sabemos mais sobre qual noção teórica apoiar a moral que praticamos até aqui; mas porque, em certos elementos, essa moral está irremediavelmente abalada, e porque aquela que nos é necessária está apenas em vias de se formar” (tradução nossa).

Weber, Habermas, Marx e Durkheim veem, cada um de sua maneira e pelo menos a partir de certo ponto, a modernização como ascendência da ordem econômica sobre a ordem de *status*, ou como enfraquecimento de uma racionalidade baseada em valores comunitários.

A suplantação da racionalidade ética, particularista por fundamentar-se em uma comunidade concreta e específica, por uma racionalidade meramente econômica, universal e orientada apenas pela eficiência, implica como externalidade a crise anômica, para usar a expressão de Durkheim.

A crise anômica que marca a emergência da *Gesellschaft* em detrimento da *Gemeinschaft* na transição à modernidade, em nossa teoria, manifesta a defasagem de reconhecimento. O capitalismo rachou a sociedade em duas classes e desestruturou a ordem de *status*.

O grosso das pessoas comuns, que antes vivia em regime de subsistência, foi absorvido pelo mercado, e as redes de significação que conformavam a identidade de cada uma foram reconfiguradas de forma abrupta.

Essa massa de gente de comum conhecia a opressão econômica, mas em uma ordem em que o princípio da comunidade era suficientemente forte para compensá-la. O mercado era uma ordem restrita no conjunto da vida social. Na nova sociedade (*Gesellschaft*), porém, o mercado é uma ordem expandida, em que se dilui a comunidade (*Gemeinschaft*).

O caráter econômico da sociedade evidencia-se pela importância reforçada da classe como categoria determinante da identidade. A cidadania moderna implica o *status* como artifício e representação. De certa forma, a cidadania não determina a identidade, mas os limites da estrutura de classe.

A vida do indivíduo, basicamente, resume-se à sua função econômica, à sua classe. A bifurcação do mundo em duas classes, uma que trabalha para realizar o bem-estar do outra, e a ascensão do interesse acima dos valores, provoca o desencadeamento da luta de classes.

O estrutural funcionalismo aponta que os referenciais da ação social na sociedade moderna não são mais valores comunitários comuns, mas valores econômicos:

By economic values I mean which above all characterize the process of the rationalization of means. In sociological theory these values are referred to as universalism and performance, two of the “pattern variables” of theory of action. In the process of rationalizing means, or what may equally well be called instrumental action, the ends of action are for the moment taken for granted. The only problem is how to achieve a given end with the greatest degree of efficiency and the least expenditure of energy. (...) In this process of instrumental or adaptive action there’s no concern with particular object as such (...). Therefore we say that orientation to objects in the adaptive situation is universalistic rather than particularistic. Taking society as a whole as our frame of reference we can say that the economy is the system most concerned with the adaptive problem. (...) [That is why] (...) we are justified in speaking in “economic values”<sup>35</sup> (BELLAH, 1985, cap. I, pp. 5-7/21).

A sociedade moderna seria aquela em que os valores econômicos, nesse sentido estrutural-funcionalista, são as referências cardais da ação social. A modernização seria a irradiação do princípio utilitário para todos os setores da vida social. A principal característica dessas sociedades é o capitalismo mais funcional e eficiente, o que implica uma ordem social mais coesa e estável.

## **6. A disputa entre modelos de modernização nas Grandes Guerras**

A Primeira Guerra Mundial, consequência direta dos desdobramentos da modernização capitalista, vencida pela coalizão liderada pelo Reino Unido, Estados Unidos e França, demoliu os grandes impérios – o austro-húngaro, o russo e o alemão e o otomano – e sinalizou o rumo da história.

Na época, os ventos do desenvolvimento sopravam a favor das nações que sincronizavam capitalismo e democracia, que compensavam a tendência disruptiva da

---

<sup>35</sup> “Chamo de valores econômicos aqueles que acima de tudo caracterizam o processo de racionalização de meios. Em teoria sociológica esses valores são referidos como universalismo e desempenho, duas das “variáveis de parâmetro” da teoria da ação. No processo de racionalizar meios, que poderia também ser chamado de ação instrumental, os fins da ação são, momentaneamente, assumidos como dados. O único problema é como alcançar um dado fim com o melhor grau de eficiência e com o menor gasto de energia. (...) Nesse processo de ação instrumental ou adaptativa não há preocupação com um objeto particular como tal (...). Portanto, dizemos que a orientação a objetos na situação adaptativa é mais universalística que particularística. Tomando o conjunto da sociedade como nosso quadro de referência podemos dizer que a economia é o sistema que mais diz respeito ao problema adaptativo (...) [Por essa razão] é que se justifica falar em ‘valores econômicos’” (tradução nossa).

estrutura de classes ínsita à economia de mercado com integração fundada no Estado democrático de direito.

Nas potências capitalistas modernas, a extensão da cidadania política à classe operária, que fornecia a maioria dos combatentes, alargou a base de legitimidade das democracias liberais e preveniu a transnacionalização do conflito de classes.

No auge da guerra, os trabalhadores começavam a se articular, para inserir no futuro Tratado de Paz, cláusulas trabalhistas, inclusive para assegurar um salário mínimo de subsistência.

Em maio de 1916, o Congresso da União dos Sindicatos do Sena (França) adotou, por unanimidade, um voto apresentado pelo Comitê Intersindical de Ação contra a Exploração da Mulher, que requeria o seguinte:

Que les organisations ouvrières des pays étrangers créent un puissant mouvement en faveur de l'égalité des salaires en vue d'obtenir de leurs gouvernements respectifs, au moment de la signature du traité de paix, l'établissement de conventions internationales, applicables dans un temps limité et propres à assurer : 1° La fixation d'un minimum de salaire assimilable au salaire vital ; 2° L'application du principe 'à travail égal salaire égal'.<sup>36</sup> (DUCHENE, 1918, p. 82)

Essas e outras reivindicações foram contempladas no Tratado de Versailles, que, formalmente, pôs termo à Segunda Guerra Mundial. Na época, as grandes potências capitalistas ainda assimilavam o impacto da Revolução Russa de 1917, que inaugurava uma via de modernização revolucionária sob a égide do governo proletário. Concordaram que era preciso universalizar, no mundo capitalista, a cidadania operária que já se consolidava na Inglaterra para preservar a economia de mercado da ameaça comunista.

O artigo 427 do tratado declara que,

Les hautes parties contractantes reconnaissent le bien-être physique, moral et intellectuel des travailleurs salariés est d'une importance

---

<sup>36</sup> “Que as organizações de trabalhadores dos países estrangeiros criem um poderoso movimento em favor da igualdade de salários para obter de seus governos respectivos ao momento da assinatura do tratado de paz, o estabelecimento de convenções internacionais, aplicáveis dentro de um tempo limitado e aptas a assegurar: 1º a fixação de um salário mínimo baseado no salário vital; 2º a aplicação do princípio ‘a um trabalho igual, um salário igual’” (tradução nossa).

essentielle au point de vue internacional (TRAITÉ DE VERSAILLES 1919, 1919, p. 223)<sup>37 38</sup>.

Para promover esse bem-estar, fundamento do *welfare state* que vai emergir principalmente no norte Europeu nas décadas seguintes, o tratado cria a instituição da Organização Internacional do Trabalho (*ibid.*),

A cidadania universal do trabalhador, que deveria ser assegurada a todos os Estados-Membros da OIT, criada ainda em 1919, pode ser deduzida das diretrizes previstas no mesmo dispositivo, que contemplavam a não mercantilização do trabalho, o direito de associação, o salário compatível com nível de vida adequado aos trabalhadores, a jornada de oito horas diárias e 48 semanais, o repouso semanal de, pelo menos, 24 horas, a isonomia salarial, inclusive intergênero, a proibição do trabalho infantil e a restrição ao trabalho de jovens em idade escolar (*ibid.*, pp. 223-224).

Nas sociedades industriais mais avançadas esses direitos haviam sido conquistados mediante a luta de classes, a exemplo do que, segundo Thomas Marshall (1992), ocorrera na Inglaterra. Em muitas nações retardatárias, inclusive o Brasil, seriam outorgados preventivamente pelo Estado, o que – considerado o roteiro das experiências clássicas de modernização liberal – afetaria o desenvolvimento “normal” da classe operária local.

De toda a forma, a outorga de direitos continuou vinculada à soberania dos Estados, que teriam a faculdade de ratificar ou não as convenções da OIT. Consequentemente, o âmbito da luta de classes, reguladora do nível de cidadania, continuou adstrito às fronteiras nacionais.

A democracia constitucional, parlamentar e liberal, reforçada com direitos de cidadania de caráter social, tornaram-se o modelo institucional predominante no imediato pós-guerra.

(...) as instituições da democracia liberal haviam avançado politicamente, e a erupção do barbarismo em 1914-18 aparentemente apenas apressou esse avanço. Com exceção da Rússia soviética, todos

---

<sup>37</sup> Redação levemente alterada pelo autor, sem modificação do sentido.

<sup>38</sup> “As altas partes contratantes reconhecem que o bem estar físico, moral e intelectual dos trabalhadores assalariados é de importância essencial do ponto de vista internacional” (tradução nossa).

os regimes que emergiam da Primeira Guerra Mundial, novos e velhos, eram basicamente regimes parlamentares representativos eleitos, mesmo a Turquia. (HOBSEBAWM, 2003 p. 114).

A modernização social-democrática foi “imposta”, de cima para baixo, em diversos países, onde as condições sociais necessárias, como a organização da classe trabalhadora, uma economia industrial consolidada e um mercado minimamente dinâmico, estavam ausentes.

A Constituição Weimar, de 1919, em seu artigo 162, atribui à classe operária na Alemanha “um mínimo geral de direitos sociais”. O país pulava etapas na construção de uma cidadania abrangente, com direitos das três gerações indicadas por Marshall (civis, políticos e sociais). Contudo, com a economia destruída pela guerra, o Estado alemão não conseguia cumprir as promessas constitucionais.

Sucesso do programa de industrialização acelerada, implementado pela ditadura soviética no final dos anos 20, que começavam a delinear um modelo não capitalista e antiliberal de modernização, de um lado, e grande depressão que seguiu ao *crack* da bolsa de Nova Iorque em 1929, de outro, minavam a crença na social-modernização social-democrática, que foi reajustada.

A necessidade de contrapor às crises cíclicas do capitalismo, e de contrabalançar a inclusão social do modelo revolucionário soviético, aumentou os graus de intervencionismo estatal admitidos no modelo. A maior regulação da economia, em grande medida, acelerou a densificação da cidadania, com aprofundamento do *welfare state*.

Já havia começado a proliferar nos anos 20 experiências de modernização autoritária ao redor do mundo. O caso mais notável é o da Itália, onde, como primeiro-ministro, Benito Mussolini inicia a formatação e a experimentação do modelo corporativista a partir de 1922.

O processo de modernização, inclusive na via autoritária, é um fenômeno que reverbera a luta de classes:

(...) não é somente a ditadura do proletariado, fundada no plano teórico da doutrina neocomunista e atualizada no plano prático do partido bolchevique russo, que se insurge contra o ideal de democracia. A forte pressão exercida pelo movimento do proletariado

sobre o espírito e a política da Europa leva a burguesia a assumir também, por reação, uma atividade antidemocrática. Essa reação encontra expressão teórica e prática no fascismo italiano (KELSEN, 2000, p. 26).

Com a grande depressão, a situação econômica da Alemanha tornou-se insustentável. O modelo de modernização liberal, sem sustentação política, foi abandonado com a chegada de Hitler ao poder, em 1933.

A Alemanha nazista aderiu ao modelo de modernização capitalista autoritária e recuperou, rapidamente, a condição de grande potência no sistema internacional:

A eficiência da economia alemã na gestão nazista pode ser comprovada pela análise dos números indicativos do despenho desta economia no período. Acompanhando-se a evolução global da economia alemã por meio da curva do PNB per capita, partindo do decréscimo econômico no período imediatamente anterior ao início do domínio nazista, nota-se desde então um crescimento contínuo até o ano de 1944 durante o qual a economia quase duplica de tamanho: um êxito notável (FEIJÓ, 2009).

Com a Crise de 1929, que colocou em cheque a modernização capitalista democrático-liberal, a modernização capitalista autoritária, capitaneada pela Alemanha, e a modernização socialista autoritária, capitaneada pela União Soviética, rivalizavam-se como alternativas ao paradigma hegemônico.

O bom desempenho alemão e soviético, no cenário econômico adverso pós-Grande Depressão dos anos 30, promovia os paradigmas autoritários. O Produto Nacional Líquido (PNL) da Alemanha cresceu 45% entre 1928 e 1938, e o russo, 49% de 1928 a 1937 (HOFFMANN, 1965, p. 828; BERGSON, 1963, p. 36, *apud* TEMIN, 1990).

O Japão emergiu como grande potência de modernização capitalista autoritária já no final do Século XIX. A modernização japonesa interessa-nos de maneira especial, porque impactou diretamente a Usiminas<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> No final dos anos 50, quando decidiu participar do projeto Usiminas, o Japão, por imposição dos Estados Unidos, já adotara a modernização capitalista democrática. Mesmo assim, a cultura de disciplina rígida continuava a impactar a industrialização e os demais processos sociais inerentes à ordem econômica e à ordem de *status* no país.

Como apontou Robert Bellah (1985, cap. II, p. 94/101), dotado de um sistema de valores com raízes na religião, estabelecido no Governo Tokugawa, o Japão ingressou na modernidade após a Revolução Meiji, de 1868, com uma sociedade altamente disciplinada, que favoreceu sua rápida industrialização.

A Segunda Guerra (1939-1945) opôs, grosso modo, os Países do Eixo (Alemanha e Itália, além do Japão e outros) aos Aliados, coalizão entre a União Soviética e diversos países de modernização capitalista liberal (Estados Unidos, Inglaterra, França etc.).

Com a derrota das Potências do Eixo em 1945, o modelo de modernização capitalista autoritário submergiu. Nos anos da chamada Guerra Fria, o que se viu foi uma disputa acirrada entre os modelos de modernização das potências vencedoras; o capitalista liberal, promovido pelo bloco liderado pelos Estados Unidos, e o modelo de modernização socialista autoritário, liderado pela União Soviética.

## **7. A disputa entre modelos de modernização na Guerra Fria**

O desfecho da Segunda Guerra excluiu, temporariamente, modernização capitalista autoritária do rol de opções disponíveis aos países ditos subdesenvolvidos, que passaram, pressionados, a optar entre o paradigma autoritário socialista e o paradigma capitalista democrático.

Spurred by massive funding from the [North-American] government, Talcott Parsons, Edward Shils, Harold Lasswell, [Daniel] Lerner e other leading scholars were part of a network of intellectuals putting their analytical and theoretical skills to work, thinking carefully about geopolitical strategy and ways of winning hearts and minds of residents in the postcolonial world, then known as “underdeveloped countries”, “less-developed countries”, or “the third world”. Many of these ideas and techniques were central to modernization theory (SHAH, 2011, p. 3)<sup>40</sup>.

---

Os executivos japoneses que se encarregaram no início da gestão das atividades industriais da Usiminas em Ipatinga, tentavam, com grande dificuldade, implantar as diretrizes de ordem e disciplina que vigoravam no Japão.

<sup>40</sup> “Incentivados por financiamento massivo, Talcott Parsons, Edward Shils, Harold Lasswell, [Daniel] Lerner e outros pesquisadores de ponta eram parte de uma rede de intelectuais que colocavam suas

O Departamento de Estado Americano financiou, no final dos anos 40, uma pesquisa do *Bureau of Applied Social Research* da Universidade de Colúmbia (BASR) no Oriente Médio (SHAH, 2011, p. 13).

O objetivo declarado da pesquisa era esclarecer hábitos de ouvintes de rádio na Turquia, no Irã, na Síria, no Líbano, na Jordânia e no Egito. Na verdade, o governo americano buscava contrapor a propaganda soviética da Rádio Moscou na região (SHAH, 2011, p. 13).

Daniel Lerner valeu-se dos dados dessa pesquisa para elaborar o livro *Modernizing Middle East: Mass media, and the passing of tradicional society* (Modernizando o Oriente Médio: Meios de comunicação de massa e o declínio da sociedade tradicional), uma das primeiras publicações a apresentar uma teoria psicológica da modernização (SHAH, *ibid.*, p. 1).

Basicamente, Lerner sustentou que a modernização é um processo em que determinada sociedade atinge altas taxas de urbanização, participação política, econômica e integração social através dos meios de comunicação de massa.

Além disso, haveria no Oriente Médio correlação entre modernização e exposição aos conteúdos difundidos pela mídia ocidental e as sociedades em que se verifica maior grau de empatia, como a turca, teriam maiores chances de se modernizarem.

Empatia, um conceito chave na teoria de Daniel Lerner, seria a capacidade de alguém se projetar no lugar de outrem (LERNER, 1958, p. 50). Os indivíduos das sociedades tradicionais com maior habilidade de desprendimento em relação ao próprio modo de vida seriam os arautos da modernidade. E essa habilidade poderia ser desenvolvida por meio da exposição aos conteúdos ocidentais difundidos pelos meios de comunicação de massa.

Por volta da metade do Século XX, irradiavam principalmente dos Estados Unidos e, em muitos casos, mediante financiamento governamental, muitas outras teorias da modernização cujo eixo comum era a demonstração da superioridade do paradigma patrocinado por Washington.

---

habilidades analíticas e teóricas para trabalhar, pensando cuidadosamente sobre estratégia geopolítica e maneiras de ganhar corações e mentes de residentes do mundo pós-colonial, então conhecido comumente como “países subdesenvolvidos”, “países menos desenvolvidos” ou como “o terceiro mundo”. Muitas dessas ideias e técnicas foram centrais para a teoria da modernização” (tradução nossa).

No Século XX, sociólogos como Talcott Parsons e Merton; antropólogos como Levy-Bruhl, Franz Boas e Herkovics; politólogos como Lipset, Almon, e Apter, desenharam um modelo ideal mais ou menos coerente do que seria esta sociedade moderna, com técnicas de verificação empírica mais ou menos desenvolvidas para detectar o grau de modernização alcançado pelas sociedades concretas. A teoria do desenvolvimento buscou localizar os obstáculos à plena implantação da modernidade e definir os instrumentos de intervenção, capazes de alcançar os resultados desejados no sentido de aproximar cada sociedade existente desta sociedade ideal. Por mais que estas construções teóricas pretendam ser construções neutras em termo de valores, era impossível esconder a evidência de que se considerava a sociedade moderna, que nascera na Europa e se afirmava nos Estados Unidos da América, como um ideal a alcançar e uma meta sócio política a conquistar. Era mais ou menos evidente também uma aceitação tácita de que a instalação desta sociedade era uma necessidade histórica incontestável (SANTOS, 2008).

Teorias da modernização baseadas no funcional-estruturalismo de Talcott Parsons, inspiradas, sobretudo, em Max Weber, alcançaram grande projeção na época (LEYS, 1996, p. 9).

Esses paradigmas articulam conexões entre normas, estruturas e comportamentos. As normas dizem respeito a valores e a interesses. As estruturas correspondem a papéis, redes de papéis e classes. O comportamento diz respeito à motivação e percepção. Essas três instâncias se imbricariam em um sistema, que corresponderia à totalidade do conteúdo da sociedade.

As sociedades modernas, segundo Parsons e seus seguidores, constituem sistemas bem integrados, com as três instâncias bem sincronizadas. Seu progresso econômico é indicador de sua superior adaptação e desenvolvimento.

Having identified the major systems of society and the relevant features of individual action, Parsons argued that the entire complex was governed by certain functional requirements. Parsons and his colleagues Robert F. Bales and Edward A. Shils describe these spheres of activity that any society must accomplish in order to maintain itself. The four functions are usually referred by their acronym, **AGIL**. The first element is **Adaptation**, which refers to how

well the social system adapts to its material environment. The economic organization of any society is largely captured under this sphere. The second is **G**oal attainment, or the ability of the group to identify and pursue common goals, even though each member may have contrasting individual goals. Political organization is likely to fall under this group. Third, **I**ntegration refers to dimensions of cohesion and solidarity that unite the group . Integration is complicated by the multiple roles that people play in diverse settings (work roles, family roles, etc.), but referred to norms that promote a sense of “we-ness” among the group (...). Finally, **L**atent pattern maintenance refers to sphere of general values. While largely subjective, these values tend to be institutionalized within any given society (CALHOUN; GERTEIS; MOODY; PFAFF VIRK, p. 492)<sup>41</sup>.

Os teóricos parsonianos da modernização preconizavam o ajustamento dos países menos desenvolvidos ao paradigma liberal-democrático, que seria mais eficiente na consecução dos requerimentos funcionais indispensáveis às sociedades bem ajustadas.

Esse ajustamento seria implementado, em especial, por meio da educação e da transferência de tecnologia para as elites dos países-alvo (LEYS, 1996, p. 10). Como Lerner, Parsons e seus seguidores vislumbraram que a modernização seria, grosso modo, a ocidentalização do mundo, premissa que pode ser rastreada até Max Weber.

---

<sup>41</sup> “Tendo identificado os principais sistemas da sociedade e as características relevantes da ação individual, Parsons argumentou que o complexo como um todo era orientado por certos requerimentos funcionais. Parsons e seus colegas Robert F. Bales e Edward A. Shils descrevem essas esferas de atividade que toda sociedade deve implementar para que perdure. As quatro funções são normalmente referidas por seu acrônimo, **AGIL**. O primeiro elemento, **A**daptação, que se refere à eficiência do sistema social para se adaptar a seu ambiente material. A organização econômica de qualquer sociedade é, em grande parte, capturada nessa esfera. O segundo é a consecução de metas (**G**oal attainment), ou a habilidade do grupo para identificar e perseguir metas comuns, mesmo que cada membro possa ter objetivos individuais contrastantes. A organização política provavelmente recairia nessa esfera. O terceiro, **I**ntegração, refere-se a dimensões de coesão e solidariedade que unem o grupo. A integração é complicada pelos múltiplos papéis que as pessoas desempenham em diversos cenários (papéis no trabalho, papéis familiares etc.) mas se refere a normas que promovem o senso de pertencimento (*we-ness*) no grupo (...). Finalmente, a manutenção de padrão **L**atente se refere à esfera dos valores gerais. Apesar de muito subjetivo, esses valores tendem a se institucionalizarem dentro de dada sociedade” (tradução nossa).

## 8. Teorias da modernização *versus* teorias da dependência

Ainda nos anos 50 do Século XX, começou a surgir forte resistência à corrida entre o bloco de modernização socialista autoritária e o bloco de modernização liberal-democrática para cooptação dos chamados países do terceiro mundo.

Um marco fundamental dessa resistência foi a Conferência de Bandung, realizada de 18 a 24 de abril de 1955 na Indonésia. Com a participação de 29 países africanos e asiáticos, buscava reforçar a cooperação econômica e cultural nos dois continentes representados e rejeitar quaisquer práticas colonialistas e neocolonialistas no sistema internacional. Esses objetivos foram claramente enunciados na declaração final da conferência:

The Asian-African Conference took note of the fact that the existence of colonialism in many parts of Asia and Africa, in whatever form it may be, not only prevents cultural co-operation but also suppresses the national cultures of the people. Some colonial powers have denied to their dependent peoples basic rights in the sphere of education and culture which hampers the development of their personality and also prevents cultural intercourse with other Asian and African peoples. This is particularly true in the case of Tunisia, Algeria and Morocco, where the basic right of the people to study their own language and culture has been suppressed. Similar discrimination has been practised against African and coloured people in some parts of the Continent of Africa. The Conference felt that these policies amount to a denial of the fundamental rights of man, impede cultural advancement in this region and also hamper cultural co-operation on the wider international plane. The Conference condemned such a denial of fundamental rights in the sphere of education and culture in some parts of Asia and Africa by this and other forms of cultural suppression (THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, REPUBLIC OF INDONESIA, 1955).<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> “A Conferência Afro-asiática reconhece o fato de que a existência de colonialismo em muitas partes da África e da Ásia, independentemente de sua forma, não apenas obstaculiza a cooperação cultural, como também suprime as culturas nacionais dos povos. Algumas potências coloniais têm negado aos povos sob sua dependência direitos básicos na esfera da educação e da cultura, o que prejudica o desenvolvimento de sua personalidade e também obstaculiza o relacionamento com outros povos africanos e asiáticos. Isso é verdade, em especial, no caso da Tunísia, da Argélia, do Marrocos, onde o direito básico dos povos de estudar sua própria língua e cultura foi suprimido. Discriminação similar foi praticada contra africanos e povos de cor em algumas partes do continente africano. A conferência avalia que essas políticas se

Esse encontro veio a ser um passo importante em direção ao chamado Movimento dos Não Alinhados. Denunciou que a Guerra Fria, no que forçava os países não alinhados a fazer opção entre o paradigma de modernização de bloco capitalista e o do bloco socialista, perpetrava cerceamento político, econômico e, sobretudo, cultural.

Na mesma época, críticas contundentes às teorias da modernização começaram a ser suscitadas também na América Latina. Intelectuais como Raul Prebisch e Celso Furtado, no âmbito da Cepal, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) sistematizaram teorias da dependência, de forma geral, para contestar os paradigmas de modernização que norteavam a Guerra Fria.

As organizações regionais das Nações Unidas, como a CEPAL, não podiam escapar da influência deste novo clima econômico, político e espiritual [que marcou a Conferência de Bandung]. (...) Josué de Castro, o médico e cientista social brasileiro que desvendara a gravidade da situação alimentar no planeta, em suas obras Geografia da Fome e Geopolítica da Fome, chegava à presidência do conselho da FAO propondo uma política mundial contra o subdesenvolvimento.

Era inevitável, portanto, que as ciências sociais passassem a refletir esta nova realidade. Elas haviam se constituído desde o Século XIX em torno da explicação da revolução industrial e do surgimento da civilização ocidental como um grande processo social criador da modernidade. (...) [Por vezes] estas conquistas econômicas, políticas e culturais eram apresentadas como produto de uma superioridade racial ou cultural da Europa (SANTOS, 2008).

Na esteira da teoria do desenvolvimento desigual e combinado formulada por Leon Trotsky (1962), questionou-se a modernização proposta aos países periféricos pelas grandes potências ocidentais. Considerou-se que os grandes programas de assistência econômica baseados em financiamento seriam artifícios para eternizar a dependência dos supostos beneficiários.

---

avultam como denegação de direitos fundamentais do homem, impedem avanço cultural nesta região e também obstaculiza a cooperação cultural no plano internacional mais amplo. A conferência condena tal denegação de direitos fundamentais na esfera da educação e da cultura em algumas partes da Ásia e da África nesse caso em particular e em outras formas de supressão cultural” (tradução nossa).

As teorias da dependência vão destacar a divisão do trabalho e as relações internacionais de produção como eixos de um sistema de dominação mundial capitalista que une os interesses das classes dominantes dos países centrais e dos países dependentes. Elas ultrapassam as teorias do imperialismo ao distinguir e teorizar a situação de compromisso que articula essas classes e seu dinamismo. (...) [Segundo seu enfoque, a] (...) superexploração do trabalho resulta da incidência das leis da concorrência, impulsionadas pelas relações de produção internacionais e pelo mercado mundial, sobre a taxa de lucro dos países dependentes e é condição para o estabelecimento do compromisso que permite o funcionamento da economia mundial capitalista (...) (MARTINS, 2011, pp. 27-28).

A teoria da dependência, especialmente em sua versão refinada por Andre Gunder Frank, supunha que a posição estrutural dependente dos países subdesenvolvidos na economia global é condição para o desenvolvimento econômico e a industrialização dos países capitalistas de vanguarda (BEVERLEY, 2011, p. 143).

Os paradigmas de modernização em confronto na Guerra Fria, especialmente o democrático, apresentados como receituário para aceleração do desenvolvimento econômico e social, foram sistematicamente denunciados como ideologia imperialista, orientados à manutenção do predomínio cultural do Norte sobre o Sul e do Ocidente sobre o chamado Oriente:

As imperialism increased in scope in depth, so too, in the colonies themselves, the resistance mounted. Just as in Europe the global accumulation that gathered the colonial domains into the world market economy was supported and enabled by a culture giving empire ideological license, so in the overseas *imperium* the massive political, economic, and military resistance was carried forward and informed but an actively provocative and challenging culture of resistance. This was a culture with long tradition of integrity and power in its own right, not simply belated reactive response to Western imperialism (SAID, 1993, p. 222)<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> “Como o imperialismo crescia em alcance e profundidade, assim também, nas colônias, a resistência aumentava. Da mesma forma como na Europa a acumulação global que reunia os domínios coloniais dentro da economia de mercado mundial era lastreada e habilitada por uma cultura que dava ao império licença ideológica, no império ultramarino emergia uma massiva resistência política, econômica e militar, informada por uma cultura de resistência ativamente provocativa e desafiadora” (tradução nossa).

De toda forma, o paradigma da modernização social-democrática, gradualmente, tornou-se *benchmarking* universal, especialmente após a derrocada do bloco socialista, a partir de 1989. A questão fundamental, em grande medida, deixou de ser que paradigma adotar. A questão passou a ser, sobretudo, a regulação ótima do *trade-off* entre cidadania e livre mercado.

## 9. A teoria das três vias de modernização, de Barrington Moore

Em *Social origins of dictatorship and democracy* (1966), Barrington Moore sustentou que a experiência apontava aos países atrasados apenas três vias (*routes*) de transição à modernidade.

A primeira via são as revolução burguesas, processos de transformação violentos, que fizeram das sociedades feudais, como a inglesa, a francesa e a americana, modernas democracias industriais” (MOORE, 1966, p. ii).

A key feature in such revolutions is the development of a group in society with an independent economic base, which attacks obstacles to a democratic version of capitalism that have been inherited from the past (MOORE, *ibid.*).<sup>44</sup>

Essa via de modernização forja uma versão de capitalismo dinâmico e fluente, ao combinar mercado livre e democracia parlamentar sobreposta (MOORE, *op. cit.*, p. 413), e prescinde de compromissos com a velha ordem, que é completamente sobreposta.

Em países como Alemanha e Japão, em que a burguesia não conseguiu constituir-se totalmente em uma base econômica independente, observa-se a segunda via para a modernidade, que Moore chama de “revoluções elo alto”.

Nesses casos relativamente desviantes, a modernização é processada de forma autoritária e artificial e não chega a promover completamente as transformações institucionais que correspondem à democratização da política.

---

<sup>44</sup> “Uma característica-chave dessas revoluções é o desenvolvimento de um grupo na sociedade com uma base econômica independente, que ataca os obstáculos à versão democrática do capitalismo que haviam sido herdadas do passado” (tradução nossa).

(...) [Without succeeding in bringing the revolution off], sections of a relatively weak commercial and industrial class relied on dissident elements in the older and still dominant ruling classes, mainly recruited from the land, to put through the political and economic changes required for a modern industrial society, under the auspices of a semi-parliamentary regime (MOORE, op. cit., pp. xii e xiii).<sup>45</sup>

Finalmente, a terceira via refere-se aos casos de modernização comunista, observados em países como a Rússia e a China. A revolução comunista não resultaria completa ou parcialmente de um impulso econômico, como nas outras vias.

As classes comerciais e industriais, nas sociedades em questão, seriam tão incipientes, que sequer poderiam ser coadjuvantes de uma revolução de meia força, como a alemã e a japonesa.

(...) in the absence of more than the most feeble steps toward modernization a huge peasantry remained. This stratum, subject to new strains and stresses as the modern world encroached upon it, provided the main destructive revolutionary force that overthrew the old order and propelled these countries into the modern era under communist leadership that made the peasants its primary victims (MOORE, op. cit., p. xiii).<sup>46</sup>

Na perspectiva de Moore, as experiências de modernização pela terceira via constituem conseqüência do inexorável processo de modernização mais geral, que aniquila tudo o que lhe é contrário na medida em que se expande e se universaliza.

A partir das três vias apontadas por Moore, deduzem-se três paradigmas de modernização: a democrática, a autoritária e a socialista revolucionária. O primeiro paradigma seria o normal, e os outros dois, desviantes, que, incapazes de viabilizar o aperfeiçoamento da modernização, tenderiam a ser assimilados pelo paradigma normal no futuro.

---

<sup>45</sup> “[Sem conseguir levar a cabo a revolução, “(...) seções de uma relativamente fraca classe comercial e industrial se apoiam em elementos dissidentes da velha classe – ainda – dominante, principalmente recrutada da zona rural, para impulsionar as mudanças políticas e econômicas necessárias a uma moderna sociedade industrial, sob os auspícios de um regime semi-parlamentar” (tradução nossa).

<sup>46</sup> “(...) na ausência de qualquer passo, por menor que seja, em direção à modernização, o campesinato permanecia imenso. Esse estrato, sujeito a novas coerções e pressões na medida em que o mundo moderno se expandia em sua direção, proporcionou a principal força revolucionária destrutiva que derrubou a antiga ordem e empurrou esses países para a era moderna sob liderança comunista que fez dos camponeses suas primeiras vítimas” (tradução nossa).

## 10. Vias de modernização e regimes de contenção do conflito de classes

Em nossa perspectiva, cada uma das vias teorizadas por Moore apresenta uma solução específica para otimizar o *trade-off* entre eficiência e equidade, entre produção e distribuição, entre potencialização do mercado e regulação política.

Sua tipologia refere-se a modelos de modernização, compreendida como fórmulas para o atingimento de padrões satisfatórios de desenvolvimento socioeconômico.

Nossa tipologia, entretanto, refere-se não exatamente a modelos de modernização, mas à técnica específica que prescrevem para contenção dos conflitos de classe. Em nossa concepção, é essa técnica específica que caracteriza, em última instância, cada um dos modelos de modernização.

Conforme previsão de Karl Marx, o aumento da produtividade inerente ao capitalismo resultaria em progressiva expansão da acumulação burguesa em detrimento da remuneração do proletariado e tenderia a exacerbar o conflito de classes. Com isso, o sistema seria forçado à exaustão. Do dilema entre eficiência e equidade da sociedade capitalista decorreria uma insustentável polarização entre política e economia.

O regime de contenção liberal, que emergiu com o próprio capitalismo no início do Século XIX, pressupunha, ao contrário das previsões de Marx, que a dominação puramente econômica estabilizaria a ordem capitalista.

Dessa forma, a ordem de *status* deveria simplesmente subsumir-se à ordem econômica, e a necessidade de se buscar o *encaixe* perfeito entre as duas instâncias ainda estava fora de questão.

Com a resistência sistemática da classe trabalhadora que remonta pelo menos à Primavera dos Povos de 1848, o regime de contenção liberal entrou em crise permanente em seus países de referência, Inglaterra e Estados Unidos, até ser completamente descontinuado no contexto do cataclismo da Primeira Guerra Mundial (1914) e da eclosão da Revolução Soviética (1917).

Para que não julgue esta linguagem desnecessariamente cruel, quero falar-lhe de um livro que tem muito a ver com minha própria filosofia política, *The Strange Death of Liberal England*, de George Dangerfield, publicado em 1935. Dangerfield estuda a curiosa história

do grande triunfo dos liberais britânicos sob o Ministério Asquith, após 1908, e a arrogância que conduziu à sua rápida decadência, de 1913 em diante. “Foi nesses anos que aquele altamente moral, generoso, dispéptico, aquele organismo inteiramente indefinível conhecido como Partido Liberal faleceu. Faleceu com veneno administrado pelos seus inimigos conservadores e de desilusão com a ineficácia da palavra ‘reforma’. E o seu último alento que palpitava nessa carne histórica foi extinto pela guerra.” Dangerfield não era ingênuo, sabia que partidos políticos podem parecer sobreviver à própria morte. “Compreendo, claro, que a palavra ‘liberal’ terá sempre um significado enquanto restar uma democracia no mundo, ou qualquer remanescente da classe média; mas o verdadeiro liberalismo de antes da guerra – apoiado, como era ainda em 2010, no livre comércio, na maioria no Parlamento, nos dez mandamentos e na ilusão do progresso – jamais poderá voltar. Foi morto, ou suicidou-se, em 1913”. E acrescenta, para que não paire qualquer dúvida: “E isso foi muito bom também”. (DAHRENDORF, 1993, p. 48).

Em nossa perspectiva, Dangerfield não consegue captar o âmago do problema que levou o Partido Liberal britânico à coadjuvância na política inglesa, que tem mais a ver com a aglutinação de forças burguesas no Partido Conservador, de um lado, e na inevitável emergência da classe operária com o Partido Trabalhista.

Ocorreu, na verdade, uma reestruturação do regime de contenção da classe operária no Reino Unido. O tosco regime de contenção liberal foi substituído por um regime de contenção democrático.

No novo contexto, o discurso liberal, orientado pela premissa de que a mão invisível do mercado deveria determinar, *naturalmente*, a ordem de *status*, de repente, tornou-se flagrantemente anacrônico.

Compreendeu-se que os movimentos da história no mundo capitalista, em consonância com o paradigma marxiano, respondiam a incessantes conflitos entre polos que corresponde, direta ou indiretamente, à burguesia e ao proletariado, respectivamente.

Assim, em vez de se esperar que o mercado, de forma natural, definisse a posição de *status* de cada indivíduo como antes, admitiu-se que era necessário constituir uma instância política referida a uma cidadania equitativa e universal.

Essa nova cidadania, por implicar controle político do mercado, era absolutamente incompatível com o velho liberalismo, o que explica a falência do respectivo regime de contenção.

A necessidade de contenção do conflito de classes, desde que surgiu como questão incontornável no início do Século XX, passou a corresponder sempre a tipo específico de *encaixe* entre ordem de *status* e ordem econômica.

O *regime de contenção revolucionário* adotou a solução marxista para o problema, que consiste na instauração de uma ordem econômica sem propriedade privada, a qual projetaria uma ordem de *status* absolutamente equitativa.

A tomada do Estado e o estabelecimento da ditadura do proletariado, por meio da revolução socialista, é apenas o início do percurso que, por meio do desmantelamento progressivo das estruturas do sistema capitalista, levaria às almeçadas supressão das classes e socialização completa da produção.

Caberia a esse regime de força controlado pela classe proletária regular a tensão entre política e economia até que, removido o fundamento de seu poder – a propriedade privada – a resistência burguesa fosse definitivamente vencida.

Só então seria possível estabelecer a comunidade comunista orientada pela cidadania absoluta e pela racionalidade ética desembaraçada, com perfeita sincronização entre equidade e eficiência.

Diante da “ameaça” da solução radical do conflito de classes representada pelo regime de contenção revolucionário, nos países onde estava bem instalada a burguesia migrou do velho regime de contenção liberal ao *regime de contenção democrático*.

Nesse novo regime, o conflito de classes não é ignorado, como no regime de contenção liberal, nem absorvido, como no regime de contenção revolucionário, mas canalizado para o sistema político democrático, com competência para regular a propriedade privada.

A energia política da luta de classes, que, de acordo com Marx, tende a destruir os fundamentos do mercado, é desviada sistematicamente para a expansão da cidadania.

O sistema de direitos, sensível à ação proletária, passa a proceder à calibragem da taxa de exploração do trabalho. A cidadania constitui-se interface que flutua livremente em função das interações dinâmicas entre a luta de classes e os impulsos do mercado.

No regime de contenção democrático, o artifício do nivelamento dos membros da comunidade política em termos de direitos básicos de cidadania *compensa* a iniquidade cristalizada na estrutura de classes capitalista, em conformidade com a fórmula de Thomas Marshall.

Em países de capitalismo mais tardio, como Alemanha, Itália e Japão, chegou-se à fórmula do *regime de contenção autoritário*, em que o Estado tenta absorver o conflito de classes – como no regime revolucionário –, mas não a propriedade privada.

A estatização da economia aparece nesse regime de contenção da luta de classes apenas como um recurso para suprir, momentaneamente a fragilidade do capital nacional, ou seja, como artifício para promoção do capitalismo, e não como etapa do processo de extirpação desse modo de produção.

O regime de contenção autoritário projeta uma cidadania restrita, regulada pelo Estado, com vistas a acelerar ao máximo a expansão da economia. A revolução que leva a sociedade à modernidade parte de cima para baixo.

A energia da luta de classes é represada ideologicamente, à força, por meio de uma ordem repressiva, que assegura a vigência dessa cidadania superficial ou regulada.

Além disso, obstrui-se o mecanismo do mercado na medida em que o Estado dita as prioridades da economia e interfere na distribuição da produção, geralmente em detrimento da classe operária, para privilegiar os setores específicos.

A restrição da política democrática, apontada como obstáculo à eficiência econômica, compensa-se com a aceleração do crescimento e aumento do padrão geral de bem-estar. A estabilidade do sistema social orientado pelo regime de contenção autoritário é, em geral, função da expansão da economia.

A seguir, discorreremos sobre os regimes de contenção do conflito de classes implementados no Brasil desde a Abolição da Escravatura (1888) até os dias atuais. De

acordo com nossa tipologia de regimes de contenção, a história do Brasil nesse período compreende três fases.

Os três regimes de contenção que passamos a apresentar não correspondem aos três modelos de modernização de Moore, mas a variações de dois deles, o autoritário e o democrático.

Além de contribuir para a contextualização dos processos que configuram o cerne de nossa investigação, essa exposição permitirá que se observem os pontos de contato e os desvios entre os regimes de contenção testados no Brasil e o regime de contenção que orienta o paradigma da modernização social-democrática e que se consolidou como *benchmarking* internacional.

## PARTE 2. TEORIA DA CONTENÇÃO

### 11. Formulação definitiva do problema de pesquisa

Para determinar o problema da pesquisa, retomamos as hipóteses e seu encadeamento causal suscitados na introdução:

- 1) **A expansão capitalista tende a intensificar a luta de classes.**
- 2) **A intensificação da luta de classes determinou a universalização da cidadania na moderna sociedade industrial.**
- 3) **A cidadania universal determinou a retração da luta de classes e a proliferação de conflitos de reconhecimento.**
- 4) **Os conflitos de reconhecimento exigem a reconfiguração da cidadania.**

O problema de pesquisa consiste, no plano mais geral,

- 1) **em desvendar a reciprocidade entre expansão capitalista, lutas de classe e universalização da cidadania; e**
- 2) **na exposição de fundamentos sociológicos da atual crise capitalista.**

Na dimensão mais concreta, o problema de pesquisa é

- 1) **determinar se, em que medida e de que maneira, os conflitos de classe deflagrados em Ipatinga, no contexto do processo de modernização impulsionado pela implantação da Usiminas, a partir do final dos anos 50, impactaram o regime de cidadania efetivamente vigente na cidade ao longo das quatro décadas subsequentes, e se, em que medida e de que maneira, a mudança no regime de cidadania influenciou o conflito de classes no mesmo período; e**

2) **comparar o processo de modernização em Ipatinga com o processo de modernização social-democrática típico.**

Confirmadas as interações recíprocas entre expansão capitalista, lutas de classe e universalização da cidadania, a etapa seguinte será explicar, *como* esses processos socioeconômicos se imbricam desde o nível local até o nível internacional, e, a partir daí, deduzir e testar uma teoria sociológica da modernização pelo conflito de classes.

Na linha do argumento de T. H. Marshall (1992), suscitamos a hipótese de que as mudanças no regime de cidadania e as dinâmicas do conflito de classes são fenômenos em determinação recíproca: tanto o regime de cidadania influencia o conflito de classes, como o conflito de classes influencia o regime de cidadania.

Em geral, a intensificação do conflito de classes aumenta as probabilidades de expansão da cidadania, enquanto a expansão da cidadania aumenta as probabilidades de retração da luta de classes.

O problema de Marshall era confirmar e aquilatar o impacto do regime de cidadania e suas mutações sobre a estrutura de classes em meio ao processo de modernização inglesa.

Nossa hipótese é que a modernização capitalista, a par da dimensão da racionalização de processos produtivos, implicaria o aperfeiçoamento de um sistema de gerenciamento do conflito de classes baseado no artifício da cidadania.

A expansão do capital levaria ao recrudescimento da luta de classes, como previsto por Marx. A esse recrudescimento, contudo, o sistema de gerenciamento responderia com a expansão da cidadania.

A modernização capitalista típica, como a definimos nessa tese, corresponde ao processo de determinação recíproca entre ordem econômica (mercado) e ordem de *status* (cidadania).

A sociedade moderna seria aquela em que esse *off-set* entre luta de classes e cidadania funciona perfeitamente. A classe operária passa a ser controlada mais indiretamente em termos de graus de cidadania que por meio de alocação direta de incentivos econômicos ou de controle político.

O mecanismo de estabilização por meio de cidadania, porém, não seria linear, nem inexorável: teria limites, especialmente na capacidade da economia de financiar a expansão da cidadania. Veja-se, por exemplo, os reveses do processo de modernização da Inglaterra por causa da escassez de fontes de financiamento do *welfare state* a partir dos anos 80, sobretudo no governo de Margareth Thatcher.

Em Ipatinga, o sistema capitalista foi implantado de forma abrupta, sem a maturação das necessárias condições sociais, como se fosse possível à Usiminas incorporar aos seus processos “os recursos humanos” como os demais recursos de produção.

Alfred Marshall já observara que os trabalhadores são homens, e não “máquinas que produzem” (MARSHALL, A., 2006, p. 105). Para que o sistema capitalista não se descambe em barbárie, segundo ele, seria preciso assegurar condições institucionais e empíricas que prevenissem a assimilação do homem à produção.

Na modernização capitalista típica esse risco é minimizado por meio da interposição da cidadania como mecanismo de regulação das interações entre a ordem econômica concreta e a ordem ética normativa.

Uma cidadania absoluta, como interface reguladora entre a ordem econômica concreta e a ordem ética concreta, é horizonte de utopia que a modernização capitalista promete, mas não pode realizar. O que realiza é a emulação dessa ordem ética ideal no plano dos direitos, com base em uma cidadania relativa, que, com a promessa de igualdade, perpetua a lógica da desigualdade.

A ordem ética representada e a cidadania que dela decorre têm poderes limitados para controlar a ordem econômica, de forma que a sincronização perfeita e factual entre ordem econômica e ordem ética extrapola e até mesmo contradiz as pretensões da modernização capitalista.

Além da defasagem entre a cidadania capaz de sincronizar de forma adequada a ordem econômica e a ordem ética e a cidadania e a cidadania formal, delineada na ordem jurídica, a modernização capitalista implica uma defasagem entre a cidadania factual e essa cidadania formal. Uma e outra defasagem são minimizadas pela luta de classes, mas são inerentes ao sistema.

Nas ordens capitalistas pré-modernas, contudo, não existe esse mecanismo sofisticado de estabilização social. Normalmente, há grande defasagem entre a

cidadania absoluta e a cidadania formal, e entre a cidadania formal e a cidadania factual. A luta de classes, em geral, é abafada por um controle político direto, que, como externalidade, retarda o desenvolvimento da cidadania formal e factual.

Vamos operar com o conceito de regime de contenção dos conflitos de classe. Esse regime de contenção, articulado com um tipo determinado de cidadania, é uma constante nas sociedades de classe. Em nosso modelo, as mudanças sociais que configuram o processo de modernização resultam da tensão entre regime de contenção e luta de classes. Quando um regime de contenção se torna obsoleto, em geral, outro toma o seu lugar.

Grosso modo, ao passo que a modernização capitalista otimiza a economia e empobrece a política, as alternativas testadas desde meados do Século XIX tendem a atravancar a economia e a anular a política.

O caso de modernização analisado nesta tese é bastante peculiar. Inicialmente, a direção da Usiminas concentrava poderes econômicos inerentes à burguesia e poderes políticos inerentes ao Estado, estes, em grande parte, recebidos por delegação do Governo de Minas Gerais.

A siderúrgica, empresa de capital estrangeiro, nacional e estatal, despontou no antigo vilarejo de Ipatinga como um incontestável leviatã, o que ajuda a explicar a supremacia inicial do capital sobre a nascente classe operária.

A modernização de Ipatinga corresponde a certos processos sociais simultâneos e intrincados entre si, especialmente a constituição da classe operária, o desenvolvimento econômico do município, a construção e a consolidação da Usiminas e a lenta implementação de cidadania social-democrática, em meio a avanços e retrocessos.

A deflagração e a marcha do conflito de classes em Ipatinga e a articulação entre esses processos e as transições de regimes de cidadania permitem deduzir uma teoria sociológica da modernização capitalista.

Admitimos que há dois tipos básicos de motivação final a orientar as relações sociais que configuram os conflitos de classe em torno do regime de cidadania, nossa unidade de análise elementar: a motivação econômica e a motivação ética.

A motivação de caráter econômico é que, na acepção de Marx, estrutura o conflito de classes, ao passo que a motivação de caráter ético é que, na acepção de Honneth, estrutura a luta por reconhecimento. Em nosso modelo, o conflito de classes não exclui a luta por reconhecimento.

Embora nos apropriemos de pontos cardeais do modelo analítico de Marx, não concordamos com a omissão marxiana das motivações éticas. Por outro lado, não adotamos o modelo teórico de Honneth sem ressalvas, porque ele dilui, indevidamente, as motivações econômicas nas motivações éticas.

Assim, para resolver o problema de pesquisa proposto, formulamos um modelo teórico eclético, que incorpora aspectos de ambos os paradigmas e que será apresentado após esclarecermos conceitos essenciais à sua compreensão.

## 12. Classe e *status*

Classe, para Ralf Dahrendorf, seria “uma categoria analítica, que só ganharia sentido no contexto de uma teoria de classes”<sup>47</sup> (DAHRENDORF, 1959, p. ix), e não poderia ser confundida com estrato, “categoria de pessoas que ocupam posições similares em uma escala hierárquica de certas características situacionais como renda, prestígio, estilo de vida”<sup>48</sup>.

Dahrendorf deduz seu conceito de classe principalmente de Karl Marx, que pôs fim, segundo ele, na fungibilidade entre classe, estrato, ranque e posição. Lembra, entretanto, que Marx, após ter adiado muito a apresentação de uma teoria sistematizada de classe, começa a fazê-lo no 52º capítulo do terceiro volume de *O capital*, mas, por ironia do destino, morre antes de completar a segunda página do capítulo (DAHRENDORF, 1959, p. 8).

De fato, Marx não chega sequer a responder à questão “o que faz uma classe”, que propusera na abertura desse 52º capítulo. O manuscrito interrompe-se no ponto em que seu autor descarta a resposta que parece óbvia à luz da teoria econômica clássica:

---

<sup>47</sup> Tradução nossa para o excerto: “(...) is an analytical category which has meaning only in the context of a theory of class”.

<sup>48</sup> Tradução nossa para o excerto: “(...) a category of persons who occupy a similar position on a hierarchical scale of certain situational characteristics such as income, prestige, style of life”.

At first sight, [what makes a class is] the identity of revenues and revenue sources. For these are three great social groups whose components, the individuals forming them, live respectively from wages, profit, and ground-rent, from the valorization of their labour-power, capital, and landed property.

From this point of view, however, doctors and government official would also form two classes, as they belong to two distinct social groups, the revenue of each group's members flowing from its own source. The same would hold true for the infinite fragmentation of interests and positions into which the division of social labour splits not only for workers but also capitalists and landowners, forest-owners, mine-owners, fishery-owners, etc.

(At this point the manuscript breaks off. – F. E.)<sup>49</sup> (MARX, 1981, p. 1026).

Na seção mais interessante de seu livro *Class and Class Conflict in Industrial Society* (pp. 9-18), Dahrendorf se propõe a completar o capítulo que Marx deixou inconcluso, a partir de trechos recuperados de tudo o que Marx escrevera. A estratégia de Dahrendorf é articular esses fragmentos em um texto linear, com o mínimo de interpretação e acréscimos (DAHRENDORF, *op. cit.*, pp 8-9).

Haja vista a importância dessa seção do livro e a forma de sua composição, que dificulta o relato, passamos a transcrever, com algumas supressões, seu trecho que julgamos fundamental:

(...) This approach [ – the one that links class and revenue sources – ] does not therefore lead to a fruitful definition. The same holds for a

---

<sup>49</sup> “À primeira vista, [o que constitui uma classe] é a identidade de rendas e de fontes de renda. Afinal, há três grandes grupos sociais cujos integrantes, os indivíduos que os formam, vivem, respectivamente, de salários, de lucros e de alugueis, do valor produzido pelo seu trabalho, pelo capital e pela propriedade imobiliária.

Por esse ponto de vista, porém, médicos e servidores públicos também formariam duas classes, já que pertencem a dois grupos sociais distintos, cada um com sua fonte de renda específica. O mesmo seria verdadeiro para a infinita fragmentação de interesses e posições em que a divisão de trabalho social implica, não só para trabalhadores, como também para capitalistas, proprietários de terras, proprietários de florestas, proprietários de minas, proprietários de sítios de pesca *etc.*”

(Neste ponto, o manuscrito interrompe-se. F. E.) (tradução nossa).

second approach frequently adopted in explaining class differences and conflicts. *The vulgar mind commutes class differences into 'differences in the size of purses' and class conflict into 'trade disputes'. The size of the purse is a purely quantitative difference, by virtue of which two individuals of the same class can be opposed quite arbitrarily. It is well known that medieval guilds quarreled with each other 'according to trade'. But it is equally well known that modern class differences are by no means based on 'trade'. Rather, the division of labor has created very different types of work within the same class* (5, II, pp. 466 f.).

In both cases the essential point is overlooked: property, income, and source of income are themselves a result of the class structure, i.e., of the structure of economic conditions. Income and property are criteria belonging to the realm of distribution and consumption. However, *the use of products is determined by the social relations of the consumers, and these social relations themselves rest on the conflict of classes* (6, p. 81). And since *distribution is itself a product of production, the kind of participation in production determines the particular patterns of distribution, in way in which people participate in distribution* (7, p. 250).

*There is no property anterior to the relations of domination and subjection* which obtain in production and in the political state, and *which are far more concrete relations* (7, p. 258). Therefore we have to look for the elements of classes in production and in the power relations determined by it. (...)

The essential condition that determines the mode of production of an epoch, and that therefore provides the constituent element of classes as well as the momentum of social change, is property. *The property question, relative to the different stages of development of industry has always been the life question of any given class* (5, p. 459).

However, this statement is open to misinterpretation. For *the opposition of propertylessness and property as such is indifferent, and not expressed in an active relation to its inner structure, i.e., as a contradiction, so long as it is not comprehended as the opposition between labor and capital* (3, p. 176).

Even in this specification property is still an abstraction, an empty concept. *In every historical epoch property has developed differently and under different social conditions. To define bourgeois property means no less than to describe all the social conditions of bourgeois*

*production. The attempt to define property as an independent relation, a special category, an abstract and eternal idea, can be nothing but an illusion of metaphysics or jurisprudence* (6, p. 169).

Only if we understand property in the particular context of bourgeois society, i.e., as private ownership of the means of production, as the control of a minority over the wealth of a whole nation, do we in fact grasp the core of the antagonism existing in production and creating class conflict. *The power of society thus becomes the private power of a private person* (12, I, p. 138).

The essential *condition of the existence and domination of the bourgeois class is the accumulation of wealth in the hands of private persons, the formation and augmentation of capital; the condition of capital is wage labor* (14, p. 89). Thus the existence of capital as well as wage labor, of the bourgeoisie as well as the proletariat, can be explained in terms of the one condition of the particular form of property in bourgeois society, i.e., ownership of the means of production.

The authority relations within production which are given by the presence or absence of effective property, of control over the means of production, are of course not the class relations themselves.

The organization of classes follows the progress of conflicts within the sphere of production itself. (...) *The workers start forming coalitions against the bourgeois; they join in order to maintain their wage* (14, p. 87). (...) This stage of class organization corresponds to a relatively early phase of capitalist development. *As long as the rule of the bourgeois class had not organised itself fully and had not acquired its pure political expression, the opposition of the other classes could not come forth in its pure form either, and where it did come forth, it could not take that dangerous turn which converts every struggle against government into a struggle against capital* (8, p. 54. (...). The formation of classes always means the organization of common interests in the sphere of politics. (..) Classes are political groups united by a common interest. *The struggle between two classes is a political struggle*<sup>50 51 52</sup> (6, p. 187) (DAHRENDORF, *ibid.*, pp. 11-12, 16).

---

<sup>50</sup> “Essa abordagem, entretanto, não leva a uma definição frutífera. Pode-se dizer o mesmo de uma segunda abordagem adotada para explicar diferenças e conflitos de classe. *A mente vulgar toma as diferenças de classe como ‘diferenças de tamanho do bolso’ e o conflito de classe como ‘disputas*

---

*comerciais'. O tamanho do bolso é uma diferença puramente quantitativa, em virtude de que dois indivíduos da mesma classe podem opor-se entre si, de forma bastante arbitrária. É bem conhecido que as guildas medievais contendiam umas com as outras 'relativamente ao comércio'. Mas é igualmente conhecido que as diferenças de classe modernas não são, de forma alguma, baseadas em 'comércio'. Antes, a divisão do trabalho criou muitos diferentes tipos de trabalho dentro da mesma classe (5, 11, pp. 466 f.).*

Em ambos os casos o ponto essencial passa despercebido: propriedade, renda e fonte de renda são elas mesmas resultado da estrutura de classes, i. e., da estrutura de condições econômicas. Renda e prioridade são critérios que pertencem aos reinos da produção e da distribuição. *Entretanto, o uso de produtos é determinado pelas relações sociais de conflito de classes (6, p. 81). E, uma vez que a distribuição é ela mesma um produto da produção, o tipo de participação na produção determina os padrões particulares de distribuição, a forma como as pessoas participam da distribuição (7, p. 250).*

*Não há propriedade anterior às relações de dominação e sujeição* que se lastreiam na produção e na ordem política estatal e *que são relações muito mais concretas (7, p. 258)*. Portanto, temos que procurar pelos elementos das classes na produção e nas relações de poder determinadas por ela. (...)

A condição essencial que determina o modo de produção de uma época e que, portanto, fornece o elemento constitutivo das classes como também a força motriz da mudança social é a propriedade. *A questão da propriedade, relativa a diferentes estágios do desenvolvimento da indústria, sempre foi a questão vital para qualquer classe (5, p. 459).*

Entretanto, essa afirmação é passível de má interpretação. Isso porque *a oposição entre não propriedade e propriedade como tal é indiferente, não desvelada em uma relação ativa com sua estrutura interna, i. e., como contradição, a ponto de não ser compreendida como oposição entre trabalho e capital (3, p. 176).*

Mesmo com essa especificação, a propriedade é ainda uma abstração, um conceito vazio. *Em cada época da história a propriedade se desenvolve diferentemente e sob diferentes condições sociais. Definir propriedade burguesa não é nada menos que descrever todas as condições sociais da produção burguesa. A tentativa de definir propriedade como relação independente, uma categoria especial, uma ideia abstrata e eterna, pode ser nada, a não ser uma ilusão da metafísica e da jurisprudência (6, p. 169).*

Somente se entendermos a propriedade no contexto particular da sociedade burguesa, i. e., como propriedade privada dos meios de produção, como controle da riqueza de toda uma nação por uma minoria, apreendemos a essência do antagonismo que existe na produção e que produz conflito de classes. *O poder da sociedade, dessa forma, torna-se o poder privado de uma pessoa privada (12, I, p. 138).*

*A condição essencial da existência e da dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos de pessoas privadas, a formação e a expansão do capital; a condição do capital é o trabalho assalariado (14, p. 89).* Assim, a existência de capital e também de trabalho assalariado, da burguesia e também do proletariado, pode ser explicada em termos de uma condição da forma particular de propriedade na sociedade burguesa, i. r., propriedade dos meios de produção.

As relações de autoridade dentro da produção, que são dadas pela presença ou ausência de propriedade efetiva, de controle sobre os meios de produção, não são, é claro, as relações de classe em si.

A organização das classes sucede o progresso dos conflitos dentro da própria esfera da produção. (...) *Os trabalhadores começam a formar coalizões contra a burguesia; eles se unem para manter seu salário (14, p. 87).* (...) Esse estágio da organização da classe corresponde à fase relativamente primitiva do desenvolvimento capitalista. *Enquanto o domínio da burguesia não tivesse se organizado completamente e adquirido sua expressão política pura, a oposição de outras classes não poderia, igualmente, emergir sua forma pura, e onde quer que tivesse emergido, não poderia dar aquela perigosa guinada que converte cada luta contra o governo em uma luta contra o capital (8, p. 54).* A formação de classes sempre significa a organização de interesses comuns na esfera política. (...) As classes são grupos políticos unidos por interesses comuns. *A luta entre duas classes é uma luta política (6, p. 187)*" (tradução nossa).

Se checarmos atentamente, as poucas interpretações e os pequenos acréscimos que Dahrendorf incluiu a propósito de sistematizar e integrar o texto, acaba por comprometê-lo.

Os desvios de interpretação e integração podem ser evidenciados a partir de silogismo simples, dos trechos de Marx citados pelo próprio Dahrendorf. O próprio Marx já havia descartado nas poucas linhas do capítulo 52º do terceiro volume de *O capital* que chegou a escrever que nem a quantidade de renda, nem a fonte da renda eram critérios adequados para determinar o conceito de classe.

Nos trechos da obra de Marx reproduzidos por Dahrendorf o argumento é levado adiante, e a participação no consumo e a condição de proprietário ou não proprietário também são descartadas como critério definidor de classe (DAHRENDORF, *op. cit.*, p. 11 e pp. 11- 12, respectivamente).

A participação no consumo não serve de critério, porque é variável da produção, e a condição de proprietário ou não proprietário não é uma condição suficiente, porque é equívoca, a não ser que se opere com um conceito consequente de propriedade, porque definir a propriedade burguesa, por exemplo, implica “*descrever todas as condições sociais da produção burguesa*” (MARX *apud* DAHRENDORF, *op. cit.*, p. 12, tradução nossa).

Contudo, aparentemente na ânsia de usá-la para construir o próprio argumento (*wishful thinking?*), Dahrendorf acaba não conseguindo acompanhar a linha de raciocínio de Marx a partir desse ponto.

---

<sup>51</sup> As passagens de Marx, apenas em itálico no original, foram negritadas para evidenciar as emendas de Dahrendorf.

<sup>52</sup> As referências a Marx, indicadas por Dahrendorf ao longo da passagem entre parêntesis, no formato fornecido por ele mesmo (DAHRENDORF, *op. cit.*, p. 319), são as seguintes:

3. Karl Marx, *Nationalökonomie und Philosophie*. Ed. by E. Thier. Cologne and Berlin, 1950.

4. \_\_\_\_\_. *Die heilige Familie, oder Kritik der kritischen Kritik*. In Marx Engels Gesamtausgabe, Section I, Vol. III. Berlin, 1932.

5. \_\_\_\_\_. "Die moralisierende Kritik und die kritische Moral," in Franz Mehring, ed., *Aus dem literarischen Nachlass von Karl Marx und Friedrich Engels*. 3d ed. Stuttgart, 1920.

6. \_\_\_\_\_. *Das Elend der Philosophie*. New ed. Berlin, 1947.

7. \_\_\_\_\_. *Zur Kritik der 'politischen Ökonomie*. New ed. Berlin, 1947.

8. \_\_\_\_\_. *Der 18. Brumaire des Louis Bonaparte*. New ed. Berlin, 1946.

12. \_\_\_\_\_. *Das Kapital*. New ed. Berlin, 1953.

14. Karl Marx and Friedrich Engels. *Manifest der kommunistischen Partei*. New ed. Berlin, 1953.

Já referimos no capítulo 2 acima, que Dahrendorf rejeita o conceito marxiano de classe, porque conclui que a correlação entre propriedade dos meios de produção e controle de poder político não procede.

A theory of class based on the division of society into owners and non-owners of means of production loses its analytical value as soon as legal ownership and factual control are separate<sup>53</sup> (DAHRENDORF, *op. cit.*, p. 136).

Para Dahrendorf, a redistribuição do poder político sem a correspondente redistribuição da propriedade dos meios de produção verificada nas sociedades democráticas industrializadas falseou a teoria de classes de Marx.

O erro de Marx seria ter preconizado a política (superestrutura) como variável da economia (estrutura), e não vice-versa. Os conflitos de classe que nortearam o modelo analítico marxiano seriam apenas um caso de conflito político. Com o decorrer do tempo, no contexto das sociedades modernas, acaba equalizado, como outros conflitos de mesma natureza, pela democracia.

As mudanças sociais, processos que Dahrendorf se propõe, de início a explicar, passam a ser controladas por instituições que captam, formalizam e solucionam discrepâncias que outrora geravam conflitos políticos.

(...) the institutions of the democratic state reflect very nearly the model of effective conflict regulation: conflicting parties and interests are institutionally recognized; parliamentary bodies furnish the setting of regular conciliation between the parties, the rules of the game, including a constitution as well as statutory procedural arrangements, enable decisions to be made; certain personages, often the head of state, may act as mediators if autonomous conciliation breaks down, finally, there is the legal system to arbitrate unsolved disputes which threaten to break down; the machinery of parliamentary negotiation.

Under these conditions, we should expect political conflict to be entirely nonviolent, and structure change to be entirely gradual (*ibid.*, p. 308).

---

<sup>53</sup> “Uma teoria de classes baseada na divisão da sociedade em proprietários e não proprietários dos meios de produção perde seu valor analítico tão logo propriedade e controle factual se separam” (tradução nossa).

Apesar desse encaminhamento e de considerar que os conflitos que atualizam as estrutura da sociedade não são, necessariamente, conflitos de classe, Dahrendorf conceitua classe como “agrupamentos de interesse que emergem de condições estruturais que operam como tais e [que, em conflito entre si,] efetuam mudanças estruturais”<sup>54</sup> (*ibid.*, p. ix).

Ao passo que o processo de mudança social para Marx, é protagonizado por classes sociais, na teoria de Dahrendorf ele é protagonizado nas sociedades pós-industriais modernas pelos partidos políticos. A rigor, a categoria classe acaba reduzida a qualquer grupo social ativo politicamente, e o que constitui e ativa as classes é a distribuição desigual de poder político:

A society is classless if it is ‘powerless’, i.e., if there is no authority exercised in it at all, or if such authority is distributed equally among all citizens. But in this sense the category of classless society is sociologically meaningless<sup>55</sup> (*ibid.*, p. 219).

Dahrendorf perde o fio da meada do argumento marxiano porque formula sua crítica como se Marx tivesse chegado à condição de proprietário dos meios de produção ou não como critério definidor de classe.

A estratégia de tentar montar uma teoria marxiana de classes sistematizada a partir de excertos extraídos da obra do próprio Marx é interessante, mas empobrecedora. Certamente se o problema de Marx fosse apenas concatenar as próprias ideias anteriores, provavelmente o capítulo que ficou por escrever já teria sido escrito anteriormente. Ao que parece, Marx levaria seu argumento além do ponto a que Dahrendorf chegou.

Sem a pretensão de fechar o argumento de Marx, vamos tentar levar o argumento de Marx um pouco adiante a partir do ponto em que Dahrendorf se perdeu, para, ao menos e de forma consequente, deduzirmos alguns elementos indispensáveis ao conceito marxiano de classe.

---

<sup>54</sup> Tradução nossa para o excerto: “(...) interest groupings emerging from certain structural conditions which operate as such and effect structure changes”.

<sup>55</sup> “Uma sociedade é uma sociedade sem classes se é desprovida de poder, i. e., se nela não existe qualquer autoridade ou se a autoridade é distribuída equanimemente entre todos os cidadãos. Mas nesse sentido a categoria sociedade sem classes não faz sentido sociologicamente” (tradução nossa).

Primeiramente enfatize-se que, em linha com balizas teóricas enunciadas pelo próprio Marx, esse conceito, para ser válido para a sociedade tipicamente capitalista, deve estar intrincado com a estrutura interna da produção capitalista, mais exatamente com o antagonismo entre trabalho e capital que caracteriza essa produção.

O processo de produção capitalista implica uma classe que efetivamente produz *sob o domínio e em proveito de uma outra classe*. Logo, classe é mais do que um conceito, *é uma condição existencial do sistema capitalista*.

Esse *domínio*, diferentemente do que pensa Dahrendorf, não se consubstancia na esfera política. Ele precede e, de certa forma até prescinde a ordem política como tal, porque é garantido pela estrutura concreta do sistema capitalista.

Assim, o que constitui as classes, para Marx, não pode ser a divisão do trabalho, mas um fato que lhe antecede, que é a separação entre o trabalhador e seu trabalho, por meio do assalariamento. A instituição do trabalho assalariado, destrói a lógica da comunidade (*Gemeinschaft*) e funda a lógica da sociedade do contrato (*Gesellschaft*).

O contrato normaliza a transferência da titularidade da produção da parte da sociedade que efetivamente produz para a parte da sociedade que se especializa em nada mais que acumular a produção. Essa transferência não decorre do contrato, mas do modo de produção em si.

A ordem política, que Dahrendorf vê democratizar-se na transição às sociedades pós-industriais a ponto de desconstituir o antagonismo entre capital e trabalho, em perspectiva marxiana é um desdobramento normal da evolução do sistema capitalista, que em nada interfere naquele antagonismo, apenas reforça sua legitimidade.

Em vez de enriquecer a política, o apaziguamento do conflito de classes produz, na perspectiva de Marx, o efeito contrário, e acaba por reduzir as probabilidades de emancipação dos oprimidos, que só pode advir de uma reestruturação revolucionária da ordem econômica que extirpe o sistema capitalista. Mesmo assim, Marx acredita que a projeção da dominação típica da fábrica sobre a sociedade como um todo poderia ativar uma reação generalizada da classe oprimida.

Wenn die Verallgemeinerung der Fabrikgesetzgebung als physisches und geistiges Schutzmittel der Arbeiterklasse unvermeidlich geworden

ist, verallgemeinert und beschleunigt sie andererseits, (...) die Verwandlung zerstreuter Arbeitsprozesse auf Zwergmaßstab in kombinierte Arbeitsprozesse auf grosser, gesellschaftlicher Stufenleiter, die Konzentration des Kapitals und das Fabrikregime selbst. Sie zerstört alle alterthümlichen und Übergangsformen, wohinter sich die Herrschaft des Kapitals noch theilweis versteckt, und ersetzt sie durch seine direkte, unverhüllte Herrschaft. Sie verallgemeinert damit auch den direkten Kampf gegen diese Herrschaft (MARX, 1867, pp. 488-492).<sup>56</sup>

Marx e Dahrendorf estão de acordo quanto à natureza política do conflito de classes. Entretanto, ao passo que Marx vê o conflito de classes como instrumento político de emancipação econômica, Dahrendorf o vê como instrumento de emancipação política.

Weber, uma das fontes essenciais de Dahrendorf, define classe em contraposição a estrato ou estamento. Seria o “agrupamento de pessoas que se encontra em igual situação de classe”, que é

(...) a oportunidade que resulta, dentro de uma determinada ordem econômica, da extensão e natureza do poder de disposição (ou da falta deste) sobre bens ou a qualificação de serviço e da natureza de sua aplicabilidade para a obtenção de rendas ou outras receitas (WEBER, 2000, p. 199).

Para Weber, a classe estratifica a sociedade em grupos de pessoas com graus de oportunidades de enriquecimento semelhantes na ordem econômica. As classes, porém, não configuram comunidades, apenas base de ações comunais esporádicas [orientadas normalmente por interesse econômico comum] (WEBER, 1981, p. 63).

Diferentemente, o estamento ou grupos de *status* tendem a constituir comunidades e consistem em

---

<sup>56</sup> “Se a generalização da legislação fábriica torna-se inevitável para a proteção física e espiritual da classe trabalhadora, generalizam-se e aceleram-se, por outro lado, (...) a transformação dos processos de trabalho dispersos e de pequena escala em processos de trabalho combinados em escala mais geral, que compreendem a sociedade como um todo; a concentração do capital; e o regime da fábrica. Ela [essa generalização] destrói todas as formas antiquadas e transitórias, por trás da qual o domínio do capital parcialmente se esconde, e as substitui por sua dominação direta, desvelada. Ela generaliza com isso também a luta direta contra essa dominação” (tradução nossa).

“(...) uma pluralidade de pessoas que, dentro de uma associação, gozam efetivamente a) de uma consideração estamental especial e eventualmente, também, portanto, de monopólios estamentais especiais” WEBER, 2000. p. 202).

As assimetrias de poder condicionadas economicamente fundariam as classes, ao passo que as assimetrias de *status* condicionadas eticamente fundariam os estamentos. O que importa à distinção de classe é o poder econômico. O que importa à distinção de *status* é o prestígio e a honra.

Uma pluralidade de pessoas em uma mesma faixa do espectro do poder econômico constituiria uma classe. Uma pluralidade de pessoas em um mesmo círculo comunitário, em relação de reconhecimento mútuo, constituiria um estamento.

A classe se estrutura segundo a lógica objetiva da racionalidade econômica. O mercado faz distinções funcionais, e não pessoais. O estamento, entretanto, orienta-se pela racionalidade ética, em função de distinções pessoais, e não funcionais (WEBER, 1981, p. 78).

Uma sociedade estamental é organizada a partir de sua ordem de *status*. O valor estamental do indivíduo, nesse contexto, é condicionante de toda a vida social, incluindo sua esfera econômica.

Já a sociedade de classes é tipicamente estruturada a partir de sua ordem econômica. A posição de classe do indivíduo é decisiva para a vida social, inclusive na ordem de *status*.

Weber afirma que a ordem econômica estruturada em termos de classes passa a se sobrepor à ordem social estruturada em termos de círculos comunitários, com a expansão do capitalismo:

(...) hoje em dia, a situação de classe é de longe o fator predominante [para a formação de grupos de *status*], pois, logicamente, a possibilidade de um estilo de vida que se espera dos membros de um grupo de *status* é normalmente condicionada economicamente (WEBER, 1981, p. 76).

Na ordem capitalista, normaliza-se a intercessão entre classe e círculo comunitário. Os círculos comunitários subsomem-se, cada vez mais, à estrutura de classes.

Por outro lado, quando a ética, que constitui os círculos comunitários, é instrumentalizada pelo mercado, oblitera-se a antiga distinção entre classe e *status*. Nesse ponto, Weber converge com Marx, para quem, em última instância, apenas as distinções econômicas importam.

Quando afirma que o que separa burgueses e proletários é a riqueza, a dominação e o prestígio (DAHRENDORF, *ibid.*, p. 5), Dahrendorf projeta uma concepção de classe que perpassa a economia, a política e a ética. Contudo, a distribuição assimétrica de poder na instância política entre essas duas classes seria o suporte fático para a desigualdade nas outras duas.

No caso da sociedade capitalista, Marx distingue, como indicamos acima, duas classes que se constituem por interesses econômicos incompatíveis: a burguesia, interessada em manter o regime de expropriação do proletariado pela mais-valia; e o proletariado, interessado em revogá-lo.

Marx não se atém à distinção entre classe e estrato ou classe e estamento. Em sua teoria, as diferenças de classe condicionam as demais distinções sociais. Dominação e prestígio, na perspectiva do paradigma da produção, são apenas “atributos naturais” da riqueza (PRADO JÚNIOR, 1994, p. 23). O predomínio eventual da ética ou da política sobre os interesses econômicos seria apenas aparente (MARX, 1983, p. 77, pé de página). Por decorrência, na visão de Marx, classe é o critério de distinção social que realmente interessa.

Da propriedade privada dos meios de produção, compreendida como cerne da estrutura constitutiva da ordem econômica capitalista, decorreria a cisão da sociedade em duas classes, não apenas distintas, mas opostas.

Deduz-se da teoria marxiana que a burguesia constitui um estamento em sentido weberiano, na medida em que titulariza com exclusividade os meios de produção e tende a gozar com exclusividade do prestígio social ínsito à sua posição econômica dominante na sociedade.

Contudo, é preciso ter em vista que o fundamento da classe burguesa não é o prestígio nem qualquer outra abstração, mas a propriedade privada como instituição concreta, bem implantada na realidade material da vida.

Dessa forma, o paradigma da produção admite a hipótese de que a burguesia aquiesça com a cisão entre prestígio e posição de classe, por exemplo, para manter intacto o fundamento de sua existência.

Os pressupostos marxianos suportam a hipótese de que na ordem de *status*, na condição de superestrutura, estaria completamente disponível os ajustamentos necessários à manutenção do cerne da estrutura constitutiva da ordem econômica capitalista.

O argumento será melhor desenvolvido mais adiante, contudo adiantamos nossa posição contrária a esses pressupostos, na medida em que a expansão da cidadania na sociedade regida pelo paradigma de modernização social-democrática evidenciou que 1) a disponibilidade da ordem de *status* na sociedade capitalista não é absoluta e que 2) as mudanças na ordem de *status*, se ainda não demonstraram capacidade de revogar a propriedade privada dos meios de produção, podem ao menos restringi-la. Como o próprio Marx afirmou, o conceito de classe é correlacionado com o conceito de propriedade privada, e a expansão da cidadania implicou a mudança de um e de outro.

Em nossa perspectiva, o fato de as posições de *status* se indexarem, em grande medida, às posições de classe na sociedade capitalista moderna, não implica que os fatores éticos possam ser excluídos da análise dos conflitos que revelam e determinam a estrutura dessa sociedade.

A forte correlação entre o grau de oportunidades econômicas e o grau de oportunidades de realização ética, entre nível de riqueza e nível de reconhecimento, não significa que a ordem de *status* se subsuma na ordem econômica, como se poderia concluir em uma abordagem estritamente marxista. Denota, antes, que essas duas instâncias se determinam reciprocamente, que é uma abordagem de conotação mais hegeliana.

A correlação entre o grau de oportunidades econômicas e o grau de oportunidades de realização ética expressa o condicionamento da ordem ética pela ordem econômica, mas não exclui o condicionamento da ordem ética à ordem econômica.

Mesmo na sociedade capitalista, as relações de reconhecimento genuínas continuam como importantes instrumentos de coordenação social, e os conflitos motivados pela necessidade de reconhecimento – inclusive contra efeitos deletérios do mercado sobre a ordem ética – ainda são processos que não podem ser omitidos da análise sociológica, muito menos nas de médio alcance – como a nossa.

A classe tem uma base econômica na medida em que decorre de relações sociais de produção. Por outro lado, o círculo comunitário tem uma base ética, porque ele decorre diretamente de relações sociais de reconhecimento.

Contudo, classe e círculo comunitário são, na prática, instâncias integradas entre si, de maneira que é impossível proceder a uma análise sociológica consequente de uma dessas variáveis isoladamente.

Quando Marx estrutura sua teoria em torno da ideia de classe, e negligencia o círculo comunitário e suas dinâmicas próprias, incorre em erro. Da mesma forma, Honneth, quando opera apenas com o círculo comunitário.

Essa indexação, aliás, é sustentada por Pierre Bourdieu em sua teoria sobre as trocas simbólicas:

Uma classe não pode jamais ser definida por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com as outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberada ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendendo a transmutá-las em *distinções significantes* (...) (BOURDIEU, 2009a, p. 14).

A classe implica sempre uma medida de *status*, e é contra essa lei de ferro que se articulou a lógica da cidadania universal, que começou a se impor, como válvula de escape das tensões entre burguesia e proletariado, especialmente na Europa ocidental pós-Revolução Francesa.

A cidadania não pode expurgar as diferenças de *status* na ordem capitalista a não ser em nível formal, porque a lógica de classe as alimenta. Para que esse expurgo

formal tenha alguma de eficácia material, a cidadania tem que operar na ordem econômica em sentido oposto ao da estrutura de classes.

Na sequência da passagem acima, Bourdieu fundamenta a viabilidade da análise sociológica da projeção cultural das relações de classe:

(...) É a independência relativa do sistema de atos e procedimentos expressivos, ou por assim dizer, das *marcas de distinção*, graças às quais os sujeitos sociais se exprimem, e ao mesmo tempo constituem para si mesmos e para os outros, sua posição na estrutura social (e a relação que eles mantêm com essa posição) operando sobre “os valores” (no sentido dos linguistas) necessariamente vinculados à posição de classe, uma duplicação expressiva que autoriza a autonomização metodológica de uma ordem puramente cultural. De fato, esta “expressão sistemática” (segundo as palavras de Engels) da ordem econômica e social pode, como tal, ser legitimamente constituída e tratada como sistema, e por conseguinte, pode tornar-se objeto de uma apreensão estrutural (BOURDIEU, 2009a, p. 14).

Conforme expusemos nas seções x e xi da Introdução, nossa unidade de análise não é um objeto recortado da dimensão cultural da sociedade, na esteira da proposta de Bourdieu, mas da interface entre a dimensão econômica e a dimensão cultural da sociedade.

O recorte indicado por Bourdieu é legítimo, mas o nosso tem a vantagem de viabilizar a observação de como se formam as projeções culturais das relações materiais de classe, e de como essas projeções repercutem de volta nas relações materiais que as produziram. Essas interações elucidam o que seja classe e, mais que isso, elucidam o que seja a sociedade moderna e, por exclusão, o que impede o acesso de certas sociedades à modernidade.

*Classe* refere-se, a princípio e no contexto da sociedade capitalista, à posição do sujeito na ordem econômica, à sua condição preponderante de prestador de trabalho mediante salário ou de arrecadador de rendas do capital.

Contudo, a hierarquização da sociedade determinada pela estrutura de classes capitalista, no caso da sociedade ordenada pelo paradigma de modernização social-democrática, é compensada, em parte, por uma ordem de *status* igualitária.

Portanto, o que configura a classe não são apenas processos e categorias sediados na ordem econômica que subjazem a produção, mas estes em interação com processos e categorias sediados na ordem de *status* que subjazem o reconhecimento.

Os indivíduos que integram uma classe, mesmo que sejam inseridos nessa posição pela ordem econômica, começam a identificar-se uns com os outros, por motivações ou por necessidade que se enraízam na ética.

Por isso, uma análise sistemática de classe, conforme exige o programa teórico de Marx, teria que extrapolar a ordem econômica e buscar, na esteira do pensamento de Bourdieu, mas ainda em bases mais profundas, as conexões que a classe estabelece na ordem de *status*.

### **13. O dualismo ordem econômica – ordem de *status***

O dualismo entre ordem econômica e ordem de *status* reflete a concorrência entre motivações utilitárias e motivações ética na determinação da conduta humana.

Ao passo que a ordem econômica é o conjunto de normas sociais que regulam a produção e a propriedade, a ordem de *status* é o conjunto de normas sociais que determinam a identidade e o grau de estima social de cada indivíduo na sociedade.

A ordem econômica corresponde à categoria que Talcott Parsons denominou *substrato factual*, a dimensão natural da vida social (PARSONS, 1968; 1968a). Remete também à natureza na acepção de Hegel (1979), à esfera em que o ser humano figura como organismo vivente em luta pela própria subsistência física e subsume-se à vida orgânica do planeta.

Já a ordem de *status* é a esfera em que o ser humano, emancipado de seus impulsos e destacado da natureza, é regido eticamente pelos valores que constituem e configuram a comunidade. Nesta tese, ordem de *status* corresponde à categoria estrutura normativa do modelo parsoniano e à *Sittlichkeit* hegeliana emulada no direito que ordena materialmente a sociedade civil.

Nas sociedades estruturadas pelo paradigma de modernização social-democrática, a ordem econômica é o sistema capitalista condicionado pelo regime de cidadania, e a ordem de *status* é o regime de cidadania condicionado pelo sistema capitalista.

A ordem econômica capitalista tende a gerar desigualdades sociais, enquanto a ordem de *status* tende a anulá-las. O processo de modernização corresponde à determinação recíproca entre elas, impulsionada pelo conflito de classes, em que se otimiza o *trade-off* entre o princípio de eficiência da ordem econômica e o princípio de equidade da ordem de *status*.

### 13.i. *O dualismo ordem econômica – ordem de status em Durkheim*

Em *As Formas elementares da vida religiosa*, obra publicada originalmente em 1912, Émile Durkheim afirma que não havia diferenciação, até momento avançado da evolução da sociedade, entre os sistemas normativos moral, jurídico e religioso. Havia, segundo ele, um único supersistema regulador da vida social: a religião (DURKHEIM, 1983, p. 224).

Nesse mundo em que a cultura em geral se subsumia à religião, Durkheim destaca o culto como instituição social fundamental. Esse ritual consiste, segundo ele, em um sistema de práticas coletivas que retroalimentam os sentimentos de solidariedade.

A religião é apontada como provedora às comunidades primitivas de um sistema de ideias coletivas, que serviram para exprimir o mundo (DURKHEIM, *op. cit.*, pp. 230-231).

Para Durkheim, os principais aspectos da vida coletiva têm uma matriz religiosa, e quase todas as grandes instituições sociais originaram-se da religião (DURKHEIM, *op. cit.*, p. 224). A religião seria, além de fonte de sentimentos comunitários, a primeira artífice de uma consciência coletiva, a qual responderia – em tempos remotos, diretamente, e nos tempos atuais, inercialmente – por grande parte da coesão social.

A tese de Durkheim é que as coletividades se estruturavam e se reproduziam em torno de um imaginário compartilhado por meio de crenças, valores e símbolos religiosos. A religião configurava o todo cultural que orienta a existência da própria comunidade.

A dualidade entre a ordem de *status*, determinada pelas necessidades do espírito, e a ordem econômica, determinada pelas necessidades do corpo, pode ser

rastreada desde “divisão do mundo em dois domínios que compreendem, um, tudo o que é sagrado, e o outro, tudo o que é profano” (DURKHEIM, 1996, p. 19).

Os povos primitivos sabiam separar intervalos de seu tempo para se dedicar ao sagrado. Fora desses intervalos, em sua vida profana e trivial, tinham que cuidar da própria sobrevivência.

Ora a população está dispersa em pequenos grupos que se ocupam, independentemente uns dos outros, de suas tarefas; cada família vive então à parte, caçando, pescando, tentando, enfim, obter o alimento indispensável por todos os meios disponíveis. Ora, ao contrário, a população se concentra e se condensa, por um tempo que varia de vários dias a vários meses, em pontos determinados. Essa concentração ocorre quando um clã ou uma parte da tribo são convocados em suas assembleias, celebrando-se nessa ocasião uma cerimônia religiosa ou realizando-se o que é chamado, na linguagem usual da etnografia, um *corrobori*. Essas duas fases contrastam uma com a outra da maneira mais nítida. Na primeira, a atividade econômica é preponderante, sendo em geral uma fase de intensidade medíocre. (...) Mas, quando ocorre um *corrobori*, tudo muda. Como as faculdades emotivas e passionais do primitivo só se submetem imperfeitamente à sua razão e à sua vontade, ele perde facilmente o autocontrole (...). O simples fato da aglomeração age como um excitante excepcionalmente poderoso (DURKHEIM, 1996, p. 221).

Havia, nas comunidades estudadas por Durkheim, uma nítida diferenciação entre as relações sociais travadas durante os ritos religiosos e as travadas no dia-a-dia, em meio às atividades necessárias ao próprio sustento.

O sociólogo percebeu que a dimensão religiosa da vida tinha caráter solene. Toda a comunidade se reunia, e as interações sociais eram mais intensas. A razão puramente estratégica cedia espaço às emoções e à transcendência.

Na esfera econômica, a comunidade aparecia dispersa. Grupos pequenos se organizavam e realizavam suas tarefas de forma independente, provavelmente competindo por vezes pelos mesmos bens. A razão estratégica precisava estar aguçada, e as emoções, sob controle.

Os indivíduos primitivos observados pelo sociólogo francês agiam no mercado orientados, em geral, por uma consciência individual, mas na esfera pública, *no corroborari*, orientavam-se, preponderantemente, por uma consciência coletiva.

A religião se apresenta como matriz da cultura, como instância ética que constitui a comunidade *contra* a instância econômica e modera, por meio de regras sociais, os impulsos naturais do indivíduo.

Na sociologia de Durkheim, portanto, o dualismo entre ordem de *status* e ordem econômica projeta a dicotomia entre cultura e economia, entre unidade e dispersão, entre solidariedade e competição, entre comunidade e indivíduo, entre ética e interesse.

A ordem de *status* no paradigma marxiano é orientada pela ordem econômica, o que significa que o valor da pessoa no mundo é dado por sua posição de classe. Para Weber, porém, a questão é bem mais complexa.

### 13.ii. *O dualismo ordem de status – ordem econômica em Maine e Tönnies*

O dualismo weberiano entre ordem de *status* e ordem econômica, de que tratamos nas seções seguintes, pode ser rastreado até pelo menos Henry Maine, que em obra publicada na Inglaterra em 1861, apontara a mudança estrutural que, segundo ele, constituiu o marco da passagem à sociedade moderna: as relações sociais, até então fundadas no *status* e na família, começaram a se reorganizar em torno do contrato:

Starting, as from one terminus of history, from a condition of society in which all the relations of persons are summed up in the relations of family, we seem to have steadily moved towards a phase of social order in which all these relations arise from the free agreement of individuals<sup>57</sup> (MAINE, 1906, p.168).

Essa transição do *status* ao contrato, da sociedade orientada pela ética para a sociedade orientada pelo interesse, é teorizada de forma mais elaborada em obra de

---

<sup>57</sup> “Partindo, como de um termo inicial da história, de um tipo de sociedade em que todas as relações pessoais são sintetizadas nas relações de família, parecemos ter firmemente movido em direção a um estágio da ordem social em que todas essas relações derivam de livre acordo entre indivíduos” (tradução nossa).

Ferdinand Tönnies publicada na Alemanha em 1887, uma das fontes fundamentais de Weber (WEBER, 2000, p. 25, nota de pé de página 1).

O mundo tradicional, para Tönnies, configurava-se em geral *Gemeinschaft*, comunidades de indivíduos organicamente integrados, orientados por valores e experiências concretas comuns (TÖNNIES, 2002, p. 33).

Essas comunidades foram suplantadas pelas sociedades modernas (*Gesellschaft*). Na tipologia de Tönnies, *Gesellschaft* refere-se à dimensão da vida pública regulada contratualmente, uma estrutura imaginária e mecânica, em que os indivíduos configuram pessoas privadas, orientadas por objetivos particulares, concorrentes entre si (TÖNNIES, *op. cit.* 2002, p. 33, 65).

A *Gesellschaft* constitui uma representação superficial da *Gemeinschaft* (*ibid*, p. 64-65). Entre os fatores de agregação dos indivíduos na *Gemeinschaft* contam a experiência concreta, os laços sanguíneos, o convívio cotidiano e a afinidade cultural (*ibid*, pp. 42 e ss.). Na *Gesellschaft*, o que conta é a artificialidade do contrato social:

*Gesellschaft*, an aggregate by convention and Law of nature, is to be understood as a multitude of natural and artificial individuals, the wills, and spheres of whom are in many relations with and to one another, and remain nevertheless independent of one another and devoid of mutual familiar relationships<sup>58</sup> (*ibid*, p. 76).

Na tipologia de Ferdinand Tönnies, a *Gesellschaft* não é antítese, mas mimese ou representação da *Gemeinschaft*, porque

(...) deals with the artificial construction of an aggregate of human beings which superficially resembles the *Gemeinschaft* in so far as the individuals live and dwell together peacefully<sup>59</sup> (TÖNNIES, *ibid*, p. 64).

---

<sup>58</sup> “*Gesellschaft* [sociedade], um agregado por meio de convenção e lei natural, é para ser entendida como uma multiplicidade de indivíduos naturais e artificiais, cujas vontades e esferas estão relacionadas umas com as outras de muitas maneiras, e continuam, mesmo assim, independentes umas das outras e desprovidas de relações familiares mútuas” (tradução nossa).

<sup>59</sup> “(...) tem a ver com a construção de um agregado de seres humanos que superficialmente se assemelha à *Gemeinschaft* na medida em que os indivíduos vivem e convivem pacificamente” (tradução nossa).

As relações sociais que configuram a *Gesellschaft* têm caráter eminentemente econômico na medida em que cada um dos sujeitos dessa associação “se torna, em alguma medida, um mercador”<sup>60</sup> (SMITH, 1776, p. 27).

Logo, em Tönnies, a moderna sociedade burguesa (*bürgerlichen Gesellschaft*) emerge das *Gemeinschaften*. Contudo, se na *Gemeinschaft* predomina a ordem de *status* sobre a ordem econômica, a comunidade sobre o indivíduo, a ética sobre o interesse, na *Gesellschaft* ocorre o inverso.

Nesta, as relações contratuais, de caráter econômico, que constituem os novos vínculos sociais, sobrepõem-se aos antigos vínculos ético-afetivos da *Gemeinschaft*. A concepção de *status* é racionalizada e funcionalizada pela ordem econômica.

### 13.iii. O dualismo entre ordem de status e ordem econômica em Weber

Weber, como Tönnies, distingue entre formações sociais constituídas de relações sociais comunitárias, fundadas “no sentimento dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”, típicas da *Gemeinschaft*, e formações sociais constituídas por relações associativas, estruturadas em “ajuste ou união de interesses racionalmente motivados (com referência a valores ou a fins)”, típica da *Gesellschaft* (WEBER, 2000, p. 25).

A partir da tipologia de Tönnies, Marx Weber postula a transição à modernidade como processo em que formações sociais comunitárias, de tipo afetivo-tradicional (*Gemeinschaften*), evoluem à condição de sociedades axiológico-rationais (*Gesellschaften*) (WEBER, 2009, 66-69).

Diferentemente de Tönnies, que toma por unidade básica de análise o estatuto predominantemente ético ou econômico que organiza um e outro tipo de formação social (*Vergemeinschaftung* e *Vergesellschaftung*, respectivamente), Weber coloca em evidência os efeitos empíricos desse estatuto na ação concreta individual, porque seria esse o objeto da Sociologia.

Em sua Teoria da Ação, Weber opera com a categoria *ação social*, unidade de análise que se refere ao comportamento humano empírico, racionalmente orientado a

---

<sup>60</sup> “Every man ... becomes in some measure a merchant” (tradução nossa).

outro comportamento humano passado, presente, futuro ou esperado (*ibid.*, p. 43). O estatuto que pode ser o referencial da ação social, do ponto de vista da sociologia weberiana, é uma variável que só se apresenta analiticamente por seus efeitos concretos.

A ação social, idealmente, pode ter motivação 1) puramente racional, 2) racional-axiológica, 3) afetiva ou 4) tradicional (*ibid.*, pp. 45-48). Concretamente, a ação social seria complexa e geralmente orientada por mais de uma dessas motivações.

O eixo comum nesses quatro tipos de ação social é, sobretudo, a racionalidade, que aparece rarefeita na ação social afetiva e na ação social tradicional, é mediada pela ética na ação social ética e praticamente se torna puramente racional na ação social estratégica.

A modernização ocidental processa-se na transição da *Gemeinschaft* à *Gesellschaft*. Esse fenômeno caracteriza-se pelo adensamento da racionalidade da vida social. A ação social presidida pela razão torna-se hegemônica (*ibid.*, p. 187 e ss.).

No que enfatiza o papel da ação estratégica no processo de organização da sociedade moderna, Weber defronta-se com um dilema ínsito às teorias utilitárias da ação:

(...) ou a agência ativa do ator na escolha dos fins é um fator independente na ação, e o elemento finalístico é randômico; ou a objetável implicação do randomismo dos fins é negada, mas então a independência do ator desaparece e ele é assimilado pelas condições da situação<sup>61</sup> (...) (PARSONS, 1968, p. 64).

Weber descarta a alternativa determinista, mas não adota a do randomismo dos fins. O indivíduo weberiano moderno não está vinculado a uma agência ativa dada pela situação, mas elaborada por ele mesmo, racionalmente, a partir de substrato ético e/ou utilitário.

A ação social racional, em questão, não é função simples do interesse, nem função simples da ética, mas responde à determinação recíproca entre ética e interesse que estrutura o modelo teórico weberiano.

A expansão da racionalidade desloca os fundamentos metafísicos da ética, que passa a se referir, sobretudo, a valores comuns estrategicamente definidos. Sob esse prisma, a expansão da racionalidade não implicou, inicialmente, a absorção da ordem de

---

<sup>61</sup> Tradução nossa.

*status* pela ordem econômica, mas a sincronização das duas instâncias pelo princípio da racionalidade.

Weber analisa as interações entre ordem econômica e ordem de *status*, esferas que consideramos, analiticamente, “partes” constitutivas de qualquer sociedade, em sua teoria sobre a confluência entre o espírito do capitalismo e a ética protestante (WEBER, 1958).

A razão moderna, segundo Weber, é produzida por interações entre a esfera da ética e a esfera econômica. O ascetismo religioso produziu o conteúdo ético que condicionou a sociedade ao trabalho árduo e à frugalidade (WEBER, *ibid.*).

Esse conteúdo ético configurou a estrutura normativa que incidiu sobre a ordem econômica anárquica, hobbesiana, presidida pelo interesse material irrefreado, que, em terminologia weberiana, estrutura “o capitalismo aventureiro” (WEBER, 1999b, p. 525).

A reação entre a coercitividade ética dessa estrutura normativa e a coercitividade factual da ordem econômica produziu o espírito do capitalismo, expressão da racionalidade que funda a modernidade.

O indivíduo pré-moderno, orientado por referenciais axiológicos metafísicos e por impulsos utilitários, cedeu lugar para o indivíduo moderno, racionalmente orientado.

Para Weber, o processo de modernização ocidental, observado inicialmente na Inglaterra, corresponde ao desencantamento do mundo, à substituição da magia pela racionalidade como referência central da ação humana na sociedade.

Em sua teoria sobre a configuração do espírito do capitalismo, Weber mostra como a racionalidade moderna foi produzida na interface entre cultura e economia.

Durkheim afirmara que “as tréguas impostas pela violência são sempre provisórias e não pacificam o espírito” (DURKHEIM, 1983, p. 4). Na mesma linha de raciocínio, Weber considera que os regimes de pura força não têm relevância sociológica, mas sim aqueles que se legitimam perante seus súditos (*ibid.*, p. 196).

O fracasso do Estado Liberal evidenciou que as tréguas impostas unilateralmente pela ordem econômica também não se estabilizam. Em geral, os mecanismos de legitimação das relações hierárquicas se enraízam na ordem de *status*.

De acordo com a teoria weberiana, a economia, por si só, é incapaz de fundamentar um sistema de hierarquia social estável:

Como ocorre nas outras formas de poder, também e em especial na dominação, seus detentores não pretendem, exclusivamente e nem mesmo em regra, perseguir, apoiados nela, interesses puramente econômicos, como conseguir para si um farto abastecimento de bens econômicos. Sem dúvida, o poder de disposição sobre bens econômicos – o poder econômico, portanto – é uma consequência frequente, muitas vezes deliberada e planejada, da dominação e, com a mesma frequência, um de seus meios mais importantes. (...) a grande maioria das comunidades econômicas, entre elas precisamente as mais importantes e modernas, apresenta uma estrutura que implica dominação. E, por fim, a estrutura de dominação, por menos que sua natureza esteja univocamente ligada a determinadas formas econômicas, é quase sempre, um fator relevante, em alto grau, para a economia, além de estar de alguma forma condicionada por esta (WEBER, 1999b, pp. 187-188).

Durkheim evidenciara que os vínculos sociais mais fortes são produzidos na esfera da cultura – não na esfera da economia –, porque sua consistência reflete sua densidade ética.

Weber, por sua vez, enfatiza que a estabilidade da relação de dominação é função de seu grau de legitimidade. Como a determinação do que é legítimo e do que não é configura um procedimento ético, não pode ser na ordem econômica que se engendram os mecanismos de legitimação das hierarquias sociais.

Segundo o pensamento weberiano, a vertente do processo de modernização que racionaliza a ordem de *status* corresponde à otimização do sistema de dominação social típico.

Avesso a abstrações, Weber não toma os sistemas de dominação como unidade de análise, mas as unidades “concretas” que os configuram, a saber: a ação social.

Conforme o tipo de ação social que a conforma (teleológico-racional; axiológico-racional; tradicional; e afetiva, respectivamente), o regime de dominação legítimo pode ser racional-legal, racional-axiológico, tradicional ou carismático (WEBER, *ibid*, pp. 197-198; WEBER, 2009, pp. 61-63).

Ao longo do processo histórico, Weber vê a dominação social legitimada *subjetivamente* pela tradição e pelo carisma ser substituída, gradativamente, pela dominação legitimada *objetivamente* pela racionalidade jurídica (WEBER, 1999b, p. 526 e ss).

A racionalidade weberiana projeta uma imagem da sociedade moderna constituída por uma ordem de *status* e uma ordem econômica que se sincronizam, na medida em que se regulam reciprocamente.

Durkheim observou, em formações sociais primitivas, notável diferenciação entre os rudimentos de ordem econômica e os rudimentos de ordem de *status* e postulou que a diferenciação entre a instância econômica e a instância ética seria inerente a qualquer sociedade.

Na ordem econômica prevaleceria a ação social de orientação utilitária, e os fins particulares, ao passo que na ordem de *status* prevaleceria a ação social de orientação ética, e os fins coletivos.

Na sociedade moderna, mantém-se a diferenciação entre a ordem de *status* e a ordem econômica. Contudo, essas duas esferas deixaram de ser estruturadas por princípios autônomos. Um processo de interação entre razão utilitária e razão ética promoveu o encaixe entre elas.

Para Weber, o sistema capitalista emergiu com mais vigor na Europa protestante, e não em outro lugar, porque foi aí que se desencadeou a reação entre ética ascética e puro utilitarismo.

No paradigma marxiano, o encaixe entre ordem econômica e ordem de *status* (estrutura e superestrutura, em sua terminologia) corresponde à colonização da esfera da ética pela esfera da economia em expansão.

Weber, por sua vez, enfatiza o papel de variáveis éticas no processo de ascensão e estabilização do capitalismo, mas concede ao paradigma marxiano que o espírito do capitalismo pode vir a se expurgar de seus componentes éticos e passar a orientar-se apenas pela lógica utilitária:

Since asceticism undertook to remodel the world and to work out its ideals in the world, material goods have gained an increasingly and finally an inexorable power over the lives of men as at no previous period in history. Today the spirit of asceticism – whether finally,

who knows? – has escaped from the cage. But victorious capitalism, since it rests on mechanical foundations, needs its support no longer<sup>62</sup> (WEBER, 1958, p. 59).

### 13.iv. O dualismo entre ordem de status e ordem econômica em Habermas

Jürgen Habermas avalia que o erro de Weber é enfatizar “a atividade finalística (*Zwecktätigkeit*) de um sujeito de ação solitário”<sup>63</sup> (HABERMAS, 1987a, pp. 289-290). O individualismo metodológico implicaria pontos cegos na sociologia weberiana.

Em busca de uma teoria sociológica com mais acuidade, Habermas aloca no centro de seu modelo a interação intersubjetiva entre pelo menos dois sujeitos orientados fundamentalmente por uma razão comunicativa.

A sociologia de Habermas incide sobre um processo transindividual (ação linguisticamente interativa) e se orienta por um conceito de razão que transcende a lógica utilitária. Os atores orientados pela razão comunicativa regulam seus interesses na via do entendimento. O entendimento, porém, faz mais que a mediação de interesses: constitui identidades.

A opção metodológica habermasiana de tomar como unidade de análise fundamental a relação de entendimento recíproco, fundamenta-se na premissa epistemológica de que, por meio da racionalização da comunicação, um processo eminentemente ético, a modernidade pode conciliar o homem mercador (*merchant*) de Adam Smith com o animal político aristotélico (*ζῷον πολιτικόν*).

O sociólogo da Escola de Frankfurt assimila do paradigma da produção marxiano a noção de que o mundo capitalista é colonizado pelo mercado. Nesse contexto, os atributos éticos do ser humano são reprimidos por uma sociedade massificada pela expansão desenfreada do interesse estratégico.

A capacidade de ação e de expressão do ser humano atrofia-se diante de “redes de significação distorcidas por diferenciais de poder” (*apud* GIDDENS, 2009, p.

---

<sup>62</sup>“Uma vez que o ascetismo conseguiu reconfigurar o mundo e implementar seus ideais no mundo, os bens materiais ganharam um crescente e, ao final, um inexorável poder sobre as vidas dos homens como em nenhum outro período da história. Hoje o espírito do ascetismo – se, de forma definitiva, quem sabe? – escapou da jaula. Mas o capitalismo vitorioso, como se apoia em fundações mecânicas, não precisa mais de sua ajuda” (tradução nossa).

<sup>63</sup> Tradução nossa.

37), que lhe obstruem a consciência. Com isso, o processo de emancipação que constitui o sujeito não se aperfeiçoa.

Em sua teoria da ação comunicativa, Habermas perfila atores eticamente orientados compensando, por meio de interações dialógicas, os efeitos colaterais da economia de mercado.

Na Inglaterra do Século XVIII, consolida-se uma esfera pública de livre debate (HABERMAS, 2003, pp. 9, 39-45) a despeito da operação do mercado. Conseqüentemente, o paradigma da produção deveria ser reajustado excluir a subsunção da variável ética na econômica.

Habermas admite que o paradigma da produção não é completamente hermético à ação ética, tanto que preconiza a emergência de uma ciência crítica (contra o mercado).

Contudo, considera que o marxismo assume feições de uma teoria da história ao superestimar o peso do mercado – em detrimento da ética – na formação da consciência (HABERMAS, 1987b, p. 421).

Habermas acredita, como Weber, que a ética pode se contrapor ao colonialismo do mercado. A regulação recíproca entre ordem de *status* e ordem econômica dependeria da articulação de uma esfera pública a funcionar como repositório do conteúdo ético consumido pelas relações econômicas.

Frank Michelman observa que o contexto ético em que o agir comunicativo acontece tem que ser previamente estabelecido por sujeitos livres e iguais. Por outro lado, os sujeitos não podem ser livres e iguais fora desse contexto ético (MICHELMAN, 1997, p. 158).

De fato, Habermas não consegue explicar, de forma satisfatória, como se produz a ação comunicativa, ou, em outros termos, como a ordem de *status* e a ordem econômica se encaixam em um processo virtuoso de determinação recíproca, que salvaguarda, ao mesmo tempo, a autonomia dos sujeitos, e a eficiência do mercado.

Durkheim, Maine, Tönnies, Weber e Habermas esboçam modelos analíticos que implicam determinação recíproca entre ordem econômica e ordem de *status*. Contudo, nenhum desses modelos pode suplementar o paradigma da produção, de forma a concatenar as dinâmicas do capitalismo, da luta de classes e da cidadania, e explicar o encaixe entre ordem econômica e ordem de *status* que caracteriza a modernidade.

Nas seções seguintes, procuramos proceder a essa concatenação.

### 13.v. A subsunção recíproca entre ordem econômica e ordem de status

<b>Critério</b>	<b>Ordem econômica</b>	<b>Ordem de <i>status</i></b>
<i>Princípio determinante</i>	Concorrência	Solidariedade
<i>Motivação predominante</i>	Interesse	Valor
<i>Racionalidade hegemônica</i>	Estratégica	Ética
<i>Resultante típica</i>	Desigualdade	Igualdade

TABELA 1. Comparativo entre ordem econômica e ordem de *status* típicas

Esta tabela mostra, com base na exposição teórica acima, as diferenças entre os tipos ideais de ordem econômica e de ordem de *status*, articulados nesta tese.

Na sociedade moderna, a ordem econômica e a ordem de *status* tendem a se interpenetrar. O processo de modernização pode ser descrito em termos de interação entre as duas instâncias ou de equilíbrio entre elas.

No contexto das sociedades mais primitivas, como o referido por Durkheim, a predominância da ordem de *status* sobre a ordem econômica é bastante acentuada, porque aquelas civilizações embrionárias se estruturavam, basicamente, pelos valores produzidos na religião, nascedouro da ordem de *status*. Contudo, essa situação se alterou no advento da modernidade.

Ao observar as sociedades capitalistas modernas no limiar do Século XX, Max Weber notou que a posição na estrutura de classe, em geral indexada às dinâmicas da ordem econômica, avultava-se como fator determinante da posição nos círculos comunitários, em geral indexados à ordem de *status* (WEBER, 1981, p. 76).

Dessa forma, a ordem de *status* tendia a se subsumir gradualmente na estrutura de classe, de acordo com os prognósticos de Marx. Como Marshall bem constatou, essa tendência se inverteu ao longo do Século XX: a estrutura de classe é que passou a se subsumir na ordem de *status* (MARSHALL, 1992).

Na esteira do paradigma da produção, assumimos que a relação hierárquica entre ordem econômica e ordem de *status* é produto da luta de classes. Derrotada em sua

pretensão de manter a ordem de *status* submetida à ordem econômica, a classe dominante logrou esvaziar a ordem de *status*.

A ordem de *status* moderna gradualmente se esvazia de seu conteúdo ético. Se no modelo hegeliano, a ordem de *status* consiste de relações éticas, que constituem a independência dos cidadãos *vis-à-vis* as coerções da ordem econômica, nas sociedades reguladas pelo paradigma de modernização social-democrática, a ordem de *status* reflete com maior ou menos intensidade as relações jurídicas, articuladas no regime de cidadania, que regulam precipuamente interesses materiais. Dessa forma, a ordem de *status*, que idealmente deveria ter como objetivo final a salvaguarda da identidade dos sujeitos, na prática se estrutura em torno do objetivo final de salvaguardar o mercado.

A diluição ética da ordem de *status*, que caracteriza a sociedade moderna, denota, em vez de subsunção na ordem econômica na ordem de *status*, como preconizado por Marshall, subsunção recíproca entre as duas instâncias. Se a ordem econômica passa a ser regulada pelo interesse eticamente moderado, a ordem de *status* passa a ser estruturada por uma ética contaminada pelo interesse.

A luta de classes é o fator externo que tipicamente controla a mistura entre ética e interesse que estrutura a ordem de *status*. Quanto maior a intensidade da luta de classes, maior a pureza ética da ordem de *status*.

Afirmamos que, no contexto da sociedade moderna consolidada, o conflito de classes exerce influência positiva no regime de cidadania, ao passo que o regime de cidadania exerce influência negativa na luta de classes.

Nesse ponto, podemos formular essas correlações em outros termos: a maior ou menor intensidade do conflito de classes corresponde, respectivamente, à maior ou menor influência da ética sobre o interesse no sistema que configura a sociedade moderna ou a maior ou menor grau de controle da ordem de *status* sobre a ordem econômica.

Ressalve-se que a intensidade do conflito de classes não significa intensidade atual de litígio entre proletariado e burguesia, já que as tréguas entre as partes, embora impliquem a redução do conflito, não significam retroação das trincheiras. As tréguas suspendem o conflito na situação em que se encontra. A interrupção da trégua, em geral, impõe a retomada do conflito com as partes nas posições em que estavam no ato da suspensão.

No contexto das sociedades estruturadas pelo paradigma de modernização social-democrática, tanto o grau de influência da ordem econômica na ordem de *status* como o grau de influência da ordem de *status* na ordem econômica são regulados pela luta de classes.

No modelo hegeliano, a ordem de *status* (*Sittlichkeit*) conformaria a ordem econômica. No paradigma da modernização social-democrática, as duas instâncias se determinam mutuamente, de acordo com a operação do mecanismo da luta de classes.

A subsunção recíproca entre estrutura de classes e ordem de *status* que tipifica a sociedade moderna implica cisão meramente *formal* entre poder econômico e poder político. Essa cisão formal submeteu o capitalismo a graus de controle político, que implicaram a melhoria da posição relativa do trabalhador na estrutura de classes e garantiram sobrevida ao sistema.

#### **14. A sociedade moderna entre o conflito e o compromisso**

Nossas unidades de análise fundamentais são, em nível mais geral, o conflito, deduzido principalmente de coordenadas analíticas da teoria de classes de Karl Marx, o compromisso, deduzido principalmente de coordenadas analíticas de Thomas Marshall, e a determinação recíproca entre conflito e compromisso, deduzida principalmente das coordenadas analíticas de Hegel.

Consideramos que o conflito mais relevante para compreensão das dinâmicas da sociedade capitalista é o que entrincheira, de um lado, a classe trabalhadora, que vive do salário e sofre baixa estima social, e, de outro, a classe capitalista, que vive do lucro e goza de alta estima social.

Em Marx, o conflito de classes é configurado por interesses econômicos contrapostos. Para Dahrendorf, o que fundamenta esse conflito são desacordos de natureza política.

Em nosso modelo, no entanto, o conflito de classe é orientado por motivações que se situam dentro de um espectro que vai do puro interesse utilitário à pura pretensão ética e que, até certo ponto, podem ser satisfeitas pela cidadania.

O conflito de classes regula simultaneamente a relação entre salário e lucro e o grau de isonomia de reconhecimento que independe da posição na estrutura de classe, ou grau de eficácia e a densidade ética da ordem de *status*.

Se no limiar da sociedade capitalista o conflito de classes opunha diretamente burgueses e proletários, hoje em dia é travado fundamentalmente por meio de prepostos das duas classes antagônicas, tanto no âmbito factual (sindicatos, gerentes etc.), como no âmbito institucional (partidos políticos), o que afeta, mas não desnatura o conflito de classes.

A estrutura de classe bifurcada, típica do modelo marxiano, com burgueses no topo e proletários na base, evolui progressivamente para uma estrutura de classe mais complexa, diferenciada e difusa.

O acesso a nacos do capital universalizou-se com a proliferação das sociedades por ações e de títulos de investimento. Com isso, a base de interessados na manutenção do sistema ampliou-se.

Egressos do proletariado tornam-se gestores do trabalho, profissionais liberais, executivos, pequenos acionistas, pequenos investidores e passam a constituir uma classe intermédia, com interesses mais identificados com os da burguesia que com os do proletariado.

Nos períodos feudal e liberal, a posição de classe e posição de *status* eram variáveis indexadas. Com a implementação da modernização social-democrática, essas variáveis foram formalmente desvinculadas. A posição de classe passa a ser indiferente à investidura na cidadania, que é a medida de *status* fundamental em qualquer ordem política.

O escopo das contraprestações contratuais aos diversos segmentos da classe operária reguladas diretamente pela luta de classes *in natura* reduz-se progressivamente, a uma porque são absorvidas pelo regime de cidadania e, a duas, porque, por imperativo desse regime, são transferidas à regulação do próprio mercado.

Dahrendorf não foca, como Parsons, nos processos de sincronização entre substrato factual e estrutura normativa. Ao contrário, sua questão são os desvios possíveis entre as duas esferas, tal como suscitados por Lockwood:

The existence of a normative order in no way entails that individuals will act in accordance with it; in the same way the existence of a given factual order in no way means that certain kinds of behaviour result. The gap between the elements of “givenness” in the situation and individual or group action is one that is to be bridged only by the sociological appreciation of the way in which motives are structured, normatively and factually<sup>64</sup> (LOCKWOOD, *op. cit.*, pp. 139-140).

A premissa errada de que uma sociologia do conflito precisa se ater a desconformidades entre o normativo e factual, ou entre deontologia e ontologia, parece ter desorientado a teoria de Dahrendorf.

A sugestão de Lockwood foi fechar a definição dos motivos orientadores da ação social empiricamente, e não formular uma teoria das brechas, como a do sociólogo alemão.

Dahrendorf conclui, com outros termos, que nas brechas recorrentes entre estrutura normativa e substrato factual, provocadas por conflitos políticos, devem ser buscadas as respostas para as dinâmicas das transformações sociais.

Diversamente, nosso modelo busca desvelar as fontes da força coercitivas que condicionam, factual e normativamente, a ação social, porque, sem resolver previamente esse enigma é impossível explicar a ação social desviante, como prova o fracasso teórico de Dahrendorf.

Em nossa perspectiva teórica, pretensões econômicas e éticas fundamentam diretamente a coercitividade do substrato factual e indiretamente a coercitividade da estrutura normativa.

Em Parsons, essas pretensões atuam apenas no substrato factual, já que a coercitividade da estrutura normativa fundamenta-se na política (ameaça normativa de sanções, com o uso legítimo da força).

No modelo weberiano, que orienta Parsons, a manutenção da ordem social é função da ameaça de uso legítimo da força, mas também da legitimidade da norma que autoriza o uso da força, ou seja, o consenso consolidado na norma. Esse consenso

---

<sup>64</sup> “A existência de uma ordem normativa de forma alguma implica que os indivíduos vão agir de acordo com ela; da mesma forma, a existência de uma dada ordem factual de forma alguma significa que certos tipos de comportamento ocorram. A lacuna entre os elementos pressupostos na situação [pela teoria] e a ação individual ou coletiva [concreta] só pode ser preenchida por meio de estudo sociológico acerca da forma como os motivos são estruturados, normativamente e factualmente” (tradução nossa).

expressa a convergência de interesses, que assegura a estabilidade da ordem mais do que a força.

Dahrendorf se atém à análise extrínseca e casuística das crises de legitimação da norma, sem perquirir as causas estruturais da legitimação da norma, como fazemos em nosso modelo.

A adesividade social da lei (*law-abiding*) explica-se pelo grau de correspondência entre a sanção normativa e os motivos factuais dos sujeitos. As motivações que emprestam eficácia à norma são sempre factuais.

A sanção típica cerceia o cidadão em sua liberdade para maximizar utilidades, reconhecimento ou as duas coisas ao mesmo tempo, porque os indivíduos, no substrato factual, realizam-se por meio de utilidades e reconhecimento.

A norma tem como lastro de legitimidade o que Parsons chama de “*common values*” (valores comuns) (PARSONS, 1968, pp. 454, 458), que configuram sua *coercitividade* factual. A coercitividade jurídica da norma, subsidiária dessa coercitividade factual, tem como lastro a força.

No modelo parsoniano, o substrato factual opera coordenação positiva porque socializa sem interferência do poder político formal. Inversamente, a estrutura normativa opera coordenação negativa porque socializa por meio do poder político formal. Essa formulação, no entanto, deve compreendida à luz da premissa de que ambos os sistemas de coordenação são exteriores e coercitivos *vis-à-vis* os indivíduos (LOCKWOOD, *op. cit.*, pp. 137-138).

Parsons enfatiza a coordenação social, ao passo que Dahrendorf, o conflito social. A variável fundamental para o sociólogo alemão não é nem a coordenação positiva, nem a coordenação negativa, mas a ação social que escapa a ambos os mecanismos e constitui conflitos orientados à reconfiguração da estrutura normativa.

O problema de Dahrendorf, ainda que não seja formulado nesses termos, é identificar, inventariar e fundamentar os conflitos que constituem o processo genético de legitimação da dominação racional-legal tipificada por Max Weber. Esse sistema de dominação, na perspectiva de Dahrendorf, seria inexoravelmente atualizado por conflitos que visam repor sua legitimidade à medida que se desgasta.

Enquanto Dahrendorf se concentra em dinâmicas, sem perquirir as motivações profundas de suas regularidades, Parsons se ocupa com a inércia das regularidades, sem problematizar as dinâmicas que a interrompem.

Um não qualifica os conflitos sociais que constituem e atualizam a estrutura normativa, ao passo que o outro sequer enfatiza esses processos, mas sua antítese estática, o compromisso social referido na apenas em interesses, como também em *common values*, para usar a expressão de Parsons (1968), uns e outros subjacentes à estrutura normativa.

<b>Teoria estrutural-funcionalista (Parsons)</b>	<b>Teoria dos conflitos sociais (Dahrendorf)</b>
Sociedades como estrutura de elementos estáveis	Sociedades em transformação constante
Sociedades como estrutura de elementos bem integrados	Sociedades sob constantes conflitos sociais
Os elementos concorrem para o funcionamento da sociedade	Os elementos concorrem para a mudança social
As sociedades sustentam-se no consenso de seus membros	As sociedades sustentam-se na coerção de uma parte de seus membros sobre a outra.

TABELA 2. Comparativo entre os modelos teóricos de Parsons e Dahrendorf  
 Fonte: LIBRERA, 2003, p. 4 (tradução nossa).

Inspirados em Marshall, enfatizamos a correlação entre o *compromisso* consubstanciado no regime de cidadania e o conflito de classes que o subjaz (MARSHALL, 1992, p. 49). Dessa forma, nossa perspectiva analítica transcende o dilema compromisso ou conflito, que opõe Parsons e Dahrendorf, e projeta as duas instâncias em determinação recíproca.

Uma sociologia consequente precisa fazer conexão entre o conflito e o compromisso, e fundamentar tanto do ponto de vista dinâmico, na esteira de Dahrendorf, quanto do ponto de vista sistêmico, na esteira de Parsons, o processo circular que vai do conflito ao compromisso e do compromisso ao conflito.

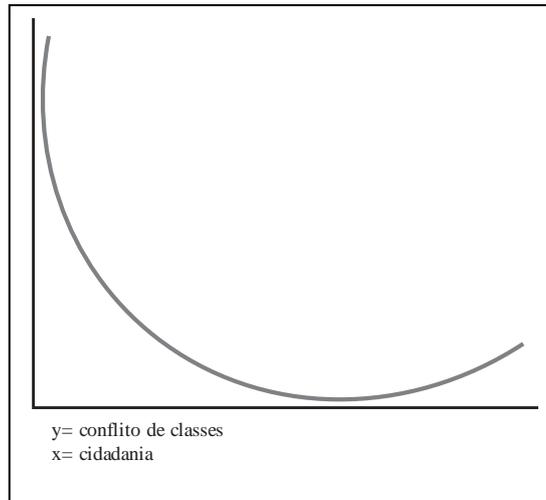


GRÁFICO 1. Relação entre conflito de classes e cidadania na sociedade moderna, conforme esta tese

A moderna sociedade capitalista constitui-se e desenvolve-se pelo movimento cíclico, impulsionado pela luta de classes, de subsunção recíproca entre ordem de *status* e substrato factual, o qual configura e reconfigura o regime de cidadania.

No substrato factual, os indivíduos são alocados na estrutura de classes conforme seu grau de emancipação econômica. Contudo, na estrutura normativa, todos se nivelam.

Com a subsunção recíproca entre ordem econômica e ordem de *status*, a estrutura de classes torna-se menos escalonada, ao passo que a cidadania passa a se orientar pela busca de *igualdade formal absoluta* e *igualdade material relativa*.

O Estado hobbesiano, que pressupõe sujeitos absolutamente orientados pelo princípio utilitário (medo da morte violenta) e um poder coordenador lastreado na força, não é, portanto, uma boa figura do Estado moderno, porque neste a força se consolidou como recurso residual de coordenação.

O modelo de John Locke, ao aludir à ficção dos direitos naturais, repõe o conteúdo ético no contrato social hobbesiano. O que refreia o caótico *État de nature* não é apenas o medo da morte ou qualquer outro interesse utilitário isoladamente, porque os

motivos éticos, a necessidade de reconhecimento e as dinâmicas das relações sociais de reconhecimento jogam papel relevante nesse processo.

A modernização capitalista liberal promove a configuração e o aperfeiçoamento de um conjunto de instituições que legitimam a exploração do trabalho e tentam esvaziar a luta de classes por meio da institucionalização desse conflito dualista.

A diluição da luta de classes não se explica, em última análise, pela redistribuição do poder político, como aponta Dahrendorf, mas pela institucionalização de um padrão de cidadania que representa, simultaneamente, moderação da desigualdade econômica e moderação da igualdade de *status*.

A cidadania em nosso modelo é um artifício manejado pela burguesia para atender às demandas da classe operária (padrão de vida, participação política e reconhecimento) – em grande medida – apenas no nível da representação.

Os direitos implícitos no instituto da cidadania apresentam eficácia em termos econômicos e em termos de *status*. Mesmo que não sejam elásticos o suficiente para absorver as desigualdades produzidas pelo capitalismo, pode absorvê-las em grau que atenua a luta de classes a ponto de assegurar sobrevivência ao sistema.

Ao elevar a classe operária em termos econômicos e de *status* ao patamar de classe média, a cidadania potencializa o mercado consumidor e dinamiza o sistema capitalista.

Na sociedade capitalista moderna vende-se a realização ética por meio do padrão de consumo. Com isso, articula-se a ordem de *status* à ordem econômica. Os atores sociais engajam-se na produção incentivados pela ficção de que o reconhecimento é função do consumo, e o consumo função do trabalho.

Em nosso modelo, o processo de modernização corresponde às mudanças sociais, políticas culturais e econômicas em direção a um ponto de equilíbrio, mediado pela cidadania, entre a estrutura de classes e isonomia de *status*.

Dahrendorf passa, em *Class and Class Conflict in Industrial Society*, por pistas interessantes que poderiam ajudá-lo a fechar sua teoria. Descarta, sem problematizar adequadamente, por exemplo, a análise de Elton Mayo que descreve os conflitos de classe como recaídas em condições bárbaras, manifestações de

imperfeições humanas, desajustes que deveriam ser coibidos com a formação de habilidades sociais por meio da educação (DAHRENDORF, 1959, p. 111). Ou seja, Mayo percebeu que não adiantava distribuir apenas incentivos materiais à classe operária, porque o trabalhador também tem pretensões éticas (reconhecimento).

Atualmente, na política de recursos humanos das empresas capitalistas de ponta é imprescindível a formação social do trabalhador exigida por Mayo. Essa socialização reforça o reconhecimento do operário na medida em que o capacita para ocupar mais espaços de interação social, em vez de ficar confinado na produção.

No próximo capítulo, enfatizamos a evolução do conceito de cidadania no âmago do processo de modernização.

## **15. A invenção da cidadania social-democrática**

O conceito de cidadania passara por uma mutação revolucionária no limiar da modernidade. Quando surgiu na Grécia Antiga, a cidadania era exclusiva. Séculos depois, os romanos importaram o instituto para demarcar civilidade e barbarismo, com seus cidadãos do lado de cá, e o resto do lado de lá.

No contexto feudal, a honra era, por princípio, uma distinção hierárquica, ou, para usar as palavras de Charles Taylor (1994, p. 27), estava “intrinsecamente vinculada a desigualdades”<sup>65</sup>.

O Estado estruturava-se como federação imperfeita de feudos assimétricos, mantida por um pacto de força. A posição na escala de *status* correspondia às dimensões do domínio territorial.

O conflito fundamental tinha ostensivo caráter político, mas seus protagonistas não digladiavam pelo poder político em si. Buscavam, primordialmente, por meio da maximização de domínios territoriais, conforto externo e conforto interno, riqueza e honra.

O feudalismo configurava uma estrutura social de rígida hierarquia, baseada na concentração fundiária cristalizada, que produzia cada vez menos senhores e cada vez mais servos. Quem não detivesse propriedade, estava privado de poder político, de cidadania e de honra.

---

<sup>65</sup> Tradução nossa para a expressão “intrinsically linked to inequalities”.

A sociedade se bipartia em senhores e servos, em nobres e plebeus, em proprietários e não proprietários, em dignitários e desprezíveis, em pessoas de classe e pessoas sem classe.

A massa dos plebeus, desprovida de propriedade, só constituía uma classe por exclusão. “Le Tiers état est la nation moins le clergé et la noblesse”<sup>66</sup> (SIEYÉS, 2002, p. 6). O que havia no mundo feudal era o estamento feudal e uma massa amorfa de gente comum, despossuída, dominada e explorada.

Nobres e plebeus eram separados por um abismo intransponível. Pertenciam a mundos opostos: o civilizado e rico, o bárbaro e pobre. O destino do indivíduo selava-se com o nascimento.

O esquema de dominação feudal consistia na capacidade de poder instalada para garantir privilégios materiais e honorarias. A correlação entre fatores reais de poder e *status* fundava uma sociedade civil constituída apenas do primeiro e do segundo estado.

A estabilização do feudalismo devia muito à posição hegemônica da Igreja Católica, que endossava as potestades feudais segundo o princípio do direito divino dos reis e das autoridades em geral, que aparece bem formulado em Jean Bodin, para quem Deus é o Senhor absoluto e autoridade constituinte de todos os príncipes do mundo (BODIN, 1993, p. 85).

O fundamento mágico do poder do rei e de seus vassallos encurtava o espaço de manobra política dos dominados. Questionar o regime de dominação vigente seria insurgência contra a fé católica que o respaldava em troca do monopólio do poder religioso.

A cidadania moderna, que identifica um conjunto de pessoas com um estado específico, começava a emergir. Gradativamente, começa a subsumir as insígnias concorrentes, de natureza étnica, política, ética, religiosa *etc.*.

A sociedade fundada na confluência entre a ordem econômica capitalista e a ordem de *status* social-democrática formava-se à medida que absorvia as comunidades tradicionais.

---

<sup>66</sup> “O Terceiro Estado é a nação excluídos o clero e a nobreza” (tradução nossa).

Um pacto civil, de natureza contratual, conformava uma ordem de *status* universal e absoluta, em que tinham que se diluir ou se fundamentar as ordens de *status* remanescentes (*e.g.*, filiação religiosa).

Esse processo de unificação da ordem de *status* que configura a diferenciação da ordem internacional em estados soberanos foi acelerado com a Reforma Protestante. O que podemos chamar de cidadania católica, supra e transnacional, que cimentava o sistema feudal, enfraqueceu-se, e começou a se subsumir na cidadania secular, que se tornava absoluta.

As guerras religiosas que seguiram a Reforma revelam a falência do antigo sistema de dominação, que conciliava política, economia e religião. A partir da doutrina de Thomas Hobbes (2006), buscou-se uma base racional para a ordem pública, com a cisão entre política e religião, porque

As leis naturais – como a justiça, a equidade, a modéstia, a piedade ou, em resumo, fazer aos outros o que queremos que nos façam, por si mesmas, na ausência do temor de algum poder capaz de levá-las a ser respeitadas, são contrárias às nossas paixões naturais, as quais nos fazem tender para a parcialidade, o orgulho, a vingança e coisas semelhantes (HOBBS, 2006, p. 127).

O direito natural, inspirado na religião, perdia sua base de legitimação. O Estado deixou de ser a expressão de uma ordem ética com fundamento metafísico. As relações sociais passaram a ser reguladas pelo direito, um pacto normativo racional, ancorado no consenso e na força legítima.

A sociedade ocidental surgiu na Grécia, estruturada na política. Na Idade Média, seu fundamento organizacional passou a ser a religião e, na Idade Moderna, o direito civil.

Nessas transições, a ética foi suplantada pela economia como principal fator de coesão social. A sociedade clássica era constituída sobretudo por valores comuns, segundo o paradigma platônico, mas a moderna, sobretudo por interesses comuns, segundo o paradigma hobbesiano.

A ascensão da burguesia no interstício da sociedade feudal começa a consolidar o mercado como fundamento da ordem pública. O Estado liberal clássico

liquidou as autarquias feudais e nivelou, por meio do aperfeiçoamento da cidadania, os proprietários perante uma lei racional e ubíqua. Com isso, o poder econômico libertou-se de sua base territorial e de sua base religiosa.

A segurança, sobretudo a garantia da propriedade privada, passou a ser matéria de ordem pública. Os proprietários perderam a condição de potestados dentro do Estado. Agora, eram meros cidadãos equipotentes. A assimetria e a competição entre proprietários confinaram-se à esfera econômica.

A cidadania deixou de ser escalonada e estamental, mas continuou como corolário da propriedade. Os cidadãos plenos, capazes de todos os atos da vida civil, eram exatamente os indivíduos emancipados na ordem econômica.

A propriedade privada perdia a autotutela imediata, mas ficou ainda mais protegida com a emergência do Estado Liberal. Graças à cidadania exclusiva, o poder econômico passou a controlar, mais legitimamente, ainda que indiretamente, os meios coercitivos imprescindíveis à sua manutenção. A remoção do fundamento religioso do poder, por outro lado, abriu caminho para reino da economia. Além disso, proporcionou um ambiente mais estável para a expansão do mercado.

A política desacoplada da religião passou a responder tão somente ao mercado. A externalização da política secularizada, presidida apenas pelo interesse, permitiu à economia valer-se de uma instância reguladora unificada e incontrastável. Os proprietários poderiam dedicar-se diretamente ao acúmulo de riqueza, que seria garantida pelo Estado. Além disso, a cidadania exclusiva lhes assegurava simultaneamente o controle do Estado e o topo na ordem de *status*.

Na perspectiva de Ferdinand Tönnies, a transição à modernidade pode ser apresentada, a exemplo da proposta do paradigma da dominação weberiano, como suplantação da lógica da comunidade (*Gemeinschaft*) pela lógica da associação social ou sociedade (*Gesellschaft*), da vida social organizada pelos valores, para a vida social organizada pela racionalidade econômica.

No feudalismo, sem Estado consolidado, a realidade social delineava, grosso modo, uma comunidade (*Gemeinschaft*). A vida social regia-se, predominantemente, pelo princípio da diferença. Os indivíduos competiam, com intervenção mínima do Estado, por poder conversível em riqueza e honra, em uma

ordem de força e valores. Os que obtivessem sucesso subjugavam os demais diretamente, sem *interpositio legislatoris*, geralmente com respaldo da religião.

A consolidação do Estado Liberal configurou uma sociedade de relações econômicas reguladas pelo direito (*Gesellschaft*), sobreposta à comunidade. Nessa dimensão formal de relações artificiais, privativa de proprietários, imperava o princípio da isonomia.

A dominação política passou a implicar *interpositio legislatoris*. O princípio da liberdade burguesa excluiu a dominação não consentida na lei. Contudo, apenas os cidadãos, aqueles que fossem qualificados pela propriedade, concorriam com o fazimento das leis. A condição de dominante expressava-se pelo título de cidadania.

A *polis* grega, arquétipo formal da ordem burguesa, configurava uma comunidade fundada na cidadania como *media* de interações políticas concretas, sobreposta à economia. O Estado Liberal, diversamente, configurava uma associação de regulação econômica, fundada na cidadania como *media* de interações abstratas, sobreposta à política.

Da Grécia Antiga à Europa moderna, a cidadania retrocedeu de realidade concreta constitutiva da identidade de indivíduos diferentes, mas equivalentes, para representação dessa realidade.

Na República ateniense, a economia girava em torno da política. Na República burguesa, economia e política se equilibram em processo de determinação recíproca.

O Estado burguês herdou do feudalismo a *ordem de status* desfigurada pelo princípio da hierarquia. Essa ordem de *status* não constituía indivíduos diferentes de igual *status*, como sua matriz grega, mas indivíduos hierarquizados em função das posses.

No Estado Liberal, a *Gesellschaft*, sociedade contratual, é uma projeção da *Gemeinschaft* ética do modelo grego. Os cidadãos dessa comunidade não se habilitavam pela participação concreta na ordem política da cidade, mas pelo acúmulo de propriedade.

A política não estava disponível, a não ser aos protagonistas da ordem econômica. Os sujeitos passivos na ordem econômica não podiam ser sujeitos ativos na

ordem política, e, além disso, a ordem de *status*, por definição, não poderia interferir nas hierarquias produzidas na ordem econômica, a não ser para reforçá-las.

Em vez de uma ordem econômica sincronizada *pela* ordem de *status*, como em Atenas, tinha-se no Estado Liberal uma ordem de *status* sincronizada *com* a ordem econômica, da qual recebia influência negativa (desigualizante) sobre a qual só exercia influência positiva (desigualizante).

A mudança da relação de causalidade entre política e economia na transição do paradigma clássico para o paradigma moderno implica subversão da ordem de *status*. A sincronização entre política e economia, típica da sociedade moderna, constitui a negação da própria política.

No paradigma grego, todos os membros da comunidade política, bem fundada em relações de reconhecimento recíproco, regulavam a ordem econômica. No paradigma liberal, os protagonistas da ordem econômica, orientados por relações de reconhecimento distorcidas pelo materialismo, regulavam a comunidade política.

A exclusividade da cidadania liberal e a estratificação social que ela assegurava contradiziam o princípio do universalismo dos direitos naturais, eixo do pensamento liberal, articulado em seus próceres, como John Locke (2002). Era preciso engendrar um sistema social que eliminasse todas as desigualdades no plano político e na ordem de *status*, sem sacrificar o capitalismo.

Emmanuel-Joseph Sieyès, um dos expoentes teóricos da Revolução Francesa, apontou como motivo da crise de ordem que assolava a França à época: “todos os privilégios são [...] injustificáveis, odiosos e irreconciliáveis com o verdadeiro objetivo da sociedade”<sup>67</sup> (SIEYÈS, 2002, p. 36).

O problema para ele não era tanto a acumulação de riqueza, o sistema econômico em si, mas a ordem de *status* excludente. Não se buscava distribuição *igualitária* de riqueza, mas uma distribuição *mais equitativa* de riqueza sob uma ordem de *status* que cassasse – e não que produzisse privilégios.

No consenso que se formava à época, os indivíduos eram desiguais por força da ordem de *status* excludente. As regras do jogo econômico eram distorcidas para privilegiar a nobreza e o clero.

---

<sup>67</sup> Tout privilège est donc injuste, odieux et contradictoire au vrai but de la société.

A ordem feudal distinguia claramente, por meio de privilégios estamentais, como direitos monopolistas, o primeiro estado – a nobreza – frente ao terceiro estado, as pessoas comuns <sup>68</sup> (SIEYÈS, *op. cit.*, p. 10). Contudo, nada justificava essa discriminação:

Si les hommes ne sont pas égaux en moyens, c'est-à-dire en richesses, en esprit, en force, etc. il ne suit pas qu'ils ne soient pas tous égaux en droits. Devant la loi, tout homme en vaut un autre, elle les protège tous sans distinction<sup>69</sup> (SIEYÈS, 1789, p. 46).

A solução contra o privilégio, para Sieyès, não seria universalizar o sufrágio, até então privativo dos proprietários e controlado pela nobreza, mas tão somente proibir leis discriminatórias.

Nos debates para a formulação da Constituição Francesa de 1791, Sieyès apresenta uma solução que, grosso modo, apenas atualiza a correlação entre propriedade e sufrágio defasada pela expansão da burguesia em detrimento da nobreza:

Tous les habitans d'un pays doivent y jouir des droits de citoyen passif: tous ont droit à la protection de leur personne, de leur propriété, de leur liberté; mais tous n'ont pas droit à prendre une part active dans la formation des pouvoirs publics tous ne font pas citoyens actifs<sup>70</sup> (SIEYÈS, 1789, pp. 36-37).

A cidadania passiva universal incorporava tão somente os direitos civis – a liberdade pessoal, a liberdade de expressão, de pensamento e religiosa, o direito de possuir propriedade, o direito de contratar, o direito de invocar o sistema de justiça (MARSHALL, 1973, p. 71).

---

<sup>68</sup> Tout privilège, on ne saurait trop le répéter, est opposé au droit commun; donc tous les privilégiés, sans distinction, forment une classe différente et opposée au Tiers état (“Todo privilégio, não é demais repetir, é oposto ao direito comum; assim, todos os privilégios, sem distinção, formam uma classe diferente e oposta ao Terceiro Estado” (tradução nossa).

<sup>69</sup> “Se os homens não são iguais em meios, ou seja, em riquezas, em aptidões intelectuais, em força etc., não se segue que não sejam iguais em direitos. Diante da lei, todos os homens se equivalem, porque ela os protege sem distinção” (tradução nossa).

<sup>70</sup> “Todos os habitantes de um país têm direito de nele usufruírem dos direitos de cidadania passiva: todos têm direito de proteção à sua pessoa, à sua propriedade, à sua liberdade; mas nem todos têm direito de participação ativa na formação dos poderes públicos, nem todos são cidadãos ativos” (tradução nossa).

Além dessas garantias, a cidadania ativa implicava o direito de participar do exercício do poder político, seja como autoridade investida em cargo público, seja como eleitor (MARSHALL, *op. cit.*, p. 72).

O voto seria uma função exclusiva, não por imposição do sistema, mas das condições de exercê-lo. Segundo a doutrina de Sieyès, nem todos teriam capacidade intelectual, cultural e econômica para exercê-lo.

Na prática, no plano normativo, a correlação entre cidadania, nobreza e propriedade foi superada pela correlação direta entre cidadania e propriedade:

On y (dans les journaux et les gazettes) lit que la noblesse se réserve les droits sacrés de la propriété... les prérogatives qui lui appartiennent... et les distinctions essentielles à une monarchie. Il est étonnant que le Tiers n'ait pas épondu d'abord à la réserve des droits sacrés de la propriété (SIEYÈS, 2002, p. 47)..

Os direitos de cidadania plena passaram a ser prerrogativa de todos os proprietários, independentemente da posição de classe. A política e o *status* incorporavam-se à lógica do capital. No paradigma feudal, a ordem de *status* era estamental, mas no paradigma burguês ela se universalizou. Todos os indivíduos se tornaram potenciais membros plenos da comunidade política. Contudo, os membros plenos efetivos eram os que se habilitavam no plano econômico.

A ordem de *status* burguesa tornou-se inclusiva, mas não igualitária. Tinha um pavimento genérico, de acesso universal – a cidadania passiva – e um patamar exclusivo, de acesso restrito – a cidadania ativa.

A economia capitalista, alavancada pela indústria, transformava em mercadorias a terra, a moeda, o trabalho (POLANYI, 2000) e, o que é mais surpreendente, a honra. O princípio de circulação da propriedade, do dinheiro, do trabalho e, sobretudo, da honra, contendia com a rigidez da estrutura de classe.

A mercantilização do trabalho ou – mais exatamente – a incorporação ao capital por meio da mais-valia, subjugava a classe operária à classe burguesa na esfera econômica. Por outro lado, a cidadania plena, estabelecida como atributo da propriedade, espelhava e reproduzia essa subordinação na ordem de *status*.

A incompatibilidade entre trabalho e cidadania que a ordem liberal herdou do feudalismo, ao poucos, revelou-se politicamente desestabilizadora e economicamente contraproducente.

A doutrina liberal manejada para destruir a base ideológica de dominação feudal manejou os ideais de liberdade e de igualdade para dismantelar a rígida estrutura de classes do Antigo Regime. Contudo, manteve-se intocada a geratriz dessa rigidez, a cidadania plena alicerçada na propriedade.

A nova ordem fundava-se na máxima lockeana de que nenhuma distinção social é tolerável, a não ser que decorra do trabalho (LOCKE, 2002). A classificação social, em tese, passou a ser função de prosperidade econômica conquistada com esforço em um mundo de oportunidades iguais. Na nova ordem, a riqueza não representa mais um atributo, mas uma conquista.

Gradativamente, formava-se o consenso de que as diferenças entre os indivíduos não eram naturais, como preconizado na ordem feudal, nem decorrência do maior ou menor esforço individual no mercado, como preconizado na ordem burguesa, mas produto de distorções da ordem econômica e da ordem de *status*.

A divisão do mundo em burguesia e proletariado determinada pela natureza do sistema capitalista era cada vez mais explícita. A promessa burguesa de desvincular classe e cidadania não foi cumprida.

A assimetria de oportunidades entre o capitalista e o trabalhador, reforçada pela cidadania plena exclusiva, exprimia a injustiça do sistema liberal. O discurso revolucionário que pavimentou a ascensão da burguesia começou a detratá-la. A dominação de classe, fundada no direito de propriedade, perdia legitimidade.

O paradigma da produção é articulado exatamente para falsear a prenoção do capital como trabalho próprio acumulado. Demonstrava que o capital, na verdade, constitui-se de trabalho alheio acumulado, e não se expande a não ser pela incorporação de trabalho alheio.

O capital, à medida que se expandia, tornava-se um *discrímen* de classe mais poderoso que a propriedade fundiária no feudalismo. Se antes havia uma estrutura desigual de base fixa, agora a estrutura desigual tinha uma base expansionista.

A discrepância fática entre o proletariado e a burguesia em termos de riqueza e *status*, e distinção formal entre as duas classes por força da cidadania como privilégio de proprietários, contradiziam, de maneira inequívoca, os ideais que projetaram a ordem liberal.

Marx, ao explicitar essa contradição, removeu a base de legitimação da ordem liberal e aperfeiçoou o discurso revolucionário que aticou a luta de classes a partir de meados do Século XIX. O Estado Liberal, exclusivo, começava a ruir.

Contudo, a ruína do Estado Liberal em função da luta de classes em vez de ameaçar, fortalecia o capitalismo. Com a cidadania alicerçada na propriedade, era improvável a intervenção estatal na ordem econômica para regular a mais-valia em favor do proletariado e prevenir o exaurimento do sistema.

A flutuação da relação salário/lucro conforme leis do mercado catalisava a luta de classes. Sem a mediação do Estado, o proletariado tinha que fazer o enfrentamento direto com a burguesia para redução da mais-valia, o que implicava maiores riscos de instabilidade política.

Além disso, a mais-valia desregulamentada aumentava a probabilidade de *dumping* salarial, concorrência predatória, degradação social e crise econômica generalizada.

A normatização de teto à mais-valia, como corolário da universalização da cidadania, constituía salvaguarda à burguesia e ao capitalismo, porque além de reduzir os riscos de instabilidade conjunturais, promoveria, por meio da ascensão econômica do proletariado, o fortalecimento do mercado consumidor.

Converter a classe operária em classe média, além de solucionar problemas de demanda, aplacaria a luta de classes, que, progressivamente, seriam ofuscadas pelos conflitos consumeristas.

Assim, a extensão da cidadania aos operários, além de inevitável politicamente, tornou-se necessária economicamente. Uma vez implementada, afastou o prognóstico marxista de ruptura do capitalismo.

Além disso, a cidadania exclusiva correspondia a uma ordem de *status* que atrelava honra e propriedade. O trabalhador engajava-se no processo de produção

premido pela necessidade de sobrevivência, sem expectativa de propriedade e, por consequência de honra.

Certamente a aderência ao trabalho seria reforçada e a economia ganharia eficiência se o operário alcançasse, por meio do seu labor, perspectiva de honra, ainda que a burguesia tivesse que admitir sua participação na propriedade, por meio da elevação de salários e do mercado de ações.

Diversos fatores, portanto, concorriam para a cidadania inclusiva. Formou-se um consenso sobreposto de que, na ordem capitalista, todo e qualquer bem deveria circular livremente no mercado, exceto o direito universal de cidadania, inerente à pessoa. Aos poucos, constituía-se uma ordem de *status* fundada na dignidade humana.

A ordem burguesa, que não reconhecia o operário como cidadão, entrou em rota de coalizão com a história. A clandestinidade do proletariado ameaçava a estabilidade do sistema, porque, sem canais institucionais, a insurgência operária só poderia assumir a forma de revolução.

Na Inglaterra, o marco da reação burguesa a essa ameaça foi o *Reform Act* de 1832. Essa reforma eleitoral deflagrou a demolição do muro que separava as classes sociais desde a *Gesellschaft*. Inicialmente, começou-se a universalizar o que Sieyès chamava de cidadania ativa.

No início do Século XX, esse processo acelerou-se com a massificação da educação, compreendida como condição fundamental para que o direito de participação política não se tornasse prerrogativa *pro forma*.

Contudo, a separação entre ordem jurídica e ordem econômica estabelecida pelo princípio de não intervenção estatal no mercado, teve que ser relativizada, porque mesmo com a universalização da cidadania ativa a estrutura de classes permanecia muito verticalizada.

Com isso, começou-se a universalizar a cidadania de bem-estar, que, além de direitos civis e direitos políticos, incluía direitos sociais para assegurar a todos, contra o mercado, um patamar mínimo de bem-estar econômico, de acordo com os padrões sociais vigentes (MARSHALL, *op. cit.*, p. 72).

As diferenças de classe entre indivíduos, gradativamente, passavam a ser irrelevantes para o *status* de cidadania, que se tornava uma prerrogativa universal da pessoa em todas as dimensões da vida social.

Entretanto, a *Gesellschaft* universal cristalizou a posição hegemônica da burguesia ao estabelecer a propriedade privada como cláusula pétrea. A universalização da cidadania, controlada e compatibilizada com o capitalismo, revelou-se um poderoso mecanismo de estabilização do sistema.

Uma complexa engenharia jurídica começou a nivelar proprietários e não proprietários no âmbito do direito. Perante a ordem jurídica, os graus de liberdade de proletários e burgueses seriam idênticos. Contudo, a premissa da separação entre ordem jurídica e ordem econômica salvaguardou a liberdade reforçada dos burgueses na dimensão institucional.

Nessa fase do processo de modernização, o dualismo da sociedade burguesa sofreu uma mutação importante: até então, havia o mundo dos cidadãos e o mundo dos não cidadãos, ou na terminologia de Sieyès, os cidadãos ativos e os cidadãos passivos.

As fronteiras entre a *Gesellschaft* e a *Gemeinschaft* eram bem demarcadas. As duas instâncias se distinguiam subjetivamente (porque eram povoadas por pessoas de classes diferentes) e objetivamente (porque configuravam dimensões diferentes da vida social). Dali em diante, porém, a distinção subjetiva deixou de vigorar.

A cidadania ampla e universal tornou-se um importante mecanismo de moderação da ordem capitalista e ajudou a desverticalizar, parcialmente, a estrutura de classes. Uma consequência importante da modernização é que todos foram promovidos a membros plenos da sociedade (*Gesellschaft*).

O Estado democrático de bem-estar não promete o retorno da proeminência de ordem de *status* substancialmente ética, com relações de reconhecimento efetivas e concretas, mas, por meio da centralização do princípio da dignidade humana, garantido pela cidadania ampla e universal, estabelece, formal e materialmente, um padrão mínimo de reconhecimento.

Atualmente, a classe operária das sociedades modernas, já em grande medida diluída na classe média, tem garantias contra a superexploração econômica bem consolidadas na ordem jurídica e conquistou o *status* de membro pleno da comunidade política.

O Estado, por meio da cidadania de bem-estar, é uma autêntica agência reguladora do conflito entre capital e trabalho. A sociedade moderna se consolida sobre um pacto tripartite (capitalistas, Estado e trabalhadores), que combina feições de *status* e contrato.

O desenvolvimento normal do capitalismo acirrou a luta de classes, e a luta de classes forçou a intervenção estatal na ordem econômica. A sociedade estruturada pelo contrato (*Gesellschaft*) teve que recuperar da comunidade tradicional (*Gemeinschaft*) um substrato de *status*.

A dimensão de *status* do moderno pacto social, não percebida por Maine, Tönnies e Weber, resquício da *Gemeinschaft*, articulada na cidadania de bem-estar, é a dignidade humana, que assegura uma relação de *status* horizontal, mas não homogeneizadora dos indivíduos. O *status* moderno não é um título de distinção hierárquica, mas um título de distinção identitária.

O pacto que constitui a *Gesellschaft*, orientado pelo consenso, não é absolutamente contratual, porque está enraizado em um núcleo fundamental que transcende o direito positivo. Não é possível projetar o indivíduo moderno apenas a partir de relações contratuais, porque o *status* é um elemento importante na definição de sua posição e de sua identidade sociais.

A sociedade moderna é a que, como resultado e como prevenção da luta de classes, equilibra uma ordem econômica discriminatória com uma ordem de *status* isonômica. Nela, o mercado e a cidadania são duas engrenagens bem articuladas. Assim como o mercado condiciona a dignidade, a dignidade condiciona o mercado. A longevidade das democracias capitalistas modernas depende do ajuste constante entre essas duas instâncias.

A cidadania exclusiva atravessou a Idade Média. Com o advento do império da lei abstrata na Era Moderna, a cidadania deixou de ser o que separa os membros da comunidade e passou a ser o que os une, um tipo de *status* uniforme e universal.

Essa nova cidadania não é casuística. Decorre do movimento da burguesia, primeiramente para instaurar uma nova ordem conforme seus interesses e valores contra o regime aristocrático predecessor, e, posteriormente para salvaguardar essa ordem contra a emergência do proletariado.

A cidadania liberal surge em articulação com contrato social do tipo hobbesiano, que restringia a atuação do Estado à intervenção minimamente necessária à manutenção da ordem pública (HOBBS, 2006).

Os direitos de cidadania apenas demarcavam negativamente o âmbito de liberdade individual em função da abstenção do Estado.

Nesse seu estágio inicial, a cidadania assegurava apenas isonomia passiva e negativa<sup>71</sup>. Estruturava a identidade entre os membros da comunidade política mediante 1) o direito isonômico de proteção contra a morte violenta, que configurou a dimensão passiva da cidadania, porque impôs transferência de poderes dos cidadãos ao Leviatã, e 2) o direito isonômico de resistir (*jus resistentiae*) a eventuais violações do contrato social, que configurou a dimensão negativa da cidadania, na medida em que atribuiu aos cidadãos a faculdade de impor abstenções ao Leviatã.

Nessa fase, em vista da proliferação de facções – sobretudo de caráter religioso – na fase anterior, a cidadania negativa e passiva surge como superidentidade universal apta a formar e sobrepor uma comunidade secular *geral* acima das comunidades religiosas *parciais*.

Em John Locke, a cidadania liberal ganha a densidade econômica que passa a caracterizá-la a partir de então. Essa nova versão de cidadania não se orienta mais à superação das facções axiológicas que ameaçavam a estabilidade da ordem política, mas, sobretudo, à regulação das tensões de caráter eminentemente econômicas produzidas pela estrutura de classes.

A cidadania liberal consolida-se como mecanismo de expurgo de diferenças, exceto graus moderados de desigualdade econômica que se depositam na estrutura de classes. Dessa forma, a cidadania sinaliza uma sociedade homogênea, que só admite diferenças de expressão econômica.

Se a preocupação de Hobbes era legitimar a ordem política desigual, a de Locke era legitimar a ordem econômica desigual. Em Hobbes, a cidadania é universal, porque a função que constitui o Estado é a proteção da vida. Em Locke, porém, a cidadania é restrita, porque a função constitutiva do Estado é a proteção da propriedade.

---

<sup>71</sup> Refiro-me à tipologia dos quatro *status* de Georg Jellinek (JELLINEK, 2000, pp. 387-390).

A cidadania liberal ganha uma dimensão ativa, na medida em que o Estado, a essa altura identificado como o titular de monarquia constitucional, é submetido ao controle dos cidadãos, representados no Parlamento.

Como a cidadania passou a se estruturar em torno da proteção da propriedade, os desapossados em geral, por absoluta falta de interesse a tutelar, foram virtualmente excluídos da participação no poder do Estado. Sieyès, um dos próceres da Revolução Francesa, defendia que o movimento deveria universalizar apenas a dimensão negativa da cidadania.

Tous les habitans d'un pays doivent y jouir des droits de citoyen passif: tous ont droit à la protection de leur personne, de leur propriété, de leur liberté; mais tous n'ont pas droit à prendre une part active dans la formation des pouvoirs publics tous ne font pas citoyens actifs<sup>72</sup> (SIEYÈS, 1789, pp. 36-37).

A cidadania liberal restrita, que se consolidou com a Revolução Francesa, entra em crise na Inglaterra industrial do Século XIX com a expansão do proletariado. A superexploração do trabalho e o aprofundamento do abismo entre a classe burguesa e a classe proletária ameaçavam romper a ordem social estabelecida.

A resistência dos trabalhadores obrigou o Estado burguês a enriquecer a cidadania com os direitos políticos, sobretudo com a universalização do sufrágio. A cidadania liberal, formulada para proliferar o reino da burguesia, mostrou-se ociosa para conter a luta operária. A eclosão de greves, os rumores de revolução e a crise de ordem determinaram a expansão da cidadania.

A democratização da cidadania, com o sufrágio universal, assegurou que, em tese, todos concorreriam isonomicamente para a formação da vontade do Estado. Os conflitos de classe, que estavam excluídos do Estado e que eram considerados perturbação da ordem, foram internalizados. As diferenças entre trabalhadores e empregadores, que ameaçavam implodir o Estado, foram amortecidas nas instâncias representativas oficiais (Parlamento, sindicatos *etc.*).

---

<sup>72</sup> “Todos os habitantes de um país têm direito de nele usufruírem dos direitos de cidadania passiva: todos têm direito de proteção à sua pessoa, à sua propriedade, à sua liberdade; mas nem todos têm direito de participação ativa na formação dos poderes públicos, nem todos são cidadãos ativos” (tradução nossa).

Momentaneamente, a participação no poder do Estado deixou de ser função da propriedade. Cidadania e estrutura de classes, até então instâncias indexadas – só quem era proprietário se habilitava ao *status* de cidadão –, cindiram-se em instâncias independentes.

Por um lado, a ordem econômica deixou de exercer influência negativa na ordem de *status*. Por outro, a ordem de *status* deixou de exercer influência positiva na ordem econômica.

Chamamos influência negativa a que se contrapõe ao princípio determinante da esfera influenciada e influência positiva a que favorece esse princípio. Esquemáticamente, a interação recíproca entre ordem econômica e ordem de *status* pode ser descrita da seguinte forma:

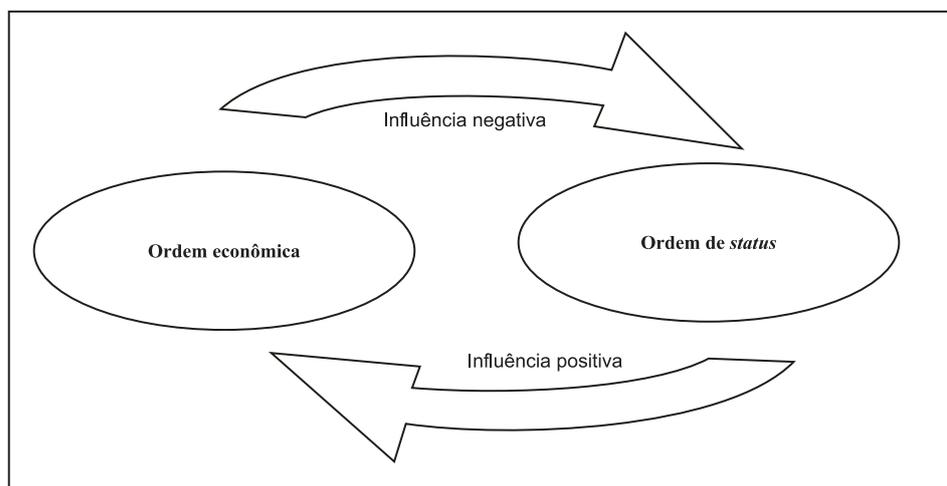


FIGURA 1. Influência recíproca entre ordem econômica e ordem de *status* no período feudal

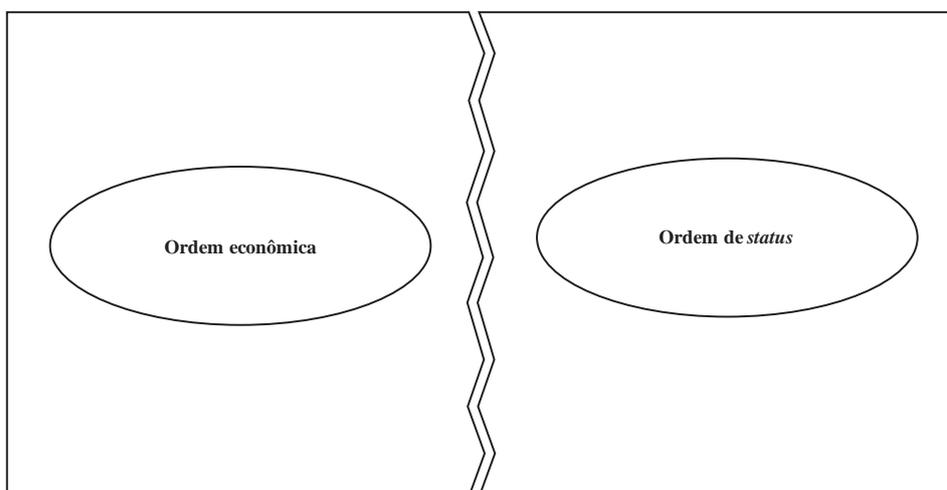


FIGURA 2. Influência recíproca entre ordem econômica e ordem de *status* interrompida na democracia liberal

O mercado, no apogeu do Estado Liberal, passou a ser absolutamente imune ao poder político, formalmente distribuído entre todos, independentemente da posição de classe. Diante da cisão entre ordem econômica e ordem de *status*, pouco adiantava aos trabalhadores participar das deliberações políticas.

A cidadania liberal típica garantia uma isonomia de *status*, que pouco sentido fazia em uma sociedade que se tornava, progressivamente, a expressão de sua ordem econômica.

Sem prerrogativa para domar, minimamente, o mercado, a cidadania não assegurava um padrão digno de subsistência para todos. É nesse contexto que Alfred Marshall percebe que a classe trabalhadora estava excluída da civilização moderna (MARSHALL, A., 2006, p 103).

A fim de incorporar o proletariado à civilização, a cidadania se estende para incluir direitos sociais. A estrutura de classes e a cidadania se conectam, novamente, mas não uma como projeção da outra, como antes. Nesse novo estágio, a cidadania e a estrutura de classes passam a se determinar reciprocamente. Nas palavras de Thomas Marshall, as duas instâncias entram em guerra (MARSHALL, T., *ibid.*, p. 18).

Na Inglaterra, os direitos sociais consistiam na configuração de uma rede de seguridade social de acesso universal, que configurou o Estado de bem-estar social. Independentemente do mercado, todos os membros da comunidade passaram a ter direito a um padrão de vida material e socialmente adequado.

O ciclo da expansão da cidadania se completou. A estrutura hierarquizada de classes passou a se alicerçar sobre um patamar básico de direitos, que desconhecem distinção de qualquer natureza entre os membros da comunidade.

A luta de classes, que impulsionou a modernização da Inglaterra via expansão da cidadania, esmaeceu o conflito de classes, tornou a estrutura de classes menos vertical e viabilizou o capitalismo.

Sem esse aparato que responde às demandas de justiça social mais abstratamente que concretamente, a sociedade capitalista provavelmente já teria encontrado seus limites projetados por Karl Marx.

O artifício da cidadania, que virtualmente universalizou os direitos liberais burgueses, produziu a miragem da supressão das classes. O proletariado ascende progressivamente à classe média e conquista o *status* de pequeno burguês.

Até mesmo o acesso ao capital parece generalizar-se na medida em que as ações das grandes companhias se pulverizavam nas mãos de microinvestidores, inclusive, proletários. Emulava-se a sociedade sem classes que a modernização revolucionária promete, mas ainda não conseguira concretizar.

A premissa do modelo social-democrático é, portanto, a concatenação simbiótica entre política e economia, entre a luta de classes e o funcionamento do mercado. A cidadania relativa e flutuante configura o dispositivo interfacial que opera a sincronização entre luta de classes e expansão do capitalismo e posterga o dilema entre política e economia previsto por Karl Marx.

A ordem econômica sincroniza-se com a ordem de *status*, em uma relação de interação recíproca conforme o seguinte esquema:

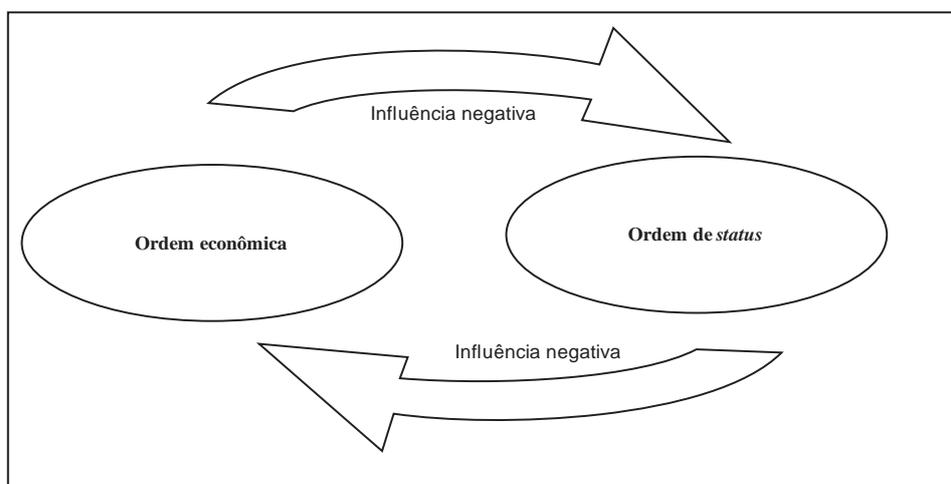


FIGURA 3. Influência recíproca entre ordem econômica e ordem de *status* na democracia liberal

Portanto, nas sociedades modernas típicas, a ordem de *status* exerce coerção igualizante sobre a ordem econômica. Simultaneamente, a ordem econômica exerce coerção desigualizante sobre a ordem de *status*.

Consideradas a existência e o tipo de influência recíproca entre ordem econômica e ordem de *status*, o processo de modernização compreende três estágios que podem ser assim representados:



FIGURA 4. Interação recíproca entre ordem econômica e ordem de *status* no Estado Liberal



FIGURA 5. Interação recíproca entre ordem econômica e ordem de *status* no Estado liberal democrático



FIGURA 6. Interação recíproca entre ordem econômica e ordem de *status* no Estado social-democrático

## 16. O conceito de determinação recíproca (*Wechselwirkung*)

Na seção anterior procuramos assinalar que o processo de modernização capitalista típico aperfeiçoa um sistema de *sincronização* dinâmica entre a ordem econômica e a ordem de *status*. A cidadania opera essa sincronização, ao encaixar uma ordem de *status* tendencialmente *igualitária* a uma ordem econômica tendencialmente *desigual*.

A cidadania moderna substitui a antiga ordem de *status* de base feudal, determinada pelo escalonamento da estrutura de classes, por uma ordem de *status* de base democrática, que refreia esse escalonamento.

Nesta tese, *sincronização* lembra a concepção de *Wechselwirkung*, adaptação do princípio de ação e reação da 3ª Lei de Newton, usada por Immanuel Kant para exprimir a relação de reciprocidade entre agente e paciente (KANT, 2005, p. 213 e ss; HARRIS, 1979, p. 12).

O termo funde em si a noção de *Wechsel* (intercâmbio) e *Wirkung* (efeito). Significa que os elementos substanciais que estruturam a realidade não se encontram em isolamento estático, mas em interação dinâmica.

Johann Gottlieb Fichte utilizou o vocábulo *Wechselwirkung* na obra *Grundlagen des Naturrechts nach Prinzipien der Wissenschaftslehre*<sup>73</sup> (1797) para significar o efeito recíproco que configura a relação de reconhecimento entre sujeitos submetidos à ordem legal:

(...) toda relação jurídica entre pessoas particulares é condicionada pelo reconhecimento recíproco entre elas, e também completamente determinada por esse reconhecimento (FICHTE, 2000, p. 111).

Fichte desenvolveu sua *Wissenschaftslehre* (teoria do conhecimento), em que a noção de *Wechselwirkung* aparece como ideia fundamental, entre 1794 e 1799, enquanto professor na Universidade de Jena.

Friedrich Wilhelm Joseph von Schelling foi nomeado professor da mesma universidade de Jena 1798, um ano antes de Fichte ser obrigado a deixá-la, sob acusação de ateísmo.

---

<sup>73</sup> “Fundamentos dos direitos naturais na perspectiva dos princípios da teoria do conhecimento” (tradução nossa).

A convite de Schelling, Hegel vai lecionar na Universidade de Jena em 1801. No mesmo ano, escreve *Differenz des Fichte'schen und Schelling'schen Systems der Philosophie* (Diferença entre o sistema de filosofia de Fichte e o de Schelling), em que procura estabelecer as comparações que vão nortear sua própria teoria.

In his essay on the Difference between Fichte and Schelling Hegel come forward as the champion of the “philosophy of Identity”, which was already associated with the name of his younger friend Schelling. The original conception of the Identity Philosophy” was explicitly Spinozist in its inspiration. The two “attributes” of extension and thought were replaced by “philosophy of Nature” and “transcendental philosophy”, respectively. The fundamental thesis was, to use Spinoza’s expression, that “the order and connection of ideas is the same as the order and connection of things”. But the focal problem of the idealism of Kant and Fichte, the problem of reconciling theoretical determinism with practical freedom, was superimposed upon this Spinozist foundation. And the solving of that problem required that a certain supremacy of the “transcendental” philosophy of subjective activity over the “natural” philosophy of objective observation must be admitted (HARRIS, 1979, pp. 7-8)<sup>74</sup>.

Das reflexões de Hegel em Jena sobre o problema do aprisionamento da agência pela estrutura, que tinha soluções diversas em Schelling e Fichte, decorreu a obra *System der Sittlichkeit*, produzida e publicada em 1802 e 1803, em que se delinea sua teoria do reconhecimento, um dos substratos de nosso marco teórico.

Nessa obra, Hegel refere-se a *Wechselwirkung* como relação de mutualidade que constitui processo de reconhecimento interpessoal (HEGEL, 1979). É dessa relação que deriva o substrato ético que configura a identidade dos sujeitos e promove sua emancipação *vis-à-vis* a natureza.

---

<sup>74</sup> “Em seu ensaio sobre a *Diferença entre Fichte e Schelling*, Hegel desponta como principal referência da ‘filosofia da identidade’, que já estava associada com o nome de seu amigo mais jovem, Schelling. A concepção original de ‘Filosofia da Identidade’ era spinozista em sua inspiração. Os dois ‘atributos’ de extensão e pensamento foram substituídos pela ‘filosofia da natureza’ e pela ‘filosofia transcendental’, respectivamente. A tese fundamental era, para usar a expressão de Spinoza, ‘que a ordem e a conexão das ideias era o mesmo que a ordem e a conexão das coisas’. Mas o problema focal do idealismo de Kant e Fichte, o problema de reconciliar o determinismo teórico com a liberdade prática, foi sobreposto a essa fundação spinozista. E a solução desse problema requeria que uma certa supremacia da filosofia ‘prática’ sobre a filosofia ‘teórica’, uma certa superioridade da filosofia transcendental de atividade subjetiva sobre a filosofia natural da observação objetiva tivesse que ser admitida” (tradução nossa).

Georg Simmel recepcionou a noção de *Wechselwirkung* no campo da Sociologia. No mundo social de Simmel, também inspirado em Spinoza, cada fenômeno interage com todos os demais, assim como acontece no mundo natural (SIMMEL, 1890).

Na tese, utilizamos *Wechselwirkung* para indicar, no cenário da atual sociedade de modernização capitalista, 1) a relação dinâmica de determinação recíproca entre conflitos de classe e regime de cidadania; 2) a relação dinâmica de determinação recíproca entre a ordem de *status* e a ordem econômica.

Em nossa concepção, *Wechselwirkung* significa simplesmente a relação entre dois ou mais fenômenos que se influenciam reciprocamente, de forma que um constitui variável dependente do outro.

Chamamos relação de causalidade linear a que se estabelece entre variável dependente e variável independente, entre causa e efeito; e relação de causalidade circular, a de determinação recíproca, que se estabelece entre duas ou mais variáveis dependentes.

O comportamento de cada um dos elementos de um conjunto de variáveis em determinação recíproca só pode ser bem compreendido a partir de análise conjuntural. Assim, a separação analítica de uma comunidade de fenômenos é, a princípio, contraproducente.

Nossa análise incide sobre a relação de determinação recíproca entre luta de classes e cidadania. A partir do estudo desta relação mais específica, as dinâmicas de determinação recíproca entre a ordem econômica e a ordem de *status* que caracterizam a sociedade moderna no plano mais geral podem ser esclarecidas.

Na sociedade moderna, o condicionamento mútuo entre luta de classes e regime de cidadania é a interação mais importante entre as compreendidas no sistema de interações que configura o condicionamento mútuo entre ordem econômica e ordem de *status*.

A luta de classes, fenômeno que flui da ordem econômica, é uma externalidade inerente ao sistema capitalista, ao passo que o regime de cidadania é o cerne da estrutura normativa, denominada ordem de *status* nesta tese e que configura a democracia moderna.

O escrutínio da relação de determinação recíproca entre luta de classes e regime de cidadania ilumina a composição motivacional que subjaz às dinâmicas que estruturam, desestruturam e reestruturam a sociedade moderna.

Em outras palavras, esse escrutínio permite compreender como o paradigma social-democrático regula a tensão entre interesse e ética de forma a equilibrar ordem econômica e ordem de *status*.

Para Karl Marx, a sociedade moderna não passa de projeção de sua estrutura econômica. Por isso, negligenciou sua ordem de *status*. Dahrendorf e Honneth, inversamente, descreveram a sociedade moderna como reflexo de sua ordem de *status*, e minimizou sua ordem econômica.

Marx, Dahrendorf e Honneth incorrem em sociologia unilateral, erro que evitamos, ao orientarmos nossa investigação pela relação de determinação recíproca entre ordem econômica e ordem de *status*.

Essa estratégia, além de não partir de indivíduos caricaturais – *eg.*, orientados quase que exclusivamente por interesse ou por valor –, abre perspectiva para conciliar teorias do conflito e teorias estruturalistas.

O próprio Marx concilia conflito e estrutura (os conflitos de classe do paradigma da produção são produzidos pela infraestrutura do sistema capitalista). Contudo, a interação marxiana entre dinâmica e estática cinge-se, basicamente, à ordem econômica, porque a ordem de *status*, como elemento da superestrutura, seria mera variável para estrutura econômica, com baixa relevância causal no processo de mudança social.

Por outro lado, em Dahrendorf e Honneth, os conflitos cingem-se basicamente à ordem de *status*. Esses conflitos definiriam, imediatamente, a posição hierárquica ou o valor ético dos sujeitos e, mediamente, a posição desses sujeitos na ordem econômica.

As duas perspectivas, tanto a que se orienta pela ordem econômica como a que se orienta pela ordem de *status*, são *onesided*, porque supõe uma relação de determinação unidirecional entre as duas esferas.

Nesta tese, diferentemente, vislumbra-se entre a ordem econômica e a ordem de *status* uma relação de determinação recíproca. O liame de *Wechselwirkung*

entre as duas instâncias significa que tanto os processos econômicos produzem repercussões éticas, como os processos éticos produzem repercussões econômicas.

Procuramos, como Ralf Dahrendorf, refazer o percurso teórico de Karl Marx, para evidenciarmos o ponto em que se desviou da trajetória correta. Contudo, em vez de propormos uma inversão total na relação de causalidade entre ordem econômica e ordem de *status*, substituímos essa relação de causalidade linear por uma circular.

Para isso, retroagimos, conforme exposição do próximo capítulo, aos fundamentos hegelianos do paradigma marxiano, que projeta, conforme nosso modelo teórico, a ordem econômica e a ordem de *status* em relação de determinação circular.

## **17. A matriz hegeliana da teoria do conflito**

A inspiração da teoria de classes marxiana é, sem dúvida, a teoria do reconhecimento formulada por Hegel. A diferença entre os dois paradigmas é que um se orienta pelo conflito de interesse que configura a ordem econômica, ao passo que o outro se orienta pelo conflito ético que configura a ordem de *status*.

Marx vislumbra a emergência da sociedade burguesa como ponto de inflexão do processo de decadência ética dos sujeitos. O paradigma da produção projeta a modernidade como absorção da ordem de *status* pela ordem econômica em expansão.

Tanto Marx como Hegel vislumbram na emergência da sociedade burguesa condição necessária para o aperfeiçoamento de uma ordem de *status* como esfera da liberdade absoluta.

A diferença é que Marx tem a sociedade burguesa como ponto de inflexão no itinerário de emancipação ética dos sujeitos, a imagem invertida da ordem de *status* perfeita, enquanto Hegel a tem como metade do percurso que começa na natureza absoluta e termina na ética absoluta, como imagem imperfeita da ordem de *status* plena.

Se para Marx a sociedade burguesa é um ponto fora da curva do processo de desenvolvimento ético, que precisa ser superada para que esse processo complete seu ciclo, em Hegel a sociedade burguesa é um ponto nessa curva, porque configura a instância em que os sujeitos se habilitam como pessoas racionais, e adquirem a capacidade de bem compreender os próprios interesses, sem a qual não podem ascender à esfera da ética absoluta.

A teoria social hegeliana preconiza uma sociedade burguesa que se constitui como ponto de equilíbrio de um movimento dialético entre natureza, o sistema social determinado pela necessidade, e o espírito, o sistema social determinado pela ética – (HARRIS; KNOX, 1979[1802/1803]).

Em *System of Ethical Life* (1979[1802/1803], p. 100 e ss.), Hegel descreve a constituição da vida ética como subsunção recíproca entre a intuição e conceito, entre a realidade natural concreta objetiva (intuição) e a realidade subjetiva (conceito), tal como apreendida pela autoconsciência individual.

A identidade individual emerge na *Natur*, o polo inferior, concreto e material, como atributo de um organismo vivente e, por meio de relações de reconhecimento cada vez mais complexas, escala níveis existenciais mais elevados em direção à *Sittlichkeit* (ética), o polo superior, abstrato e ideal, em que se aperfeiçoa como sujeito.

But when we arrive at the higher level of independent ethical life, this whole pattern is reversed. For *Sittlichkeit* is itself only a “side”; it is the higher “ideal” side of the Absolute, but it needs to be integrated with its lower analog in nature (HARRIS, 1979, p. 19)<sup>75</sup>.

Hegel apresenta a individuação do ser humano como um processo em que se passa da condição de um quase-objeto à condição de um sujeito pleno, autocognoscente, na medida em que consegue se desacoplar-se de si mesmo e subsumir-se assim mesmo como objeto.

Como deixa claro a citação de Harris acima, esse desacoplamento é uma simples abstração, porque o ser humano, em sua forma mais perfeita, é uma combinação harmoniosa entre natureza e espírito, entre a sua existência mais superficial e sua existência mais elevada, entre a parte mais subsumível de si e a parte subsumidora por excelência.

For Hegel ethical life is actuality proper, the totality of life which brings all the moments of life together under itself, and thus what he elsewhere calls subject-objectivity. (...) This actuality (...) grasped according to the moment of subjectivity, and so as subject-objectivity,

---

<sup>75</sup> “Mas quanto chegamos ao nível mais alto da vida ética independente, os parâmetros se invertem. Porque a *Sittlichkeit* é ela mesma apenas um “lado”; ela é o lado mais “ideal” do Absoluto, mas precisa ser integrada com a sua análoga mais baixa, na natureza” (tradução nossa).

it is the individuality of self-consciousness (LASSON, GEORG *apud* HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 100, nota de pé de página n. 2)<sup>76</sup>.

No modelo hegeliano, a transição da vida ética mais concreta e superficial para a vida ética mais abstrata e elevada, que Hegel chama de ética absoluta, corresponde à maturação do ser humano até o grau de indivíduo plenamente reconhecido e plenamente apto a reconhecer seus semelhantes. Essa transição se processa em três estágios consecutivos.

No primeiro estágio, de subsunção do conceito (o universal, o sistema coercitivo da natureza) na intuição (o particular, a autoconsciência do indivíduo singular), a vida ética aparece como mera intuição indiferenciada da natureza (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 103), com intuição que subsume o conceito (o indivíduo). A vida ética aí não é nada, senão sentimentos, uma necessidade como intuição. (*ibid.*, p. 103).

A autoconsciência individual é fundada e movida pelas necessidades vitais. Para o recém-nascido a relação e a separação entre sujeito e objeto só aparecem quando ele se conscientiza de que precisa internalizar (subsumir) aquilo de que sente falta e que, portanto, não faz parte de si. É a partir desse impulso provocado pelo sentimento de necessidade que o indivíduo começa a se diferenciar da natureza.

Nature rewards or disciplines our efforts, and in this way we come to know what we naturally are and what we need. This is the “subsumption” of own singular existence or self-awareness under the “concept” which is objectified or realized in the organic totality of nature as a whole (HARRIS, *op. cit.*, p. 20)<sup>77</sup>.

A necessidade, quando satisfeita, realiza uma reconciliação provisória do particular com o geral, do sujeito (o agente subsumidor) com o objeto de sua necessidade (a coisa subsumida).

---

<sup>76</sup> “Para Hegel a vida ética é a existência real (*actuality*) propriamente dita, a totalidade da vida que traz todos os momentos da vida juntos nela mesma e ainda o que ele chama em outro lugar de objeto-subjetividade (*subject-objectivity*). Essa existência real (*actuality*), compreendida de acordo com o momento da subjetividade e como objeto-subjetividade, é a individualidade da autoconsciência” (tradução nossa).

<sup>77</sup> “A natureza premia ou disciplina nossos esforços e, dessa forma, passamos a conhecer o que naturalmente somos e de que precisamos. Isso é a ‘subsunção’ da nossa existência singular ou de nossa autoconsciência sob o ‘conceito’, que é objetivado ou realizado na totalidade orgânica da natureza como um todo” (tradução nossa).

O *medium* de que se vale o sujeito para subsumir o mundo e satisfazer suas necessidades naturais é o trabalho, a ação racional que domina a natureza e dela extrai, de forma ativa, os meios necessários à sobrevivência.

The baby sets before us the cycle of need and satisfaction, but the only work that he contributes to keep the cycle going is to signal his need by crying. If we regard this signal as essential, if we feed or change the baby “on demand”, then he is a paradigm of “natural ethics as intuition”. On the other hand, if we ignore his “normal” cries and feed him, etc., “on schedule” (as we typically do with our domesticated stock), then the baby – like beasts - continues to belong only to the realm of nature (...) (HARRIS, *op. cit.*, p. 23).

O ciclo entre necessidade e satisfação encadeia sentimento e razão. Os impulsos iniciais que levam o recém-nascido a emergir da natureza são sentimentos. Contudo, a resposta a esses impulsos, na forma de trabalho, é razão.

O filho é a relação recíproca de reconhecimento mútuo entre os pais exteriorizada. Na expressão de Hegel, “os pais contemplam sua unidade como uma realidade” (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 112). O homem é o universal, a mulher o particular, e o filho, a subsunção de um no outro, a auto-objetivação de ambos (HARRIS, *op. cit.*, p. 57).

A motivação normal do trabalho é a necessidade natural própria. O que leva os pais, entretanto, a acudir à necessidade natural do filho com o próprio trabalho é o amor, a necessidade de fusão com aquele novo sujeito, que é percebido como um prolongamento da vida deles.

Logo, o bebê cresce e terá que realizar trabalho por si. Nessa nova etapa de sua existência, seus graus de liberdade *vis-à-vis* a natureza se ampliam à medida que subjuga suas necessidades vitais por meio da razão.

Labor occurs when we change what is there in space for our intuition into something else that we envisage in our minds. Thus the subject is the subsuming agent, indifferently aware both of the thing that exists and the thing that he wants (HARRIS, *op. cit.*, p. 26)<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> “O trabalho ocorre quando transformamos o que está no espaço para nossa intuição em algo mais que vislumbramos em nossas mentes. Além disso, o sujeito é o agente subsumidor, igualmente consciente da coisa que existe e da coisa que ele deseja [trazer à existência]” (tradução nossa).

A necessidade que leva o indivíduo racional a produzir trabalho não precisa mais ser atual ou concreta. Se antes era presidido por sentimentos, por intuição, sobre os quais não tinha controle, agora é guiado por conceitos que ele mesmo produz. Nesse sentido, a realização de trabalho promove a objetivação da inteligência.

(...) labor is something downright single and subjective. In the tool the subject makes a middle term between himself and the object, and this middle term is the real rationality of labor; for the fact that work as such, and the object worked upon, are themselves means, is only a formal mediation, since that for which they exist is outside them, and so the bearing of the subject on the object is a complete separation, remaining entirely in the subject within the thinking of intelligence<sup>79</sup> (*ibid.*, p. 113).

O indivíduo começa a usar o trabalho para adaptar o mundo às suas necessidades naturais. Passa a usar ferramentas para abreviar esse trabalho, uma necessidade que não é, em si, natural.

Finalmente, passa a usar a linguagem falada como ferramenta para exteriorizar-se no mundo. Nas palavras de Hegel, “com a palavra falada, o [indivíduo] interior emerge em seu específico caráter” (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 115).

Após esse primeiro ciclo de autonomização, o indivíduo ascendeu de objeto subsumível a sujeito subsumidor. No segundo estágio do processo de aperfeiçoamento da vida ética, a expansão de sua esfera de liberdade terá que ser conquistada perante outros subsumidores.

Thus when the concept of personality subsumes intuition, or when our baby grows up and goes out into the world as an actual concept, a free

---

<sup>79</sup> “O trabalho é algo completamente solitário e subjetivo. Com a ferramenta, o sujeito produz um meio termo entre si mesmo e o objeto, e esse meio termo é a racionalidade real do trabalho; porque o fato de que o trabalho, como tal, e o objeto em que se trabalha sejam eles mesmos meios é apenas uma mediação formal, dado que aquilo para o que existem é exterior a eles, e também a dependência do sujeito no objeto é uma separação, que permanece inteiramente no sujeito, dentro do pensamento inteligente” (tradução nossa).

intelligence, he finds other living individuals there from whom he demands recognition (HARRIS, *op. cit.*, p. 40)<sup>80</sup>.

A preponderância do particular sobre o universal se inverte. Em vez do predomínio da subsunção do conceito na intuição, tem-se o predomínio da subsunção da intuição no conceito.

Eram naturais, concretas e afetivas as típicas relações de reconhecimento até então, porque referidas a sujeitos individuados em situação de existência real (*actuality*). Doravante as relações de contornos ideais, universais e racionais, como as que constituem os contratos, passam a prevalecer.

Se o primeiro estágio constitui o reino do sentimento, o segundo emerge como o reino do pensamento. A objetivação do sujeito, que se diferenciou da natureza e agora se indiferencia na ordem jurídica, decorre da expansão de seu contexto de vida do âmbito família, regulado pelo amor, para da sociedade civil, regulado racionalmente pelo direito.

Hegel sustenta que o sujeito, nesse estágio, não se determina apenas como proprietário, mas como ente universal. É um indivíduo singular que, universalmente reconhecido como proprietário, pode invocar contra todos seu exclusivo direito de propriedade (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 118).

The negative of this level is the bearing of freedom as against the universal, or the negative in so far as it constitutes itself positively and sets itself up in difference against the universal, so that it bears on it is not the lack and concealment of difference (*ibid.*, pp. 118-119)<sup>81</sup>.

A identidade do sujeito articula um princípio de igualdade, na medida em que compartilha com todos a mesma condição de proprietário *in abstracto*, e um princípio de diferença, na medida em que aquilo que adjudica de seu potencial de

---

<sup>80</sup> “Assim, quando o conceito de personalidade subsume a intuição, ou quando nosso bebê cresce e sai para o mundo como um conceito de fato, uma inteligência livre, ele encontra outros indivíduos viventes lá, de quem ele *demand*a reconhecimento” (tradução nossa).

<sup>81</sup> “O negativo desse estágio é a titularidade de liberdade oponível ao universal, ou o negativo na medida em que se constitui positivamente e se estabelece como diferença contraposta ao universal, de forma que o que traz em si não é a falta ou ocultação da diferença” (tradução nossa).

propriedade, a sua condição proprietário *in concretum*, distingue-o de todos os demais, porque o seu patrimônio é universalmente exclusivo.

Na esfera da sociedade ordenada por legislação universal e uniformemente a todos imposta, o indivíduo passa a figurar como *pessoa* titular de direitos formalmente iguais. A diferenciação admitida nessa dimensão da vida social é a que decorre da aquisição de bens, regulada por uma ordem jurídica subjetivamente neutra.

O indivíduo do primeiro estágio era intuição a subsumir o conceito. Agora, torna-se conceito (o proprietário) a subsumir intuição (a natureza convertida em propriedade).

No primeiro estágio, o sujeito valia-se do trabalho para satisfazer suas necessidades naturais e imediatas. No segundo, trabalha, sobretudo, para produzir excedente, que é o que se cristaliza abstratamente na propriedade.

(...) the bearing of this labor for him is ideal, *i. e.*, it has no real bearing on [his own] enjoyment. But at the same time his bearing has emerged as something universal or infinite, or as a pure abstraction – possession in law as property (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 119)<sup>82</sup>.

O direito de propriedade, em si mesmo, não tem existência real. Ele “*entra na realidade através de uma pluralidade de pessoas envolvidas em transações e mutuamente reconhecendo umas as outras*”<sup>83</sup> (*ibid.*, 121).

Dessa forma, a abstração do trabalho e da necessidade que o motivou implicam relações de reconhecimento intersubjetivas que transcendem o concreto, e que são protagonizadas por sujeitos de projeção abstrata.

O reconhecimento, antes fundado no sentimento (necessidade ou amor), agora se funda na razão (o interesse de resguardar o excedente transubstanciado na propriedade).

---

<sup>82</sup> “O fundamento desse trabalho é para ele ideal, *i. e.*, esse trabalho não tem um fundamento real em (seu próprio) usufruto. Mas ao mesmo tempo, seu fundamento emergiu como algo universal e infinito, ou como uma pura abstração – a posse legal como propriedade” (tradução nossa).

<sup>83</sup> Tradução nossa do excerto: “(...) enters reality through the plurality of persons involved in exchange and mutually recognizing one another”.

Os sujeitos no primeiro estágio trocavam entre si coisas concretas (excedente por excedente) por meio de relações concretas (face a face). No segundo estágio, as trocas são relações ideais e envolve objetos abstratos (direito [de propriedade] por direito). Os próprios sujeitos da relação não são mais apenas indivíduos: são indivíduos que se objetivaram como pessoas.

To be a “person” is to be acknowledged as a living human being in this absolutely abstract sense. Thus the concept of “personality” is the formal concept of rationality; and Reason is, of course, “the Absolute Concept itself” (HARRIS, *op. cit.*, p. 40)<sup>84</sup>.

O contrato é o *medium* que idealiza o comércio, seu objeto e seus agentes. Além disso, implica o regime de reconhecimento que promove o indivíduo (a vida concreta) e a pessoa (a vida abstrata). É por isso que Hegel considera o contrato “a emergência *formal* do espírito” (a razão) (*ibid.*, p. 39).

Até então, o sujeito, como intuição (indivíduo), era reconhecido por suas particularidades, por aquilo que o destacava da natureza. Agora, como conceito (pessoa), é reconhecido também por sua universalidade, por aquilo que os une a todas as demais personalidades.

Quando uma pessoa assume a propriedade do bem que era da outra, os sujeitos se indiferenciam entre si, já que um substitui regularmente o outro na posição de proprietário do bem recebido na transação.

Nas relações de conhecimento mútuo, os sujeitos veem-se nos outros como que através de um espelho. Contudo, o que os nivela é a abstração da personalidade jurídica (*ibid.*, p. 124) ou a vida como conceito, que é a mesma em todos.

Equality is nothing but an abstraction – it is the formal thought of life, of the first level, and this thought is purely ideal and without reality. In reality, on the other hand, it is the inequality of life which is

---

<sup>84</sup> “Ser uma ‘pessoa’ é ser reconhecida como um ser humano vivo nesse sentido absolutamente abstrato. Dessa forma, o conceito de ‘personalidade’ é o conceito formal de racionalidade; e a Razão é, naturalmente, o próprio “Conceito Absoluto” (tradução nossa).

established, and therefore the relation [of lordship] and bondage (*ibid.*, 125)<sup>85</sup>.

Subsiste a indiferença entre senhor – que é proprietário [de trabalho excedente] – e escravo – que não é proprietário – no plano ideal, ao passo que no plano empírico o que há é a diferença entre eles. A indiferença aí é absoluta, e a diferença, acidental.

A igualdade abstrata entre senhor e escravo é absoluta porque é imune à diferença concreta, que se funda no acúmulo de excedente de trabalho. Inversamente, essa diferença concreta é acidental, além de não comprometer a igualdade abstrata, pode ser compensada contabilmente com o excedente de trabalho.

As coisas intercambiadas – na medida em que o excedente do trabalho de um é dado pelo excedente do trabalho de outro – indiferenciam-se no contrato, o que fica mais claro após a interveniência do dinheiro.

The surplus set into indifference, as something universal and the possibility of [satisfying] all needs, is *money*, just as labor, which leads to a surplus, leads also, when mechanically uniform, to the possibility of universal exchange and the acquisition of all necessities. Just as money is the universal, and the abstraction of these, and mediates them all, so trade is this mediation posited as activity, where surplus is exchanged for surplus (*ibid.* 124).<sup>86</sup>

A peculiaridade de determinada pessoa diante das demais é o direito *erga omnes* relativamente à sua propriedade. É esse direito, esse atributo abstrato de base concreta, o único determinante da pessoa.

---

<sup>85</sup> “A igualdade não é nada além de abstração – é o pensamento formal a respeito da vida, do primeiro estágio, e esse pensamento é puramente ideal, sem realidade. A realidade, por outro lado, é a desigualdade da vida que é estabelecida, e, portanto, a relação [de senhor] e escravo” (tradução nossa).

<sup>86</sup> “O excedente diluído em indiferença, como algo universal e a possibilidade de [satisfazer] todas as necessidades, é dinheiro, exatamente como o trabalho, que produz excedente, produz, também, quando mecanicamente uniforme, a possibilidade de comércio universal e a aquisição de todas as utilidades. Exatamente como o dinheiro é universal, a abstração dessas necessidades, e media todas elas, assim o comércio é a mediação posta como atividade, em que excedente é trocado por excedente” (tradução nossa).

O processo de formação do sistema ético (*Sittlichkeit*), porém, não está concluído. Até então, o indivíduo assimilou a ética natural, que estrutura a família, e uma ética reificada no contrato, que estrutura a sociedade civil.

No primeiro estágio, o indivíduo diferenciou-se da natureza, mas não a ponto de se aperfeiçoar como sujeito ético em plenitude. O que o determina, acima de tudo, são suas particularidades, e não o que tem de comum com seus semelhantes.

Essa situação não se altera no segundo estágio, a não ser do ponto de vista formal, já que a pessoa que aí performa, “o cidadão que faz negócios no mercado”, ainda não é “verdadeiramente infinito”, nem é verdade que “toda as suas determinantes específicas são anuladas” (HARRIS, *op. cit.*, p. 58)<sup>87</sup>.

A equiparação dos sujeitos representada no contrato não penetra, de fato, a realidade. A vida ética ainda não é mais que reflexos do que verdadeiramente é. Nesse sentido, é que a liberdade que o sujeito conhece, até então, é mera abstração.

É por isso que Hegel afirma que a metáfora da vida ética nesse segundo estágio é a honestidade, que podemos subsumir na ideia de respeito às normas legais e aos contratos, sem aprofundamento consciente a seu substrato ético.

Hegel postula, no terceiro e último estágio do processo de formação do sistema ético, sujeitos que, em busca da própria completude, consorciaram-se para construir a “absoluta identidade de inteligência, com a completa aniquilação da particularidade e da identidade relativa” (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 142).

This complete equalization is only possible through intelligence or the absolute concept, in accordance with which the living being is made the opposite of itself, i.e., an object, and this object itself is made absolute life and the absolute identity of the one and the many, not put like every other empirical intuition under a relation, made the servant of necessity, and posited as something restricted, with infinity outside itself.<sup>88</sup>

---

<sup>87</sup> Tradução nossa para as expressões “The citizen on business in the marketplace”; “truly infinite”; e “all his specific determinacy is annulled”, respectivamente.

<sup>88</sup> Essa completa equalização só é possível através da inteligência ou do conceito absoluto, de acordo com o que o ser vivente faz-se o oposto de si mesmo, *i. e.*, um objeto, e este objeto por si só faz-se vida absoluta e absoluta identidade de um e de muitos, em vez de se estabelecer como todas as outras intuições

Hegel parece preconizar, no terceiro estágio, a síntese entre o mundo da ética natural, regido pelo sentimento (*love, need*), organizado em torno da família, e o mundo da ética artificial, regido pela razão e organizado em torno do contrato.

Os dois mundos fundem-se entre si e uma reação positiva em que um resolve as defasagens do outro. A intuição e o conceito indiferenciam-se entre si, de modo que o particular passa a subsistir no geral, e o geral, no particular.

Esse momento de epifania da teoria hegeliana configura o aperfeiçoamento definitivo da identidade do indivíduo e do povo (*Volk*) que integra. O indivíduo agora se reconhece objetivamente tanto no seu homólogo nos seus semelhantes, como na coletividade em que está imerso.

(...) the absolute assumption of the particular into the universal is (a) intuition: (...) In every shape and expression of ethical life the antithesis of positive and negative is annulled by their integration. (...) (b) As this living and independent spirit, which like a Briareus<sup>89</sup> appears with myriads of eyes, arms, and other limbs, each of which is an absolute individual, this ethical life is something absolutely universal, and in relation to the individual each part of this universality and each thing belonging to it appears as an object, as an aim and an end (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 146)<sup>90</sup>.

A luta por reconhecimento, em que o indivíduo se embrenhou contra seus semelhantes nos dois estágios inferiores, encontra no terceiro sua solução e se dissipa junto com toda a ideia de particularidade.

As relações que determinam a realidade agora, não são conflituosas, mas interações em que cada indivíduo se reconcilia consigo mesmo através do outro e através da comunidade em que se indiferenciam, não pela supressão, mas pela maximização de sua sensibilidade e de sua racionalidade.

---

empíricas [que se subsomem] sob uma relação, em vez de se fazer servo da necessidade e se apresentar como algo restrito, com um exterior infinito em torno de si mesmo.

<sup>89</sup> Na mitologia grega, *Briareus* é um gigante de 100 mãos (HARRIS; KNOX, p. 146, nota de pé de página 36).

<sup>90</sup> “A absoluta assunção do particular no universal é (a) Intuição: (...) Em toda forma e expressão da vida ética a antítese entre positivo e negativo é anulado por sua integração. (...) (b) Como esse espírito vivente e independente, que como um *Briareus* aparece em miríades de olhos, braços e outros membros, cada um dos quais um indivíduo absoluto, essa vida ética é algo absolutamente universal, e em relação ao indivíduo cada parte dessa universalidade e cada coisa que dela faz parte apresenta-se como objeto, e como um objetivo e um fim” (tradução nossa).

Recognition – subjective in *Bildung* [formação intelectual], objective in commerce – is the element of political existence (...). The soldiers who followed the Homeric heroes to battle, and the citizen who are represented by the (male) chorus of a Greek tragedy recognize one another, but they also recognize their natural subordination to their heroic leaders or to the members of the royal family whose tragedy they witness (HARRIS, *op. cit.*, p. 58)<sup>91</sup>.

O sistema da vida ética não aniquila todas as diferenças, porque admite a “subordinação natural”, aquela sem a qual o corpo político não se constitui. As diferenças que persistem seriam aquelas que não decorrem de objetivos particulares, mas do objetivo comum.

Hegel começa a esclarecer o que seja essa diferença persistente quando afirma que os três estágios do processo de aperfeiçoamento da vida ética correspondem às três classes que integram a sociedade moderna típica.

The levels of ethical life as it displays itself in this reality within the perfect totality are the *classes*, and the principles of each one of them is the specific form of ethical life as expounded above. Thus there is a class of absolute and free ethical life, a class of honesty, and a class of unfree or natural ethical life (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, pp. 151, 152)<sup>92</sup>.

A terceira classe, que se estrutura segundo a ética natural e que está mais distante do ideal de liberdade, é a dos trabalhadores, ou, nas palavras de Hegel, o campesinato (*peasantry*).

É a necessidade física, o sentimento – e não a razão –, que subjaz a classe trabalhadora, que também se define pelo “sistema de dependência universal” (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 156).

---

<sup>91</sup> “O reconhecimento, subjetivo em *Bildung*, objetivo no comércio – é o elemento da existência política (...). Os soldados que seguiram os heróis homéricos à batalha e os cidadãos que são representados pelo coro (masculino) de uma tragédia grega se reconhecem um ao outro, mas eles também reconhecem sua subordinação natural aos líderes heroicos ou aos membros da família real cuja tragédia testemunham” (tradução nossa).

<sup>92</sup> “Os estágios da vida ética, como ela se apresenta nessa realidade dentro da perfeita totalidade são as *classes*, e os princípios de cada um deles é a forma específica da vida ética, como exposto acima. Dessa forma, há uma classe de vida ética absoluta e livre, uma classe de honestidade e uma classe de vida ética sem liberdade ou natural” (tradução nossa).

The character of its labor (...) [is not] directly concerned with the preparation of something to meet a need; on the contrary it is more a means (...) The peasant's labor master the [organic] potency of the living thing and so determines it, though the thing produces itself by itself (*ibid.*)<sup>93</sup>.

A “classe da honestidade”, ou segunda classe, é a burguesia, que se caracteriza pela obediência mecânica às leis e aos contratos, e cujo coração está “em suas posses, em seus ganhos, em sua propriedade” (*ibid.*, p. 152).

A honestidade burguesa não é mais que essa submissão automática aos padrões universais e racionais de regulação social, que proporcionam o ambiente perfeito para o florescimento do mercado. O burguês é como que adestrado à honestidade, porque a assimila estrategicamente, para assegurar sua propriedade, e não como princípio ético de justiça.

The bourgeoisie is “without wisdom” (...) because their virtue is too intellectual. The burger is aware of himself as a free citizen with his own private life, his personal affairs. He is “independent”, but he is not wise enough to grasp what independence really means (HARRIS, *op. cit.*, p. 69.<sup>94</sup>

Os burgueses, como a classe trabalhadora, também executa o “trabalho para necessidades”<sup>95</sup>. Contudo, diferente do camponês, que trabalha para viver, o burguês é o indivíduo que vive para trabalhar e enriquecer.

Por essa razão é que Hegel conta, em parte, com a “*espontânea atividade da burguesia para assegurar estabilidade econômica*” [à sociedade estruturada pela vida ética] (*ibid.* p. 76, grifo nosso)<sup>96</sup>.

---

<sup>93</sup> “O caráter de seu trabalho (...) [não é] diretamente vinculado à preparação de algo para responder uma necessidade; ao contrário, é mais um meio. (...) O trabalho do camponês exerce domínio sobre potência [orgânica] da coisa viva e assim a determina, embora a coisa se produza a si mesma, por si mesma” (tradução nossa).

<sup>94</sup> “A burguesia é ‘sem sabedoria’ (...) porque sua virtude é intelectual demais. O burguês é consciente de si mesmo como cidadão com sua própria vida privada, seus negócios pessoais. Ele é ‘independente’, mas não é sábio o suficiente para apreender o que independência realmente significa” (tradução nossa).

<sup>95</sup> Tradução nossa para a expressão “work for needs” (HARRIS; KNOX, *op. cit.*, p. 152).

<sup>96</sup> Tradução nossa para o excerto “(...) the spontaneous activity of the bourgeois class to secure economic stability”.

Como não se pode conquistar a liberdade e a virtude pelo trabalho e disciplina, a burguesia as contempla apenas como sombras de uma realidade absolutamente intangível.

Hegel considera primeira classe a que tem a ética pura e absoluta como princípio de conduta, como é o caso da nobreza militar. Eleva-se acima das outras classes como modelo de autodeterminação e de auto-subsistência (HARRIS; KNOX, p. 153).

O trabalho dessa classe não visa à satisfação necessidades naturais, mas de necessidades orgânicas do povo enquanto tal. Trata-se de uma atividade absolutamente indiferente à vida cotidiana, constituída no governo e na coragem. No caso da nobreza militar, o trabalho é defender a integralidade do *Volk* (*ibid.*).

A primeira classe exerce uma função estabilizadora fundamental ao equilíbrio da sociedade, na medida em que compensa a tensão natural que marca a relação entre as outras duas.

The ethical class structure is subjected to the destructive tension between rich and poor, the haves and the have-nots. (...) the reduction of everything to price, and subordination of every aspect of life to request of profit is (...) “the bestiality of contempt for all higher things”. The urge private material prosperity breaks the ethical bonds of society. Just as economic poverty destroys the “trust” of the “peasants” so economic prosperity turns the “honesty” of the bourgeois into hypocrisy” (HARRIS, *op. cit.*, p. 75)<sup>97</sup>.

O sistema da vida ética hegeliano aperfeiçoa-se assim com a subsunção do trabalho e do capital em uma única classe absoluta, que é a fonte do conteúdo ético necessário à reconciliação entre sentimento, que prevalece no campesinato [e no proletariado], e razão, que prevalece na burguesia, que constituem o fundamento da sociedade bem ordenada.

---

<sup>97</sup> “A estrutura ética da sociedade sujeita-se à tensão disruptiva entre ricos e pobres, entre os abastados e os despossuídos. (...) a redução de tudo a preço e a subordinação de todos os aspectos da vida à requisição de lucro é (...) ‘bestialidade do desprezo por todas as coisas mais elevadas’. A ânsia pela prosperidade material rompe os laços éticos da sociedade. Assim como a pobreza econômica destrói a ‘confiança’ dos ‘camponeses’, assim também a prosperidade econômica torna hipocrisia a ‘honestidade’ da burguesia” (tradução nossa).

Nessa realidade eticamente resolvida, a identidade dos indivíduos em nada é perturbada por sua posição de classe, porque a diferença que os classifica é natural e orgânica, porque é constitutiva da identidade da sociedade como um todo.

Embora o sistema de vida ética tenha se estabelecido a partir de conflitos por reconhecimento, nele a integralidade dos sujeitos decorre das relações de absoluto entendimento entre eles.

Do ponto de vista prático, o apaziguamento do conflito entre trabalhadores e burgueses é solucionado por intervenções da classe na ética absoluta no mercado, para modular – sem aniquilar – as diferenças.

The government has to work as hard as possible against this inequality [great wealth bound up with the deepest poverty] and the destruction of private and public life wrought by it. I can do it directly in an external way by making high gain more difficult (...) (HARRIS; KNOX, p. 171)<sup>98</sup>.

Pode-se deduzir do modelo hegeliano, um sistema de interação ou subsunção recíproca entre ordem econômica e ordem de *status*, que repousa em uma convergência perfeita entre interesse e valor, entre sentimento e razão, entre natureza e ética, que soluciona todos os conflitos, todas as necessidades, todas as vontades, todas as dúvidas, todas as lacunas que perturbam o indivíduo e a comunidade.

O paradigma social-democrático é uma assimilação parcial do modelo de Hegel. Não projeta o *System der Sittlichkeit* hegeliano, que perfaz a reconciliação absoluta entre ordem econômica e ordem de *status*, mas um simulacro desse sistema, que perfaz uma reconciliação relativa entre as duas esferas.

Antes de descrever melhor esse simulacro, repassamos, no próximo capítulo, à recepção da teoria do reconhecimento hegeliana por Axel Honneth, que ajuda a iluminar a nossa própria recepção.

---

<sup>98</sup> “O governo tem que trabalhar o máximo possível contra essa desigualdade [grandes fortunas conexas à mais profunda pobreza] e a destruição da vida privada e pública que dela decorre. Pode fazer isso diretamente, de maneira externa, dificultando os ganhos excessivos” (tradução nossa).

## 18. A dimensão ética dos conflitos contemporâneos em Honneth

Coube a Axel Honneth resgatar a dimensão ética do conflito do paradigma hegeliano, obscurecida pela ênfase excessiva em sua dimensão econômica na apropriação marxiana.

A teoria do reconhecimento Honneth enfatiza as interações entre ética e razão na construção da consciência moderna, mas a partir, sobretudo, de relações de conflito constitutivas das identidades dos sujeitos (HONNETH, 1996, p. 18 e ss).

Honneth procura adensar o modelo altamente abstrato de Hegel. Para isso, recorre a George Herbert Mead (1934) que, para ele, desenvolve melhor que ninguém, com fundamento em pressuposições naturalísticas, “a ideia de que os sujeitos humanos devem sua identidade à experiência de reconhecimento intersubjetivo”<sup>99</sup>, que já estava esboçada no referencial hegeliano (*ibid.*, p. 71).

Like Hegel, but with the tools of empirical science, Mead inverts the relationship between the ego and the social world and asserts the primacy of the perception of the other to the development of self-consciousness (*ibid.* p. 75)<sup>100</sup>.

Após suplementá-lo com a psicologia social de Mead, Honneth deriva do esboço hegeliano um modelo analítico que se constitui seu negativo, na medida em que, em vez de salientar o encadeamento normal do processo de reconhecimento, atém-se aos percalços que podem desencaminhar esse processo.

Para Honneth, a causa fundamental dos conflitos sociais é a sonegação de reconhecimento (*ibid.*, p. 131 e ss). Para comprovar essa hipótese, ele articula os três estágios que integram o sistema de vida ético hegeliano, respectivamente, com três diferentes tipos de desprezo (*misrecognition* ou *Mißachtung*).

Neither in Hegel nor in Mead does one find a systematic consideration of those forms of disrespect that, as negative equivalents for the

---

<sup>99</sup> Tradução nossa para o excerto “(...) the idea that human subjects owe their identity to the experience of intersubjective recognition (...)”.

<sup>100</sup> “Como Hegel, mas com as ferramentas da ciência empírica, Mead inverte a relação entre o ego e o mundo social e asseve a primazia da percepção do outro no desenvolvimento da autoconsciência” (tradução nossa).

corresponding relations of recognition, could enable social actors to realize that they are being denied recognition (*ibid.*, p. 93)<sup>101</sup>.

Se para Hegel, os três estágios do sistema de vida ético eram orientados, respectivamente, pelo amor, pela razão e pela ética absoluta (amor e razão subsumidos um no outro), Honneth procura verificar as consequências para a formação da identidade ética dos sujeitos do enfraquecimento desses princípios.

Portanto, em vez de acompanhar a tipificação hegeliana, que assinala a integralização da identidade do sujeito através da progressiva condensação da vida ética contra o império da natureza, Honneth tipifica o mau funcionamento que leva à deturpação dessa identidade.

No curso normal da formação de sua identidade no primeiro estágio da vida ética hegeliana, o indivíduo emerge do universo natural por força de um sentimento (amor), deduzido na relação de reconhecimento com os pais.

Na tipologia de Honneth, esse primeiro ciclo de autonomização é abortado na medida em que o indivíduo é afligido pela rejeição (antítese do amor), que se materializa em ofensas contra sua existência física.

Esse primeiro tipo de desprezo atinge o nível mais profundo do *self*. Violações físicas, como o sequestro, o estupro e a tortura configuram a modalidade mais crua de desrespeito e danificam mais gravemente a integridade psicológica do ser humano.

Nessa modalidade de sonegação de reconhecimento, a vítima é despojada do livre-arbítrio e da autonomia sobre o próprio corpo, atributos inerentes ao indivíduo e rebaixada a uma condição subumana.

Physical abuse represents a type of disrespect that does lasting damage to one's basic confidence (learned through love) that one can autonomously coordinate one's own body (*ibid.*, p. 132)<sup>102</sup>.

---

<sup>101</sup> “Nem em Hegel nem em Mead se encontra uma consideração sistemática daquelas formas de desrespeito que, como equivalentes negativos para as relações de reconhecimento correspondentes, poderiam habilitar os atores sociais a tomarem conhecimento de que se lhes sonegam reconhecimento” (tradução nossa).

<sup>102</sup> “O abusivo físico configura um tipo de desrespeito que provoca danos duradouros na confiança básica de alguém (aprendida através do amor) de que pode coordenar o próprio corpo” (tradução nossa).

O indivíduo, no segundo estágio do sistema hegeliano da vida ética, é promovido pela experiência ética de reconhecimento recíproco do estágio anterior à condição de pessoa de direito.

Nesse grau da vida ética, o nivelamento jurídico com os demais sujeitos, deduzível da igualdade formal dos partícipes do contrato e da política, enriquece sua identidade com conteúdo racional.

Honneth projeta o oposto desse cenário a partir da segunda forma de desprezo de seu modelo. Trata-se da negativa a determinado indivíduo de direitos conferidos a todos, o que vem a ferir a sua capacidade de relacionar-se de igual para igual com as demais pessoas (*ibid.*, p. 133 e ss.).

Esse tipo de *misrecognition*, segundo Honneth, implica a “morte social” da vítima. O indivíduo a que se sonegam direitos tidos como universais, é afligido com um sentimento de exclusão, que lhe obstrui a conquista de autorrespeito.

Por outro lado, esse desprezo sinaliza para o indivíduo que ele não é um membro pleno da comunidade política, nem teria condições [intelectuais] de atender às responsabilidades morais inerentes a esse *status*.

For the individual, having socially valid rights-claims denied signifies a violation of the intersubjective expectation to be recognized as a subject capable of forming moral judgments. To this extent, the experience of this type of disrespect typically brings with it a loss of self-respect, of the ability of relate oneself as a legally equal interaction partner with all fellow humans (*ibid.*, p. 133-134)<sup>103</sup>.

Em seu terceiro estágio, o sistema da vida ética hegeliano se aperfeiçoa. O potencial do sujeito e da comunidade política finalmente se realizam com toda sua plenitude.

---

<sup>103</sup> “Para o indivíduo, ter negadas reivindicações de direito socialmente legítimas significa uma violação da expectativa intersubjetiva de ser reconhecido como sujeito capaz de formar juízos morais. Nessa medida, a experiência desse tipo de desrespeito traz tipicamente em si a perda do autorrespeito e da habilidade de relacionar-se como parceiro de interação legalmente igual com seus semelhantes” (tradução nossa).

De uma reação positiva entre sentimento e razão surge a ética que integraliza, a uma, a identidade individual e a ordem política. O sujeito e a comunidade, que eram formas vazias no direito, são completamente preenchidas por conteúdo ético.

A liberdade e a igualdade, antes representações abstratas, concretizam-se, e o indivíduo não precisa mais renunciar às suas singularidades para alcançar o *status* de cidadania. A comunidade desata-se, assim, como pluralidade de grupos constituídos por afinidades específicas e que se complementam na unidade política que integram.

No segundo estágio, os vínculos de amor eram suprimidos pela lei. Agora, são eles que animam o reconhecimento dos sujeitos e suplementam a racionalidade fria dos estatutos.

Honneth deduz o terceiro tipo de desprezo do cenário em que esse desfecho hegeliano magnífico malogra. Em vez de indivíduos que se reconhecem mutuamente como iguais em suas diferenças, vislumbra uma ordem jurídica que não consegue passar à ordem ética, porque grupos que se formam a despeito da uniformidade da lei são sistematicamente desprezados pelo *status quo*.

O *status* da pessoa, segundo Honneth, refere-se ao grau de estima social que se confere à sua maneira particular de ser, herdada na sociedade, dentro de um horizonte cultural (*ibid.*, p. 134)<sup>104</sup>.

If this hierarchy of values is so constituted as to downgrade individual forms of belief as inferior or deficient, then it robs the subjects in question of every opportunity to attribute social value to their own abilities. (...) For individuals the experience of this social devaluation typically brings with it a loss of personal self-esteem (...) (*ibid.*)<sup>105</sup>.

É esse *status* que é atingido pela terceira forma de desprezo. Ainda que o indivíduo seja admitido dentro da ordem legal sem qualquer discriminação e que não se lhe sonquem direitos a todos conferidos, ele pode ser estigmatizado na dimensão do *status*, na medida em que seu estilo de vida não for socialmente valorizado.

---

<sup>104</sup> As exatas palavras de Honneth são: “(...) ‘status’ refers to the degree of social esteem accorded to his or her manner of self-realization within a society’s inherited cultural horizon”.

<sup>105</sup> “Se essa hierarquia de valores é assim constituída para estigmatizar formas individuais de crenças como inferiores ou deficientes, ela então sonega aos sujeitos qualquer oportunidade de atribuição de valor social às suas próprias habilidades” (tradução nossa).

O desenvolvimento da identidade do indivíduo será cerceado, se esse indivíduo, reprimido na esfera da cultura, que normalmente não é regulada pelo direito, não puder se manifestar livremente na sociedade.

No modelo de Honneth, o sofrimento causado por sonegação de reconhecimento pode extrapolar a esfera individual e ganhar relevância sociológica. Basta, para isso, que a ofensa individual tenha repercussão social.

(...) the emergence of social movements hinges on the existence of a shared semantics that enables personal experiences of disappointment to be interpreted as something affecting not just the individual himself or herself but also a circle of many others subjects” (*ibid.* 164)<sup>106</sup>.

Recentemente, na perspectiva de Honneth, é cada vez mais comum que contingentes importantes de pessoas, unidas pela experiência comum de rejeição, encetem conflitos coletivos contra seus detratores.

O projeto acadêmico de Honneth é, sobretudo, salientar o papel desses fenômenos sociais, designados como luta por reconhecimento, na dinâmica das sociedades contemporâneas.

The collective resistance stemming from the socially critical interpretation of commonly shared feelings of being disrespect is not solely a practical instrumental with which to assert a claim to the future expansion of patterns of recognition. For the victims of disrespect (...) engaging in political action also has direct function of tearing them out of the crippling situation of passively endured humiliation and helping them, in turn, on their way to a new, positive relation-to-self (*ibid*)<sup>107</sup>.

Pode-se deduzir desse quadro teórico, que as transformações sociais decorreriam, basicamente, do reajustamento dos padrões de reconhecimento mútuo por

---

<sup>106</sup> “A emergência de movimentos sociais dependem da existência de semânticas compartilhadas que viabilizam que experiências pessoais de frustração sejam interpretadas como questão que não afeta apenas o indivíduo, mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (tradução nossa).

<sup>107</sup> “A resistência coletiva que é gerada pela interpretação socialmente crítica dos sentimentos coletivamente compartilhados de ser desrespeitado não é somente um instrumento prático para sustentar reivindicações para uma expansão futura dos padrões de reconhecimento. Para as vítimas de desrespeito (...), engajar em ação política também tem uma função direta de arrancá-las da injuriosa situação de passivamente sofrer humilhação e ajudá-las, assim, em seu caminho para uma nova e positiva relação consigo mesmo” (tradução nossa).

força de uma miríade de conflitos, diluídos na sociedade e articulados contra sua ordem de *status*.

## 19. O conflito de classe entre o interesse e o *status*

Se o paradigma da produção exagera o papel do mercado na formação da consciência e favorece a tese de que a ordem econômica determina a ordem de *status*, o paradigma do reconhecimento subestima o papel do mercado e favorece a tese de que a ordem de *status* determina a ordem econômica.

Axel Honneth, como indicamos acima, formula uma análise monista, em que os conflitos redistributivos sistematicamente gerados pela ordem econômica se subsumem ao sistema mais geral dos conflitos por reconhecimento:

It therefore seems more plausible to me that experiences of injustice be conceived along a continuum of forms of withheld recognition – of disrespect – whose differences are determined by which qualities or capacities those affected take to be unjustifiably unrecognized or not respected. Such an approach also allows us to consider that differences in the experience of injustice can be determined not only with regard to the object, but also by the form of the missing recognition<sup>108</sup> (FRASER; HONNETH, 2003, pp. 135-136).

Nancy Fraser critica essa abordagem, ao argumento de que os conflitos em torno de interesses materiais têm uma lógica peculiar e não podem ser enquadrados no modelo teórico do reconhecimento:

(...) the economic logic of the market interacts in complex ways with the cultural logic of recognition, sometimes instrumentalizing existing status distinctions, sometimes dissolving or circumventing them, and sometimes creating new ones. As a result, market mechanisms give rise to economic class relations that are not mere reflections of *status* hierarchies. Neither those relations nor the mechanisms that generate them can be understood by recognition monism. An adequate

---

<sup>108</sup> “Parece, portanto, mais plausível para mim que experiências de injustiça sejam concebidas ao longo de um contínuo de formas de reconhecimento sonogado – de desrespeito – cujas diferenças são determinadas pelas qualidades ou capacidades que os afetados supõem ser injustificadamente não reconhecidas ou não respeitadas. Tal abordagem também nos permite considerar que diferenças na experiência de injustiça podem ser determinadas não apenas com relação ao objeto, mas também pela forma de reconhecimento omitida” (tradução nossa).

approach must theorize both the distinctive dynamics of the capitalism economy and its interaction with the *status* order<sup>109</sup> (FRASER; HONNETH, 2003, p. 214).

Um modelo analítico consequente deveria explicitar, como sugere Nancy Fraser, o regime de interação entre ordem econômica e ordem de *status*, em vez de sobrepor uma à outra.

Com suporte no paradigma de Marx, admitimos que a ordem econômica capitalista é um dos fatores de estruturação da realidade social. A sociedade passou a constituir-se de duas classes fundamentais, a burguesia e o proletariado, e foi, em grande medida, o conflito desencadeado entre elas que impulsionou as transformações sociais que configuram o processo de modernização.

Contudo, o *leitmotiv* desse conflito, diferentemente do diagnóstico marxiano, extrapola a economia. As classes sociais não entram em choque apenas por desavença quanto ao critério de distribuição da produção, que é a causa manifesta do conflito. O pomo da discórdia latente, a causa final do conflito, é o regime de reconhecimento distorcido por trás das relações de produção assimétricas típicas do capitalismo.

Tanto o paradigma da produção marxiano como o paradigma liberal focam nas diferenças de caráter econômico. Honneth, por sua vez, coloca todos os processos que configuram as transformações sociais indistintamente sob o prisma da ética.

Nesta tese, configura-se um paradigma alternativo que, sem desprezar a variável econômica, capta a influência da variável ética nas transformações que constituem e atualizam a sociedade moderna.

As lutas de classe e as lutas por reconhecimento aparecem nesse paradigma como processos sociais distintos, mas que se emborcam um no outro, porque os conflitos de classe desencadeados pelo operariado geralmente embutem uma pretensão de *status*.

---

<sup>109</sup> “A lógica econômica do mercado interage de forma complexa com a lógica do reconhecimento, às vezes instrumentalizando as distinções de *status* existentes, às vezes as dissolvendo ou contornando, e às vezes criando outras novas. Como consequência, os mecanismos de mercado fazem emergir relações de classe econômicas que não são meros reflexos de hierarquias de *status*. Nem ainda tais relações ou mecanismos que as produzem podem ser entendidos pelo monismo do reconhecimento. Uma abordagem adequada deve teorizar ambas as dinâmicas distintivas da economia capitalista e sua interação com a ordem de *status*” (tradução nossa).

Marx foca nos efeitos dos conflitos de classe na ordem econômica e Honneth, nos efeitos dos conflitos de reconhecimento na ordem de *status*. Em nosso modelo a análise recai, sobretudo, sobre os efeitos dos conflitos de classe na ordem de *status* e sobre os efeitos da luta por reconhecimento na estrutura de classe.

Inspirado na teoria da cidadania de Thomas Marshall, nosso modelo analítico apresenta o processo de modernização capitalista-democrática como aperfeiçoamento de um sofisticado sistema de administração dos conflitos de classes por meio da calibragem da cidadania.

Dahrendorf apontou o equívoco de Marx de tomar o sistema político como função do sistema econômico, como se a hegemonia da burguesia nas duas instâncias, verificada no Estado Liberal, fosse uma constante necessária na sociedade moderna.

Para Dahrendorf, a revogação da hegemonia burguesa no sistema político ao longo do Século XX removeu o pomo da discórdia do conflito de classes, que não seria a distribuição assimétrica da produção, como Marx supôs, mas a distribuição assimétrica de poder político.

Contudo, temos que a transformação que, de fato, moderou o conflito de classes e assegurou longevidade à sociedade capitalista moderna foi a desvinculação entre distribuição de reconhecimento e distribuição da produção, assegurada pela universalização da cidadania.

Na ordem capitalista liberal, objeto de análise de Marx, a distribuição da produção determinava, não apenas o escalonamento da estrutura de classes, mas também o escalonamento da ordem de *status*.

No contexto do Século XIX, a análise marxiana procede: de fato a ordem econômica avultou-se diante da ordem política e passou a determiná-la. Mais grave, porém, foi a subversão da ordem de *status*, que justificava essa funcionalização da política.

A subjugação do proletariado na ordem de *status* tinha fundamento em sua subjugação na ordem econômica. A classe trabalhadora não emergiu apenas contra a opressão econômica do capital, mas também para impedir que essa opressão penetrasse a ordem de *status*.

Já estavam bem estabelecidas na teoria liberal todas as coordenadas teóricas para sustentar uma ordem de *status* formalmente igualitária, encaixada a um sistema econômico não igualitário.

Mesmo assim, a ordem de *status* do Estado Liberal ainda reverberava sua homóloga feudal, orientada pelo princípio da hierarquia. A diferença é que, em vez de ser medida de honra, relativamente independente da ordem econômica, como sua antecessora, a ordem de *status* liberal refletia fielmente as hierarquias econômicas. A honra liberal reduziu-se a corolário do poder econômico.

Sem acesso aos bens materiais necessários à vida digna, em um contexto em que a pobreza era um marcador absoluto da desonra, a classe operária se constitui para lutar por maior participação na produção capitalista, mas também contra a estigmatização.

A sociedade liberal, que vinculava reconhecimento a propriedade, e estigma a trabalho, foi paulatinamente substituída por uma sociedade de bem-estar social, que se define pelo controle – ainda que restrito – do mercado e por uma ordem de *status* formalmente igualitária, relativamente neutra à estrutura de classes.

Em Honneth, o processo de construção do contexto ético em que as relações de reconhecimento se aperfeiçoam e passam a fluir livremente está sempre sujeito a acidentes.

Mesmo em Hegel, o percurso que vai da natureza absoluta à ética absoluta é hipotético. O que é constante são as necessidades materiais e a necessidade de reconhecimento que, alternada ou cumulativamente, impulsionam o ser humano.

Na medida em que sacia suas necessidades naturais e éticas, vendo sua identidade se aperfeiçoar, o indivíduo hegeliano integra a própria identidade. No estágio da sociedade civil, as necessidades materiais já estão superadas.

Contudo, a necessidade de reconhecimento só pode ser definitivamente solucionada no estágio superior, na ordem de *status* orientada pela ética absoluta, que paira como horizonte de utopia.

De acordo com o paradigma marxiano, a estrutura de classes é simplesmente incompatível com a sociedade ética. As relações de reconhecimento seriam necessariamente distorcidas pelas assimetrias ínsitas ao processo de produção.

Na sociedade civil regulada pelo mercado, o trabalhador, sempre espoliado, não lograria superar suas necessidades materiais, ao passo que o burguês, ávido por acumular além do que precisa, também continuaria escravo da natureza.

Para Marx, a emancipação dos sujeitos não dependeria do aperfeiçoamento da sociedade civil burguesa, como preconizado por Hegel, mas de sua ruptura, única forma de inverter a hegemonia da ordem econômica sobre a ordem de *status*.

Weber salienta apenas a dimensão formal da crise da modernidade, sem determinar suas causas profundas. A expansão da razão instrumental consistiria na progressiva consolidação do puro interesse em detrimento da ética como referência básica da ação social.

A disfunção das relações de reconhecimento na teoria habermasiana seriam explicadas como causa e efeito do bloqueio e/ou da destruição dos canais institucionais em que se constitui e flui a ação comunicativa, o princípio ativo e geratriz da ética.

Honneth não explica o que impede o funcionamento equilibrado da ordem de *status*. Parte das lesões que causam a luta por reconhecimento, mas não determina porque os sujeitos sonegam reconhecimento.

Sustentamos, com dados empíricos, que o modo de produção capitalista tende a distorcer, sistematicamente, a ordem de *status* e as relações de reconhecimento que a constituem.

Em nosso modelo analítico, admitimos os efeitos deletérios da ordem econômica na ordem de *status*, mas em um processo de retroalimentação, em que a ordem de *status* também provoca interferências na ordem econômica.

A estrutura de classes restringe o horizonte do conflito por reconhecimento na sociedade capitalista. Por outro lado, ainda que não tenha poder de eliminá-la, as relações de reconhecimento condicionam a estrutura de classes.

A ordem de *status* e a ordem econômica interpenetram-se na sociedade capitalista moderna. Uma e outra são ao mesmo tempo fator e resultante do conflito de classes.

O conflito de classes moderno é um fenômeno que se engendra na ordem econômica e se orienta à ordem de *status*, ao passo que o regime de cidadania moderno é uma estrutura que se engendra na ordem de *status* e se orienta à ordem econômica.

A determinação recíproca entre as duas instâncias, resguarda pilares da ordem econômica e da ordem de *status* da sociedade moderna, que são contraditórios entre si. O pilar da ordem econômica moderna é a propriedade privada dos meios de produção, e o pilar da ordem de *status* moderna é igualdade universal. Como preconizou Marx, o conflito de classes tende a solapar o pilar da ordem econômica. O paradigma social-democrático, porém, desvia o conflito de classes para a ordem de *status*, e ele passa a reforçar o pilar da igualdade universal.

A princípio, quanto mais o conflito de classes reforçasse o pilar da igualdade universal, mais se enfraqueceria o pilar da propriedade privada. Inversamente, quanto mais refluísse o conflito de classes, mais se fortaleceria o pilar da propriedade privada.

Contudo, o paradigma social-democrático logra regular automática e dinamicamente esse *trade-off* entre os dois pilares, de forma que se mantenham ambos suficientemente hígidos para sustentar a sociedade, sem que um se fortaleça a ponto de destruir o outro.

A canalização da pressão do conflito de classes para a ordem de *status* é, então, o expediente que estabiliza a moderna sociedade capitalista. No paradigma social-democrático, o conflito de classes não mira em primeiro plano a ordem econômica, como no paradigma revolucionário, nem é coibido de forma direta, como no paradigma autoritário.

A burguesia cedeu ao proletariado isonomia de *status* e mais equidade material em troca da formalização da luta de classes, que passou a confinar-se à conformação do regime de cidadania. Este é o compromisso referido por Marshall.

Quando o fortalecimento da luta de classes ameaçava demolir a ordem capitalista, esta se reformulou e incorporou uma ordem de *status* formalmente igualitária, regulável pelo conflito de classes.

O grau de eficácia dessa ordem igualitária passou a configurar função da luta de classes. Quando esse grau de eficácia alcançou patamares elevados nos países capitalistas modernos, especialmente após a Segunda Guerra, a estrutura de classes bipartida entre proletariado e burguesia começou a flexibilizar-se e a diferenciar-se.

Ainda que não se proponha a promover a subsunção da ordem econômica na ordem de *status*, como no paradigma hegeliano, a modernização social-democrática integra essas duas instâncias *organicamente*, e elas passam a retroalimentar-se dinamicamente.

## **20. A estrutura de classes diluída na cidadania**

Nas sociedades modernas, o *trade-off* entre eficácia da ordem de *status* e eficácia da ordem econômica é regulado *diretamente* pelo regime de cidadania e *indiretamente* pela luta de classes que o conforma.

A luta de classes circunscrita à cidadania reduzida a regime jurídico-racional não tem potencial para ameaçar a ordem capitalista, nem para produzir uma ordem de *status* que configurasse um sistema ético do tipo hegeliano.

A modernidade implica, portanto, o deslocamento do centro gravitacional da vida social da ordem de *status* para a ordem econômica, à gradativa internalização da *Gemeinschaft* à *Gesellschaft*.

A cidadania, em vez de ser preenchida com conteúdo ético que equipare ontologicamente os sujeitos, configura apenas limites jurídicos ao funcionamento do mercado.

A sociedade moderna fundamenta-se na relação de determinação recíproca entre o substrato factual que constitui a ordem econômica e a estrutura normativa sintetizada em seu regime jurídico de cidadania.

Esse regime jurídico de cidadania condensa uma ordem de *status* que apenas representa um sistema de vida ética de tipo hegeliano. A emancipação dos sujeitos por meio da superação da ordem de *status* meramente formal não está no horizonte da sociedade moderna

O processo de integração de identidades, idealizado por Hegel, que se inicia na *Natur* e se conclui na *Sittlichkeit*, fica no meio do caminho. Não passa do segundo estágio, da subsunção do conceito na intuição.

É a manutenção da ordem ética – ainda que, em boa medida reduzida à representação – que assegura a estabilidade da sociedade moderna. À classe operária atribui-se, formalmente, uma medida de reconhecimento igual à classe burguesa, apesar da desigualdade econômica que as separa. Essa identidade formal entre trabalhadores e burgueses, assegurada pelo artifício da cidadania, é fundamental para a legitimação democrática da sociedade moderna.

A modernização corresponde à transição do *status* ao contrato, no sentido de que na sociedade moderna o próprio *status* é regulado por contrato. Por outro lado, ainda que o conteúdo ético da ordem de *status* nesse tipo de organização social apareça comprimido, ele continua a moderar o poder de conformação de identidades que emana do contrato.

Provavelmente, um caso paradigmático de integração ótima entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* ou de harmonização entre *status* e contrato, conforme as diretrizes da modernização social-democrática, sejam as *townships* americanas que Alexis de Tocqueville descreveu no Século XIX:

Remarquez d'ailleurs un fait important : la commune [*township*] de la Nouvelle-Angleterre est ainsi constituée qu'elle peut servir de foyer à de vives affections, et en même temps il ne se trouve rien à côté d'elle qui attire fortement les passions ambitieuses du cœur humain<sup>110</sup> (TOCQUEVILLE, 1961, p. 122).

Como Tocqueville bem observou, nos Estados Unidos de sua época o *trade-off* entre igualdade (*status*) e liberdade (contrato) alcançou um ponto de equilíbrio adequado ao bom desenvolvimento da economia, o que se manifesta no alto grau de harmonização das classes sociais:

Até hoje não se descobriu forma política que favorecesse igualmente o desenvolvimento e a prosperidade de todas as classes de que a sociedade se compõe. Essas classes continuaram a formar como que nações distintas na mesma nação, e a experiência provou que era quase tão perigoso entregar a uma delas a sorte das outras quanto fazer de um povo o árbitro dos destinos de outro povo. Quando somente os ricos governam, o interesse dos pobres sempre está em perigo; e quando os pobres fazem a lei, o dos ricos corre grandes riscos.

Qual é, pois, a vantagem da democracia? A vantagem real da democracia não é, como foi dito, favorecer a prosperidade de todos, mas apenas servir ao bem-estar da maioria (TOCQUEVILLE, 1998, p. 272).

A ordem de *status* é simples função da ordem econômica, como preconiza Marx. É mais consistente, nesse ponto, a posição de Max Weber, compatível com nossa tese de determinação recíproca entre ambas as instâncias.

O paradigma da produção favorece a hipótese de que a cidadania seria uma ficção ideológica promovida pela burguesia para manter sua posição de poder. Como

---

<sup>110</sup> “Notem também um fato importante: a municipalidade da Nova Inglaterra é constituída de tal forma que pode servir de ambiente de vivas afeições, e ao mesmo tempo nada como ele desperta tão fortemente as paixões ambiciosas do coração humano” (tradução nossa).

temos indicado, porém, a cidadania moderna foi produzida pelo conflito de classes e produz efeitos concretos na ordem econômica, sobretudo na sua estrutura de classes.

Ainda que o instituto da cidadania funcione como salvaguarda do sistema capitalista nas sociedades modernas, sua calibragem ao longo dos dois últimos séculos, na média, elevou consideravelmente o padrão de vida do trabalhador.

A distância entre o proletariado e a burguesia, até meados do Século XIX, era abissal e reduziu-se progressivamente ao longo das primeiras décadas do século seguinte. A partir dos anos 50, é que a cidadania começa a perder força como princípio ativo da estabilidade da sociedade moderna.

Para nós, é a cidadania o artifício que representa a unidade da sociedade americana até os dias do hoje e das sociedades modernas em geral, ao neutralizar os efeitos desestabilizadores da estrutura de classes inerente ao capitalismo.

## **21. A abolição simbólica da propriedade privada**

Para Marx, o capitalismo tende a configurar a hegemonia das relações de produção sobre as demais relações sociais, a sobreposição da lógica da comunidade (*Gemeinschaft*) pela lógica do mercado (*Gesellschaft*). A sociedade moderna do paradigma da produção seria presidida por necessidades (que nascem do estômago ou da fantasia) (MARX, 2011, p. 57).

Temos, porém, que a cidadania responde também a carências humanas mais profundas, que podem ser rastreadas no processo de formalização do conflito de classe, ou de sua progressiva redução a conceito.

O escopo do conflito de classe que constitui nossa de análise elementar configura intercessão entre a ordem econômica, estruturada pelo interesse, e a ordem de *status*, estruturada pela ética.

O conflito concreto de que cuidamos, entre trabalhadores da Usiminas de um lado, e prepostos de uma empresa de outro, é orientado por determinação recíproca (*Wechselwirkung*) entre pretensões radicadas na ordem de *status* e pretensões radicadas na ordem econômica.

Se por um lado, o capitalismo não pode prescindir da estrutura de classes, nem da lógica das relações contratuais, por outro, a afirmação do ser humano na sociedade é um processo fundamentalmente ético, como postulou Hegel.

Em nosso quadro hipotético, a classe operária, por meio de conflitos industriais com projeções políticas, conquistou a cidadania reforçada e universal dos dias atuais.

Por outro lado, o robustecimento e a universalização da cidadania correspondem à consolidação da ordem jurídica burguesa e à supremacia da *Gesellschaft* (sociedade do contrato) diante da *Gemeinschaft* (sociedade do *status*).

Na *Gesellschaft* moderna, a concepção de *status*, em vez de *constituir* a identidade na diversidade, como na comunidade de ética absoluta hegeliana, passou a simplesmente *representar* essa identidade. O *status* passou de intuição a conceito.

Mesmo que nela o percurso hegeliano para o aperfeiçoamento simultâneo da identidade individual e da comunidade de ética absoluta jamais se complete, a cidadania moderna projeta uma ordem de *status* eticamente orientada, mas não imune ao interesse.

A cidadania reduz-se a conceito. Essa redução é fundamental, porque a igualdade formal é *conditio sine qua non* para a sincronização entre ordem econômica e a ordem de *status* que configura a sociedade moderna.

A cidadania moderna não se orienta pela concepção hegeliana de liberdade, que corresponde à autonomia ética produzida pela conciliação entre vontade e pensamento, mas pela concepção de liberdade como a autonomia para contratar.

John Locke deslocou da ordem de *status* para a ordem econômica o centro gravitacional da sociedade moderna em formação, ao definir o cidadão a partir do direito natural de propriedade:

(...) it is evident that though the things of nature are given in common, yet man, by being master of himself, and *proprietor of his own person, and the actions or labour of it, had still in himself the great foundation of property*; and that, which made up the great part of what he applied to the support or comfort of his being, when invention and arts had improved the conveniences of life, was perfectly his own, and did not belong in common to others.

(...) Thus *labour*, in the beginning, *gave a right of property*, wherever any one was pleased to employ it upon what was common (...). Men, at first, for the most part, contented themselves with what unassisted

nature offered to their necessities: and though afterwards, in some parts of the world (where the increase of people and stock, with the *use of money*, had made land scarce, and so of some value) the several *communities* settled the bounds of their distinct territories, and by laws within themselves regulated the properties of the private men of their society, and so, *by compact* and agreement, *settled the property* which labour and industry began (...) (LOCKE, 1980, p. 27).<sup>111</sup>

A emancipação do ser humano das coerções materiais da natureza por meio do acúmulo patrimonial passou a condição necessária à sua habilitação como membro pleno da comunidade política:

Das Privateigentum, nämlich das Sacheigentum des Grundbesitzers, des Kaufmanns, des Handwerkers, des Manufakturbesitzers und des gebildeten und begüterten Bürgers, erscheint [zuerst im England des 17. Jahrhunderts] als das Ergebnis individueller Leistung und als notwendige Bedingung individueller Freiheit (BADURA, 2011, p. 332)<sup>112</sup>.

No auge do Liberalismo, os indivíduos só eram reconhecidos como sujeitos na medida em que implementavam sua capacidade formal de possuir. O patrimônio firmou-se como requisito objetivo à liberdade.

O desenvolvimento da cidadania desde, pelo menos, o início do Século XVIII na Inglaterra, implicou afrouxamento dessa correlação forte entre propriedade concreta e liberdade.

---

<sup>111</sup> (...) De tudo que é evidente, que embora todas as coisas da natureza sejam dadas em comum, ainda assim, o homem, por ser mestre de si mesmo e *proprietário de sua própria pessoa e de suas ações e de seu trabalho, detinha em si mesmo o grande fundamento da propriedade*; e que o que constitui a grande parte do que ele aplicava à manutenção e ao conforto de sua existência, quando invenções e artes aprimoraram as conveniências da vida, era perfeitamente dele próprio, e não propriedade comum com os outros.

(...) Além disso, o *trabalho*, no começo, *constituiu o direito de propriedade*, onde quer que aprove a alguém aplica-lo ao que era de domínio comum (...). Os homens, no início, na maior parte das vezes, contentavam-se com o que a natureza, por si mesma, oferecia às suas necessidades. E, embora mais tarde, em algumas partes do mundo (onde o incremento de população e de suprimentos, com o *uso do dinheiro*, tornou a terra escassa e, assim, de algum valor), as várias *comunidades* estabeleceram limites para seus distintos territórios, e por meio de leis próprias regularam a propriedade de homens privados de sua sociedade, e assim, *por pacto* e por consenso, *consolidaram a propriedade* que o trabalho e a indústria (a engenhosidade) haviam encetado (tradução nossa).

<sup>112</sup> A propriedade privada, nomeadamente a propriedade material dos latifundiários, dos comerciantes, dos trabalhadores, dos industriais e dos cidadãos educados e bem apossados apareceram [primeiramente na Inglaterra do Século XVII] como externalização da capacidade individual e como condição indispensável à liberdade individual (tradução nossa).

Gradualmente, o lastro da liberdade moderna deixa de ser a propriedade real e passa a ser meramente a propriedade formal. Com isso, a posição na estrutura de classes, escalonada conforme o *quantum* de propriedade, deixa de ser relevante para o *status* de cidadania.

A universalização da cidadania é um processo que se desdobra em dois. Por um lado, corresponde à ampliação de seu escopo subjetivo, com a inclusão do espectro inferior da estrutura de classes. Por outro lado, corresponde à desmaterialização da propriedade cuja titularidade certifica o *status* de cidadania. Universalizou-se o *status* de cidadão, sem se romper com a correlação entre liberdade e propriedade que caracteriza a sociedade moderna. A propriedade dessa correlação é que passa de intuição à conceito, torna-se categoria abstrata.

O efeito contrário à hierarquização baseada na posição de classe decorre diretamente da regulação do direito de propriedade segundo a lógica da equiparação genérica de *status* e indiretamente da exclusão dos bônus de *status* vinculados às aquisições econômicas.

A expansão da cidadania moderna corresponde à ampliação e à universalização do direito de propriedade existencial, que sustenta o paradoxo da sincronização entre a ordem econômica capitalista e a ordem de *status* social-democrática, duas instâncias que operam normalmente em sentidos opostos.

A mutação do conceito da propriedade que subjaz a autonomia política na ordem liberal ocorreu através do processo de universalização de cidadania e configura o cerne do compromisso referido por Thomas Marshall (MARSHALL, 1992, p. 49).

Se no Estado Liberal o direito de propriedade substanciado no patrimônio privado era a manifestação objetiva da autonomia concreta do sujeito, no Estado Social, que o sucedeu, o direito de propriedade abstrato é a manifestação de uma autonomia meramente formal.

À propriedade do estágio liberal, adjudicável pelo contrato, correspondia uma prestação estatal negativa – a não intervenção de quem quer que seja na esfera jurídica do proprietário. A cidadania demarcava a jurisdição da soberania do sujeito.

Já à propriedade do Estado Social, adjudicável pela lei, corresponde uma prestação estatal positiva: a intervenção estatal subsidiária à implementação do mínimo

de propriedade material garantido pela cidadania. A cidadania passou a demarcar uma zona de propriedade comunitária, imune ao mercado.

A rigor, o que habilita o cidadão não é essa prestação estatal positiva, mas o direito que se outorga a todo e qualquer membro da sociedade de exigí-la. Por essa razão é que dizemos que a propriedade que lastreia a cidadania no Estado Social é formal.

A universalização da cidadania implicou a universalização da propriedade, não a propriedade concreta, mas uma propriedade formal, configurada na garantia de um mínimo de propriedade material, executável contra o Estado.

Nesse novo contexto, todos os cidadãos se equiparam na condição de proprietários em potencial, sendo que a implementação desse potencial é direito potestativo universal.

No estágio social, avulta-se no direito de propriedade uma dimensão positiva, de titularidade universal. A todo e qualquer membro da comunidade política atribui-se o quinhão de propriedade necessário à subsistência digna, diluído nos direitos sociais. Essa dimensão do direito de propriedade é positiva, uma *prestação material exigível* do Estado.

Do ponto de vista teórico, o alicerçamento dos direitos sociais no direito de propriedade remonta ao menos à República de Weimar. O então professor da Universidade de Berlim, Martin Wolff, propôs, em um artigo publicado em 1922, um conceito funcionalista da propriedade (WOLFF, 1923; BADURA, 1995, p. 347; Fikentscher, 1997, p. 111), que acabou incorporado pelo direito constitucional alemão.

O Tribunal Federal Constitucional [da Alemanha passou a entender que] (...) a proteção por meio da garantia de propriedade tem por pressuposto a circunstância de que ao titular do direito é atribuída uma posição jurídica equivalente à da propriedade privada e que, no caso de uma supressão, sem compensação, ocorreria uma colisão frontal com o princípio do Estado de Direito, o que, especialmente pela inclusão no âmbito de proteção da garantia de propriedade de direitos patrimoniais na esfera da segurança social, acabou levando a uma ampliação do conceito de propriedade vigente no direito privado, do qual o conceito constitucional de propriedade veio a se desprender quase que completamente (SARLET, 2007, pp. 452-453).

Logo, os direitos sociais não emergem, sobretudo a partir da segunda década do Século XX, simplesmente como restrições ao direito de propriedade. Rigorosamente, implicam mutação conceitual do direito de propriedade, que passa a constituir, acima de tudo, garantia jurídica universal de existência digna.

À medida que o conceito de subsistência digna, articulado com a comunidade em geral, expande-se, a dimensão negativa do direito de propriedade, classicamente articulada com o indivíduo em particular, estreita-se.

A subsistência digna não é outra coisa senão o conjunto de condições materiais minimamente necessárias à habilitação do cidadão à concorrência no mercado, em igualdade de chances com seus pares, por meio da propriedade privada típica.

É o patamar abaixo do qual a sociedade moderna não se constitui em autêntica comunidade política democrática, já que os segmentos inferiores de sua estrutura de classes estariam alijados da esfera pública.

Esse alijamento exclui a legitimação da sociedade democrática moderna, na medida em que denuncia sua falha em proporcionar as condições mínimas necessárias à habilitação de todos os indivíduos a cidadãos plenos.

Dessa forma, o direito de propriedade tem uma faceta inclusiva e uma faceta exclusiva. A faceta inclusiva corresponde ao direito de propriedade universal, comunitário, articulado com a ordem de *status* igualitária. A faceta exclusiva corresponde ao direito de propriedade clássico, privativo, articulado com a ordem econômica.

O que configura a sociedade moderna é a titularidade universal de propriedade inclusiva, determinada pela ordem de *status*, e a concorrência universal por propriedade exclusiva, determinada pela ordem econômica.

A luta de classe e os demais conflitos sociais que determinam a sociedade capitalista moderna não dizem respeito diretamente à propriedade exclusiva – que é disputada pelos indivíduos de forma solitária, acima do controle positivo do Estado –, mas ao direito de propriedade existencial.

A modernização desviou a luta de classes, antes dirigida diretamente à propriedade exclusiva, para a propriedade inclusiva. Não está no horizonte da classe trabalhadora a revogação absoluta da propriedade privada, mas a revogação relativa da

propriedade privada, que corresponde à instituição da propriedade inclusiva, por meio dos direitos sociais.

O que está constantemente sob pressão na sociedade democrática moderna é o patamar de direitos sociais necessário à igualdade de oportunidades no mercado ou as condições indispensáveis à habilitação do cidadão como sujeito autônomo.

Acima da zona cinzenta do direito de propriedade sujeita aos conflitos sociais, a cidadania continua como garantia de caráter negativo, que estabelece a soberania do indivíduo contra o Estado e contra a sociedade.

Portanto, a cidadania moderna, de um lado estabelece, positivamente, o direito de propriedade inclusivo universal e, de outro, consolida, negativamente, o direito de propriedade exclusivo *erga omnes*.

O cidadão moderno adquire o direito de propriedade inclusivo mediante a condição de consentir com o direito de propriedade exclusivo. É esse o compromisso interclasses que orienta as transformações sociais analisadas por Thomas Marshall (1992).

A redução a conceito do vínculo de propriedade que habilita indiscriminadamente todos os cidadãos mediante a construção teórica e a implementação dos direitos sociais, forneceu a justificação necessária à ordem econômica moderna.

A habilitação universal para a política é condição indispensável para o funcionamento da democracia, e a sociedade moderna se consolida com a promessa de assegurá-la contra o dispositivo do mercado.

Por isso, a cidadania é o vértice comum que sincroniza o sistema econômico e o sistema político. Com seu poder de esvaziar identidades, no que universaliza o *status* de proprietário (e não de *merchant*, como imaginava o autor de *A Riqueza das Nações* – SMITH, 1776, p. 27) modera as assimetrias econômicas e políticas na sociedade moderna.

A ordem de *status*, radicada na cidadania moderna, faz a mediação entre conflito de classes e a ordem econômica. Como resposta à luta operária, universalizou-se o *status* de burguês<sup>113 114</sup>, com a adjudicação universal da propriedade inclusiva.

A universalização da propriedade e do *status* de burguês, representada nos direitos sociais de cidadania, consoma a revogação *simbólica* da propriedade privada e a extinção *simbólica* da estrutura de classes, que sustentam a sociedade capitalista moderna.

## 22. Sinais de esgotamento da cidadania moderna

A promoção do proletário à condição formal – e em parte material – de burguês concorreu para a dispersão do conflito de classes. E foi exatamente no momento em que a cidadania concluía essa proeza que o efeito colateral de sua força homogeneizante avultou-se.

Se, por um lado, a cidadania compensa as diferenças produzidas pelo sistema econômico e produz cidadãos formalmente iguais, por outro lado, sufoca a diversidade cultural, que decorre da autonomia ética dos sujeitos.

O aperfeiçoamento da identidade individual e da comunidade ética no terceiro estágio do modelo hegeliano do *System der Sittlichkeit* promove a convergência entre igualdade e diferença.

A multiplicidade de individualidades não produziria uma sociedade verticalizada, mas absolutamente horizontal, com indivíduos que se complementam mutuamente em uma comunidade de iguais enriquecida na diversidade.

Sem avançar a esse estágio da ética absoluta, a sociedade moderna não desencadeia a convergência entre igualdade e diversidade, porque depende da massificação de identidades no artifício do cidadão como titular de direitos formais para manter o pilar da ordem econômica capitalista, a propriedade privada.

---

<sup>113</sup> O nivelamento por cima por meio da ordem de *status* é artifício antigo para contenção de conflitos sociais, como se depreende desta frase da introdução de Raízes do Brasil: “Em Portugal somos todos fidalgos”, diz Fradique Mendes numa das cartas” (CÂNDIDO, 1995. P. 14)).

<sup>114</sup> Na língua alemã, utilizada por Hegel, Marx e Dahrendorf, a palavra *Bürger* designa simultaneamente cidadão e burguês.

Com isso, a autonomia na ordem econômica moderna, que se fundamenta na mera igualdade de oportunidades no mercado, desenvolve-se em detrimento da autonomia ética.

Os cidadãos da sociedade capitalista moderna constituem-se em função de uma autonomia reduzida a conceito, que não tem fundamento ético, mas econômico. Como consequência, nessa sociedade as diferenças tendem a se reduzir às que podem ser mensuradas economicamente.

A ordem de *status* da sociedade moderna, toda estruturada para moderar diferenças econômicas e produzir cidadãos homogêneos, tende a massificar a cultura e aniquilar a diversidade cultural dos sujeitos.

Consequentemente, multiplicam-se conflitos motivados por pretensões de reconhecimento resistidas, que pressionam por uma cidadania favorável à diversidade, que reponha o fundamento ético da autonomia.

O que se verifica até o presente momento, porém, é que não se chegou a uma fórmula de uma cidadania que compense essas novas pretensões, sem descompensar as pretensões que constituem o conflito de classes.

No Estado Liberal, a ordem de *status* se subsumia à ordem econômica. Contudo, a partir da expansão da cidadania, as duas instâncias se articularam entre si, em relação de determinação recíproca.

A cidadania deixou de ser função exclusiva do mercado. Passou a refletir e a regular o conflito de classes. O proletariado conquistou uma ordem de *status* equitativa, que passou a operar contra a lógica de classes, mas sem atentar contra a ordem econômica capitalista.

Essa ordem de *status* equitativa é ao mesmo tempo impermeável e contraposta às diferenças de classe. À medida que se universalizava, abrandava o conflito entre proletariado e burguesia.

Esse efeito, portanto, não foi produzido pela revogação da propriedade exclusiva, em consonância com as previsões do paradigma da produção, mas pela mudança conceitual do direito de propriedade, ou, em terminologia hegeliana, pela redução da propriedade a conceito.

Interpretações marxistas contemporâneas correlacionam o abrandamento do conflito de classes verificado por Marshall com a socialização relativa da ordem capitalista.

A implementação do projeto político do paradigma da produção em sua totalidade (a socialização completa da produção) produziria a aniquilação total do conflito de classes:

In 1949, in Britain, it was possible to take a fairly optimistic view of the gradual extension of citizen's rights in a democratic society which was becoming more socialist in its structure, through the nationalization of some major sectors of the economy and the creation of a National Health Service and a system of national education, the latter regarded by many socialists as the first step towards establishing a universal system by the phasing out of private, privileged education (...). This movement, as Marshall suggested (...), became increasingly identified with socialism (...) and its main tendency was more strongly characterized by Shumpeter (1949) as a 'march into socialism' (BOTTOMORE, 1992, p. 57).

Segundo essas interpretações, como o projeto político marxiano só realizou em parte, os efeitos esperados também não se produziram completamente. O conflito de classes atenuou-se, mas não se extinguiu. Marx não estaria, portanto, errado. Os efeitos que ele previu é que estariam sendo postergados artificialmente.

A mutação conceitual do direito de propriedade, de forma a torná-lo universal, mediante a outorga de direitos sociais, aparentemente favorece as interpretações marxistas clássicas.

Em nosso modelo analítico, porém, o abrandamento do conflito de classes produzido não pode ser explicado apenas como função direta do redistributivismo inerente aos direitos sociais.

A expansão da cidadania, com a adjudicação do direito de propriedade inclusivo, teve os efeitos apaziguadores óbvios apontados pelas interpretações marxistas clássicas. Entretanto, não se pode desprezar o papel da equalização de *status* na contenção do conflito de classes.

Na moderna sociedade capitalista, em seu estágio mais avançado, o *status* reduziu-se a conceito. Em vez de uma base real, como no estágio liberal, passou a se apoiar em uma base formal. O seu lastro de legitimação, que era a propriedade exclusiva e absoluta, foi substituído pela propriedade virtualmente universal.

No Estado liberal, só se habilitava a cidadão e fazia jus a respectivo *status*, o sujeito que conquistava propriedade na ordem econômica. No Estado social, o *status* de cidadania é universal, não porque a propriedade deixou de ser condição indispensável de habilitação para a vida pública, mas porque, reduzida a conceito, foi universalizada.

No contexto da sociedade moderna avançada, a ordem econômica e a ordem de *status* sincronizaram-se entre si mediante a convergência das pretensões de reconhecimento e das pretensões econômicas no instituto da cidadania.

A luta por reconhecimento e a luta de classes foram canalizadas para o leito das instituições democráticas. A cidadania tornou-se a válvula de escape desses dois processos conflitivos que, desregulamentados, ameaçavam a estabilidade do sistema capitalista.

O conflito de classe deixou de se orientar pela revogação da propriedade *tout court*. Sua pretensão se reduziu à expansão do conceito de propriedade inclusiva, que tem um limite absoluto, que é a impossibilidade de revogação da propriedade exclusiva.

Quando a modernidade se consolida, a cidadania é o artifício que ao mesmo tempo assegura a identidade de *status* entre os membros de determinada sociedade e modera a verticalização da estrutura de classes.

A luta de classes em torno do conceito do direito de propriedade, com o proletariado a forçar a expansão de sua dimensão inclusiva e a burguesia a forçar a expansão de sua dimensão exclusiva, carrega pretensões materiais e pretensões de reconhecimento.

Quanto maior a participação do direito de propriedade inclusivo no direito de propriedade *latu senso*, maior a igualdade entre os sujeitos na ordem econômica. Além disso, à medida que a dimensão inclusiva do direito de propriedade se expande, a identidade dos sujeitos na ordem de *status* aumenta.

Por isso, o conflito de classes dirigido ao conceito do direito de propriedade tem o condão de influenciar, ao mesmo tempo, uma variável econômica (a distribuição da propriedade) e uma variável ética (a distribuição de reconhecimento).

Marx considera que a variável ética é dependente da variável econômica, e por isso a ignora. Honneth, por sua vez, considera que a variável econômica é dependente da variável ética, e por isso a ignora.

Marx estaria certo se qualquer alteração na distribuição da propriedade implicasse, necessariamente, uma alteração equivalente na distribuição de reconhecimento. Honneth estaria certo se qualquer alteração na distribuição de reconhecimento implicasse, necessariamente, uma alteração na distribuição da propriedade.

Nesta tese demonstramos que o que se verifica é que tanto a distribuição de propriedade como a distribuição de reconhecimento são suscetíveis à alteração conceitual do direito de propriedade no contexto da sociedade moderna.

Contudo, nem toda política redistributivista implica democratização de reconhecimento, como também nem toda política de democratização de reconhecimento tem efeito redistributivista.

A correlação entre redistribuição de propriedade e democratização do reconhecimento é uma característica peculiar das sociedades modernas, e seu fundamento é a imbricação, que remonta ao Estado liberal, entre *status*, cidadania e propriedade.

Como temos assinalado, a universalização da cidadania não diz respeito apenas à inclusão de novos sujeitos nos processos de deliberação pública e no pálio de proteção estatal, mas também na redução da propriedade a conceito.

Essa universalização, para manter incólume o vínculo necessário entre propriedade, cidadania e *status*, em que se fundou a sociedade burguesa, expandiu o conceito de cidadania.

A universalização da cidadania, no bojo do processo de modernização de epicentro ocidental, produziu simultaneamente efeitos na ordem econômica e na ordem de *status*.

Na ordem econômica, a universalização da cidadania materializou uma distribuição mais igualitária da propriedade ao longo da estrutura de classes. O espectro inferior da estrutura de classes passou a ter garantido o *quantum* de propriedade necessário à habilitação da cidadania. Em termos práticos, todos, independentemente da posição de classe, passaram a ter direito a um padrão de vida civilizado.

Na ordem de *status*, a universalização da cidadania rompeu a indexação entre o valor ético do indivíduo e sua posição de classe. E a redistribuição material que a cidadania operou na ordem econômica, demonstrou que a democratização da ordem de *status* não era meramente conceitual. Além disso, preveniu o rompimento da indexação entre propriedade, cidadania e *status*, que caracterizam a sociedade moderna.

Essas transformações conceituais, com efeitos práticos revolucionários na ordem econômica, implicaram uma resposta contundente ao grosso das demandas de reconhecimento reprimidas na antiga ordem liberal.

Entretanto, sobretudo a partir da segunda metade do Século XX, começaram a emergir demandas de reconhecimento mais específicas, que não puderam ser compensadas completamente pela expansão da cidadania.

A modernização social-democrática promove uma emancipação política dos indivíduos mais formal do que material, porque repousa sobre conceitos, e não na subsunção recíproca entre intuição e conceito, em verdades materializadas em consensos públicos.

A diluição da estrutura de classes, a revogação da propriedade privada e a solução dos conflitos de classes são conquistas que a modernidade só pode alcançar na dimensão conceitual.

O formalismo é a barreira que impede que o ser humano seja reconhecido pelo que é, na medida em que o reconhecimento moderno se refere, basicamente, ao que o ser humano pode ser:

The politics of equal dignity is based on the ideal that all humans are equally worthy of respect. It is underpinned by a notion that what in human beings commands respect, however we may try to shy away from this “*metaphysical*” background. For Kant, whose use of term dignity was one of the earliest influential evocations of this idea, what commanded respect in us was our status as rational agents, capable of

directing our lives through principles. Something like this has been the basis of for our intuitions of equal dignity ever since, though the detailed definition has changed.

Thus, what is picked out as of worth here is a universal human potential, a capacity that all humans share. This potential, rather than anything a person may have made of it, is what ensures that each person deserves respect. Indeed, our sense of importance of potentiality reaches so far that we extend this protection even to people who through some circumstance that has befallen them are incapable of realizing their potential in the normal way – handicapped people, or those in coma, for instance (TAYLOR, 1997, pp. 41, 42).

A cidadania moderna, de fato, estrutura-se sobre um tipo igualdade conceitual entre os seres humanos. Seu fundamento mais importante, como já assinalamos, é o potencial compartilhado igualmente por todo indivíduo da espécie *homo sapiens* de emancipar-se da natureza a partir da aquisição de propriedade.

Se a cidadania se fundamentasse no potencial realizado para resguardar a diversidade dos indivíduos, como propõe Charles Taylor e o movimento multiculturalista em geral, o artifício da sublimação das diferenças de classe baseado na redução da propriedade em conceito seria desfeito.

Se a igualdade que norteia a cidadania moderna exigisse mais do que o potencial de aquisição, e passasse a tomar em consideração a propriedade adquirida, a sociedade capitalista democrática entraria em colapso.

A solução aparentemente seria manter a igualdade econômica radicada no potencial de aquisição e lastrear a igualdade de fundo ético no potencial ético realizado. Contudo, como se depreende do pensamento de Hegel e Marx, esse artificialismo é inviável, porque a materialização da igualdade ética implicaria a materialização da igualdade econômica, e vice-versa. Nossa proposta, porém, não é aprofundar o estudo da crise da cidadania moderna.

Na parte 3, seguinte, discorreremos sobre os regimes de contenção adotados no Brasil desde a Proclamação da República. Evidenciaremos, fundamentadamente, os desvios desse processo de sua trajetória deduzível do paradigma de modernização social-democrática, o que será um primeiro teste da teoria da contenção, nesse estágio da tese, prematuro, mas necessário.

## PARTE 3. REGIMES DE CONTENÇÃO NO BRASIL

### 23. Regime de contenção liberal-autoritário (1888-1936)

Nossa periodização referente aos regimes de contenção do conflito de classes remonta à Abolição da Escravatura, marco a partir do qual se pode falar em ordem econômica capitalista no Brasil. É a partir daí, com a generalização do trabalho assalariado, que se constitui, de fato, um mercado de trabalho no país.

Além disso, a ordem de *status* não negava aos indivíduos do estrato inferior da estrutura de classes apenas direitos civis e políticos. Negava-lhes a qualidade de pessoa, de forma que a ordem jurídica não lhes dizia respeito, a não ser na condição de bens passíveis de apropriação.

Até então, os sujeitos da ordem jurídica não eram apenas cidadãos, eram senhores. Por outro lado, os elementos da massa excluída não chegavam sequer a ser reconhecidos como indivíduos, muito menos como cidadãos passivos: segundo o direito vigente, o escravo não passava de “coisa”:

Na classe dos bens móveis entram os semoventes, e na classe dos semoventes entram os escravos. Posto que os escravos, como artigos de propriedade, devam ser considerados 'coisas', não se equiparam em tudo aos outros semoventes, e muito menos aos objetos inanimados, e por isso tem legislação peculiar (FREITAS, 1876, p. 35).

O capitalismo e a democracia no Brasil não confluíram sob a pressão da luta de classes como nos casos típicos de modernização social-democrática. As explicações mais óbvias para essa peculiaridade é a persistência de uma economia de base agrária concentradora de riquezas obstruindo o avanço do capitalismo.

Desde a independência do país, o tema da modernização entrou na agenda dos governantes e tornou-se imperativo no imaginário das classes dominantes no Brasil. O projeto de modernização nacional, porém, surgiu e se implementou em meio a contradições:

(...) os liberais radicais se voltaram ironicamente para a monarquia como aliado potencial para libertar a força de trabalho confinada nos latifúndios de escravos, por aí, finalmente deixando o mercado seguir

seu curso “natural”, quando os [liberais] republicanos apelaram aos proprietários de escravos no sentido de que os ajudassem a transformar o sistema imperial em um Estado liberal (SANTOS, 1978, p. 91).

A divisão da “classe revolucionária”, parte aliciada pelo Império, parte aliciada pela oligarquia agrário-escravocrata, reflete o desencaixe entre a ordem política e a ordem econômica no Brasil na segunda metade do Século XIX.

O agronegócio de exportação, baseado no trabalho escravo, entrava em contradição com a história, e arrastava consigo o regime político, que o sustentava. A Revolução Industrial impulsionava a expansão econômica mundial e promovia o capitalismo industrial, de trabalho livre, como via compulsória de modernização.

O alinhamento entre ordem econômica escravocrata e ordem de *status* aristocrática, que caracterizou o Brasil Império, tornou-se anacrônico. Muitos fazendeiros, especialmente em São Paulo, começaram a trocar a mão de obra escrava pela assalariada, e a professar o republicanismo.

Para Raimundo Faoro, a crise que solapava o Império e impulsionava a reforma republicana originava-se da convergência entre duas vertentes de modernização.

A primeira, mais concatenada à dimensão da cultura, corresponde ao movimento urbano e progressista, protagonizado por políticos, idealistas e adeptos “de todas as teorias desprezadas pela ordem imperial” (FAORO, 2008, p. 514).

A segunda, mais concatenada com a ordem econômica, corresponde à defecção de fazendeiros da base de apoio ao Império. Ao poucos, os grandes proprietários percebem que as instituições imperiais atrapalhavam mais que ajudavam, e que teriam mais a ganhar em uma moderna sociedade capitalista de classes:

O fazendeiro, o fabricante de açúcar, o criador de gado não se sentem mais senhores, são apenas lavradores, pecuaristas; os poderosos não se aperfeiçoam no título de barão ou visconde, mas percebem que seu privilégio depende de assentos artificiais, sem futuro. A sociedade, ao se desmitificar, sofre convulsiva pressão de elementos que, nunca postos em debate e em dúvida, pareciam inexistentes (*ibid.*, p. 515).

A sincronização entre dinâmicas capitalistas e doutrinas republicanas removeu o lastro econômico-cultural da velha ordem. Os títulos de nobreza perdiam o sentido à medida que a nova ordem se impunha. Da mesma forma, a divisão da sociedade entre homens livres e escravos. Com o passar do tempo, aqueles títulos e essa divisão tornaram-se culturalmente antiquados e economicamente contraproducentes.

Para Gilberto Freyre, o paradigma patriarcal que, na vigência do Império, orientava a organização da sociedade brasileira escravista em duas classes bem definidas (senhores e escravos), fora solapado por um processo democratizante (“e até anarquizante”) de fusão de raças e culturas (FREYRE, 2003, pp. 474, 475).

Na perspectiva de Freire, a miscigenação das raças refletia o engajamento compulsório do país na marcha capitalista mundial e diluía o que antes valia como fronteira entre as classes.

A democratização étnica corresponderia à reconfiguração das classes em função de fatores puramente econômicos (FREYRE, 2004, p. 579 e ss). O Império, que se estabelecera como guardião de uma sociedade de estrutura de classes bipartida entre homens livres e escravos, em função da raça, entrou em contradição com a história.

Para Florestan Fernandes, o “mito da democracia racial” (FERNANDES, 2008a, p. 304 e ss.), forjado por Gilberto Freyre, só serve para escamotear a discriminação de negros e mulatos, que não era imputação de uma economia obsoleta, nem estava em contradição com a cultura, como afirmou o pensador pernambucano.

A marcha capitalista no Brasil, para Florestan, em vez de abrir caminho para a confraternização das raças e o aperfeiçoamento das classes, como preconizou Gilberto Freyre, acabou refreada pelo preconceito racial arraigado e enrustido da sociedade brasileira. A discriminação racial, revogada apenas formalmente, teria sobrevivido à transição republicana e continuava como determinante da estrutura de classes.

Na esteira da teoria da democracia racial, a revolução abolicionista formalizara a revogação do preconceito de raça como princípio organizador da ordem econômica.

Na teoria de classes de Florestan Fernandes, todavia, a raça dominante não lideraria esse movimento *sponte propria*, como de fato fez, para promover a cassação de seus próprios privilégios.

De um lado, a revolução abolicionista, apesar de seu sentido e conteúdo humanitários, fermentou, amadureceu e eclodiu como um processo histórico de condenação do antigo regime em termos de interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da “raça dominante”. (FERNANDES, *op. cit.*, p. 30).

É interessante que a interpretação de Freyre, nessa polêmica, é marxista, e a de Florestal, culturalista, o inverso do que se poderia esperar das filiações ideológicas de um e de outro. Ao passo que o pernambucano vê a economia racional retificando distorções remanescentes de uma economia patriarcal, o paulista foca na resiliência da cultura.

Os dois pensadores, a nosso ver, não estão totalmente certos nem errados em suas análises. Cada um enfoca, com bastante propriedade, uma dimensão da contraditória realidade brasileira.

Se é verdade que a introdução do capitalismo no Brasil não se seguiu do processo de generalização ubíqua de uma ordem de *status* democrática, como Gilberto Freyre nos induz a pensar, também não procede a conclusão de Florestan de que esse processo revolucionário de democratização não estava em curso.

Ao abolir a escravatura em 1888 a fim de se conciliar com o rumo da história, o Império removeu o último pilar de fundamento e perdeu, definitivamente, a razão de ser.

Não há uma classe, um grupo de homens diretamente interessados na manutenção do sistema monárquico. E mostrei que a classe mais poderosa e aristocrática do Império, a lavoura, à qual por índole incumbia sustentar as instituições imperiais, agredira descomunalmente o Imperador e a exorbitância de seus poderes, porque o presumia impulsor do movimento abolicionista. Portanto, concluí, fazia-se mister ir preparando o espírito público para uma nova forma de governo, papel pertencente, no meu entender, aos liberais, que deviam ter a nobre isenção de proclamá-lo, sem rebuço (FIGUEIREDO, 1998, p. 130).

O regime republicano que substituiu o Império sobrepôs à ordem de *status* imperial – caracterizada por hierarquias nobiliárquicas e, sobretudo, pelo antagonismo

entre senhores e escravos – uma ordem de *status* compatível com nova ordem econômica.

A partir de então, o antagonismo que determinava a estrutura de classes configurava-se entre trabalhadores e patrões, como convém ao capitalismo. O regime de contenção do conflito de classes que começou a se erigir nessa época, diferentemente do que ocorria nos casos de modernização típicos, não era uma reação à emergência de uma classe sistematicamente oprimida, mas uma *prevenção* a essa emergência.

A classe latifundiária no Brasil, dominante desde a época dos engenhos de açúcar, e que se incorporava ao mercado de forma recalcitrante, partiu da observação do que ocorrera nas sociedades de capitalismo mais avançado para se antecipar ao conflito de classes e sufocá-lo em seu nascedouro.

O regime de contenção que foi montado é liberal, porque se orientou pela premissa de que a ordem econômica deveria subsumir a ordem de *status*. Não se admitia que a política pudesse se contrapor às medidas de *status* que emanavam do modo de produção.

Ao mesmo tempo, era autoritário porque elevou o Estado, controlado pelos latifundiários, a árbitro soberano do conflito de classes. Conseqüentemente, a violência institucionalizou-se como principal mecanismo de regulação do antagonismo entre capital e trabalho.

A Constituição de 1891, que institucionalizou juridicamente a República, recepcionava, formalmente, o regime de contenção democrática. As novas instituições, embora mais afinadas com as dinâmicas contemporâneas do capitalismo, foram tenazmente resistidas na realidade prática:

(...) De todas as formas de evasão da realidade, a crença mágica no poder das ideias pareceu-nos mais dignificante em nossa difícil adolescência política e social. Trouxemos de terras estranhas um sistema complexo e sem cogitar das mudanças que tais condições imporiam. Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. (...) A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido” (HOLANDA, 1995, p.160).

Para Oliveira Vianna, a constituição republicana não passava de um “formidável barracão federativo, feito de improviso e a martelo, com sarrafos de filosofia positiva e vigamentos de pinho americano” (VIANNA, 1929, p. 58), em completo descompasso com a realidade.

Na opinião de Florestan Fernandes, a modernização,

(...) aos poucos iria adquirir o significado e as proporções de um amplo processo de transplantação de gente, de técnicas ou instituições sociais e de ideais de vida da Europa para o meio brasileiro (FERNANDES, 2008c, pp. 25-26).

Na proclamação da República, buscava-se um regime de governo mais propício aos interesses da elite brasileira, renovada, sobretudo, pelo declínio da indústria açucareira e emergência da economia do café.

A reforma republicana não veio por impulso de forças sociais que ameaçassem a ordem capitalista como um todo, como ocorrera na França. Consistiu em um mero rodízio parcial de elites, ou redistribuição de poder entre as elites já constituídas, sem qualquer risco de desestabilização do regime de propriedade.

Adotava-se a modernização liberal-democrática “para inglês ver”, com instituições e práticas que emulavam esse paradigma, sem, contudo, incorrer em seus custos, principalmente a inclusão social.

O regime de contenção liberal-autoritário, implantado efetivamente no Brasil republicano, projetava uma democracia sem cidadania, haja vista sua pretensão de abortar o nascente conflito de classes.

O movimento que substituiu o Império pela República se ajusta mais à via de modernização que Barrington Moore chama de “revolução pelo alto” ou autoritária que à via de modernização democrática.

Nos países que adotaram a via autoritária de modernização, a burguesia industrial ou comercial ligada à indústria exerce um papel marginal na transição revolucionária. No caso do Brasil, em que essa classe só emerge depois da Proclamação da República, nem isso.

A contenção liberal-autoritária, embora seja variante da contenção autoritária, não implica um projeto de superação da base econômica rural por meio da industrialização.

O lema *ordem e progresso*, inscrito na bandeira adotada pelo regime republicano, expressa o compromisso com o ideal autoritário, que atribuía ao Estado a função de organizar a sociedade para liberar seu potencial de desenvolvimento.

A constituição republicana ampliou o sufrágio, especialmente para incluir os egressos da escravidão, mas manteve alijados os mendigos (art. 70, § 1º, 1º), os analfabetos (art. 70, § 1º, 1º) e parte dos praças (art. 70, § 1º, 3º) e dos religiosos (art. 70, § 1º, 4º).

Grande parte da massa dos brasileiros, ex-escravos ou não, era analfabeta: 82,6% da população com 5 anos ou mais (RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1890, [18]; FERRARO, 2002, p. 182). Mesmo assim, o processo de modernização republicana não priorizou a educação a fim de criar as condições de funcionamento de uma autêntica esfera pública.

Como assinala Wanderley Guilherme dos Santos, as elites nacionais, apesar das normas constitucionais sinalizarem o contrário, recusaram a teoria democrática de John Stuart Mill, que separa o poder econômico do poder político por meio da universalização do sufrágio (SANTOS, 1978, p. 88).

Sem o voto censitário, com o nivelamento dos indivíduos pelo artifício da cidadania universal, as estruturas de classe passariam a ser, em tese, irrelevantes para a configuração da política. Na prática, porém, as mudanças institucionais não produziram esse efeito.

Resumindo as várias fases da defraudação do voto na vigência da Constituição de 1891, assim se exprimiu Assis Brasil, em discurso proferido na segunda Constituinte republicana: “No regime que botamos abaixo com a revolução [de 1930], ninguém tinha a certeza de se fazer qualificar, como a de votar... Votando, ninguém tinha a certeza de que lhe fosse contado o voto... Uma vez contado o voto, ninguém tinha a segurança de que seu eleito havia de ser reconhecido através de uma apuração feita dentro desta Casa e por ordem, muitas vezes, superior.

“No Brasil – disse Levi Carneiro, discursando na mesma Assembleia, quando o Presidente da República queria fazer cancelar diplomas de Deputados e Senadores eleitos, os que os rodeavam diziam: V. Exa. pode fazer mais do que isso. E os *anais* registram: *palmas, apoiados* (LEAL, 2012a, pp. 6-7).

A artificialização das instituições disfarçava o verdadeiro caráter do nosso regime de contenção. As classes dominantes adotaram a já defasada democracia liberal-democrática, mas ao mesmo tempo impediram a consolidação de sua base empírica.

Os avanços previstos na Constituição não se concretizaram, primeiramente, porque lhes faltava a força motriz: uma classe trabalhadora capaz de forçar as suas contrapartes ao compromisso, como nas sociedades capitalistas típicas.

Incultas na sua quase totalidade e também, na sua quase totalidade, dispersas na barbaria das matas e sertões, as nossas massas populares, mesmo as que habitavam os núcleos urbanos, nada valiam então – como ainda nada valem hoje – como centros de idealidade política. Formas de governo, instituições constitucionais, Monarquia, República, Democracia, tudo isto representava abstrações, que transcendiam de muito o alcance da sua mentalidade rudimentar. Se tivessem de crer em alguma instituição, esta seria a Monarquia, ou antes, o Monarca, o Imperador, entidade feita de carne e osso, que eles sabiam estar vivo e presente na Corte – mandando; e não na República, uma palavra apenas, coisa vaga, abstrata, estranha, inacessível à sua limitada compreensão. Não conheciam, por outro lado, tradições de *self government* local para que alcançassem o valor da democracia, e sempre viveram sob regimes autocráticos, sempre foram governados por autocratas – desde o mandão local ao governador provincial. Era natural, pois, que as formas democráticas e as formas republicanas de governo estivessem fora da sua idealidade e do seu entusiasmo (OLIVEIRA VIANNA, 2004, p. 93).

No começo do Século XX, a classe operária brasileira, formada em grande medida por pessoas excluídas da ordem política e subjugada na ordem econômica, não passava de esboço, mesmo na capital do país.

Embora no início da República já existisse na cidade do Rio de Janeiro (...) um contingente número de trabalhadores capazes de

compor um futuro eleitorado, este contingente não era tão substancial em face do tamanho da população, nem oferecia facilidades de mobilização (GOMES, 2005, p. 36).

O Brasil não conhecia a luta de classes típica, a energia produzida no bojo do processo de industrialização e que impulsionara o avanço nas nações que adotavam o modelo social-democrático. Isso denota e explica, em boa medida, o artificialismo das novas instituições republicanas.

Há, certamente, e houve *injustiças sociais*, injustiça na repartição das riquezas existente ou produzidas; mas não *lutas de classes*, a não ser que consideremos como tais a fuga de escravos africanos para os quilombos e cujas expressões históricas mais dramáticas e mais significativas são a *guerra dos Palmares* e as chacinas de Bueno de Prado no Rio das Mortes. Este fenômeno, porém, teria uma classificação mais racional se o considerássemos antes como *conflitos de culturas* do que como conflitos de trabalho, ou como uma questão social – do tipo das lutas de classe do velho mundo (OLIVEIRA VIANNA, 1987, pp. 99-100).

O avanço institucional programado na nova constituição, sem mecanismos de empoderamento da classe operária, pode ser virtualmente anulado pela corrupção generalizada das eleições ao longo da Velha República. Apesar das normas, persistiam a concentração de poder político, a estagnação da economia e a exclusão social:

Como é previsível, nesta sociedade basicamente rural, os grandes latifundiários dominavam o sistema político e mantinham em um mínimo a mobilidade social. Os principais Estados, cujos políticos controlavam o governo nacional, desfrutavam de considerável autonomia interna. Mesmo assim, o controle do governo federal era importante no empenho de proteger e desenvolver a economia rural. Entre as vantagens obtidas se incluíam a estabilização dos preços do café, através da compra dos excedentes pelo governo; proteção aos interesses da pecuária; e canalizações vantajosas da poupança social, como para redes de transporte (ERICKSON, 1979, p. 31).

O sistema político conservador, com hegemonia de elites agrárias paulistas e mineiras, tutelava, dessa forma, uma ordem econômica exclusiva, orientada à agroexportação e refratária à indústria.

[...] no período anterior à Primeira Guerra Mundial praticamente nenhuma assistência direta foi concedida pelo governo à indústria de transformação, com exceção da indústria do açúcar e, é claro, das ocasionais isenções de direitos sobre maquinaria importada e outras formas indiretas de apoio do governo, como por exemplo, o desenvolvimento do sistema de transportes, da infraestrutura, etc. A partir da Primeira Guerra, o Estado começou a estimular deliberadamente o desenvolvimento de algumas indústrias específicas, mas não o desenvolvimento industrial de modo geral. No entanto, os incentivos e subsídios concedidos não eram sistemáticos e nem sempre eficazes. (SUZIGAN, 2000, p. 47).

Mesmo sufocada pelo ambiente adverso, a indústria se expandia vigorosamente. Em 1907, havia apenas 3.258 empresas do setor no país. Esse número saltou para 9.475 em 1912 e para 13.336 em 1920<sup>115</sup>. No mesmo período, o contingente de trabalhadores industriais passou de 151.841 para 275.512<sup>116</sup>.

É notável, até o final da segunda década do Século XX, a ausência de legislação que assegurasse condições mínimas ao proletariado. O Estado respondia à luta operária com violência.

Na ausência de uma cidadania institucionalizada para moderar a relação capital e trabalho, prevalecia o casuísmo determinado pelo mercado e, quando a opressão resultava em revolta, a repressão policial assegurava o restabelecimento da ordem. É assim que operava o regime de contenção liberal-autoritário.

Os primeiros impulsos de um genuíno conflito de classes podem ser rastreados até as greves do início da segunda década do século passado, basicamente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

---

<sup>115</sup> Inquéritos Industriais, 1907,1912 e Censo 1920. Tabela extraída de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

<sup>116</sup> Inquéritos Industriais, 1907,1912 e Censo 1920. Tabela extraída de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

A estratégia da burguesia industrial nesses conflitos consistia em enfraquecer as organizações operárias e recorrer ao Estado para reprimir as greves por meio da força (ERICKSON, 1979, p. 32).

Werneck Vianna acrescenta a simbiose entre a burguesia e as oligarquias ruralistas para manter e ampliar suas posições de poder em detrimento das classes subalternas:

Não se trata de negar a contradição entre indústria e os agrários, mas de demonstrar que, em termos de concepção de ordem do Estado, tal contradição não se realizava antagonisticamente. (...) Por maior que seja a incredulidade, é forçoso admitir que a facção industrial se aproveitou da ordem mantida pelos agrários (...) (WERNECK VIANNA, 1989, p. 73).

A primeira regulamentação sindical no Brasil veio com o Decreto nº 979, de 6 de janeiro de 1903, no Governo Rodrigues Alves. Aplicava-se, contudo, apenas “aos profissionais da agricultura e indústrias rurais de qualquer gênero” (art. 1º). O direito de sindicalização dos demais trabalhadores só foi assegurado pelo Decreto nº 1637, de 5 de janeiro de 1907.

O artigo 8º desse decreto, de feições liberais, já antecipava a diretriz corporativa e autoritária que se perpetuaria no sistema sindical brasileiro:

Os sindicatos que se constituírem com o espírito de harmonia entre patrões e operários, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergências e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes legais da classe integral dos homens do trabalho e, como tais, poderão ser consultados em todos os assuntos da profissão.

O sindicalismo de base doutrinária anarquista, de forte resistência ao capital, prevalecia nessa época. Os anarquistas predominavam nos grandes eventos dos trabalhadores do período, como o II Congresso Operário Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em 1913 (GOMES, 2005).

De 1915 em diante, os anarquistas intensificam suas ações e enfrentamentos com a polícia e com os empregadores. O ano de 1917, o “ano vermelho”, foi marcado por várias manifestações dos trabalhadores, inclusive uma greve de grandes proporções que se espalhou pelo estado de São Paulo.

Os anarquistas defendiam naquela época uma mobilização em torno de uma pauta que incluía a jornada de oito horas de trabalho, a abolição do trabalho infantil, a proteção do trabalho da mulher, melhores condições de higiene, responsabilização do patronato pelos acidentes de trabalho – direitos de vanguarda, que também estavam na ordem do dia na Itália, na França, na Alemanha, na Inglaterra e em outros países mais industrializados.

A luta de classes começava a ganhar contornos. O *establishment*, contudo, procurava enfrentá-la com armas obsoletas, como percebeu, Roberto Simonsen, um dos maiores empresários do período:

O maior problema que têm diante de si os engenheiros e administradores da época atual é incontestavelmente a utilização econômica do trabalho... Os industriais de hoje têm de abandonar os moldes antigos, para considerar como uma força nova, existente de fato, o descontentamento do operário; e proporcionar, com desassombro, a justa remuneração do trabalho, se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, pelas vias econômicas (*apud* WEINSTEIN, Barbara, 1999, p. 36).

Angela Castro Gomes afirma que o movimento operário da cidade do Rio de Janeiro atinge seu “ponto de inflexão” em 1918, quando os anarquistas tentam uma revolta, que foi sufocada, e passam a sofrer implacável perseguição policial. Muitas de suas lideranças são presas, deportadas ou assassinadas.

Em 1919 e 1920 o movimento ganha mais visibilidade, mas a partir daí será ainda mais combatido até ser quase que completamente disperso:

Otávio Brandão registra perplexo: no 1º de maio de 1919 havia milhares de trabalhadores na rua. Foi a maior demonstração já

ocorrida na cidade, com passeata, discursos, faixas e tudo mais. No 1º de maio de 1921 não houve nada” (GOMES, 2005, p. 125).

O Partido Comunista do Brasil, fundado em março de 1922, procurou infiltrar-se no movimento sindical e orientá-lo à agenda de modernização socialista-revolucionária.

Quando a influência anarquista, a partir da década de 1920, começou a decrescer, e o Partido Comunista passou a influenciar os setores militantes do proletariado, federações rivais passaram a competir pelo controle do movimento operário, acentuando sua divisão e fraqueza (RODRIGUES, 1966, p. 156).

Sob o estado de sítio, decretado pelo Presidente Epitácio Pessoa para reprimir a revolta tenentista dos 18 do Forte de Copacabana, 5 de julho de 1922, radicalizou-se a repressão à classe operária. O Partido Comunista foi colocado na ilegalidade, e a classe operária duramente combatida, é desmobilizada (GOMES, *op. cit.*, p. 144).

O estado de exceção prorrogou-se por todo o Governo Arthur Bernardes (1922-1926), caracterizado por uma perseguição brutal às lideranças sindicais em meio a permanente estado de sítio.

A política de repressão ao dispositivo sindical pela violência crua patenteava a obsolescência da República Velha diante do novo quadro social que se consolidava no País.

Elemento fundamental desse novo quadro, a classe média, formada especialmente por oficiais militares, servidores públicos, profissionais liberais e outros atores intersticiais ao conflito capital-trabalho, fortalecia-se e exigia mais participação no sistema político.

E não era apenas o novo Brasil que se levantava contra o regime. A insatisfação de atores federativos, que lutavam para diminuir as desigualdades regionais e a hegemonia política de Minas e São Paulo, não parava de crescer.

A lógica de classificação e exclusão, como bem aponta Werneck Vianna (*op. cit.*, p. 102), permeava não apenas o tecido social, mas também a própria estrutura federativa do Estado:

(...) os Estados de primeira classe, acreditados para a reivindicação da presidência da República, eram apenas dois: São Paulo e Minas Gerais. Os de segunda classe, que podiam candidatar-se à vice-presidência, eram a Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro. Os outros formavam a terceira classe, os bagageiros da Federação, que por acaso recebiam a oportunidade de indicar um tertius, que nunca vinha pela força do Estado, mas pelas amizades e prestígio político dos homens que merecessem tão grande distinção (WERNECK VIANNA, *op. cit.*, p. 102).

Às reivindicações cada vez mais gerais por reformas do Estado, o governo respondia com descaso ou violência, de forma que se instaurou um conflito difuso entre os defensores e detratores da República Velha.

Os anos 20 se encerram sob o impacto de uma crise que se reveste de pelo menos três grandes dimensões: econômica, marcada pela lenta e gradual decadência dos negócios da agro-exportação do café, que a crise cíclica do capitalismo em 29 acelerará; política, pelo acirramento das dissidências intra-oligárquicas e pelo levantamento de armas da juventude militar contra o sistema da ordem prevalescente; social, com o início da organização político-ideológica das classes subalternas, especialmente do proletariado – a constituição do Bloco Operário e Camponês indica a profundidade do fenômeno (...) (WERNECK VIANNA, *op. cit.*, p. 87).

O regime de contenção liberal-autoritário simplesmente não incluía mecanismos para amortecer a luta de classes na dimensão da ordem de *status*. Pelo contrário: projetava uma ordem de *status* ainda de base aristocrática, que, no contexto de expansão capitalista, incitava o conflito de classes.

Urgia sofisticar o regime de contenção já ultrapassado na Europa, que estava articulado com uma ordem econômica liberal e uma ordem de *status* aristocrática.

Havia duas opções menos drásticas. A primeira preservava mais a ordem econômica; e a segunda, mais a ordem de *status*. O regime de contenção liberal-autoritário poderia migrar para o social-democrático, com a revogação dos resquícios aristocráticos na sua ordem de *status* e socialização relativa da ordem econômica. Ou migrar para o corporativista-autoritário, com a substituição do princípio liberal pelo

corporativista na ordem econômica, sem necessidade de democratização da ordem de *status*.

A República Velha, completamente incompatível com ambas as soluções, mostrou-se incapaz até mesmo de manter o compromisso entre suas elites regionais dominantes.

A oligarquia paulista que controlava a Presidência da República negou-se a observar o já tradicional rodízio com os mineiros por ocasião da sucessão de Washington Luís. Em retaliação, os mineiros aliaram-se às novas forças sociais comprimidas sob a Primeira República para derrubá-la.

A estratégia de contenção da classe trabalhadora por meio da violência, urdida no regime imperial e escravocrata, seguia a lógica de aproveitamento das arcaicas estruturas de controle da ordem agrária pela burguesia industrial emergente.

Esse modelo de modernização autoritária, customizado originalmente para neutralizar os conflitos entre capital e trabalho de base rural, entretanto, obsoletou-se ao longo dos anos 20, à medida que o país se urbanizava.

A Revolução de 30 derrubou a República Velha, mas preservou o ideal de modernização “sob a liderança de um despotismo iluminado”, (SANTOS, *op. cit.*, p. 89). A diferença é que a prioridade, antes atribuída à agroexportação, passou a recair no processo de industrialização. Além disso, a violência crua foi substituída pelo clientelismo como principal estratégia de administração da classe operária.

O movimento que chegou ao poder com a Revolução de 30 inaugurou um programa modernização nacional que prometia compensar o atraso provocado pela ordem anterior.

Na presidência, Getúlio Vargas adota formalmente o modelo de modernização social-democrática, que tinha sustentação da maior parte das elites nacionais, mas, aos poucos, prepara a migração para a via autoritária, que já havia sido experimentada na Itália e na Alemanha e que correspondia mais adequadamente às suas convicções e ambições.

O regime de contenção liberal-autoritário continuou a preponderar nos primeiros anos da Era Vargas, pelo menos até 1936, enquanto eram preparadas as instituições do regime substituto.

## 24. Regime de contenção desenvolvimentista-autoritário

A estratégia-chave do regime de governo que se instalou em 1937, com o advento do autoproclamado Estado Novo, era suprimir a luta de classes, conforme diretrizes do paradigma corporativista-autoritário.

Essa transformação é o marco do fim da transição do regime de contenção liberal-autoritário ao regime de contenção desenvolvimentista-autoritário iniciado em 1930.

Diante do dilema de sacrificar a ordem de *status* autoritária e salvaguardar o máximo possível da ordem econômica liberal para ajustar-se ao paradigma da modernização social-democrática, ou o inverso, para ajustar-se ao paradigma corporativista-autoritário, optou-se pela segunda alternativa.

O Estado Novo, por meio de regulamentação corporativa do trabalho assalariado, coroada pela Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, configurava um tipo de cidadania restrita (SANTOS, 1998) para, simultaneamente, fomentar a acumulação industrial (OLIVEIRA, p. 35 e ss.) e absorver o conflito de classes.

(...) é patente que a sociedade brasileira permitiu apenas parcialmente a participação do proletariado na vida política da nação; a aceitação do conflito e a sua institucionalização como um dos elementos de funcionamento da sociedade democrática se fez de forma extremamente limitada (RODRIGUES, *op. cit.*, p. 38).

Investia-se em um tipo de modernização sem democracia, ou com uma concepção paternalista de democracia, deduzida da doutrina autoritária dos formuladores do novo regime de governo, como Azevedo Amaral:

(...) o Estado autoritário pode harmonizar-se perfeitamente com o estilo essencial do regime democrático. E podemos ir mais longe afirmando que somente uma forma de governo autoritário é capaz de permitir o desenvolvimento normal da democracia e das suas instituições, de modo a torná-las adequadas às soluções dos problemas cada vez mais complexos que surgem em todos os setores da vida das nações contemporâneas (AZEVEDO AMARAL, p. 106).

No primeiro Governo Vargas o conflito de classes continuou a ser administrado com ferramentas da política, contudo, mais sofisticadas. Em vez da violência crua, o Estado erigia a cidadania regulada:

(...) a cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional (...) definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade (SANTOS, 1994, p. 68).

Os direitos articulados na cidadania regulada eram apresentados como concessões do governo, conforme preconizado pelo paradigma de modernização corporativista-autoritário, e não como conquistas dos trabalhadores na luta classes, consoante o modelo de modernização social-democrática. A violência passava de recurso de contenção imediato a subsidiário.

A cidadania regulada pressupõe, como indica Wanderley Guilherme dos Santos, a naturalização das hierarquias reproduzidas sistematicamente na ordem econômica corporativa.

O bom cidadão, em decorrência, seria aquele que cumpre pacificamente o seu papel dentro do sistema produtivo, protegido pelo governo, e não aquele que se engaja com seus pares na luta contra o capital para fazer valer e expandir seus direitos.

Aliás, esse perfil de cidadania, de acordo com um dos principais formuladores do modelo getulista, é o único que estaria em consonância com a alma brasileira:

Em nosso povo, os conflitos do trabalho nunca, realmente, tiveram – não só nas cidades, como nos campos – formas violentas de manifestação – como teria ocorrido, e ainda ocorre, na Europa. Nem

há motivos, aqui, nas relações de trabalho de patrão com empregados, para antagonismos flagrantes, para conflitos de força.

Várias causas contribuem para este fato, umas vindas da formação histórica do próprio povo, outras de sua *estruturação étnica e racial*; outras das condições tropicais do *habitat* que lhe coube na partilha da América; outras das condições de sua própria organização econômica (OLIVEIRA VIANNA, 1987, p. 100).

Na modernização social-democrática, a cidadania recebe poderes políticos para influir na ordem econômica e, por consequência, na estrutura de classes. Na modernização autoritária, entretanto, a ordem econômica é regulada de forma autocrática pelo governo, de forma que esse paradigma pressupõe uma cisão absoluta entre cidadania e estrutura de classes.

O Estado conforme o paradigma social-democrático é, acima de tudo, ato de vontade da cidadania, a qual regula a ordem econômica, ainda que também seja contingenciada por ela.

Por outro lado, o Estado que se deduz do paradigma socialista-autoritário se apresenta produto da razão, autorregulado, dotado da capacidade de conformar *tecnicamente* a cidadania, a ordem econômica e a estrutura de classes.

Uma das batalhas mais interessantes entre patrões e empregados, mediadas pelo governo Vargas, sob o paradigma corporativista-autoritário, que ilustra bem seu *modus operandi*, desenvolveu-se em torno da aprovação e da regulamentação do salário mínimo, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 30.

Karl Lowenstein aponta que os empregadores obstruíram o mais que puderam a definição desse piso nas comissões encarregadas desse mister, receosos de perder uma fatia da margem de lucro. A solução final, o salário mínimo, grosso modo equivalente ao custo de vida dos trabalhadores levantado estatisticamente, só foi aprovada em razão da pressão do governo (LOWENSTEIN, 1942, p. 346).

Por outro lado, Francisco Oliveira contabiliza a favor do patronato industrial o saldo da legislação:

Como no caso da industrialização brasileira pós-anos 30, os incrementos no contingente obreiro são muitas vezes maiores que o stock operário anterior, a legislação alcançava seu objetivo – não

declarado, é verdade, mas isso corresponde à verbalização ideológica das classes dominantes – de propiciar a formação de um enorme “exército de reserva” propício à acumulação. Além disso, pode-se aduzir, em favor da tese, um argumento que é da lógica do sistema: se fosse verdade que os níveis do salário mínimo estivessem “por cima” de níveis de pura barganha num “mercado livre”, o que aumentaria demasiadamente a parte da remuneração do trabalho na distribuição funcional da renda, o sistema entraria em crise por impossibilidade de acumular; o que se viu a partir da implantação da legislação trabalhista foi exatamente o contrário: é a partir daí que um tremendo impulso é transmitido à acumulação, caracterizando toda uma nova etapa de crescimento da economia brasileira” (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 39).

Desorganizados e divididos como estavam, provavelmente os trabalhadores não conseguiriam impor aos patrões, sem ajuda do governo, um salário mínimo acima do que foi estabelecido no início dos anos 40.

O protagonismo do governo e o asfixiamento do conflito operariado-burguesia, pressupostos no modelo getulista, dificultariam o aperfeiçoamento da classe operária e do antagonismo de classes necessários à modernização social-democrática.

Para Francisco de Oliveira,

(...) nas transformações que ocorrem desde os anos 30, a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo de luta de classes interna que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial (OLIVEIRA, 2003, p. 74).

O modelo de modernização social-democrática preconiza o Estado permeável ao conflito de classes, que se desenvolve, no plano da realidade empírica, por meio de sindicatos livres, e no plano político-institucional, por meio dos mecanismos da representação democrática.

A cidadania democrática simultaneamente regula e é regulada pelo conflito de classes. Ao passo que no modelo getulista o conflito de classes é coibido por meio do encobrimento, no modelo democrático é atenuado por meio da representação.

Vargas procurava cassar as justificativas ao movimento sindical por meio da concessão, *a priori*, de uma cidadania operária limitada, assegurada por direitos básicos

frente ao patronato. A resistência destes era vencida pelo discurso da ameaça comunista a exigir o controle do proletariado e pela fiscalização rigorosa.

O Estado, até então ausente na maior parte do país, passa a se espraizar mediante a imposição de uma legislação trabalhista, que garantia um padrão de dignidade ao operariado. O trabalhador, até então submetido ao domínio quase absoluto do patrão, passa a ver no poder público sua esperança de emancipação.

Mesmo nas grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, a situação dos trabalhadores era tenebrosa. Gastavam-se entre três e cinco horas em ônibus, trens e bondes superlotados no trajeto casa-trabalho-casa.

A alimentação e o saneamento eram precários, e as epidemias, uma constante (LOWENSTEIN, 1942, p. 345-348). O padrão de vida da população em geral era incompatível com a modernidade e com as pretensões do País de ascender à condição de potência.

A precariedade das condições de vida das classes que viviam do trabalho nos centros urbanos brasileiros chamou a atenção de muitos contemporâneos, nacionais ou estrangeiros. Salários de fome e empregos instáveis faziam com que a vida transcorresse num fio tênue, sendo perdida com facilidade. Em 1900 a mortalidade infantil (crianças de 0 a um ano) no Sudeste do país provavelmente superava a assustadora cifra de 215 crianças por mil, e em 1930 ainda era de 153 óbitos por mil. (...) A esperança de vida ao nascer das mulheres no país como um todo era de 34,6 anos em 1910 e de 37,3 anos em 1930. Para os homens, as taxas eram de 33,4 e 35,7, respectivamente (CARDOSO, 2010, pp. 160-161).

A modernização autoritária getulista foi favorecida pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Além de ter algum efeito suspensivo *vis-à-vis* à luta de classes, porque a conflagração atraía as atenções, criou oportunidades para a indústria nacional.

Como a importação de manufaturas produzidas na Europa ficou prejudicada pelo conflito, a burguesia industrial brasileira encontrou ocasião para suprir o mercado interno.

(...) a crise cambial encarece os bens até então importados e, no limite, a não disponibilidade de divisas e a Segunda Guerra Mundial

impedem, até do ponto de vista físico, o acesso a bens importados; isso dá lugar a uma demanda contida ou insatisfeita, que será o horizonte de mercado estável e seguro para os empresários industriais que, sem ameaça de competição, podem produzir e vender produtos de qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados. Posteriormente, a adoção de uma clara política alfandegária protecionista ampliará as margens de preferência para os produtos de fabricação interna (...) (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 48).

Entretanto, Getúlio aproveitou o interesse dos norte-americanos durante a Segunda Guerra em reservas minerais estratégicas de Minas Gerais e na instalação de bases militares na Região Nordeste, para negociar em 1941, como compensação, a transferência de equipamentos militares e a concessão de financiamento e de assistência técnica para construir a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), fundamental para deslançar a indústria de base no país.

No triênio que antecedeu a instauração do Estado Novo, em 1937, o Brasil já experimentara forte aceleração industrial. Contudo nesse novo regime, o país passou a contar com um projeto de modernização industrial bem mais arrojado.

Se é verdade que o impetuoso crescimento industrial, entre 1933 e 1937, não foi fruto de medidas que conscientemente visasse esse fim, o mesmo não pode ser dito do período que ora nos ocupa [1937-1945]. Mesmo porque “o problema da indústria” é agora posto de outra maneira: é o problema da industrialização e não apenas do crescimento industrial. É o problema da constituição da indústria básica e não apenas do estímulo à indústria de bens-salário – e do embrião de bens de produção – preexistentes (ALMEIDA, 1978, p. 94).

Além disso, o governo americano enviou ao Brasil a Missão Cooke, para traçar estratégias de desenvolvimentos adequadas às condições do país. O colegiado sugeriu que se priorizasse a industrialização no sul e sudeste do Brasil, regiões que reuniriam melhores condições para o desenvolvimento.

Também recomendou a implementação de uma política industrial orientada por princípios liberais. O governo deveria confiar a industrialização à iniciativa privada e restringir-se ao planejamento do setor (BAER, 1983).

A aproximação com os Estados Unidos forçou o Brasil a entrar na guerra do lado da coalizão aliada, dominada por países orientados pelo modelo de modernização social-democrático e pela União Soviética, estruturada no modelo socialista revolucionário.

Do lado oposto, figuravam países com quem Getúlio tinha mais afinidade ideológica, Alemanha, Itália e Espanha, que se orientavam, como ele, pelo modelo de modernização autoritária.

A derrota dos nazistas e seus aliados implicou extremo desgaste do modelo corporativista-autoritário, que deixou de ser uma alternativa viável no curto prazo. O novo contexto pressionava o Brasil e os demais países que adotavam essa via a optar entre a via revolucionária socialista e a via democrática.

Getúlio continuava convencido de que o desenvolvimento nacional exigia um Estado mais forte do que o preconizado pelo modelo social-democrático, que, contudo, ganhava corpo no Brasil. Para isso contribuía, decisivamente, a progressiva assimilação da doutrina liberal anticomunista pelas Forças Armadas brasileiras, que estreitaram suas relações com o Pentágono no contexto da Segunda Guerra.

Ainda reforçava a via democrática a influência – sobretudo nas camadas médias – da Igreja Católica – completamente refratária ao comunismo, como também a maior parte dos intelectuais, decepcionados com o regime de exceção vigente.

O presidente havia preparado o terreno para sobreviver, politicamente, ao restabelecimento da democracia e à transição ao respectivo modelo de modernização. Alexandre Marcondes Filho assumiu em janeiro de 1942 o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de Vargas. Logo depois, inaugurou o programa de rádio “Falando aos Trabalhadores Brasileiros” que ocupava todas as quintas-feiras dez minutos da “Hora do Brasil” (GOMES, *op. cit.*, pp. 211 e ss).

Ajudava a redigir os textos lidos por Marcondes Filho a equipe do Ministério que estava elaborando a CLT: José Segadas Vianna, Luís Augusto do Rego Monteiro, Arnaldo Sussekind, Oscar Saraiva e Dorival Lacerda.

O programa buscava politizar os trabalhadores brasileiros e conquistar o apoio da classe operária a um futuro partido trabalhista vinculado ao presidente. Promovia Getúlio como responsável pela legislação social, que reforçara a cidadania do trabalhador urbano e rural.

Quando o grupo do presidente funda o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1945, já havia uma forte corrente de opinião formada no país para garanti-lo como uma das três agremiações mais poderosas nos anos subsequentes.

Getúlio havia trabalhado durante o Estado Novo para suprimir, ideológica e imperativamente, o conflito de classes. Agora, tinha que liberar o conflito de classes, captar o apoio do operariado e preservar o apoio de setores importantes das elites agrárias e urbanas para manter sua hegemonia na política nacional.

Contudo, as Forças Armadas, fortalecidas durante a guerra, que emergiam como guardiãs do modelo de modernização liberal, abortaram os planos políticos de Getúlio.

Aparentemente Getúlio Vargas tentava criar condições para seguir presidente após a redemocratização. Em 1945, foi apeado do poder, preventivamente, por um golpe militar.

A democracia foi restabelecida após as eleições presidenciais de 1945, vencidas por Eurico Gaspar Dutra, do PSD, partido montado basicamente com o espólio oligárquico da ditadura Vargas.

O novo presidente, ex-ministro da Guerra do Governo Vargas, tentou seguir as diretrizes da modernização social-democrática, mas, contraditoriamente, administrou, de forma autoritária, o conflito de classes, de forma parecida com o que acontecia nos anos 1920. O Partido Comunista foi colocado na ilegalidade, e os sindicatos mais combativos sofreram expurgos.

Dutra se esforçava para remover os lastros da modernização autoritária getulista, principalmente a ordem trabalhista corporativa e a cidadania regulada a ela correspondente.

As instituições nacionais e a cidadania estavam estruturadas em função de um estado forte e centralizador, o que parecia inviabilizar a sincronização do país com a modernização social-democrática.

Nessa época o trabalhismo, instituído por Vargas desde o início dos anos 30, e o desenvolvimentismo, que ele inaugurou no bojo do Estado Novo, a partir de 1937, já haviam se consolidado como os dois pilares em que se apoiaria a modernização brasileira nas próximas décadas, independente de guinadas no sistema político.

(...) O desenvolvimentismo was an ideology of production and trabalhismo the corresponding ideology of reproduction. Together, they defined the politics of production of Brazil's postwar state capitalism (...) (DINIUS, 2011, introdução, p. 7/32).<sup>117</sup>

A resiliência do regime de contenção desenvolvimentista-autoritário impedia tanto o retorno ao anterior regime de contenção liberal-autoritário, como também o avanço para o regime de contenção social-democrático.

Além de ter que recepcionar o regime de contenção de Vargas, que parecia irremediavelmente arraigado no Estado brasileiro, Dutra não conseguia anular o apoio que o ex-presidente conquistara junto às massas exatamente por ser artífice das leis sociais do trabalho e do desenvolvimentismo que se articulavam ao modelo de modernização desenvolvimentista-autoritário vigente desde 1937.

A relativa imobilidade da classe operária muito se devia ao fato de essa legislação ter sido outorgada, arbitrada, em vez de conquistada de forma explícita, em meio à luta contra o capital.

Além disso, refletia a delimitação legal dos sindicatos, como semi-autarquias estatais financiadas pelo Imposto Sindical e com o monopólio de representação das respectivas categorias em sua base territoriais.

Os atritos com a camada empresarial assumirão, antes, o aspecto de conflito industrial do que de luta de classes, se com essa expressão se entende um antagonismo que ultrapassa o plano da empresa e assume conotações político-ideológicas no plano da sociedade empresarial (RODRIGUES, *op. cit.*, p. 180).

No quadriênio a partir de 1947, os Estados Unidos promoviam a modernização social-democrática com o Plano Marshall, direcionado à Europa Ocidental, e por meio de programas de assistência técnica e financeira orientados, sobretudo, ao Japão e às antigas colônias africanas e asiáticas.

No Brasil, o conflito de classes começou a ser influenciado pela disputa que configurou a Guerra Fria, entre o bloco de países capitalistas que adotavam o paradigma

---

<sup>117</sup> “O desenvolvimentismo era uma ideologia da produção e o trabalhismo, a correspondente ideologia da reprodução. Juntas, elas definiam as políticas de produção do capitalismo de estado do Brasil do pós-guerra (tradução nossa).”

da modernização social-democrática, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco de países socialistas que adotaram a modernização socialista-revolucionária, liderado pela União Soviética.

A redução do grau de politização do proletariado foi um dos legados indelévels da Ditadura Vargas, porque pode ser explicada, em boa medida, pela estratégia de confinamento da cidadania operária aos estatutos trabalhistas e de delimitação do movimento operário à esfera sindical *stricto sensu*.

O PTB foi criado para, em coordenação com os sindicatos, representar a classe operária nos foros da política. Getúlio, que controlava a agremiação, poderia valer-se da imensa estrutura sindical, que ele mesmo criara, para se legitimar, pela via democrática, como principal liderança do país.

Vargas venceu as eleições de 1950 pela coligação PTB-PSP e assumiu a Presidência com as margens de manobra encurtadas. Por um lado, a conjuntura internacional de crise no contexto da guerra fria e a dependência econômica relativamente aos Estados Unidos impunham ao Brasil o modelo de modernização social-democrática. Por outro, seria temerário revogar a cidadania regulada, consagrada da modernização autoritária e que efetivamente favorecia a imobilização da classe operária. Essa contradição comprometia o desenvolvimento brasileiro.

Para aumentar ainda mais as dificuldades de Vargas, a estrutura de classes do país havia se diferenciado substancialmente desde 1945, de forma a exigir atualização do regime de contenção desenvolvimentista-autoritário.

Êstes três setores: os industriais, a classe operária urbana e a classe média urbana, cresceram significativamente, desde 1930. Havia três setores cujo peso relativo decrescera desde 1930, se bem que a sua influência estava longe de ser desprezível: os fazendeiros de café, os comerciantes de exportação e importação e os produtores nacionais de artigos alimentícios (SKIDMORE, 2003, p. 114).

Getúlio precisava governar com a classe operária, se quisesse impor sua agenda, mas a proximidade com os trabalhadores seria explorada por seus opositores, que o acusariam de flertar com o comunismo.

O bloco socialista alardeava ao redor do mundo que o paradigma revolucionário preconizava a emancipação do trabalho da opressão do capital, ao passo que o paradigma rival a reforçava.

Esse discurso encontrava ressonância entre os trabalhadores brasileiros, de forma que o conflito de classes, em parte, sincronizava-se com a Guerra Fria. Operários e camponeses aderiam à tese de que a emancipação só seria possível com a mudança do paradigma de modernização.

Por outro lado, setores da burguesia industrial e da classe média denunciavam os avanços do movimento e das conquistas dos trabalhadores como sinais de uma guinada ao socialismo, e não como expansão da cidadania.

O modelo soviético não parecia a Getúlio uma alternativa viável. Certamente, se pudesse optar, adotaria o modelo corporativista-autoritário, o único que, aparentemente, compatibilizava-se com suas convicções. Entretanto, não havia espaço para essa manobra.

O regime de contenção desenvolvimentista-autoritário teria se adaptar para lidar com uma ordem de *status* formalmente democrática e com uma ordem econômica com fortes tendências liberalizantes.

Vargas adotou uma política econômica eclética, que mal acomodava internamente princípios contraditórios do modelo social-democrático e do modelo corporativista-autoritário. O presidente tentava, por meio de “delicado equilíbrio entre ortodoxia e nacionalismo na política econômica” (SKIDMORE, 2003, p. 132), agregar apoio político de sua base nacionalista e, ao mesmo tempo, atrair investidores estrangeiros e prevenir a radicalização de seus opositores liberais.

Em busca da conciliação desses contrários sem sacrificar o modelo de modernização desenvolvimentista-autoritário, Vargas adota com reservas as diretrizes do relatório elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos ainda no governo liberal de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951).

O documento, que ficou conhecido como Relatório Abbink, “negligenciava grandemente a área da indústria manufatureira e se decidia a favor de medidas financeiras e fiscais ortodoxas” (SKIDMORE, 2003, p. 100), incompatíveis com a lógica desenvolvimentista.

As medidas propostas promoviam a incorporação do país ao processo de modernização promovido por Washington e abriam caminho para a liberação pelos americanos de recursos financeiros e tecnológicos a serem canalizados para iniciativas nacionalistas.

O programa desse novo Governo de Vargas era dividido em duas fases. A primeira, que coincidiria com o primeiro biênio, a fase Campos Salles, seria marcada pela busca da estabilidade econômica por meio de medidas contracionistas. Esperava-se que essa ortodoxia assegurasse a afluência de recursos estrangeiros que financiaram grandes projetos de infraestrutura, sobretudo nos setores de energia, portos e transportes, na fase Rodrigues Alves, que corresponderia ao restante do mandato (VIANNA, S.,1990, p. 124-125).

A modernização eclética que orientava o Governo Vargas atingiu o apogeu em outubro de 1953, quando foi aprovada a lei que criava o carro-chefe da propaganda nacionalista do presidente – a Petrobras – ao passo que eram adotadas taxas múltiplas de câmbio para facilitar a captação de investimentos estrangeiros (SKIDMORE, 2003, pp. 132-133).

Contrariando as expectativas de Getúlio, contudo, os principais fundamentos da economia – PIB, inflação, balanço de pagamentos – deterioravam-se rapidamente. O iminente colapso da política econômica eclética atiçava e reforçava a oposição.

Após a crise política que culminou com o suicídio de Vargas, o Brasil tentou assimilar, de forma mais decidida, o modelo de modernização social-democrática. Mesmo assim, o modelo desenvolvimentista-autoritário, já bem arraigado, continuou a predominar.

A predominância do caráter desenvolvimentista da ordem econômica brasileira inaugurada em 1937 e que atravessou as décadas seguintes é relativamente consensual. Contudo, a predominância do caráter autoritário da ordem de *status* do sistema social que estruturava o regime de contenção em todo esse período, a despeito do interregno “democrático” de 1946 a 1964, carece de fundamentação.

O principal indicador do caráter supostamente democrático da ordem de *status* nesse interregno é o poder real de veto das Forças Armadas ao sistema político formal, manifestado em 1954, na queda de Vargas, em 1955-1956, nas tentativas de

impedir a posse de Juscelino Kubitschek, e de 1961 a 1964, no maniatado Governo Goulart.

Outro forte indicador do caráter autoritário da ordem de *status* entre 1946-1964 é a manutenção do corporativismo varguista como princípio regulador do mercado de trabalho.

Por fim, merece menção o *déficit* de eficácia da ordem de *status* formalmente democrática, que se explica pelos altos índices de analfabetismo e pelo rescaldo da longa cultura autoritária gestada no Brasil nos períodos anteriores.

As eleições de 1955 levaram Juscelino Kubitschek, do PSD, à Presidência da República. A eleição do ex-ministro do Trabalho de Getúlio, João Goulart, do PTB, evidenciou a força e a resiliência do legado de Getúlio Vargas.

Na atmosfera otimista dos anos dourados do capitalismo, a Administração Juscelino Kubitschek (1956-1960) iniciou-se decididamente afinada a Washington e, por meio do Plano de Metas, prometia recuperar 50 anos de atraso.

O Plano de Metas de JK consistia na alavancagem da indústria de base e da indústria automobilística. A escassez de recursos para financiá-la levou o estado brasileiro a subordinar-se ao capital estrangeiro e conceder-lhe a exploração direta ou indireta de suas *commodities* e de sua força de trabalho.

A industrialização artificialmente acelerada, sem as bases financeiras necessárias, implicava mais dependência econômica perante o capitalismo internacional e mais constrangimentos ao curso da modernização.

O Programa de Metas procurava ascender o Brasil ao patamar de economia industrial quando o padrão de dominação articulado entre economias industriais, de um lado, e economias primárias, de outro, já estava em avançado processo de transição.

O capitalismo se internacionalizava, e as grandes plantas eram transferidas para países com mão de obra e recursos naturais abundantes. A vanguarda da exploração capitalista passava da burguesia industrial para a burguesia financeira. Progressivamente, a realização de lucro, dependia mais da posse do capital abstrato que da produção concreta de bens. Os capitalistas de ponta progressivamente financiavam em vez de administrar a produção industrial.

Os países do então chamado terceiro mundo, como o Brasil, que estavam atrasados no processo de modernização, seriam incorporados em situação de desvantagem, porque, além de não terem condições tecnológicas e econômicas de concorrer com os países desenvolvidos no âmbito da produção, ainda tinham que remeter parte dos lucros ao exterior na forma de juros para remunerar o capital financeiro de que precisavam, como afirmam os teóricos da dependência (MANTEGA, 1997).

A sobrecarga de exploração sobre o operariado desses países impediria que universalizassem, como nas típicas sociedades de modernização social-democrática, uma cidadania reforçada, que amortecesse a luta de classes e que, com isso, resguardasse o desenvolvimento capitalista. Conseqüentemente, o risco de instabilidade política aumentava, a deterioração do quadro institucional retroalimentava a precarização da economia, e se estabelecia uma espiral viciosa de crises.

Nos últimos dois anos do Governo Juscelino, o Brasil foi assolado por grave crise de superendividamento e inflação, o que acabou favorecendo o partido de oposição – a UDN – que chegou à Presidência com Jânio Quadros no início de 1961.

A UDN, partido de ideologia liberal, era alinhada às premissas da modernização social-democrática. Entretanto, a Política Externa Independente, inaugurada por Jânio Quadros logo no início de seu governo, correspondia às aspirações nacionalistas mais sintonizadas com a plataforma do PSD e do PTB.

Como Getúlio, Quadros preferia a modernização autoritária, e isso ficou claro quando exigiu do Congresso poderes especiais para impor sua agenda. Como não foi atendido, renunciou à Presidência.

A margem de ação, que já era estreita para Jânio, estreitou-se ainda mais para seu sucessor, João Goulart. Para contornar o veto que os militares lhe impuseram, Jango foi obrigado a aceitar o sistema parlamentarista.

A modernização do Governo Goulart refletia-se, grosso modo, nas chamadas reformas de base, um conjunto de propostas que incluíam a modernização dos sistemas eleitoral, tributário, fiscal e bancário, urbana, além de reformas agrária, administrativa e universitária. No campo econômico, preconizavam mais intervenção estatal e controle de capitais estrangeiros.

João Goulart parecia hesitar entre o modelo social-democrático, que orientava as ações concretas de seu governo, e o modelo socialista-revolucionário, que orientava suas promessas. No final de 1963 começou a dar sinais de que empurraria as reformas de base a despeito da resistência do Congresso Nacional, o que sinalizava um possível rompimento com a modernização social-democrática.

A constante crise política durante o Governo Jango ganhava os contornos de conflito de classes em torno do modelo de modernização. De um lado, intelectuais de esquerda, comunistas, varguistas e praças das Forças Armadas engrossavam as fileiras do proletariado e do campesinato que pressionavam Jango a impor as reformas de base a todo custo. Do outro, intelectuais conservadores, políticos liberais e oficiais das Forças Armadas reforçavam a posição da burguesia urbana e dos latifundiários e admitiam lançar mão de um golpe de estado para deter uma eventual radicalização do presidente.

João Goulart nomeou Celso Furtado ministro do Planejamento o que denota a posição refratária de seu governo em relação à modernização do tipo liberal. Como resposta, os Estados Unidos boicotaram o Plano Trienal de Furtado e passaram a oferecer financiamento e assistência diretamente aos governadores que se alinhavam com seu modelo.

O Brasil estava cada vez mais dividido. Para fortalecer-se como democracia capitalista, o país precisava modernizar suas instituições básicas, sobretudo o regime jurídico da propriedade, o sistema tributário, o sistema eleitoral e o sistema educacional.

O modelo liberal e o modelo revolucionário apontavam trajetórias diferentes para esse aperfeiçoamento, o primeiro preconizando o estado meramente regulador, o segundo, o estado dirigente. Entretanto, o impasse político em torno do modelo a seguir não permitia avanços.

Enquanto isso, os privilégios das classes dominantes ganhavam sobrevida. Por outro lado, cresciam os movimentos pela ruptura com o capitalismo em vez de reformas do sistema, e pelo engajamento no modelo de modernização soviético.

De um lado, o movimento operário ganhava força nas lutas salariais e encontrou um aliado no campo: as “Ligas Camponesas”, que mobilizavam dezenas de milhares de camponeses de pouca ou nenhuma terra pela reforma agrária e que, no auge da crise em 1963-64, passaram à ocupação de terras em escala crescente; do outro, uma

parte apenas do grande capital, aliado ao latifúndio e à oficialidade das Forças Armadas (também só uma parte, que, no momento de decisão, se mostrou preponderante) e que ganhava adesões da chamada “classe média”, contaminada pelo pavor ao “comunismo”. (SINGER, 1988, p. 109).

Em março de 1964, João Goulart começou aparentemente a preparar caminho para a modernização socialista-revolucionária, foi atalhado pelo golpe militar, que impôs, por 21 anos, a modernização autoritária.

Caio Prado Júnior avalia que a desordem administrativa no final do “inepto Governo Goulart”, marcado por “oportunismo demagógico”, naquele momento, segundo ele, favorável à maturação do processo revolucionário brasileiro, acabou abrindo caminho para o golpe da direita. Para ele, os erros de Jango

(...) permitiram à reação encobrir seus verdadeiros propósitos, e iludir boa parte da opinião pública, com o pretexto da salvação do País do caos que parecia iminente. E levar essa opinião, senão ao apoio, ao menos à aceitação passiva do golpe (PRADO JÚNIOR, 1972, p. 12).

A ditadura militar instaurada em abril de 1964 afastava os riscos da modernização socialista-revolucionária e assegurava às elites tradicionais do país que os conflitos de classe exacerbados no Governo Jango não produziram redistribuição brusca em favor do proletariado e do campesinato. A “revolução” de 31 de março comprimia a cidadania para expandir a modernização.

A “ruptura” no caso, não foi tão brusca como se depreende da historiografia tradicional. Em primeiro lugar porque, com o golpe de 64, os militares, em certa medida, apenas “formalizavam” seu poder real sobre o sistema político brasileiro que remontava a 1945. Em segundo lugar porque o regime de contenção desenvolvimentista-autoritário, que emergiu em 1937, sobreviveu a essa “ruptura”.

Em 1965, os partidos foram dissolvidos. A ditadura impôs o bipartidarismo, com o MDB opositor de um lado, e a Arena governista de outro. Os parlamentares mais representativos dos trabalhadores foram afastados da cena política.

Os militares tentariam realizar, de maneira controlada e conservadora, as reformas estruturais inadiáveis, como a reforma agrária e a reforma tributária. A reforma política, essencial para aproximar a cidadania no Brasil à das sociedades industriais modernas e promover a redistribuição pela via democrática, foi postergada à força.

A política econômica do governo, na fase inicial, foi estruturada pelo Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) e seguia os pontos cardeais da política macroeconômica implantada no Brasil após 1951, no Governo Dutra, com fundamento no relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico. Inclusive, os dois autores do Paeg, os ministros de Castelo Branco da Fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões, e do Planejamento, Roberto Campos, faziam parte daquele colegiado.

A necessidade de priorizar o desenvolvimento econômico por meio de um programa de intensa industrialização e planejamento, nas linhas apontadas pela comissão, só não aparece muito clara no Governo Jânio Quadros, em razão da liberalização promovida pela UDN, e no último ano do Governo João Goulart, em que se deslocou a ênfase, especialmente em sua segunda metade, para as reformas de base.

Entretanto, o pensamento desenvolvimentista, que se coaduna com o modelo corporativista-autoritário de modernização, acabou se tornando hegemônico ao longo de todos aqueles anos e perpassou, com mais ou menos intensidade, todos os governos.

O Paeg, grosso modo, apenas corrigia rumos da política desenvolvimentista inaugurada em 1951, durante o último período de Getúlio Vargas. A prioridade passou a recair, de forma mais decisiva, no setor produtivo, em detrimento da classe trabalhadora.

Os objetivos do programa podem ser sintetizados em cinco pontos explicitados por seus idealizadores:

a) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, interrompido no biênio 1962/1963; b) conter, progressivamente, o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio dos preços a partir de 1966; c) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, e as tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante a melhoria das condições de vida; d) assegurar, pela política de

investimentos, oportunidades de emprego produtivo à mão de obra que continuamente afluía ao mercado de trabalho e e) corrigir a tendência a déficits descontrolados do balanço de pagamentos, que ameaçam a continuidade do processo do desenvolvimento econômico, pelo estrangulamento periódico da capacidade para importar (RESENDE, 1989).

A mudança mais significativa do Paeg em relação ao Plano de Metas era o arranjo macroeconômico mais ortodoxo, com uma política salarial mais conservadora e uma preocupação maior com o equilíbrio orçamentário, por meio de novas fontes de financiamento do gasto público.

O Paeg apontava que uma das causas da inflação eram os reajustes das remunerações a uma taxa acima do aumento da produtividade. Para os militares, a melhora relativa da posição salarial do trabalhador só poderia se dar às custas da eficiência do setor da economia em que está inserido.

Em agosto de 1964 o governo reestruturou o Conselho Nacional de Política Salarial, criado em 1963 por João Goulart para opinar sobre reajustes na remuneração do setor público. O órgão passou a ter um papel mais importante e, aos poucos, passou a restringir os salários em toda a economia. Nos anos 70, os reajustes salariais passaram a ser regulados em lei, o que comprimia ainda mais o espaço de atuação dos sindicatos.

O Regime Militar fez pequenas concessões às classes subalternas, como aprovação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que abriu caminho para a reforma agrária. Em termos gerais, a agenda modernizante da ditadura fomentou a concentração de capital nos setores mais dinâmicos e enfrentou as reações da classe operária com a velha estratégia da violência.

Roberto Campos, principal formulador da política econômica da fase inicial da ditadura, ao diagnosticar a raiz da crise econômica herdada dos antecessores, deixou claro que a acumulação seria a diretriz do novo governo:

O enfoque populista é mais distributivo do que produtivo. Propugna maciços reajustamentos salariais, que, por excederem o crescimento possível da produção e produtividade, alimentam a espiral de preços. Acredita ingenuamente (ou demagógicamente) ser possível legislar melhorias do padrão de vida, mediante a concessão de benefícios sociais superiores à capacidade da economia de sustentá-los. O Brasil,

por exemplo, tem uma legislação social muito mais avançada que a dos Estados Unidos. E o padrão de vida operário é muito mais baixo (...). É supérfluo repetir que o populismo não só não conseguiu melhorar o padrão de vida operário – pois que a espiral de preços anulou as altas salariais –, como diminuiu as oportunidades de emprego, pela estagnação econômica. O distributivismo ingênuo e precoce do populismo salarial reduz a capacidade de investimento da economia e, portanto, sua taxa de desenvolvimento. (CAMPOS, 1969, p. 200-201)

Delfim Netto, ministro da Fazenda a partir de 1967, teria dito que era necessário fazer o bolo crescer para depois dividi-lo. O próprio Delfim Netto nega que tenha proferido essas palavras (NETTO, 2008)<sup>118</sup>, contudo passou à história como autor da “teoria do bolo” (FAUSTO, 2003, p.487).

O fato é que nos 21 anos de ditadura o bolo cresceu, mas a fatia de cada brasileiro não acompanhou esse crescimento, e a da classe operária com menor renda, ficou relativamente menor.

Durante o período democrático (1945-1964), quando o poder de compra do salário mínimo cresceu, o rendimento do trabalho representou quase 57% da renda nacional, enquanto o grau de desigualdade na distribuição da renda situou-se abaixo de 0,5 do índice de Gini (quanto mais próximo de zero menor a desigualdade, numa variação que pode ir de zero a 1). A partir do regime militar (1964-1985), [em que o salário mínimo caiu a 38,12% de seu valor original (SILVA, 2009, p. 116)] a trajetória foi justamente a inversa, com a diminuição da participação do rendimento do trabalho para 50% da renda nacional e elevação do grau de desigualdade para 0,6 do índice de Gini (POCHMANN, 2010, p. 21).

Diante da compressão dos salários e dos direitos trabalhistas e sindicais, que removiam paulatinamente os fundamentos ideológicos e estruturais do regime de contenção em vigor, o conflito de classes recrudescia.

---

<sup>118</sup> A concepção liberal de cidadania que orientava Antônio Delfim Netto pode ser deduzida deste posicionamento: [O papel do Estado] “É garantir minha posição no mundo, independentemente de onde eu nasci. Se nasci num lar de religião católica ou protestante, se eu sou branco ou preto ou amarelo, se nasci no Morumbi ou no Cambuci. Na verdade, isso não se consegue, é uma meta, é uma assíntota, que vai se aproximando dela à medida que suas políticas sociais são corretas” (NETTO, 2008).

Como resposta, o governo ditatorial aumentava ainda mais o desmonte do regime de contenção em vigor, e produzia-se, assim, um inexorável e disruptivo ciclo vicioso:

A repressão ao movimento operário e sindical era condição necessária para que o golpe militar de 1964 pudesse criar novos condicionantes para a expansão capitalista e sua maior internacionalização no Brasil.

Fortemente repressiva contra o movimento sindical, operário e popular, a ditadura militar brasileira decretou a ilegalidade de todos os partidos políticos, criando somente dois oficiais. Interveio em diversos sindicatos, proibiu a deflagração de greves, decretou a ilegalidade do CGT (Central Geral dos Trabalhadores), da UNE (União Nacional dos Estudantes), do PCB e demais partidos de esquerda, iniciando-se um período difícil para o movimento operário no Brasil (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 85).

Antes do golpe militar, a distribuição de renda entre os fatores de produção era, em grande parte, função da negociação coletiva, porque, grosso modo, apenas o reajuste do salário mínimo era definido por decreto. A partir de então o governo começou a concentrar poderes para definir, por meio de legislação, os reajustes salariais em geral (SILVA, 2009, p. 87 e ss).

Com a manipulação dos índices de inflação que serviam de referência a esses reajustes, o governo reduzia os valores reais dos salários e transferia renda da classe trabalhadora para o capital.

A redistribuição da renda nacional, promovida pela política econômica do governo, com favorecimento aos patrões e prejuízo aos empregados, foi apresentada como medida técnica, que seguia friamente os imperativos da modernização industrial e da expansão da economia.

Costa e Silva, que sucedeu Castelo Branco em 15 de março de 1967, diante da pressão dos empresários por mais crédito e dos trabalhadores por uma política salarial mais palatável, atendeu apenas aos primeiros. De fato, o novo ministro da Fazenda, Delfim Netto, tomou medidas para ampliar o acesso das empresas a linhas de financiamento e, ao mesmo tempo, manteve o arrocho salarial inaugurado no governo anterior.

A política de achatamento de salários havia sido lançada nos primeiros meses do Regime Militar com a promessa de que ficaria em vigor no triênio iniciado em 1965. Entretanto, o Governo Costa e Silva editou, em junho de 1968, a Lei 5.451, que a tornou definitiva.

A correção dos salários se dava com base em um índice que refletia o aumento da produtividade no ano anterior, mais um acréscimo para compensar metade do resíduo inflacionário a ser fixado pelo Conselho Monetário Nacional.

Mesmo sob ameaça de repressão, a classe operária se insurgiu contra o governo ditatorial, que formava, virtualmente, uma coalizão com as classes patronais:

Depois de alguns anos de resistência, foi nos inícios de 1968 que a luta operária voltou com mais força e ofensividade. Em abril, setores sindicais à esquerda do Partido Comunista Brasileiro, lideraram uma greve em Contagem, cidade industrial próxima a Belo Horizonte, que teve um resultado positivo, uma vez que a ditadura militar acabou fazendo concessões frente às reivindicações trabalhistas, ao ser surpreendida pelo ressurgimento do movimento operário, silenciado e reprimido desde o golpe de 1964. Foi, então, a primeira vitória de uma greve operária depois de 1964. Organizados em Contagem e em Osasco, articulavam-se novos núcleos de esquerda, principalmente vinculados ao movimento operário católico de esquerda e militantes e simpatizantes de organizações políticas mais radicalizadas e críticas, à esquerda do PCB. Os setores mais moderados do sindicalismo também se organizavam, através do Movimento Intersindical Anti-arrocho. Mas foi no mês de julho de 1968, em Osasco, cidade industrial da Grande São Paulo, que os operários fizeram uma greve legendária. Na época, Osasco era considerada um pólo central destes movimentos mais à esquerda, dada a atração exercida pela oposição sindical que se tornou vitoriosa nas eleições de 1967, para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 85).

O recrudescimento da luta operária encontrava ecos no Congresso Nacional, como se depreende do discurso que o deputado federal do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de Santa Catarina, Eugênio Doin Vieira, proferiu no plenário da Câmara na época:

Não existindo esse direito de greve, só o desespero, só a angústia, só a necessidade e a fome levariam, como levaram, esses homens simples, a movimentos espontâneos – que, inclusive, superaram as próprias decisões de seus sindicatos de classe – a irem às ruas, a ocuparem as fábricas, protestando pelo direito de sobreviver. Ilegais as greves, é possível, mas assim nos afirmaram os operários de Belo Horizonte e de São Paulo: “Muito mais ilegal é a fome dentro da casa do trabalhador”.

Em aparte, Euclides Triches, um dos fundadores da Arena, tentou defender a política salarial do Regime Militar. Ao final, porém, o deputado governista, acabou por ceder:

“Concordo que, se erro existe nesse governo, é o de não procurar alcançar esses que esbanjam realmente para deleite pessoal e às nossas vistas. Basta abrir as colunas sociais dos jornais para ver que não são poucos”.

Doin Vieira, então, arrematou:

A opção, portanto, foi odiosa em alcançar exatamente os assalariados. A perda do valor real dos salários nos últimos anos é realmente um fato e uma verdade incontestável e por todos reconhecida. Mesmo os mais ardorosos e obcecados defensores do poder atual não negam que o trabalhador brasileiro teve esvaziamento de sua capacidade de compra e, conseqüentemente, queda no seu nível de vida.<sup>119</sup>

Como a resistência ao Regime Militar, orquestrada principalmente pela classe operária e pelo movimento estudantil, não parava de crescer, o governo editou em dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5 (AI-5).

O AI-5 fechou o Congresso Nacional por quase um ano. Além disso, cassou o mandato e suspendeu os direitos políticos de diversos deputados que se opunham ao regime, inclusive Doin Vieira. Sobrestou direitos e garantias fundamentais. Além disso, conferiu poderes extraordinários ao Presidente da República, para adotar as medidas necessárias e defender a “revolução”.

---

<sup>119</sup> Diário do Congresso Nacional (Seção I), 8 de agosto de 1968, p. 5013.

A crise do regime de contenção desenvolvimentista-autoritário do conflito de classes chegara a seu clímax. O governo militar recorria provisoriamente à violência “crua”, típica da fase liberal-autoritária, contudo a sua plataforma de ação eram as estruturas do regime de contenção desenvolvimentista-autoritário.

(...) O governo [militar] exerceu todos os esforços para limitar a autonomia das organizações de trabalhadores. Os controles diretos e indiretos, estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), facilitaram essa tarefa. Além disso, o governo militar, vigilante com a autonomia obtida pelos líderes trabalhistas nos anos cinquenta e sessenta, decretou um considerável corpo de novas leis para estreitar seus canais de ação. Essa legislação refinou e suplementou as técnicas do Estado Novo para fazer o sistema corporativo funcionar como instrumento de controle social. (...) Em uma palavra: o golpe iniciado pela tradição anti-Vargas resultou não na destruição do legado do Estado Novo, mas numa tentativa de aplicá-lo com mais eficiência (ERICKSON, 1979., p. 208).

As autoridades que subscreveram o ato institucional – Costa e Silva e seus 15 ministros, incluindo o ex-governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto<sup>120</sup>, na época Ministro das Relações Exteriores – afirmaram que o objetivo do AI-5 era assegurar a “autêntica ordem democrática” do País (BRASIL, 1968).

Os poderes especiais outorgados ao presidente, que incluíam a suspensão do direito de votar e ser votado nas eleições sindicais (art. 5º, inciso II), seriam utilizados para combater os inimigos da revolução.

O controle social imposto pelo regime parece ter favorecido a acumulação verificada no período (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 97). O Paeg começou a apresentar resultados notáveis.

O setor industrial e as exportações agrícolas expandiram-se rapidamente, com geração de milhões de empregos. Para evitar estrangulamentos ao crescimento econômico, o governo investiu em grandes obras de infraestrutura à custa de empréstimos captados no exterior.

---

<sup>120</sup> Magalhães Pinto é um dos personagens centrais no Massacre de Ipatinga, que será relatado e analisado no capítulo 40.

O café, que entre 1947 e 1964 respondia por 57% do valor das exportações, passou a responder entre 1965 e 1971 por apenas 37% e por singelos 15% entre 1972 e 1975 (FAUSTO, 2003, p. 486). A velha economia, excessivamente dependente das exportações agrícolas, parece que seria finalmente liquidada.

O *boom* do setor produtivo não poderia produzir dividendos salariais para os brasileiros que viviam da mão de obra, especialmente os menos qualificados, porque era alimentado pela concentração de renda. Afinal, a lógica da política do Estado era, de fato, aumentar o lucro da burguesia industrial e dos setores agrícolas exportadores em detrimento da remuneração dos trabalhadores.

Em ramos mais dinâmicos da atividade econômica, como o setor automobilístico e a indústria química, os trabalhadores experimentaram relativa ascensão social.

O que predominava, porém, era um processo de inclusão no setor produtivo, em condições precárias, de grandes contingentes de mão de obra oriundos do campo, em grande parte, expulsos pelo processo de mecanização da agricultura.

O milagre econômico, que deixou parte da população extasiada em meio à repressão, foi interrompido com a eclosão da crise do petróleo de 1973. A oposição ao governo aumentou consideravelmente desde então, inclusive por parte da Igreja Católica.

Ernesto Geisel assumiu a Presidência da República em março de 1974 em meio à crescente contestação do regime. As eleições de novembro são vencidas pelo MDB, o partido de oposição.

Para tentar reconquistar a opinião pública, o governo promove um processo de distensão política e faz concessões econômicas às camadas sociais mais vulneráveis. A liberação das forças sociais reprimidas sob o A1-5 volta-se contra o regime.

Nas comemorações do Dia do Trabalho, em 1º de maio de 1977, Geisel expressou a diretriz de sua política econômica, que espelha a plataforma liberal de Roberto Campos:

O distributivismo fácil, que tente atenuar as desigualdades individuais pela prodigalidade do reajuste dos salários nominais, está fadado ao fracasso pelo que gera de tensões inflacionárias, de limitação das oportunidades de

emprego e da mutilação do potencial de poupança e desenvolvimento. Nossa experiência anterior à Revolução de 1964 e experiências semelhantes em outros países desabonam definitivamente esse distributivismo emocional (GEISEL, 1977).

As pressões pelo “distributivismo fácil”, que ameaçavam implodir a estrutura socioeconômica do país no final do Governo Jango, foram abafadas pelo golpe militar de 64. Novamente, o conflito de classes havia sido arbitrado “politicamente”.

Ao passo que o Estado nas sociedades democráticas modernas aliviava o conflito de classe por meio de mecanismos de redistribuição articulados no instituto de cidadania, no Brasil o Estado se firmara como garantidor do sistema de favorecimento escancarado das classes proprietárias, por meio do artifício da cidadania regulada.

(...) torna-se indissociável a política da economia, porque a contenção da classe operária se faz, principalmente, pela contenção dos salários. No entanto, isso seria apenas uma “morbidez” do sistema se não fosse um requisito estrutural. Esse requisito estrutural já aparece no movimento do período 1957/1962: faz-se necessário aumentar a taxa de lucros para ativar a economia, para promover a expansão (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 100).

Em agosto de 1977, o governo admitiu que os índices de 1973 e 1974 haviam sido burlados, o que implicou perdas de 31,4% aos assalariados (FAUSTO, 2003, p. 499).

Como reação, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, presidido por Luiz Inácio da Silva, o Lula, símbolo máximo do Novo Sindicalismo que emergia, lançou uma campanha para reposição desse prejuízo.

Em vez de conter a classe trabalhadora e ativar a economia, a contenção dos salários efetivamente ativou a classe trabalhadora e conteve a economia na segunda metade do Regime Militar.

O movimento grevista de 1977 foi o prelúdio da onda de greves iniciada em 1978, ano em que Lula comandou a primeira greve de grandes proporções desde a repressão de Osasco e Contagem em 1968 (SKIDMORE, 1988, p. 51).

As mobilizações sindicais, que tiveram apoio da Igreja e de setores da classe média, anunciaram o desgaste final da ditadura. A partir de então os interesses dos trabalhadores teriam que entrar na equação política do governo.

Em 1979, a força dos trabalhadores é evidenciada novamente, quando mais de 3 milhões de empregados entram em greve. Na pauta de reivindicações, além de demandas trabalhistas clássicas, como reajustes salariais, estavam também as liberdades democráticas. Essa mistura de luta puramente sindical com contestação política assombrava os militares.

Em resposta aos crescentes questionamentos à ditadura e à sua política trabalhista restritiva, o sucessor de Geisel, João Batista Figueiredo, aprofunda a abertura política e a flexibilização da política salarial.

Com permissão do governo, o país se preparava para a redemocratização. Novos partidos foram fundados. Em fevereiro de 1980, surge o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado por Lula, com a pretensão de lutar a favor de uma ordem social-democrática.

## **25. Regime de contenção assistencialista-democrático**

Diante do esgotamento do modelo anterior, começava, de forma “lenta e gradual”, a transição para um novo regime de contenção da classe operária, dessa vez direcionada ao tipo social-democrático.

Pouco depois, em 1º abril, sindicatos dos metalúrgicos do ABC Paulista deflagraram greve geral, com apoio da sociedade civil e da Igreja Católica. Lula e outros 14 líderes sindicais foram presos. Houve expurgos nos sindicatos com a nomeação de interventores. No ano seguinte, a justiça militar condenou Lula e dez outros líderes sindicais por violação à Lei de Segurança Nacional durante a greve (SKIDMORE, 1988, p. 61).

No mesmo ano, de 21 a 23 de agosto, realizava-se a 1ª CONCLAT – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras –, com cerca de 5 mil delegados representando 1,2 mil entidades sindicais. A primeira reivindicação era de uma Constituição que elevasse o padrão de cidadania da classe trabalhadora por meio de direitos civis, direitos políticos e liberdades democráticas sem discriminação.

A retração do PIB e a deterioração geral das contas públicas lançavam dúvidas sobre se o país honraria seus compromissos com os credores internacionais no futuro próximo. A moratória decretada pelo México em agosto de 1982 agravou ainda mais as incertezas sobre o Brasil.

Os credores internacionais condicionavam a rolagem da dívida externa brasileira ao fechamento de acordo com FMI e a consequente conformação da política econômica do país ao receituário recessivo do fundo (OLIVEIRA, 1985, p. 140), que incluía os cortes do déficit público e a contenção dos salários.

Em 6 de janeiro de 1983, o governo brasileiro assinou a primeira carta de intenções com o FMI. Obrigado pelas circunstâncias a endurecer a política salarial, em meio à grave crise econômica, o regime militar acaba criando as condições para o fortalecimento da classe operária.

De 26 a 28 de agosto de 1983 realiza-se o 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora em São Bernardo do Campo. Ao evento, de acordo com relato dos organizadores, afluíram mais de cinco mil trabalhadores de diversos estados.

Ali se fundou a Central Única dos Trabalhadores (CUT), à margem e à revelia da rígida estrutura sindical corporativa em vigor desde o Estado Novo. A nova organização ajudou a transformar o panorama do movimento dos trabalhadores no Brasil.

Em janeiro de 1984, milhares de pessoas passaram a ir às ruas protestar por eleições diretas para presidente. Figueiredo promete em 31 de março de 1984 enviar uma emenda para restabelecer a eleição direta para presidente, mas a mudança não valeria para seu sucessor.

Em abril de 1984, apesar da imensa pressão popular, o Regime Militar conseguiu derrubar na Câmara dos Deputados a chamada emenda Dante de Oliveira, que estabelecia, imediatamente, a eleição direta para presidente.

Em junho de 1984, o deputado José Sarney, um dos mais importantes líderes do regime militar no Congresso Nacional, deixou o PDS e criou com dissidentes do partido a Frente Liberal.

Para disputar as eleições presidenciais, esse novo partido coligou-se com o PMDB, sucessor do MDB, para formar a Aliança Democrática, que lançou a chapa com

Tancredo Neves para Presidente e Sarney, para vice, que derrotou, em eleições indiretas, a chapa do PDS, com Paulo Maluf e Flávio Portela Marcílio, apoiada pelo regime militar.

Em razão da morte de Tancredo antes da posse, José Sarney assumiu a Presidência da República em 15 de março de 1985. O novo presidente prometeu resgatar a imensa dívida social deixada pelo regime militar, ou seja, recuperar e fortalecer a cidadania, sacrificada no período anterior.

O Governo Sarney lançou o Plano Cruzado, que visava à redução do gasto público, à desindexação parcial da economia, ao controle da inflação e a medidas redistributivas em benefício das camadas mais pobres da população.

Este último objetivo, que orienta os demais, configura o resgate da imensa dívida social deixada pelos militares, com a transferência sistemática de renda para a classe patronal.

Com a redemocratização, portanto, pela promessa do presidente da República, a política passaria a operar em sentido inverso ao do período ditatorial. Contudo, em vez de liberar o potencial do conflito de classes moderado por uma cidadania bem ajustada, o governo buscou cumprir sua agenda progressista com intervencionismo na economia.

Ao fim do mandato de Sarney, em março de 1990, o Plano Cruzado, o Plano Cruzado II e o Plano Bresser e o Plano Verão, que se sucederam, haviam fracassado. Em março de 1990, a inflação mensal chegara ao nível recorde de 84,23%, e 4.853,90% no acumulado dos últimos 12 meses.

Durante o Governo Sarney, a partir de 1987, funcionou a Assembleia Nacional Constituinte que formulou a Constituição de 1988. A nova carta teve como fonte fundamental a Constituição de Portugal de 1976 (SILVA, 2003, p. 92) que, por sua vez, inspirou-se na constituição alemã:

“(...) a influência da Lei Fundamental de Bonn de 1949 (*Grundgesetz*) torna-se visível no catálogo de direitos, liberdades e garantias [da constituição portuguesa] e dela recolhe importantíssimos aspectos quanto ao regime desses direitos” (CANOTILHO, 2002, p. 199).

A constituição brasileira, assim, aproveita elementos da portuguesa que, por sua vez, incorpora o cerne da constituição que estruturou o Estado do bem-estar social alemão. Por isso, o modelo de democracia vigente no Brasil tem no seu DNA jurídico elementos típicos do *welfare state*.

Contudo, em vez de direitos sociais orientados à inclusão da classe trabalhadora no sistema produtivo, o regime de contenção que foi tomando forma na Nova República se orientava por direitos assistencialistas de imobilização, que constituíam, em geral, “direitos dos pobres”, direitos que o cidadão perderia tão logo ascendesse socialmente.

Não se pode classificar o regime de contenção do conflito de classes como social-democrático, porque ele ainda traz substratos da antiga variante corporativista-autoritária, que se sedimentaram não apenas na cultura nacional, como também na ordem jurídica.

Os direitos assistencialistas, de certa forma, não se orientam à equalização de *status* exigida por uma ordem social-democrática mas, em boa medida à cristalização de hierarquias. Trata-se de direitos de natureza humanitária e não de direitos de emancipação de genética liberal.

O sucessor de Sarney, Fernando Collor de Mello, orientou seu plano de governo pelas diretrizes do Consenso de Washington – receituário modernizante neoliberal do final dos anos 80 para as economias em desenvolvimento em crise, que, basicamente, seguia a lógica de desmonte da cidadania de bem-estar em sociedades capitalistas modernas.

O problema é que no Brasil não havia cidadania de bem-estar a ser desmontada. Pelo contrário, a cidadania de bem-estar esboçada na Constituição de 1988, ainda estava em processo de construção e se consolidaria, a partir da segunda metade dos anos 90, como cidadania assistencialista.

Em sociedades sociais-democráticas também existem políticas assistencialistas, no sentido pejorativo da expressão. Contudo, essas políticas ficam na margem do sistema e seus efeitos deletérios são cuidadosamente minimizados:

The history of public housing offered a solution, of sorts, to the problem of coupling dependency with autonomy. Like charity workers

before then, the fathers of British welfare state, wanted indeed to strengthen the independence of those they cared for, so their clients would be ready to be more self-reliant when economic conditions permitted. Mixed-income public-housing provided one model. The historian Gordon Burke expresses it negatively when he writes that nineteenth century reformers feared that ‘slum dwelling away ... from the uplifting example of social superiors... might well lead to a pauperized and demoralized people who might cease to be industrious...’<sup>121</sup> (SENNETT, 2003, cap. 6, p. 41/47).

Como era impossível remover a cidadania assistencialista, que constitui a espinha dorsal do regime de contenção da luta de classes da Nova República, o programa neoliberal de Fernando Collor configurou o desmonte da herança desenvolvimentista.

O Plano Collor, lançado em março de 1990, preconizava o reforço do controle monetário – inclusive com o bloqueio de depósitos em poupança –, aprofundamento do ajuste fiscal, a desindexação, a liberalização e a “abertura” da economia.

A política de privatizações, um dos mais importantes consectários do plano, impactou diretamente o contexto em análise. A Usiminas, inclusive, foi a primeira estatal privatizada em outubro de 1991.

Assinou-se em março deste mesmo ano o Tratado de Assunção, que instituiu o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a Argentina, o Uruguai e o Paraguai.

Embora se mostrasse, ao final, ocioso para o controle inflacionário, o programa demarcou as linhas básicas do processo de modernização brasileira nas décadas seguintes, com assimilação das premissas do modelo social-democrático.

---

<sup>121</sup> “A história do programa de habitação popular ofereceu uma solução, medíocre, para o problema da conjugar dependência com autonomia. Como trabalhadores filantrópicos antes deles, os pais do estado de bem-estar britânico queriam, de fato, fortalecer a independência daqueles que de quem cuidavam, para que seus clientes estivessem dispostos a manter-se por conta própria quando as condições econômicas permitissem. A política concebida para congregar no mesmo conjunto habitacional beneficiários de faixas de renda diferentes, surgiu como alternativa. O historiador Gordon Burke se expressa opinião contrária ao modelo, quando escreve que os reformadores do século XIX temiam que ‘cortiço... distantes do exemplo motivador das pessoas de nível social superior... poderia muito bem produzir pessoas pauperizadas e desmoralizadas, que poderiam deixar de serem trabalhadores diligentes ...’” (tradução livre nossa)

Por outro lado, denúncias de corrupção, que envolviam o presidente, motivaram os maiores protestos públicos desde as Diretas Já, com grande participação da classe trabalhadora, e sinalizaram o fortalecimento da cidadania no país. O *impeachment* do presidente, no final de 1992, foi um marco fundamental da Nova República.

No Governo Itamar Franco (1992-1994), a modernização liberal se modera e estabiliza, especialmente, a partir do Plano Real, de julho de 1994. Esse programa promovia o ajuste fiscal, com corte e mais controle do gasto público, maior eficiência na arrecadação de impostos, aumento da carga tributária e maior concentração de receitas fiscais na União. Também promovia a redução do meio circulante, por meio da elevação do compulsório e da taxa de juros. A Selic inflada servia ao mesmo tempo para aumentar a captação de recursos e entorpecer a atividade econômica.

Sob o Plano Real efetivou-se inicialmente a indexação geral de preços, dando uma base comum aos reajustes de preços e contendo a aceleração da inflação. Na etapa seguinte, com todos os reajustes de preços alinhados, efetuou-se a desindexação e a inflação seguiu uma trajetória decrescente, mesmo sem controle de preços. A abertura ampla da economia e a valorização da moeda nacional, que serviu como âncora do programa, foram fundamentais para o sucesso inicial do plano (KLEIN e LUNA, 2001, p. 6).

Com o Plano Real, a taxa de inflação caiu a níveis toleráveis. Em seguida, a transição monetária se aperfeiçoou, a economia começou a se reativar, os agentes econômicos passaram a projetar uma inflação mais baixa para o futuro e a corrida para os reajustes de preços interrompeu-se.

A partir do primeiro quadrimestre de 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real se consolidou. A política monetária foi flexibilizada no final dos anos 90, e a economia passou a crescer com mais consistência, mas em ritmo menos acelerado que nos dois anos anteriores.

O Plano Real marcou a transição definitiva do Brasil para um patamar superior de modernidade, que foi se aperfeiçoando no Governo Lula. Sem inflação, com a economia relativamente internacionalizada e as finanças públicas relativamente sob controle, o país alcançou em 2008 o grau de investimento, que o qualificou, finalmente e pela primeira vez na história, como moderna economia mercado.

Por outro lado, a cidadania de tipo assistencialista se consolidou, na medida em que a plataforma institucional do regime de contenção desenvolvimentista-autoritário foi, em parte, aproveitada pelo novo modelo.

O regime de contenção assistencialista-democrático, que começou a se formar no final dos anos 70 à revelia do direito positivo, abriu espaços institucionais para dar curso aos conflitos de classe, que, menos “travados”, passaram a impulsionar ainda mais o processo de modernização no Brasil.

Embalados pelas vitórias contra a ditadura militar e liderados por entidades sindicais progressistas, os trabalhadores participaram ativamente da elaboração da Constituição de 1988, especialmente o capítulo dos direitos sociais.

A classe operária ganhou ainda mais projeção na Nova República. Além do surgimento do PT e das centrais, essa ascensão é evidenciada pelo aumento do número de sindicatos:

(...) Se (...) a década de 1980 foi trágica para o sindicalismo no capitalismo avançado, no Brasil deu-se o oposto. Aqueles anos foram de eficiência e eficácia da ação representativa sindical. Após o seu renascimento na década de 1970, o número de sindicatos cresceu perto de 50% até 1980 (CARDOSO, 2003, p. 33).

Outro indicador do fortalecimento da classe operária é o número de greves. Até 1998, sobretudo após a redemocratização, a quantidade de paredes aumenta, e só começa a refluir com o Plano Real, como indica o quadro seguinte:

<b>Períodos</b>	<b>Média anual</b>	<b>Períodos</b>	<b>Média anual</b>
<b>1888-1900</b>	2	<b>1978-1984</b>	214
<b>1901-1914</b>	9	<b>1985-1989</b>	1.102
<b>1915-1929</b>	8	<b>1990-1992</b>	1.126
<b>1930-1936</b>	12	<b>1993-1994</b>	842
<b>1937-1944</b>	1	<b>1995-1998</b>	865
<b>1945-1964</b>	43	<b>1999-2002</b>	440
<b>1965-1968</b>	13	<b>2003-2007</b>	322

TABELA 3. Taxa anual de greves por períodos 1888-2007 (Adaptado de: NORONHA, 2009, p. 126).

Eduardo Noronha correlaciona o surto da taxa de greves, com epicentro ao redor ao final dos anos 80, à transição democrática, à superação do modelo desenvolvimentista e à instabilidade macroeconômica (NORONHA, 2009, p. 120).

É nesse contexto que se consolida, sobre o que restou da plataforma desenvolvimentista-autoritária, o peculiar regime de contenção da luta de classes assistencialista-democrático, que é uma variante do social-democrático.

Nas sociedades de perfil social-democrático, as lutas de classe elevaram o padrão de cidadania da classe operária. O conflito de classes, por meio do funcionamento do artifício da cidadania social-democrática, sofre a *redução*. Esse tipo de cidadania produz a ficção da sociedade sem classes, em que todos, inclusive os trabalhadores, são promovidos a burgueses.

Quando o Estado de bem-estar entra em crise, por desequilíbrio fiscal, há um retrocesso no nível de cidadania, e a ilusão da sociedade sem classes começa a se desfazer. Ao passo que nas sociedades em que a cidadania havia atingido um nível elevado, havia “gordura para queimar”. No Brasil de meados dos anos 90, a cidadania social-democrática começa a ser desconstruída antes mesmo de se aperfeiçoar. Essa é uma das razões porque se restringiu a cidadania assistencialista.

Grosso modo, por força da cidadania regulada, cuja lógica interna não foi revogada pela Constituição de 1988, mas assimilada à cidadania assistencialista, só é cidadão pleno no Brasil quem está protegido por um contrato formal de trabalho. A cidadania regulada é conseqüência do peculiar modelo legislado de relações trabalhistas vigente no Brasil (NORONHA, 2000).

A articulação entre emprego e cidadania implica uma lógica de exclusão – de quem não tem contrato formal de trabalho – que contraria o caráter essencial da cidadania: o universalismo. A cidadania assistencialista suplementa essa defasagem e constitui-se um seguro universal contra essa lógica de exclusão.

O modelo de modernização social-democrática, que aparentemente se busca implantar no Brasil, é refratário à regulamentação intensiva do mercado de trabalho vigente no país.

Esse excesso de regulamentação, imposto pelo autoritarismo estatal para supostamente compensar a incapacidade dos trabalhadores de exercer direitos civis,

obstaculiza a produção dos graus de autonomia necessários ao funcionamento do modelo social-democrático.

O grande desafio para a transição brasileira à modernização social-democrática, programada, de forma contraditória na Constituição chamada cidadã, desregulamenta o mercado de trabalho, para aumentar, e não para diminuir a participação da classe trabalhadora na renda nacional.

O que tem motivado as tentativas de reforma trabalhista no Brasil, desde os anos 90, foi antes os ganhos de eficiência da economia que a elevação do padrão de vida do trabalhador.

A maioria dos estudos sobre mercado de trabalho na América Latina aponta duas características gerais: de um lado, baixa produtividade e competitividade; de outro, a existência de um conjunto detalhado de leis do trabalho. Isto levou muitos analistas a tomar a segunda como determinante da primeira e, portanto, a propor um programa de desregulamentação (...).

A proposição internacional predominante de desregulamentação e flexibilização entrou na América Latina como uma crítica ao seu padrão prematuramente legislado e excessivamente protecionista, gerando, de um lado, um mercado de trabalho rígido e, de outro, o desrespeito à legislação. No Brasil, alguns autores criticam as propostas liberais apresentando evidências de que o mercado de trabalho já é bastante flexível no seu elemento básico, isto é, a dispensa de trabalhadores (NORONHA, 2000).

A cidadania assistencialista reflete um conjunto de direitos sociais outorgados por Getúlio Vargas principalmente na ditadura do Estado Novo, mas nela se sedimentaram direitos sociais que decorrem da luta de classes diretamente, sobretudo na Constituição de 1988.

A classe operária, com razão, vê com muita desconfiança e receio as tentativas de desregulamentação do mercado de trabalho, porque a medida pode, sim, criar as condições para o aperfeiçoamento da modernização social-democrática e da cidadania, mas também zerar, sem as garantias necessárias, suas conquistas acumuladas ao longo de décadas.

A revogação dos fundamentos da cidadania regulada presentes na cidadania assistencialista implica riscos elevados à classe trabalhadora, o que explica, em boa medida, porque sobreviveram à onda de liberalização deflagrada no Governo Collor e impulsionada desde o Plano Real.

Luiz Inácio Lula da Silva, quando candidato do PT à Presidência da República em 2002, manejou contra o oponente do PSDB, José Serra, e com sucesso, o discurso da ameaça de exclusão de direitos celetistas.

Contudo, como presidente, apresentou ao Congresso em março de 2005 uma proposta de reforma do sistema sindical para abrir caminho para uma ampla reforma trabalhista no sentido da modernização social-democrática.

O eixo daquela reforma sindical foi a Proposta de Emenda à Constituição nº 369 de 2005, que removia a unicidade sindical e estabelecia a pluralidade sindical condicionada pelo grau de representatividade das entidades<sup>122</sup>; e substituía o imposto sindical por uma contribuição negocial fixada em assembleia pelos próprios trabalhadores<sup>123</sup>.

A Comissão de Trabalho da Câmara promoveu naquele ano uma série de audiências públicas sobre o projeto de reforma, que fora anunciado pelo governo como antecedente da reforma trabalhista mais ampla. Durante os debates, a posição contrária aos principais pontos do projeto – o fim da unicidade sindical e da contribuição sindical compulsória – prevaleceu.

Representantes de sindicatos de várias regiões do País que participaram das discussões condenaram, em sua maioria, as mudanças propostas ao argumento de que provocariam o desmonte da estrutura sindical e o enfraquecimento da representação dos trabalhadores, o que abriria caminho para a redução de direitos.

---

<sup>122</sup> “o Estado atribuirá personalidade sindical às entidades que, na forma da lei, atenderem a requisitos de representatividade, de participação democrática dos representados e de agregação que assegurem a compatibilidade de representação em todos os níveis e âmbitos da negociação coletiva” (redação do inciso II do artigo 8º da Constituição proposta pelo artigo 1º da PEC).

<sup>123</sup> “a lei estabelecerá o limite da contribuição em favor das entidades sindicais que será custeada por todos os abrangidos pela negociação coletiva, cabendo à assembleia geral fixar seu percentual, cujo desconto, em se tratando de entidade sindical de trabalhadores, será efetivado em folha de pagamento” (redação do inciso II do artigo 8º da Constituição proposta pelo artigo 1º da PEC).

Em uma audiência pública emblemática no dia 16 de março de 2005, com a presença do ministro do Trabalho da época, Ricardo Berzoini, o então deputado Alceu Collares esgrimiou um argumento que sacramentou a derrota do projeto de reforma sindical:

(...) quero dizer aos representantes dos sindicatos de Brasília, que são Deputados, que é o Ministro, que é Presidente da República, que a estrutura sindical atual não pode ser tão ruim, senão não teriam chegado aonde chegaram (COLLARES, 2005).

Com a chegada de Lula e do PT à Presidência da República em 2003, a classe trabalhadora assumiu inédito protagonismo no sistema político brasileiro. Conseqüentemente, iniciou-se um processo de redistribuição da renda nacional a seu favor.

O índice de Gini caiu 9,5% – de 0,553 para 0,500 –, e o PIB per capita subiu de R\$ 17,295 R\$22,349 (29,2%) entre 2001 e 2012 no Brasil. Além disso, a taxa de crescimento do consumo dos 40% mais pobres subiu acima da média nacional entre 2005 a 2010 (SIMOES, 2014, p. 9).

O salário mínimo, que, no final do Regime Militar caíra a 38,12% de seu valor real fixado em 1940 (SILVA, 2009, p. 118), e despencara a apenas 16,97% desse valor em abril de 1992, começou a se recuperar de forma consistente em 1995, em meio às pressões da classe operária no contexto da implementação do Plano Real (*op. cit.*, p. 154).

No segundo ano Governo Lula (2004) deflagrou-se uma política de valorização do salário mínimo, que foi consolidada e institucionalizada no Governo Dilma Rousseff, por meio da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011<sup>124</sup>.

A cidadania assistencialista é ao mesmo tempo um estorvo do modelo corporativista-autoritário que impede aperfeiçoamento da modernização social-democrática e uma trava às pretensões patronais de rebaixar o padrão de direitos dos

---

<sup>124</sup> De acordo com a lei, até 2019 os reajustes anuais vão refletir à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do exercício anterior somada à taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) apurada no exercício anterior ao último.

trabalhadores. Por causa desse paradoxo, o processo de modernização brasileiro chegou a um impasse.

Consideramos moderno o sistema social em que o conflito de classes é relativamente apaziguado pelo artifício dos direitos de cidadania, que suprem, simultaneamente, necessidades materiais e éticas do operariado.

Na modernização social-democrática, não se busca anular a luta de classes como nos paradigmas corporativista-autoritário e socialista-autoritário. Em vez disso, as energias da luta de classe são canalizadas para a regulação do escopo da cidadania.

Constitui-se um sistema de retroalimentação entre o regime de cidadania e conflito de classes, que otimiza o funcionamento da economia capitalista. Quanto mais conflito de classes, maior a expansão da cidadania. Quando maior a expansão da cidadania, maior satisfação das pretensões que motivam o conflito de classes.

Em nossa análise, o Brasil está a meio caminho do modelo social-democrático, porque a cidadania assistencialista, mesmo enriquecida por direitos genuinamente democráticos e universais, resguarda elementos do modelo corporativista-autoritário.

O Estado ainda inibe e desarma o conflito de classes por meio de uma regulamentação de fundo corporativista do sistema sindical, que a reforma sindical de Lula buscava revogar.

Também é resquício do modelo corporativista-autoritário o gigantesco aparelho judiciário específico para causas trabalhistas, que dá vazão à excessiva judicialização dos conflitos trabalhistas, inclusive os de natureza coletiva, admitida pela legislação setorial.

A migração do paradigma de modernização corporativista-autoritário para o paradigma de modernização social-democrático, prometida na Constituição de 1988, ainda não se completou.

A transição brasileira [à democracia nos anos 80] teve como a espanhola a vantagem de não provocar grandes abalos sociais. Mas teve a desvantagem de não colocar em questão problemas que iam muito além da garantia de direitos políticos à população. Seria inadequado dizer que esses problemas nasceram com o regime autoritário. A desigualdade de oportunidades, a ausência de

instituições do Estado confiáveis e abertas aos cidadãos, a corrupção, o clientelismo são males arraigados no Brasil. Certamente, esses males não poderiam ser curados da noite para o dia, mas poderiam começar a ser enfrentados no momento crucial da transição. O fato de que tenha havido um aparente consenso geral pela democracia por parte de quase todos os atores políticos facilitou a continuidade de práticas contrárias a uma verdadeira democracia. Desse modo, o fim do autoritarismo levou o país a uma “situação democrática” do que a um regime democrático consolidado (FAUSTO, 2003, p. 527).

A Constituição de 1988 enfrentou de forma limitada, os problemas apontados por Boris Fausto. Contra a corrupção, por exemplo, fortaleceu o Ministério Público. De maneira geral, as soluções adotadas implicam a expansão do Estado, e não necessariamente a expansão da cidadania, o que denota que, realmente, consolidou-se mais “situação democrática” que uma democracia de fato. Parafraseando Sérgio Buarque (HOLANDA, 1995, p. 160), a democracia no Brasil continua sendo um lamentável mal-entendido.

A modernização social-democrática, em que o Brasil tenta engajar-se, não é puramente um processo de expansão do Estado. A cidadania dos países desenvolvidos configura uma interface de estabilização entre a sociedade civil e o mercado, como se depreende do modelo analítico de T. H. Marshall, e sem implicar a ubiquidade das agências estatais e a interpenetração entre Estado, mercado e sociedade civil dos modelos autoritários.

A cidadania assistencialista entorpece ao mesmo tempo a sociedade civil e o mercado porque pressupõe o Estado, absorvendo funções e energia de uma e de outro. Com ela, o conflito de classes, em vez de promover apenas o adensamento da cidadania, provoca também o intumescimento do Estado.

No paradigma social-democrático, o adensamento da cidadania, sobretudo no que diz respeito à redistribuição de renda que decorre dos direitos sociais, eleva o volume de consumo, o que retroalimenta o capital.

Contudo, o intumescimento do Estado, que decorre do paradigma autoritário, processa-se com absorção de capital e trabalho, com redução da poupança interna e dos índices de produtividade.

A discussão sobre custos indiretos do trabalho no Brasil reveste-se de uma particularidade em relação aos modelos liberais: aqui, tradicionalmente, há uma transferência dos custos públicos ou tipicamente governamentais para a relação de trabalho, presente em todos os períodos políticos pós-30 (NORONHA, 2000).

A cidadania social-democrática regula a desigualdade material e de *status* do sistema capitalista, sem o que ele já teria encontrado seus limites. Por meio dela, todos os indivíduos, independentemente de posições de classe, atributos pessoais ou qualquer outra peculiaridade, são representados como pessoas equivalentes em poder e dignidade, ainda que se preservem suas diferenças. Além disso, esse tipo de cidadania, ainda que não possa revogar o princípio do livre mercado, exerce controle não negligenciável sobre a ordem econômica.

No Brasil e nos demais países de modernização de base autoritária, contudo, a cidadania não se desenvolveu a ponto de garantir equiparação genérica e universal a todos os seus titulares. Além disso, até em função desse subdesenvolvimento, a intensidade do controle da ordem econômica pela cidadania é ainda insuficiente.

Como bem apontou Roberto DaMatta, o atraso brasileiro pode ser deduzido do baixo grau de diferenciação entre a ordem institucionalizada, orientada pelo indivíduo, e uma ordem informal, orientada pela pessoa:

Diferente da Índia, que exclui sistematicamente o indivíduo, ou os Estados Unidos, que excluem sistematicamente a pessoa, no Brasil parecemos utilizar tanto uma quanto outra categoria (DAMATTA, 1997, p. 241).

Para DaMatta, na sociedade burguesa típica, como os Estados Unidos, a unidade social é o indivíduo; na sociedade tradicional, que ele chama de sociedade dos “donos do poder”, em alusão à interpretação de Raimundo Faoro (2008), a unidade social é a pessoa.

Para mantermos a categorização de Hegel (1979), diferentemente do que sustenta o antropólogo, a sociedade tradicional deve ser caracterizada pela hegemonia do indivíduo, enquanto que a sociedade burguesa deve ser caracterizada pela hegemonia da pessoa.

Como assumimos com a Tönnies (2002) que a esfera social tradicional é a *Gemeinschaft*, o reino dos indivíduos, e a moderna, a *Gesellschaft*, o reino das pessoas, e aceitamos a proposta de Hegel de diferenciar indivíduo e pessoa pelo grau de eficácia da ordem jurídica na determinação da ação social, sustentamos que a modernização social-democrática corresponde ao aperfeiçoamento do universo das pessoas, da economia burguesa e do direito racional.

Contudo, em nossa perspectiva, esse aperfeiçoamento não se realiza em detrimento do universo dos indivíduos, da economia pré-capitalista, nem dos esquemas de dominação tradicionais, que subsistem marginalmente e de, certa forma, sustentam a nova ordem.

A modernidade seria, em nossa chave interpretativa, uma situação em que a *Gemeinschaft* e a *Gesellschaft* se sincronizam sob a hegemonia desta. Nesse mundo dual, os atores sociais são ambivalentes. Na *Gemeinschaft*, funcionam como indivíduos; na *Gesellschaft*, como pessoas.

DaMatta acerta, portanto, quando ressalva que, nem nos Estados Unidos, nem no Brasil, “(...) desapareceram o indivíduo e a pessoa. Apenas se balanceou o sistema [de dualidade entre essas duas polaridades] de modo diverso” (DAMATTA, *op. cit.*, p. 240).

Sérgio Buarque de Holanda, por sua vez, favorece a interpretação de que no Brasil, em razão da hipertrofia do universo patriarcal, não se realizou o encaixe entre *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* conforme os parâmetros na modernização normal (liberal):

(...) onde quer que prospere e assente em bases muito sólidas a ideia de família – e principalmente onde predomina a família de tipo patriarcal – tende a ser precária e a lutar contra fortes restrições a formação e a evolução da sociedade segundo conceitos atuais. A crise de adaptação dos indivíduos ao mecanismo social é, assim, especialmente sensível no nosso tempo devido ao decisivo triunfo de certas virtudes antifamiliares por excelência, como o são, sem dúvida, aquelas que repousam no espírito da iniciativa pessoal e na concorrência entre os cidadãos (HOLANDA, 1995. pp. 143-144).

Se na sociedade moderna a *Gesellschaft* sincroniza a *Gemeinschaft*, no Brasil a *Gemeinschaft* sincronizava a *Gesellschaft*, o que explica o déficit de eficácia desta.

No diagnóstico pessimista da modernidade em Hannah Arendt, o dualismo entre esfera privada, o reino do indivíduo e da necessidade material, e esfera pública, o reino do cidadão e da ética política, aperfeiçoado na Grécia Antiga, foi rompido no mundo contemporâneo pela universalização do mercado.

Em Atenas, a economia confinava-se à esfera privada a fim de não se contaminar a política na esfera pública (ARENDR, *op. cit.*, p. 46). Na sociedade moderna, com a fusão entre essas duas esferas, o indivíduo, o *idion*, o idiota, aquele que se preocupa somente com as próprias coisas, toma, na condução dos negócios públicos, o lugar do cidadão, a pessoa acima dos próprios interesses, que se orienta pelo bem comum (ARENDR, *op. cit.*, pp. 47-48).

Em nosso modelo teórico esses efeitos deletérios da universalização do mercado são artificialmente compensados, nas sociedades modernas, pela universalização da cidadania.

No caso do Brasil, porém, sem esse antídoto da cidadania em pleno funcionamento, o mercado não é satisfatoriamente regulado. A hegemonia do indivíduo em detrimento da pessoa, do cidadão, bloqueia o processo de modernização.

O nivelamento universal de todos, em termos de poder econômico e de *status*, é uma ficção bem engendrada na ideia de cidadania, como demonstramos adiante.

A isonomia *de fato* é incompatível com o sistema capitalista, que pressupõe o acesso competitivo, exclusivo e desigual aos bens materiais e ao reconhecimento. A isonomia, formal, porém, não é apenas compatível com o capitalismo, como também uma condição essencial à sua estabilização em meio à luta de classes.

Nos próximos três capítulos, fazemos uma rápida recapitulação do processo de industrialização brasileiro. Haja vista o objeto de nossa pesquisa, o fio condutor dessa retrospectiva histórica será a transição dos setores de mineração e siderurgia da escala de manufatura à escala de megaempreendimentos industriais.

## 26. A implantação da indústria siderúrgica brasileira

Em dezembro de 1703, a Coroa Portuguesa e a britânica firmaram em Lisboa o Tratado de Methuen, que assegurou às exportações de vinhos portugueses à Grã-Bretanha tarifas alfandegárias reduzidas em troca de isenção tarifária total aos tecidos de lã importados da Grã-Bretanha por Portugal.

Portugal specialized in a commodity that did not have the same growth potential over the future as did cloth for England, and suffered, as a consequence, as the Portuguese economy's productive structure and institutions were moulded in the direction of wine production. In fact, after trade was rapidly expanded following the Methuen Treaty in 1703, Portugal was left with a sizeable trade deficit as its exports to Britain fell short of its import from Britain. The boom in Portuguese-British trade fortuitously coincided with a gold rush in Brazil, Portugal's colony, enabling the Portuguese to cover their deficit for a time with a colonial gold flow<sup>125</sup> (CYPHER; DIETZ, 2002, p. 120).

Esse acordo, ao favorecer a entrada do produto que impulsionou a Revolução Industrial, inviabilizou a instalação de manufaturas no vasto território sob jurisdição da coroa portuguesa, inclusive no Brasil, na época colônia de Portugal.

No momento em que avançava o processo de modernização capitalista-industrial na Grã-Bretanha, Portugal ainda praticava uma política econômica mercantilista e se especializava na produção e no fornecimento de *commodities*.

Em decorrência, a fim de concentrar recursos e mão de obra na exploração de metais preciosos e na agricultura, a Coroa portuguesa proibiu em 1785 a instalação de manufaturas no Brasil<sup>126</sup>.

---

<sup>125</sup> “Portugal especializou-se em uma commodity que não tinha o mesmo potencial de crescimento no futuro do tecido para a Inglaterra, e em decorrência disso sofreu, na medida em que a estrutura produtiva e as instituições da economia portuguesa se moldaram em direção à produção de vinho. De fato, depois que o comércio expandiu rapidamente após o Tratado de Methuen em 1703, Portugal ficou com um considerável déficit comercial, já que suas exportações para a Grã-Bretanha ficaram abaixo de suas importações da Grã-Bretanha. O *boom* no comércio britânico-português coincidiu fortuitamente com a corrida do ouro no Brasil, colônia de Portugal, permitindo aos portugueses cobrir provisoriamente seu déficit com o fluxo de ouro colonial” (tradução nossa).

<sup>126</sup> O alvará que determinou essa proibição está disponível no sítio do Arquivo Nacional, no link <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/Media/Junt%20da%20fazend%20COD439%20f27f27vf28.pdf>.

(...) nessas condições, a extração do ouro [principal atividade econômica no Brasil] só era feita através do emprego de instrumentos rudimentares, dado o alto custo dos produtos importados (PIMENTA, 1967, p. 13).

No final do Século XVIII, começaram a esgotar as minas superficiais, que podiam ser exploradas manualmente. As ferramentas para extração do ouro tornaram-se, então, imprescindíveis.

É que o mostra trecho de uma carta de 4 de agosto de 1780, enviada ao governo português pelo governador de Minas Gerais, Rodrigo José de Menezes, para defender a instalação de uma fábrica de ferro na capitania:

Se em tôda parte do mundo é esse metal necessário, em nenhuma mais do que nestas minas; qualquer falta que dêle se experimente, cessa tôda a qualidade de trabalho; seguem-se prejuízos irreparáveis e é uma perdição total. Fabricando-se aqui, pode custar um preço muito mais módico, não obstante os direitos que se devem impor, como abaixo direi; facilitar-se deste modo a comprova dele, concorre este artigo para que faça mais conta ao mineiro extrair ouro, tendo barato o ferro. Para o termos excessivamente caro somos obrigados a comprá-lo e pagar por êle avultadas somas aos suecos, hamburgueses e biscainos (*apud*. PIMENTA, *op. cit.*, p. 14).

Decidido a resolver o problema de escassez de ferro – não para aderir à modernização capitalista, mas para desatramancar a economia primária, conforme sugestão do governador da capitania de Minas Gerais – o governo português decide adquirir expertise em mineração e metalurgia.

Em 1790, começou a organizar uma missão com esse objetivo. Três recém-graduados da Universidade de Coimbra foram destacados para estudar química e minas em Paris e, depois, em Freiberg. Em seguida, realizaram visitas técnicas em minas de Hungria, Saxônia, Boêmia, Suécia, Noruega, Inglaterra, França e Espanha (*ibid*, p. 15).

Participaram da missão portuguesa Joaquim Pedro Fragoso e dois jovens brasileiros: Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá, o Intendente Câmara, da Capitania de Minas Gerais; e José Bonifácio de Andrada, da capitania de São Paulo (FILGUEIRAS, 1986, p. 264).

Em meados da última década do Século XVIII, a Coroa portuguesa passou a permitir a instalação de manufaturas de artigos de ferro na colônia brasileira. Contudo, os dois empreendimentos pioneiros só começaram a ser implantados após a chegada da família real portuguesa no Brasil: a Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, criada em 1809 na capitania de Minas Gerais e dirigida pelo Intendente Câmara; e a Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, criada em 1810, na capitania de São Paulo, após estudos técnicos de Martim Francisco de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio (SANTOS, 2009, pp. 23-24).

A primeira siderúrgica mineira começou a ser construída “no Morro do Gaspar Soares, hoje Morro do Pilar, em águas vertentes do Rio Santo Antônio, afluente do Rio Doce, à margem da estrada que ligava Vila Rica à Itabira, Vila do Príncipe e Tejuco” (PIMENTA, *op. cit.* p. 18).

Manuel Ferreira da Câmara, nomeado Intendente-Geral das minas em 1800 e Intendente dos Diamantes do Sêro do Frio em 1806, havia defendido o projeto em carta ao Príncipe Regente Dom João em 1807 (*ibid.* p. 16).

Com resultados fracos, a pioneira siderúrgica do Vale do Rio Doce fechou-se em 1830. Contudo, o projeto estratégico de instalar uma indústria siderúrgica junto às jazidas de minério do quadrilátero ferrífero de Minas e escoar sua produção por uma via de ligação ao litoral capixaba seria retomado adiante.

No início do Século XX, a Usina Esperança, localizada na região de Itabira do Campo, era a única capaz de produzir ferro-gusa. Estima-se que em 1900 respondia por 25% da produção total de ferro no País, cerca de 3000 toneladas anuais (BARROS, 2013, p. 11, nota de pé de página nº 5).

Entretanto, em 1940, antes da implantação da CSN, a produção nacional de ferro-gusa atingiu a marca de 185.548 toneladas. A Companhia Belgo-Mineira respondia por 45,62% desse total, e a Queiroz Junior, também sediada em Minas Gerais, por outros 14,89% (JOBIM, 1941, p. 40).

A Belgo-Mineira surgiu em 1921, a partir da associação entre a Companhia Siderúrgica Mineira, fundada em 1917 por Amaro Lanari, Gil Guatimosim e Christiano F. Teixeira Guimarães – os dois primeiros, pais dos engenheiros homônimos que vão compor a diretoria da Usiminas décadas mais tarde – e a *belgo-luxemburguesa Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange* (Arbed).

Após expansão moderada nos primeiros anos de sua criação, a Belgo-Mineira passou a crescer mais rapidamente a partir de 1927, e chegou à posição de maior siderúrgica do País nos anos 30 (BARROS, 2011, p. 22; CARVALHO, 2010, p. 113).

A ascensão da Belgo-Mineira deve-se, em grande medida, à inauguração de uma nova usina em João Monlevade em 1937, a meio caminho entre Belo Horizonte e Ipatinga, a cerca de 120 quilômetros do local onde seria instalada mais tarde a Usiminas.

O surto na produção de ferro e aço no Brasil, mesmo antes da instalação da CSN, ocorreu, principalmente, sob o esforço de modernização do Governo Vargas:

Assim, a importante expansão da capacidade produtiva do setor siderúrgico doméstico anterior à criação da Companhia Siderúrgica Nacional, deu-se em dois surtos mais ou menos concentrados no tempo. O primeiro, ainda que em alguns casos tivesse suas raízes em iniciativas gestadas na Primeira Guerra, efetivou-se mais propriamente aproximadamente em torno de meados da década de 1920, digamos entre 1922 e 1926. O segundo iniciou-se ao final de 1935, mas intensificou-se a partir de 1937 e estendeu-se até os primeiros anos da década seguinte. Este momento de expansão resultou praticamente na triplicação da capacidade produtiva que havia sido atingida na década anterior (BARROS, 2013, p. 29).

## **27. A incorporação da mineração nacional pelo capital estrangeiro**

Criado pelo Decreto nº 6.323, de janeiro de 1907, o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB), predecessor do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), instituído em 1934, realizou levantamento de jazidas de ferro e manganês em Conselheiro Lafaiete, Mariana, Itabira e Sabará, municípios conhecidos como Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. De acordo com o estudo, havia imensas jazidas de ferro, de excelente qualidade, em Itabira.

No XI Congresso Geológico Internacional, realizado em Estocolmo em setembro de 1910 na Suécia, o SGMB anunciou ter descoberto as maiores jazidas de minério de ferro do mundo no centro do estado de Minas Gerais, estimadas em 10 bilhões de toneladas (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, 2012, p. 28).

Por essa época, os engenheiros ingleses residentes no Brasil, Murly Gotto, Dawson e Robert Normanton já tinham obtido a opção de compra de extensas faixas de terra na região.

Em 1909, fundaram a Brazilian Hematite Syndicate para explorar as jazidas, depois de assegurar o escoamento do minério até o Porto de Vitória pela Estrada de Ferro Vitória a Minas, em entendimento com a direção da companhia que controlava a ferrovia, construída por empresários brasileiros no final do Século XIX para transporte de passageiros e de produção agrícola da região do Vale do Rio Doce (*ibid.*).

A Brazilian Hematite Syndicate, que já detinha 76,8 milhões de metros quadrados de terreno com mais de 1 bilhão de toneladas de minério e 73,3% do capital da Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, é sucedida em 1911 pela Itabira Iron Ore Company, com sede em Londres, que recebeu autorização do Governo para explorar as jazidas de minério de Itabira (*ibid.*, pp. 28-29).

Um grupo inglês de grandes banqueiros e comerciantes de ferro<sup>127</sup> adquiriu a Itabira Iron Ore em 1919, e convidou o empreendedor americano Percival Farquhar a “representar seus interesses no Brasil e solucionar problemas técnicos e legais para exportação do minério de ferro” (PELÁEZ, 1972, pp. 180-181).

Farquhar havia chegado ao Brasil 15 anos antes e se especializara em negócios envolvendo empresas estrangeiras e o poder público. Em 1905, trabalhou na instalação da canadense Rio de Janeiro Tramways, Light and Power, que mais tarde seria conhecida simplesmente por Light. Farquhar também se envolvia em projetos polêmicos, como a venda de madeira e borracha na Amazônia.

Logo no início de sua atuação à frente da Itabira Ore Co., Farquhar propôs ao governo brasileiro, em troca da autorização para exportar 4 milhões de toneladas anuais de ferro, construir uma usina siderúrgica sem ônus para os cofres públicos. A proposta foi bem recebida pelo presidente da República, Epiácio Pessoa, que assumira em 1919, e por seu ministro da Viação e Obras Públicas, José Pires do Rio. O presidente também via com bons olhos o ingresso de capital estrangeiro no país. Estimava-se que a Itabira Ore Co. empregaria

---

<sup>127</sup> Esse grupo seria formado por Iron Master Dormann; Singel; Lloyds Bank e Lora Invenforth (FIRMINO, 2013, p. 51).

cerca de 60 milhões de dólares no projeto (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, *op. cit.*, pp. 32-33).

Foi grande a resistência de movimentos nacionalistas e de lideranças mineiras – incluindo o presidente de Minas Gerais, Arthur Bernardes (1918-1922) – ao acordo com a Itabira Iron Ore, situação que se agrava com Bernardes na Presidência da República (1926-1930) (*ibid.*, p. 29; OLIVER, 2011, cap. 1, p. 19). Contudo, Farquhar conseguiu manter as posições da empresa ao longo da década de 20.

Após a Revolução de 30, a retomada do controle de recursos naturais em poder estrangeiro tornou-se prioridade, e a situação da Itabira Iron Ore Company era emblemática.

## **28. Nacional-desenvolvimentismo e arrancada industrial nos anos 30**

O desenvolvimento brasileiro, na avaliação de Vargas, dependia, fundamentalmente, de duas providências. A primeira seria a construção de uma grande usina siderúrgica, que impulsionaria a industrialização do País; e a segunda, a modernização das Forças Armadas (MOURA, 2012, p. 66).

Para o presidente, a nacionalização dos recursos minerais e energéticos, era condição tanto para a instalação da grande siderurgia, como para o empoderamento militar.

A Constituição de 1937, que conformou o Estado Novo, proibiu o capital estrangeiro no setor siderúrgico e na mineração (artigos 143) e determinou a nacionalização progressiva das minas, das jazidas minerais e quedas d'água e outras fontes de energia e das indústrias de base ou consideradas essenciais à defesa econômica ou militar do País (art. 144).

Getúlio Vargas editou em 29 de março de 1940 o Código de Minas (Decreto-Lei 1.985), que proibiu o capital estrangeiro na mineração e na metalurgia, em linha com uma doutrina nacional-desenvolvimentista.

(...) condição de empresa estrangeira ela [a Itabira Iron Ore Company] não poderia explorar diretamente as suas minas. Diante desse entrave, Percival Farquhar, buscando alternativas para as jazidas pertencentes à Itabira Iron Ore Co., associou-se a capitalistas brasileiros (...). Assim,

em agosto de 1939, ao mesmo tempo que o contrato da Itabira era liquidado definitivamente pelo governo, Farquhar, tendo como sócios os empresários Gastão de Azevedo Vilela, Álvaro Mendes de Oliveira Castro, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Mário W. Tibiriçá, Aminthas Jacques de Moraes e Athos de Lemos, fundou a Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. (CBMS), da qual detinha 47% das ações. O Decreto n.º 4.642, de 6 de setembro do ano seguinte, autorizou o seu funcionamento, e o Decreto-Lei n.º 2.351, de 28 de junho de 1940, permitiu-lhe incorporar a Companhia Estrada de Ferro Vitória a Minas, exigindo em troca a remodelação da linha existente e a construção de dois novos trechos (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, op. cit., p. 46).

De modo geral, as demais empresas do setor de mineração sob controle estrangeiro, como a britânica Saint John d'el Rey Mining Company Limited, detentora da Mina de Morro Velho, situada na atual cidade de Nova Lima (MG), adaptaram-se à situação:

The Saint John d'el Rey saw the nationalistic handwriting on the wall and created a new dummy company, the Companhia de Mineração Novalimense (CMN), that actually held the mining right to all the Saint John's properties. The new "paper" company was theoretically a Brazilian corporation, created and organized in the country, with stock issued in Brazil. The Saint John, however, controlled the stock, and the board consisted of the company Brazilian lawyers and some company officials<sup>128</sup> (EAKIN, 1989, posição 1892).

Esse episódio, em que os ingleses fizeram uma empresa para brasileiro ver, ilustra bem nosso argumento contra a posição de Ralf Dahrendorf acerca da suposta diluição do antagonismo capital e trabalho.

Mesmo em uma economia dominada por sociedades de capital, em suas diversas formas, incluindo as anônimas, esse antagonismo persiste. A burguesia, como o caso da Mina de Morro Velho demonstra, pode muito bem terceirizar a administração e reter rendimentos da produção capitalista.

---

<sup>128</sup> “A Saint John d'el Rey, diante do agouro nacionalista, criou uma nova empresa fictícia, a Companhia de Mineração Novalimense (CMN), que, de fato, detinha os direitos de explorar as jazidas de propriedades da Saint John. A nova companhia, que só existia no papel, era teoricamente uma corporação brasileira, criada e organizada no País, com ações emitidas no Brasil. A Saint John, entretanto, controlava as ações, e a direção consistia de advogados e de alguns empregados da empresa” (tradução nossa).

Com os desdobramentos da Segunda Guerra Mundial em curso e a escassez de fontes nacionais de financiamento aos grandes projetos de modernização prometidos pelo Estado Novo, Vargas teria que ceder, até certo ponto, em suas convicções nacionalistas, mas não desistiria de seus planos.

Diante da perspectiva de serem arrastados pelo conflito, os Estados Unidos procuraram aumentar sua influência na América Latina.

(...) em 16 de agosto de 1940, após muitas semanas de discussão, o presidente Roosevelt criou um órgão separado para lidar com os assuntos econômicos e culturais interamericanos dos Estados Unidos. Sob a liderança de Nelson Rockefeller, este órgão foi denominado o Birô de Coordenação das Relações Comerciais e Culturais entre as Repúblicas Americanas (*Office for the Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*). Apenas um ano mais tarde, seu nome mudou para Birô do Coordenador de Assuntos Interamericanos (OCIAA – *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*) e assim ficou conhecido até o final da guerra. De acordo com as definições oficiais, o propósito do OCIAA era “formular e executar um programa para aumentar a solidariedade hemisférica e avançar o espírito de cooperação interamericana” (MOURA, *op. cit.* p. 60).

A nova estratégia americana para seus vizinhos ao sul do continente visava, em especial, o Brasil. Tanto Vargas como seu ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e o chefe do Estado-Maior do Exército em seu governo, e o general Góes Monteiro, admiravam a Alemanha (*ibid.*, p. 54). O Brasil, como os países do Eixo, orientava-se pelo paradigma de modernização autoritária.

Os Estados Unidos, para evitar que Vargas se aliasse à Alemanha, e que os recursos naturais brasileiros fossem canalizados para o país rival, decide tomar o controle desses bens. Getúlio atende às pretensões do Governo de Washington, mas, como compensação, exige apoio americano para deslanchar a modernização brasileira.

Por meio de um acordo assinado pelos dois países em 14 de maio de 1941,

(...) o Brasil se comprometia a vender sua produção total de bauxita, berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, minério de manganês, mica, cristais de quartzo, borracha, titânio e zircônio

exclusivamente aos Estados Unidos. (...) Ao mesmo tempo, o governo estadunidense se comprometia a facilitar o envio dos Estados Unidos ao Brasil de certos materiais necessários para a indústria brasileira, apesar de que esses envios seriam “facilitados se isto fosse compatível com o programa de defesa nacional dos Estados Unidos” (*ibid.*, p. 63).

Para viabilizar esse acordo, o governo dos Estados Unidos acenou com o fornecimento de 100 milhões de dólares em equipamento militar naval, nos termos da *Lend Lease Bill* (Lei de Empréstimo e Arrendamento), de 11 de março de 1941.

Vargas procurava tirar vantagem da situação para deslanchar o projeto de modernização do Estado Novo, cuja plataforma inicial seria a implantação de uma grande siderúrgica a coque, tecnologia ainda inédita no Brasil, e de uma companhia estatal para explorar as imensas jazidas de ferro situadas em Minas Gerais.

A necessidade premente de minério de ferro para abastecer as indústrias bélicas americana e britânica favoreceu o projeto brasileiro de instalar a estatal no setor de mineração.

Warren Pierson, presidente do Export-Import Bank, apresentou no início de 1942 um plano para exportação do minério de ferro brasileiro às duas potências, com os seguintes pontos “1) a abertura da mina de minério de ferro e manganês de Itabira e melhorias à estrutura ferroviária para transportar o minério até Vitória; 2) um empréstimo para capacitar a Ferrovia Central do Brasil a transportar grandes quantidades de minério de manganês e de ferro até o porto do Rio de Janeiro, e para melhorar este porto” (*ibid.*, p. 101).

A partir desse plano, representantes do Brasil, do Reino Unido e dos Estados Unidos assinaram em 3 de março de 1942, os Acordos de Washington. Conforme esses tratados, 1) o Reino Unido compraria e repassaria ao Brasil as jazidas de minério de ferro da Itabira Iron Ore Co.; 2) o Eximbank concederia empréstimo de US\$ 14 milhões para aquisição de equipamentos e contratação de serviços de fornecedores americanos para expansão e modernização da Estrada de Ferro Vitória a Minas, das minas de Itabira e do Porto de Vitória; 3) o Brasil encamparia a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) e modernizaria a exploração das jazidas de Itabira, por meio de uma companhia a ser criada para extrair, transportar e exportar, principalmente minério de ferro e manganês (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, *op. cit.*, p. 50).

Com esse acerto, assegurava-se a exportação de 1,5 milhão de toneladas anuais de minério brasileiro aos Estados Unidos e ao Reino Unido, por um prazo de três anos, a preços bastante inferiores aos de mercado (*ibid.*).

Getúlio Vargas, por meio do Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942, autorizou a constituição da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) para explorar as jazidas de minério de ferro de Itabira e a Estrada de Ferro Vitória a Minas. A Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A. e a Companhia Itabira de Mineração seriam absorvidas pela nova estatal, e seus acionistas seriam indenizados pelo Tesouro ou por meio de participação acionária na CVRD (*ibid.*; BRASIL, 1942).

As negociações entre os dois países para deslanchar a grande siderúrgica, porém, foram mais complicadas. Em março de 1939, o ministro das Relações Exteriores na época, Oswaldo Aranha, buscou apoio para o projeto da United States Steel Co. (US Steel), então maior produtora de aço do mundo.

Uma comissão mista de técnicos da US Steel e técnicos brasileiros (Edmundo de Macedo Soares, Plínio Cantanhede, João Batista da Costa Pinto e Joaquim Arrojado Lisboa) reuniu-se no Brasil e concordou com a viabilidade da primeira usina siderúrgica a coque, pretendida pelo governo brasileiro (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, *op. cit.*, p. 49).

Getúlio Vargas chegou a anunciar que a construção da usina começaria em 1940, mas a companhia americana desistiu do projeto, receosa com o nacionalismo brasileiro (MOURA, *op. cit.*, p. 64).

O governo americano postergava a questão o mais que podia, mas Vargas deixou claro que o apoio técnico e financeiro dos Estados Unidos para a construção de uma grande siderúrgica era imprescindível para selar a aproximação entre os dois países no cenário delicado da Segunda Guerra. Além disso, sinalizou que o Brasil poderia substituir os Estados Unidos pela Alemanha nessa parceria, se a Casa Branca não atendesse às reivindicações brasileiras.

No contexto dessas conversas frustrantes, Getúlio fez um discurso vigoroso no dia 11 de junho [de 1940], no qual declarou a adesão brasileira à causa Pan-Americana, enquanto apontava vários problemas urgentes que precisavam ser resolvidos. De acordo com o presidente, o governo brasileiro pretendia firmemente promover a

industrialização do país (isto é, construir a siderúrgica) e reequipar as forças armadas. Com esse propósito em mente, o governo estava disposto a “olhar para a organização política dos povos fortes” (isto é, a Alemanha). As mesmas ideias foram repetidas num segundo discurso alguns dias mais tarde (*ibid.*, p. 66).

Diante da persistência de Vargas, a Casa Branca cedeu, e as duas partes chegaram a um acordo em agosto de 1940 em Washington. O Eximbank concederia empréstimos em condições favoráveis para financiar a instalação da siderúrgica, e o projeto receberia assistência técnica de empresas privadas estadunidenses.

Em 9 de abril de 1941, realizou a assembleia geral que criou a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A construção da usina de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, começou no mesmo ano.

Os primeiros setores [da CSN] a entrar em funcionamento foram os fornos de coque e o setor de subprodutos (alcatrão, piche, benzol, nafta etc.), em abril de 1945. Ao final da Segunda Guerra, 80% da usina estavam concluídos. Com a inauguração da CSN, a produção brasileira de aço passou de 205.935 toneladas, em 1945, para 788.557 toneladas, em 1950. Durante o período de construção da usina, foi ampliada a malha ferroviária da Central do Brasil, ligando o Rio de Janeiro a Volta Redonda. Foi ainda eletrificado o trecho Nova Iguaçu-Barra do Piraí (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, op. cit., pp. 49-50).

A Companhia Siderúrgica Nacional emergiu como a maior usina de aço integrada a coque da América Latina, pioneira em chapas planas, em laminados a quente e a frio e em produtos de aço revestidos (ANDRADE; CUNHA, 2002, p. s/n.)

A implantação da maior siderúrgica da América Latina combinada com a recuperação de jazidas de minério de ferro situadas em Minas Gerais e com criação de uma imensa estatal para explorá-las, elevou o Brasil a um novo patamar de desenvolvimento industrial. Getúlio Vargas cumprira a promessa de acelerar a modernização brasileira.

Ao lançar a pedra fundamental da Companhia Siderúrgica Mannesmann, em 31 de maio de 1952, Vargas, agora presidente democraticamente eleito, avaliou a importância da CSN para o desenvolvimento nacional:

(...) Com ela se inaugurou a grande indústria pesada em nosso país. Foi um fato inédito na história econômica do Brasil, e me conforta verificar o serviço inestimável prestado ao país por essa iniciativa de meu governo.

Hoje, Volta Redonda já contribui de maneira apreciável para a indústria nacional. Em 1951, produziu mais de 285 mil toneladas de coque, 342 mil toneladas de gusa, 465 mil toneladas de aço em lingotes e 342.500 toneladas de laminados de aço. As vendas efetuadas pela Companhia Siderúrgica Nacional durante o ano de 1951 montaram a mais de 1.475 milhões de cruzeiros – quantia bastante expressiva do valor da sua produção industrial (D'ARAUJO, 2011, p. 720).

Em 1942, a cooperação entre Brasil e Estados Unidos se intensificou. Se por um lado o governo americano viabilizava empréstimos e transferência de equipamentos militares às Forças Armadas brasileiras, de outro o governo do Brasil declarava guerra a países do Eixo e franqueava a instalação de bases e pessoal militar americano no Nordeste.

A aproximação das Forças Armadas do Brasil com os Estados Unidos acabou por se revelar uma armadilha para Getúlio Vargas. O Brasil foi capturado pela hegemonia americana, o que explica, em boa parte, a queda do presidente em 1945.

A indefinição sobre a agenda de modernização, espremida entre nacionalismo interno e a subordinação política e econômica do País aos Estados Unidos, será uma constante nas décadas seguintes.

## **PARTE 4. REGIME DE CONTENÇÃO EM IPATINGA**

### **29. Modernização desviante no Vale do Aço**

Passamos a testar o marco teórico que esboçamos contra o conflito entre a direção da Usiminas e operários da empresa em Ipatinga, principal cidade da Região Metropolitana do Vale do Aço, especificamente no período entre 1958 a 2000.

O escopo geográfico da análise sociológica de Thomas Marshall, uma das referências fundamentais de nossa investigação do processo de modernização social-democrática, é um país, a Inglaterra.

O foco de nossa análise é bem mais restrito, uma cidade de médio porte, a 209 quilômetros de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Ainda que o conceito de cidadania, central nesta tese, tenha deixado de se referir diretamente à cidade e contemporaneamente se articule com a categoria mais ampla de Estado, essa abordagem mais focada é bem apropriada à nossa investigação, porque os efeitos empíricos da cidadania podem ser apreendidos com mais acuidade no âmbito da cidade.

Em um estado federativo, como a república brasileira, a cidadania é necessariamente escalonada. A cidadania brasileira compreende, além de sua dimensão geral, uma dimensão intermediária, estadual, e uma dimensão mais específica, municipal.

Essas três dimensões se subsomem na mais geral, de forma que uma não entra em contradição com as demais. Do plano mais geral para o mais específico, acrescentam-se especificidades que complementam e diversificam a cidadania como um todo.

O objeto de nossa pesquisa, a rigor, extrapola o âmbito de Ipatinga e se irradia por toda a região do Vale do Aço, que compreende também outros três municípios: Coronel Fabriciano, Timóteo e Santana do Paraíso.

Contudo, é conveniente que adotemos Ipatinga como escopo da investigação, porque não se pode distinguir claramente uma cidadania articulada com o Vale do Aço, por falta de institucionalização de uma unidade política correspondente, a despeito da criação, em 2006, de uma região metropolitana que integra os quatro

municípios. As regiões metropolitanas são figuras políticas desprovidas de autonomia federativa. Conseqüentemente, não projetam direitos de cidadania.

Tanto o movimento operário de 1963 como o de 1985, que serão os dois pontos culminantes de nossa análise, foram alimentados por um forte consenso entre os trabalhadores subalternos em torno da premissa de que o controle (empregatício, político e social) que a siderúrgica tentava lhes impor era incompatível com o mínimo de respeito devido ao cidadão da sociedade moderna.

Esse controle servia à manutenção da iniquidade econômica, mas também produzia bônus de *status* a seus titulares, de forma que não procede sua articulação exclusivamente com motivações utilitárias, nem sua articulação exclusivamente com motivações éticas.

Além de ser subjugado na ordem econômica, com participação desproporcional nos resultados do processo produtivo, o trabalhador também estava sujeito a uma ordem de *status* que o inferiorizava. A subalternidade na ordem econômica corroborava a subalternidade na ordem de *status*, e vice-versa.

Os prepostos da empresa se orientavam por parâmetros arcaicos de dominação, estruturados em uma ordem de *status* hierárquica e estamental, que ainda reproduzia práticas e princípios da antiga sociedade escravocrata, em que, basicamente, parte da sociedade era proprietária e parte, propriedade.

Se a modernização social-democrática típica consistiu na universalização dos direitos de cidadania para apaziguamento da classe operária, a modernização de Ipatinga consistiu, até meados dos anos 80, na obstrução do conflito de classes por meio da violência e da concessão de contrapartidas econômicas, mas sem interveniência de uma ordem de *status* igualitária.

Antes de detalharmos esse caso de modernização desviante, perfazemos uma breve revisão bibliográfica sobre os fenômenos sociais que configuram nosso objeto de pesquisa.

### **30. Revisão bibliográfica**

Há razoável literatura sobre os fatos que serão articulados no problema de pesquisa, sobretudo sobre o Massacre de Ipatinga, que ocorreu na manhã do dia 7 de

outubro de 1963 e rapidamente ganhou destaque em noticiários, emissoras de rádio e jornais no Brasil e no exterior.

O primeiro livro dedicado ao processo de construção da Usiminas em Ipatinga, *Implantação da grande siderurgia em Minas Gerais* (PIMENTA, 1967), publicado na segunda metade dos anos 60, sequer menciona o Massacre de Ipatinga.

Nessa obra, Demerval José Pimenta, que participou ativamente destes processos na qualidade de presidente do Conselho Consultivo da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME) e de diretor do Departamento de Estudos Econômicos da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG), conta lances importantes da luta política pelo fortalecimento da indústria siderúrgica em Minas Gerais e detalhes da história da implantação da Usiminas no estado, desde as primeiras negociações em torno do projeto.

No início dos anos 70, Fernando Correia Dias e Oder José dos Santos publicam o artigo *Ipatinga: uma comunidade operária* na Revista Brasileira de Estudos Políticos (DIAS; SANTOS, 1972). No texto, os autores apresentam parte das conclusões de pesquisa sobre a estrutura urbana de Ipatinga, encomendada pela prefeitura do município e pelo Escritório Associado de Planejamento (EPLAN).

O trabalho acima referido, que incluiu a aplicação de 4.381 questionários, é importante para nossa tese por fornecer uma radiografia da cidade de Ipatinga logo após a consolidação urbana do município.

A primeira publicação acadêmica sobre o Massacre de Ipatinga (SOARES, 1979), surge apenas no final da década de 70, no contexto da intensificação de greves operárias em Minas Gerais e no Brasil.

O alvo preferencial desses protestos era o governador biônico, Francelino Pereira, e o Regime Militar como um todo, a exemplo do que acontecia em outros estados, principalmente no ABC Paulista.

No artigo, intitulado *O massacre de Ipatinga*, Daniel Miranda Soares afirma que o episódio revelava a tradicional disposição do governo e das classes dominantes de recorrer à violência para manter a superexploração da classe operária mineira.

Quando o Regime Militar enfrentava sua pior crise, com o superendividamento público, estagflação e arrocho imposto pelo Fundo Monetário Internacional, surge o livro *O Massacre de Ipatinga* (PEREIRA, 1984).

O livro refletia não apenas o cenário nacional conturbado, como também a reposição do massacre no espaço público a partir da comemoração dos 20 anos do episódio em 1983, que contou com a participação do ícone da luta operária, o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva.

Essa agenda foi construída por uma coalização de movimentos sociais, que incluía organizações da Igreja Católica, sindicatos, uma germinal oposição sindical metalúrgica e militantes do ainda inexpressivo Partido dos Trabalhadores (PT) local.

Carlindo Marques Pereira, um jornalista que sobrevivia de biscates em pequenos jornais de esquerda de Ipatinga, produziu o livro basicamente a partir de depoimentos de sobreviventes do massacre. Seu objetivo fundamental era denunciar a opressão que a Usiminas e o sistema capitalista autoritário impunham aos trabalhadores.

Em 1985, o Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas patrocina a impressão de uma segunda edição do livro para financiar a campanha da Chapa Ferramenta, que invocava o massacre de 63 como marco maior do autoritarismo da Usiminas.

Patrocinada pela própria siderúrgica, a Fundação João Pinheiro, sob coordenação de Jussara Fizzera, publica *A Usiminas conta sua história no início dos anos 90* (FRIZZERA, 1990).

A obra, que consiste em um livro principal e dez fascículos com a transcrição de entrevistas com personalidades eminentes da história da empresa, traz menções ao *Massacre de Ipatinga*. As mais relevantes são, provavelmente, a versão apresentada por Gil Guatimosim Júnior<sup>129</sup>, na época chefe do antigo departamento de Relações Industriais, e um dos protagonistas dos eventos de 7 de outubro (GUATIMOSIM JÚNIOR, 1990, pp. 13-15).

Logo depois, a Prefeitura de Ipatinga publicou *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens* (RUEDA; NAHAS JUNIOR, 1991;

---

<sup>129</sup> Gil Guatimosim Júnior era filho do célebre engenheiro homônimo que foi um dos fundadores da Companhia Siderúrgica Mineira, embrião da Belgo-Mineira. Ocupou diversos cargos na Usiminas, entre eles o de chefe do Departamento de Relações Industriais e de vice-diretor de Operações.

RUEDA; NAHAS JUNIOR, 1992). Com dois volumes, a obra é, basicamente, uma coletânea de entrevistas com pioneiros da cidade.

De grande relevância para nossa pesquisa, é a entrevista de Jorge Noman Neto, primeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, com detalhes sobre a criação e consolidação da entidade (*op. cit.*, 1991, pp. 65-80). Também merece destaque o depoimento do ex-operário da Usiminas, Adil Albano, com o testemunho sobre o Massacre de Ipatinga (*ibid.*, pp. 81-90).

No final dos anos 90, a dissertação *Viver em Ipatinga: olhares de cidadãos – cidadãos se fazendo na cidade (1958-1992)* (DINIZ, 1998) é defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Nesse trabalho, Lígia Garcia Diniz recupera o processo de construção – em sentido amplo – de Ipatinga, entre 1958 e 1992, através da memória de seus próprios moradores.

Reporta sucintamente o massacre de 63, mas defende que crucial no processo em questão foi, a partir do Movimento Ferramenta, a ruptura da população com a supremacia da Usiminas sobre a configuração da cidade.

Marcelo Freitas, que já havia assinado várias reportagens sobre o episódio como repórter dos jornais Estado de Minas e Hoje em Dia, defendeu na década seguinte a dissertação *A longa luta contra o esquecimento: o Massacre de Ipatinga* (FREITAS, 2006), no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)<sup>130</sup>.

Após refazer o contexto histórico local e nacional da época e oferecer um relato dos antecedentes, dos principais lances e dos desdobramentos do Massacre, Freitas apresenta diversas contraprovas à versão oficial de que morreram apenas oito pessoas naquela tragédia.

Na mesma época, Marilene Ramalho Tuler apresenta no Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (USS), de Vassouras, Rio de Janeiro, a dissertação intitulada *O Massacre de Ipatinga: o contexto sócio-político do Golpe Militar de 1964 através de um estudo de caso* (TULER, 2006).

---

<sup>130</sup> O substrato da dissertação foi publicado em livro em 2008 (*vide* FREITAS, 2008).

Tuler defende nesse trabalho a tese de que o Massacre de Ipatinga foi resultado da radical precarização das relações de trabalho na área da Usiminas e da conjuntura nacional pré-golpe de 64 (TULER, 2010, p. 213<sup>131</sup>).

A historiadora reconstitui o cenário da época da implantação da Usiminas e procura articular esse cenário local com o cenário político mais amplo, em que forças conservadoras, inclusive o governador de Minas, preparavam-se para derrubar o presidente João Goulart.

No ano seguinte e no mesmo programa de Pós-Graduação da Universidade Severino Sombra, é defendida por João Carlos Duarte a dissertação *A ação política do Grupo Ferramenta na Década de Oitenta em Ipatinga* (DUARTE, 2007).

Esse trabalho remonta às origens da Usiminas e dos conflitos operários em Ipatinga, rememora o massacre de 63 e o recrudescimento e ampliação do sistema de vigilância dos trabalhadores, até a insurgência de 85. A partir dessa contextualização, o autor passa a mapear as carreiras políticas dos integrantes da Chapa Ferramenta.

Entrementes, Paulo Roberto de Souza defende dissertação com o título *Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60* (SOUZA, 2007) no curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

O pesquisador repassa a construção da Usiminas e de Ipatinga e os principais fatos que concorreram com a formação da classe operária local, com acento no Massacre e rápida referência ao Movimento Ferramenta.

Também é de 2007 o livro *Direito à verdade e à memória*, da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos (BRASIL, 2007). A obra é dedicada a relatar julgamentos, pela comissão, de pedidos de indenização por mortes e desaparecimentos com motivações políticas ocorridos entre 2 de setembro de 1961 e 5 de outubro de 1988.

No livro, o Massacre de Ipatinga é apresentado como desdobramento de uma “(...) manifestação espontânea em resposta às agressões praticadas por vigilantes e policiais contra alguns colegas na noite anterior [a 7 de outubro de 1963]. De acordo com a publicação, o movimento dos trabalhadores na ocasião não tinha “arrimo de uma

---

<sup>131</sup> O substrato da dissertação foi publicado em livro em 2007. Utilizamos, nas referências, a segunda edição desse livro, publicada em 2010.

organização partidária ou sindical, os operários agiram movidos pela indignação (...)” (BRASIL, *op. cit.*, p. 51).

Veio em seguida o documentário fotográfico *Japoneses no Vale do Aço* (NAZARETH, 2008), que traz a história da implantação da Usiminas em Ipatinga na perspectiva da colônia nipônica, formada por imigrantes do Japão atraídos pelo projeto.

Sobre o Massacre de Ipatinga, a obra basicamente reproduz reportagens publicadas na época e traz depoimentos de japoneses que presenciaram o episódio (*ibid.*, pp. 80-83).

No ano seguinte publica-se a obra *Ipatinga Cidade Jardim* (MORAES, 2009). Ao longo de seus 9 volumes, José Augusto de Moraes apresenta a história de Ipatinga e da Usiminas segundo depoimentos que colheu ao longo de anos e de textos selecionados de publicações anteriores. O autor vale-se de relacionamentos pessoais principalmente com antigos moradores de Ipatinga, como ele próprio, para acessar e registrar a história oral da cidade.

No volume sobre o Massacre de Ipatinga, não apresenta uma versão própria sobre os fatos, mas reproduz uma série de depoimentos de sobreviventes, de parentes dos mortos e de testemunhas do acontecimento.

*Entre a igualdade e a distinção: a trama social de uma grande empresa corporificada no uniforme de trabalho* é o título de uma tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) já no início da segunda década deste século (FARIAS, 2010).

Nesse trabalho, Rita de Cássia Pereira Farias toma como unidade de análise o uniforme dos empregados da Usiminas. O argumento fundamental da tese é que o uniforme foi imposto como instrumento de controle operário e se transformou em símbolo de distinção e prestígio no Vale do Aço.

A autora se refere aos conflitos que marcaram a relação entre direção e operariado no contexto da Usiminas desde a implantação da Usina. Contudo, seu interesse primário nessa seção não é emprestar-lhes abordagem analítica, mas indicar como foram exorcizados no uniforme.

Na tese de doutorado *A construção e a (tentativa) de desconstrução da “cultura USIMINAS”: narrativas ao longo de 50 anos* (FURTADO, 2011) defendida

no Programa de Pós Graduação em Administração da UFMG, Raquel Alves Furtado descreve e analisa a formação da filosofia nipo-mineira que conformou a gestão empresarial da siderúrgica e, em seguida, relata a tentativa frustrada de desarraigá-la a partir de 2008.

O substrato empírico dessa pesquisa consiste, basicamente, em discursos de funcionários da Usiminas, boa parte deles engenheiros e ocupantes de cargos de direção. O conceito de cultura aparece como “um imaginário construído coletivamente [e conflituosamente] ao longo do tempo” (FURTADO, 2011, p. 8).

A principal contribuição da tese é, possivelmente, oferecer uma história dos processos de macrogestão da Usiminas, explicitar suas bases filosóficas e encetar a mensuração de seu impacto na sociabilidade em Ipatinga.

No documentário *Silêncio 63*, (NASCIMENTO, 2011), o Massacre de Ipatinga é apresentado como ensaio geral para o Golpe de 64, que implantou a ditadura que calou o Vale do Aço nas décadas subsequentes.

Fábio Nascimento, diretor do filme, mostra o próprio avô, aposentado da Usiminas, calado, no sítio onde mora, em alusão ao fato de que nunca falava sobre o episódio de outubro de 63.

Em outubro de 2013, por ocasião do cinquentenário do episódio, publicamos o livro *Massacre de Ipatinga quadro a quadro* (SILVA, 2013a), que resgata, a partir de entrevistas e de pesquisa documental, os acontecimentos que marcaram o movimento operário no Vale do Aço às vésperas do golpe militar.

Essa obra reconstitui, contextualizada e detalhadamente, os fatos que antecederam, configuraram e sucederam o Massacre de Ipatinga. Traz revelações inéditas, como o assassinato de quatro trabalhadores no dia 8 de outubro que jamais foi divulgado e o estratagema Governo Magalhães Pinto (MG) de preparar o caminho para o Golpe de 64 com o anúncio da apreensão maciça de armamentos em Ipatinga e da descoberta de um plano comunista para explodir as instalações da Usiminas.

Finalmente, o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) aborda o Massacre de Ipatinga sem, contudo, acrescentar novidades ao episódio (BRASIL, 2014b, v. 1, pp. 439, 477, 480, 485; v. 3 -1950-1969, s/n, pp. 15-18 do pdf ).

Na pesquisa bibliográfica empreendida não se localizou nenhum estudo sistemático de acento sociológico sobre a sequência de acontecimentos alinhavados nos problemas de pesquisa, nem mesmo sobre os dois principais episódios do período focalizado, o Massacre de Ipatinga e o Movimento Ferramenta.

Nenhum dos trabalhos sumariamente referidos acima aprofunda em perspectiva sociológica a análise da construção da cidadania a partir da luta operária no contexto da modernização industrial que se configurou na implantação e na consolidação da Usiminas, como nos propomos a fazer nessa tese.

### **31. O conflito econômico-federativo que produziu a Usiminas**

É central nesta tese o papel do conflito de classes, que no caso da sociedade capitalista, opõe fundamentalmente uma classe de base burguesa e a outra de base proletária.

Essa centralidade, porém, não significa que todas as grandes transformações da sociedade capitalista sejam produzidas por conflitos, nem que todo o conflito que eventualmente esteja por trás dessas transformações sejam travados por classes opostas.

A regularidade que pode ser deduzida na sociedade moderna, segundo nosso modelo teórico, diz respeito à presença de componentes éticos e utilitários na gama de motivações que determinam os conflitos que subjazem certas transformações sociais, como aquelas de que nos ocupamos nesta tese.

O processo que levou à decisão de construir a Usiminas configura, em grande medida, um conflito intraclasse, e não um conflito interclasses, como o que rastreamos mais detidamente nesta tese.

Nesse ponto, convém citar novamente as últimas linhas de *O Capital* escritas por Marx:

(...) The same would hold true for the infinite fragmentation of interests and positions into which the division of social labour splits

not only for workers but also capitalists and landowners, forest-owners, mine-owners, fishery-owners, etc.<sup>132</sup> (MARX, 1981, p. 1026).

É interessante observar com atenção esse conflito porque o arsenal mobilizado pela burguesia industrial mineira contra a paulista também será utilizado, mais tarde, contra a classe operária.

Além disso, o confronto permite entrever a articulação e a coordenação entre as estruturas de poder econômico e as estruturas de poder político do estado de Minas Gerais.

A escolha de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, para sediar a maior e mais moderna usina siderúrgica da América Latina deixou ressentidas as burguesias paulista e mineira.

Os paulistas queriam o empreendimento no Estado de São Paulo, integrado com o maior polo industrial do Brasil. Para a burguesia mineira, a siderúrgica tinha que ser instalada em Minas Gerais, que detinha 70% das reservas de minério de ferro do país.

A opção por Volta Redonda contornava a rivalidade político-econômica entre elites sediadas em São Paulo e elites sediadas em Minas Gerais, o que remonta ao menos à República do Café com Leite.

A pior solução para as duas unidades mais poderosas da Federação seria a implantação da CSN no território da rival. De toda forma, cobriam compensação pelo preterimento.

O estado de Minas Gerais tinha mais argumentos para compensação. Como mencionamos no capítulo anterior, no bojo dos Acordos de Washington de 1942, o Brasil se comprometera de exportar, por meio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), pelo menos 1500 toneladas de minério à Grã-Bretanha e para os Estados Unidos.

---

<sup>132</sup> (...) O mesmo seria verdadeiro para a infinita fragmentação de interesses e posições em que a divisão de trabalho social implica, não só para trabalhadores, como também para capitalistas, proprietários de terras, proprietários de florestas, proprietários de minas, proprietários de sítios de pesca *etc.* (tradução nossa).

A Estrada de Ferro Vitória a Minas foi modernizada para viabilizar o escoamento da *commodity* até o Porto de Vitória. Contudo, o minério que abasteceria a CSN seria escoado pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), a tarifas subsidiadas e em regime de preferência.

O baixo custo tarifário concedido ao minério para o transporte a grandes distâncias das jazidas estimulava a instalação de altos-fornos no local de consumo de gusa, a fim de que os consumidores o obtivessem mais barato do que o produzido junto às jazidas, sujeito a altos fretes.

Com a adoção dessa política tarifária, além dos fornos da Usina de Volta Redonda, outros foram construídos em São Paulo e no Estado do Rio, ao passo que os situados em Minas reduziam ou paralisavam a sua produção (PIMENTA, 1967, p. 28).

O diretor da Estrada Central do Brasil, Jair Rego de Oliveira, depondo em comissão parlamentar em 1951, apresentou um diagnóstico desolador para a burguesia industrial mineira:

- a) que as usinas siderúrgicas localizadas em Minas Gerais utilizavam-se de caminhões para o transporte de seus produtos e que, em certa época, algumas reduziram em 50% a capacidade de seus altos-fornos por falta de transportes ferroviários;
- b) que a própria Usina de Volta Redonda recebia, com tal atraso as matérias primas, que foi obrigada a paralisar suas atividades;
- c) que as indústrias de São Paulo, Rio e Juiz de Fora utilizavam-se, de preferência, para o escoamento de seus produtos manufaturados, do transporte rodoviário;
- d) que, em consequência, o transporte ferroviário, em grande escala, se concentrava quase que somente nos produtos que, pelos seus elevados pesos específicos, baixo custo e pequena margem entre o custo de produção e o de consumo não suportavam transportes por caminhões, transportes esses que, em geral, eram deficitários.

No momento em que se reuniam as condições para a emergência do Brasil como potência de indústria pesadas, ao estado de Minas Gerais se reservava o papel de

fornecedor de matérias-primas, e a burguesia local reagiu veementemente contra essa divisão *federal* do trabalho.

Nos anos em que governou Minas Gerais (1951-1955), Juscelino Kubitschek comandou a realização de grandes obras de infraestrutura de energia e transportes no estado.

O entrosamento com a burguesia industrial mineira e sua agenda remonta pelo menos aos anos 40, em que JK foi prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) e liderança política articulada com a elite mineira mais progressista em seu partido, o PSD (Partido Social Democrático).

Eleito presidente da República em 3 de outubro de 1955, Juscelino apresentou seu Plano de Metas para acelerar a modernização brasileira, sobretudo, por meio da promoção de investimentos maciços em infraestrutura:

As metas do programa do novo Govêrno, organizadas e estudadas por um grupo selecionado de técnicos e de economistas, receberam integral apoio das classes produtoras. Entre as que previam obras de vulto nos setores da economia nacional, mereceriam especial estudo as que visavam solucionar os problemas siderúrgicos, energéticos e de transportes. Era exatamente nestes três setores que se situavam as aspirações de Minas Gerais. Estudos e debates anteriores, realizados pelas forças vivas do Estado, indicavam quais eram as principais obras prioritárias: construção de uma usina siderúrgica junto às jazidas de minério, construção da Usina Hidrelétrica de Três Marias, reaparelhamento e remodelação da [ferrovia] Central do Brasil e asfaltamento da rodovia Rio-Belo Horizonte (*ibid.*, p. 52).

Sob o clima de euforia que sucedeu a eleição de JK à Presidência da República, a diretoria da Federação das Indústrias de Minas Gerais acompanhava, com interesse, os movimentos de empresários de São Paulo para construir a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em Piassaguera, próximo ao Porto de Santos.

Pelo que soube a diretoria da Fiemg, a Cosipa

“seria uma empresa de capital privado, sem participação do Tesouro Nacional e sem as características de sociedade de economia mista, como havia acontecido com a Companhia Siderúrgica Nacional.

O minério de ferro a ser por ela consumido seria fornecido pela Companhia Vale do Rio Doce, através da E. F. Vitória-Minas e do Pôrto de Vitória.

Com esse planejamento, a Usina de Piassaguera em nada viria afetar os interesses do desenvolvimento econômico do Estado de Minas, de vez que as matérias-primas, especialmente o minério de ferro, não seriam transportadas pela Central do Brasil e, nestas condições, não seria agravada a calamitosa situação dos transportes que essa ferrovia vinha oferecendo à produção do Estado” (*ibid.*, p. 53).

No dia 18 de janeiro de 1956, a menos de um mês e 15 dias da posse de JK na Presidência da República, Demerval José Pimenta, ex-presidente da CVRD, que agora acumulava as funções de diretor-geral da Rede Mineira de Viação, de diretor do Departamento de Estudos Econômicos da Fiemg e de chefe do Conselho Deliberativo da Sociedade Mineira de Engenheiros, e que tinha a incumbência de zelar pelos interesses das “classes produtoras” (*ibid.*, p. 53), leu no jornal *Última Hora* o seguinte edital de convocação:

Assembléia Geral da CSN – Estão convocados os acionistas da Companhia Siderúrgica Nacional, para se reunirem na Assembléia Geral Extraordinária, no próximo dia 26. Consta da ordem do dia, entre outros itens, a aprovações das resoluções da Diretoria que versam sobre a participação da C.S.N. no capital da Cia. Siderúrgica Paulista (COSIPA) e das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) ou das empresas subsidiárias das mesmas (*ibid.*, p. 54).

A burguesia mineira apurou nos dias subsequentes que a burguesia paulista, envolvida no projeto Cosipa, com apoio do governador de São Paulo, Jânio Quadros, obtivera no ano anterior aprovação do ex-presidente da República Café Filho – deposto em novembro de 1955 – de um plano que assegurava assistência financeira e suporte técnico e material por parte CSN (*ibid.*, pp. 58-59).

Dois setores da classe burguesa, com interesses concorrentes, entraram em conflito. A burguesia mineira sabia muito bem que o subsídio público ao projeto dos rivais paulistas poderia alterar o sistema de equilíbrio de poder subjacente ao Estado brasileiro, na medida em que o quinhão de poder paulista poderia crescer em detrimento

do quinhão de poder mineiro. A participação de Minas na nova economia industrial brasileira poderia se limitar à coadjutoria.

Ao chegarmos em Belo Horizonte, procuramos examinar o edital de convocação. Verificamos que as proposições a serem submetidas à e resultantes de entendimentos havidos entre as Diretorias das duas empresas eram de tal ordem que, imediatamente, procuramos o engenheiro Vicente Assunção, Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros, a fim de dar-lhe conhecimento do que estava ocorrendo.

O presidente da Sociedade, compreendendo a gravidade das conseqüências que poderiam advir para os industriais do Estado, caso fossem aprovadas aquelas proposições, de imediato, nos autorizou a convocar o industrial Lídio Lunardi, Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, e o engenheiro Paulo Macedo Gontijo, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, para que, no decorrer do dia 19 de janeiro de 1956, se reunissem na sede da Sociedade, a fim de, em conjunto, tomarem urgentes e cabíveis providências.

Não se poderia compreender que a Companhia Siderúrgica Nacional, já havendo, em 1942, localizado a sua usina siderúrgica em Volta Redonda, no Estado do Rio, a grande distância das jazidas de minério de ferro, viesse agora a colaborar, tão liberalmente com a COSIPA, quer participando do seu capital social, com uma apreciável importância, quer dando-lhe assistência técnica e material, quer, sobretudo, fornecendo-lhe minério de ferro a ser transportado pela Central do Brasil. E era, precisamente, essa ferrovia que vinha estrangulando o desenvolvimento das indústrias mineiras, não só pela deficiência do seu aparelhamento, como pelo favorecimento tarifário e pela prioridade de transporte concedidos tanto ao minério de ferro destinado à usina daquela Companhia quanto ao minério destinado à exportação (*ibid.*, pp. 54-55).

A direção da Fiemg e da Associação Comercial de Minas Gerais (ACMinas) foram a Nereu Ramos protestar contra a cooperação entre CSN e Cosipa, com o argumento de que o plano estrangulava ainda mais a indústria mineira, que já sofria com virtual monopolização da EFVM e da EFCB.

O presidente da República acabou por ceder aos mineiros, e comunicou ao então presidente da CSN, general Edmundo Macedo Soares, que não concordava com a

aprovação da cooperação com a COSIPA nos termos propostos, em especial, no que se referia ao fornecimento de minério transportado pela EFCEB (*ibid.*, p. 59).

As entidades de classe mineira continuaram sua mobilização para adiar a assembleia-geral em que seria votada a proposta de cooperação. Uma das providências foi atacar na imprensa mineira o projeto paulista.

O jornalista Marcelo Coimbra Tavares, redator-secretário do “Diário de Minas”, integrado ao movimento desenvolvido pela Federação das Indústrias de Minas Gerais e pelo Fórum Econômico por ela convocado, publicou, nas edições dos dias 21 e 22 de janeiro, sensacionais reportagens, revelando, ao público, os termos da exposição de motivos aprovada pelo Presidente Café Filho e tão onerosa à economia mineira. Os títulos dessas duas reportagens, subscritas por aquele brilhante jornalista, foram: “Golpe Baixo contra a Economia Nacional” e “Minas Reage Contra o Esbulho da Segunda Volta Redonda (COSIPA)” (...) (*ibid.*, p. 60).

No dia 23 de janeiro, aprovou-se na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) requerimento que exigia do Presidente da República, do ministro da Viação, o mineiro Lucas Lopes, próximo a JK, e aos governadores em exercício e eleito de Minas Gerais, o adiamento da deliberação sobre a cooperação entre CSN e Cosipa.

Diante do poder de fogo da burguesia mineira, a assembleia-geral da CSN foi adiada (*ibid.*, pp. 62-63). A reação dos paulistas foi imediata. O presidente da Cosipa, Plínio Queirós, enviou o seguinte telegrama ao presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros:

Ilmo. Sr. Engenheiro Vicente Assumpção

Presidente Sociedade Mineiras Engenheiros.

91 de São Paulo – S.P. 15-192-25-20-30.

Surpreendido notícias imprensa, Associações Produtoras Minas Gerais, inclusive essa Sociedade, têmos prestado informações errôneas Exmº Senhor Presidente, venho presença ilustre colega prestar seguintes esclarecimentos. – nosso memorial fartamente distribuído todo País há mais 2 anos e nossos estudos examinados e aprovados por autoridades nacionais e estrangeiras, demonstram exaustivamente nunca pensamos utilizar transporte Central Brasil, já congestionada, impossibilitando, pois, localização nossa usina ao

longo de suas linhas. Nosso minério, via Vale Rio Doce, virá Vitória-Santos em navios de nossa propriedade. Eminentes Mestres tais como Othon Leonardo, Glycon de Paiva, General Edmundo Macedo demonstrado acerto nossa solução, o qual resolveu grande parte magno problema nacional, sem preocupação ou sentimentos regionalistas. Esperando eminente colega telegrafe imediatamente Presidente República retificando informações prestadas, peço receber protestos minha elevada consideração.

(a) Plínio Queirós – Presidente Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA (*ibid.*, PP. 64-65).

A partir daí, a burguesia paulista e a burguesia mineira começaram a buscar um acordo que contemplasse “os altos interesses nacionais”, mas ainda mais os próprios:

(...) esclarecidas as incompreensões surgidas entre os engenheiros e industriais paulistas e mineiros, iniciaram-se entendimentos no sentido de encontrar uma solução capaz de satisfazer os interesses de ambas as partes e de os harmonizar com os altos interesses nacionais os quais, na ocasião, visavam não só a ampliação do parque siderúrgico nacional, mas também a exportação do minério de ferro.

Foi a partir de então, que a Sociedade Mineira de Engenheiros, através do seu Círculo de Estudos, e a Federação de Indústrias de Minas Gerais, pelo seu Departamento de Estudos Econômicos, passaram a examinar e a estudar com mais objetividade, a implantação da grande siderurgia no território mineiro” (*ibid.*, p. 68).

No dia 28 de janeiro de 1956, com o caso Cosipa ainda a ser solucionado e a três dias de sua posse como presidente da República, Juscelino Kubistchek encerra o Fórum Econômico de Belo Horizonte, que contou com a presença de várias autoridades, como ministros de Estado e o governador eleito de Minas, José Francisco Bias Fortes (USIMINAS, 2012, p. 7; PIMENTA, *op. cit.*, p. 69).

Por sugestão de Bias Fortes, o fórum teria uma segunda fase, a ser aberta no dia 22 de março subsequente, para discutir a instalação da grande siderúrgica em Minas. Na abertura do evento, o governador justificou o projeto:

É bem verdade que de certo tempo a esta parte, estamos colaborando para a expansão da indústria siderúrgica nacional, como fornecedor de minério consumido em Volta Redonda e outras usinas do Brasil. Chegou, porém, a hora de cuidarmos também de ampliar o parque siderúrgico local, instalando aqui uma usina cujas proporções corresponda à grandiosidade das nossas jazidas férreas. E, é ainda sob essa disposição que agora se reabre um amplo movimento de opinião, no sentido de instalar junto às jazidas de ferro, novos e possantes altos fornos, capazes de completar a obra gigantesca de Volta Redonda. É oportuno considerar a improcedência das teses de que as usinas siderúrgicas devem ser localizadas de preferência no litoral. Há uma lógica elementar na condição de que em capítulo de siderurgia, como em referência a qualquer outra indústria, o transporte de matérias-primas encarece a produção com reflexo desfavorável em outros setores das atividades econômicas que poderiam, sem êsse ônus, servir melhor aos fins a que se destinam (*ibid.*, p. 70).

O economista Jayme de Andrade Peconick apresentou na sede da Sociedade Mineira de Engenheiros em 31 de março, os estudos iniciais para a constituição da Usiminas, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. (*ibid.*, pp. 70-71), elaborados nos dias anteriores em conjunto com o engenheiro Demerval José Pimenta.

A companhia, conforme os estudos, contaria com capital estatal e privado e com capacidade de produção inicial de 500 mil toneladas de aço anuais. O investimento, estimado em 2,27 bilhões de cruzeiros, seria realizado em sua maior parte (1,36 bilhão de cruzeiros), a princípio, pelo Estado de Minas Gerais.

No mesmo dia, Juscelino Kubitschek tomava posse como presidente da República, o que reforçava a posição das “classes produtoras” de Minas Gerais contra as “classes produtoras” de São Paulo.

Os empresários mineiros entregaram os estudos ao governador de Minas Gerais, Bias Fortes na quarta-feira, 4 de abril (*ibid.*, p. 73), e ao presidente Juscelino Kubitschek na segunda-feira subsequente, 9 de abril (*ibid.*, pp. 76-81).

Uma semana após receber esses estudos, JK realizou no Palácio do Catete audiência com industriais paulistas e mineiros para solucionar o impasse em torno da Cosipa (*ibid.*, p. 82).

Participaram da reunião, pelo lado de São Paulo, o presidente da Cosipa, Plínio Queirós e o diretor da futura usina de Piaçaguera, unidade de produção da Cosipa

Martinho Prado Uchôa, pelo lado de Minas Gerais, engenheiros e industriais mineiros envolvidos no projeto da Usiminas, inclusive o presidente da Fiemg, Lídio Lunardi.

A pretendida solução satisfatória para ambas as partes não seria melar o projeto das “classes produtoras” paulistas de instalar uma grande siderúrgica em São Paulo, mas viabilizar a construção em Minas Gerais de uma companhia com porte e incentivos públicos equivalentes, que viria a ser a Usiminas. E foi o que se decidiu (*ibid.*, p. 82).

Empenhado na realização das metas do seu Govêrno, o Presidente Juscelino compreende, de imediato, que para iniciar a expansão da siderurgia deveria amparar os dois empreendimentos: COSIPA e USIMINAS. Era necessário somar os esforços dos que as idealizaram, aparando as arestas e os desentendimentos.

Para esse fim, promoveu no Palácio do Catete, sob a sua presidência, uma reunião entre os industriais paulistas e mineiros.

Realizada em 16-4-1956, foi desfeito o mal entendido, chegando-se a um acôrdo construtivo.

Ficou deliberado que o Govêrno Federal, através da Companhia Siderúrgica Nacional, colaboraria em igualdade de condições com as duas empêsas em sua organização, mediante aquisição de ações dos seus capitais sociais e outras colaborações, se necessárias (*ibid.*, p. 82).

Foi dessa solução ganha-ganha, com aporte de recursos públicos em duas empresas constituídas pela iniciativa privada, que adveio o fim do conflito entre os dois setores da classe burguesa e que se materializou o projeto Usiminas.

Consta, eu não sei se é verdade, que o pessoal saiu daqui e foi lá – o pessoal da Federação das Indústrias, da Associação Comercial etc. – pedir que o Juscelino apoiasse a ideia de uma siderúrgica em Minas. Juscelino iria apoiar o que? Ele era um homem extremamente prático. Então, disse: “Os senhores voltem, criem uma firma, digam que essa firma vai fazer uma usina, aí eu apoio” (VERANO, 1990, p. 9)..

Juscelino nessa ocasião já articulava aporte de capital e tecnologia japoneses na futura siderúrgica mineira. Na terça-feira do dia 17 de abril, pela manhã, as comitivas

de São Paulo e Minas que estiveram com JK na véspera, foram recebidas, em audiência, pelo governador Bias Fortes.

Também participou da reunião uma missão japonesa, liderada pelo diretor da Yawata Iron and Steel, Masao Yukawa<sup>133</sup>, que estava no Brasil exatamente para estudar a participação de seu país na Cosipa ou na Usiminas, mas já demonstrando inclinação pelo segundo projeto, após conhecer regiões de Minas ricas em minério (*ibid.*, pp. 83, 84; FRIZZERA, *op. cit.*, p. 37; JANOT PACHECO<sup>134</sup> *apud* FRIZZERA, *ibid.*).

A missão japonesa declarou que (...), após conhecer as possibilidades do País, e especialmente de Minas quanto aos recursos ferríferos, a Missão Masao Yukawa estudará a viabilidade de inverter capitais (...) [no Brasil] (PIMENTA, *op. cit.*, p. 84).

Em 8 de agosto, a convite da embaixada japonesa no Brasil, despachou-se a Missão Econômica Brasileira ao Japão, a fim de visitar siderúrgicas japonesas e dar sequência aos entendimentos para a participação nipônica na Usiminas.

Com o objetivo de definir essa participação e definir as bases da futura siderúrgica, uma delegação japonesa, composta principalmente de representantes do setor siderúrgico japonês e liderada pelo industrial Kaname Suzuki, vêm ao Brasil, para avaliar participação no projeto (USIMINAS, 1990, p. 37; USIMINAS, 2013, p. 9).

Em 24 de novembro de 1956, publicou-se uma declaração assinada por Suzuki e por Amaro Lanari Júnior<sup>135</sup> – representante do grupo de trabalho criado por JK para estudar o projeto – com as bases para implantação da Usiminas, com capital misto brasileiro e japonês, com capacidade de produção inicial de 500 mil toneladas de lingotes para laminação de tiras e chapas grossas (PIMENTA, *op. cit.*, p. 172).

Finalmente, em 3 de junho de 1957, é assinado um convênio entre as partes, conhecido como Acordo Horikoshi-Lanari, que estabeleceu o arcabouço do projeto da Usiminas, que, de modo geral, após aprovado pelo presidente do Brasil e pelos sócios

---

<sup>133</sup> Integravam a missão ainda o diretor-técnico da Yawata Iron and Steel, Sadaioishi Morita, além de Morataro Horisaka e Riuichi Shimba (PIMENTA, *op. cit.*, p. 84).

<sup>134</sup> Gabriel Andrade Janot Pacheco, engenheiro civil, ocupou cargos importantes na Usiminas, como o de diretor-administrativo e o de superintendente comercial.

<sup>135</sup> Amaro Lanari Júnior era filho do siderurgista homônimo que participou da fundação da Companhia Siderúrgica Mineira, precursora da Belgo-Mineira. Foi presidente da Usiminas de 1958 a 1976, e da Acesita em 1957.

japoneses, passou a ser implementado. A participação japonesa no empreendimento seria efetivada por meio da companhia Nippon-Usiminas, criada em 26 de dezembro no Japão, que subscreveria 40% do capital da Usiminas.

<i>Cargo</i>	<i>Titular</i>
Presidente	Amaro Lanari Júnior
Diretor Financeiro	Sebastião de Sant'Anna e Silva
Diretor Administrativo	Yukichi Sugihara
Diretor Técnico	Yoshio Shiraishi
Diretor Comercial	Oswaldo Fortini

TABELA 4. Primeira diretoria da Usiminas a partir da entrada dos sócios japoneses, eleita em 25 de janeiro de 1958. Fonte: PIMENTA, *op. cit.*, p; 203.

### 32. A formação da sociedade industrial de Ipatinga

O Presidente Juscelino Kubitschek, que tinha a expansão da indústria de base como um dos pilares do Plano de Metas, determinou que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), atual BNDES, participasse do financiamento da siderúrgica.

Uma assembleia extraordinária de acionistas ratificou em janeiro de 1958 o aumento e a redistribuição do capital social da Usiminas. A sociedade anônima Nippon Usiminas Kabushiki Kaisha ficou com 40% da siderúrgica, e o restante basicamente com instituições públicas e privadas nacionais (FRIZZERA, 1990, pp. 50, 51 e 55).

<b>Acionista</b>	<b>Participação (%)</b>
Estado de Minas Gerais	20,0
BNDE	18,0
CVRD	8,0
Acesita	4,5
CSN	3,5
Bancos Oficiais (MG)	4,5
Nippon-Usiminas	40,0
Outros	1,5

TABELA 5. Distribuição do capital social da Usiminas. Fonte: FRIZZERA, *op. cit.*, p. 55).

Modalidade de financiamento		US\$	Cr\$ (bi)	%
<i>Capital Social</i>		72.000	3.200	26%
<i>Empréstimos</i>	japoneses	99.000	4.450	41%
	alemães / franceses	22.000	1.100	10%
	BNDE	57.000	2.850	23%
<i>Total</i>		250.000	11.850	100%

TABELA 6. Fontes iniciais de financiamento da Usiminas. Fonte: *ibid.*

A já referida delegação japonesa liderada por Kaname Suzuki considerou cinco localidades para a instalação da usina: Belo Horizonte, Vale do Paraopeba, Conselheiro Lafaiete, Ipatinga e Governador Valadares (PIMENTA, *op. cit.*, pp. 165-167). A escolha recaiu sobre Ipatinga por critérios técnicos, como se vê pela tabela comparativa que constou do relatório da comissão:

<i>Fatores</i>	<i>Valor dos fatores</i>	<i>Pontuação das localidades</i>				
		Belo Horizonte	Vale do Paraopeba	Conselheiro Lafaiete	Ipatinga	Governador Valadares
<i>Topografia e possibilidade de expansão</i>	0-5	2	1	2	4	5
<i>Valor do terreno</i>	0-5	1	3	3	5	2
<i>Localização da matéria-prima</i>	0-20	10	10	10	15	10
<i>Transporte ferroviário e rodoviário</i>	0-10	10	4	4	8	8
<i>Captação de água</i>	0-20	5	10	5	20	20
<i>Fornecimento de energia elétrica</i>	0-10	8	5	5	10	8
<i>Distância do Porto de Vitória</i>	0-20	5	1	1	15	20
<i>Distância do Rio de Janeiro e de São Paulo</i>	0-10	8	5	8	2	3
<i>Obtenção de materiais de construção</i>	0-10	10	6	6	4	4
<i>Existência de habitação</i>	0-5	5	0	0	2	2
<i>Serviços de utilidade pública</i>	0-5	5	0	0	3	4
<i>Obtenção de mão-de-obra</i>	0-10	10	3	3	5	7
<i>Transporte aéreo</i>	0-2	2	0	0	1	0
<i>Existência de indústrias correlacionadas</i>	0-30	15	0	3	25	5
<b>Totais</b>	162	96	48	47	119	98

TABELA 7. Fatores e municípios avaliados para escolha da localização da Usiminas. Fonte: PIMENTA, 1967, p. 167.

Para Amaro Lanari Júnior, o que mais pesou na escolha de Ipatinga foi a disponibilidade de energia elétrica. A usina de Salto Grande, localizada no atual município de Braúnas (MG), a cerca 50 quilômetros de Ipatinga, fazia parte do conjunto de hidrelétricas das Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A. (Cemig) construídas na gestão de Juscelino Kubitschek no governo mineiro.<sup>136</sup>

“(...) usando o minério de Minas Gerais, não há um lugar privilegiado no Brasil para se montar uma usina siderúrgica. Pode ser em Vitória, em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Todas estão dentro desse triângulo onde está o mercado de consumo e a fonte de matéria-prima. (...) ela foi colocada lá [em Ipatinga], porque não havia outro lugar onde se pudesse ter energia elétrica lá naquele tempo. (...) A energia elétrica disponível estava lá, perto, em Santo Grande [em Braúnas, Minas Gerais], onde a Cemig tinha feito uma usina hidrelétrica. Era o único lugar possível (LANARI JUNIOR, 1990, p. 10).

Ipatinga, distrito de Coronel Fabriciano desde 1953, estava a 217 quilômetros de Belo Horizonte e a 401 quilômetros de Vitória. A usina seria construída mais exatamente em uma extensa área plana de 10,5 milhões de metros quadrados na antiga Vila do Horto de Nossa Senhora, ao lado da Estrada de Ferro Vitória a Minas, e às margens do Rio Piracicaba, próximo ao ponto em que deságua no Rio Doce e a 50 quilômetros da recém-inaugurada Usina de Salto Grande.

Pela EFVM poderia ser transportada a matéria prima a ser utilizada na usina, o minério de ferro desde Itabira a oeste e o carvão mineral, a ser importado, desde o Porto de Vitória a leste. A estrada de ferro seria fundamental também para escoar a produção.

Do outro lado de Coronel Fabriciano, a apenas 17 quilômetros a sudoeste de Ipatinga, no distrito de Timóteo, já se estruturara a partir de 1944 um enclave metalúrgico-industrial: a Acesita, atual Aperam South America. A Usiminas, porém, chegava para ser a maior, a mais moderna e a mais competitiva siderúrgica da América Latina.

---

<sup>136</sup> De acordo com relatório do exercício de 1954 publicado pela Cemig no Correio da Manhã em 6 de março de 1955.

Com capacidade inicial de produção 500 mil toneladas por ano de lingotes de aço, que poderiam ser transformados em chapas grossas e finas, laminadas a quente e a frio, inclusive galvanizadas, a Usiminas ajudaria a suprir a crescente demanda nacional por ocasião da crescente demandas das indústrias naval, automobilística, de material ferroviário, de base, de mecânica pesada e eletroeletrônica (USIMINAS, *op. cit.*, p. 12)

O terreno onde seria instalada a usina Intendente Câmara na Vila do Horto de Nossa Senhora era propriedade da Belgo-Mineira. Na época, quase toda a mata nativa da área já havia sido derrubada para dar lugar a plantações de eucaliptos (FRIZZERA, *op. cit.*, p. 75).

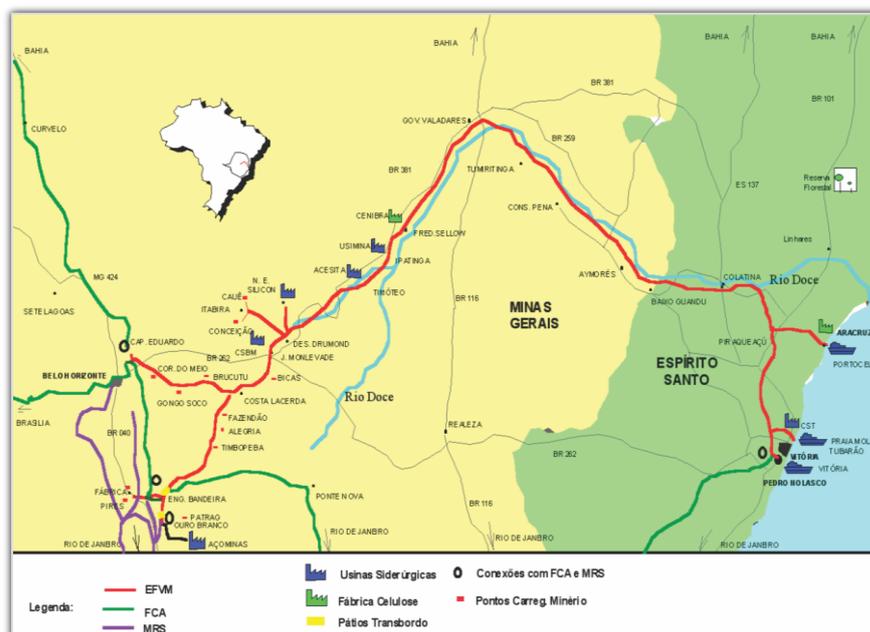


FOTO 1. Terreno onde seria construída a Usiminas a partir de 1958. Fonte: Arquivo Usiminas

Parte do carvão vegetal que alimentava os altos-fornos da usina da Belgo-Mineira em João Monlevade (a 120 quilômetros a oeste) e em Sabará (a 140 quilômetros a oeste), era produzido a partir de madeira extraída do local.

O meu pai era subempreiteiro da Belgo-Mineira, (...) trabalhava (...) no desmatamento, retirada de madeira, coval e plantio de eucalipto (...). Eu acompanhava meu pai em tudo. Eu que comandava a turma (CHAVES, R., 2012).

O carvão produzido em Ipatinga era transportado para João Monlevade, a 120 quilômetros no sentido oeste de Ipatinga, por meio da Estrada de Ferro Vitória a Minas.



MAPA 1. A EFVM e suas conexões com as ferrovias FCA, MRS, siderúrgicas, fábrica de celulose, pátios de trasbordo e pontos de carregamento de minério em 2003. Fonte: CVRD

Para ampliar as áreas necessárias ao replantio de eucalipto, a Belgo-Mineira e a Acesita expulsavam os antigos posseiros de terras na região “no bico do 38” (CHAVES, R., 2012), o que lembra a expansão industrial no berço do capitalismo:

Os cercamentos foram chamados, de uma forma adequada, de revolução dos ricos contra os pobres. Os senhores e os nobres estavam perturbando a ordem social, destruindo as leis e os costumes tradicionais, às vezes pela violência, às vezes pela pressão e intimidação. Eles literalmente roubavam o pobre na sua parcela de terras comuns, demolindo casas que até então, por força de antigos costumes, os pobres consideravam como suas e de seus herdeiros. O tecido social estava sendo destruído; aldeias abandonadas e ruínas de moradias humanas testemunhavam a ferocidade da revolução, ameaçando a defesa do país, depredando suas cidades, dizimando sua população, transformando seu solo sobrecarregado em poeira, atormentando seu povo e transformando-o de homens e mulheres decentes numa malta de mendigos e ladrões” (POLANYI, 2000, p. 53).

Em todo o distrito de Ipatinga não havia muito mais que 60 casas muito simples e 300 habitantes (FRIZZERA, *op. cit.*, p. 75; ALVES, 1991, p. 27), que viviam de derrubar matas nativas ou do cultivo de eucalipto para produzir carvão (CHAVES, R., 2012) ou da agropecuária de subsistência.

A região que veio a ser o distrito de Ipatinga começou a ser povoada com a chegada da Estrada de Ferro Vitória a Minas após os anos 1910 e das grandes siderúrgicas a partir da segunda metade daquela década (DIÁRIO DO AÇO, 1999, p. 3).

A Companhia Siderúrgica Mineira, incorporada pela Belgo-Mineira em 1921, chegou a Sabará em 1917; a usina Barbanson, também da Belgo-Mineira, chegou a João Monlevade em 1937; e a Acesita chegou ao distrito de Timóteo, que, como Ipatinga, pertencia a Coronel Fabriciano, em (1944).

Onde é a 28 de abril [principal avenida de Ipatinga] hoje havia um depósito de carvão. O pessoal trazia o carvão e jogava ali. E tinha algumas casas sorteadas ao longo da 28 de abril, que seria a única rua de terra que tinha. (...) As melhores casas eram de telha de cumbuca (...). O restante era de capim e tábua (CHAVES, R., 2012).

Poucas áreas haviam escapado à expansão das siderúrgicas, entre elas destacam-se a fazenda Prato Raso, na época propriedade de Jair Gonçalves, onde atualmente ficam os bairros Cidade Nobre e Iguaçu; e a fazenda Bethânia, propriedade de José Selim de Sales, agora ocupada pelos bairros Granjas Vagalume, Bethânia e Canaã.

Nós trabalhávamos na roça, plantando arroz, plantando feijão, plantando milho, colhendo, e dando terça para nosso fazendeiro, que chamava Selim José de Sales (MENEZES, 2012).

A notícia de que um consórcio nipo-brasileiro implantava uma siderúrgica moderna no Vale do Aço espalhou-se rapidamente país afora. Diariamente chegavam trens e ônibus lotados de homens ou famílias inteiras em busca de oportunidade.

O pessoal ficava entre Ipatinga e Salto Grande procurando emprego. Os que não achavam emprego ficavam espalhados na praça de Ipatinga. Boa parte do pessoal que chegava ia para a Rua do Buraco, que era mato puro. Eles abriam o mato e se instalavam em barracas.

Fizeram mais de mil barracas cobertas com sacos de cimento das empreiteiras (ALVES, 1991, pp. 28 e 29).

Um povoado organizado em parâmetros comunitários e sob regime de economia de subsistência (*Gemeinschaft*) é rapidamente desarticulado para dar lugar a uma cidade organizada como sociedade capitalista moderna (*Gesellschaft*).

Nós tínhamos 72 homens trabalhando conosco [no extrativismo de madeira para carvão]. Nós pagávamos 5 cruzeiros por hora (...) Quando a Usiminas chegou, suas empreiteiras estavam pagando 18 cruzeiros. Acabou. Correu todo mundo. Nós ficamos sem homens para trabalhar (CHAVES, R., 2012).

Uma solenidade sobre um morro onde seria erguido o Escritório Central da Usiminas em Ipatinga<sup>137</sup>, em 16 de agosto de 1958, marcou o início da construção da usina Intendente Câmara, batizada em homenagem a Manuel Ferreira da Câmara Bettencourt e Sá, um dos pioneiros da indústria siderúrgica nacional, já mencionado.



FOTO 2. Solenidade de lançamento da construção da usina Intendente Câmara, em Ipatinga.  
Fonte: Arquivo Usiminas

<sup>137</sup> A sede administrativa da Usiminas localiza-se em Belo Horizonte.

O evento contou com a presença de ilustres personalidades, como o presidente da República Juscelino Kubitschek, o governador de Minas Bias Fortes, o embaixador do Japão no Brasil, Yoshiro Ando, e representantes da burguesia industrial do estado.

Devido à superstição do presidente da República, o superintendente da construção civil da Usiminas, Gil Guatimosim Júnior, teve a ideia de valer-se de uma estaca de alinhamento topográfico no lugar do objeto tradicionalmente utilizado nessas ocasiões :

(...) fui chamado pelo presidente Lanari para preparar a parte, vamos dizer, física, de um ato inaugural dos serviços de Ipatinga, com um aviso de que o Presidente Juscelino não gostava de pedra fundamental. Ele achava que dava azar. Eu deveria imaginar uma outra coisa qualquer (GUATIMOSIM JUNIOR, 1990, p. 6).

Em seu discurso de inauguração, o presidente da República posicionou a futura siderúrgica no centro do processo de modernização industrial então em curso no Brasil.

(...) [o] consumo de produtos siderúrgicos vem aumentando de ano a ano, sem que a produção siderúrgica, também em crescimento, tenha conseguido alcançar as necessidades do mercado interno. (...) Assim, o que há alguns anos pareceria ideal, de difícil obtenção, começa hoje a ser realizado, dando o país um passo vigoroso no caminho da prosperidade, a qual está forçosamente condicionada à expansão da indústria siderúrgica. (...) Esta obra representa, principalmente, uma demonstração de fé no futuro do país, que desejamos engrandecer com nosso esforço e capacidade de trabalho (...) (USIMINAS, 2012, p. 15).

Em 1959, já trabalhavam cerca de 3 mil homens na construção da usina Intendente Câmara, que ainda estava na fase de levantamentos topográficos e terraplanagem. O número de operários na construção sobe a aproximadamente 10 mil em 1960, quando começaram a chegar ao Brasil as primeiras remessas de equipamentos japoneses para instalação da usina<sup>138</sup> (*ibid.*, pp. 66, 67).

---

<sup>138</sup> Para se ter ideia da dependência tecnológica do Brasil na época, 85% dos equipamentos para a instalação da Usiminas foram importados do Japão; os outros 15%, de países europeus, principalmente Alemanha, Áustria e França (FRIZZERA, *op. cit.*, p. 67).



FOTO 3. Canteiro de obras de implantação da Usiminas. Fonte: Arquivo Usiminas

A população da cidade de Ipatinga crescia vertiginosamente na virada para os anos 60, em parte devido à decisão da direção da siderúrgica de contratar o dobro da mão de obra necessária à produção estimada.

[Havia] (...) uma preocupação tremenda [dos japoneses com a formação da mão de obra]. Houve uma experiência chamada Samurais<sup>139</sup>. Uma meia dúzia de engenheiros que foi para o Japão, passando lá meses, talvez um ano. [...]. Na formação do pessoal de operação foi feita uma coisa mais brasileira, pelo [pelo presidente da companhia,] Dr. Lanari. Foi o seguinte: “De quantos homens precisamos?”, [perguntou ele] “De 5 mil. [respondi]”. “Vamos admitir 10 e selecionar os 5 mil”. (VERANO<sup>140</sup>, 1990, p. 14).

---

<sup>139</sup> Os chamados samurais, na verdade, eram dez: Helder Parente Prudente (coqueria); José Geraldo Pessoa Evangelista (controle da qualidade); Álvaro Luiz Macedo de Andrade (instrumentação e combustão); Antônio Pedrosa da Silva (laminação); Maurício de Mello (planejamento e controle de produção); Valério da Silva Fusaro (aciaria); José Barros Cota (altos-fornos); José Eulálio Pinto (manutenção eletromecânica) e Cássio Lanari Guatimosim (transporte e apoio à operação).

<sup>140</sup> Luiz Verano ocupou, entre outros, o cargo de chefe-geral da Construção da Usina e da Cidade e diretor comercial da Usiminas.



FOTO 4. Os dez samurais com a equipe da Nippon Steel no Japão. Fonte: Arquivo Usiminas

Parece haver analogia ao tratamento dispensado ao trabalhador pela direção da Usiminas à época e o tratamento dado à matéria prima básica pela siderurgia, o minério e coque, cuja quantidade empregada no processo produtivo é, em geral, proporcional à sua qualidade (grau de pureza).

Em outubro de 1962, o presidente João Goulart acendeu o primeiro alto-forno da usina Intendente Câmara. A primeira corrida de ferro-gusa, que marca o início do processo de produção da Usiminas, ocorreria 24 horas depois.



FOTO 5 e FOTO 6. Jango acende o alto-forno pela primeira vez; primeira corrida de ferro-gusa na usina Intendente Câmara. Fonte: Arquivo Usiminas

Jango assinalou que a inauguração da Usiminas correspondia a mais uma etapa do processo de industrialização iniciado sob “patriótica inspiração de Getúlio Vargas, com a construção pioneira da Usina de Volta Redonda” (FRIZZERA, *op. cit.*, p. 83).

João Goulart sobrevoara com Magalhães Pinto o eixo metalúrgico mineiro, área rica em minério de ferro que se prolongava por cerca de cem quilômetros em torno da estrada de ferro que liga Minas ao porto de Vitória, a EFVM. Começava com a Belgo-Mineira, em João Monlevade, passava pela Acesita, em Timóteo, e prosseguia até a Usiminas, em Ipatinga, rumo ao litoral capixaba. Ao observar as três grandes siderúrgicas em linha, o presidente da República teria alertado o governador mineiro sobre o risco de a região se transformar no ABC Paulista de Minas Gerais (MORAES, 2009, v. 1, p. 73).

Ipatinga já apresentava a essa altura contornos de típica sociedade industrial em franca expansão. A pequena comunidade tradicional fora deslocada ou absorvida por uma imensa sociedade orientada pelo capitalismo industrial, com cerca de 10 mil de

seus habitantes vinculados à Usiminas. Em 1970, Ipatinga alcançaria a marca de 47.882 habitantes<sup>141</sup>.

O plano da direção da companhia era construir em torno do complexo industrial uma verdadeira cidade funcional, com residências, escolas, hospitais e completa infraestrutura urbana.



FOTO 7. Ipatinga antes da chegada da Usiminas. Fonte: Estação Memória

A diretoria da empresa, em reunião realizada em 13 de janeiro de 1959, definira que a vila operária da Usiminas, a nova Ipatinga, compreenderia principalmente os bairros Castelo, Cariru, Bom Retiro e Embaúbas, seria construída entre a usina e o rio Piracicaba. Elevações arborizadas serviriam de cortina natural para proteger a cidade da poluição que seria emitida pela indústria (FRIZZERA, *op. cit.*, p. 75, inclusive nota de pé de página nº 34).

Eu não chamei ninguém para um concurso. Eu telefonei para um arquiteto chamado Rafael Hardy e disse: “Nós amanhã vamos a Ipatinga de avião. Ele não gostava de avião, mas foi assim mesmo. (...) “Nós vamos construir uma cidade. E o de que você dispõe é esse projeto aqui e esta área.” Então larguei o moço lá, e assim foi feito (VERANO, *op. cit.*, p. 12).

---

<sup>141</sup> IBGE, Censo Demográfico 1970. Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1994, vol. 54, 1994.

Rafael Hardy Filho elaborou, na época, o projeto urbanístico para a nova cidade, que foi aprovado, em linhas gerais, por Lúcio Costa (FRIZZERA, *ibid.*), o urbanista que planejou a cidade de Brasília, na época de sua construção.

Uma preocupação básica do arquiteto foi fugir da sina das vilas operárias, como as de Volta Redonda, de João Monlevade e de Timóteo (conhecida por muitas pessoas da região até hoje como Acesita), que se tornaram típicas cidades patronais, e fazer de Ipatinga uma comunidade aberta, independente da Usiminas (FRIZZERA, *ibid.*, p. 77).

Acesita era uma cidade fechada. Em sua entrada existia um mata-burro. O negócio era de propriedade particular. Lembro-me de ter dito ao Dr. Verano para fazermos uma coisa diferente na Usiminas. Recordo-me que, muitas vezes, morei na Casa de Hóspedes, outras vezes em cima do cinema da Acesita. Comia, algumas vezes, na Casa de Hóspedes, outras na Pensão da D. Iracema. Lá, se você quisesse ir ao Bar do Abrão, na Praça da Acesita e tomar uma cachaça, era proibido. Agora, se quisesse comprar uma garrafa de cachaça e levar para casa, isto podia. Certas coisas que a gente não entendia, como a rigidez e a vontade de tomar conta da vida dos outros (GUATIMOSIM, 1990, p. 7).

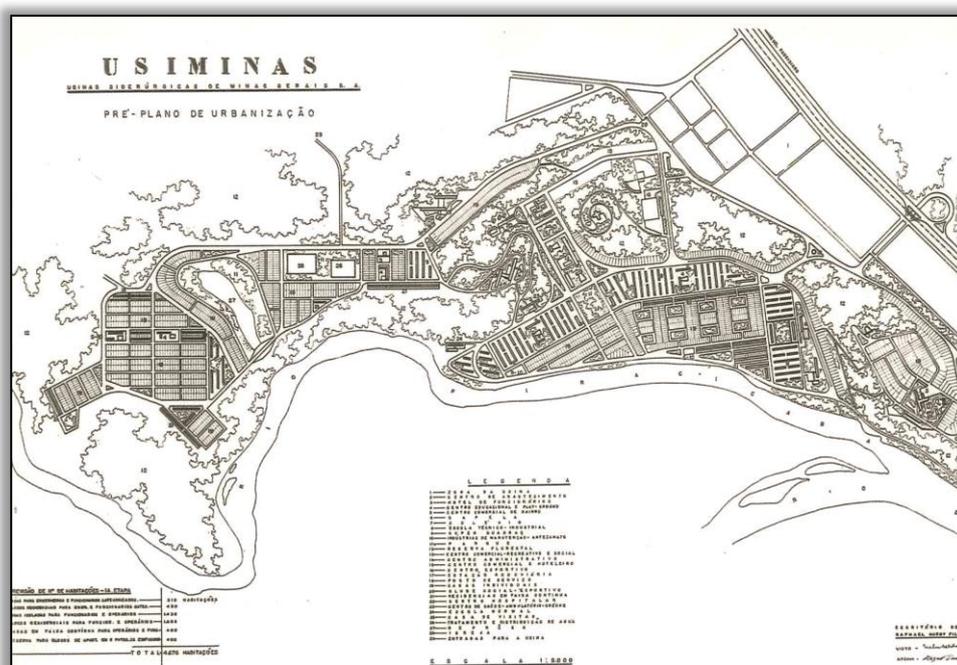


IMAGEM 1. Pré-plano de urbanização da vila operária da Usiminas em Ipatinga. Fonte: Arquivo Usiminas

Ipatinga, como cidade aberta, foi um projeto que fracassou, devido a um conjunto de fatores, como veremos mais adiante. Além de ter se tornado, nas décadas seguintes uma cidade fechada, provavelmente mais do que as construídas por outras siderúrgicas, Ipatinga se transformou em uma cidade dividida.

Sem escolaridade e qualificação necessárias às atividades siderúrgicas, o grosso da população economicamente ativa da região empregou-se, inicialmente, nas empreiteiras da construção civil.

Um dia, eu estava no escritório, chegaram os japoneses e falaram. “Para a construção, nós precisamos de 300 e tantos soldadores e 400 ou 500 não sei lá o que”. Eu respondi: “Isso é impossível”. “Então, não podemos fazer a usina”. Aí, eu disse. “Vocês vão ver que nós fazemos”. E fizemos. Depois da usina pronta, eles falaram. “Agora que nós entendemos como é no Brasil. Lá no Japão, precisamos de 300 soldadores de primeira. Aqui no Brasil, vocês pegam um bom soldador e uns dez ajudantes que não sabem nada e eles vão aprendendo na hora”. Foi assim que nós fizemos, e é assim que se trabalha no Brasil até hoje” (LANARI, 1990, p. 23).



FOTO 8. Operários na área onde seria instalada o alto-forno da usina Intendente Câmara. Fonte Aceviva

Profissionais estrangeiros altamente qualificados, sobretudo japoneses, receberam incumbência de instalar equipamentos de última geração, comandar a operação da usina e capacitar o *staff* brasileiro para o trabalho.

A maioria dos engenheiros, técnicos e pessoal administrativo para os quadros da Usiminas eram recrutados nos grandes centros, especialmente em Belo Horizonte e Vitória, as capitais mais próximas.

Para a operação, nós fizemos diferente. Para se fazer um encarregado ou mesmo um operador, é preciso pelo menos uma iniciação de curso secundário, não é necessário o curso técnico. Aliás, não haveria técnicos suficientes caso nós quiséssemos pegá-los na escola. Então, criamos os nossos técnicos. Como? Fazendo uma propaganda no Brasil inteiro, procurando elementos que já tivessem o curso secundário, mesmo incompleto, e que estivesse nas suas cidades do interior esperando um emprego qualquer de colarinho: vendedor, balconista, ou funcionário de banco, que era o sonho. Havia milhões de brasileiros com formação suficiente para você fazer deles um técnico, e que não tinham profissão. Foi isso que fizemos (LANARI JÚNIOR, 1990, p. 23)

Além de usinar o aço a partir de matéria bruta, a direção da Usiminas assumiu que a empresa tinha que *formar* o trabalhador. Essa formação, contudo, não se restringia à necessária ao bom desempenho da profissão. Incluía o condicionamento do operário virtualmente em todos os aspectos de sua vida social, sobretudo no que diz respeito à política.

A direção da siderúrgica tomou para si a missão de formar o cidadão da Usiminas, que deveria, acima de tudo, aprender a cumprir ordens e aceitar sua condição de simples variável em uma cidade-empresa que funcionaria como uma máquina programada por engenheiros ou como uma comunidade natural orientada pelo trabalho, um formigueiro, para usar a metáfora de um dos idealizadores da companhia (VERANO, 1990, p. 12).

Na medida em que era construída, a cidade Usiminas incorporava os empregados da empresa. A prioridade no acesso aos bairros e às casas vinculava-se ao espectro da estrutura de classes. Contemplava-se primeiro e com as melhores casas no bairro Castelo quem estava na cúpula do organograma da usina. Em seguida, segundo a

mesma lógica, eram distribuídas, até se esgotarem, as casas remanescentes pela estrutura de classes abaixo, de forma que, haja vista o número insuficiente de unidades, quem deixou de ser contemplado estava na parte inferior do organograma.

A população dessa vila se constituirá de elementos heterogêneos, quer quanto às condições econômico-sociais, quer quanto às condições de educação e hierarquia. Não seríamos nós que haveríamos de preconizar uma cidade segregada. No entanto, as próprias condições de trabalho de uma usina do porte da Usiminas, seja por tradição, seja por conveniências administrativas, obrigam a uma discriminação das unidades habitacionais por classe de funcionários, engenheiros e operários (USIMINAS, 1958, *apud* FRIZZERA, 1990, pp. 75 e 77).

A vila operária da Usiminas já compreendia, em 1965, 3.247 moradias; 22 prédios de alojamento com capacidade para abrigar 2.600 pessoas; 70 quilômetros de ruas e avenidas asfaltadas, estações de captação e tratamento de água; rede de distribuição de água de 57 quilômetros; rede de coleta de esgoto de 69,8 quilômetros; rede de distribuição de energia elétrica de 37 quilômetros; e rede telefônica de 12 quilômetros (PIMENTA, 1967, p. 207).

A estrutura urbana já contava naquele ano com sete escolas de ensino fundamental, com o colégio – ainda hoje de referência – São Francisco Xavier; com a escola profissionalizante Gil Guatimosim, com o hospital Márcio Cunha, que já disponibilizava 70 leitos; com um posto do antigo SAMDU, Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência<sup>142</sup>; e com quatro ambulatórios e um centro de puericultura.

Já havia também quatro supermercados, agências postais com telex; três blocos comerciais com lojas, frigoríficos e agências postais; seis igrejas; quatro restaurantes populares; um clube com estrutura completa de lazer; o Estádio Lanari Júnior, com capacidade para 12 mil pessoas; além de campos de golfe e beisebol e um ginásio de judô e sumô e outras estruturas de lazer construídas para atender aos japoneses.

---

<sup>142</sup> O serviço foi criado e regulamentado no Governo Juscelino Kubitschek, por meio, do Decreto nº 46.349, de 3 de julho de 1959.

A área residencial da vida operária configurava um espectro urbano que ia desde o bairro Castelo, o de mais alto nível, até os bairros mais simples, o Maringá e o Candangolândia – hoje fundidos no bairro Amaro Lanari, já dentro de Coronel Fabriciano.

Integrantes dos altos escalões morariam no Castelo, em excelentes mansões funcionais, de 185 ou 201 metros quadrados, construídas em terrenos de 500 metros quadrados, sem muros e com belos jardins, no bairro Castelo, uma colina adjacente ao bairro Cariru, topograficamente protegida da poluição da usina. Esse bairro de altíssimo padrão seria tão exclusivo, que nele não haveria comércio e serviços públicos, e o único seria de acesso virtualmente vedado aos não moradores.



FOTO 9 e FOTO 10. O bairro Castelo nos anos 60 e uma casa de tipo A, nele localizada.  
Fonte: Acervo José Augusto de Moraes

Em geral, aos engenheiros de escalões inferiores, aos supervisores e aos técnicos mais especializados, reservavam o bairro Cariru, bem de frente à usina, com excelente e completa infraestrutura urbana.

Os trabalhadores que vinham imediatamente abaixo no organograma, provavelmente receberiam uma casa no bairro Bom Retiro, mais abaixo, a caminho da sede de Coronel Fabriciano.

O operariado alojava-se em bairros muito simples, como o Maringá e o Candangolândia, em que as casas eram entregues pela Usiminas, às vezes, sem reboco, com piso grosso e telhado de amianto (PESSOTTI, 2013.). Ainda assim, não havia unidades suficientes para todos.



FOTO 11: Bairro Candangolândia: era acirrada disputa entre os operários por uma dessas casas. Fonte: Acervo José Augusto de Moraes

Apesar do planejamento urbano, edificaram-se nos bairros Horto, Candangolândia e Maringá alojamentos provisórios para engenheiros e operários que trabalhavam nas obras de construção.

Com o fim das obras, a esses alojamentos foram desocupados e, devido ao déficit de moradias, a direção da Usiminas os utilizou para assentamento definitivo, principalmente de operários.

Um desses alojamentos ganhou o nome de Chicago Bridge por ter abrigado anteriormente empregados da empreiteira homônima, que montara a aciaria da usina. Na época da inauguração da siderúrgica, o Chicago Bridge abrigava cerca de 300 trabalhadores, basicamente operadores recém-contratados para trabalhar na usina e empregados de empreiteiras remanescentes.

O alojamento Chicago Bridge compreendia dois grandes galpões de madeira interligados em forma de H, com piso de cimento, sujo, com mobília caindo aos pedaços, no bairro Santa Mônica, adjacente ao Horto e próximo ao acesso mais movimentado da Intendente Câmara, a portaria 57.

Aproximadamente 2 mil trabalhadores, em geral jovens e solteiros, moravam no complexo de alojamentos Santa Mônica, no lado oposto da rua do Chicago, já na parte mais elevada do bairro.

Eram, em sua maioria, rapazes com formação ginasial que haviam prestado serviço militar (HORTA, 2012). Aparentemente, a direção da Usiminas recrutou jovens treinados em disciplina nas Forças Armadas para facilitar seu processo de “formação” para o trabalho na usina.

(...) houve um erro – que eu diria ser meu –, mas não havia outra maneira de fazer. Fizemos alojamentos enormes, onde moravam 100 pessoas em cada um deles. Como é que eu iria alojar 10 mil pessoas não sendo através de um regime militar? (VERANO, 1990, p. 16).



FOTO 12 e FOTO 13. O bairro (indicado pela seta) e os alojamentos Santa Mônica com Chicago Bridge na parte superior da foto. Fonte: Acervo José Augusto de Moraes

Sem alternativa, grande parte do operariado da Usiminas e de suas empreiteiras foi morar na Rua do Buraco, uma favela sem saneamento básico, água potável, energia elétrica e condições mínimas de habitabilidade que começou a se alastrar na região central de Ipatinga.

Havia milhares de barracos de lona ou madeira, muitas vezes compartilhados por várias famílias, sob miséria absoluta. A favela, próxima às margens do Rio Paranapanema, era foco de doenças, como a malária, sobretudo após as enchentes frequentes, que sempre deixaram um rastro de morte e destruição (AYRES PIMENTA, 2014).



FOTO 14. Favela da Rua do Buraco que existiu no centro de Ipatinga até os anos 90, nas proximidades da usina Intendente Câmara. Fonte Aceviva

Dessa forma, a sociedade industrial de Ipatinga, diferentemente de paradigmas ocidentais tipicamente modernos, escancarava, em sua própria arquitetura, as diferenças que são sistematicamente produzidas no sistema capitalista.

### **33. Da teoria da imobilização à teoria da contenção**

A força inercial que a vila operária construída junto a plantas industriais exerce *vis-à-vis* a estrutura de classes já foi bem documentada por José Sérgio Leite Lopes (LEITE LOPES, 1976; LEITE LOPES, 1988), que formulou uma teoria da imobilização da força de trabalho por meio da moradia.

A denominação de “sistema Paulista”, através da qual acabei designando etnograficamente a variante da forma de dominação fábrica-via operária aqui estudada [unidade da Companhia Paulista de Tecidos, localizada em Paulista (PE)], segue, por um lado, a tradição das denominações usuais na literatura a respeito desta conjugação da fábrica com a moradia anexa de sua propriedade, de “cottage-system” e “sistema de caserna” (...); e, por outro lado, aponta para uma estrutura de relações que se estabelece, no caso da fábrica e da vila operária de Paulista, envolvendo sob um mesmo controle centralizado a produção fabril, o domínio da moradia e da cidade, a produção agrícola da retaguarda territorial da fábrica e a circulação mercantil dos bens de consumo dos operários sob a forma de uma feira administrada. Além disso, esta estrutura de relações sociais contém a promoção e administração de atividades médicas, religiosas e recreativas, e também uma numerosa milícia particular garantindo o “governo local de fato” da companhia sobre essas múltiplas atividades (LEITE LOPES, 1988, p. 21).

Dessa estrutura montada para “imobilizar” o proletariado em torno da fábrica decorre um sistema de dominação reforçado, que se estabelece com ampliação da jurisdição da fábrica em detrimento da esfera privada do operário. Configura-se, assim,

(...) uma interferência direta e visível da administração da fábrica sobre a vida social extra-fábrica dos trabalhadores (LEITE LOPES, *op. cit.*, p. 17).

Para Leite Lopes, o “sistema Paulista” de dominação legitima-se diante do proletariado por meio de “uma moral do trabalho”, lastreada por pleno emprego (*op. cit.*, p. 279), a qual normatiza

“(…) a tutela dos trabalhadores” desde o seu local de origem, através do aliciamento de famílias de trabalhadores, que se consagra na legitimação da família como unidade social básica (...), que se prolonga com a instituição de roçados para os operários e a sua ligação com a feira de preços administrados, e se torna onipresente através do controle territorial e da criação de uma vila operária com suas regras, sua ligação direta com o trabalho, e seus efeitos na disciplinarização “por sobre os escombros dos mocambos” (*ibid.*).

A nosso ver, a “moral do trabalho” que tende a se irradiar da fábrica para a vila operária constitui, de modo geral, uma *vis attractiva* que concorre para a integração orgânica entre o trabalho e o capital.

Esse mecanismo de integração, deduzido do paradigma da imobilização, entra em crise quando sua base de legitimidade, “a moral do trabalho”, perde seu lastro; o pleno emprego, e as tensões da estrutura de classes represadas liberam-se na forma de conflito aberto entre capital e trabalho.

O início dos anos 50 configura (...) uma ruptura ou ao menos uma importante ponto de inflexão no “sistema Paulista” (...) [, que veio a ser] o fim do modelo do “trabalho para todos”: o desmantelamento desse modelo é um objetivo colocado pela CTP como meta para os anos seguintes, enquanto que para os operários inicia-se um processo de deslegitimação da dominação (...).

Arma assim, no início dos anos 50, um conflito entre a *companhia* por um lado e os operários por outro, em torno de diferentes concepções de trabalho e de organização da produção: à “cultura fabril” dos operários (...), favorecida e apoiada na própria “moral do trabalho”, produzida e inculcada pela *companhia* e reinterpretada pelos produtores diretos no interior da fábrica, opõe-se uma reorientação “gerencialista” da CTP no sentido de uma reorganização do processo produtivo, implicando na exclusão da força de trabalho e no aumento da intensidade de seu uso remanescente (LEITE LOPES, *op. cit.*, p. 280).

No caso de Ipatinga, em conformidade com a teoria da imobilização, a estrutura urbana construída em volta da usina Intendente Câmara exerceu força inercial para retenção da classe trabalhadora no sistema de produção da Usiminas e serviu de plataforma para ampliação do alcance e para a intensificação da efetividade do regulamento da fábrica.

Em Paulista, formulou-se uma *moral do trabalho*, de caráter tutelar, que cimentou e estabilizou as relações de produção. Constituiu-se uma ordem de *status* fabril que *naturalizou*, de forma *paternalista*, a integração do operário ao sistema de produção.

Diferentemente, no caso Ipatinga, observou-se a “implantação” de um sistema de produção moderno em um contexto social regulado por uma ordem de *status* arcaica.

Tentou-se aproveitar o mesmo regime de exploração ostensiva da antiga sociedade patriarcal de Ipatinga, que era reminiscência da ordem de *status* generalizada no Brasil escravocrata.

Note-se que o sistema de produção moderno em questão não era originário do próprio Japão, que o havia assimilado de países centrais da Europa e dos Estados Unidos.

Ao contrário do que ocorreu em Ipatinga, esse sistema de produção não foi implantado, mas organicamente *integrado* à realidade japonesa (como na Alemanha Ocidental).

Aproveitou-se, para tanto, a janela de oportunidade excepcional que se abriu no pós-Segunda Guerra, especialmente a partir do desmantelamento das estruturas da modernização autoritária instaladas no período anterior e com os incentivos do Plano Marshall.

Essa integração orgânica foi facilitada pelo contexto ético do Japão, que guardava semelhanças com aqueles de sociedades de que a modernização social-democrática irradiou-se.

Robert Bellah identificou uma base comum no sistema de valores que orientou a modernização das sociedades anglo-saxônicas e que constituiu a sociedade japonesa:

This society of the Anglo-saxons [the late 10th century England] had the same high regard for loyalty that ancient Japanese had. It was a disgrace to live if one's lord had died in battle. A warrior was to give his life for his lord, if need be, in return for all that he had received from the lord. Whitelock tell us that "when the claims clashed with those of the kindred... the duty to lord should come first" (BELLAH, 1985, conclusão, p. 6/43).<sup>143</sup>

De acordo com Bellah, o dever de lealdade com o senhor integrava o sistema de valores feudais europeu e japonês na Idade Media, mas em ambos os contextos essa lealdade até então referida a pessoas passou a referir-se a *status* (*ibid.*, p. 9/43). Contudo, se no Ocidente esse *status* tomou a rota da universalização, por influência do cristianismo,

Japanese nationalism remained peculiarly particularistic due to its focus on the imperial family, reigning for ages eternal, the main family of which all Japanese families are branch families (*ibid.*, p. 8/43).<sup>144</sup>

Para Bellah, a Revolução Meiji, que inaugura o capitalismo no Japão, foi impulsionada principalmente pela classe de samurais e orientada mais por interesses políticos – “o desejo de restaurar o imperador e aumentar o poder nacional” – do que econômicos (Bellah, *ibid.* 18/43).

Na verdade, por baixo desses “interesses políticos” sobressaltos havia motivações éticas, havia todo o sistema de reconhecimento ético aperfeiçoado ao longo de décadas (“*central value system*”, nas palavras de Bellah), que a Revolução Meiji buscava defender.

---

<sup>143</sup> “Essa sociedade de Anglo-saxões [a Inglaterra do final do Século X] tinha a mesma consideração elevada à lealdade que existia entre os antigos japoneses. Era uma desgraça para alguém continuar a viver se seu senhor tivesse morrido em uma batalha. O guerreiro existia para dar sua vida a seu senhor, se necessário fosse, em troca por tudo que havia dele recebido. Whitelock nos conta que “quando as exigências se chocavam com as dos familiares, o dever ao senhor vinha em primeiro lugar” (tradução nossa).

<sup>144</sup> “(...) o nacionalismo japonês manteve-se peculiarmente particularista, devido a seu foco na família imperial, que reinava eterna há séculos, a família principal, de que se ramificam todas as demais famílias japonesas” (tradução nossa).

A incidência do paradigma da modernização social-democrática sobre o Japão secularmente regulado por uma ordem de *status* hipertrofiada produziu uma sociedade capitalista *sui generis*, mas altamente desenvolvida:

The adaptations of that central value system which had been worked out as the status ethic of the various classes proved very favorable for handling the new economic responsibilities which fell to each class. In spite of the growth of a modern economy the polity remain the dominant sphere of national life and the economy was permeated with political values (*ibid.*, p.22/43).<sup>145</sup>

A força motriz da eficiente economia japonesa seria uma classe trabalhadora cujos integrantes são rigidamente socializados no âmbito da família à luz desses valores comuns, que inspiram disciplina, diligência e economicidade no trabalho (*ibid.*, 21/43).

A modernização em Ipatinga, que, apesar de ter tido seus samurais como mencionamos (pp. 298-299), era bem diferente da que se consolidava no Japão à época, e seguiu o padrão que prevalecia em todo o Brasil, orientado pelo paradigma autoritário.

Dessa forma, o “transplante” de um sistema produtivo organicamente integrado à realidade japonesa, de seu contexto moderno para o contexto pré-moderno de Ipatinga, sem a implementação de políticas especialmente desenhadas para mitigar essa discrepância, não poderia ser bem-sucedido.

Se considerarmos que a força de determinada ordem de *status* reflete a capacidade da ordem econômica de ressaltar a dignidade das pessoas em geral contra o funcionamento do mecanismo do mercado, a ordem de *status* japonesa é forte, e a brasileira dos anos 60, muito fraca.

A *fraqueza* da ordem de *status* autoritária vigente nos anos 60 em Ipatinga remontava ao regime escravocrata brasileiro, formalmente abolido em 1888, no qual a ordem econômica sobrepujava a ordem de *status* a ponto de incorporar *literamente* como mercadoria e como meio de produção uma parte imensa da sociedade, no caso, a classe dos escravos.

---

<sup>145</sup> “As adaptações desse sistema de valores central que evoluiu à ética de status das várias classes provou-se muito favorável ao manejo das novas responsabilidades atribuídas a cada classe. Apesar da emergência de uma economia moderna, a esfera política continuou dominante na vida nacional e a economia permeou-se de valores políticos” (tradução nossa).

A ordem de *status* escravocrata, no que admitia a assimilação de pessoas à ordem econômica, aparentemente para enaltecer a posição relativa (de *status* e econômica) da classe de senhores, implicava na exclusão do princípio da dignidade universal do ser humano e, por consequência, promovia uma sociedade condenada à divisão.

O compromisso que *constituiu* a unidade dos membros da sociedade capitalista moderna era absolutamente inviável em um contexto daquele tipo, porque se negava a uma das partes a condição de sujeito, a autonomia indispensável ao entretecimento do compromisso. O conflito entre a classe de *status* nulo e a classe de *status* absoluto só podia mesmo se encaminhar para a violência, como fazia.

Havia na ordem de *status* da Ipatinga dos primórdios da Usiminas elementos de sua predecessora escravocrata, que, além de ter dividido a sociedade brasileira, havia estigmatizado o trabalhador manual e, por arrastamento, o trabalho manual.

O déficit de reconhecimento do trabalhador manual em Ipatinga justificava as abordagens violentas da PMMG e da direção da Usiminas, as quais, por sua vez, instigavam uma reação violenta da classe operária.

O *sistema Paulista* logrou estabilizar, até certo ponto, as respectivas relações de produção. O conflito de classes não se deflagrou, por parte do proletariado, para destruí-lo, mas sim para mantê-lo.

Já em Ipatinga o sistema Usiminas, orientado pela tentativa de acoplamento de uma ordem econômica moderna a uma ordem de *status* arcaica, mostrou-se disruptivo desde o início, como mostraremos adiante.

A ordem de *status* arcaica, incorporada no sistema Usiminas, tem raízes na sociedade escravocrata, como salientamos, mas sua fundamentação ideológica mais remota é o antigo regime feudal, que multiplicava e essencializava as distinções sociais.

A característica distintiva da sociedade capitalista que o sucedeu, como notou Marx, é sua tendência de reduzir os antagonismos de classe aos que emanam do modo de produção capitalista.

The modern bourgeois society that has sprout from the ruins of feudal society has not done away with class antagonisms. It has but

established new classes, new conditions of oppression, new forms of struggle in place the old ones.

Our epoch, the epoch of the bourgeoisie, possesses, however, this distinctive feature: It has simplified the class antagonisms. Society as a whole is more and more splitting up into great hostile camps, into great classes directly facing each other – bourgeoisie and proletariat<sup>146</sup> (MARX, 2011, pp. 1, 2).

Com a expansão da cidadania, esse antagonismo simplificado, a fim de conter o conflito entre capital e trabalho, acaba por subsumir-se e ocultar-se por meio de uma ordem de *status* a mais simples possível, que promete nada menos que revogar quaisquer distinções entre as pessoas.

Ao passo que a dimensão econômica da nascente sociedade industrial marcha para frente, no sentido da racionalização do processo de produção, em consonância com o paradigma da modernização social-democrática, sua dimensão ética marcha para trás, no sentido da multiplicação e da essencialização das distinções.

Como consequência, o compromisso interclasses que constituiu a cidadania e absorve o conflito de classes, não se produz em Ipatinga. Em vez disso, os conflitos sistematicamente gerados na estrutura de classes tendem a ser catalisados por uma ordem de *status* que só faz acirrá-los.

As distinções na Cidade Usiminas emanavam de uma estrutura de classes que não expressava apenas o antagonismo capital e trabalho. Essa estrutura graduava-se desde os prepostos diretos do capital, instalados no bairro Castelo (ou mesmo acima disso, em Belo Horizonte, a exercer suas funções na sede administrativa da empresa) até o nível mais baixo, dos excluídos de todo o gênero, que viviam (ou pereciam) em condições de indigência.

O espectro das hierarquias de classe local articulava-se, simultaneamente, com a nova e com a velha Ipatinga, com o novo sistema de produção e com o antigo, tudo isso se subsumindo em uma ordem de *status* altamente diferenciada.

---

<sup>146</sup> “A moderna sociedade burguesa, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aniquilou os antagonismos de classes. Fez apenas estabelecer novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

Nossa época, a época da burguesia, apresenta essa característica distintiva: Ela simplificou os antagonismos de classes. A sociedade, como um todo, está cada vez mais se dividindo em dois grandes campos opostos, em duas grandes classes que se confrontam diretamente: a burguesia e o proletariado” (tradução nossa).

Além das hierarquias de classe e das respectivas distinções correlatas ao organograma da usina Intendente Câmara, sobressaíam as hierarquias de classe e as respectivas distinções correlatas do que restou do modo de produção agropecuário, com grandes proprietários de terra a explorar pequenos camponeses que não puderam se incorporar ao sistema Usiminas.

No fosso dessa estrutura de classes estava o exército de reserva, com excluídos de todo o gênero, que servia de repositório de mão de obra tanto à Usiminas, como ao decadente sistema agropecuário-extrativista tradicional, que ia se incorporando à sociedade industrial.

A Estrada de Ferro Vitória a Minas, grosso modo, demarcava a fronteira entre a civilização de ordem econômica estruturada pelo capitalismo e a civilização de ordem econômica estruturada pela agropecuária e pelo extrativismo tradicionais.

Ao sul dos trilhos, despontava a nova Ipatinga em expansão, que a Usiminas ia construindo, sociedade de classes, moderna e urbanizada. Ao norte, a Ipatinga velha, tradicional, miserável e desordenada, de poucos proprietários de terras e muitos camponeses em estado de semisservidão, que compreendia também, além de desempregados, trabalhadores informais, os peões de empreiteiras e os excluídos de todo o gênero, além dos operários menos qualificados da própria siderúrgica.



MAPA 2 As duas Ipatingas ainda hoje demarcadas pelos trilhos da EFVM, indicados pela seta, paralelos ao traçado na BR 381<sup>147</sup>.

<sup>147</sup> Atualmente, a expansão urbana levou à relativização da divisão entre a Ipatinga desenvolvida da Usiminas – que continua bem ordenada e com nível de vida superior – e a outra Ipatinga, a que apresenta

Na primeira, a dominação capitalista, que se irradiava da fábrica, da divisão da produção entre seus operadores e seus engenheiros. Na segunda, a dominação tradicional remanescente, fundada, sobretudo, na propriedade fundiária, e que pouco a pouco vai se erodindo e se incorporando à dominação capitalista em expansão.

O cidadão da nova Ipatinga ostentava *status* diferenciado em relação ao da segunda Ipatinga. Mesmo que fosse não residente, que morasse na velha Ipatinga, em outra parte de Coronel Fabriciano ou mesmo em outro município, o cidadão Usiminas usufruía de reconhecimento qualificado, que se fundava no vínculo empregatício com a companhia (TULER, 2012).

Outra distinção significativa em Ipatinga vinculava-se à nacionalidade. Atribuía-se *status* especial Usiminas, a estrangeiros naturais de países desenvolvidos, *e.g.* da Alemanha, dos Estados Unidos e, em especial, do Japão, que estavam em maior número em razão da participação japonesa no capital, na instalação, na administração e diretamente no processo produtivo da Usiminas.

A sociedade industrial de Ipatinga emergia como emaranhado de distinções múltiplas e cruzadas. Naquele ambiente, era difícil deduzir ainda que traços do que se chama, nesta tese, de cidadania moderna, a qual determina uma ordem de *status* programada para neutralizar as distinções gestadas em sociedades tradicionais, bem como as que emanam da produção capitalista.



FOTO 15 e FOTO 16: Os operários japoneses eram transportados de ônibus, os brasileiros na carroceria de caminhões. Fonte: Acervo José Augusto de Moraes

Dentre as distinções do emaranhado que caracterizavam Ipatinga, a que entrincheira, de um lado, os engenheiros, e, de outro, os operários, parece-nos de todas as

---

traços de subdesenvolvimento, mas que, apesar dessa condição, sedia alguns dos bairros mais elegantes do município, como o Cidade Nobre.

mais relevante, porque diz respeito às classes que vão travar o conflito que norteia a expansão da cidadania em Ipatinga.

O antagonismo entre engenheiros <sup>148</sup> e operários da Usiminas é protagonizado efetivamente por duas coalizões: de um lado uma coalizão conservadora formada pela alta hierarquia da Usiminas e pelos latifundiários e uma pequena burguesia residente em Ipatinga. De outro, uma coalizão revolucionária que vai se formando no tempo entre operariado da Usiminas, trabalhadores da construção civil, comerciários, bancários e setores progressistas da classe média.

Os engenheiros em questão não podem ser confundidos com a burguesia, até porque a Usiminas era, na maior parte do período, uma empresa majoritariamente estatal. A rigor, haja vista o conceito de classe com que operamos, todo estruturado em torno de uma concepção sistemática de propriedade, esses profissionais sequer formam uma.

No contexto de Ipatinga, porém, os engenheiros apresentavam-se como equivalentes funcionais da classe burguesa, de forma que procede falar em conflito de classes entre engenheiros e operários, desde que se ressalve que a locução “classe de engenheiros” não tem sentido literal.

Saliente-se que a cisão entre o gerenciamento da produção e a propriedade do capital, a que se refere Dahrendorf (1959, p. 136), já estava se consumando nesse contexto, e que as implicações desse fenômeno não eram ignoradas pelo presidente da Usiminas na época.

(...) A gerência profissional substituindo a gerência do proprietário, embora cada vez mais difundida no Brasil, particularmente nas grandes empresas, não tem realmente, nem pode ter, a predominância que adquiriu nos países desenvolvidos, por circunstâncias peculiares a esse mesmo estágio de desenvolvimento. Entretanto, posso

---

<sup>148</sup> Temos que a classe de engenheiros era mais representativa do capital que a classe de diretores da Usiminas. Nos capítulos 38 e 39), fundamentaremos melhor nossa posição, mas por hora podemos apresentar duas razões por que entendemos que os engenheiros configuraram os verdadeiros antagonistas da classe operária em Ipatinga. A primeira razão é que a engenharia era o curso preferido dos elementos da burguesia industrial mineira na época. A Usiminas foi fundada, idealizada e dirigida, basicamente, por engenheiros, como vimos. A segunda é que havia engenheiros altamente qualificados que não ocupavam necessariamente posição de chefia, mas técnica. Era da classe de engenheiros que se recrutavam normalmente os presidentes da Usiminas. A diretoria da siderúrgica funcionava, grosso modo, como órgão ou projeção do poder dos engenheiros da empresa. A distinção significativa no contexto da vila operária e da usina – para usar a expressão de Bourdieu citada no excerto já reproduzido acima (BOURDIEU, 2009, p. 14) era, sobretudo, o título e a expertise de engenheiro.

testemunhar que no Japão moderno muitos lamentam a diminuição do espírito de iniciativa que afeta grande número de empresas, hoje administradas por uma espécie de gerência de carreira muito semelhante à dos funcionários públicos. As qualidades típicas dos empresários são substituídas por uma burocracia funcional que pode marchar com regularidade e exatidão de um relógio, mas sem o brilho, sem audácia, sem impulso criador.

(...) O empresário é um homem de ação e, como tal, a capacidade de estudo e de análise, característica dos intelectuais e dos homens de pensamento, não pode ser ingrediente distintivo de sua personalidade. Ele é um tático, um estrategista. Cabe-lhe a linha executiva, não assessoria ou o *staff*. Confundi-lo com um ignorante, entretanto, é não compreender em que consiste a sua sabedoria (LANARI JÚNIOR *apud*. LEITE; FARIA, 2002, p. 173).

Nesse excerto, Amaro Larari Júnior denota plena consciência da necessidade de interação inteligente entre o princípio de iniciativa do empresário (a ação) e o princípio de *expertise* da administração profissional clássica (conhecimento) para maximização do acúmulo capitalista.

O desafio, nesse contexto, seria dotar as grandes empresas, que não podiam mais, por motivos estruturais, orientar-se pela gestão direta do empresário, de uma administração profissional qualificada a ponto de combinar iniciativa e *expertise* na gerência empresarial.

No caso de Ipatinga, essa evolução da gerência empresarial já estava em implementação, de forma que os administradores da empresa constituíam-se equivalentes funcionais dos burgueses.

E como essa administração era o núcleo e um órgão de uma classe de engenheiros, que predominava na nascente sociedade industrial de Ipatinga, não há prejuízos analíticos em orientar nossa análise em um conflito que polariza essa classe de engenheiros e a classe dos trabalhadores comuns.

Para se ter ideia da solidez da hegemonia dos engenheiros na direção da Usiminas, apenas dois desses profissionais, Amaro Lanari Júnior (de janeiro de 1958 a abril de 1976) e Rinaldo Campos Soares (de abril de 1990 a abril de 2008) ocuparam a presidência da companhia por 36 anos e três meses em seu primeiro meio século de existência.

Embora nosso conceito de classe seja mais fechado que o de Bourdieu, um e outro compartilham a indexação entre uma posição na ordem econômica e uma posição na ordem de *status*. Para Bourdieu, a classe objetivamente é um

(...) conjunto de agentes situados em condições homogêneas de existência, impondo condicionamentos homogêneos e produzindo sistema de disposições homogêneas, próprias a engendrar práticas semelhantes, além de possuírem um conjunto de propriedades comuns, propriedades objetivadas, às vezes garantidas juridicamente – por exemplo, a posse de bens ou poderes – ou incorporadas, tais como o *habitus* de classe – e, em particular, os sistemas de esquemas classificatórios (BOURDIEU, 2007, p. 97).

O conceito de *habitus* com que opera Bourdieu refere-se a “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 2009b, p. 87), a um conjunto sistemático de práticas significativas que são apreendidas e incorporadas por um determinado grupo social, de forma inconsciente ou não, no curso do processo mais geral de socialização.

É esse acúmulo organizado de práticas distintivas, que se projetam da ordem econômica para a ordem de *status*, e da ordem de *status* para a ordem econômica, em um processo de determinação recíproca inexorável, que vai constituir o que chamamos *classe* nessa tese.

Ao designamos estas classes – classes de agentes ou, que dá no mesmo deste ponto de vista, classes de condições de existência – por um nome de profissão, limitamo-nos a tornar manifesto que, nas relações de produção, a posição orienta as práticas por intermédio, principalmente, dos mecanismos que presidem o acesso às posições, além de produzirem ou selecionarem determinada classe de *habitus*. Mas, não se trata de retornar a uma variável pré-constituída, tal como a “categoria socioprofissional” de fato, os indivíduos reunidos em uma classe construída a partir de uma relação particular, apesar de particularmente determinante, trazem sempre com eles, além das propriedades pertinentes que se encontram na origem de sua classificação, algumas *propriedades secundárias* que, deste modo, são introduzidas clandestinamente no modelo explicativo (BOURDIEU, 2007, *ibid.*).

Os engenheiros administravam, em nome dos grandes acionistas da empresa, a colonização da classe operária, e obtinham vantagens por essa atividade, que iam além da participação nos lucros, ainda que na forma de altos salários.

Grosso modo, representavam o papel de social – no sentido de Goffman (1985) – e usufruíam do *status* – no sentido de Bourdieu (2007) – de virtuais donos da Usiminas em Ipatinga. O conflito de classes em Ipatinga tinha, em um de seus polos, a classe trabalhadora, e no outro, os engenheiros, como *proxies* da burguesia, guardiões locais da ordem capitalista.

A proximidade analítica entre esses engenheiros e a burguesia também decorre do fato de que alguns deles, como o próprio presidente da Usiminas e o chefe do Departamento de Relações Industriais da empresa, pertenciam a famílias das, na época, chamadas “classes produtoras”.

A classe dos engenheiros, que vai se comportar como burguesia no cenário panorâmico analisado, não deve ser compreendida como coalizão *exclusiva de engenheiros*, mas como coalizão *orientada* por engenheiros.

Em primeiro lugar porque, como já mencionamos, a direção da Usiminas configurava um órgão da classe de engenheiros, que, a par de representar os interesses dos acionistas com poder decisório da companhia, veiculavam as pretensões dos engenheiros.

Esses profissionais altamente especializados – até em razão de seu conhecimento sobre o processo produtivo da Usiminas – formavam, por assim dizer, o colégio eleitoral onde normalmente seriam recrutados o *Chief Executive Officer (CEO)* e o *Chief Operating Officer (COO)*<sup>149</sup> da empresa, as duas pessoas mais poderosas de sua administração.

(...) O desenvolvimento industrial traz a difusão do ensino como ponto de partida para progresso social, primeiro pela supressão do analfabetismo e, em seguida, pela formação técnica cada vez mais especializada, porém, estática, objetivando um rendimento imediato. *Cria-se assim uma nova classe, a dos engenheiros e técnicos, com uma amplitude e uma significação antes desconhecidas e que, numa sociedade pós-industrial, tende a*

---

<sup>149</sup> No caso da Usiminas, presidente e diretor de Operações, respectivamente.

*imprimir cada vez mais suas características e a sua influência em todos os setores dessa sociedade* (LANARI JÚNIOR *apud*. LEITE; FARIA, *op. cit.*, pp. 186-187, grifo nosso).

Contudo, ainda que, eventualmente, os cargos-chave na cúpula da hierarquia da empresa não fossem ocupados por engenheiros, esses profissionais manteriam sua ascendência na Usiminas, não apenas em razão de sua *expertise*, mas também por sua inserção política e estratégica no organograma da empresa.

Portanto, a direção da Usiminas ou era conduzida por engenheiros diretamente, ou indiretamente, por executivos que só poderiam desempenhar sua liderança mediante compromisso com esses profissionais, de maneira que o que designamos classe de engenheiros *inclui* a direção da empresa.

Em segundo lugar, a classe de engenheiros não é “puro-sangue” porque admitia técnicos ou egressos de graduações distintas da engenharia, que, geralmente, por sua diferenciada qualificação profissional, pessoal ou as duas ao mesmo tempo, alçavam posições no organograma da Usiminas tipicamente ocupadas por engenheiros ou ocupavam cargos técnicos ou de direção em escalões intermediários, que de todo modo eram essenciais para instrumentalizar a hegemonia dos engenheiros.

Por “classe de engenheiros” significamos, portanto, uma fração da classe burguesa, tomada esta [classe burguesa] em sentido lato. Esse sentido lato corresponde a uma estrutura de classe reduzida analiticamente a burguesia e proletariado.

Convém aqui frisar com Karl Marx, mais uma vez, que o conceito de classe deve ser deduzido de um conceito específico de propriedade, que esteja a estruturar o modo de produção a que se refira.

No contexto analisado, o conceito de propriedade imbricava-se com o capitalismo de estado vigente no Brasil naqueles anos 60. O conceito de capitalismo de estado esteve associado em seus primórdios com a emergência do nazi-fascismo alemão no entreguerras.

The central characteristic of the state capitalism, according to [the Frankfurt school theorist Friedrich] Pollock, is the supersession of the economic sphere by the political sphere. The state now balances production and distribution (...). Although a market, a prince system, and wages may still exist, they no longer serve to regulate the

economic process (...). Moreover, even is the legal institution of private property is retained, its economic functions have been effectively abolished (...). Consequently, for all practical purposes, economic “laws” are no longer operative and no autonomous, self-moving economic sphere exists. Political problems of administration have replaced economic ones of exchange (...) (POSTONE, 2004, p. 173).<sup>150</sup>

O capitalismo de estado corresponde, desse modo, ao paradigma da modernização autoritária, e implica, tanto a regulação do mercado, percebida por Pollock, como a regulação da ordem de *status*, deduzida, em parte, por Santos (1994; 1998), em sua teoria da cidadania regulada.

Logo, a sociedade cuja ordem econômica configura capitalismo de estado, em geral compreende uma ordem de *status* antidemocrática. O paradigma da modernização autoritária, que a orienta, obstrui tanto a “autodeterminação” do mercado como a “autodeterminação” da política, porque um expediente depende do outro. Ou seja, o estorvamento da “autodeterminação” do mercado pressuposta nesse paradigma só se efetiva mediante o estorvamento da “autodeterminação” da política.

A ordem de *status* que se articula com o paradigma de modernização autoritária é necessariamente hierarquizada em função de fundamentos “irracionais” no sentido de que não se sincronizam com uma ordem econômica competitiva.

Na ordem escravocrata que vigeu no Brasil até 1888, a discriminação dos escravos era antieconômica, na medida em que (e no sentido de que) era incapaz de promover um engajamento voluntário de toda a sociedade no mercado de trabalho, como convém ao capitalismo.

A mesma lógica prevalecia no estado nazi-fascista, que se orientava à promoção do elemento ariano ao topo da ordem de *status* e do elemento judeu, homossexual, cigano, com deficiência etc., a seu fosso, o que, obviamente não fazia sentido para o mercado livre.

---

<sup>150</sup> “A característica central do capitalismo de estado, de acordo com [o teórico da Escola de Frankfurt Friedrich] Pollock, é a sobreposição da esfera econômica pela esfera política. O estado passa a sopesar produção e distribuição (...). Embora possam ainda existir um mercado, um sistema de preços e salários, eles não servem mais para regular o processo econômico (...). Além disso, a propriedade privada é mantida, mas suas funções econômicas têm sido efetivamente abolidas (...). Consequentemente, para todos os fins práticos, as “leis” econômicas não são mais operacionais, e a esfera econômica, autônoma, capaz de mover-se por si, não existe mais. Os problemas econômicos de trocas deram lugar aos problemas políticos de administração” (tradução nossa).

Verifica-se, até o momento, que o que mais convém ao capitalismo por si só é a incorporação indiscriminada de todas as forças sociais ao mecanismo do mercado, por meio do princípio da divisão do trabalho. De todas as distinções sociais, a lógica do mercado livre manteria apenas a que reflete os diferentes graus de eficiência econômica dos sujeitos.

Ao que nos parece, a vantagem do paradigma da modernização social-democrática é exatamente proporcionar ao ambiente, ou melhor, à ordem de *status* que mais se aproxima desse ideal antidiscriminatório, embora implique contenção relativa da discriminação baseada no desempenho na produção, contrariamente à lógica do mercado livre.

Sob esse prisma, o paradigma da modernização social-democrática faz com que a “autodeterminação” do mercado e a “autodeterminação” da política condicionem-se reciprocamente.

O controle da esfera econômica pela esfera política e o controle da esfera política pela esfera econômica nesse contexto, em vez de serem exógenos, “artificiais”, “mecânicos”, impostos pelo governo como no paradigma da modernização autoritária, são automatizados por meio do desencadeamento de interações dinâmicas entre agências e estruturas que transcendem o governo e seu escopo de atuação.

Tem-se, portanto, a convergência sistêmica entre conflito de classes e regime de cidadania no âmbito de uma sociedade cuja ordem econômica e cuja ordem, encaixadas entre si, restringem-se mutuamente.

O condicionamento do mercado livre pela política democrática previne, em tese, seus efeitos econômicos incompatíveis com a política democrática, por exemplo, a retribuição econômica a pessoas com deficiência proporcional à sua participação efetiva no sistema produtivo.

Por outro lado, o condicionamento da política democrática previne, em tese, seus efeitos incompatíveis com o mercado livre, por exemplo, a revogação *tout court* da propriedade privada.

Em uma ordem de *status* liberal pura, as distinções têm lastro exclusivo no desempenho dos sujeitos na produção. Dessa forma, eliminam-se toda e qualquer distinção produzida por fatores extraeconômicos.

A ordem de *status* liberal-democrática, por sua vez, revoga *formalmente* as distinções de todo tipo, por meio um princípio de igualdade subjetiva. Por outro lado, mitiga, mas não exclui *materialmente* a distinção fundada na eficiência econômica.

Bem diferente das duas anteriores é a ordem de *status* “naturalmente” hierárquica do paradigma da modernização autoritária, porque constitui distinções com pouca ou nenhuma consideração ao mecanismo do mercado livre.

O conceito de classe no Brasil dos anos 60 deve ser perquirido, portanto, no peculiar capitalismo de estado e no conceito de propriedade privada então vigentes, gestados desde o Estado Novo.

Contudo, não será devidamente determinado se não deduzido em função da ordem de *status* a que se refere. No contexto de Ipatinga, a ordem de *status* alçava ao topo a classe dos engenheiros, à posição que em um cenário tipicamente capitalista e liberal seria ocupado pela burguesia.

Fizemos questão de expor no capítulo 31 acima e com riqueza de detalhes, a formação do “capital” por trás da Usiminas para ressaltar o quinhão das “classes produtoras” de Minas Gerais nesse mosaico.

Embora essas “classes produtoras” tivessem participação ínfima no capital da Usiminas, que foi aportado basicamente pela União, pelo Estado de Minas Gerais e pela Nippon-Usiminas, elas efetivamente exerciam funções típicas da classe burguesa na empresa, em especial por meio de engenheiros.

Restou devidamente explicitada a posição estratégica desses profissionais no interior ou na órbita dessas “classes produtoras”, a cujos interesses a “implantação” da Usiminas veio atender com prioridade.

Portanto, a “classe de engenheiros” nesta tese, além de não ser integrada exclusivamente por engenheiros, não pode ser confundida conceitualmente com a classe, mas pelas razões expostas funciona como tal no contexto e nos processos que nos interessam.

Por fim, ressalte-se que a categoria classe refere-se à existência concreta de ações sociais concertadas entre si e contrapostas a ações sociais também reais e coalizadas, contudo constitui meramente um tipo ideal, que só pode ser determinado dentro de um sistema teórico específico.

Excluída a “classe de engenheiros”, o restante dos empregados da usina Intendente Câmara constituía a classe operaria, em cuja estrutura interna também se notavam hierarquias.

Os técnicos, que, na Usiminas inaugural, eram chamados operadores e escalonados em três níveis diferentes na carreira, ocupavam, em geral, as posições mais elevadas nesse grupo.

A progressão funcional poderia levar os técnicos à posição de supervisores, de chefes de departamento e outras, o que basicamente equivaleria à admissão à órbita da classe dos engenheiros, ou à mudança de lado no conflito de classe.

Antes de explicitar esse conflito, convém determinar melhor os mecanismos de coordenação social que caracterizam a sociedade moderna tanto quanto a inexorável tecnicização do processo produtivo, mas que foram completamente ignorados pelos engenheiros que “construíram” a cidade Usiminas. Essa determinação prévia ajuda a explicitar os fundamentos dessa coordenação cuja violação produziu o conflito de classe em Ipatinga.

#### **34. O *soft power* da sociedade industrial típica**

Nas sociedades industriais típicas, a ordem pública, frequentemente ameaçada pelas distorções inerentes à estrutura de classe, é garantida por uma ordem normativa, designada nessa tese como *ordem de status*.

Marx aponta que a legislação interna da fábrica, formulada no contexto da divisão do trabalho, aparentemente a propósito de proteger o operário, serve, na verdade, para pressionar o empregado a produzir cada vez, e a conformar-se cada vez mais com sua exploração.

Quando a divisão do trabalho extrapola o contexto da fábrica e envolve toda a sociedade, deve-se esperar, segundo Marx, que a legislação da fábrica se generalize na mesma proporção (MARX, 1867, pp. 488-492).

Marx calculou mal ao prever que a universalização da legislação da fábrica corresponderia ao envolvimento da sociedade por uma superestrutura normativa que, após se fechar completamente, seria revelada como camisa de força do capital.

Esse desfecho nem parece ser coerente com o modelo teórico marxiano. Afinal, Marx sempre apresentou a ordem normativa da sociedade capitalista como suporte *escamoteado* da dominação enraizada na ordem econômica.

Marx não explica por que esse suporte, que sempre se manteve, ao menos, parcialmente oculto, lá na frente se revelaria. Só explica que: para dar azo a uma reação concertada dos trabalhadores contra ele, ou melhor, contra a estrutura em que se fundamenta. “Sie verallgemeinert damit auch den direkten Kampf gegen diese Herrschaft”<sup>151</sup> (*ibid.*, p. 492).

Em nossa perspectiva teórica, a sociedade capitalista “desenvolvida”, que em nossa acepção é a que é integrada pelo paradigma da modernização social-democrática, constitui-se de uma ordem econômica cujo potencial desestabilizador é enfraquecido por uma ordem de *status* que opera – em grande medida ideologicamente, na esteira da teoria marxiana, mas também concretamente – em sentido oposto. Contrariando as advertências de Hegel, a sociedade burguesa deixou que sua honestidade se reduzisse, em parte, a hipocrisia (*apud* HARRIS, 1979, p. 75).

A ordem de *status* da sociedade capitalista tipicamente moderna, articulada com a ordem econômica, constitui efetivamente o *soft power* que opera a coordenação dos agentes econômicos escalonados na estrutura de classes.

A expressão *soft power* é bem expressiva nesse contexto teórico, mas sua utilização não deve conduzir à conclusão errada de que, a partir de nossa crítica ao modelo marxiano, aderimos, como Dahrendorf, à corrente weberiana que explica a ordem social como um caso de poder.

O *soft* da expressão faz toda a diferença, porque significa, em nossa acepção, que a coordenação social na sociedade capitalista moderna implica elementos de outra ordem que temperam o puro poder.

Podemos afirmar que a legitimação do poder na teoria weberiana, que não é bem apreendida por Dahrendorf, é uma elaboração que sinaliza a necessidade de aprofundamento da fundamentação das relações de coordenação social, que o próprio Weber – aparentemente por razões metodológicas – nega-se a fazer.

---

<sup>151</sup> “Ela generaliza com isso também a luta contra essa dominação” (tradução nossa).

Sob o risco de cairmos na armadilha que Weber provavelmente evitou – que é a dificuldade de distinguir e sopesar esses fatores – temos que essas relações de coordenação, no caso das sociedades capitalistas modernas, além dos fundamentos estruturais (na produção) e ideológicos (na cultura), também se enraízam no terreno da ética.

A ordem de *status* moderna compõe, com a ordem econômica, um sofisticado sistema de controle que, ao que parece, condenou à obsolescência seu predecessor, que tinha âncora na violência ou em cruas relações de poder.

### **35. Os fundamentos estruturais do *soft power***

Nas sociedades capitalistas modernas, a expansão da divisão do trabalho a partir da fábrica até a escala nacional, produziu uma ordem econômica organicamente integrada e acompanhou-se da universalização de uma ordem de *status* homogênea. A modernidade consiste, portanto, em um processo de convergência (e não de subsunção) entre mercado e cultura, conforme a formulação weberiana (WEBER, 1999).

Nas sociedades estruturadas pelo paradigma de modernização social-democrática, paralelamente ao desenvolvimento capitalista e à progressiva acumulação do capital que lhe é inerente, processou-se à expansão de uma cidadania que, 1) pelo menos em parte, freou essa acumulação, 2) neutralizou o impacto do escalonamento de classes na ordem de *status* e 3) atenuou o antagonismo capital e trabalho.

Pode-se afirmar que a universalização da cidadania promoveu o encaixe entre a ordem econômica e a ordem de *status*, porque o tipo de equalização que esse processo produziu é plenamente compatível com o capitalismo. Na verdade, mais do que compatível, tem-se revelado crucial para o desenvolvimento do capitalismo, – ao menos no período analisado.

Os efeitos positivos da expansão da cidadania sobre a economia capitalista são articulados em cinco dimensões da vida social: primeira, a ordem pública; segunda, o sistema educacional; terceira, a legislação trabalhista; quarta, o regime de propriedade; quinta, as relações de consumo.

a) *Primeira dimensão: a ordem pública*

A cidadania, sempre decantada como geratriz de direitos de direitos, consolidou-se, sobretudo, como uma poderosa plataforma de infusão de deveres. Com isso, a cidadania constitui um fator crucial à integração da ordem pública.

O cidadão exemplar é o indivíduo disciplinado, cumpridor de regras, seja na esfera privada, seja na esfera pública. A objetivação das normas e a homogeneização das condutas e das pessoas que dela decorrem são processos que começam na fábrica e irradiam para toda a sociedade.

O sujeito moderno se desdiferencia em uma classe e depois em uma sociedade inteira à medida que seu trabalho se diferencia e que o regulamento de seu trabalho se transforma, por meio da universalização da cidadania, no regulamento de sua vida.

b) *Segunda dimensão: o sistema educacional*

A cidadania galvaniza o capitalismo, mais ou menos em linha com o argumento weberiano, por meio de sua função fomentadora de uma cultura para o trabalho.

Na análise de Weber, a gestação da cultura do trabalho, ou a institucionalização do “trabalho como vocação” é um fenômeno que ocorre no âmbito da religião protestante ascética.

Contudo, a generalização da cultura do trabalho, imbuída de disciplina financeira, constituiu o espírito de racionalização que configurou o sistema capitalista moderno (WEBER, *op. cit.*).

Weber até chega a prever que a ordem econômica passaria a produzir, por si mesma, a cultura do trabalho (WEBER, 2006, pp.134-136), mas não desenvolve seu argumento a ponto de explicar como isso se daria.

A efetiva inclusão da classe trabalhadora na sociedade burguesa, a partir da virada do Século XIX para o Século XX, que inaugurou a cidadania de direitos sociais, fundou-se na universalização de um sistema de educação pública intensiva, que substituiu a religião na função de produzir a cultura do trabalho adequada para o capitalismo.

A cidadania moderna implicou a universalização de direitos e uma educação orientada para o trabalho. Impôs o dever geral de a sociedade educar-se para o trabalho cada vez mais técnico e mais intelectual, em conformidade com os imperativos da progressiva divisão do trabalho.

O trabalho mais rude, que embrutecia o ser humano, foi transferido em larga escala para as máquinas ou para o mundo pré-moderno<sup>152</sup>. Altamente capacitado pelo sistema de educação, o trabalhador da sociedade moderna civilizava-se, enriquecia, adquiria hábitos burgueses, enfim, promoveu-se de forma convincente de proletário a cidadão, e passou a compartilhar na esfera pública o mesmo *status* do indivíduo burguês.

*c) Terceira dimensão: a legislação trabalhista*

A equalização promovida pela cidadania favorece o desenvolvimento do capitalismo em uma dimensão que reflete, até certo ponto, pressupostos do paradigma da produção.

De acordo com Marx, o processo inexorável de acumulação burguesa, que subjaz o desenvolvimento do capitalismo, é insustentável a longo prazo, porque acarreta o progressivo empobrecimento do proletariado e, conseqüentemente, a explosão do conflito de classes.

O advento da cidadania de segunda geração, ao universalizar o treinamento para o trabalho e promover o aumento da produtividade do trabalhador, ampliou o horizonte de expansão do capitalismo, à primeira vista, para além das projeções de Marx. Contudo, o aumento da produtividade por meio da qualificação profissional não inova em nada o regime de propriedade privada que estrutura a ordem econômica

---

<sup>152</sup> Não nos propomos nesta tese a ampliar o campo de observação para verificar os custos dessa transformação para a classe operária em sociedades não integradas ou apenas parcialmente integradas pelo paradigma da modernização social-democrática.

Apenas para deixar claro que a questão não nos passa despercebida, vale mencionar que nos parece, intuitivamente, que a cidadania moderna une a classe trabalhadora e a classe burguesa de uma sociedade contra suas homólogas estrangeiras.

Essa coordenação interclasse promovida pela cidadania é, provavelmente, uma vantagem comparativa importante das sociedades modernas no sistema internacional.

Se essa hipótese intuitiva tiver procedência, a universalização da cidadania em sentido literal, para cobrir todo o sistema internacional, será absolutamente inviável. Por outro lado, enquanto essa hipótese não for verificada de forma conseqüente, não se pode afirmar que o paradigma da produção foi falseado.

capitalista, de forma que os prognósticos do paradigma da produção permaneceriam válidos.

Também não invalida – mas confirma em parte – os pressupostos marxianos e a inclusão de direitos trabalhistas básicos no conteúdo da cidadania, que também abriu espaço para a continuidade do processo de expansão capitalista. Esse processo nada mais é que a generalização social da legislação de fábrica, tal como previsto no paradigma da produção (MARX, 1867, pp. 488-492).

No contexto das sociedades modernas, a inclusão de direitos de fábrica na cidadania, sem engessar o mercado de trabalho assalariado, configurou trava – ainda que limitada – ao rebaixamento das relações de trabalho abaixo dos níveis civilizatórios. A mais-valia passou a encontrar um limite preventivo, anterior ao da própria ordem econômica e estabelecido a partir da ordem de *status*.

O alargamento do âmbito de jurisdição da legislação de fábrica até o ponto de incluir toda a sociedade, por meio do eufemismo da expansão da cidadania, segundo a predição de Marx, configuraria a fusão manifesta entre classe burguesa e Estado e, como consequência, provocaria a união dos trabalhadores em uma classe nacional.

Formada essa frente nacional de batalha, o conflito de classe assumiria os contornos de verdadeiro conflito político, que só teria solução de continuidade com a derrota da coalizão formada entre Estado e burguesia e a desconstituição da sociedade de classes capitalista.

Dahrendorf (1959) não deixa dúvidas de que esse desfecho não se confirmou, nem há sinais de que vá se confirmar no futuro próximo. Marshall (1992), por sua vez, documentou que a expansão da cidadania – a universalização da legislação de fábrica, na expressão de Marx –, ao contrário do vaticínio marxiano, desencadeara uma guerra contra a estrutura de classes até o ponto de reduzir consideravelmente seu ângulo de inclinação, neutralizar seu potencial disruptivo e refrear o conflito entre capital e trabalho.

Em outras palavras, verificou-se nas sociedades modernas, a formalização crescente do conflito de trabalho desde sua plataforma original (a fábrica), a ponto de ser reduzido a processo político-partidário – não no sentido marxiano, mas no sentido da teoria democrática.

O confronto que havia sido desviado de seu objetivo real (a divisão dos resultados da produção) para um objetivo mais amplo (o aperfeiçoamento da legislação de fábrica) em sua escala inicial, ao se generalizar, canalizou-se substancialmente para a esfera política, e passou-se a jungir-se ao aperfeiçoamento da cidadania.

*d) Quarta dimensão: o regime de propriedade*

A partir do momento em que a cidadania implicou direitos sociais que passaram a violar a lógica do mercado, com imputação universal de renda, por meio de prestações materiais ou fáticas, no sentido de Sarlet (2007, p. 220), que inclui direitos de assistência social, assistência à saúde etc. orientados à universalização de uma esfera pública que promova o pleno desenvolvimento da personalidade.

Essa transformação começou a acontecer no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial, e configurou uma reação concertada em nível internacional às tragédias dessa conflagração generalizada e aos desdobramentos da Revolução Russa de 1917.

A competição entre Estados por mercados, subjacente a essa guerra, implicou graves riscos das estruturas internas de controle do conflito de classe e para o próprio sistema capitalista, como evidenciou a crise da Rússia.

Uma cidadania de direitos sociais, que começou a irradiar globalmente a partir da instituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1919, visava conter o conflito de classes travado em nível nacional e, sobretudo, impedir a sua internacionalização. É nesse contexto que o sistema capitalista foi obrigado a se reinventar, para fugir do risco de extinção.

Já mencionamos que em 1922, Martim Wolff deduzira a mutação do conceito de propriedade privada da Constituição de Weimar, de 1919, que foi a primeira carta após a mexicana de uma mudança no conceito de propriedade privada a partir da emergência dos direitos sociais (WOLFF, 1923).

Diga-se de passagem – apenas para reforçar o argumento de que a inclusão de direitos sociais da cidadania está correlacionada com a ameaça comunista e que parte dos direitos sociais é matéria estranha na ordem capitalista – que a Constituição de Weimar foi promulgada no desfecho da revolução alemã de 1918-1919, movimento

impulsionado pela Internacional Comunista<sup>153</sup>. Na época, havia fundado receio de que a o processo revolucionário soviético tomaria a Alemanha.

(...) marinheiros revolucionários levaram a bandeira dos soviets por todo o território, (...) o diretor de um soviete de operários e soldados de Berlim nomeou um governo socialista (...), o poder de fato na capital já parecia estar nas mãos dos socialistas radicais assim que o imperador [Guilherme II] abdicou [em 9 de novembro de 1918]. (...) a revolução alemã de 1918 confirmou as esperanças dos bolcheviques russos, tanto mais porque uma república socialista de curta vida foi proclamada na Baviera em 1918 e, na primeira de 1919, após o assassinato de seu líder, uma breve república soviética se estabeleceu em Munique, capital da arte, da contracultura e da (politicamente menos subversiva) cerveja alemãs (HOBSBAWM, 2003, pp. 74-75).

De acordo com Wolff, no cenário da ordem jurídica fundada pela Constituição de Weimar, a propriedade, além de direito fundamental do indivíduo, constituía também uma garantia à satisfação das necessidades materiais de toda a sociedade (FIKENTSCHER, 1997, p. 111).

Peter Badura lembra que esse novo conceito de propriedade tem raízes na noção de autonomia individual correlacionada com o poder de constituir propriedade privada e com a liberdade para usufruí-la.

Als „Eigentum“ geschützt ist jede Vermögenswerte Rechtsposition, auch öffentlich-rechtlicher Art, die nicht nur auf staatlicher Zuteilung beruht. Welche Vermögenswerten Rechte als Eigentum im Sinne des Grundrechts anzusehen sind, bestimmt sich nach dem Zweck und der Funktion der Eigentumsgarantie unter Berücksichtigung ihrer Bedeutung im Gesamtgefüge der Verfassung. Sie soll dem Berechtigten für den privaten Bereich und für die wirtschaftliche Betätigung einen Freiheitsraum im vermögensrechtlichen Bereich erhalten und dem einzelnen damit die Entfaltung und eigenverantwortliche Lebensgestaltung ermöglichen. Die Garantie

---

<sup>153</sup> Fundada em um congresso com comunistas de diferentes nacionalidades realizado em março de 1919 em Moscou, a Terceira Internacional Comunista pretendia estabelecer o poder soviético em todos os países. A Primeira Internacional, instituída por Karl Marx em 1864, foi desarticulada com a derrota da Comuna de Paris. A Segunda Internacional Comunista, que funcionou de 1889 até o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, teria sido a menos efetiva na coordenação da luta operária mundial contra o capitalismo (LENIN, 1972, pp. 240-241).

dient einer „rechtsbewahrenden Funktion“; sie soll dem einzelnen Rechtssicherheit hinsichtlich der durch die Rechtsordnung anerkannten Vermögensrechte gewähren und das Vertrauen in den Bestand seiner Rechte schützen.<sup>154</sup>

Contudo, se até a Primeira Guerra o conceito de propriedade e suas implicações para a autonomia era definido a partir do indivíduo, a partir de Weimar passou a ter como referência o indivíduo em sua relação com a sociedade.

Os juristas que formularam a Constituição alemã de 1919, no contexto mencionado da revolução deflagrada no ano anterior, inventaram um novo conceito de propriedade a partir da constatação óbvia de que a autonomia privada que estrutura esse conceito não pode ser absoluta para o indivíduo isolado, sob pena de ser nula para o indivíduo integrado na sociedade.

O direito de propriedade da teoria liberal instrumentalizava uma autonomia do indivíduo que só poderia se realizar em uma rígida estrutura de classes, com apenas um de seus segmentos aptos a usufruí-la, porque quanto maior a expansão da autonomia de uns, menor o âmbito de liberdade de outros.

O conceito de propriedade privada, que orientou o paradigma da produção, foi ab-rogado por outro, norteado por uma noção sistemática de autonomia, que não assiste ao indivíduo, mas à sociedade.

O efeito prático dessa mudança conceitual não implica apenas o reconhecimento e a regulamentação de direitos sociais para socorrer os cidadãos que não conseguem, de outra forma, incluir-se ou manter sua autonomia no sistema de mercado. Implica também, o que não é menos importante, que as mesmas garantias de conservação atribuídas à propriedade privada do conceito antigo valeriam para a propriedade do conceito novo.

---

<sup>154</sup> Como "propriedade", protegidas são quaisquer direitos patrimoniais fundamentadas, mas também o direito público, que não depende de concessões do Estado.

Os direitos patrimoniais devem ser considerados propriedade no sentido de direitos fundamentais, determinados pelo propósito e pela função de garantia de propriedade, tendo em vista seu significado no sistema integrado da Constituição. Eles devem assegurar ao setor privado e à atividade econômica liberdade de atuação no âmbito do patrimônio juridicamente protegido e possibilitar aos indivíduos o [pleno] desenvolvimento [de sua personalidade] e a [livre] fruição de estilos de vida responsáveis. A garantia tem uma “função de preservação de direitos.”; ela deve proporcionar segurança jurídica aos indivíduos por meio da preservação de seus direitos patrimoniais reconhecidos pela ordem jurídica e proteger a confiança em seu estoque de seus direitos.

Ainda assim, a tese de equiparação entre as garantias dos direitos sociais e as garantias de sua antítese – o antigo direito de propriedade –, configurou uma mudança *real* na estrutura do capitalismo. Se os revolucionários socialistas não conseguiram concretizar seu objetivo de destruir o sistema de mercado, puderam pelo menos “implantar” nele um elemento subversivo.

Nem todos os direitos sociais, porém, violam o princípio do mercado. Há muitos direitos sociais que se referem, exclusivamente, à relação capital-trabalho. Entretanto, os direitos sociais que não se articulam com essa relação, mas que a transpõem para alcançar o ser humano fora da estrutura de classes, na esteira do novo conceito de propriedade, contrapõem-se frontalmente ao princípio do mercado.

A expansão da cidadania implicou, inicialmente, direitos que operam apenas na ordem de *status*, como os chamados direitos de primeira geração (civis e políticos), o que constituem direitos de fábrica em expansão, como os direitos à educação em sua formulação inicial e os direitos de proteção ao trabalho.

Entretanto, os novos direitos sociais baseados no conceito de propriedade deduzido inicialmente da Constituição de Weimar, mas que foi recepcionado por diversas constituições posteriores – inclusive a da antiga República Federal da Alemanha (RFA), de 1949, pela portuguesa de 1976 e pela brasileira de 1988 –, alteram de maneira substancial a ordem econômica, na medida em que configuraram uma mutação no conceito de propriedade.

Essa mutação consiste na transferência compulsória, determinada pelos direitos sociais em questão, de parte da produção tanto aos excluídos do mercado, como aos que, mesmo integrados no mercado, não lograssem manter um padrão de vida socialmente digno.

Karl Polanyi discernira que o capitalismo industrial havia sido inaugurado, de fato, pelo Poor Law Amendment Act 1834 (PLAA), conhecido como New Poor Law (Nova Lei dos Pobres), editado no Reino Unido em 1834 (POLANYI, 2000, p. 104).

Essa legislação revogou a Speenhamland System, criado pelo Speenhamland Act de 1795. Na época, as classes dominantes locais temiam a eclosão de um movimento como a Revolução Francesa no Reino Unido.

O alastramento da miséria e da fome entre aos camponeses britânicos, em geral prejudicados pelo fim dos cercamentos, imposto pela expansão industrial, aumentava as probabilidades de que esse temor se confirmasse.

Nesse cenário, Speenhamland System foi instituído para assegurar “o direito de viver”. Em 1834, porém, quando a poeira já havia abaixado, e o “direito de viver” obstruía a expansão industrial, o Poor Law Amendment Act cuidou de revogá-lo.

Se, de fato, a revogação do “direito de viver” inaugurou o capitalismo moderno, o impacto de sua reintrodução a partir da República de Weimar, por meio de direitos sociais, não pode ser negligenciado.

Ainda que o sistema de seguridade social articulado com a “propriedade universal” outorgada pelos direitos sociais mostre-se residual até o presente momento, ele implicou uma ruptura importante no sistema capitalista. A cidadania passou a compreender um elemento estranho à ordem econômica de mercado, que fora gestado na doutrina comunista. A *guerra* entre a expansão da ordem econômica e a expansão da cidadania, de que fala Marshall (1992, p. 18), foi declarada em Weimar.

O elemento estranho, que chamamos propriedade existencial, produziu um antagonismo na sociedade capitalista que, em parte, compensou o antagonismo de classes. Esse novo antagonismo tornou-se o princípio ativo da cidadania que conseguiu integrar a ordem econômica (capitalista) e a ordem de *status* (democrática). E, aparentemente contrariando o paradigma da produção, fortaleceu o capitalismo.

#### e) *Quinta dimensão: as relações de consumo*

Todos os direitos sociais referidos nas três dimensões imediatamente anteriores produziram, direta ou indiretamente, o enriquecimento da classe trabalhadora nas sociedades modernas.

A virtual erradicação da pobreza, nessas sociedades, evoluiu para o contínuo aburguesamento da classe trabalhadora, até o ponto de – em parte por questão de *status* em sentido lato – seus integrantes se alçarem à classe média, que, atualmente, é compreendida como estrato normal dos cidadãos em geral.

A transmutação – em grande medida meramente conceitual – da classe trabalhadora em classe média foi corroborada por aumentos efetivos da renda absoluta do trabalho.

Além de contribuir para desarticular o conflito de classes, essa mudança favoreceu o capital porque produziu o imenso mercado de consumo interno que sustenta, em boa medida, a economia das sociedades modernas.

### **36. Ordem econômica moderno, ordem de *status* arcaica**

A “implantação” da Usiminas em Ipatinga – o termo preferido pelos engenheiros que conduziram esse processo e, inadvertidamente, bastante apropriado – foi um projeto excessivamente focado no aspecto técnico da produção.

De fato, o projeto desses engenheiros era transplantar uma organização produtiva de ponta, integrada à sociedade japonesa modernizada sob coerção americana, em uma comunidade ainda patriarcal.

O termo implantação é apropriado para se referir ao processo de construção da Usiminas e de sua vila operária, na medida em que a preocupação de seus protagonistas se focava no aspecto técnico do empreendimento, como se, concluída a planta, o aspecto social se ajustaria.

Expusemos na seção anterior, de uma perspectiva diferente das adotadas até então nesta tese, como se processou, nas sociedades modernas, a integração entre a ordem econômica capitalista e a ordem de *status* democrática.

Acreditamos que já tenha ficado claro o suficiente que a modernidade não se reduz a processos produtivos, nem a processos culturais, mas a um regime especial de determinação recíproca entre uns e outros.

Isso se deve, em última instância, à natureza do ser humano, que não se constitui hegemonia de interesses, como suposto no paradigma da produção, nem hegemonia de valores éticos, como suposto no paradigma do reconhecimento, mas a um equilíbrio entre esses dois extremos, que deve ser perquirido, de forma consequente, na realidade concreta.

Conceda-se aos engenheiros que eles não puderam contar com uma ordem de *status* propícia à produção capitalista. No Brasil, não se verificou, simultaneamente à crescente divisão do trabalho desde o nível concreto até o nível geral, a expansão da legislação social desde a fábrica até o nível de jurisdição nacional como um todo, como nas sociedades modernas.

Inversamente, com o processo de expansão da divisão do trabalho perturbado por descontinuidades, acidentes, recuos, atropelos e obstruções no contexto de uma ordem econômica arcaica, agrária e estamental, no Brasil partimos de uma legislação social nacional, mecanicamente produzida pelos “engenheiros sociais” do estado getulista, que passou a ser forçada para dentro das escassas fábricas até chegar, de forma intermitente, nos latifúndios, onde encontrou resistência muito maior, apesar de ter chegado bem atenuada.

Em geral, apenas as grandes empresas nos grandes centros urbanos cumpriam a legislação social e, mesmo assim, devido à severa fiscalização e às pesadas multas impostas pelo governo (LOWENSTEIN, 1942, p. 347). Em 2013, a taxa de informalidade no mercado de trabalho ainda rondava a casa dos 33% (BRASIL, 2014, pp. 9-18).

A inclusão dos trabalhadores rurais no sistema de proteção estatal “implantado” por Getúlio Vargas foi ensaiada no Governo Goulart com a edição do Estatuto dos Trabalhadores Rurais (Lei 4214/63), que equipara em vários pontos os direitos dos empregados de áreas rurais e urbanas.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943, continha dispositivo que excluía sua incidência aos rurícolas, exceto as disposições sobre salário mínimo, férias e carteira assinada. Na prática, porém, os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais “não pegaram” (SILVA, 2009, p. 78), nem mesmo depois do estatuto, que fez poderosos latifundiários engrossarem a fileira opositora a Jango naquele ano perturbado de 1963, inclusive em Ipatinga, como veremos a seguir.

No Brasil, portanto, em vez da sincronização entre economia e cultura, com uma instância condicionando a outra, verificou-se uma expansão lenta e defectiva da divisão do trabalho, na ordem econômica, da fábrica para o âmbito geral, e, na mão inversa, o *enforcement* seletivo de uma legislação fabricada por tecnocratas, no âmbito da ordem de *status*. Ao final, não se chegou nem a uma ordem econômica organicamente integrada, nem em a uma ordem de *status* universal e homogênea.

Havia falhas na sociedade brasileira do início dos anos 60 na convergência entre cidadania e capitalismo em cinco dimensões (1) a ordem pública; 2) o sistema educacional; 3) a legislação trabalhista; 4) o regime de propriedade; e 5) as relações de consumo).

Como consequência, o processo de generalização sincronizada da ordem econômica e da ordem de *status* da fábrica, havia no País defasagem quanto, respectivamente, 1) aos graus de coordenação social; 2) a disponibilidade de mão de obra qualificada e disciplinada para o processo produtivo; 3) a proteção ao trabalho; 4) ao padrão de vida material da classe trabalhadora e 5) ao predomínio da classe média e ao nível de consumo interno.

Essas defasagens já apareceram (como a severa escassez de mão de obra qualificada) ou vão aparecer na descrição do processo de “implantação” da Usiminas. Nessa seção seguinte, cuidaremos especificamente da defasagem na constituição da ordem pública.

### **37. A trégua mantida por meio violência**

Quando a Usiminas foi inaugurada, em 1962, havia em Ipatinga, uma delegacia de polícia e uma tropa da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) formada por homens do 6º Batalhão de Infantaria da PMMG, sediado em Governador Valadares, e do Regimento da Cavalaria de Minas (RCM), sediado em Belo Horizonte.

O capitão Robson Zamprogno, do 6º batalhão, acumulava as funções de titular da delegacia de comandante-geral do destacamento. Abaixo de Zamprogno na hierarquia e seu substituto imediato, o tenente Jurandir Gomes de Carvalho acumulava a função de comandante do destacamento do Regimento da Cavalaria de Minas.

Embora fosse órgão estadual, a polícia do distrito era, em boa medida, financiada pela siderúrgica. O delegado e o Tenente Jurandir moravam no alojamento dos engenheiros da Usiminas. As viaturas eram fornecidas e abastecidas pela empresa. A alimentação dos policiais e outras despesas corriqueiras do destacamento também eram custeadas pela usina.

A sede do destacamento da cavalaria, a antiga Fazendinha, uma propriedade de 11.760 metros quadrados em uma área estratégica do bairro Ferroviários, a apenas 1.200 metros do Escritório Central da Usiminas, era cedida pela estatal.

Antes da vinda da Usiminas, praticamente não existia segurança pública estatal em Ipatinga. Nos ralos povoamentos do Vale do Rio Doce, conhecido como “terra de gente braba”, a ordem era garantida por agentes privados.

O costume era a própria comunidade nomear, dentre seus membros, um delegado, que ficaria responsável pela segurança. A escolha sempre recaía sobre um homem valente, com muitos assassinatos “nas costas”. O delegado recrutava outros sujeitos violentos pelas redondezas para serem seus “bate-paus”. As arruaças eram, então, resolvidas no braço, na bala ou no pau.

Quando havia um assassinato que exigisse apuração, por exemplo, em razão do alto *status* da vítima, o delegado, que não tinha poder para prender, nem fazer inquérito, mandava um mensageiro a Coronel Fabriciano e solicitava a presença de um policial no local para encaminhar essas providências.

O normal, porém, era não se apurar nada. Essa realidade, quase que completamente desregulamentada, foi que permitiu que prepostos da Belgo-Mineira e da Acesita usassem o terror, com intimidação, espancamentos e assassinatos, para expulsar posseiros de suas imensas propriedades.

A violência brutal consolidou-se como instituição imprescindível no Vale do Rio Doce. Não havia (e em grande medida ainda não há) essa fronteira entre violência legítima, monopolizada pelo Estado, e a violência ilegítima definida por exclusão, conforme paradigma weberiano (WEBER, 2000, pp. 139-140).

Quando a PMMG chegou à Ipatinga, a violência legítima se institucionalizou, não como aquela determinada pela lei, mas como a perpetrada ou tolerada pelos policiais.

A violência brutal, praticada pelos policiais publicamente nas ruas, ou na penumbra das salas de tortura, era o princípio que tentava ordenar a velha Ipatinga sem lei e domesticar a nova Ipatinga, prolongamento da fábrica.

Toda aquela engenharia do *soft power*, que assegura, de forma suave, a ordem pública da sociedade capitalista moderna, nem existia, nem mesmo na prancheta dos engenheiros.

O sistema Usiminas era bem mais tosco que o Paulista, porque sua base de legitimação estava referida no passado e dependia do uso intensivo e sistemático da violência para se manter.

Contudo, o recurso indiscriminado à violência, embora ainda fosse comum nos grotões de Minas Gerais, não seria admitido em uma sociedade industrial, com uma

classe trabalhadora com um bom número de integrantes já iniciados na cultura democrática, inclusive em outros centros industriais mais avançados no Brasil e em outros países.

Com isso, o “implante” da Usiminas, corria o risco de acabar em “rejeição”. E era por aí que se encaminhavam as coisas já nos tempos da inauguração da usina Intendente Câmara.

A arquitetura de gueto já expressava mais do que tudo a posição subalterna do operário na Cidade Usiminas. Não bastasse, o *status* inferior do trabalhador estampava-se, de forma especial, na ordem pública seletiva, que, no caso dos operários e das camadas sociais abaixo deles, impunha-se pela força bruta.

Uma ordem pública de violência impessoal, como a de Hobbes ou a da Ipatinga tradicional, por exemplo – por mais absurdo que isso possa parecer –, reflete uma ordem de *status* neutra. A distribuição de violência segue, no caso, uma simples lógica de probabilidade randômica.

Não obstante, uma ordem pública seletivamente violenta, como a de Ipatinga, que incidia sobre os operários, mas não sobre os engenheiros, reflete uma ordem de *status* subvertida. A sua seletividade implica sonogação de reconhecimento ao grupo vitimado e, conseqüentemente, danos ao processo de formação de identidade entre seus integrantes.

Além de seletiva, essa ordem pública seletivamente violenta era, para o operariado, seletivamente ubíqua. A estrutura normativa da fábrica, bastante rígida e excessivamente coercitiva para o operário – já que os engenheiros eram imunes a ela – não se restringia aos limites da usina, mas irradiava por toda a vila operária, por toda a Ipatinga e por boa parte do restante do Vale do Aço.

Afirmamos que a violência legítima, que assegurava a ordem pública em Ipatinga, era a praticada pelos policiais. Neste ponto cabe que os policiais, no caso, não eram apenas os que vestiam as fardas da PMMG, porque a Usiminas constituiu a sua própria polícia, que não apenas zelava pela segurança interna, mas também pela segurança no raio em torno da usina que cobria toda a Ipatinga.

Essa ubiquidade do estatuto da fábrica, efetivada pelo conchavo entre a temida Polícia Militar e a não menos temida Vigilância da Usiminas, suscitaria, em

conformidade com as projeções do paradigma da produção, uma reação concertada dos trabalhadores.

A Seção de Vigilância era uma polícia paralela da empresa. Os “bate-paus” que trabalhavam naquele setor andavam armados e continuavam com seus métodos antigos.

Ao que parece, até para facilitar esse conchavo, a direção da Usiminas trouxe em 21 de novembro de 1962, Augusto Pereira Braga, um subtenente reformado da Polícia Militar de Minas Gerais, para ocupar o cargo de encarregado da Seção de Vigilância, começando a atuar para sofisticá-la.

Um colega de polícia, que o conheceu na juventude em Bom Despacho, descreveu Braga como um “pavão”, um aparecido que gostava de desfilas de moto pela cidade.

O subtenente servira como P2 no tradicional Batalhão de Guardas no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte. Tinha muita experiência em espionagem e ajudaria a Usiminas a fazer a triagem e o monitoramento de seu operariado.

A ordem pública ubíqua, violenta e seletiva que irradiava da usina Intendente Câmara, espalhava o medo e o silêncio em Ipatinga porque, além dos policiais fardados e dos vigilantes brutos que gostavam de aparecer publicamente, muitas vezes armados, espancando e intimidando trabalhadores, havia os agentes de segurança velados das polícias militar e civil de Minas Gerais ou da própria Usiminas.

O engenheiro Alfredo Nohme passou a ocupar, em abril de 1962, o cargo de chefe da Divisão de Trabalho, órgão a que estava submetida a Seção de Vigilância. Para seu superior, o engenheiro Gil Guatimosim, que havia assumido para valer o cargo de chefe do Departamento de Relações Industriais na primeira quinzena de julho de 1963, Alfredo não servia para o cargo por causa da mania de “sherloquismo” (GUATIMOSIM JÚNIOR, 1963, p. 116). De qualquer forma, na gestão de Nohme as atividades de investigação da Seção de Vigilância se intensificaram.

Joaquim Sebastião Gonzaga da Costa, que trabalhava na Usiminas como professor, mas que estava registrado como auxiliar de administração, denunciou, em novembro de 1963, que naquele ano havia na empresa cerca de 200 funcionários fichados como operadores, mas que exerciam a função de polícia secreta para bisbilhotar a vida dos trabalhadores, dentro e fora da usina (COSTA, 1963, p. 149).

Às vezes, um grupo de peões estava em um bar conversando e tomando cachaça despreocupadamente e, na mesa ao lado, eram vigiados por dois ou três elementos da Seção de Vigilância da empresa (SILVA, 2013a, p. 65).

O sistema de controle montado pela Seção de Vigilância tinha, entre suas atribuições mais importantes, impedir ou dificultar a organização dos trabalhadores. A direção da empresa fazia de tudo para obstruir a sindicalização. Os operários tinham que ir a Timóteo todos os meses pagar a contribuição, porque a Usiminas se negava a fazer o desconto do valor no contracheque (RIBEIRO, 2012; RIBEIRO, 2013).

A sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano, que representava a categoria em todo o município, tanto em Ipatinga, como em Timóteo, ficava neste último distrito, próximo à usina da Acesita.

Agentes da Vigilância regularmente produziam relatórios que eram enviados à alta direção da siderúrgica (*e.g.* MINAS GERAIS, 1963, 1964, v. 4, pp. 10-21). O trabalhador que despontasse como potencial liderança sindical era sumariamente demitido e incluído em uma lista negra. Era a morte profissional em Ipatinga, no Vale do Aço, para ele e para seus parentes e gerações.

O serviço secreto do Exército também monitorava a movimentação dos trabalhadores. Setores das Forças Armadas temiam, a época, que o presidente João Goulart decretasse uma república sindicalista no Brasil, como Juan Domingo Perón fizera na Argentina a partir do final dos anos 40.

O Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS), serviço de inteligência do Estado, também tinha agentes infiltrados em Ipatinga. Cabia ao DOPS prevenir e reprimir delitos “de caráter político-social”.

Oficiais de inteligência do Exército, como o major Paulo Clementino, com base em informações coletadas por homens infiltrados, recomendaram, em outubro de 1963, que a Usiminas adiasse o projeto de criar um sindicato biônico em Ipatinga e evitasse a demissão em massa dos trabalhadores identificados como líderes, porque as medidas poderiam aumentar ainda mais a inquietação dos trabalhadores (*ibid.*, pp. 4-6).

A diretoria ainda foi alertada de que lideranças operárias já sabiam da estratégia da criação do sindicato “privado” e de que os metalúrgicos que se

dispusessem a colaborar com aquela farsa certamente seriam retaliados pelos colegas (*ibid.*).

Para criar um sindicato “da empresa” em Ipatinga, a Usiminas precisaria contar com Magalhães Pinto. Como o sindicato não poderia ter como base territorial o distrito, seria necessário emancipar Ipatinga de Coronel Fabriciano.

Além disso, era preciso contar com o apoio do Ministro do Trabalho, Amaury de Oliveira e Silva, que tinha a competência de “reconhecer” o sindicato. Com João Goulart – sindicalista e protetor do CGT - na Presidência da República, era impossível levar adiante o projeto. Por enquanto, o jeito era vigiar os trabalhadores e expurgar, discretamente, os mais arredios.

O serviço secreto advertiu a empresa de que integrantes do CGT estiveram em Ipatinga, entre os dias 4 e 6 de outubro de 1963, para se articular com os trabalhadores locais.

O objetivo principal da visita à região foi convencer os metalúrgicos da Belgo-Mineira a decretarem greve em solidariedade a seus colegas de São Paulo, que estavam parados (*ibid.*). Para o Exército, o CGT buscava ampliar sua influência no eixo Belgo Mineira-Acesita-Usiminas.

A precariedade da situação dos trabalhadores das empreiteiras da Usiminas e a crise entre seus empregados e sua vigilância, segundo a agência de informações do Exército, poderiam servir de combustível para o crescimento da central sindical na região (*ibid.*).

Depois de quebrar a cabeça para ensinar técnicas de segurança e vigilância àquela turma de vigilantes “analfabeta e capiau”, o subtenente perdeu a paciência:

– Vocês são tudo uns bobos! Vou trazer gente mais viva de Belo Horizonte, – disse numa palestra aos vigilantes.

O subtenente insistia com o chefe que a seção precisava de guardas mais escolarizados. Quando foi a Belo Horizonte, em junho de 1963, para participar da seleção dos novos vigilantes que reforçariam o quadro e viabilizariam as revistas que começariam em 1º de setembro, Omar procurou acudir a sugestão do encarregado (SILVA, 2013a, p. 68).

De fato, homens foram contratados e, por dois meses, passaram por um curso de capacitação ministrado por Braga. Gil Guatimosim ministrou a última aula do curso, que contou com presença do diretor e do vice-diretor de Operações da Intendente Câmara, Makoto Inoue e Luiz Verano, respectivamente (GUATIMOSIM, 1963, p. 114).

Um dos casos de violência policial mais emblemáticos da época, que não só confirma a ubiquidade do estatuto da fábrica, mas também exaltou os ânimos da classe trabalhadora, aconteceu pouco antes da inauguração da Usiminas:

No dia 26 de outubro de 1962, o presidente João Goulart acendeu o alto-forno número 1 com uma tocha trazida de Ouro Preto a pé por estudantes da Escola de Minas. (...) O Chefe da Seção de Vigilância da Usiminas, Omar Rodrigues Vieira, ajudava na segurança do palanque [onde ocorria a solenidade] quando se aproximou bravo o jornalista Sinval Siqueira e o afrontou.

No dia seguinte, Sinval apareceu no galpão da vigilância e acusou Omar de ser o mandante do espancamento de Raimundo Francisco da Silva na delegacia de Ipatinga.

Raimundo, o Botinha, começou a trabalhar como vigilante da Usiminas e ganhou a confiança da chefia a ponto de ser designado para a guarda da residência do vice-diretor de Operações da Usiminas, Luiz Verano.

Tudo ia bem, até que, em junho de 1962, alguém falsificou a assinatura de Wilson Viana da Silva, também empregado da Usiminas que estava de férias, e recebeu seu salário.

Omar fora soldado da Polícia Militar por nove anos e, boa parte desse tempo, serviu como escrivão em delegacias e participou da investigação de crimes. Achava que conseguiria solucionar aquele mistério.

Ele comandava com mão de ferro a Seção de Vigilância, que era formada, em boa parte, por antigos “bate-paus”. Muitos vinham de Mantena, na época, reduto de valentões. Muitos nem sabiam ler e só conheciam a linguagem da força. Outros eram ex-lavradores pacatos, alguns fichados em empreiteiras e custavam a entender o contexto da usina.

Antes que o caso viesse a público, reuniu cerca de 200 trabalhadores, entre eles o Botinha, e mandou que copiassem um texto que terminava com o nome de Wilson Viana da Silva. A maioria, gente simples,

engoliu fácil a história de Omar de que era um teste, e os que fossem aprovados receberiam um bom aumento.

Antes de enviá-los para perícia no Departamento de Polícia Técnica, em Belo Horizonte, Omar analisou aqueles papéis e encontrou semelhança entre a grafia de Botinha e a assinatura falsificada. Dias depois, foi informado que os suspeitos deveriam ser enviados à sede da capital mineira, para fazerem pessoalmente o teste grafotécnico.

O ex-militar tentou, mas não conseguiu que a direção da empresa arcasse com os custos desse expediente. Desconfiado de que Botinha tinha culpa no cartório, chamou o vigilante para uma conversa.

Como o homem negava, veemente, a autoria da falsificação, Omar remeteu o caso para a delegacia local, onde a confissão seria arrancada por bem ou por mal. Lá, Botinha e Wilson Viana se entenderiam com os policiais e fariam a verdade. Na cabeça do chefe da Vigilância, um deles estava mentindo.

No dia 28 de agosto de 1962, o tenente Valfrido, delegado especial na época, conduziu Botinha e Wilson à delegacia. Interrogados pelo sargento Thompson, os dois mantiveram suas versões. Dali, foram enviados à cadeia pública de Ipatinga e submetidos a vários outros interrogatórios.

Na madrugada do dia 30 de agosto, após dois dias sem comer e beber água, o sargento Thompson apareceu com o temido cabo Machadinho e perguntou:

– E aí? Já resolveram confessar a verdade? – não tinham resolvido.

– Gente, hoje vamos ter um chazinho! – disse o sargento com sarcasmo aos outros policiais que por ali estavam.

O Botinha viu quando agarraram Wilson e o arrastaram para fora. Da cela, ouvia o homem berrar de dor. Mais ou menos depois de uma hora de suplício, os gritos foram perdendo a força até cessarem. Um soldado arrastou o homem desmaiado e o jogou na cela ao lado de Raimundo.

Quando olhava estarecido para aquele corpo apagado, Botinha foi agarrado e arrastado para o quarto de onde o outro acabara de sair. Gritava, pedia para pararem com aquilo. O cabo Machadinho o aguardava ao lado do pau de arara.

– Tira a roupa e senta na mesa! - disse-lhe o militar.

Em seguida, Botinha foi estirado sobre a mesa e teve as mãos amarradas, uma para cada lado, com arame.

– Não sou ladrão! Não sou ladrão!

– Você é ladrão safado e merece apanhar – retorquiu Machadinho.

Valfrido assistia àquilo com um sorriso perverso no rosto. Machadinho pegou uma mangueira e, com um forte jato de água, começou a abafar os gritos de Raimundo, a ponto de afogá-lo. Quando virava o rosto para o outro lado, outro militar o abafava com jatos d'água também.

Tirado da mesa, Botinha mal conseguia manter-se em pé, mas Machadinho, às gargalhadas, dava-lhe pontapés na barriga e nos genitais. Arrastaram o homem desmaiado para outra sala, colocaram-lhe as roupas e voltaram a espancá-lo. Por último, devolveram-no à cela junto a Wilson.

No outro dia à tarde, o sargento Thompson veio à presença dos dois.

– Vocês vão nos perdoar pelas injustiças que fizemos. Fomos duros porque a direção da Usiminas nos deu ordem para obrigar vocês a confessar. Vocês não devem procurar ninguém para tomar medidas contra nós.

Dizem que os dias de malfeitor de Machadinho acabaram após uma operação desastrosa. Ele fez sinal para que um carro parasse. Como não foi atendido sacou o revólver e atirou contra o veículo. Para sua surpresa, saiu de lá um general do Exército e deu-lhe voz de prisão.

--

Botinha sofreu trauma na bolsa escrotal por causa dos chutes. Como resultado, um dos testículos hipertrofiou. Correu na Usiminas a história de que o homem fora castrado pela polícia. Raimundo nem tinha como esconder aquela sequela. Ficava um volume estranho na altura da braguilha.

Quando se recuperou das agressões e voltou a trabalhar, muitos colegas o procuravam para saber o que tinha acontecido. A comoção dentro da Usiminas foi muito grande. Para tentar amenizar esses efeitos, deram um jeito de transferi-lo da vigilância.

Revoltado com a tortura, Raimundo exigia a apuração dos fatos. Foi chamado ao Escritório Central e demitido. Recusou-se a assinar o envelope de rescisão e, desesperado, com mulher e quatro filhos para sustentar, colocou a boca no trombone de vez. Procurou os diretores da Usiminas, o prefeito, o presidente da Câmara de Coronel Fabriciano e o promotor de justiça da cidade.

O prefeito deu-lhe uma carta em que pedia à Usiminas que revisse a demissão. Gil Guatimosim ignorou o pedido. Para ele, a presença de

Raimundo, devido à compaixão que causava entre os colegas, agravava o clima de insatisfação dentro da empresa.

Quando Raimundo mostrou ao promotor as marcas da tortura pelo corpo, o doutor Milanez, com os braços abertos e as palmas das mãos para cima, olhou para ele e disse:

– Tá, meu filho, mas o que é que eu posso fazer? (SILVA, 2013a, pp. 53-56).

A trégua mantida pela “violência são sempre provisórias e não pacificam o espírito” (DURKHEIM, 1983, p. 4). Muito menos ainda, pacifica o espírito a trégua mantida por uma ordem violenta e seletiva.

### **38. A emergência do antagonismo de classe em Ipatinga**

A sociedade industrial de Ipatinga, que surgiu a reboque da Usiminas, constituía um emaranhado de hierarquias de *status*. Dentre elas, a que mais nos interessa nesta tese, como já mencionamos, é que desnivelava engenheiros, em cima, e operários, embaixo, e que refletia o conflito de classes que estava se armando em Ipatinga desde a inauguração da Usiminas.

O *status* inferior dos trabalhadores manifestava-se em toda parte: nos salários relativamente muito baixos; no fato de serem transportado, como as matérias-primas e os entulhos da usina, sobre carrocerias de caminhão; e na alimentação de péssima qualidade em restaurantes de baixo padrão, ao passo que, no Restaurante dos Engenheiros, o cardápio era de primeira.

(...) a polícia fazia suas refeições no restaurante do Bandeijão e nessas ocasiões espancava os operários pelo simples motivo de furar fila ou reclamar contra a má alimentação (...) [Joaquim Sebastião Gonzaga da Costa] certa vez reclamou do dr. Fausto de estarem tomando refeições no restaurante dos engenheiros pessoas não habilitadas e que embora (...) pudesse, pelo regulamento, tomar refeições naquele restaurante, [Joaquim] foi impedido pelo próprio dr. Fausto (COSTA, 1963, p. 149).

A discriminação em todos os setores da vida social, a violência da polícia e da vigilância da empresa, as péssimas condições de trabalho, tudo isso gerou um clima

de insatisfação e inquietação que começou a se generalizar entre a classe operária no segundo semestre de 1963 na Usiminas.

A área da Usiminas em Ipatinga, de cerca de 8 quilômetros quadrados, inicialmente não era cercada. O controle sobre o patrimônio da empresa era precário, e os desvios constantes. Até mesmo uma grua chegou a ser extraviada<sup>155</sup>.

Um rapaz, contratado para controlar o recebimento de carregamentos de brita ainda na época da construção da usina, notou que alguns caminhões entravam cheios no depósito, que ficava perto da Portaria 57, tinham a carga registrada no livro de controle, mas saíam sem despejá-la no silo. Pouco depois, voltavam e a cena se repetia.

Procurou seu chefe, engenheiro Paulo Guerra, para denunciar a situação e, como prêmio, foi demitido logo depois. Sentindo-se injustiçado, procurou o chefe de Relações Industriais, mas o homem não lhe deu crédito:

– Você está inventado essa história – disse-lhe Gil Guatimosim, que encerrou a conversa.

O jovem recorreu ao sindicato. Geraldo Ribeiro, o presidente, tentou a reintegração do rapaz, mas não conseguiu. E ficou por aquilo mesmo (...).

Todo mundo comentava que Mauro Shiruda, da Seção de Oxigênio e Vapor, tinha roubado 17 fogões a gás da Usiminas. Ninguém entendia como continuava prestigiado pela chefia.

Na época, correu o seguinte caso na rádio-peão: um empregado chamado Gastão, um negro simpático e boa praça, foi flagrado quando saía da usina com latas de tinta. Convocado para uma conversa no Serviço Social da empresa, após ser notificado da decisão da direção de demiti-lo por justa causa, sentou-se diante da assistente e ouviu a seguinte pergunta:

– É a primeira vez que o senhor tenta sair com material da companhia? – perguntou-lhe a assistente social.

– Não – respondeu – já fiz isso diversas vezes. Maria Gláucia levantou as sobrancelhas surpresa. Ele continuou: – Já levei muitas latas de tinta para o doutor Gil, para o doutor Verano ...

---

<sup>155</sup> A informação é de um policial, que pediu para não ser identificado. Como trabalhava na delegacia de Ipatinga na época, tomava conhecimento de inúmeras ocorrências de furto na Usiminas, inclusive de equipamentos pesados.

Não, tudo bem – interrompeu a mulher, com um sorriso amarelo – o senhor será demitido sem justa causa e receberá todos os seus direitos (SILVA, 2013a, pp. 60-61).

Em 1º de setembro de 1963, a propósito de coibir esses furtos, estava em vigor a Circular DIU 014, da Diretoria de Coordenação da Usiminas, de 7 de maio de 1963, que aos agentes da Seção de Vigilância permitia realizar revistas minuciosas em todos que entrasse ou saíssem da usina. Na prática, apenas os operários eram revistados.

Os caminhões que chegavam ou saíam da usina, abarrotados de peões espremidos uns contra os outros, tinham que parar. Todos desciam e formavam fila para a revista.

E, enquanto os pertences de cada um eram vasculhados pelos vigilantes, os caminhões passavam vazios pela cancela e os aguardava do lado de lá, com os motores ligados. Depois de algum tempo, o motorista acelerava, com impaciência, a avisar que não esperaria mais. Depois descia e gritava:

– Tá todo mundo aí?

A resposta vinha incerta. Com aquele controle precário, muito peão ficava para trás. Quem perdia a condução na entrada chegava atrasado e perdia parte do dia de trabalho. O salário, que já era pouco, ainda viria com desconto. Quem perdia na saída tinha que ir embora a pé e, às vezes, andar dezenas de quilômetros. Se fosse à noite, o peão se arriscava em estradas escuras ou trilhas tenebrosas.

Como as filas eram longas demais, muitos começaram a se atrasar. Os motoristas e os que passavam primeiro ficavam irritados de esperar pela carga completa. A experiência comprovou que as novas regras eram impraticáveis, mas a direção da Usiminas prosseguia, teimosamente, com aquela burrice (SILVA, 2013a, p. 70).

O operário comum morava, geralmente, nos alojamentos do bairro Santa Mônica, na região do Maringá, do Candangolândia ou do Melo Viana, ou seja, na parte mais baixa – nos dois sentidos – da vila operária da Usiminas, na velha Ipatinga, ou em regiões pobres de Coronel Fabriciano, já fora de Ipatinga.

Dada a posição geográfica dessas localidades, a entrada dos operários se dava normalmente pela Portaria 57, e era nessa portaria que as revistas aviltantes se

concentravam. Os diretores, engenheiros, chefes e técnicos especializados, que moravam no Bairro Castelo ou Cariru, entravam tranquilamente na Portaria 1.

A Portaria 57 ficava a poucos metros da linha da “fronteira” entre a velha Ipatinga e a nova, demarcada informalmente pelos trilhos da EFVM, já dentro do “território” da Usiminas.

Essa portaria era um vão de 21 metros de comprimento e 40 de largura, cerrado com corrente. De um lado e do outro, subia uma cerca de 1,50m com oito fios de arame farpado esticados em mourões de concreto, fincados a cada 2,20m.

A pista única da Rodovia 381, bem próxima e paralela aos trilhos da EFVM, tinha 7 metros de comprimento e 20 de largura e, naquele trecho, já estava asfaltada e com acostamento de terra batida.

A instituição das revistas exatamente nessa posição geográfica fazia da Portaria 57 um autêntico *check-point*, que, de certa forma até lembra o que existia na divisa entre a Berlim oriental e ocidental.

As novas revistas deram ocasião para a intensificação do processo de humilhação dos operários. Antes, a degradação da figura do trabalhador era relativamente difusa e assistemática. Agora, era ritualizada duas vezes por dia, antes e depois do expediente de trabalho.

A Usiminas distribuía, diariamente, um saquinho com 250 mililitros de leite e pão francês aos operários. Em vez de consumir o lanche, muitos trabalhadores o colocavam na marmita vazia e o levavam para seus filhos.

Alguns passaram a trazer uma garrafa e enchê-las com o leite que arrecadavam dos colegas para levar para casa. Certo dia, um vigilante encontrou eletrodos dentro de uma dessas garrafas durante a revista na portaria. A direção da empresa resolveu, com isso, proibir a saída do leite.

Os vigilantes, a maioria homens truculentos e com fama de valentes, arrebatavam as garrafas dos desavisados e derramavam, com arrogância, o leite no chão. O operário José Ramos, que trabalhava no alto-forno, foi abordado na Portaria 57, dias antes da revolta dos dias 6 e 7, quando saía com um litro na mão.

Tentou convencer o guarda a deixá-lo sair com o leite, dizia que era indispensável à alimentação de sua família. Foi insultado. Nervoso, o

vigilante sacou uma arma e apontou para o trabalhador. Aylton Braga e outros colegas de José intervieram e o livraram da mão do guarda. O caso repercutiu entre os operários e alimentou a revolta contra a vigilância .

Outro dia, Raimundo Fortini, que trabalhava na fábrica de oxigênio, ao passar pela portaria, teve sua bolsa, em que carregava a marmita, arrebatada por um dos vigilantes, que disse com grosseria: “Comigo a coisa é diferente!”

Com vergonha de ver a marmita cheia de comida simples ser vasculhada pelos guarda-portões, muitos trabalhadores pararam de levar o próprio almoço. O problema é que a comida servida pela Usiminas era muito ruim.

Diante das revistas aviltantes, realizadas muitas vezes de forma a degradar deliberadamente a pessoa do trabalhador e com rompantes de violência, começaram a surgir reações, cada vez mais enérgicas, dos trabalhadores.

Em diversas ocasiões, seguranças da Seção de Vigilância repreenderam com força bruta os atos de resistência operária, e quando o tumulto crescia, envolvia mais trabalhadores ou briga, a polícia era chamada e reprimia os insurgentes com chicotadas ou no cassetete.

Como essas ocorrências tornavam-se cada vez mais comuns, o chefe da Seção de Vigilância da Usiminas, Omar Rodrigues Vieira, cobrou do comandante do destacamento da PMMG em Ipatinga um dispositivo regular da polícia junto à guarida da Portaria 57 para dar cobertura aos seguranças da empresa.

O capitão Robson, já antevendo aonde aquilo ia dar, negou-se a dar cobertura ostensiva aos vigilantes durante as revistas nos portões, como pedia o chefe da Vigilância. Omar ficou visivelmente contrariado.

O militar, para amenizar, procurou Alfredo Nohme e justificou a negativa. Lembrou que havia rumores de uma greve na Usiminas. A presença da Cavalaria nas portarias poderia acirrar os ânimos e agravar ainda mais o clima de insatisfação.

O chefe da Divisão de Trabalho insistiu na providência, e o capitão concordou em aumentar o policiamento, de forma não ostensiva, ao longo da MG-4, nas imediações da portaria. Os praças dariam a

impressão de que faziam policiamento de trânsito, mas ficariam de olho nos portões (SILVA, 2013a, p. 80).

O clima de insatisfação não se instalou entre os trabalhadores da Usiminas e de suas empreiteiras em setembro de 1963 apenas por causa dos problemas em torno das revistas na Portaria 57. Além de discriminação generalizada, os trabalhadores da Usiminas e das empreiteiras que ainda atuavam na usina Intendente Câmara estavam revoltados com a péssima qualidade da comida, com a falta e as más condições de moradias, com o alastramento de doenças como a malária, com a falta de infraestrutura urbana e com os atrasos nos salários, que já estavam defasados devido ao processo inflacionário.

As condições gerais de vida em Ipatinga ficaram tão complicadas que, quem podia, dava um jeito de emigrar. João Cláudio Teixeira Salles, chefe do Departamento de Serviços Gerais, trouxe a Ipatinga nutricionistas para tentar melhorar a péssima qualidade da comida, mas os jovens não suportaram a situação e voltaram para Belo Horizonte (SALLES, 1963, p. 103).

Para tentar organizar um movimento para obrigar a Usiminas a solucionar esses problemas, Gabriel José Pereira, motorista da Usiminas, conhecido entre os operários pelo apelido de Amigo, articulou uma reunião com operários da empresa na subsede do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano, no bairro Maringá.

O Amigo convidou o presidente do sindicato à época, Geraldo dos Reis Ribeiro, para participar do encontro, realizado em 9 de setembro de 1963, mas foi ele próprio quem comandou as ações e sugeriu aos colegas presentes partirem para o confronto contra a direção da Usiminas.

A prioridade era brigar por um reajuste de 70%, para nivelar os salários dos metalúrgicos da Intendente Câmara aos de seus colegas da Acesita, que haviam se distanciado ainda mais com um reajuste de 36,8% concedido no mês anterior (SILVA, *ibid.*, p. 75; GUATIMOSIM JÚNIOR, 1990, p. 14).

Ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, o Amigo tinha sólida formação militar. Sabia manejar armas, manipular explosivos e tinha conhecimento avançado de sistemas elétricos.

Foi eletricitário da Cemig em Três Marias, onde conheceu José

Deusedith Serrinha Chaves [que agora também trabalhava para a Usiminas em Ipatinga]. Os dois comandaram uma greve de 40 dias na cidade. Gabriel chegou a responder processo perante o DOPS por sua participação no movimento.

Gabriel estava no radar da polícia política de Minas Gerais desde o início dos anos 50. Tentava organizar o operariado e camponeses em diversas cidades do Estado.

A Delegacia da Ordem Pública (DOP) monitorava suas atividades. No réveillon de 1954, flagrou Gabriel distribuindo panfletos que promoviam uma mentalidade revolucionária e anticapitalista entre os operários em Várzea da Palma, no Norte de Minas.

Em março do mesmo ano, Gabriel foi detido pela polícia após organizar reuniões a portas fechadas com o operariado nessa mesma cidade. O delegado da cidade, capitão Raul Chaves Mendes, avisou à DOP, em ofício de 12 de março de 1954, que o homem perturbava a ordem social e procurava agitar a massa operária da região (SILVA, *ibid.*).

A inflação apurada em 1962 bateu em 50% e já alcançava 16% nos três primeiros meses daquele econômica e politicamente complicado ano de 1963. O governo acenara com um aumento de 40% com o funcionalismo federal, mas a proposta não foi aceita. Sob pressão, o Congresso acabou por aprovar um reajuste de 70%, que contribuiu para impulsionar ainda mais a inflação (EARP; BASTIAN, 2012, p. 8).

Após receber a palavra de Geraldo Ribeiro, que abriu a reunião, Gabriel começou a tecer críticas às baixas remunerações pagas pela Usiminas. Se a proposta não fosse atendida, uma comissão de trabalhadores deveria ir diretamente ao presidente da companhia, Amaro Lanari Júnior, em Belo Horizonte, buscar uma solução (*ibid.*).

– O sindicato precisa fiscalizar melhor essa parte. A alimentação aqui é das piores. Os companheiros acharam besouros, carne podre, pedra, barata e coisas do tipo na comida – disse – Outro absurdo é essa fiscalização nas portarias. Tomam do peão o leite e jogam fora. O leite não pode ser levado para casa, não pode alimentar os filhos do peão, mas pode ser desviado para engordar porcos do administrador dos restaurantes. O sindicato tem que tomar uma providência!

Todos ouviam e aplaudiam as palavras do Amigo. O inspetor Saulo Cunha, da Seção de Vigilância - que estava ali secretamente a anotar

tudo que acontecia para repassar ao senhor Omar - estranhou a presença de Alvino Augusto de Moraes, Pedro Augusto de Moraes e Pedro Lucas de Souza.

– Esses três são da Seção de Vigilância, mas não foram designados para fazerem cobertura da reunião. Por que, então, estavam ali? Apoiariam os subversivos? Parece que estavam concordando com tudo o que dizia o Amigo – ficava Saulo a refletir consigo mesmo.

Gabriel prosseguia com seu discurso:

– O sindicato deve trabalhar para que a companhia ceda terreno para que o trabalhador possa construir sua própria casa. Quer queira ou não queira, a empresa tem que alojar seus operários. Caso contrário, que lhes doem áreas à escolha destes, entre Bom Jardim e a Estação Intendente Câmara. A empresa, em vez de fazer casa para seus empregados, faz estábulo para a Cavalaria (*ibid.*, p. 76).

O Amigo chegou a sugerir, em seu discurso, uma pequena “reforma agrária na área da Usiminas” em Ipatinga, para a construção de moradias para a legião de operários que ainda estava desalojada.

A depender do Amigo, a classe trabalhadora em Ipatinga deflagraria logo uma greve para impor à direção da Usiminas a sua extensa pauta, e não apenas a questão salarial.

Naquela oportunidade, porém, não conseguiu convencer a maioria dos trabalhadores, que decidiu aguardar uma contraproposta salarial da direção empresa e dar-lhe mais tempo para atender as demais demandas (*ibid.*).

O inspetor Saulo Cunha estranhou a presença outros três agentes velados da Usiminas no local: Alvino Augusto de Moraes, Pedro Augusto de Moraes e Pedro Lucas de Souza. Pelo que sabia, esses homens não estavam escalados por Omar para acompanhar a reunião. Teriam aderido ao movimento dos operários ou estavam realizando um trabalho ainda mais clandestino que o dele? (*ibid.*, p. 15). Ao que nos parece, o inspetor não chegou a uma conclusão, mas é provável que o Braga tivesse enviado seus próprios monitores.

Contratado pela Usiminas em 21 de novembro de 1962, Augusto Pereira Braga era subtenente reformado da Polícia Militar de Minas Gerais, onde atuou como P2, como se chamavam os agentes velados da corporação (SILVA, *ibid.*, p. 68).

Não conseguimos determinar as funções de Braga no treinamento e no gerenciamento do dispositivo de espionagem da Usiminas. Entretanto, parece-nos provável que, por ser segundo na hierarquia da Seção de Vigilância da empresa, órgão responsável pelo serviço de inteligência da empresa, e por ter mais expertise em serviços de inteligência que seu chefe, Braga organizou e liderou esse aparato clandestino.

No início de outubro de 1963, uma crise política, que refletia a radicalização do conflito de classes, tomava as manchetes dos jornais. O pedido de decretação de estado de sítio enviado pelo presidente João Goulart ao Congresso Nacional na sexta-feira, dia 4, provocou um dos finais de semana mais tensos da história do Brasil. Um terço do Exército estava de plantão pelo País afora.

O governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que assumia a posição de principal antagonista do presidente da República, publicou no jornal Folha de Minas de sábado, 5, uma nota com o seguinte teor:

– A vocação democrática de Minas só em casos extremos tolera regimes de exceção ou medidas de restrição às liberdades públicas e às garantias individuais.

Sem discutir a correta intenção dos que o propuseram, não estou convencido da necessidade do estado de sítio.

Minas encontra-se em perfeita paz, e o povo cuida apenas do seu trabalho.

As classes operárias vêm encontrando por via de conciliação em contato íntimo com o Governo, solução favorável às suas justas reivindicações.

Por outro lado, o Governo está em condições de manter a ordem no Estado, contando para isso com a nunca desmentida lealdade de nossas Polícias Militar e Civil, em perfeito entendimento com as forças federais sediadas em Minas.

Não me convenço igualmente de que a situação presente, por maiores que sejam as dificuldades a enfrentar, encontre solução no acréscimo do poder e da força, mas através do diálogo cordial e patriótico, que Minas prega e pratica (SILVA, *ibid.*, p. 127).

O quadro de inquietação em Ipatinga, porém, desmentia a nota do governador. No dia 6 de outubro de 1963, domingo, o Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano realizou sua primeira assembleia em Ipatinga, no Restaurante do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)<sup>156</sup>, vulgo “bandejão”, no bairro Horto.

O sindicato foi criado em 1952 por Pedro Sampaio Guerra, que veio a ser seu primeiro presidente. Guerra acumulava sua função sindical com a de diretor do Serviço Médico da Acesita, o que denota o grau de dependência da entidade de classe frente à siderúrgica.

Contudo, após intensas lutas, os trabalhadores haviam tomado o controle do hoje Metasita<sup>157</sup> em 1962. O afastamento forçado do ex-presidente Joaquim Gonçalves e o início da gestão de Geraldo Ribeiro, nesse mesmo ano, marcaram a liberação do sindicato (RIBEIRO, 2012; 2013)).

A pauta daquela primeira assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos em Ipatinga tinha quatro itens: 1) leitura do edital de convocação; 2) leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; 3) apreciação de resposta da Usiminas sobre aumento salarial; 4) encerramento (SILVA, *ibid.*, p. 82).

Logo no início da assembleia, diversos operários denunciaram a truculência e os atos de violência praticados pelos vigilantes da Usiminas durante as revistas invasivas introduzidas no mês anterior.

O Amigo tentou convencer os dirigentes do sindicato a convocar uma reunião com Orlando Milanez e Massilon Resende Teixeira – promotor e juiz da comarca de Coronel Fabriciano –, o delegado Robson Zamprogno e a direção da

---

<sup>156</sup> No Decreto-Lei nº 2478, de 5 de agosto de 1940, por meio de que Getúlio Vargas criou o Saps, consta que “o Presidente da República, considerando que os estudos efetuados pelo Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, no sentido de se melhorar a alimentação do trabalhador nacional e, consequentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares, demonstram a necessidade da criação de um organismo subordinado diretamente ao respectivo Ministro e encarregado da iniciativa e execução de medidas conducentes à realização daquele objetivo, socorrendo-se, para isso, da cooperação que podem dispensar os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões sob a jurisdição da aludido Ministério, cujos beneficiários compreendem a quase totalidade das classes trabalhadoras (...)” (BRASIL, 1940).

<sup>157</sup> Atualmente o sindicato tem jurisdição apenas sobre os metalúrgicos dos municípios de Timóteo e Coronel Fabriciano. Desde 1965, Ipatinga, que havia se emancipado de Coronel Fabriciano juntamente com Timóteo no ano anterior, conta com seu próprio sindicato dos metalúrgicos, o Sindipa.

empresa para discutir a violência, mas também os roubos na Usiminas, que serviram de justificativa para as revistas (*ibid.*).

Geraldo Ribeiro, José Moamedes da Costa – o delegado do sindicato – e a maioria dos presentes não se entusiasmaram com a proposta. Ribeiro, no entanto, garantiu que todas as reclamações seriam encaminhadas imediatamente às autoridades, inclusive ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, Caio Mário da Silva Pereira. Além disso, comprometeu-se a exigir da direção da Usiminas providências imediatas contra arbitrariedades cometidas pela chefia e por elementos da Seção de Vigilância (...) (*ibid.*).

O chefe e o encarregado dos vigilantes, apontados como responsáveis pelos atos de violência e de abuso perpetrados contra os trabalhadores, tinham pelo menos um inspetor infiltrado na assembleia (*ibid.*).

No momento em que a reunião era realizada, Omar estaria em Coronel Fabriciano, a articular o afastamento de Robson Zamprogno do comando do policiamento em Ipatinga, provavelmente pela negativa do capitão em instalar um posto policial junto à Portaria 57 para reprimir reações contra as revistas (*ibid.*, p. 83). Braga, porém, estava em Ipatinga e, provavelmente, tomou conhecimento de tudo o que aconteceu na assembleia, no mais tardar, assim que ela terminou.

A seguir, os trabalhadores passaram a discutir o principal item da pauta. A direção da Usiminas não concordava com a reivindicação salarial de seus metalúrgicos, que insistiam em 70% de aumento para elevar as remunerações ao patamar praticado na Acesita.

Uma usina como a Acesita, por exemplo, já era uma siderúrgica integrada. Ela começava do plantio do eucalipto para fazer o carvão, do carvão ao forno etc.. Tínhamos na Usiminas, propriamente dita funcionando: a coqueria, o alto-forno, preparando a aciaria para funcionar. Só que não tínhamos todo o quadro completo. Então, você não pode dar a mesma porcentagem de aumento para os dois lados. Outro está em uma produção experimental, incipiente quase; não chegou ainda em um ritmo. Nós estávamos no governo do Presidente João Goulart. O prestígio do sindicato era real. Nem houve, por parte da Usiminas, qualquer intenção de desmerecer a reunião, nem coisa alguma. Houve, sim, a de oferecer uma contraproposta que

viabilizasse a vida da Usiminas. Não íamos atender a uma proposta impossível, irreal (...) (GUATIMOSIM JÚNIOR, 1990, pp. 14-15).

A empresa enviara ao sindicato uma contraproposta de aumento de 38% a partir de setembro, que foi apresentada na assembleia. Belmiro de Moraes, Alfredo Dias Sobrinho e Ironi Alves de Paula defenderam que o sindicato deveria bater o pé em 36,8% de reajuste retroativo a 1º de julho, como estabelecido na negociação coletiva da Acesita; ou aceitar os 38% oferecidos pela Usiminas, mas sem o desconto de convênio.

Como faltava pouco para 14 horas, quando iniciava o turno ia até 22 horas, vários operários deixaram a reunião, rumo à Intendente Câmara, para “pegar trabalho”.

O laminador capixaba, Rodir Rodrigues, que morava em Santa Mônica, montou em sua bicicleta e pedalou em direção à Portaria 57. Tomou a fila e, quando o guarda veio revistá-lo, exigiu que apresentasse a identidade. Rodir a esquecera em casa.

– O senhor me conhece, estou aqui todo dia. Por favor, me deixe entrar! Não posso me atrasar.

– Ninguém entra sem identidade! – respondeu secamente o vigilante.

Revoltado, Rodir montou na bicicleta e retornou ao Santa Mônica para buscar o documento. Uns vinte minutos depois, suado e esbaforido, foi até o guarda e mostrou o documento sem esconder sua irritação. Os dois bateram boca.

Imediatamente, o vigilante reportou o incidente a Braga e enfatizou uma suposta ameaça do metalúrgico:

– Logo, o pau vai quebrar – dissera o empregado (SILVA, *ibid.*, p. 83).

Às 14 horas e 55 minutos, Geraldo Ribeiro suspendeu a assembleia, para levar à direção da Usiminas a posição dos trabalhadores. Às 15 horas o sindicalista retomou a reunião e informou que a direção da Usiminas concordara com a proposta de reajuste de 38% de aumento para vigorar de setembro a dezembro, sem desconto de convênio.

Entretanto, opôs-se ao reajuste de 36,8% a partir 1º de julho. No máximo, concederia 31,5% de julho a agosto e 6,5% de reajuste adicional para os salários do período entre setembro e dezembro (*ibid.*, p. 84).

Em qualquer um dos dois cenários, devido à inflação anual na casa dos dois dígitos, um novo reajuste para o período subsequente seria negociado no começo de 1964.

Pedro Butilheiro, João Vicente de Oliveira, Alfredo Dias Sobrinho, José Gonçalves da Silva e Osvaldo Ribeiro Vaz defenderam a proposta de 38% de reajuste, sem desconto do convênio, que acabou aprovada pela maioria.

Às 16 horas e 50 minutos, a reunião foi encerrada. (*ibid.*, p. 15; RIBEIRO, 2013b; SILVA, 2013a, p. 84). Pouco mais de cinco horas mais tarde, naquele mesmo domingo, começaria a crise que passou à história como Massacre de Ipatinga.

### **39. O antagonismo de classes da Usiminas em contexto**

O reajuste conquistado pelos operários não cobriria nem a metade das perdas da inflação apurada em 1963, que subiu a 79,9%, ao passo que a expansão do PIB recuou a 0,6% (SILVA, *ibid.*, p. 96). O cenário econômico difícil refletia os impasses da luta de classes desde o nível local, como vimos em Ipatinga, até o nível internacional.

É preciso ter em consideração que o ápice da Guerra Fria ocorrera em outubro de 1962, durante a chamada Crise dos Mísseis, em que a União Soviética (URSS) e os Estados Unidos quase chegaram às vias de fato por causa da instalação de mísseis soviéticos com ogivas nucleares em Cuba, que aderiu ao bloco socialista após a revolução de 1953 a 1959.

A tensão entre o bloco capitalista e o bloco socialista chegava a seu limite extremo em 1963, quando a área de influência da superpotência propulsora do paradigma rival chegou à fronteira dos Estados Unidos.

A preocupação em Washington com a possibilidade de adesão de outros países americanos ao bloco socialista era crescente. A situação no Brasil, um dos maiores fornecedores de matérias primas aos Estados Unidos e seus aliados por força da divisão internacional do trabalho no bloco capitalista, era monitorada com atenção especial (SKIDMORE, 2003, p. 391).

Jânio Quadros renunciara à Presidência da República em agosto 1961, após ensaiar uma política externa de independência com relação aos Estados Unidos.

Provavelmente aproveitou o momento em que seu vice e legítimo sucessor, João Goulart, apadrinhado político de Vargas, estava em viagem à “China comunista”, para enfatizar à direita brasileira, que o resistia, qual era a alternativa a seu governo.

Um movimento das Forças Armadas, liderado pelos ministros da Guerra, Odílio Denys, da Aeronáutica, Gabriel Grun Mosse e da Marinha, Sílvio Heck, movimentavam-se para impedir a posse de Jango como presidente da República.

Uma resistência orquestrada por Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, que mobilizava tudo que tinha para garantir a posse de seu cunhado na Presidência, afastou o golpe.

Chegou-se, por fim, a uma solução consensual e provisória. Uma emenda constitucional aprovada às pressas introduziu no Brasil o sistema parlamentarista. João Goulart assumiu a Presidência da República, mas com poderes limitados. A chefia de governo ficou com o primeiro-ministro, deputado Tancredo Neves, do PSD.

Durante os 15 meses de parlamentarismo, houve várias trocas de ministros e instabilidade política. Após plebiscito realizado em 6 de janeiro de 1963, em que se optou pelo restabelecimento do presidencialismo, João Goulart assumiu plenos poderes. Contudo, a crise econômica já saía do controle.

O suporte político a Jango vinha principalmente de seu partido, o PTB, de lideranças do sistema sindical, atraídas por incentivos previstos na legislação varguista, e de setores da esquerda, inclusive do Partido Comunista, que aderiu a base de apoio do governo no final de 1963 (FERREIRA, 2013, p. 113).

Diante da deterioração da economia, os ministros da Fazenda, San Tiago Dantas, e do Planejamento, Celso Furtado, começam a implementar em 1963 o Plano Trienal que previa reduzir a inflação a 10% ao ano e elevar o PIB para, pelo menos, 7%.

O governo americano, inicialmente, apoiou o plano com cautela, à medida que Jango se encaminhava à esquerda, porém, esse apoio foi sendo retirado, até anular-se. Em meados de 1965, a Casa Branca já redirecionava o apoio financeiro ao Brasil aos estados governados da conservadora UDN, como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Norte (SKIDMORE, *op. cit.*, pp. 390-391).

Para controlar a inflação e o gasto público, Jango criara em 17 de julho de 1963 o Conselho Nacional de Política Salarial. Qualquer reajuste salarial nas estatais

teria que ser aprovado pelo novo colegiado, que era presidido pelo ministro do Trabalho e contava ainda com os ministros da Fazenda, da Viação e Obras Públicas, da Indústria e Comércio e das Minas e Energia (SILVA, *op. cit.*, p. 96).

No início de outubro de 1963, o clima de radicalização do conflito de classes em meio à crise econômica no cenário nacional, com trabalhadores e burguesia a tentar empurrar uma para a outra os ônus da crise econômica, já era bem evidente.

O acirramento da tensão entre operários e a direção da Usiminas em Ipatinga não se devia apenas aos problemas locais. Sofria os impactos do contexto internacional adverso e da exacerbação do conflito de classes e da crise econômica em nível nacional, que se retroalimentavam, no caótico Governo Jango.

Na época, o diretor de Relações Industriais da Usiminas, José Raimundo Soares da Silva, superior de Gil Guatimosim, tinha bom trânsito entre os operários na Intendente Câmara, embora exercesse suas funções normalmente na sede da Usiminas em Belo Horizonte.

José Raimundo Soares Silva era filiado ao PTB, mantinha contatos com Alfredo Pernambucano e outros das lideranças operárias mais influentes em Ipatinga (*ibid.*). Com isso, despertava a desconfiança dos demais diretores da Usiminas e da polícia política de Magalhães Pinto.

O partido do Presidente da República buscava tornar a “ABC mineira” um reduto político em Minas, estado amplamente controlado por latifundiários e por uma burguesia emergente, que Getúlio chamava de “classes conversadoras” (VERANO, 1990, p. 9).

O governador mineiro, banqueiro, ex-presidente da Associação Comercial de Minas Gerais (ACMinas), da Federação do Comércio de Minas Gerais (Fecomércio-mg) e do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinderbase), era uma autêntica liderança burguesa.

Em disputa com o governador do Rio, Carlos Lacerda, pela indicação da UDN para a disputa presidencial em 1965, não poderia perder de vista a movimentação do PTB em Minas, especialmente em Ipatinga, alçada há pouco à condição de vitrine do capitalismo industrial do estado.

Atuava na área da Usiminas, sob ordens de Magalhães Pinto, o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e o serviço de inteligência do Estado de Minas Gerais, encarregado de prevenir e reprimir delitos “de caráter político-social” (SILVA, *op. cit.*, p. 65).

Era esse, portanto, o cenário de tensão anterior ao chamado Massacre de Ipatinga, que descrevemos com um nível de detalhamento necessário à compreensão desse processo que é o marco do conflito de classe de que cuidamos nesta tese.

Passamos a reproduzir, no próximo capítulo, a narrativa dos fatos que configuraram esse episódio de gravíssimas violações de direitos humanos que consta de obra de nossa autoria específica sobre o tema, a qual já norteou o presente capítulo até aqui. Apenas alteramos a ordem de apresentação de partes dessa narrativa e fizemos algumas supressões para facilitar a compreensão.

A opção de inserir a narrativa em questão *ipsis litteris*, além poupar-nos retrabalho, permite-nos, como no caso da reprodução de um longo excerto de Dahrendorf no capítulo 11 (pp. 94-98), aproveitar uma estrutura textual já muito bem encaixada, que perderia expressividade se adaptada para o estilo linguístico mais dissertativo que narrativo, que prevalece na tese.

#### **40. O Massacre de Ipatinga**

No capítulo anterior, fizemos uma breve e imprescindível reconstituição do contexto em que transcorriam os fatos que começavam a configurar o conflito de classes no âmbito da emergente sociedade industrial em Ipatinga.

Merece destaque o fato de que o primeiro final de semana de outubro de 1963 foi um dos mais críticos da história política do Brasil, por causa do pedido de decretação de estado de sítio encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional na sexta-feira, 4.

Como se pode deduzir na nota do governador Magalhães Pinto, que reproduzimos (p. 350), subjazia a essa grave crise política um processo de radicalização do conflito de classes em nível nacional.

Já tínhamos relatado, no capítulo 38, o delineamento do conflito de classes em Ipatinga como reação à imposição de um modelo de sociedade que combinava uma

ordem de *status* que aviltava a imagem e a personalidade do trabalhador, com uma ordem econômica que reforçava esse aviltamento por meio da sonegação ao operário comum dos meios materiais necessários à sua sobrevivência digna.

Pensamos ter deixado claro que o dia 6 de outubro de 1963, data da primeira assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano em Ipatinga, específica para o segmento da categoria vinculada à Usiminas, é emblemático para a história da luta de classes que analisamos nesta tese.

Em primeiro lugar, porque os operários haviam conseguido, por meio de sua mobilização fora e dentro do sindicato, um reajuste salarial que, mesmo bem aquém do reivindicado, representou a primeira vitória contra o que podemos chamar de Sistema Usiminas.

O dia 6 de outubro é emblemático, em segundo lugar, porque pela primeira vez os operários deliberaram, no âmbito da organização reconhecida pelo governo como sua legítima representante, providências contra a política de recursos humanos da Usiminas, que julgavam degradante e inaceitável. Começaram a perceber que poderiam, com uma ação concertada através do sindicato, conquistar a consideração ética e a valorização material que entendiam merecer.

Na assembleia, os trabalhadores ganharam o primeiro *round*. No segundo, porém, seriam literalmente massacrados, por causa de uma tentativa desastrada do Sistema Usiminas de manter-se a qualquer custo.

Às 21 horas, o cabo Aristides Josefino da Silva e o soldado Adão Nunes Vieira patrulhavam o bairro Cariru, a bordo da viatura usada para transporte de presos, quando Braga apareceu e pediu que se dirigissem com o carro de presos para as proximidades da Portaria 57.

O encarregado da vigilância explicou que a turma que largaria serviço dali a pouco, às 22 horas, resistia à ordem de exibir a carteira de identidade na saída e ameaçava quebrar o posto da vigilância. Braga queria lhes dar uma lição e precisava da cobertura da Cavalaria.

Os dois praças avaliaram que o plano era injusto e irrazoável. Foram ao Horto atrás do sargento Carlos Alberto Xavier e o encontraram no cinema. Perguntaram-lhe se haveriam de atender ao pedido de Braga.

Mesmo com a resposta positiva, os dois ainda foram ao Alojamento dos Engenheiros ouvir Robson Zamprogno. O capitão revelou que

estava ciente da operação e determinou que atendessem ao encarregado da vigilância.

Aristides foi para a portaria e encontrou-se com os cavalarianos Milton Souto da Silva e Orçalino Duarte, também destacados para a missão. Braga orientou que os dois soldados a cavalo se ocultassem próximos à passagem de nível. Aristides foi enviado para o outro lado da rodovia MG-4, de frente à portaria, em um ponto escuro, a uma distância de cerca de cem metros da cancela.

Às 22 horas e 15 minutos, cinco caminhões abarrotados de trabalhadores paravam em frente à cancela. Os trabalhadores desceram e foram forçados a formarem fila única e a passarem por um beco para revista individual, um mata-burro, como diziam os operários na época.

Era domingo, estavam exaustos e, para piorar a situação, chovia. Por isso, os trabalhadores insistiam em fazer, pelo menos, fila dupla.

Em vez disso, os vigilantes mantinham o afunilamento e revistavam meticulosamente os pertences de todos, como se estivessem em uma operação-padrão. Marmitas eram abertas. Os saquinhos de leite eram retirados e jogados no chão. Litros de leite eram derramados impiedosamente no lixo sob olhares de lamento.

Os trabalhadores que estavam mais atrás empurravam os da frente. Começou um tumulto. Imediatamente, Braga fez sinal para o lado de fora.

Para a surpresa dos operários, de repente, dois soldados, montados em seus cavalos, apareceram, desembainharam as espadas e começaram a golpeá-los. O soldado Adão arrancou o carro de presos e parou diante da portaria para cobrir os cavaleiros. Gritos de dor e de horror ecoaram no meio da noite.

Na confusão, peões corria para todo os lados, caíam, eram pisoteados pelos cavalos. Marmitas vazias ou com restos de comida, rolavam pelo chão. Gritos de dor vazavam pela noite escura.

Braga assistia a tudo de um canto, satisfeito. Correu em sua direção o motorista José Anastácio da Costa e pediu que parasse com a violência.

– É preciso consertar essa turma de safados ou tenho de matar muito homem – respondeu, friamente, e retirou-se da presença do outro. José Anastácio correu, ajudou a carregar os feridos e os levou de caminhão ao ambulatório.

Em pouco tempo, intimidados diante dos olhar ameaçador dos cavalarianos, os trabalhadores se submeteram, foram revistados, da forma como exigiam os vigilantes, e subiram nos caminhões. Antes que os veículos arrancassem, muitos gritaram que, em protesto, quebrariam o Escritório Central no dia seguinte.

Pouco depois, já desfeito o primeiro tumulto, Roder apareceu meio ressabiado na portaria, sem saber o que tinha acontecido. Os vigilantes o reconheceram e foram logo pedindo que apresentasse a identidade. Assim que mostrou a carteira, ela foi apreendida. Nervoso, o operário começou a discutir com o opositor e tentou tomar de volta o documento.

Naquele momento, apareceram os três policiais. Percebendo a armação, Roder pôs-se a correr o mais rápido que pôde. Foi perseguido pelos policiais e três dos vigilantes. Foi alcançado, espancado e jogado - sujo, rasgado e ensanguentado - sobre uma tábua no galpão da vigilância pelos vigilantes.

Missão cumprida, os três praças foram cumprimentados por Braga. Aristides ordenou que Milton e Orçalino retomassem o patrulhamento de rotina no bairro Horto, entrou na viatura e saiu rumo ao bairro Cariru. (...)

Pouco depois das 23 horas, Milton e Orçalino montaram em seus cavalos e rumaram para o Horto. Ao chegar lá, ouviram intenso alarido. Logo avistaram uma aglomeração de trabalhadores perto de um alojamento no bairro Santa Mônica. Orçalino estimou que, na roda, contavam-se mais de cem homens. Certamente comentavam o tumulto na portaria .

Os dois cavaleiros se aproximaram. Um deles gritou:

– Por que vocês estão aglomerados?

– Nada, não – respondeu um dos rapazes.

– Estão desobedecendo à Lei do Silêncio. Pois tratem de se dispersar em 20 minutos, se não quiserem apanhar – esbravejou um dos policiais do alto de seu cavalo.

Os homens tomaram a direção de seus alojamentos, mas, ao se retirarem, um deles pigarreou, em provocação aos cavalarianos.

Os dois homens partiram com seus cavalos para cima dos trabalhadores e começaram a distribuir golpes de espada. No ataque, um electricista apelidado de Pelé gritava enquanto tomava golpes na cabeça e pelo corpo. O jovem era muito popular em Santa Mônica. Estava sempre nas peladas no campinho do Horto. Escuro e bom de

bola, recebeu o apelido óbvio. Em 1962, a Seleção Brasileira conquistara o bicampeonato da Copa do Mundo e Pelé, como na Copa de 1958, havia encantado o mundo com jogadas geniais.

Os operários que conseguiu sair do raio de ação dos policiais ouviram os gritos de Pelé. O rapaz estava sendo massacrado pelos soldados. Diante daquela covardia, resolveram reagir. Voltaram e enfrentaram os cavaleiros com golpes de braço, chutes e pedradas. Orçalino foi derrubado do cavalo. Os rapazes tomaram-lhe a espada e o capacete. Os dois cavalarianos bateram em retirada. Orçalino fugiu a pé, arrastando uma das pernas, e gritou, ao longe, que voltaria com reforços para se vingar.

Os rapazes festejaram animados. A espada e o capacete do policial foram recolhidos como relíquia e exibidos, mais tarde, aos colegas, como prova da força dos trabalhadores e da vulnerabilidade da temida Cavalaria de Minas. Como era certo que a Cavalaria voltaria, correram para os alojamentos e se prepararam para a guerra. (...)

A caminho do Cariru, o cabo Aristides pediu que Adão fizesse uma parada no quartel. Não demorou muito, recebeu uma ligação. Milton e Orçalino relataram o enfrentamento em Santa Mônica. Contaram que foram agredidos e afugentados pelos trabalhadores.

Aristides foi com Adão à casa do sargento Carlos Alberto e reportou a ocorrência. Recebeu a determinação de percorrer todo o distrito e arregimentar todas as duplas de cavalarianos a serviço para um assalto contra o Santa Mônica.

O próprio sargento, empenhado em resgatar a honra da Cavalaria, abalada com o episódio, foi para o quartel coordenar a represália ao Santa Mônica após acordar e convocar o cabo José Maria Francisco.

Lá os dois militares preparavam seus cavalos quando Braga chegou para insuflar os policiais. Disse que a situação em Santa Mônica estava fora de controle e demandava ação enérgica da Cavalaria. Carlos Alberto pediu que Braga levasse bombas de efeito moral em seu jipe e partiu a cavalo, em companhia do cabo José Maria.

Ao chegarem à rodovia MG-4, encontraram os soldados Elias Inácio da Silva e José Rodrigues, que já seguiam a cavalo rumo a Santa Mônica. Carlos Alberto forçou seu animal e disparou na frente dos outros praças, sumindo na escuridão.

Logo adiante, ao entrarem no trecho asfaltado, o cavalo do cabo caiu, e os dois soldados seguiram atrás do sargento. Com o cavalo mancando, José Maria prosseguiu lentamente a viagem.

Na mesma hora, os cavalarianos Clóvis Inácio da Silva e Francisco Torres Dutra, que patrulhavam o bairro Maringá, ouviram intensa gritaria que vinha da direção do bairro Santa Mônica. Um transeunte contou-lhes que uma multidão havia enfrentado e posto dois soldados para correr. Dutra julgou que deveriam seguir para o Santa Mônica, e foram.

Logo, o sargento Carlos Alberto e os soldados Clóvis e Francisco encontraram-se na Cantina do Quidu com Milton e Orçalino, a dupla que pouco antes desbaratara os rapazes de Santa Mônica.

Chovia, e o bairro estava completamente escuro. Carlos Alberto inferiu que os amotinados haviam cortado a energia. Observou que as lâmpadas dos postes estavam quebradas. No alto da rua de acesso aos alojamentos, uma multidão - que o sargento calculou em mais de mil pessoas - gritava e jogava pedras de trás da barricada.

O sargento Carlos Alberto atijou seu cavalo morro acima, com a cobertura dos soldados Elias e José Rodrigues. Quando os três praças se aproximaram da barreira, foram rechaçados com uma chuva de pedras.

Em um arroubo de valentia, o sargento Carlos Alberto saltou a barricada com seu cavalo, desembainhou a espada e começou desferir golpes no escuro contra a multidão. Foi contido com chutes, socos, pedradas e tiros. Sentiu um ferimento no ombro esquerdo, que começou a sangrar, e concluiu:

– Fui baleado.

Recuou, saltou de volta a barreira e desceu a rua com os outros dois cavaleiros.

--

Bem no início da subida, à direita, ficava o alojamento Chicago Bridge. (...) Vários trabalhadores que ali moravam assistiam tudo da janela e vaiaram o malogro do sargento. A maioria, porém, dormia nos quartos.

Furioso, Carlos Alberto, com apoio dos soldados Elias Inácio, José Rodrigues e José Geraldo, arremeteu-se contra esse alojamento, atirando e espancando quem encontrava pela frente. Um dos tiros estourou o travesseiro do operador Ciro Alípio Siqueira, que dormia na hora.

Com metralhadora, revólver ou fuzil em punho, os soldados, reforçados pela dupla formada por Clóvis Inácio da Silva e Francisco Torres Dutra, que acabara de chegar, arrombavam quartos,

espancavam com cassetete ou espada e prendiam todos os que ali pernoitavam por ordem do sargento.

O pedreiro Manoel Rodrigues de Oliveira acordou com o barulho e perguntou a um colega o que ocorria, foi informado de que a Cavalaria estava realizando prisões. Manoel, que nada devia à polícia, tranquilizou-se. Entretanto, de súbito, alguém bateu à porta com violência:

– Abra logo ou morre!

Antes que o pedreiro pudesse atender à ordem, o soldado meteu o pé na porta e a pôs abaixo. Outro começou a golpeá-lo com cassetete enquanto o empurrava para fora do alojamento. Ao longo do corredor, recebeu golpes de outros praças, assim como os outros trabalhadores, alguns arrancados de cuecas de suas camas.

– Sai logo, putada! – dizia o soldado, que empurrava para fora o operário Erci Calvi e outros ocupantes do quarto. No corredor, o homem tentou correr, mas duas doloridas chicotadas nas costas o fizeram desistir.

Daniel Ferreira Pinto, operador do setor de laminação, foi acordado com o barulho de soldados batendo na porta.

– Levanta, põe a mão na cabeça e vai saindo! – gritou um deles.

O operário, sem saber o que acontecia, obedeceu calado, mas, ainda assim, tomou um golpe de cassetete enquanto caminhava pelo corredor.

De um lado, viu um senhor de uns 60 anos, já aposentado pela Vale do Rio Doce, que permanecia de pé, inerte, diante dos gritos dos policiais. De repente, os Cavalarianos se irritaram com aquilo e espancaram o idoso terrivelmente. Uma cena horrorosa e deprimente. De vergonha, ou sabe-se lá por que, aquele senhor nunca mais foi visto no alojamento.

Lá fora, um soldado, aos berros, ordenou que o pedreiro colocasse as mãos para cima e entrasse na fila que era formada com os detidos. Como não ergueu os braços da forma exata como queria o policial, tomou uma coronhada de revólver, e o sangue jorrou em sua cabeça.

Alguns operários subiram na caixa d'água para se esconder, mas os policiais crivaram aquele tanque de balas e os forçaram a descer.

Quase trezentos trabalhadores foram enfileirados e, em seguida, deitados no chão, no vão descoberto entre as duas alas, com as mãos na cabeça sob a mira de metralhadoras e fuzis.

Soldados pisoteavam os operários e metiam a espora em suas cabeças. Os que se mexiam, tomavam logo um golpe de cassetete. Um nissei , deitado ao lado de Daniel, tremia como vara verde.

Começou a chover forte sobre aquele tapete de gente. Os operários sentiam a enxurrada barrenta que descia morro abaixo passar gelada sob suas barrigas. Aquilo parecia um pesadelo.

Ouviram um soldado gritar:

– Sargento, vamos matar uns três aqui para servir de exemplo!

– Nada de morte! Nada de Morte! Nada de morte! – respondeu Carlos Alberto.

O espetáculo macabro foi encenado para impressionar os amotinados de Santa Mônica que, lá de cima, podiam entrever o que acontecia ali embaixo. Os homens da Cavalaria, com violência, enviavam um recado ameaçador aos rapazes que resolveram enfrentá-los.

--

Perto de meia-noite, João Cláudio Teixeira de Sales, chefe do Departamento de Serviços Gerais da Usiminas foi acordado por um funcionário da empresa. O homem veio avisar que havia uma “balbúrdia” no Santa Mônica. João Cláudio foi ao telefone e informou o problema a Gil Guatimosim (...)

Minutos depois, Gil chegava à sua casa. Os dois discutiram a situação com o chefe da Seção de Moradias, Davi Ferreira Junior, subordinado a João Cláudio. Decidiu-se que recorreriam ao capitão Robson para solucionar o caso.

--

Era quase meia-noite quando Robson Zamprogno e Jurandir Gomes de Carvalho chegaram ao Alojamento dos Engenheiros, após uma noitada na zona boêmia em Coronel Fabriciano. O porteiro o cumprimentou e contou-lhe que havia uma grande confusão em Santa Mônica. Os dois oficiais saíram imediatamente para verificar a situação.

Encontraram-se com parte da tropa já mobilizada na entrada do bairro e subiram o morro de jipe até cerca de 40 metros da barricada, onde a multidão continuava agitada e barulhenta.

– É o capitão! É o capitão! – gritou o oficial na esperança de que sua presença pudesse acalmar os rebelados. Os amotinados, porém, continuaram a lançar pedras em direção ao veículo.

Robson Zamprogno desceu o morro, levou todos os policiais que encontrou pelo caminho para perto de seu alojamento e abortou o envio de reforços que se preparavam no quartel, enquanto considerava como proceder diante da rebelião.

Dali a pouco, chegou um cavalarião com a notícia de que o sargento Carlos Alberto fora baleado pelos amotinados. O capitão saiu atrás do soldado com seu jipe, acompanhado pelos homens que estavam com ele, para socorrer o sargento.

Para surpresa do oficial, em vez de subir o morro, onde imaginara que o sargento encontrava-se capturado pelos rebelados, o soldado marchou com seu cavalo em direção ao Chicago Bridge e apontou para o sargento, que havia retirado a parte superior do uniforme e tinha uma tala amarrada no ombro ferido. Aos seus pés, deitados com a mão na nuca, havia uns trezentos trabalhadores.

O capitão, então, determinou que um carro conduzisse o sargento ao ambulatório. Vendo chegar, em um jipe, o subtenente Braga, em companhia do cabo Teodoro, o capitão Robson caminhou em sua direção e pediu que arranjasse três caminhões da Usiminas para a remoção daqueles homens para o galpão da Vigilância.

Naquele instante, apareceu o chefe da Seção de Moradias, Davi Ferreira Junior, e avisou ao capitão que Gil Guatimosim e João Cláudio queriam conversar com ele sobre a situação. O capitão saiu apressado para atender ao chamado.

Os peões se levantavam com as pernas dormentes, eram golpeados com cassetetes enquanto subiam e iam se amontoando lá em cima. Os que vinham atrás eram obrigados a passar por cima dos que lá já estavam .

– Se uma mulher aguenta um homem em cima dela, porque um homem não aguentaria um outro em cima dele? – zombava um policial.

Dois soldados, no fundo do caminhão, recebiam a peãozada com golpes de cassetetes.

Os três caminhões, lotados de gente, em vez de seguirem para o galpão, como orientou o capitão, foram para o quartel.

Estacionaram na Fazendinha, e os operários foram obrigados a saltar de ponta-cabeça no chão enlameado.

Tinham que passar por um corredor polonês formado por soldados, através do qual tomavam chutes, socos e golpes de cassetete. O cabo Teodoro empunhava uma metralhadora de mão e ameaçava atirar em

quem reagisse. Adiante, no pátio do quartel, deitaram em decúbito ventral, com as mãos na cabeça, como antes.

Nem um adolescente de 15 anos, que foi preso na confusão, foi poupado da violência. Pelo contrário, era um dos que mais apanhava. Os seus gritos comoviam os outros trabalhadores, mas ninguém podia fazer nada com o cabo Teodoro à espreita.

Daniel, que vinha no último caminhão, assistia àquilo com medo e já se preparava para o espancamento. Perto de sua vez de entrar no corredor, o capitão passou por ali e ordenou:

– Parem de bater!

Aquele remanescente não teve que passar pela prova do corredor polonês. Foi apenas empurrado para o pátio e enfileirado com a barriga no chão com os que lá já se encontravam.

--

Robson Zamprogno chegou à casa de João Cláudio e contou que já estivera no local do conflito. Reportou a situação e informou que encontrou 300 operários do alojamento Chicago presos. Para evitar que se juntassem aos rebelados, determinou que fossem removidos [para a Fazendinha].

Dali, todos partiram de carro para o bairro Santa Mônica. No local, chegariam à melhor solução para aquela crise.

Gil Guatimosim ficou impressionado com a gravidade da situação. Era uma cena de guerra. Viu soldados deitados em pontos estratégicos, na parte baixa da rua dos alojamentos, a apontar suas armas para uma aglomeração de gente mais acima. Vez e outra os militares efetuavam disparos.

Do outro lado, de um ponto mais elevado da rua, ouviam-se rumores de uma multidão de trabalhadores. Uma trombeta soava intermitente. Os amotinados ocultavam-se atrás de uma densa escuridão. No céu coberto de nuvens, nem sinal da lua e estrelas.

Com ajuda do farol do carro, Gil pôde distinguir uma massa de gente agitada atrás de uma barricada improvisada, que lançava pedras, pontas de ferro e pedaços de pau contra os elementos da Cavalaria.

Praticamente todo o efetivo da Polícia Militar de Ipatinga estava na área. Como resposta a pedido de reforço enviado pelo tenente Jurandir, o sargento Luiz Rodrigues de Carvalho, comandante do contingente de Coronel Fabriciano, enviou sete soldados e o cabo Nestor Pereira dos Santos, todos armados com fuzis.

Gil aproximou-se do capitão e quis saber como poderia controlar a situação. Robson ponderou que haveria duas alternativas: a tropa poderia continuar posicionada até amanhecer e dominar os trabalhadores à luz do dia ou realizar um assalto imediatamente contra os rebeldes. A estratégia consistiria em transpor as barricadas mediante o lançamento de bombas.

O capitão sabia que qualquer dessas opções envolvia riscos demais. A depender do resultado da operação, sua carreira poderia ser arruinada. Após refletir um pouco, sugeriu que fossem buscar padre Avelino, que morava a poucos metros, ao lado da Igreja Nossa Senhora da Esperança. O vigário, possivelmente, conseguiria negociar uma saída pacífica para o conflito. (...)

Passava de duas da madrugada. Um jipe parou diante da casa paroquial na Rua C, 689, no bairro Horto, distrito de Ipatinga, Coronel Fabriciano. O soldado desceu e chamou o padre. Avelino levantou-se de pijama, cobriu-se e veio de túnica e chinelo ver quem era.

– Há um levante de rapazes nos alojamentos de Santa Mônica e o capitão Robson mandou buscar o senhor para intervir e tentar resolver.

O padre, sonolento, nem compreendeu direito o que o homem falava. Voltou para dentro, calçou os sapatos, saiu do jeito em que estava e entrou no jipe. O carro arrancou rapidamente em direção ao bairro Santa Mônica. Duas ou três curvas adiante, estacionou ao pé da rua dos alojamentos.

O céu, coberto de nuvem, não tinha lua nem estrela. Os amotinados quebraram as lâmpadas dos postes para dificultar a ação da polícia. Cortou-se a energia elétrica, fez-se blackout total.

Um farol aceso aqui e acolá permitiu que Avelino enxergasse, em flashes, vários policiais deitados atrás do alojamento Chicago Bridge, com fuzis e metralhadoras apontados para o lado de cima.

Dali subia uma rua sem saída, ladeada por um complexo de alojamentos de um lado e de outro, que naquela noite foi batizado de Forte de Santa Mônica. Lá do alto, ressoavam intensa gritaria e batucada.

O padre ergueu os olhos, porém mal podia divisar através da escuridão, a uns cem metros de distância, a multidão atrás da barricada de tambores, pedaços de pau, poste, tambores, guarda-roupas, camas e cadeiras.

Avelino percebeu alguns policiais embrenhados na mata morro acima, que procuravam ganhar a retaguarda dos insurgentes. A barricada bloqueava a única via de acesso aos alojamentos.

Havia ainda policiais de arma em punho ao pé do morro, entre carros e cavalos, próximos ao comandante da tropa, Robson Zamprogno.

– O que é que está acontecendo? – quis saber o vigário, aproximando-se do militar.

– Uma revolta de operários contra a Polícia – respondeu o capitão. Resolvemos trazer o senhor aqui porque queremos que faça a ponte com os revoltosos. O senhor está de batina, a rapaziada toda lá em cima te conhece. Só o senhor pode ir lá sem correr risco de morte.

– Então, o que é que vou fazer?

– Vá lá e procure saber o que está acontecendo e o que eles querem – pediu Guatimosim, que apareceu no meio da conversa – Peça que escolham uma comissão que venha aqui negociar comigo.

– Eu vou, mas abaixem essas armas. Chamem de volta aqueles soldados na mata.

– Eu vou com você – ofereceu-se Davi Ferreira Junior, chefe da Seção de Moradias.

O capitão procurou desmobilizar os soldados, um caminhão da Cemig iluminou a subida e, à frente dele, caminhavam o padre e o chefe dos alojamentos. Os amotinados jogaram pedras e paus contra os dois vultos que, aos poucos, ganhavam formas mais definidas.

Quando aumentou a agitação, o soldado João Clementino da Silva disparou um tiro na direção dos amotinados.

– Deixa de ser louco! – repreendeu-lhe Gil Guatimosim – Isso não se faz!

– Se fizer isso de novo, soldado, você será responsabilizado por tudo que sobrevier, inclusive pelas mortes – esbravejou o capitão Robson, aos gritos, para que todos os demais policiais ouvissem.

Enquanto subia, Avelino foi reconhecido. O número de pedras jogadas para baixo diminuiu. Alguns rapazes mais exaltados gritavam para que o padre voltasse. Essas vozes, aos poucos, foram abafadas.

– Oh, gente! Para com isto! É o padre! É o nosso padre! Espera aí! – disse um dos amotinados, fazendo valer a posição da maioria.

O padre se aproximou da multidão e foi cercado. O vigário reparou que ninguém estava armado. Os jovens, apavorados, cercaram o padre

e todos tentavam falar ao mesmo tempo, com vocabulário áspero e exaltação.

Avelino subiu em um dos tambores para que todos pudessem vê-lo e cruzou os braços. Os trabalhadores relatavam, em palavras encavaladas, os espancamentos na portaria, a briga com os cavalarianos, a prisão e tortura de seus colegas do Chicago Bridge. O padre esperou que cessassem aqueles desabafos e quando, surgiu oportunidade, tomou a palavra.

– Mas o que é que vocês querem? O doutor Gil Guatimosim, chefe da Usiminas, mandou perguntar – disse.

O padre emendou que o engenheiro estava lá embaixo e pediu que enviassem uma comissão para negociar com ele suas condições.

Os rapazes exigiam, antes de tudo, a retirada imediata da polícia. Os revoltosos não quiseram, contudo, enviar uma delegação. Temiam que fosse identificado algum líder do movimento e que, posteriormente, pudesse ser retaliado pela empresa. Quem quisesse negociar que subisse cá.



FOTO 17: Operários do “Forte de Santa Mônica” reproduzem no próprio local, no dia 7 de outubro, a cena de guerra da noite anterior. Fonte: Arquivo do Jornal Estado de Minas.

Davi desceu e subiu com o chefe do Departamento de Relações Industriais. Gil Guatimosim misturou-se aos amotinados e pôs-se a ouvi-los em cima de um caixote. Contaram-lhe como começara a confusão e exigiram a retirada da polícia e a liberação dos operários do Chicago. Só assim suspenderiam o movimento.

Guatimosim garantiu que iria retirar a tropa, mas os rapazes ficaram desconfiados. O padre ofereceu ficar como refém dos amotinados até que a promessa fosse cumprida.

O engenheiro desceu e conversou com o capitão Robson, que concordou com aquelas condições. No dia seguinte, uma comissão de dez trabalhadores seria enviada ao Escritório Central para negociar,

com a mediação do padre, as condições para encerrar definitivamente o movimento.

Robson Zamprogno ordenou que seus comandados subissem em um caminhão para retornarem ao quartel. O sargento Carlos Alberto Xavier, sub-comandante do Regimento de Cavalaria, que comandou a operação contra os operários do Chicago Bridge, ficou indignado com aquele desfecho .

– Não podemos nos retirar dessa forma. Isso é uma humilhação! – disse ao capitão. Acrescentou em seguida que, em sinal de protesto, não embarcaria. Iria largar a farda.

– Faça o que você quiser, sargento. O comandante aqui sou eu – respondeu rispidamente o capitão.

Dali, a tropa, Gil Guatimosim e alguns outros funcionários da Usiminas partiram para o quartel.

--

Os rapazes contaram ao padre, em detalhes, o que se passara (...) e chamaram o padre para ver os estragos no Chicago. Avelino foi com eles. Na entrada, ele viu marcas na lama em que os operários foram deitados, sob chuva, e agredidos.

Pelo alojamento adentro viu portas arrombadas e uns quatro ou cinco furos de tiro nas paredes perto dos beliches. Malas reviradas, roupas pelo chão, rádios e violões quebrados, sapatos, sandálias e outros objetos atirados por toda parte. Móveis e eletrodomésticos que rapazes prestes a se casar guardavam no alojamento estavam danificados.

Os poucos trabalhadores que se esconderam e conseguiram escapar da prisão estavam encolhidos nos cantos ou tentando encontrar seus pertences no meio daquela bagunça. Ninguém entendia direito o que tinha acontecido, e nem a razão, mas alguns tentavam reproduzir o pesadelo. As descrições, por mais chocantes que fossem, eram sobrepujadas pela desolação que o padre via com seus próprios olhos.

Pouco depois, começaram a retornar em caminhões os rapazes que foram presos, muitos com marcas da tortura pelos corpos. Alguns só trajavam a roupa de baixo. Outros vinham carregados.

Aqueles homens choravam de dor, choravam de vergonha, exalavam forte odor de urina, tinham ataques de nervos. Os que foram medicados no ambulatório vinham com talas, faixas e curativos.

O padre ficou estarecido. A indignação cresceu entre os rapazes. Disseram ao padre que levariam ao Escritório Central, com a

comissão de conciliação, aqueles homens feridos. Aquilo não podia ficar desse jeito. Também resolveram formar uma grande aglomeração em frente ao portão do Almoarifado para pressionar a direção da Usiminas e exigir que a Cavalaria se retirasse de Ipatinga.

O padre pensou que a concentração, organizada como protesto pacífico, não era uma boa ideia, mas não quis contrariá-los. Conseguiram uma ambulância e encaminharam os seis feridos em piores condições ao ambulatório. Entre eles, estava um menor de 15 anos, possivelmente um trabalhador aprendiz.

Eram 5 e 15 da manhã quando Avelino ligou para a casa de Gil Guatimosim, e acertaram que a reunião com a comissão de trabalhadores seria às 7 horas e 30 minutos no Escritório Central. (...)

Não eram cinco da manhã, quando [o médico da Usiminas] Jair Abelha percebeu um alarido que parecia vir do outro lado da rodovia. Saiu do ambulatório e andou até o pátio do Escritório Central na parte frontal do mesmo edifício, construído no alto de uma colina no bairro Ferroviários. Lá de cima, avistou um ajuntamento de aproximadamente 1500 trabalhadores do lado de dentro da usina, que bloqueava a portaria da garagem. A portaria ficava a pouco mais de 500 quilômetros de distância. Imediatamente, foi até a Fazendinha e reportou a situação ao capitão Robson Zamprogno.

Aproveitou para descrever o quadro de horror que viu no ambulatório. Ficou sabendo que aquelas prisões foram perpetradas sem o conhecimento do capitão. O sargento Carlos Alberto, subcomandante do destacamento do Regimento de Cavalaria em Ipatinga, tomou a iniciativa por contra própria, com auxílio de outros praças.

O médico disse ao capitão que os espancamentos seriam a gota d'água para uma greve generalizada na Usiminas, renunciada pela aglomeração na portaria. Antes mesmo dos incidentes da noite anterior, a insatisfação entre os trabalhadores, captada pelo médico durante as consultas, já era muito grande.

Robson achou que Jair tinha razão e pediu que solicitasse reforço ao comandante do contingente da Polícia Militar na sede do município. Devido à urgência da situação, o médico concluiu que deveria ajudar. Despediu-se, entrou em seu carro e tomou a MG-4 à direita, rumo a Coronel Fabriciano.

--

O encarregado da Seção de Vigilância da Usiminas (...) percorria a área industrial da empresa a bordo de um jipe. O dia ainda estava

escuro. Em cada portaria, instruía os guardas a liberar a entrada dos operários. Temia que a pancadaria da noite anterior se repetisse.

Na principal portaria, a de número 57, conhecida como portão do almoxarifado ou da garagem, viu que um rapazinho desceu de um dos caminhões e passou a conversar com outros operários. Pelo que Braga ouviu, o jovem contava o que havia ocorrido na madrugada, falava da prisão e do espancamento de operários pela Polícia e sugeria a todos que não entrassem para trabalhar, em sinal de protesto. O movimento foi se avolumando.

Braga apressou-se até o galpão da vigilância, que ficava uns 300 metros para dentro, e telefonou para Gil Guatimosim Júnior, chefe do Departamento de Relações Industriais da Usiminas. Contou da aglomeração, que tomava contornos de greve generalizada.

Guatimosim agradeceu a informação, desligou o telefone e pôs-se a meditar. Poucos minutos depois, o telefone tocou de novo.

– Doutor, a aglomeração aumentou e estão dizendo que vão quebrar o galpão da Vigilância. Já tirei os guardas da portaria para que não sejam linchados pela multidão. O que é que faço?

– A resposta que Braga queria ouvir era: – Chame a Cavalaria! – ele não podia admitir que aquela horda de operários descarregasse ira contra a sua seção.

Gil Guatimosim ficou pensativo por alguns instantes. Se autorizasse que a polícia entrasse em cena, o desfecho poderia ser violento. Se não fizesse nada, poderia ser responsabilizado pelos danos ao patrimônio da empresa. E o almoxarifado, com equipamentos caros, ficava por ali.

– Braga, telefone para o capitão Robson, relate o que está acontecendo e solicite reforço policial.

O encarregado mal conteve a satisfação. Para atacar a vigilância, aquela massa operária teria que passar primeiro por cima da Cavalaria.

--

Pouco depois da saída de Jair Abelha, Robson Zamprogno recebeu o telefonema de Braga. O encarregado reportou a greve, as ameaças e acrescentou que estava sitiado pelos trabalhadores no galpão da Vigilância. Pediu que a polícia viesse, com urgência, ocupar e defender a edificação.

Imediatamente o capitão convocou o tenente Jurandir Gomes de Carvalho, comandante da Cavalaria. Pôs-lhe a par do que acontecia,

determinou que escolhesse dez homens e fosse garantir o galpão da Vigilância.

Jurandir escolheu os policiais, alguns da Cavalaria, outros do contingente do 6º Batalhão de Infantaria do próprio distrito ou de Coronel Fabriciano, que vieram como reforço no meio da madrugada.

João Lopes dos Santos, deste último grupo, já estava em cima do caminhão quando Jurandir mandou-lhe descer. O tenente achou o soldado franzino, inadequado para a missão e o substituiu por outro mais viril. Não eram 6 horas quando a tropa, armada com fuzis, metralhadoras e revólveres calibre 45, partiu para a missão.

--

Jair Abelha voltava de Fabriciano e, ao passar no trecho da MG-4, em frente à Portaria 57, notou que a multidão se multiplicava. Mais adiante, no cruzamento com a estrada que levava ao bar Bom Jardim, deparou-se com o caminhão Opel que transportava a tropa do Tenente Jurandir.

Os veículos pararam, o oficial saiu da boleia e veio conversar com o médico. Jair Abelha contou que o sargento que comandava o policiamento em Coronel Fabriciano disse que não poderia enviar outros reforços, pois fora anunciada greve também em Acesita. O tenente informou que estava indo garantir o galpão da Vigilância a que se tinha acesso pela portaria da garagem.

– Tenente, a portaria está bloqueada. Não estão deixando ninguém entrar.

– Mas tenho que entrar. Estou cumprindo ordens.

– Os operários estão revoltados com a Polícia. O risco de um choque entre a tropa e a multidão é muito grande.

– Estou cumprindo ordens. Preciso marchar para meu objetivo.

Diante da obstinação do oficial, Jair Abelha desistiu de movê-lo e foi atrás do caminhão.

Ao chegarem à portaria, a multidão não abriu passagem para o caminhão. A cancela com que se controlava o acesso de veículos ao interior da usina estava baixada. O posto da Vigilância instalado no local fora tomado pelos grevistas. A turba xingava a tropa, exibia rapazes feridos e se aglomerava de forma ameaçadora em volta do caminhão.

– Estou em missão pacífica, gente. Só quero passar e ir até o galpão da Vigilância – insistiu o tenente.

– Não queremos saber de polícia aqui, muito menos dentro da usina – gritou alguém em nome da maioria. E a multidão não cedia.

Por fim, para evitar um choque, Jurandir concordou em desembarcar sua tropa do outro lado da rodovia.

– Tá certo. Eu fico do lado de cá, vocês ficam do lado de lá – disse.

Em seguida, o caminhão fez manobras na portaria, atravessou a MG-4 e estacionou no acostamento. Jurandir e os dez militares desceram e se enfileiraram diante dele, de frente para o povo, com as armas em punho. (...)

A multidão, inicialmente, aglomerou-se do lado de dentro da cerca [de divisa da usina]. À medida que chegavam mais pessoas, a estreita faixa de cinco metros até a rodovia passou a ficar abarrotada de gente. Aos poucos, a aglomeração se expandia e ocupava a própria rodovia. O espaço entre a multidão e a tropa se estreitava cada vez mais.

--

Rosalino Rodrigues de Souza chegou à portaria e pediu para entrar. Queria apenas registrar o ponto e sair. Empregado da AB Cavalcanti, o homem estava à disposição do destacamento da Cavalaria em Ipatinga. Tomava conta dos cavalos.

Homem simples, de cor escura, nascido em Bom Jesus do Galho, só assinava o nome. Antes de vir para a Usiminas, fora lavrador e vivera na zona rural. Apelidaram-no de Timóteo em alusão ao distrito em que morava com sua mulher.

O cavalariaço era obcecado com a Cavalaria. Sonhava em estudar e entrar na Polícia Montada. Enquanto o sonho não se realizava, havia economizado e comprado uma garrucha velha, calibre 320, por 5 mil cruzeiros.

O soldado Marçal do Nascimento Maia, um dos que integravam a tropa ali na portaria, é quem havia conseguido a arma para ele. Naquela manhã, Rosalino trazia a garrucha velha na cintura.

Os rapazes que ocupavam a guarita não deixaram que o cavalariaço entrasse na usina porque era visto como bajulador dos cavalarianos. Resignado, atravessou a rodovia e se juntou aos policiais. Conversava com eles e se informava dos tumultos ocorridos desde a noite anterior.

Ficou sabendo que o cavalo Avaí saiu da confusão ferido na pata traseira. Falavam que era tiro. Assim que chegasse à Fazendinha, cuidaria do animal. Rosalino, porém, demorou-se por ali junto à tropa, de braços cruzados, com a arma aparecendo na cintura.

Gostava de ser visto assim. Gostava que soubessem que era amigo dos policiais. Os grevistas, porém, ficaram irritados com aquela atitude do cavaleiro. Julgavam que o homem estava do lado errado. Alguns o chamavam de puxa-saco. (...)

O dia começava a clarear. O tempo estava nublado e úmido. Gotinhas da chuva da madrugada misturavam-se ao orvalho sobre as folhas e flores da vegetação. Algumas das ruas, que estavam sendo pavimentadas, amanheceram repletas de barro.

O padre Avelino e uma multidão de jovens desceu em passeata rumo ao local da reunião. Os jovens pareciam reconfortados com a presença do vigário. Alguns deles se descontraíam e já voltavam a fazer gracejos uns com os outros.

O vigário se separou do grupo e foi à sua casa para encaminhar as atividades paroquiais do dia e aprontar-se para a reunião que começaria às 7 horas e 30 minutos. Quinze minutos depois, três rapazes vieram e pediram que o padre os acompanhasse até o portão da garagem. Avelino foi com eles e levou consigo o equipamento de som da igreja.

Quando alcançaram a MG-4 e se aproximaram da Portaria 57, a mesma onde começou a confusão no dia anterior, o padre avistou [a multidão e] a tropa do tenente Jurandir fortemente armada. Quase todos, inclusive comandante, tinham revólver calibre 45 no coldre. Alguns empunhavam fuzil ou metralhadora.

Avelino, acompanhado de alguns rapazes, aproximou-se da tropa.

– Tenente, esses trabalhadores estão fazendo um movimento pacífico. Não há nenhuma necessidade de sua tropa aqui. Esse problema pode ser resolvido sem a presença da Polícia.

Jurandir permaneceu calado e indiferente aos apelos do padre. O vigário cansou de insistir, caminhou para o lado da multidão, do outro lado da rodovia, e posicionou-se a meio caminho entre a estrada e a tropa.

Os trabalhadores gritavam e xingavam a polícia, mandavam-na ir embora. A cada instante, mais trabalhadores chegavam amontoados em ônibus e caminhões. Algumas carretas descarregavam até 200 homens junto à multidão. Até mesmo um trem de carga da linha Vitória-Minas foi parado, e sua tripulação veio reforçar a greve.

Os policiais exibiam e alisavam suas armas. Alguns colocavam a mão no coldre, como se estivessem prestes a atirar. Os que portavam fuzis

e metralhadoras agitavam essas armas, impacientemente, de um lado para o outro. A tensão foi aumentando.

– Tenente, aquele soldado vai atirar – queixou-se um operário.

– Vai, não. Se vocês ficarem quietos, os soldados não vão fazer uso das armas.

Jurandir determinou que um soldado fosse ao quartel, pedisse reforço ao capitão e lhe informasse que a situação na portaria era muito grave. O capitão determinou o envio de três praças.

– Na madrugada não morreu ninguém, mas agora a coisa vai ser diferente – gritou o soldado Pedro de Sousa quando subia no caminhão.

– Você está louco, soldado? Pode descer daí. Vai outro soldado no seu lugar – interveio o capitão.

--

Tertuliano Ferreira dos Santos[, que firmou-se como um dos principais líderes do movimento,] tirou sua camisa vermelha e agitou-a a fim de parar os caminhões e ônibus que chegavam cheios de peões. Conversava com todos e conseguia convencer a maioria deles a aderir ao movimento.

Por várias vezes, o rapaz se aproximava e reclamava com Jurandir dos gestos hostis dos policiais. Por outro lado, ouvia do comandante da tropa que precisava conter a multidão. Se os trabalhadores mantivessem distância e não atacassem os soldados, não seriam agredidos.

Demonstrando ter grande influência sobre os operários, pedia-lhes em voz alta que mantivessem a calma. O tenente Jurandir e os demais integrantes da tropa identificaram que o rapaz era um dos líderes do movimento.

De estatura média, porte atlético e com apenas 24 anos na época, Tertuliano usava no dia, além da camisa vermelha, calças pretas, botas de cano alto e um capacete da Usiminas.

Esteve no Exército em 1958 e 1959, período em que aprendeu a operar e acondicionar armamentos. Gostava de aparecer assim, com vestimenta que lembrava uniforme militar.

Formado no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), trabalhou, em seguida, na Sociedad Mixta Siderurgia Argentina (Somisa), criada na Presidência de Juan Domingo Perón, em 1947, no

país vizinho. Depois disso, fichou-se como supervisor na Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. (Sofunge), na cidade de São Paulo.

Em maio de 1963, após ser aprovado nos testes admissionais, foi contratado pela Usiminas como um dos operadores-chefes na área do alto-forno. Como técnico altamente especializado, foi alojado no J.M. 17, no Santa Mônica. (...)

O jovem Tertuliano não escondia de ninguém que era entusiasta de Fidel Castro, o líder da Revolução Cubana e grande ícone da resistência ao imperialismo americano. Gostava de ler e discutir literatura de esquerda no alojamento. Deixou a barba crescer e passou a ser chamado de Fidel Castro pelos colegas. Outros rapazes do Santa Mônica, que admiravam sua postura combativa, passaram também a usar barba comprida e a se vestir como ele.

Os policiais viam Tertuliano com aquela desenvoltura, aquela barba e aqueles trajes e supuseram que o rapaz era um comunista subversivo. Quem o conhecia bem chegava à conclusão de que o rapaz era apenas um sindicalista engajado na luta por direitos da classe trabalhadora. Em Ipatinga, integrou-se rapidamente ao sindicato e foi escolhido pelos companheiros como delegado sindical do setor de aciaria. (...)

No dia 7 de manhã, ele e seu grupo estava no meio do povo, mas não pensavam em recorrer à violência. Nem armas tinham. O objetivo deles e da maioria era, ao contrário, coibir a violência dos grevistas mais exaltados.

Não arredariam o pé até que a Usiminas concordasse em eliminar a violência física como instrumento de coação. E era esse o espírito do movimento. É por isso que ele se estabeleceu, cresceu e conseguiu tanta adesão, apesar da ostensiva ameaça de violência policial.

Aquela imensa siderúrgica chegava com processos produtivos modernos, mas que se sobrepunham a relações sociais de modo bárbaro. Aquela massa operária, de uma forma ou de outra, compreendia essa contradição e queria eliminá-la, ainda que, para isso, colocasse em risco a vida de seus integrantes, como de fato ocorreu.

Para tentar amenizar a tensão, Tertuliano entendeu-se com os colegas mais próximos que coordenavam a concentração e foi até o tenente Jurandir. Disse que não permitiriam que a tropa entrasse de jeito nenhum na área da usina. Entretanto, o tenente, se quisesse, poderia entrar sozinho com a companhia do padre.

O oficial pensou que seria arriscado deixar a tropa sem seu comando, mas depois de hesitar um pouco, mandou chamar Avelino.

– Vou entrar na usina. Vamos somente você e eu. Disseram que só nós dois podemos entrar.

– Não vão nos deixar entrar, tenente.

– Vou entrar de qualquer jeito. Se o senhor vier comigo, fica mais fácil.

– Não vai adiantar.

O padre tentou, de todas as formas, demover o tenente, mas o homem entrou em um jipe e preparava-se para partir. Avelino entrou também, e lá foram. Quando o veículo se aproximou da guarita, a cancela, que estava erguida, foi baixada violentamente. Uma multidão cercou o Jipe e ameaçava tombá-lo.

Jurandir gritou que tinha ordens para entrar. Que precisava encontrar-se lá dentro com o chefe da Seção da Vigilância, o senhor Omar. Esse argumento só piorou as coisas. Agora é que não entraria de jeito nenhum.

Diante da tenacidade dos trabalhadores, que pareciam dispostos até mesmo a enfrentar a tropa para fazer valer seu movimento, e da insistência do padre, para que não forçasse a entrada, Jurandir desistiu.

– Essa gente já está abusando. Estou perdendo a paciência – avisou.

Logo depois, voltou à sua posição inicial, junto à tropa e, furioso, tomou uma metralhadora da mão de um soldado e passou a empunhá-la de forma agressiva.

--

O chefe da Vigilância, Omar Rodrigues Vieira, foi acordado às 6 horas da manhã por um motorista da Usiminas. O homem contou-lhe que havia uns três mil trabalhadores aglomerados em frente à Portaria 57. Protestavam contra a violência da Cavalaria na noite anterior e durante a madrugada.

Omar trocou de roupa e foi de jipe até a casa de seu superior, o chefe da Divisão de Trabalho da Usiminas, Alfredo Nohme, e contou o que estava acontecendo. Dali seguiram para a casa de Gil Guatimosim e o encontraram já na varanda.

O chefe do Departamento de Relações Industriais informou aos dois que já estava ciente da situação. Inclusive, estava ali, já havia algum tempo, a esperar transporte até o Escritório Central, mas os manifestantes impediam a saída dos veículos pela portaria.

– Estou exausto, gente. Passei a noite em claro por causa dessa confusão – desabafou Gil Guatimosim. Os outros dois também não haviam dormido direito. O chefe de departamento pediu a Alfredo que fosse à Acesita buscar o presidente do sindicato. Geraldo dos Reis Ribeiro, apesar de ter apenas 26 anos, era uma pessoa muito equilibrada e respeitada pelos operários. Certamente ajudaria na solução daquela crise.

Todos entraram no carro e saíram em direção ao Escritório Central. No meio do caminho, próximo ao viaduto da EFVM (Estrada de Ferro Vitória-Minas), encontraram-se com a Rural deslocada para transportar Gil Guatimosim. O engenheiro desceu e seguiu viagem nesse carro. No jipe ia Alfredo, e Omar vinha atrás.

Alfredo desembarcou no Escritório Central e tomou carro rumo a Timóteo. Omar, por sua vez, tentava entrar na usina. Quando chegou perto do Portão do Almojarifado, viu que a passagem, e mesmo a rodovia, estavam completamente obstruídas.

Ordenou ao motorista que tomasse um desvio pela direita. Tentariam entrar pelo Posto do Horto. Um pouco adiante, próximo a uma rampa, tiveram que reduzir a velocidade. Do meio de um grupo de rapazes que estava por ali, alguém gritou:

– Gente, olha ali o chefe da Vigilância, o senhor Omar. Vamos pegá-lo!

Vieram correndo para lado do veículo, atirando pedras. Omar tomou uma pedrada no punho quando tentava se defender. O motorista, atônito, manobrou o jipe rapidamente para retornar e quase capotou o veículo. Assim que embicou o carro para o outro lado, acelerou o mais que pôde e escaparam.

Omar concluiu que corria perigo. Decidiu que iria para a Fazendinha, onde supôs que estaria seguro, e ficaria por ali a aguardar o curso dos acontecimentos.

--

Eram quase 7 horas da manhã quando a Rural do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Município de Coronel Fabriciano chegou à portaria. Talvez até tenha cruzado com o carro em que Alfredo seguia para chamá-lo para a reunião. Geraldo Ribeiro foi recebido com aplausos e brados de alegria. Saiu do carro e uma multidão correu para perto dele.

Os dois rapazes que foram ao distrito de Timóteo buscar o presidente do sindicato e avisá-lo da greve já haviam relatado os acontecimentos

da madrugada. O sindicalista, porém, conversava com os líderes do movimento e procurava entender melhor a situação.

A tensão era muito forte. Alguns operários mais revoltados ameaçavam partir para cima da tropa no braço. Havia ali muita gente machucada, com a roupa rasgada, suja de sangue e de barro. Geraldo Ribeiro conversou com a liderança do movimento para se inteirar da situação. Em seguida, foi ao encontro da tropa.

– Tenente, por favor, tire seus homens das proximidades. Eu vou resolver o problema com o pessoal para que voltem ao trabalho e liberem a entrada.

– Não posso. Estou cumprindo ordens.

– Ordens de quem?

– Do capitão Robson.

– E onde está o capitão Robson?

– Está a caminho do Escritório Central.

Geraldo Ribeiro caminhou em direção ao padre e o chamou para ir com ele ao encontro do capitão. Avelino informou da reunião agendada com o Gil Guatimosim para dali a pouco, exatamente às 7 horas e 30 minutos no Escritório Central.

Geraldo Ribeiro subiu na cancela da passagem de nível da linha férrea, paralela à rodovia, e fez um discurso efusivo diante da multidão. Condenou a violência policial e a truculência dos vigilantes da Usiminas.

Nesse momento, um dos praças, armado de metralhadora, apontou sua arma para o sindicalista, que se virou para o lado e prosseguiu o discurso com a mesma energia. Disse que os policiais que barbarizaram os operários do Chicago Bridge na madrugada seriam responsabilizados pelos seus crimes.

Geraldo Ribeiro garantiu que os trabalhadores podiam contar com seu sindicato. Avisou que estava indo ao Escritório Central negociar a retirada da tropa e as outras reivindicações do movimento, sobretudo a reformulação da vigilância. Foi aplaudido por uma multidão entusiasmada. Pediu, ao final, que todos mantivessem a calma, que se afastassem o máximo possível da tropa e evitassem provocações; sem demora voltariam com uma solução.

O sindicalista desceu e José Rodrigues da Rocha, um rapaz branco, franzino e miúdo, um dos líderes da revolta em Santa Mônica, subiu na cancela. Com muita energia, pediu que os colegas confiassem no

sindicato e reiterou os apelos de Geraldo Ribeiro no sentido de que mantivessem distância da tropa.

–Essas armas que estão portando não são espingardas, como muitos aqui imaginam. São metralhadoras, são armas de destruição em massa. Esses soldados estão prontos para matar. Para vestirem essas fardas, tiveram que jurar contra o próprio pai e a própria mãe. Respeitam o coronel como pai e a bandeira como mãe. Vocês estão diante de pessoas muito perigosas (...).

Nisso, José Isabel do Nascimento, mestre de montagem da empreiteira Fichet, subiu na cancela e, com uma vistosa câmera Rolleicord, fotografou a multidão. De repente, com um flash, os operários perceberam que não estavam completamente desarmados.

A presença do fotógrafo amador em meio à concentração e seu apoio ostensivo à greve ajudavam a aliviar a aflição dos outros trabalhadores. Aquela câmera, porém, incomodava muito os policiais. Os cliques de José Isabel pareciam passar a mensagem de que nenhuma arbitrariedade escaparia à sua lente.

José Isabel andava no meio do povo com uma bolsa a tiracolo e a câmera, adquirida por 30 mil cruzeiros, no dia 11 de maio, em Volta Redonda. (...)

José Isabel era pai de quatro filhos e sua esposa, dona Geralda Aguiar do Nascimento, estava grávida de sete meses. O casal era de São Domingos do Prata, uma cidade próxima a Coronel Fabriciano, a meio caminho de Belo Horizonte, e estava mais à vontade agora em sua região de origem. (...)

Gabriel José Pereira, conhecido como o Amigo, quando viu José Isabel sobre a cancela pensou consigo mesmo que deveria ter trazido sua câmera. Não adiantava mais. Sua casa, no Candangolândia, ficava longe. As coisas aconteceram muito rápido e Gabriel foi pego de surpresa.

O Amigo guardava em casa dois mimos muito úteis em sua missão revolucionária. Além da câmera fotográfica Voigtländer Braunschweig, tinha uma espingarda Flaubert, calibre 22, de 9 tiros. Naquela manhã, porém, nem ele nem ninguém entre os trabalhadores apareceu armado.

Geraldo Ribeiro conversou com o grupo de frente do movimento, insistiu que mantivessem a multidão sob controle e partiu para o Escritório Central com o padre e alguns rapazes de Santa Mônica, entre eles Osvaldo Ribeiro Vaz e um rapaz chamado Nabucodonosor.

Avelino, antes de seguir, retornou à casa paroquial de jipe para buscar o alto-falante e ligar para o Gil Guatimosim e anunciar que a comissão estava a caminho. Os líderes do movimento que ficaram passavam entre a multidão com um lençol, recolhendo doações para custear um seletivo às autoridades estaduais. A violência policial tinha que ser denunciada.

--

O sargento José Francisco de Oliveira [, que acumulava a função de escrivão na delegacia de Ipatinga] (...) foi à sala do capitão, pediu licença e entrou.

– Capitão, a situação na portaria, pelo jeito, está cada vez pior. A gente poderia conseguir um aparelho de som para o tenente Jurandir falar com o pessoal e acalmá-lo. O Clube da Usipa tem um.

– Boa ideia, sargento! Ligue lá para o João Cláudio e veja isso com ele.

João Cláudio estava no Escritório Central com Gil Guatimosim e outros integrantes da direção da Usiminas. Todos buscavam solucionar a greve na portaria. O chefe do Departamento de Serviços Gerais, na mesma ligação, pediu que o capitão Robson viesse participar das negociações.

O oficial aproveitaria a viagem para reportar os incidentes ao comandante-geral da Polícia Militar, José Geraldo de Oliveira, por meio do aparelho de radiotelegrafia da companhia.

– Boa ideia, sargento! Ligue lá para o João Cláudio e veja isso com ele.

João Cláudio estava no Escritório Central, com Gil Guatimosim e outros integrantes da direção da Usiminas. Todos buscavam solucionar a greve na portaria. O chefe do Departamento de Serviços Gerais, na mesma ligação, pediu que o capitão Robson viesse participar das negociações.

O oficial aproveitaria a viagem para reportar os incidentes ao comandante-geral da Polícia Militar, José Geraldo de Oliveira, por meio do aparelho de radiotelegrafia da companhia.

--

O capitão e o sargento chegaram ao Escritório Central pouco antes da comissão dos trabalhadores. Em outro Jipe, logo atrás, vieram os cabos Teodoro Dionísio de Carvalho e Nestor Pereira dos Santos.

José Francisco encontrou-se com João Cláudio. Ficou sabendo que o aparelho de som do clube era inadequado porque não funcionava com bateria.

– Sargento! – disse Moacir Lott, um dos diretores da Usipa que ali se encontravam – O padre Avelino tem um alto-falante que serve. Sou muito amigo dele. Acho que para mim, ele empresta. Se o senhor quiser ir à casa dele, no Horto, te levo lá no meu carro e a gente traz o aparelho.

José Francisco aceitou a oferta. Depois de conversar alguma coisa com o capitão, entrou no carro e tomaram a MG-4 em direção ao Horto. Pouco depois, o padre e os demais integrantes da comissão dos trabalhadores chegaram ao Escritório Central.

Robson passou um radiotelegrama ao comandante-geral da Polícia Militar em que reportou a situação calamitosa em Ipatinga e pediu reforço de uma companhia. Demorou-se um pouco na sala, e João Cláudio lhe disse que Jair Abelha contara que todos os feridos atendidos na madrugada no ambulatório apresentavam sinais de embriaguez. Procurando ser agradável com o capitão, o chefe do Departamento de Serviços Gerais virou-se para ele e disse:

– Para mim, isso tudo foi premeditado!

Logo em seguida, chamados à sala onde aconteceria a reunião, os dois se levantaram e para lá se encaminharam.

--

Assim que chegou ao Escritório Central, Gil Guatimosim ligou para o Diretor de Operações, Makoto Inoue, principal executivo da Usiminas em Ipatinga, colocou-o a par dos acontecimentos e providenciou transporte para trazê-lo, junto de seus assessores. Logo em seguida, foi informado de que a comissão dos trabalhadores, inclusive o presidente do sindicato e o padre Avelino, já estavam ali para participarem da reunião.

Guatimosim procurou acomodar aqueles homens em sua sala. Alguns trabalhadores feridos na madrugada também se agregaram à comissão. João Cláudio, Alfredo Nohme e o capitão Robson também entraram. O promotor de Justiça da comarca de Coronel Fabriciano estava por ali, mas não quis tomar parte das negociações. Ficou do lado de fora da sala.

Tão logo começou a reunião, Geraldo Ribeiro atacou veementemente o destacamento da Polícia Militar em Ipatinga.

– Capitão Robson, seus homens são os responsáveis por toda essa confusão. É inadmissível que esses homens, sem motivo algum, tenham sido presos e espancados, no meio da madrugada, enquanto dormiam.

– O que não se admite, senhor presidente, é que um bando de arruaceiros perturbe a paz pública à noite e ouse a trocar tiros com a polícia.

– É que eles cansaram de apanhar, de sofrer todo tipo de violência por parte da Cavalaria e da vigilância da Usiminas. Decidiram, consensualmente, dar um basta. Entretanto, esses homens que foram agredidos não tinham nada a ver com esse confronto.

A reunião seguia nessa toada. Os ataques se prolongavam mais do que o necessário. Todos os rapazes, que vieram como representantes ou curiosos, queriam falar. Gil Guatimosim ficava mais quieto atrás de sua mesa. Pouco tempo após o início daquelas discussões, pediu licença. O diretor o convocava na sala ao lado. Ele saiu, mas o falatório continuou.

Makoto Inoue queria saber do engenheiro detalhes daquela confusão. Gil Guatimosim explicou que tudo começou porque alguns trabalhadores não queriam mostrar a identidade na saída, como determinou a direção da empresa. (...) [Em seguida, contou os pormenores que tudo que ocorrera na madrugada].

Makoto Inoue achou aquilo tudo [que os trabalhadores fizeram] um absurdo. Pediu que a reunião fosse transferida para a sua sala. Um intérprete traduzia as queixas dos trabalhadores, as justificativas do capitão e a opinião do dirigente.

Com a presença do japonês, as discussões ficaram mais arrastadas. Tudo que se dizia tinha que ser traduzido, e aquilo ia tomando tempo. Havia muitos gritos, muita discussão e nenhuma solução.

Geraldo Ribeiro e o Padre insistiam para que Robson mandasse a tropa se retirar imediatamente. O capitão dizia que não podia tomar essa providência porque seus homens estavam lá para resguardar o patrimônio da empresa.

– Mas ninguém está quebrando nada, capitão! – insistiu o sindicalista.

Robson Zamprogno, porém, não cedia.

– Mas, capitão, seus homens estão lá fazendo todo tipo de ameaça aos trabalhadores! A qualquer instante, pode acontecer uma tragédia. Os trabalhadores têm todo o direito de fazer greve. Estamos em uma democracia.

Após ouvir do intérprete a tradução do comentário de Geraldo Ribeiro, Makoto Inoue esbravejou algumas palavras em japonês.

– Isso não é democracia, é comunismo! – traduziu o intérprete .

Esse era o tom da conversa e as partes não se entendiam. A angústia era muito grande. O capitão não admitia retirar a tropa da portaria até que os trabalhadores encerrassem a greve. Os grevistas não aceitavam encerrar o movimento até que o capitão e o japonês atendessem às suas exigências. Os debates seguiam truncados, em círculos, com as partes se repetindo sem nenhum entendimento.

--

O número de pessoas na a multidão já se aproximava de 6 mil, e a tropa ia ficando completamente envolvida por ela. Foi então que Jurandir pediu, por intermédio do soldado Moacir, conhecido como Recruta, mais reforços e armamentos, inclusive o fuzil-metralhadora ZB, calibre 45, capaz de mais de 200 disparos por minuto. Esse tipo de arma, uma das mais letais da Polícia Militar de Minas Gerais na época, popularizou-se durante a Segunda Guerra Mundial.

O tenente também mandou dizer ao capitão que, se possível, viesse à portaria ajudar a controlar a situação. O capitão mandou informar que não poderia enviar mais reforços porque restavam apenas uns cinco ou seis soldados para guarnecer o quartel. O fuzil-metralhadora, porém, foi despachado para o local.

A tropa tentou montar a arma sobre um tripé no chão, de frente para a multidão, mas foi impedida pelos trabalhadores. O fuzil-metralhadora foi, ao final, instalado em cima do caminhão que servia à tropa. O Recruta, que recebeu o apelido porque havia apenas nove meses que estava na Polícia Militar, ficou encarregado de manobrá-la. De cima do caminhão, mirava um ou outro trabalhador mais agitado. A tensão só fazia aumentar.

--

José Francisco e Moacir Lott seguiam na MG-4 rumo à casa paroquial [para tomar emprestado o equipamento de som da igreja, para viabilizar a comunicação entre o tenente Jurandir e a multidão]. Em frente ao portão da garagem, a rodovia estava bloqueada com pedras e toras de madeira. Foram obrigados a desviar do asfalto para conseguir passagem.

O sargento ficou impressionado com a cena diante da portaria. Havia ali uns 6 mil homens, dispersos em vários agrupamentos menores. Alguns erguiam cartazes ou estendiam estandartes improvisados, de

lençóis ou toalhas, com desenhos ou dizeres que expressavam as reivindicações do movimento ou provocações contra os policiais.

Em um dos cartazes, havia a figura de uma cabeça de soldado de capacete e a inscrição “Tá tinindo” e, do lado, o número 24. Em outros, lia-se “Voltou o cativoiro”, “Abaixo os meganhas - cachorros do governo”, coisas desse tipo.

Do lado de cá da rodovia, para quem seguia naquela direção, estavam os 19 homens da Polícia Militar – o tenente, o cabo José Maria Francisco e 17 soldados – todos fortemente armados.

O que mais impressionava era a imagem do soldado Moacir, de pé em cima do caminhão, a girar o fuzil-metralhadora ZB para intimidar os grevistas. O sargento estranhou que aquela arma estivesse com o Recruta, e não com o elemento mais experiente da tropa, como recomendavam os manuais.

Ele mesmo tivera a oportunidade de atirar com o FMZB durante sua formação de infantaria e o achou difícil de operar. Quando era disparado para cima, aquele fuzil-metralhadora, com a trepidação, tendia a abaixar. Era, portanto, uma arma muito letal e perigosa.

Tertuliano e outros rapazes de camisa vermelha procuravam manter a multidão afastada da tropa. Alguns rapazes se revezavam sobre a cancela da passagem de nível a proferir discursos contra a violência policial.

Enquanto passavam diante daquelas cenas, o sargento compreendeu que aquilo era um barril de pólvora prestes a explodir. Conseguir o alto-falante era mais que necessário, era urgente.

Ao chegarem à casa paroquial, José Francisco e Moacir foram atendidos pelo sacristão. O rapaz disse que o padre não estava lá. Havia saído cedo com um pessoal da Usiminas.

Os dois explicaram que havia uma emergência e precisavam do equipamento de som da paróquia. O sacristão já sabia da greve. Imaginava que Avelino estava no meio da aglomeração. Pediu aos homens que aguardassem e saiu para buscar a aparelhagem.

O rapaz, depois de procurar, voltou e disse que o equipamento não estava lá. Possivelmente, o padre o levara consigo. O sargento e o diretor da Usipa agradeceram e partiram para a portaria a fim de encontrar o padre.

--

O fotógrafo conhecia os três soldados do destacamento de Coronel Fabriciano que integravam a tropa diante da portaria. Descontraído,

José Isabel passou algum tempo conversando com um deles, o soldado João Medeiros. No meio da conversa, o militar sacou do bolso um maço de cigarros e lhe ofereceu. Preferia cachimbos, mas aceitou.

Os trabalhadores estranharam aquela cena. Os cavalarianos de Ipatinga mantinham distância dos civis e gostavam de alimentar a fama de bravos. Quando apareciam, o pau quebrava. Os policiais de Fabriciano pareciam mais humanos.

Não demorou muito, o fotógrafo se despediu do soldado, caminhou para o lado do povo e desapareceu no meio da multidão. (...)

--

O carro que conduzia José Francisco e Moacir rompeu com alguma dificuldade pela multidão adentro, até chegar onde estava o tenente Jurandir. O sargento desceu e caminhou rumo ao carro. Fez-se silêncio total. Assim que prestou continência ao oficial, a multidão explodiu em vaias. O sargento contou ao tenente que estava à procura do padre Avelino e do alto-falante.

– Ele esteve aqui mais cedo, mas saiu com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e alguns rapazes em direção ao Escritório Central.

– Tenente, seria interessante se o senhor subisse no caminhão e falasse em viva voz para a massa e explicasse que a Polícia Militar está aqui apenas para proteger as instalações da Usiminas, que não se trata de uma missão hostil aos trabalhadores.

– Sargento, pedi até pelo amor de Deus para ficarem calmos, já falei diversas vezes que não temos nada contra eles, que estamos cumprindo ordens e colaborando com a direção da Usiminas. Já estou rouco de tanto gritar, mas todos os meus apelos foram inúteis.

Nesse ínterim, Jurandir pediu discretamente ao sargento que avisasse ao capitão que a situação da tropa estava precária. Aqueles homens não haviam dormido durante a noite, não tomaram café e estavam ali desde antes de 6 horas da manhã ouvindo toda a sorte de insulto. E, àquela hora, o número de manifestantes era tão grande que a tropa arriscava ser sitiada. Também cochichou outras coisas indistintas ao ouvido do sargento.

José Francisco despediu-se, entrou rapidamente no carro e saiu para cumprir a missão recebida.

Jurandir passou a andar no meio do povo e procurava tranquilizar a multidão.

– Calma, gente! Tudo vai acabar bem.

--

No Escritório Central, a reunião se encaminhava com dificuldade e em tom de desabafo. Finalmente, foi dada a palavra a Nabucodonosor, um dos representantes dos rapazes, para que lesse a lista de reivindicações. Ele as lia, pausadamente, uma a uma, para que o intérprete traduzisse para Makoto Inoue.

– Um, retirada dos policiais da Cavalaria; dois, remodelação da vigilância; três, afastamento do Braga; quatro, mudança da chefia da vigilância; cinco, abertura de inquérito sobre a ação policial; seis, mudança do pessoal do Chicago para Santa Mônica; sete, prestação de exame médico ao pessoal machucado pela polícia; oito, socorro àqueles que não foram medicados; nove, indenização dos prejuízos pessoais.

--

José Francisco e Moacir entraram no Escritório Central da Usiminas. Deparou-se com o promotor de Justiça da comarca de Coronel Fabriciano, Orlando Milanez, que lhe informou que o capitão Robson Zamprogno encontrava-se reunido, a portas fechadas, com diretores da empresa, o presidente do sindicato, o padre Avelino e representantes dos trabalhadores.

Ao bater à porta da sala, o próprio capitão lhe atendeu. O sargento reproduziu-lhe, ao pé do ouvido, o recado do tenente Jurandir Gomes de Carvalho. A situação na portaria da Usiminas estava periclitante. Alguns grevistas mais exaltados xingavam os policiais e chegavam, de quando em vez, a lançar pedras contra eles. Estava difícil manter o controle.

--

Após ouvir as condições dos grevistas e se certificar de que a proposta dos trabalhadores não era retirar a tropa da portaria apenas, mas acabar com o destacamento da Cavalaria em Ipatinga, Makoto Inoue mandou o intérprete dizer que essa exigência era absurda e inaceitável. Geraldo Ribeiro respondeu prontamente que esse ponto era inegociável.

Robson Zamprogno ficou indignado com essa proposta. Disse que retirar a Cavalaria de Ipatinga era uma medida impraticável e fora de sua alçada. Sabia que, naquelas circunstâncias - atualizadas havia tempo pouco pelo sargento José Francisco -, a simples retirada da tropa da portaria já seria bastante delicada. Se a tropa fosse vaiada e apedrejada nesse momento, era bem provável que reagiria.

Se o capitão fosse lá e falasse a todos que a extinção da Cavalaria de Ipatinga fora acertada na negociação, possivelmente seria fuzilado ali mesmo.

Ainda estava fresco em sua memória o protesto do sargento Carlos Alberto contra a ordem de retirada do Santa Mônica na madrugada. O sargento gritava que aquilo era uma humilhação. A situação quase fugira ao controle. Imagina agora!

Robson Zamprogno não pertencia ao Regimento de Cavalaria de Minas, mas ao 6º Batalhão de Infantaria. Havia, dentro da Polícia Militar, uma grave rivalidade entre a Cavalaria e a Infantaria.

Os cavalarianos gostavam de dizer que a Cavalaria não era melhor nem pior, apenas diferente. Por outro lado, os integrantes da Infantaria condenavam a violência típica dos cavalarianos e sua inabilidade de relacionar-se com a população.

A violência da madrugada fora protagonizada pela Cavalaria. Quem comandara a invasão do Chicago fora o sargento Carlos Alberto, subcomandante desse destacamento.

A greve, a rigor, não era contra a Polícia Militar como um todo, mas contra o seu regimento de cavalaria.

Zamprogno, após refletir sobre todo esse cenário, debruçou-se e escreveu discretamente um bilhete, foi à porta e entregou o papel dobrado, escondido na mão.

– Zé Francisco! Zé Francisco! Leve lá para o tenente Jurandir.

O sargento foi até a porta do Escritório Central e fez um sinal para o cabo Teodoro, que conversava no pátio com o cabo Nestor e o motorista do jipe.

– Sim, senhor sargento!

– Teodoro, o capitão precisa que esse bilhete seja entregue com urgência ao tenente Jurandir.

– Sim, senhor!

Logo, os dois cabos entraram no jipe e pediram que João de Deus tocasse para a portaria da garagem. O carro fez uma manobra rápida no pátio e arrancou em alta velocidade rumo ao destino. (...)

Às 8 horas da manhã, já na sala de Makoto Inoue e com a reunião em andamento, Gil Guatimosim estava quieto e cabisbaixo, com os olhos ardidados, com flashes da madrugada anterior se acendendo randômicos em sua mente. (...)

O diretor de Operações Makoto Inoue assumira a condução das negociações. Depois de ouvir as exigências dos grevistas, lidas por Nabucodonosor, o japonês esboçou censuras à indisciplina dos trabalhadores. Para ele, aquele movimento era coisa de comunista. Ao final, sinalizou que cederia para pôr fim àquilo tudo logo.

--

Naquela mesma hora, Antonieta [Francisca da Conceição Martins, 39 anos, [que] morava na Rua do Buraco] tomava um ônibus na região central de Ipatinga, com Ângela Eliana no colo. Sem saber da confusão nessas bandas de cá, pretendia trazer a menina para se consultar no ambulatório da Usiminas.

Dentro da lotação, as pessoas comentavam sobre os acontecimentos. Havia uma guerra na Portaria da Usiminas! Mais de 5 mil trabalhadores estavam frente a frente com uma tropa armada com fuzis e metralhadoras. A coisa estava pega que não pega.

– A senhora não deveria ir – aconselhou um desconhecido.

Antonieta ficou preocupada e desceu com outras pessoas na Estação Ferroviária, bem antes do ponto de ônibus próximo ao ambulatório e ao Escritório Central.

Ficou ali algum tempo. Depois de refletir um pouco, conclui consigo mesma que uma greve não poderia impedir a consulta. Levantou-se e começou a caminhar em direção ao ambulatório.

--

Na reunião, Robson Zamprogno afirmava que não concordava de jeito nenhum com aquelas condições, muito menos com a extinção do destacamento da Cavalaria.

Geraldo Ribeiro e o Padre Avelino já se impacientavam com a relutância do militar. Em determinado momento, Gil Guatimosim fez um gesto discreto para o capitão, e o homem amoleceu.

O oficial afirmou que não tinha competência para determinar a abertura de inquérito a ser presidido por militar de patente superior à sua, como exigiam os grevistas, mas se comprometia a pedir essa providência ao comandante-geral da Polícia Militar.

Também não poderia remanejar a Cavalaria de Ipatinga. Contudo, concordava em suspender a escalação dos integrantes desse regimento para policiamento de rua até a conclusão do inquérito.

– E tem uma coisa: eu libero, mas não aceito vaias – emendou em tom categórico.

– Capitão, por favor! Depois de tudo que aconteceu essa madrugada, você quer que sua tropa saia com aplausos? São mais de cinco mil operários lá. É impossível calar todo mundo! O senhor vai atravancar tudo por causa de vaia?

– Meu pessoal não vai sair debaixo de vaia. A tropa só vai se retirar com honra – reiterou o oficial.

--

O cabo Teodoro Dionísio de Carvalho era um homem troncado, baixo e muito bravo. Comandava a cadeia pública de Ipatinga. Violento com os presos e parceiro de Forró Juá na perseguição aos trabalhadores na zona boêmia, era, por isso mesmo, temido e odiado por eles.

Quando o jipe conduzido por João de Deus e que levava o cabo Teodoro se aproximou da multidão, houve um grande alvoroço. Muitos dos rapazes do Chicago Bridge, feridos na madrugada, reconheceram o cabo Teodoro como quem coordenava a violência na madrugada.

O militar saiu do Jipe e, com grande dificuldade, rompeu a multidão, aproximou-se do tenente Jurandir. A tropa, de pé, circulava o caminhão. A multidão praticamente circulava a tropa. O soldado Moacir despontava acima de todos. Manobrava o fuzil-metralhadora sobre o caminhão.

Debaixo de muitas vaias e xingamentos, o cabo Teodoro entregou o bilhete ao tenente. Muito hostilizado, apertou o passo e voltou ao jipe o mais rápido possível. Enquanto João de Deus fazia manobras para retornar ao Escritório Central, a multidão lançou uma saravada de britas contra o veículo.

--

O tenente Jurandir abriu e leu o bilhete. Em seguida, os elementos da tropa se aglomeraram em torno. Aparentemente, falavam sobre o conteúdo da mensagem.

A multidão se agitava. Alguns diziam que o bilhete continha ordem para a tropa se retirar. Outros apostavam que a ordem era para atirar. O nervosismo chegou ao nível máximo.

Jurandir pediu calma e fez menção de que iria explicar o conteúdo do bilhete. A multidão, nesse momento, circulou a tropa completamente. Alguns se aproximaram para ouvir o que o tenente diria sobre o bilhete, outros, para intimidar a tropa - a maioria, simplesmente pelo efeito manada.

Visivelmente desesperado com a situação, Jurandir aproximou-se de um dos líderes do movimento e advertiu:

– Vocês fecharam o círculo. Agora eu não me responsabilizo!

– E quem vai se responsabilizar pelos feridos de Santa Mônica? – redarguiu o outro, arrancando palmas dos que estavam perto.

Percebendo a iminência de um confronto entre policiais e grevistas, o investigador Alvino Augusto de Moraes, da seção de Vigilância, tentou convencer o tenente Jurandir a, pelo menos, afastar a tropa daquela posição.

– Não posso. Tenho que cumprir meu dever – respondeu o oficial.

– Se a tropa atirar na multidão, as consequências serão graves e imprevisíveis. Em último caso, se não houver outro jeito, use bombas de efeito moral. Nem pense em resolver isso aqui a tiros.

Como Jurandir não dava muita bola ao que ele dizia, Alvino se afastou e começou a conversar com um operário por ali.

Tertuliano e os outros líderes da greve orientavam os operários a se afastarem da tropa e, em caso de tiroteio, a se lançarem no chão e buscarem abrigo atrás dos montes de areia ou dentro das valas abertas no chão para passagem de esgoto ou das manilhas que estavam espalhadas por ali .

José Horta, que estava no local, começou a ficar com medo. Discretamente, afastou-se da tropa e ficou à beira de uma dessas valas, pronto para o que viesse .

Passava das nove e quinze da manhã. O sol começava a arder sobre as cabeças das pessoas. O calor quase insuportável de Ipatinga contribuía para aumentar a aflição entre os policiais e a multidão.

--

No Escritório Central, a reunião chegava ao fim. Diante da insistência do capitão Robson Zamprogno de que não aceitaria retirar a tropa debaixo de vaia, Geraldo Ribeiro cedeu.

– Eu vou tentar, eu vou pedir, mas é quase impossível – disse.

Com o acordo fechado, todos se sentiram aliviados. Alguns sorriam, conversas cruzadas encheram o ambiente. Quando se encaminhavam para a porta, um dos rapazes virou-se e gritou:

– Gente, esquecemos de uma coisa! A empresa precisa abonar o dia de trabalho dos rapazes do Santa Mônica que se envolveram no conflito de madrugada.

Makoto Inoue ouviu o pedido por meio de seu intérprete e concordou com mais essa exigência. Até ele já estava de saco cheio da reunião. Tiveram que voltar, incluir esse ponto no papel e assinar novamente.

--

José Isabel do Nascimento fotografava as cenas que se produziam naqueles momentos de grande tensão em frente à portaria. Em um dado momento, aproximou-se do caminhão e capturou uma imagem do recruta com o fuzil-metralhadora lá em cima.

Muito irritado, um soldado sacou o revólver e ameaçou atirar no fotógrafo.

A multidão, revoltada com a situação, gritava:

– Atira, covarde, atira!

O tenente Jurandir interveio e obrigou o homem a baixar a arma.

No calor dos acontecimentos, apareceu um japonês muito jovem, de baixa estatura e cara de menino, cheio de curativos, que havia sido espancado na madrugada. Alguns trabalhadores perderam a cabeça com aquela cena. Extremamente nervosos, levantavam o rapaz e diziam aos gritos:

– Covardes! Covardes! Olha o que vocês fizeram!

Depois, o coro mudou:

– Tá tinindo! Tá tinindo!

O alfaiate Geraldo Gualberto, que voltava das compras em Candangolândia, encontrou o primo João Bosco Gualberto no meio do tumulto, e ficaram ali, a uns 8 metros da tropa, de curiosos. A maior expectativa era ver o trem, vindo de Vitória, parar por causa da aglomeração que ocupava a linha férrea.

Daniel Ferreira Pinto, percebendo que um confronto entre os trabalhadores e a polícia era iminente, saiu do meio da multidão e começou a caminhar para área central do Horto, a fim de retornar ao alojamento.

--

Naquele momento, o motorista Hélio Soares de Oliveira passava com a ambulância entre a multidão. Como havia gente dos dois lados da rodovia, contornou a área com maior concentração de gente e passou com muita dificuldade para o outro lado. Conseguiu entrar área da usina pelo portão de acesso lateral no Horto, pelo qual Omar tentara penetrar mais cedo.

--

Algumas britas foram lançadas contra um ou outro policial. Até o tenente Jurandir tomou uma no capacete. Aquelas pedrinhas não machucavam, mas mexiam com o brio dos soldados, em especial os da Cavalaria, os mais visados.

– Tá tinindo! Tá tinindo!

O coro que ficava cada vez mais forte era de extrema humilhação para os cavalarianos. Com receio do que viria depois - um tiro, uma avalanche de pedradas, um avanço súbito da multidão para linchar a tropa - Jurandir fez um sinal para o Recruta.

O soldado tentou disparar o fuzil-metralhadora, mas o pente de balas engasgou. Nervoso e constrangido, Moacir tentava encaixar a munição. A multidão percebeu o que estava para acontecer. Começou uma correria desatada. Algumas pessoas, como o operário Francisco de Assis, chegaram a ser pisoteadas.

Ao som das balas, Daniel, que estava já do outro lado da rodovia, lançou-se ao chão e arrastou-se atrás dos montes de terra que estavam por ali. Quando se aproximou do centro do Horto levantou-se e começou a correr. Um rapaz passou por ele e gritou.

– Ele! Ele! Não precisa correr, não! É bala de festim!

O operário parou de correr. Mas quando olhou de lado, um homem passou disparado por ele. Atrás do estranho formava-se um trilho do sangue que jorrava do seu ombro.

--

O capitão, Gil Guatimosim, Geraldo Ribeiro e o padre Avelino já estavam no pátio para tomar os carros em direção à portaria a fim de anunciarem o tão aguardado acordo. De repente, ouviram aterrorizados as rajadas do fuzil-metralhadora.

O capitão Robson entrou rapidamente no jipe com os cabos Teodoro e Nestor e ordenou a Antônio Carlos que tocasse o mais rápido que pudesse para a portaria.

--

Um operário tentava subir na carroceria do caminhão para deter Moacir, enquanto ele estava enrolado com o fuzil-metralhadora. Um tiro de revólver calibre 45 disparado por outro policial estourou-lhe a cabeça e o jogou para baixo com a violência.

O fuzil-metralhadora começou a cuspir tiro para o alto. Muitos trabalhadores fugiam desesperados. Alguns, como José Horta, pularam nas valas, outros, como Darcy Monteiro de Souza, entraram

em manilhas; havia ainda quem tentasse pular a cerca de arame farpado para dentro da usina, como José Vilas Novas, e quem corresse para trás dos montes de areia, como José Bento.

O Amigo, que já se afastava do tumulto antes do início do tiroteio, correu em direção ao Horto, à procura de abrigo.

Alvino, quando ouviu os tiros, começou a rir da cena.

– É festim! – comentou incrédulo.

– Não é! Não é! É munição real! – alertou um operário.

Um grupo de trabalhadores mais valente não fugiu. Alguns deles responderam aos tiros com pedradas.

--

Já nas dependências da Usiminas, Hélio dirigia a ambulância em direção à bomba de gasolina para reabastecê-la quando ouviu os tiros. Olhou para a aglomeração e viu os policiais atirando. Dos canos apontados para cima, saíam balas e fumaça. Mesmo assim, prosseguiu sua rota em direção à bomba de gasolina.

--

Alguns rapazes partiram para cima de Rosalino, que se divertia com a cena. O cabo José Maria os dispersou com um tiro de revólver para cima. O próprio Rosalino disparou contra o bolo de gente enquanto o cabo o empurrava para dentro da boleia do caminhão.

Quando ouviu os tiros de revólver e garrucha, Jurandir imaginou que fossem grevistas atirando contra a tropa. Nisso, soprou um apito e gritou:

– Senta a pua, gente! E correu em direção à boleia para se abrigar.

Era a senha que autorizava os praças a se defenderem com todos os recursos necessários, inclusive com o armamento que portavam. Começou, assim, uma carnificina.

--

Hélio olhou novamente para a aglomeração e viu, dessa vez, os policiais atirando contra a multidão em pânico. Viu gente pulando nas valas, viu gente se jogando contra a cerca, viu muita gente tomando tiro.

Geraldo Gualberto e João Bosco correram e pularam no chão para se esconder das balas. Mesmo assim, um tiro atingiu Geraldo pelas nádegas, perfurou-lhe o intestino e se alojou no rim direito. João Bosco olhou para o primo e o viu sobre uma poça de sangue.

Aproximou-se dele e ainda o ouviu dizer algumas palavras antes morrer:

– Estou morto.

--

José Isabel do Nascimento enquadrava Moacir disparando o fuzil-metralhadora quando tomou um tiro de revólver. A bala varou-lhe o abdômen e saiu nas costas.

O fotógrafo continuou de pé com a máquina erguida até perder as forças e cair. João Medeiros gritou e pediu ajuda. O soldado viu o amigo caído, pensou em socorrê-lo, mas não quis se arriscar através das balas que zuniam para todo lado.

Moacir girava e disparava o fuzil-metralhadora, para cima e para baixo em zigue-zague. Um cavalariano escuro, que subira na carroceria com uma metralhadora de mão, também atirava. As duas metralhadoras foram disparadas contra um grupo de aproximadamente 500 pessoas que estavam encurraladas contra a cerca.

José Vilas Novas estava atrás de umas dez pessoas e viu quatro delas caírem à sua frente como dominó, ao serem atingidas. Sentiu um forte impacto na coxa esquerda e caiu também. Ao longe, Moacir o reconheceu e fez sinal para que corresse. O operário respondeu, com um gesto, que estava ferido e que não conseguia se levantar.

Caído, observou que um cavalariano claro, miúdo, de bigode fazia demoradas miras com o revólver apoiado no joelho e atirava na cabeça de trabalhadores em fuga.

Um ex-militar japonês, Yukio Hayakawa, que morava no Santa Mônica, aproximou-se de José Vilas Novas, abaixou-se para olhar o ferimento e, depois, virou-se para os policiais agitando os braços!

– Parem! Parem!

Tomou um tiro no ombro e caiu entre os feridos .

--

Hélio , quando viu essa cena, ligou a sirene da ambulância, acelerou e tentou ganhar uma passagem interna, de onde poderia recolher os feridos. Uma corrente, porém, impedia o acesso por ali.

Alguns rapazes levantaram a corrente, mas a sirene impedia a passagem da ambulância. Sob fogo cerrado, um dos rapazes foi baleado no braço. Hélio pediu que se abrigassem, abriu a porta do carro, saiu, reparou no trajeto até a Portaria 57 e arrancou para lá de marcha à ré.

Ali resgatou Yukio Hayakawa, José Vilas Novas e outros três feridos, saiu pela Portaria 57, com a sirene ligada, passou perto dos policiais, que ainda atiravam, alcançou a rodovia e foi disparado rumo ao ambulatório.

--

Um soldado de cor escura mirava e atirava na cabeça dos operários em fuga.

– E aí, desgraçados! Está tinindo ou está zunindo? – dizia com uma mistura de ódio e sarcasmo.

Um soldado agarrou um trabalhador e ordenou:

– Corre, vagabundo!

– Não vou correr! Você vai atirar em mim!

Como o policial apontou o revólver para a cabeça do operário para atirar, o rapaz obedeceu e começou a correr. Alguns passos depois, sentiu o impacto da bala nas costas que o jogou para frente e caiu ensanguentado.

O tenente Jurandir ordenou cessar fogo. Mandou que todos subissem no caminhão e recarregassem suas armas. Correu para a boleia e sentou-se ao lado de Rosalino. A fuzilaria parou. Mas, mesmo assim, alguns soldados atiravam contra um e outro trabalhador que ousavam se aproximar.

Valter Volpato aproveitou a pausa para socorrer um colega caído à sua frente. Quando o virou, o homem estava morto. Virou-se para trás para ver se avistava seu irmão. Levantou-se e caminhou no sentido oposto ao caminhão, a procurá-lo. Quando estava a uns 70 metros do caminhão, tomou um tiro nas costas. A bala lhe atravessou o peito. Olhou para baixo e viu o sangue jorrar. Ainda assim, continuou a andar, trôpego, na esperança de encontrar o irmão. Poucos passos à frente, perdeu as forças e deitou-se no chão.

– Vamos embora! Depressa! Depressa! – gritou com Antônio Carlos de Oliveira, o motorista.

O homem tentava ligar o caminhão, mas o motor não pegava. Jurandir desceu correndo do caminhão e, com ajuda de alguns soldados, começou a empurrá-lo.

Nessa hora, alguns trabalhadores se aproximavam e jogaram muitas pedras contra os policiais. Eram pedras contra tiros. O soldado Sebastião Cândido, um dos que mais atiraram contra os operários,

tomou uma forte pedrada na cabeça enquanto empurrava o caminhão.  
Caiu zozno no chão:

– Vou morrer! Vou morrer! – gritava.

Alguns soldados o pegaram e carregaram até a carroceria.

Quando o caminhão finalmente pegou, Antonio Carlos acelerou o máximo que pôde. Alguns soldados, ajoelhados sobre a carroceria, continuaram a atirar contra as figuras humanas que corriam para todos os lados.

--

O jipe que conduzia o capitão Robson seguia em alta velocidade em direção à Portaria 57 quando cruzou com o caminhão, disparado em sentido contrário na rodovia, trazendo policiais que atiravam adoidadamente. O capitão levantou-se no jipe. Gritava e gesticulava freneticamente para que a tropa cessasse fogo, mas não adiantava.

Na altura do Escritório Central, as balas quebravam as vidraças. Moças, em crise nervosa, gritavam e se jogavam no chão.

--

Antonieta já estava próxima do Escritório Central quando ouviu, como que em explosão de boiada, um forte alarido: uma manada de gente correndo desesperada em sua direção fugia em pânico.

– Corra, dona! Corra! Estão atirando! Estão vindo para esse lado! – gritou um operário em fuga.

Instintivamente, agitou-se para um lado e para o outro, procurando onde se abrigar, mas não havia lugar. Virou-se para correr também quando um balaço lhe atingiu pelas costas, jogando-a no chão com a filha.

O projétil atravessou seu corpo, entrou na coxa esquerda da menina e varou na nádega até o outro lado, abrindo na região um buraco de 8 centímetros de diâmetro. O fêmur da criança ficou dilacerado.

Antonieta voltou a si, agarrada com a menina, e dois rapazes as colocaram em um jipe. Enquanto rumavam em velocidade máxima para a Casa de Saúde Santa Terezinha, no centro, a mulher gritava desesperadamente para que o Senhor salvasse sua filha.

--

Alvino Felipe corria dos tiros nas imediações do Escritório Central, mas uma bala certa lhe atingiu a nuca e abriu um clarão de um centímetro e meio de diâmetro em sua cabeça, até varar-lhe a testa. Com a violência do tiro, o homem caiu no chão agonizando.

Perto dali, o empregado da Usiminas, Sebastião Tomé, também fugia do tiroteio, quando um tiro, pouco abaixo da nuca, arrasou sua cabeça. A bala dilacerou seu dedo mínimo da mão direita, atravessou sua coluna cervical e saiu na face direita. O operário caiu ensanguentado no chão e morreu imediatamente.

--

Já perto da estação ferroviária, Antônio José dos Reis, empregado da empreiteira Convap, pensava que conseguiria escapar enquanto corria. Mas tomou um tiro nas costas, entre a escápula e o pescoço, que o lançou para frente.

A bala fez um buraco em direção à sua cabeça e dilacerou-lhe parte da coluna cervical, o céu da boca, e os ossos do rosto, do maxilar e do nariz, até sair pelo outro lado. Seu corpo sem vida ficou jogado no chão, mergulhado em sangue.

--

Sob ordem oficial, João de Deus deu meia volta e passou a seguir o caminhão. O capitão continuou a gritar e a gesticular atrás da tropa, mas o tiroteio só parou quando o caminhão chegou a Bom Jardim, próximo ao quartel.

--

Pouco depois, o médico Emílio Gomes Fernandes, que passava de fusca na área do conflito, avistou José Nascimento, seu conterrâneo, caído a pedir socorro. Parou, colocou o homem em seu carro e seguiu para a Casa de Saúde Santa Terezinha, de que era um dos sócios.

O fotógrafo foi entrevistado pela imprensa e interrogado na casa de Saúde. Vendeu suas fotos ao jornal *Correio de Minas* e ficou feliz de saber de sua repercussão pelo mundo afora. Estava bem de saúde e esperava voltar logo para casa.

Santa Terezinha não era de fato um hospital, mas uma clínica com pouca estrutura. Diferentemente de outros feridos que foram levados para lá e transferidos em seguida para o Hospital Siderúrgica ou para Belo Horizonte, José Isabel, ali ficou até falecer no dia 17 de outubro. (SILVA, *op. cit.*, pp. 86-88; 90-91; 101-106; 18-22; 23-25; 26; 27-39; 40-42; 110-119).

Oficialmente, sete operários e uma menina de três meses morreram e outras 79 pessoas foram feridas nesse massacre. Diversas testemunhas, algumas entrevistadas em nossa pesquisa, afirmaram, porém, terem visto dezenas de mortos.

Logo após o tiroteio, uma tropa de Governador Valadares comandada pelo tenente Francisco Pereira Xavier, chegou a Ipatinga para atender a um pedido de reforço emitido por ordem do capitão Robson Zamprogno de madrugada.

A fim de gerenciar da melhor maneira possível a tragédia em Ipatinga, que contradizia frontalmente a nota que publicara no dia 5, para defender a desnecessidade da decretação do estado de sítio proposto por Jango no dia anterior, o governador de Minas, no mesmo dia da tragédia, enviou ao distrito seu secretário de Segurança Pública, Caio Mário da Silva Pereira, e o comandante-geral da PMMG, José Geraldo de Oliveira.

No mesmo voo que trouxe essas autoridades, veio o diretor de Relações Industriais da Usiminas, José Raimundo Soares da Silva, para manifestar apoio total aos operários.

Por volta de 14 horas e trinta minutos [do dia 7 de outubro], começou uma reunião com os representantes do governador, da Usiminas e dos sindicatos dos Metalúrgicos e dos Rodoviários e da Associação dos Trabalhadores em Construção.

O prefeito de Coronel Fabriciano, Cyro Cotta Poggiali, o juiz da Comarca, Massilon Resende Teixeira, e o promotor, Orlando Milanez, compareceram ao encontro.

O magistrado, muito rigoroso em seu ofício, tornou-se persona non grata da Usiminas. A relação complicada com a empresa piorou ainda mais quando o juiz não foi convidado para participar da inauguração do alto-forno. Tempos depois, azedou de vez depois que Massilon determinou a condução coercitiva de um figurão da siderúrgica que faltou a uma audiência.

O promotor, ao contrário, mantinha ótimas relações com a companhia. Gil Guatimosim disse, em entrevista nos anos 80, que a Usiminas teve apoio total de Milanez e do prefeito, mas omitiu o juiz.

Uma multidão de trabalhadores e populares se aglomerava do lado de fora. Caio Mário pediu que as janelas ficassem abertas para que acompanhassem as negociações.

Gil Guatimosim relatou os acontecimentos do dia 6 até o tiroteio do dia 7 e garantiu que havia pedido o policiamento porque temia que os trabalhadores danificassem os carros que ficavam na garagem perto daquela portaria.

Geraldo Ribeiro, em alta voz, exibindo cápsulas de projéteis calibre 38 e 45 disparados contra os trabalhadores, disse que a operação da polícia militar foi “uma selvageria sem precedentes na história”. Exigiu punição exemplar para os culpados e que a Polícia Militar fosse retirada de Ipatinga.

Avisou que todos os metalúrgicos de Coronel Fabriciano e de Acesita estavam dispostos a deflagrar uma greve geral na região em solidariedade aos colegas de Ipatinga se essas reivindicações não fossem atendidas.

O secretário de segurança disse que o governador Magalhães Pinto determinara rigorosa apuração dos fatos e que os responsáveis por aquela barbaridade não ficariam impunes. Em seguida, leu o memorando do governador que recebera mais cedo com essas determinações.

Geraldo Ribeiro pediu o papel, foi lá fora e o leu diante da multidão:

– Recomendo providências urgentes no sentido de restabelecer a ordem em Ipatinga, mediante ação direta do secretário de Segurança junto aos grupos em dissídio, a fim de que cessem os desentendimentos que provocaram os acidentes. Recomendo, ainda, a abertura de rigoroso inquérito para apurar as responsabilidades.

Quando Geraldo Ribeiro terminou a leitura, a multidão aplaudiu ruidosamente.

O sindicalista apresentou ao secretário de Segurança uma proposta de acordo com quatro pontos: 1) Afastamento da Polícia Militar e a vinda de tropas federais para policiar a cidade; 2) extinção do corpo de vigilância e criação de outro, como o existente na Petrobrás, formado pelos próprios operários; 3) pensão para as viúvas dos operários mortos; 4) expulsão dos autores da chacina e abertura de inquérito rigoroso para punir os assassinos.

Caio Mário disse que não concordava com o primeiro item e pediu um voto de confiança à Polícia Militar e ao coronel José Geraldo de Oliveira, que estava ali com a incumbência de apurar os fatos e punir os responsáveis.

José Geraldo de Oliveira, em seguida, passou a falar. Lamentou a tragédia na portaria. Disse que era filho de operário e que em operário não se atira. Prometeu que prenderia Robson Zamprogno por suspeita de omissão e expulsaria e entregaria os policiais criminosos ao juiz e ao promotor de Fabriciano, ambos ali presentes.

No final, virou-se para Geraldo Ribeiro e as demais lideranças metalúrgicas e reiterou o pedido de um voto de confiança à Polícia Militar, já apresentado por Caio Mário. Comprometeu-se a ficar no distrito para presidir o inquérito que mandaria instaurar contra os crimes de seus subordinados.

Geraldo Ribeiro pediu licença às autoridades e saiu para reunir-se, em outra sala, com lideranças do movimento e o prefeito de Fabriciano. Depois de algum tempo, voltou e disse que dariam um crédito à Polícia Militar e a seu comandante. Exigiam, porém, punição exemplar para o tenente Jurandir e a tropa que tomou parte na chacina. Naquele mesmo dia, o coronel José Geraldo de Oliveira instaurou inquérito penal militar, sob a presidência do major Sílvio de Souza. Imediatamente, tomou-se o depoimento do tenente Jurandir.

O oficial garantiu que os operários atacaram a tropa com tiros, pedras, porretes e pontapés. Encurralados, os militares teriam lançado, sem sucesso, bombas de efeito moral contra a multidão. Para não serem linchados, os policiais atiraram para cima e correram para o caminhão, que arrancou para o quartel sob tiros e pedradas.

Da boleia, o tenente teria visto alguns praças, que não saberia identificar, atirando contra a massa humana, que mais parecia “um bando de feras indomadas” (SILVA, *op. cit.*, pp. 128-130).

Chegaram a Ipatinga no início da noite o Secretário de Trabalho de Magalhães Pinto, Edgar Godoy da Mata Machado, o deputado estadual e sindicalista Sinval Bambirra, que veio como chefe da delegação do governador e o deputado estadual José Gomes Pimenta, o Dazinho, um dos principais sindicalistas do estado. O Grande Hotel de Ipatinga, que hospedou a maioria das autoridades, ficou lotado.

O presidente da Usiminas, Amaro Lanari Junior, também veio e assumiu a negociação dos aspectos trabalhistas do acordo que estava sendo costurado com os sindicatos.

Os homens do destacamento da PMMG de Ipatinga estavam, literalmente, sitiados na Fazendinha. Os trabalhadores bloqueavam os acessos. Alguns policiais se posicionaram nos morros para se defender de uma possível invasão, que acabou não acontecendo.

Como Ipatinga estava sem policiamento próprio, o capitão Jacinto Franco do Amaral, que desembarcara no início da tarde com uma companhia do 6º Batalhão da PMMG, ficou encarregado pela segurança do distrito. Contudo, a ordem de José Geraldo, comandante-geral da corporação, era para evitar novos confrontos com os operários.

Revoltados contra aquele palco de torturas, um grupo de mais de cem trabalhadores, de supetão, decidiu que não ficaria pedra sobre pedra da cadeia pública. A trupe começou a demolir a construção com marretas em meio a uma grande algazarra. No meio da noite escura, apareceu o tenente Xavier com alguns soldados com armas em punho e pôs todo mundo para correr.

O oficial soltou os presos que ali ainda estavam e tocou fogo no que restara da cadeia. Quando a imprensa chegasse para fotografar os estragos no outro dia, encontraria, basicamente, entulho e cinzas dos equipamentos de tortura.

Alguns revoltosos fugiram de Xavier em direção ao centro, para os lados da Casa de Saúde Santa Terezinha. Outros desceram para o Juá e ali encontraram mais sublevados, que aterrorizavam aquela baixada, em perseguição às amásias dos policiais. Queriam desferrar o massacre nessas prostitutas.

O tenente desceu com seus soldados e trocou tiros com esses insurgentes. Quando acabou o tiroteio, avançou à margem do Rio Ipanema e encontrou ali quatro homens mortos. E agora?

--

– Seu Raimundo! Seu Raimundo! Quebraram a cadeia pública! Agora estão falando que vão quebrar o Rei do Salgado!

Era um restaurante que fornecia marmitas. Provavelmente, os operários suspeitaram que o estabelecimento estivesse fornecendo alimentação aos policiais.

O comerciante pôs a mão na cabeça, sem saber o que fazer.

– Esses vândalos devem ter provocado um curto-circuito na fiação – adivinhou.

Após refletir um pouco, levantou-se, entrou na Rural e foi à delegacia pedir ajuda ao capitão Jacinto Franco do Amaral.

– Capitão, incendiaram a cadeia e estão dizendo que vão incendiar também o restaurante! O senhor retirou o policiamento. Como vamos fazer agora?

O coronel José Geraldo havia determinado aos homens da Polícia Militar que não confrontassem os rebelados para evitar novos incidentes. Não havia, por isso, policiamento nas ruas. Xavier agira por conta própria quando ficou sabendo do ataque à cadeia pública e sem conhecimento do capitão.

– Então, vamos! – disse Jacinto.

Rapidamente, ordenou que 16 praças com revólveres, fuzis e metralhadoras de mão subissem em um jipe, entrou na Rural com Raimundo e saíram.

Quando se aproximavam da cadeia pública, encontraram-se com um grupo que vinha em sentido contrário, em grande agitação. Os jipes fizeram uma manobra rápida, cantaram pneus, e os soldados pularam com suas armas. Os operários se dispersaram e fugiram em direção ao Juá, onde se escondiam entre as barracas, ou, mais adiante, na mata nas margens do rio.

O capitão foi com Raimundo verificar os danos na cadeia pública e encontrou o prédio destruído e queimado. Até esse momento, imaginava que o incêndio havia sido provocado pelos revoltosos. Mais tarde, tomou conhecimento da atuação de Xavier e sua preocupação principal foi a de não deixar que aquilo vazasse para a imprensa.

Os jornais chegaram a noticiar a destruição da cadeia e o tiroteio. Contudo, possivelmente instruídos e informados pelo Major Sílvio de Souza, não contaram a verdade. Todos apontaram os operários rebelados como responsáveis pelo incêndio na cadeia. Nenhum citou os homens mortos pela polícia.



IMAGEM 2. Capa do jornal Estado de Minas de 10 de outubro de 1963 com notícia sobre o novo confronto entre policiais e operários em Ipatinga<sup>158</sup>.

No dia 8 de outubro, o Massacre de Ipatinga dividia as manchetes dos jornais de todo o país com a retirada por Jango do pedido de decretação estado de sítio apresentado na sexta.

Em Belo Horizonte, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais instalava uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a tragédia do dia anterior. Chegavam aos deputados denúncias de que a direção da Usiminas e autoridades estaduais ocultavam corpos.

Enquanto isso, a revolta operária continuava em Ipatinga. Na manhã deste mesmo dia 8, operários destruíram o caminhão que servira à tropa no dia anterior a picaretadas e ainda tocaram fogo no veículo.

<sup>158</sup> Embora a notícia sobre esse confronto só aparece nos jornais do dia 10, o próprio Francisco Pereira Xavier assegurou-nos em entrevista (XAVIER, 2013) que ocorreu no mesmo dia do Massacre, à noite. E por ter atirado contra os trabalhadores teria sido preso e enviado de volta a Governador Valadares, informação que não encontramos em nenhum jornal.



FOTO 18: Operários destroem a golpe de picareta e incendeiam na manhã do dia 8 de outubro de 1963, o caminhão que transportara a tropa da PM no dia anterior. Fonte: Arquivo Jornal Estado de Minas

O chefe do Departamento de Relações Industriais, Gil Guatimosim, foi afastado, com interveniência de José Raimundo. Luiz Verano, poupado por Amaro Lanari, ficou encarregado de dialogar com os operários e atender às suas demandas deles sempre que possível.

Os operários conseguiram praticamente tudo o que reivindicaram nas negociações posteriores ao Massacre. Em razão do veto de Magalhães Pinto, apenas o pedido de patrulhamento de Ipatinga por tropas do Exército não foi acatado. Até o início de 1964, devido à resistência dos trabalhadores à PMMG, o distrito ficou sem qualquer policiamento.

Geraldo Ribeiro passou a ter acesso irrestrito à sala do vice-diretor de Operações. Nenhuma reclamação do sindicato ficava sem resposta. Nas palavras do sindicalista, a Usiminas “abriu as pernas” (RIBEIRO, 2012; 2013). Os delegados do Sindicato dos Metalúrgicos ganharam da companhia um carro zero para seus deslocamentos.

Como previsto no acordo, confiou-se ao sindicato a organização de um corpo de vigilantes voluntários, formado pelos próprios operários, que ficaria

encarregado da segurança da usina por 60 dias. Nesse prazo esperava-se que a companhia formasse uma vigilância de alto nível, inspirada em um modelo já em vigor na Petrobras.

A Usiminas, em comum acordo com o sindicato, designou Paulo Fernandes Soares de Oliveira para chefiar a Vigilância. Agora, quando os caminhões chegavam trazendo a turma, o operário encontrava ali seus próprios colegas de trabalho que, com sorriso aberto no rosto, acenavam com um “joia”.

Veza ou outra, os vigilantes voluntários apreendiam um ou outro objeto nos pertences de alguém. Esses incidentes, porém, eram raros e envolviam, na maior parte das vezes, pessoas da chefia ou terceiros que saíam da área da usina em veículos. Nenhum trabalhador queria passar a vergonha de ser flagrado pelo próprio colega com coisas da empresa nas portarias (SILVA, 2013a, p. 136).

Produzia-se na sociedade industrial de Ipatinga uma ordem de *status* compatível com a modernização social-democrática. As “superestruturas” arcaicas eram removidas rapidamente. Uma nova reviravolta, porém, estava por vir.

No início de 1964, o tenente Xavier foi designado delegado especial de Ipatinga. Comandaria uma tropa, selecionada dentro dos melhores quadros da PMMG e especialmente preparada para atuar no distrito.

Para abrir o caminho para o retorno dos policiais, uma banda de música da corporação apresentou-se no bairro Horto. Uma aglomeração de moradores formou-se ao redor para ouvir as marchinhas. Logo depois, as primeiras duplas de soldados, ainda desarmadas, começaram a patrulhar o Horto.

Na mesma época, assumia a segurança da Usiminas sua nova vigilância, formada por jovens com ginásio e bem preparados para o relacionamento com o público. Não se assistiam mais aos rompantes, grosserias e violências de antes.

Para comandar a seção, designou-se Carlos Frederico Castro e Silva Fassheber, capitão do Exército já na reserva. Outros dois reservistas do Exército vieram compor essa nova vigilância, o major Manoel Gonçalves da Costa e o General Elcino Lopes Bragança, que era quem, de fato, mandava na seção. Esses três militares tinham em comum o ódio inveterado por comunistas e a mania de enxergar conspiração comunista em tudo.

Benedito Lopes Bragança, primeiro-tenente da Aviação Militar do Exército Brasileiro, irmão de Elcino e do também general José Lopes Bragança, fora morto no Rio de Janeiro, em novembro de 1935, durante a Intentona Comunista. Não lhes faltava, então, um motivo especial para detestar tudo que se relacionasse a comunismo.

Os irmãos Bragança participavam ativamente, no Círculo Militar de Belo Horizonte, de uma associação de oficiais ativos e da reserva do Exército, que tramava derrubar o presidente João Goulart.

A Nova Seção de Vigilância da Usiminas, apesar de mais civilizada, promoveria uma verdadeira caça às bruxas contra os líderes do movimento de 7 de outubro.

Formou-se uma rede subterrânea de espionagem muito mais sofisticada à que existia antes de outubro de 63, com vigilantes da própria Usiminas e elementos do serviço secreto de órgãos de segurança do estado de Minas Gerais e das Forças Armadas.

Espiões infiltraram-se entre os trabalhadores, não apenas para colher informações, mas também para insuflar as massas operárias e debitar a intranquilidade na conta de comunistas (SILVA, *ibid.*, pp. 143-144).

Após a fracassada tentativa de decretar estado de sítio no país em outubro de 1963, o Governo Goulart começara a desagregar-se rapidamente. Os movimentos de aproximação do presidente com as esquerdas mais radicais e até mesmo com o Partido Comunista reforçavam o discurso da inevitabilidade de um golpe de Estado para “assegurar a ordem”.

O então deputado Leonel Brizola começou a difundir discursos inflamados pela cadeia de emissoras de rádio Mayrink Veiga. Convocava a população para se organizar em Comandos Nacionalistas, uma rede de células chamadas Grupo dos Onze ou, simplesmente, Gr 11.

Os líderes de 11 desses grupos formariam uma célula de segundo grau. Onze líderes dessas células de segundo grau formariam uma célula de terceiro grau, e assim por diante. Essa rede de apoio, subordinada ao líder máximo Leonel Brizola, defenderia a realização das reformas de base e estaria pronta para pegar em armas para reagir a um golpe de Estado da direita.

Os membros dos GRs 11 recebiam orientações de Brizola pelo rádio e também se correspondiam pelo correio. A resistência estava sendo preparada só no discurso. As armas viriam depois, mas nunca vieram.

Gabriel, Zé Serrinha, Alfredo, Rufino da Silva Neto e outros líderes operários atuantes na área da Usiminas aderiram ao Grupo dos Onze e começaram a promover o movimento. As células se proliferaram rapidamente em Ipatinga.

O Amigo, por conta própria, ensinava aos companheiros mais próximos táticas de guerrilha e como construir bombas caseiras. Em sua casa, mantinha uma mala cheia de material suspeito (SILVA, *ibid.*, p. 144).

O chamado grupo de Santa Mônica, integrado pelos operários que comandaram o movimento de outubro que moravam no alojamento homônimo e outras lideranças operárias discutiam desde o início de 1964 na subseção do sindicato – agora uma casa no Horto cedida pela Usiminas – uma pauta de reivindicações a serem apresentadas à direção companhia.

Chegou-se no final de janeiro a uma lista de reivindicações com 17 itens, que incluía 30 minutos de tolerância para pegar serviço, sem prejuízo no salário; a extinção do transporte privativo dos chefes de serviço e de departamento; doação de 3 mil lotes aos operários; e um aumento salarial imediato de 40 mil cruzeiros, mais 30 mil cruzeiros a cada trimestre.

Os metalúrgicos de Acesita ganharam um aumento de R\$ 30 mil cruzeiros naquele mês. O salário mínimo, que era de 21 mil cruzeiros até janeiro de 1964, dobrou a partir de fevereiro.

Em assembleia, a categoria em Ipatinga decidiu entrar em greve caso a Usiminas não acatasse essas reivindicações, apesar da opinião contrária de Geraldo Ribeiro, ainda presidente do sindicato.

(...) o Amigo ameaçava forçar a empresa por meio da greve, mas secretamente ventilava alternativas mais radicais. Mostrou a companheiros mais próximos, como os irmãos Zé Serrinha e Raimundo Serrinha, como construir bombas que poderiam ser utilizadas se a situação se agravasse.

Também falava em derrubar uma das torres que sustentavam os cabos de energia que ligavam a Usiminas a Salto Grande e na explosão dos gasômetros, que tinham capacidade de 70 mil metros cúbicos. (SILVA, *ibid.*, pp. 145-146).

A direção da Usiminas, que desde o Massacre adotara uma política benevolente, mudou de postura. Mesmo diante da ameaça de greve, ofereceu, de imediato, apenas um aumento de 28 mil cruzeiros. Os trabalhadores não aceitaram e entraram em greve em 24 de fevereiro.

Uma comissão formada por Geraldo Ribeiro e dois dos líderes do movimento grevista, Helio de Oliveira Soares e Jose Fernandes de Siqueira, o Jorge, foram recebidos em Belo Horizonte por Magalhães Pinto.

Na audiência, o governador ligou para o Ministro do Trabalho, Amaury de Oliveira e Silva, no Rio de Janeiro, e marcou com ele uma audiência com a comissão para o mesmo dia.

Acompanhados pelo Secretário de Trabalho de Minas, Edgar Godoy da Mata Machado, os três homens voaram no avião do governador para o Rio de Janeiro. Amaury disse que não tinha competência para atender as reivindicações dos trabalhadores porque a proposta da Usiminas já estava acima do teto estipulado pelo Conselho Nacional de Política Salarial, que ele mesmo presidia.

A comissão voltou a Ipatinga arrasada com a notícia desalentadora. Geraldo Ribeiro deu a notícia aos trabalhadores com um puxão de orelhas:

– Eu avisei!

A greve parecia fadada ao fracasso. A liderança mais radical, que atendia pelos nomes de Gabriel José Pereira e José Batista Braga, ameaçava radicalizar. Magalhães Pinto pediu mais 48 horas de prazo. Geraldo Ribeiro e alguns líderes da greve foram tentar uma solução com o diretor de Relações Industriais, Luiz Verano.

Diante da resistência do engenheiro em atender às reivindicações dos grevistas, o operário João Batista Braga, bastante irritado, esbravejou que, se a Usiminas não cedesse, ele próprio explodiria o gasômetro. Verano, rindo, respondeu:

– Você é muito ingênuo, rapaz. Esse gasômetro é a coisa mais segura na usina. É impossível explodi-lo (SILVA, *ibid.*, pp. 146-147).

A greve foi encerrada em 24 de fevereiro, sem alcançar seus objetivos. O grupo de Santa Mônica ficou desmoralizado.

No final daquele mês, a direção da Usiminas informou às autoridades a apreensão na subsede do sindicato de croquis de um plano comunista para explosão de instalações da Intendente Câmara.

O tenente Xavier teria apreendido esses croquis remetido ao Departamento de Vigilância Social, de acordo com relatório do próprio órgão (*ibid.*, p. 147). O oficial, porém, afirmou em entrevista que não se lembrava de nada (XAVIER, 2013); e os documentos nunca apareceram.

No dia 10 de março, pela primeira vez desde o Massacre de Ipatinga, policiais foram vistos no bairro Santa Mônica. Uma comissão do “Forte de Santa Mônica” veio saber o que os dois homens faziam por ali. Responderam que realizavam o “policciamento normal” do bairro. Mesmo assim, alguns rapazes lá em cima deram tiros para o alto, aparentemente para intimidar a dupla de policiais.



IMAGEM 3. Flâmula supostamente utilizada pelos integrantes do Grupo de Santa Mônica. Fonte: MINAS GERAIS, 1963-1965, v. IV., p. 22.

O próprio tenente subiu aos alojamentos sozinho no dia 12 de março, apenas com Geraldo Ribeiro, e fez um apelo para que os rapazes entregassem a arma disparada

para assustar os policiais. Um deles entrou no quarto e voltou com a arma, mas disse que seu dono não estava mais ali. Foi intimado a depor na delegacia no dia seguinte, às 8h da manhã.

Xavier avisou que não ia mais tolerar aquela história de Forte de Santa Mônica e que a polícia faria o policiamento do bairro. E encerrou a conversa com uma ameaça:

– Vocês estão vendo uns caras que aparecem mortos aí no asfalto? Aquilo não é atropelamento, não. Eu entro aqui no Santa Mônica na hora que eu quiser, e vocês não vão me impedir (...) (SILVA, *ibid.*, p. 149).

No inquérito aberto para apurar os disparos do dia 10 de março, o tenente Xavier interrogou as principais lideranças do Grupo de Santa Mônica, inclusive Tertuliano.

Instados pelo oficial, diversos rapazes entregaram suas armas, a maioria garruchas velhas. Por meio dos depoimentos, desarticulou-se um esquema de contrabando de revólveres novos provenientes do arsenal da Quarta Região Militar, em Juiz de Fora.

Revólveres e outros armamentos eram adquiridos por Antônio Pacheco da Silva, o Nico. O traficante dizia que seu fornecedor era capitão do Exército, que morava em Juiz de Fora. O contrabando chegava a um morador de Santa Mônica, José Augusto Bonincontro, empregado da Usiminas e primo de Nico (*ibid.*).

O jornal Estado de Minas noticiou em 20 de março que Xavier apreendera no dia anterior uma grande quantidade de armas em Santa Mônica: dois mosquetões, quatro rifles Winchester, duas pistolas Parabellum, três espingardas, 16 revólveres novos e dezenas de garruchas.

Segundo a reportagem, Antônio Pacheco da Silva e José Augusto Bonincontro foram presos por contrabando. Nada se informou, porém, sobre a participação de um oficial do Exército no crime (*ibid.*).

## 41. O Silêncio de Ipatinga

No capítulo anterior, tentamos apresentar em minúcias e com a devida transparência o processo de constituição do conflito de classes em Ipatinga e seu batismo de sangue em 7 de outubro de 1963.

Da bipolar sociedade industrial de Ipatinga, com sua ordem econômica moderna, tipicamente capitalista, e sua ordem de *status* tipicamente aristocrática, emanou um conflito de classes assaz virulento.

Cabe aqui ressaltar que a direção da Usiminas, após a tragédia de 1963, passou a ter preocupação obsessiva com o aumento da produção e com a elevação do padrão de vida material dos trabalhadores, e uma coisa estava conectada com a outra.

A prevalecer os baixos níveis de produção iniciais, a direção da Usiminas não teria como melhorar os padrões de vida dos trabalhadores, medida que considerava essencial para manter a classe operária sob controle e apagar a memória do 7 de outubro.

Para solucionar o problema da produtividade, a siderúrgica contratou em 1966 a consultoria americana Booz Allen Hamilton, que já naquela época era a referência internacional na área.

Logo que começamos a produzir, os japoneses administravam a coisa de maneira tão esquisita para nós que resolvemos trazer os americanos para nos ensinar a administrar.

Naquele tempo, (...) os próprios europeus estavam preocupados com os americanos, que estavam comprovando todas as suas empresas porque a produtividade na Europa era muito inferior à americana. (...)

A consultoria americana foi um sucesso, porque introduziu um sistema de controle em todos os níveis (...), através de um sistema de custo-padrão. Cada coisa que se faz tem um [custo-] padrão: gasta-se tanto em mão-de-obra, tantas horas de trabalho, tanto de material, que tipo de material, tudo isso faz parte do [custo-] padrão. Com isso, todo mundo passou a discutir custos na empresa (...) E, assim, em pouco tempo, a Usiminas começou a ultrapassar os índices de produção japoneses e europeus (...) Foi isso que fez a Usiminas passar na frente da CSN. Em dois anos de aplicação desse sistema americano nós duplicamos a produção, que foi definida no projeto japonês de 500 ou

600 mil toneladas. Em dois anos estávamos produzindo 1.200 toneladas sem investir um tostão a mais, só pela maneira de administrar. (...) O resultado é que nosso aço custava 10% mais barato que o da CSN e 20% mais barato que o da Cosipa (LANARI JÚNIOR *apud*. LEITE; FARIA, 2002, pp. 148-149).

Esse sistema de gestão, que absorve o máximo da inteligência e da força de trabalho do operário, tem um forte efeito imobilizador da luta de classes. Nesse processo, a intensificação da jornada de trabalho ocorre em detrimento do tempo de lazer do operário (DAL ROSSO, 2014, pp. 108-109), o tempo para refletir sobre sua própria situação e, com isso, desenvolver sua consciência de classe criticamente.

Era a dependência total da Usiminas. Você já saía de casa de uniforme, voltava de uniforme. Você nem comprava roupa, né? Vivia tudo em função da Usiminas. (...) Todo dia era segunda-feira. (DELFINO, 2013).

Reconstituímos, com cuidado especial, as reuniões sindicais em que a classe operária construiu sua estratégia de enfrentamento à direção da Usiminas, que defendia o *status quo*, em nome da burguesia que se prolongava até Ipatinga na figura dos engenheiros, os “samurais” da Usiminas.

Evidenciou-se, nessa reconstituição, a importância dos processos dialógicos na integralização da identidade da classe operária. No contexto daquelas reuniões, observam-se a conscientização de classe e o amadurecimento de relações de reconhecimento recíproco que fundamentaram a coordenação de comportamentos individuais orientados por valores e interesses comuns.

Na vigência do regime democrático – ainda que restrito – instaurado em 1946, a estratégia da direção da Usiminas não poderia incluir a supressão dessas reuniões “subversivas”.

A política de monitoramento desses encontros, para identificar e demitir as lideranças sindicais, testada nos primórdios da usina, não era completamente viável, nem efetiva.

A viabilidade dessa política encontrava limites na legislação, que assegurava alguma liberdade de funcionamento aos sindicatos, inclusive por meio de garantias de estabilidade aos integrantes de sua diretoria.

Além disso, por estarem os metalúrgicos da Usiminas e da Acesita sob jurisdição do mesmo sindicato, nenhuma das duas isoladamente conseguiria controlá-lo. Além disso, a divisão desse controle entre elas implicaria desvantagens para ambas.

E, para complicar a situação, a entidade sindical já havia conquistado graus de autonomia institucional e patamares de direitos trabalhistas para os metalúrgicos de Timóteo, que a direção da Usiminas considerava inadmissíveis.

Por outro lado, a insuficiência da efetividade da política de controle do movimento operário implantada a partir de 1962 ficara cabalmente demonstrada em 7 de outubro.

Desde o Massacre até o início de 1964, a direção da Usiminas dava sinais de que favoreceria a configuração de uma ordem de *status* mais democrática, capaz de resgatar a dignidade do trabalhador e moderar as taxas de exploração a que estava sujeito na ordem econômica capitalista.

A partir do final de fevereiro de 1964, porém, a companhia começou a implementar uma política de controle da classe operária muito mais autoritária que a original.

Já mencionamos que desde o início do ano, a Seção de Vigilância da Usiminas estava sob comando de três reservistas do Exército: Carlos Frederico Castro e Silva Fassheber (capitão), o Manoel Gonçalves da Costa (major) e o General Elcino Lopes Bragança (general).

Convém reforçar que Elcino Lopes Bragança, juntamente com seu irmão, José Lopes Bragança, estavam entre os principais idealizadores de um *putsch* contra o presidente João Goulart, que estava sendo preparado em Belo Horizonte.

A política de controle da classe operária que começou a ser implementada em Ipatinga no último dia de fevereiro de 1964 só poderia aperfeiçoar-se com a supressão das amarras institucionais que vigiam com a ordem democrática brasileira.

Portanto, um golpe contra Jango asseguraria a plena vigência de uma legislação de fábrica antidemocrática gestada em Ipatinga, como também a sua generalização para todo o país.

Essa nova ordem sufocaria os canais de comunicação essenciais à constituição e ao funcionamento da classe operária, mas também, no nível macro, obstaculizaria a construção da democracia, e, no nível micro, impediria a integração ética da personalidade do trabalhador.

Depreende-se dos fatos analisados nesta tese a verdadeira natureza da crise que se instalou no Brasil a partir de outubro de 1963. Tratava-se eminentemente de um típico conflito de classes.

É por essa razão que é tão clara a articulação dos processos observados em Ipatinga com os processos análogos em nível mais geral, nacional e até mesmo internacional. Estava em curso uma guerra global entre o capitalismo e o socialismo, em que se encaixam o conflito de classes em Ipatinga e o conflito de classes no Brasil, apesar das respectivas peculiaridades.

A glória do Forte do Santa Mônica chegara ao fim em março de 1964. O movimento dos trabalhadores em Ipatinga havia sido desarticulado por uma estratégia policial discreta e bem planejada, que visava defender a posição das “classes produtoras”.

Além disso, a repercussão pública dos reveses dos operários em Ipatinga, de forma a associá-los à imagem de comunistas radicais dispostos a atos terroristas e à revolta armada contra a ordem estabelecida, ajudou a preparar a opinião pública mineira para aceitar um golpe militar.

Aquele tumultuado março de 1963 anunciava a queda de Jango e a instituição de uma ordem de *status* antidemocrática em âmbito nacional, que seria justificada como redoma de proteção contra a ameaça comunista.

Contudo, essa operação viria a se revelar, acima de tudo, como tentativa de consolidação de uma variante do paradigma de modernização autoritária no Brasil, a combinar uma ordem econômica orientada pela eficiência com uma ordem de *status* orientada à hierarquização social.

Depreende-se no caso de Ipatinga que as “classes produtoras”, em vez de promoverem a adesão do Brasil ao paradigma de modernização social-democrática, preferiam insistir com o modelo de modernização bipolar-autoritário.

Esse paradigma, a partir de abril de 1964, foi apenas adaptado para reduzir ainda mais a já restrita densidade democrática vigente na ordem de *status* anterior e ampliar a institucionalização do uso da violência como recurso de controle da classe operária.

Essa transição, que configurou patente retrocesso no processo de modernização *vis-à-vis* as premissas do paradigma democrático, nós a abreviamos nos planos dos fatos da seguinte forma:

Em 19 de março, dia de São José, padroeiro da família, cerca de 300 mil pessoas, entre elas Auro de Moura Andrade, presidente do Senado, e Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro, foram às ruas de São Paulo.

A chamada Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi organizada por católicos e apoiada pelo governador de São Paulo, Ademar de Barros, e da Fiesp, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

A multidão saiu em passeata da Praça de República e seguiu até a Praça da Sé, onde foi celebrada uma missa pela salvação da democracia e distribuído o Manifesto ao povo do Brasil, que convocava a população a reagir contra João Goulart.

Em 20 de março, o chefe do Estado-Maior do Exército, Humberto Castello Branco, expediu um memorando interno em que criticava a radicalização do presidente no comício da Central do Brasil e invocava, frente aos indícios de golpe ventilados em 13 de março, o papel das Forças Armadas como guardião da ordem constitucional e das leis.

O ministro da Guerra, General Jair Dantas Ribeiro, fiel escudeiro de Jango e que poderia neutralizar as tramas de Castello Branco, internou-se na segunda, dia 23 de março, para fazer uma operação intestinal. Durante o procedimento, ocorreram complicações. A equipe médica informou à assessoria do presidente que o general, na melhor das hipóteses, receberia alta em 30 dias.

--

No dia 25 de março à noite, quarta-feira da Semana Santa, contrariando o Comandante da Marinha, Almirante Silvio Motta, cerca de 2 mil marinheiros comemoravam, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, dois anos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais (AMFNB).

Estavam presentes também diversos líderes sindicais e estudantis, o deputado Leonel Brizola e o marinheiro João Cândido Felisberto, líder da Revolta da Chibata, de 1910.

Antes de partir para passar o feriado prolongado em São Borja, João Goulart pedira ao ministro da Justiça, Abelardo de Araújo Jurema, que o representasse no encontro que, segundo os líderes do CGT, congregaria mais de 20 mil marinheiros.

Jurema, no entanto, entendeu que era temerária sua presença naquela clara manifestação contra o ministro da Marinha. Apesar da insistência de Darcy Ribeiro, chefe da Casa Civil, para que fosse ao evento, ficou em casa.

O jurista ficou grudado ao telefone, recebendo informes de seus emissários na sede do sindicato. Também fazia de tudo para convencer o cabo José Anselmo dos Santos, presidente da AMFNB, a cancelar o encontro.

O ministro da Justiça disse ao dirigente que o almirante Motta já havia concordado com algumas das exigências da associação, como o reconhecimento de seu estatuto, com pouquíssimas alterações, o direito ao casamento, a faculdade de vestir-se à paisana fora do serviço e melhoria dos salários. Também reiterou que o almirante se mantinha irredutível na decisão de mandar prender Anselmo e os outros 11 dirigentes da AMFNB se a reunião fosse realizada.

Não adiantou. O cabo Anselmo subiu à tribuna e abriu o encontro com um discurso muito contundente. O marinheiro (...) [denunciou como subversivas as “forças ocultas” que emanavam das elites econômicas do país e] (...) “que levaram um presidente ao suicídio, outro à renúncia, e tentaram impedir a posse de Jango e, agora, impedem a realização das reformas de base” (...)

Em cumprimento à ameaça, o almirante despachou um destacamento de fuzileiros navais para prender a diretoria da AMFNB. Os militares, porém, com apoio do comandante-geral do Corpo de Fuzileiros Navais e do contra-almirante Cândido da Costa Aragão, chegaram ao encontro e aderiram à insurgência.

Castello Branco, que acompanhava atentamente a crise, difundira entre seus camaradas das Forças Armadas que a demissão do comandante da Marinha seria a senha para o golpe contra o presidente. Na noite de quinta-feira, 26, João Goulart, que voltava às pressas do Rio Grande do Sul para tentar resolver a crise, proibiu que tropas do Exército em volta do prédio o invadissem. Desautorizado, Sílvio Mota pediu demissão do cargo. Após consultar a liderança do CGT, Jango nomeou o almirante Paulo Mário Rodrigues para seu lugar. O ministro da Justiça passou quase toda aquela noite em conferência com os dois almirantes.

Na sexta-feira, já com o presidente no Rio de Janeiro, o ministro do Trabalho, Amauri Silva mediu um acordo com os amotinados, que abandonaram o prédio do sindicato e foram em seguida presos e conduzidos a um quartel em São Cristóvão. O novo ministro da Marinha, contudo, concedeu-lhes anistia ampla e foram, imediatamente, libertados. Na semana seguinte, apuraria eventuais responsabilidades.

Essa liberalidade, porém, revoltou grande parte da cúpula das Forças Armadas. Muitos dos generais mais moderados acabaram por se convencer também de que João Goulart tinha que ser detido antes que fosse tarde demais. (...)

--

Minas, com Magalhães Pinto, Rio de Janeiro, com Lacerda, e São Paulo, com Ademar de Barros, e as cúpulas das Forças Armadas iam fechando o cerco contra o presidente.

O fiel da balança, naquela altura, era o comandante do Segundo Exército, sediado em São Paulo, o gaúcho Amaury Kruehl, que fora ministro de Guerra de Jango até 15 de junho de 1963. Legalista, o general mantinha-se reticente quanto à deposição do presidente. No dia 29, quando os rumores do golpe chegavam ao clímax, Kruehl liga para Goulart e dá um aviso ao presidente com contornos de ultimato: ou ele dissolvia o CGT e renunciava à esquerda subversiva ou perderia o mandato.

– Não posso também deixar de lado as forças populares que me apoiam.

– Então, Presidente, nada podemos fazer – resignou-se o general.

No dia 30 de março, a arrancada para o golpe começava em Minas Gerais. Após entender-se com o governador do estado, o general Carlos Luís Guedes, comandante da IV Infantaria Divisionária, com

sede em Belo Horizonte, às 20 horas e 30 minutos, anuncia a seus subordinados, em uma reunião emergencial, que havia se revelado contra João Goulart.

Em seguida, madrugada adentro, articula a estratégia para derrubar o presidente com seus colegas de força, os generais João de Faria e José Lopes Bragança, e o coronel da Força Aérea Brasileira, Emílio Montenegro Filho.

O general Bragança começa a convocar civis para a revolução às 4 horas da manhã, após Magalhães Pinto ser consultado no Palácio da Liberdade e ratificar seu apoio ao movimento e colocar à disposição dos generais os 18 mil homens da Polícia Militar. Ainda de madrugada, o deputado Sinval Bambirra é preso.

Às 7 horas e 30 da manhã, chamado pelo governador, o comandante da Base Aérea de Belo Horizonte, coronel Afrânio da Silva Aguiar, chegava ao Palácio da Liberdade. Depois de uma hora de reunião, Magalhães Pinto conseguia a adesão do oficial.

Determinava imediatamente ao comandante-geral da Polícia Militar, o coronel José Geraldo de Oliveira, que organizasse a defesa de pontos estratégicos do Estado. Logo em seguida, tropas da PM eram deslocadas para a fronteira.

O general Guedes, que já começara a movimentar as tropas para confrontar o Primeiro Exército no Rio de Janeiro, falava ao telefone com o general Olímpio Mourão Filho, comandante da Quarta Região Militar, por volta das 9 horas e 30 minutos, e depois se dirigia à população, pelo rádio, para anunciar a revolução, seus motivos e ideais.

No final da tarde, a Polícia Militar assumiu o controle dos meios de comunicação em Belo Horizonte, incluindo telefonia, correios e a imprensa. Às 20 horas, Magalhães Pinto anuncia a revolução em cadeia nacional.

Os apoiadores de Jango tentavam resistir, mas de forma muito desorganizada. O CGT conclamou greve geral em todo o Brasil. José Fernandes de Siqueira estava no Rio de Janeiro e, com outros diversos sindicalistas, condenava o golpe pelas ondas da Rádio Nacional. Em um apelo dramático, aquele rapaz de 22 anos convocava seus colegas da Usiminas a aderirem à greve geral. Os trabalhadores da siderúrgica mineira não atenderam à convocação. Aliás, apenas paralisações esparsas aconteceram pelo país afora.

Acuado, João Goulart fugiu no dia 1º de abril do Rio de Janeiro para Brasília e, dali, para o Rio Grande do Sul. Na mesma noite, o presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a presidência. Em 4 de abril, Jango pediu asilo político ao Uruguai. Brizola ainda se escondeu na fronteira até passar ao território uruguaio no final daquele mês (SILVA, 2013a., pp. 153-157).

O Governo Magalhães Pinto nem esperou a consolidação do golpe militar para começar o expurgo das lideranças da classe operária em Ipatinga, o que denota as conexões entre o conflito de classe no plano nacional e seu homólogo local.

Passava de meia-noite, já no dia 1º de abril. Geraldo Ribeiro, deitado no escuro, estava com o ouvido colado no rádio. De repente, escutou um carro que parava em frente à sua casa. Desconfiado, desligou o aparelho. Era o tenente Xavier.

O sindicalista fingiu que acabara de acordar de um sono profundo. O tenente perguntou se ele estava a par dos acontecimentos.

– Que acontecimentos?

Xavier contou sobre a revolução e tirou do bolso um papel do serviço de telégrafo da Usiminas, em que se lia: “Prender todos os sindicalistas da região”. Geraldo sentiu que o oficial desenvolveu alguma afeição por ele, talvez em razão de sua moderação à frente do sindicato. Naquele diálogo surdo, Geraldo entendeu que o tenente não tinha o que fazer, mas não teve coragem de prendê-lo. O tenente ainda falou alguma coisa, depois entrou na viatura e foi embora.

Às 2 horas da madrugada, o delegado foi ao JM-17, no Santa Mônica, acordou e prendeu Tertuliano. O rapaz foi levado à delegacia e instalado em uma cela próxima ao necrotério. Não foi torturado, a não ser pelo cheiro que exalava do corpo de uma prostituta suicida.

Na manhã seguinte, policiais bateram na casa de Zé Serrinha. O operário, alheio aos fatos, tinha ido ao cartório registrar como Leonel Brizola o filho que acabara de nascer. Quando voltava, foi advertido por colegas e buscou refúgio no sindicato em Timóteo.

Geraldo Ribeiro sondou Xavier, perguntou se havia prendido o operário. O tenente respondeu que não, e deu a entender que a ordem que tinha era para liquidar “aquele comunista”.

O sindicalista voltou a Timóteo, pôs Serrinha na Rural e sumiu com ele em uma cidadezinha próxima. Dias depois, o homem conseguiu se

entregar, de forma negociada, ao Departamento de Vigilância Social em Belo Horizonte.

Gabriel foi preso pelo delegado no dia 2 de abril, enquanto trabalhava. Outros líderes do Grupo do Santa Mônica e diversos ativistas de outras correntes que atuavam na Usiminas foram presos logo nos primeiros dias de abril. O movimento operário em Ipatinga foi completamente debelado sob o regime militar.

Certamente por não ter se filiado ao CGT e por ter ajudado Xavier a entrar no Santa Mônica, Geraldo Ribeiro não foi preso. Entretanto, em 9 de junho de 1964, recebeu notificação de intervenção do Regime no sindicato. Foi afastado do cargo e impedido de concorrer em eleições sindicais.

Além disso, perdeu, em seguida, o emprego na Acesita e não pôde mais trabalhar em nenhuma siderúrgica porque não conseguia o exigido Atestado de Antecedentes Políticos e Sociais. Sem opção, acabou aprendendo eletrônica por correspondência e passou a viver do conserto de rádio e televisão.

Enquanto os líderes do movimento de 7 de outubro eram presos e demitidos, Gil Guatimosim foi promovido a vice-diretor de Operações, cargo que era ocupado por Luiz Verano, que passara a diretor comercial (*ibid.*, pp. 158-159).

A ordem jurídica nacional compatibilizou-se com a legislação de fábrica restritiva formulada pelo dispositivo de segurança da Usiminas após o Massacre de Ipatinga.

Uma inovação institucional que, logo de partida, prejudicou a posição do trabalhador no conflito de classes foi a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), que tinha por missão “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional” (BRASIL, 1964, art. 2º).

Já vimos, no contexto de Ipatinga, a importância da atividade de monitoramento velado do movimento operário para a sua contraparte capitalista. Com o SNI, esse monitoramento, antes esparso e clandestino, passou a ser sistemático e oficial.

Esse dispositivo, justificado como plataforma de segurança, foi utilizado, na verdade, para “imobilizar” a classe operária em um sentido diferente do que norteia a obra do professor José Sérgio Leite Lopes.

Ambos os sentidos de imobilização operária articulam-se com a maximização da exploração capitalista. Contudo, o sentido específico de que nos valem, deduzido das observações em Ipatinga, implica não a construção de estruturas físicas com vistas às restrições à mobilidade física da mão de obra, mas a destruição de canais de comunicação formais ou informais preexistentes que possam veicular discursos potencialmente subversivos à ordem bipolar estabelecida. Nessa linha de raciocínio, um dos canais a ser desarticulado era, obviamente, o sindicato.

O governador Magalhães Pinto promoveu a emancipação de Ipatinga e Timóteo ainda em abril de 1964. Como consequência, o Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano, sediado em Timóteo, já sob intervenção dos militares, perdeu jurisdição sobre a classe operária da Usiminas. A empresa poderia finalmente implementar seu plano de criar um “sindicato privado” restrito a Ipatinga.

Em 10 de julho, criou-se a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Ipatinga. Alberto Maciel Soares, preposto da Usiminas, assumiu a presidência da entidade.

O próprio presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, General Castello Branco, veio a Ipatinga no dia 1º de maio de 1965 entregar a carta sindical que reconheceu a associação como sindicato dos metalúrgicos de Ipatinga, que passou a ser conhecido pela sigla Sindipa.

Pouco depois, Jorge Noman Neto, topógrafo, homem ligado à direção da Usiminas e sem vínculo com a classe operária em Ipatinga, assumiu a presidência da entidade. Em primeiras assembleias do sindicato, Noman conclamou os trabalhadores a enterrarem os mortos de 7 de outubro e esquecerem o episódio (*ibid.*, p 160).

Esquecer, no caso, era parar de falar no assunto. Noman sinalizou que haveria interdições nos discursos da classe trabalhadora no âmbito do sindicato. O sindicalismo de confronto estava fora de questão. Basicamente, o papel do sindicato se reduziria a assistência social, serviços de saúde e promoção de lazer.

De acordo com diversos trabalhadores entrevistados em nossa pesquisa, era comum a infiltração de elementos da inteligência do Regime Militar na direção do sindicato, para assegurar que o sindicato não exorbitasse de sua função “imobilizadora”.

O *silenciamento* da classe operária de Ipatinga viabilizou-se também por alterações na legislação trabalhista outorgadas por Getúlio Vargas ou por sua sobreposição por normas ou exceções de “segurança nacional”.

A propósito de defender-se a segurança nacional, qualquer liderança sindical poderia ser presa e afastada a critério do Regime Militar, implantado para arbitrar o conflito de classes contra os trabalhadores e a favor das “classes produtoras” que o arquitetaram.

Além de demitidas, essas lideranças constariam de uma lista negra, como a que já existia na Usiminas e em outras estatais, que impediriam sua contratação no setor público e no setor privado.

Criou-se por meio da Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) que, além de criar uma poupança forçada com índices de correção baixíssimos para a classe trabalhadora financiar as “classes produtoras”, acabou com a estabilidade que qualquer trabalhador conquistava no emprego após dez anos de exercício.

O regime do FGTS, no que removeu a barreira às demissões imotivadas nesses casos, impactou negativamente o movimento sindical, formado, em grande parte, por operários “estáveis”.

A cidadania regulada sofreu incisões para engessar ainda mais o conflito de classes. O Regime Militar, com sua obsessão por controle e planejamento, passou a regular a economia e a distribuição da produção de maneira a favorecer a posição da burguesia e conter a força da reação da classe operária.

A incidência em Ipatinga da nova e compreensiva legislação de fábrica da Usiminas, perfeitamente articulada com a ordem de *status* ditatorial, provocou a supressão de direitos básicos do trabalhador, em especial da liberdade de expressão.

De 1964 em diante, a cidade de Ipatinga caracterizou-se pelo silêncio e pelo medo. O sistema Usiminas agora não podia mais ser contestado, porque foi recepcionado e até endurecido pela ordem jurídica vigente.

Quem ousasse criticar esse sistema ou o regime político que o legitimava em uma cidade com arapongas infiltrados em todas as instâncias da vida social - no local de trabalho, no sindicato, nos hospitais, no comércio, na igreja etc., arriscava cair

na lista negra da Usiminas ou do SNI, o que significaria virtualmente a exclusão do mercado formal do trabalho. A lista negra da Usiminas “negativava” não apenas o trabalhador, como sua família e suas gerações.

Tinha [nas assembleias do Sindipa] uma corda separando aqueles que votavam a favor e aqueles que votavam contra, para pontuar todos aqueles que estavam contra e perseguir dentro da empresa (TOFANELLI, 2012).

Cada campanha [salarial] dessas tinha uma história, né? Na campanha de 86 foi a assembleia da corda, a famosa assembleia da corda, onde o presidente do sindicato, numa infelicidade, mas [tudo] combinado com a direção da Usiminas, colocou uma corda no meio do campo do Jabaquara (...), e esticaram a corda, os seguranças da Usiminas, (...) quem era a favor da proposta [da empresa] de um lado, quem era contra de outro. Aí houve o maior quebra pau... (DELFINO, 2013)

A passividade do operário Usiminas, sobretudo antes do Movimento Ferramenta de 1985, foi notada por forasteiros (CARVALHO, 2013a) e corroborada pelo fato de que, após o movimento de fevereiro de 1964 até recentemente, não houve registro de greves de metalúrgicos em Ipatinga. Isso se explica-, em boa parte, pela *lei do silêncio* imposta no município.

A sensação que tive [quando cheguei a Ipatinga no final dos anos 80] é que era uma cidade que não se comunicava (...) [Causou-me espécie] a maneira como o poder da usina interferia nas relações mais particulares de cada cidadão (...) (GERBI VEIGA, 2014).

## **42. O julgamento dos autores do Massacre**

O já citado inquérito penal militar, instaurado em 7 de outubro contra os 19 policiais que perpetraram o Massacre de Ipatinga, após a oitiva de dezenas de testemunhas e dos próprios réus, encerrou-se em 4 de novembro.

O major Sílvio Souza, que o presidiu, chegou à conclusão de que “os lamentáveis acontecimentos” iniciados na Portaria 57 da Usiminas, que culminaram com oito mortos e 78 de feridos, possivelmente não tinham “paralelo na história policial do estado”.

Os policiais, conforme o relatório do inquérito, trataram os trabalhadores do Chicago Bridge “de maneira desumana, não condizente com os nossos foros de civilização”.

O Major, que já tinha excluído o capitão Robson Zamprogno das investigações, por pressão do oficialato da PM, abriu brechas para a defesa dos policiais. Por suposta falha nos registros, não especificava quais armas exatamente foram usadas por cada um dos policiais. Apontou-se, apenas, o tipo de arma que cada um dos militares utilizava.

A única certeza é que o fuzil-metralhadora presente na cena do crime estava em poder do soldado Moacir Gomes de Almeida, e isso não foi possível ocultar. Do depoimento de Gil Guatimosim Júnior, o Major destacou trecho em que o engenheiro apontava infiltração de comunistas e presença de agitadores entre os trabalhadores.

Segundo o relator, ficou provado que vários trabalhadores jogaram pedras na polícia e que, quando a tropa foi cercada pela multidão, “tudo o levava a crer” que houve um tiro isolado.

A partir de nossas fontes de pesquisa, supomos que esse tiro, se realmente existiu, foi provavelmente disparado pelo cavaleiro Rosalino contra um grupo de trabalhadores que pode ter avançado contra ele ou pelo tenente Jurandir, com o propósito de afastar a multidão de trabalhadores que fechava o cerco contra a tropa.

Segundo o relatório, somente após o disparo efetuado por alguém do meio da multidão contra a tropa é que esta começou a atirar, versão que favorece a hipótese de que algum comunista infiltrado, como Gabriel José Pereira, poderia ter dado início à confusão de propósito.

De qualquer forma, apuramos que o início do tiroteio tem relação com o mal entendido gerado pelo misterioso bilhete enviado pelo capitão Robson Zamprogno ao tenente Jurandir, que muitos operários imaginaram conter ordem para atirar contra eles.

Esse bilhete, segundo o capitão, continha instruções para que a tropa fosse mantida sob controle diante das provocações dos operários. É incompreensível, porém, o fato de que, com esse conteúdo, o bilhete não tenha sido anexado ao processo para instruir a defesa dos policiais.

O relatório do inquérito penal militar encerra-se de forma lacônica. O major concluiu que os militares investigados cometeram crime, sem avançar em sua qualificação. Limitou-se a determinar a remessa do inquérito à auditoria da Justiça Militar competente para o julgamento.

Em 29 de novembro de 1963, o Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais, Caio Mário da Silva Pereira, recebeu o relatório de um inquérito penal civil instaurado pela Polícia Civil de Minas Gerais para investigar tanto o Massacre de Ipatinga propriamente dito como as agressões da madrugada do dia 7.

Esse relatório, assinado pelo subcorregedor Newton Nogueira Campos, era mais desfavorável aos militares. A versão de que reagiram a tiros disparados pela multidão foi descartada com ironia:

Bem mais felizes que as vítimas [8 mortos e dezenas de feridos] dos disparos dos milicianos foram os soldados Oswaldo Ferrarez de Castro, Sebastião Campelo de Oliveira, Argentino Teodoro Tavares, Moacir Gomes de Almeida e José Gomes Vidal, que tiveram apenas partes de seu fardamento perfurados por tiros vindos da multidão (*sic*), sem contudo serem eles próprios alvejados (...) (CAMPOS, 1963).

O subcorregedor, ao final, posicionou-se pelo processamento da ação penal contra os policiais perante o Tribunal do Júri competente, no caso, o de Coronel Fabriciano.

Havia, na ocasião, dúvida sobre o órgão competente para julgar crimes contra a vida cometidos por militares. A Constituição da República de 1946 previa que a competência para julgamento de crimes dolosos contra a vida era obrigatoriamente do tribunal do júri, mas excepcionava os crimes dolosos contra a vida cometidos por militares, que eram processados e julgados pela Justiça Militar.

O Supremo Tribunal Federal, na época, considerava que os crimes cometidos por policiais militares dos estados não eram crimes militares, porque esses policiais se subordinavam a delegados civis.

Para essa corte, o crime militar só poderia ser cometido pelo militar das Forças Armadas ou das polícias militares dos estados no exercício de atribuições próprias das forças armadas, como em tempos de guerra. Portanto, os policiais militares,

segundo a jurisprudência do tribunal, não estavam sujeitos à jurisdição da Justiça Militar.

Entretanto, a Lei Federal nº 4.162 de 1962 ampliou o conceito de crime militar para incluir aqueles cometidos pelos policiais militares estaduais. Newton Nogueira Campos considerou que essa legislação era inconstitucional.

Em 26 de novembro de 1963, a pedido do promotor da Justiça Militar Geraldo Costa Guerra, o juiz-auditor Christovam Colombo dos Santos Sobrinho enviou um ofício ao corregedor-geral da Polícia Civil, Zaluar de Campos Henriques, requisitando, com base na Lei nº 4.162 de 1962, os autos do inquérito policial.

Entretanto, em 22 de novembro, o Supremo Tribunal Federal considerou a lei inválida e determinou que, por força da Constituição, os policiais militares estaduais estavam, em regra, sob jurisdição da Justiça comum, e não da Justiça Militar.

Conforme exposto, o foro especial prevaleceria apenas se o policial militar cometesse o crime no exercício de atividades militares típicas, que são aquelas desempenhadas normalmente pelas Forças Armadas.

Ainda segundo a decisão, o policiamento ostensivo nas ruas e as atividades policiais desempenhadas sob direção de delegados de polícia não tinham natureza militar. Esse entendimento foi consolidado na Súmula 297 do Supremo Tribunal Federal de 13 de dezembro de 1963.

Três dias depois, o promotor de Justiça Militar Geraldo Costa Guerra ofereceu denúncia contra os 19 policiais indiciados pelo Major Sílvio Souza à Justiça Militar, em Belo Horizonte.

Com base no entendimento de Caio Mário de que a competência era da Justiça Comum, mais exatamente do tribunal do júri, o inquérito foi enviado ao juiz Massilon Teixeira, em Coronel Fabriciano.

Dessa forma, dois processos sobre o mesmo fato passaram a tramitar simultaneamente e, em razão da Súmula 297 do STF, parecia que o de Coronel Fabriciano iria prevalecer.

Já mencionamos que Massilon Teixeira, por sua imparcialidade, tornara-se *persona non grata* da Usiminas. Desse modo, o julgamento dos policiais no foro de Coronel Fabriciano não agradava aos policiais.

Por outro lado, era provável que a Justiça Militar seria mais sensível à tese de “luta contra o comunismo” por trás do Massacre, que estava sendo formulada pela defesa dos policiais.

O golpe militar de 31 de março de 1964 abriu caminho para a impunidade dos policiais:

Em 8 de março de 1965, a Justiça Militar de primeira instância, baseada em grande parte em depoimentos de ex-vigilantes da Usiminas e do sargento José Francisco de Oliveira, absolveu por quatro votos a um todos os policiais envolvidos no massacre do dia 7 de outubro. A conclusão foi que agiram em estrito cumprimento do dever legal e em legítima defesa.

Em 7 de maio, o Ministério Público Militar apelou contra a decisão. Argumentou que a tese de estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa, acatada pelo Conselho de Justiça, era absurda.

Lembrou que várias pessoas foram metralhadas indefesas quando procuravam fugir e citou o caso de Ângela Eliana Martins, o bebê que foi assassinado no colo da mãe.

O procurador-geral do Tribunal de Justiça Militar apresentou parecer em que defendeu que pelo menos em relação aos assassinatos e lesões corporais perpetrados pela tropa ao longo da rodovia, já longe da portaria, os militares incorreram em excesso de legítima defesa e deveriam ser condenados por esses fatos. Essa posição prevaleceu no Tribunal de Justiça Militar, com os votos do coronel Antônio Barsante dos Santos e dos dois civis que integravam a corte, João Romeiro e Bolívar Tinoco.

Os coronéis Manoel de Araújo Porto, presidente do tribunal, e Eurico Paschoal mantinham a decisão de primeiro grau, pela absolvição.

Como a decisão não foi unânime, os advogados dos réus a contestaram com recurso de embargos infringentes. No segundo julgamento, todos mantiveram seus votos, exceto Bolívar Tinoco, que foi substituído por Antônio Carlos Vieira Christo, pai de Carlos Alberto Libânio Christo, frei Betto, que votou pela absolvição. Com isso, os autores do Massacre de Ipatinga ficaram impunes (SILVA, 2013a, pp. 159-160).

### 43. A chapa ferramenta e o fim do silêncio de Ipatinga

Nos casos típicos de modernização capitalista, os fatores de produção – o capital e o trabalho – são controlados, no início, diretamente pela burguesia, cuja posição dominante (na ordem de *status*, na política e na economia) projeta a classe operária como antítese.

A partir do desencadeamento do conflito de classes, universaliza-se, com base em um compromisso entre burguesia e proletariado, uma ordem de *status* democrática, estruturada por uma cidadania expandida, que assegura aos trabalhadores um padrão de vida material e um padrão de dignidade ética elevados o suficiente para estabilizar a sociedade capitalista.

Contudo, no caso da Usiminas, como já demonstramos, o déficit de acumulação de capital da burguesia nacional foi compensado com aportes financeiros do Estado e da burguesia japonesa.

A intervenção estatal, motivada pela debilidade da burguesia mineira por trás do projeto Usiminas e pelo próprio modelo de modernização vigente no país, vai condicionar a ordem de *status* local.

Em vez de essa ordem de *status* refletir uma legislação que se expande desde a fábrica, como generalização de um compromisso entre capital e trabalho produzido na plena vigência do conflito de classes, ela combina traços da ordem de *status* aristocrática preexistente em Minas e em Ipatinga com traços de uma ordem de *status* corporativista imposta pelo Estado.

Nas sociedades adeptas ao paradigma de modernização social-democrática, o conflito de classes é controlado por meio da compensação ética na ordem de *status* e das desvantagens materiais impostas ao proletariado na ordem econômica.

Nas vertentes do paradigma de modernização autoritária implantado em Ipatinga antes e depois de 1964, porém, essas desvantagens são exacerbadas por uma ordem de *status* discriminatória e engessada, que só se mantém por meio da violência institucionalizada.

Foi por meio da violência institucionalizada que a classe operária em Ipatinga foi subjugada politicamente. A intensificação do controle gerencial da Usiminas não seria possível sem intervenção do Estado no conflito de classes.

Na modernização social-democrática separa-se a legislação de fábrica propriamente dita, em geral restrita à empresa, a qual se sujeita ao conflito de classes de igual alcance, travado pelos sindicatos das partes, da legislação de fábrica lato senso, de alcance nacional, que evoluiu à ordem de *status* estruturada pela cidadania democrática, a qual se sujeita a um conflito de classes altamente institucionalizado, travado por meio de partidos.

Essa cisão da legislação de fábrica em duas impede a conexão do conflito de classes local com o conflito de classes mais geral, a qual, na perspectiva de Karl Marx, o que ameaçaria a higidez da ordem econômica capitalista.

No caso da vertente de modernização autoritária implantada no Brasil após 31 de março de 1964, faz-se uma conexão direta entre a legislação de fábrica específica e local e a legislação de fábrica mais geral, que corresponde à ordem de *status* estruturada pela cidadania regulada e restrita desse período.

Como consequência, estabelece-se uma relação de continuidade e continência entre conflito de classes local e o conflito de classes geral. Assim, o antagonismo entre capital e trabalho e o antagonismo entre apoiadores e opositores do regime político eclipsam-se entre si.

É esse resultado do erro de cálculo das “classes produtoras” que explica a emergência e o impacto da emergência do Novo Sindicalismo, com as greves no ABC Paulista em 1978.

Como já afirmamos, a primeira publicação acadêmica sobre o Massacre de Ipatinga só surge nesse contexto. Até então, reinava um silêncio absoluto sobre o episódio, mesmo na academia.

A partir de 1964, a Usiminas passara a oferecer aos trabalhadores salários elevados, emprego vitalício, moradia, assistência à saúde, escola - uma rede de proteção social equivalente à existente na época nas democracias de bem-estar. Entretanto, a empresa não admitia qualquer tipo de ativismo sindical e político.

O sofisticado sistema de monitoramento e repressão com compensações econômicas, mantido pela empresa, assegurou mais de duas décadas de quase absolutos silêncio e passividade da classe operária.

Em 1976, Emílio Garrastazu Médici nomeou Rondon Pacheco presidente da Usiminas em lugar de Amaro Lanari Junior, que estava no cargo desde 1958. No contexto dessa transição, Luiz Verano revela, por meio de uma metáfora, como o Sistema Usiminas havia transformado seus empregados:

(...) Alguém lá de Brasília pergunto-me: “Ah! E o Rondon, o que você acha?” Eu disse a ele o seguinte: “Usiminas é um formigueiro, onde cada formiga sabe o que tem que fazer e faz. Se o Dr. Rondon não mexer no formigueiro...” (VERANO, 1990, p. 12).

Essa “organização natural” do trabalho rendeu à Usiminas elevadas taxas de lucratividade, que a alçariam à condição de estatal mais rentável do país e a *benchmark* de gestão eficiente.

Contudo, a ordem de *status* opressora que “imobilizava” a classe operária por meio de mordanças, nunca foi assimilada pela sociedade de Ipatinga, nem por seus operários, apesar do desenvolvimento econômico que a Usiminas proporcionava à cidade.

Eu não sentia opressão na CAF [Companhia Agrícola Florestal], na Ericsson, na Telemig, eu não sentia opressão, e na Usiminas eu passei a sentir. Trabalhando sob coação, sob vigia... Nada comparado com os outros lugares [onde eu tinha trabalhado até então] (SILVA, 2013c).

Nas eleições de 1982, Gérson Neves de Lima, um operário da Usimec, subsidiária da Usiminas do ramo estruturas metálicas, candidatou-se a vice-prefeito de Ipatinga chapa do recém-criado Partido dos Trabalhadores.

A gente não sabia de nada. Naquela semana mesmo, a gente trabalhando, recebi a notícia de ir na sala do chefe. Cheguei na sala do chefe assim meio preocupado. Nunca houve essa comunicação. O chefe me perguntou: “Você pediu demissão?” Eu disse: “Não. Nunca pedi, não pretendo isso, não. Não penso nisso.”. “Por que é que tem uma comunicação aqui para te demitir?”. Eu disse: “Eu não sei por que não.” Ele me perguntou: “Você não teve nenhuma discussão ou participação em reunião sindical, não?” Eu falei: “Não”. “Você não tem processo, alguma coisa criminal, não?”. “Não, tenho não”. “Então, o que que tá havendo? Você não tem participado de algumas

reuniões partidárias, não?” “Isso, sim. Isso eu tenho participado. Domingo agora mesmo eu participei.” Aí ele falou: “Então é isso mesmo que aconteceu. Eu tenho aqui um comunicado para te demitir” (LIMA, 2013).

Em outubro de 1983, Lula, o líder sindical mais conhecido do Brasil, presidente do PT e que ajudara a criar a cultura dois meses antes, foi a Ipatinga participar das comemorações dos 20 anos do Massacre de Ipatinga.

Na época, movimentos sociais impulsionados na cidade pela Igreja Católica, como a Pastoral Operária (PO), a atuação de freis franciscanos junto aos trabalhadores, a consolidação do PT, a adesão de sindicatos locais à recém-criada Central Única dos Trabalhadores, começavam a corroer o Sistema Usiminas.

Nós [os frades franciscanos] queríamos estar na periferia, aonde as pessoas normalmente não iam. (...). O ideal que mais nos motivava era o ideal de vida franciscana, dentro daquela concepção franciscana de estar mais perto dos mais pobres, compreender a realidade dos mais pobres vivenciando sua realidade (...). As empresas (...) [siderúrgicas do Vale do Aço, a Usiminas e a Acesita] reproduziam em suas relações com os operários a relação autoritária e repressiva do Estado (...). Os operários eram extremamente controlados, até em sua vida íntima, em sua vida doméstica (...). A empresa [Usiminas] tinha um controle da vida dos operários dentro dela e fora dela. (...) Quando nós passamos a ser porta-vozes daqueles que não podia falar, que não podia se expressar (...), nós começamos a sentir também a perseguição. De todos os lados começaram a surgir os ataques ao nosso trabalho, até mesmo dentro da igreja. Os representantes do *establishment*, incomodados com nosso discurso “profético”, muitas vezes acionavam as autoridades eclesiais para, por sua vez, pressionarem os frades, que eram vistos pelo *establishment* como comunistas, como subversivos (LOPES, 2012).

No ano seguinte, já com o trabalho dos frades franciscanos junto aos operários bem adiantado em Ipatinga, ganha as ruas do país o movimento Diretas Já a favor de eleições presidenciais pelo próprio povo.

No dia 21 de novembro de 1984, fundou-se a Sociedade Cultural Sete de Outubro, nome referente ao Massacre de Ipatinga. A entidade, que tinha o objetivo de

promover “a formação cultural, socioeconômica e política dos associados e de terceiros residentes nas periferias urbanas”, tinha na presidência o frei Jaime Ferreira Lopes e na vice-presidência, o jornalista Carlindo Marques Pereira.

A sociedade, criada para resistir aos desmandos da diretoria da Usiminas e da Ditadura Militar, foi monitorada pelo Serviço Nacional de Inteligência desde o início (BRASIL, s/d, p. 37; 39/256).

Na época, a economia brasileira sofria os efeitos da crise de superendividamento público e de descontrole da inflação que deslegitimavam o Regime Militar.

Nessa atmosfera, o engenheiro da Usiminas João Mucida, integrante da comissão de negociação salarial, quebra o protocolo e faz críticas abertas à direção da Usiminas em assembleias sindicais.

Mucida, empregado da Usiminas em Belo Horizonte desde 1974, após concluir doutorado em engenharia metalúrgica na Alemanha, passou a trabalhar na Intendente Câmara em 1979.

Eu já havia me manifestado em duas assembleias de trabalhadores no sindicato. Teve uma repercussão muito grande. Um engenheiro chegar lá e falar não era uma coisa normal, um engenheiro se expor lá. (...) Eles ficaram achando que eu queria ser candidato do presidente do Sindicato, me envolver com sindicato. E quanto eu tentei me filiar ao sindicato, o sindicato informou à diretoria, porque tinha essa ligação. E fui demitido [em fevereiro de 1985.], fui desligado da empresa com certeza para que não se corresse o risco de eu ser candidato a presidente do sindicato (MUCIDA, 2012).

Os discursos de João Mucida encontraram ressonância na classe operária. A essa altura, com apoio dos padres franciscanos, um grupo de operários da Usiminas, liderados por técnicos do Centro de Pesquisas da empresa, articulavam secretamente, em reuniões realizadas normalmente fora de Ipatinga, uma chapa de oposição para disputar com a chapa oficial.

Esse Centro de Pesquisas, idealizado e implementado pelo ex-presidente da Usiminas Amaro Lanari Júnior em 1971, tornou-se um hiato do sistema de controle exacerbado da siderúrgica.

Não era envolvido na produção. Era um departamento que participava de todas as etapas da produção. (...) no centro de pesquisas você tinha, inclusive, algumas plantas-piloto. Você tinha uma mini-laminação, você tinha um mini-alto forno, uma simulação de sinterização. Você tinha tudo ali em escala menor exatamente para fazer esse acompanhamento do processo de produção (...). Acho que o fato de a gente ter acesso a informações, a relatórios reservados, confidenciais, né? A gente acabava lendo (...). Coincidiu de vários participantes desse movimento [de oposição sindical] terem saído lá do Centro de Pesquisas (DELFINO, 2013).

Por meio do Centro de Pesquisas, o presidente da Usiminas na época buscava a convergência entre a reflexão, atividade típica da universidade, e a ação, mais articulada com o mercado. Para Amaro Lanari Junior, “a universidade é a reflexão e a empresa é a ação. As duas coisas não podiam estar em dicotomia” (LANARI JÚNIOR *apud*. CAMPOS SOARES, *apud*. LEITE; FARIA, 2002, p. 163).

Nas reuniões secretas para formação de uma oposição sindical, começou a despontar a liderança do técnico de química, Francisco Carlos Delfino, o Chico da Pesquisa. Técnico em química do Centro de Pesquisas da Usiminas, o mesmo departamento em que trabalhou João Mucida, o jovem ganhara notoriedade ao vencer um torneio de xadrez nas Olimpíadas da Usiminas.

Eu contei a história meu chefe de que ia me filiar ao sindicato visando nas próximas férias utilizar a colônia de férias do sindicato no Espírito Santo. E acabou que isso pegou, né? (...) Nós, os 20 integrantes da chapa, conseguimos na surdina (...) driblar toda essa vigilância da Usiminas e registrar a chapa no dia 18 de abril de 1985. (...) E na véspera é que foi feita a composição da chapa (...) Houve uma votação e meu nome foi escolhido [para presidente em eleição em que participaram apenas os integrantes da chapa]. (DELFINO, 2013).

A Chapa 1 Ferramenta foi registrada no dia 29 de abril de 1985, encabeçada por Francisco Carlos Delfino, que aos poucos passou a ser conhecido como Chico Ferramenta.

Inicialmente muito tímido, o rapaz desenvolveu notável habilidade para discursar nos atos de campanha. Além disso, destacava-se pelo carisma e pela capacidade de convencimento dos colegas de classe.



IMAGEM 4: Folheto de campanha da Chapa Ferramenta, com foto de seus integrantes. Chico Ferramenta é o 5º em pé, da esquerda para a direita.

Diretoria (titulares)	Diretoria (suplentes)
Francisco Carlos Delfino* José Horta de Carvalho Ivo José da Silva Cleber Ferreira dos Santos Luiz Carlos do Carmo Delair Jacinto Julião Jerônimo Marques Assunção	José Benedito da Silva** José Geraldo da Silva Fernando Pereira dos Santos Deusdete Pereira da Silva Francisco Pereira de Lima Antonino Torres de Araújo Antônio Júlio Barbosa
Conselho Fiscal (titulares)	Conselho Fiscal (suplentes)
Edison Pina José Elias Pessoti** João Lúcio da Silva	Edson de Oliveira Cunha Samuel Cirino da Silva José Geraldo de Oliveira
Delegados Representantes (titulares)	Delegados Representantes (titulares)
José Horta de Carvalho Ivo José da Silva	Edson de Oliveira Cunha Samuel Cirino da Silva

TABELA 8. Chapa Ferramenta original. \* Presidente da chapa. \*\* Integrantes que desistiram de concorrer às eleições por pressão da direção da Usiminas.

Apesar da grande pressão contrária da empresa, inclusive com apoio ostensivo às outras quatro chapas, a Ferramenta venceu o primeiro turno das eleições, realizado de 12 a 16 de agosto de 1985, e chegou perto do quórum necessário para evitar o segundo.

Nº da chapa	Nome da chapa	Votação	% de votos
1	Ferramenta	3235	34,69
2	Liberdade e Participação	2482	26,61
3	Grupo Independente	1424	15,27
4	União Sindical	1681	18,02
5	Grupo Livre – Chapa do Trabalhador	300	3,22
6	Grupo Liberal – Muda Sindipa	203	2,18

TABELA 9: Resultados do primeiro turno das eleições para a diretoria do Sindipa em agosto de 1985. Fonte: SNI/Arquivo Nacional. Dossiês de José Horta de Carvalho, p. 11/256.

No segundo turno, sob liderança de Rinaldo Campos Soares, diretor de Operações da Usiminas desde o final do ano anterior, a empresa montou uma grande campanha para derrotar a Chapa Ferramenta.

As chapas derrotadas foram reunidas em torno da mais votada no primeiro turno, a Liberdade e Participação, encabeçada por Luiz Carlos Miranda de Faria. Essa chapa surgiu com um discurso crítico à Usiminas.

Contudo, foi organizada dentro do próprio Sindipa pelo médico Luiz Eduardo Nascimento, militante do MR8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro, ligado ao PMDB.

O que também demonstra que a chapa não era, de fato, oposicionista, é o apoio que recebeu do prefeito Jamil Selim de Salles (PMDB), prócer das oligarquias latifundiárias de Ipatinga.

De todo o modo, Rinaldo Campos Soares conseguiu atrair Miranda e apoiou a chapa no segundo turno contra os oposicionistas da CUT. Em entrevista realizada no âmbito dessa pesquisa, Miranda revelou profunda admiração por Campos Soares, e defendeu um sindicalismo de compromisso, segundo ele, muito mais frutífero que o sindicalismo de confronto da CUT (FARIA, 2012).

Os operários que apoiassem a Ferramenta seriam sumariamente demitidos e incluídos na temida lista negra. O monitoramento dentro e fora da empresa se intensificou. Esposas dos operários recebiam telefonemas e visitas da chefia para serem alertadas sobre o risco de se eleger uma chapa ligada à CUT para o Sindipa.

Nos dias das eleições, os operários votaram em pequenos grupos, sob o olhar atento de seus superiores. O controle social da Usiminas nunca fora tão ostensivo. A tensão dentro da Usina chegou ao clímax.

As eleições sindicais mobilizaram não apenas a cidade. Líderes sindicais de várias cidades, estados e tendências vieram à Ipatinga apoiar a Chapa Ferramenta. Por outro lado, órgãos de polícia e agentes dos serviços secretos das Forças Armadas se espalhavam pela cidade para reforçar o cerco montado pela empresa.

Veio gente de todas as tendências políticas (...). Nós tivemos a principais figuras [do movimento sindical brasileiro] nos apoiando na campanha eleitoral. José Maria de Almeida esteve aqui naquela campanha, as principais lideranças [sindicais] estiveram aqui. O [José] Juarez [Antunes] de Volta Redonda (...), tivemos o Jair Menegelli, Lula, João Paulo, as principais lideranças estavam aqui. A trincheira

foi aqui. O primeiro embate da Nova República foi aqui em Ipatinga (DELFINO, 2013).

No segundo turno das eleições sindicais, realizado entre 26 e 30 de agosto de 1985, a Chapa Ferramenta foi derrotada pela Chapa Liberdade e Participação, de Luiz Carlos Miranda, que viria a ocupar a presidência do Sindipa por 28 anos.

Nº da chapa	Nome da chapa	Votação	% de votos
1	Ferramenta	3010	33
2	Liberdade e Participação	6108	67

TABELA 10. Resultados do segundo turno das eleições para a diretoria do Sindipa em agosto de 1985. Fonte: SNI/Arquivo Nacional. Dossiês de José Horta de Carvalho, p. 11/256.

Nos meses seguintes, todos os membros da Chapa Ferramenta e muitos dos operários que a apoiaram foram demitidos pela direção da Usiminas. Mesmo assim, o movimento não se dispersou e passou a receber apoio de diversos setores da comunidade.

O discurso contra o autoritarismo da Usiminas espalhou-se por toda a cidade. No momento de transição democrática em nível nacional, a população se convenceu de que Ipatinga precisava se emancipar da empresa que ao mesmo tempo trouxe desenvolvimento econômico e inanição política.

Chico filiou-se ao PT e elegeu-se deputado estadual no ano seguinte, o segundo mais votado no estado. Em 1988, venceu as eleições para prefeito. Outros integrantes da Chapa Ferramenta também trilharam a carreira política pelo PT. Ivo José e Edinho Ferramenta chegaram a deputados federais, assim como o próprio Chico.

Ipatinga passou por uma revolução urbana na gestão de Chico Ferramenta. A pavimentação de ruas, a universalização da rede de saneamento, o aprimoramento da educação básica e do sistema municipal de saúde e outras medidas de grande impacto priorizavam os bairros mais afastados e os mais pobres. O orçamento participativo e a abertura de canais de interação com os movimentos sociais e com a população em geral promoviam a politização da sociedade.

A primeira referência que é fundamental na administração [municipal instaurada a partir do Movimento Ferramenta em Ipatinga] é a questão da participação popular. Esta é a preocupação central, a preocupação

de empoderamento popular. Então toda a nossa atuação, desde o momento de fazer o pré-diagnóstico até fazer o planejamento estratégico, é a preocupação de fortalecer cada vez mais instâncias de democracia interna. A outra diretriz [é] (...) a inversão de prioridades. (...) [Ipatinga compreendia, de um lado da linha férrea,] uma cidade que (...) [tinha] um pedaço da cara dela planejado, (...) feito em torno dos interesses da Usiminas (...); e (...) [do] outro lado (...) [,] a cidade deixada ao abandono, onde até recentemente se matava porco na rua e tal (...). Então uma das primeiras coisas, além da participação popular, foi a inversão das prioridades. Não significava abandonar as áreas melhores da cidade (...), deixa-las sem nenhum investimento, mas investir prioritariamente naquele seguimento que tinham sido abandonado (AYRES, 2014).

A Administração Chico Ferramenta demolia rapidamente os fundamentos da opressão, do amordaçamento e da discriminação da classe operária na sociedade industrial de Ipatinga.

O que eu senti nos primeiros anos de governo do Chico Ferramenta é que, por um lado, a gente estava afinado com o PT nacional, lembro que era ainda os anos 80 e começo dos anos 90. Então o PT ainda estava autêntico, emergindo-se, se construindo de baixo para cima, com programas de formação política das direções do PT muito sólidos (...), Era um tempo muito favorável. E foi nesse período, em que o prefeito era o Chico Ferramenta, que nós preparamos a primeira campanha para Presidência da República em 89 (...), Então, havia todo um compromisso com a criação de um novo Brasil. As prefeituras que nós ganhamos – que já foi uma revolução a gente ter saído do exílio, da perseguição política e, de repente, em poucos anos, a gente estava com governos municipais na mão, a oportunidade que era aquilo de provar que o PT tinha um outro modo de governar, que era um modo voltado para a população, voltado para o empoderamento da sociedade, para ela virar o sujeito do seu desenvolvimento municipal (...). Toda a política de educação, saúde e tal, as políticas econômicas, fiscal e tudo, tudo isso tinha que fazer parte de um projeto que tinha um horizonte, que era o empoderamento da sociedade, ela se organizar, ela se tornar sujeito.: E um dos instrumentos mais importantes que a gente escolheu para fazer isso foi o orçamento participativo. Então o criamos nas oito prefeituras, sei lá quantas prefeituras, e Ipatinga foi uma das belas experiências de orçamento

participativo que nós tivemos (...). A experiência de governo envolvendo a sociedade foi maravilhosa. Você pega, por exemplo, um conselho [municipal de orçamento participativo] que tem um advogado de gravata e terno representando uma rua bonita e luxuosa de uma área boa da cidade, sentado lado a lado com uma mulher negra, favelada, que representa o bairro ou a favela dela, com o mesmo poder de representação no conselho que aquele advogado. Aí você tem um debate, cada um com sua linguagem, cada um com sua lógica e o seu vocabulário. Aí, de repente, você tem um conflito. A mulher propõe que tal parte do orçamento seja orientada para sanear uma parte da favela, onde tinha águas negras passando e as crianças brincando naquele esgoto, e isso e aquilo... e o cara representando o bairro dele dizendo “A minha prioridade é a luz da minha rua, da nossa rua ou de não sei que parte, é o pavimento que está com três buracos...”. Aí, quando não havia nenhum jeito de conciliar e de chegar a um acordo, a gente dizia: “Então vamos parar a assembleia e combinar que nesse fim de semana vamos visitar os dois lugares e depois voltamos para o conselho e continuamos a discutir”. Aí, vamos visitar os dois, voltávamos, e, de repente, o advogado [estava] defendendo a prioridade da favelada. Totalmente convencido, dizendo: “Olha, eu me comprometo a fazer a próxima semana e propor que a prioridade é esta e que a nossa vai ficar para o ano que vem. Foram muitas experiências assim, sabe?, emocionantes, emocionantes... (ARRUDA, 2013).

Na gestão do correligionário e sucessor de Chico, João Magno, ex-presidente do sindicato local dos bancários, a prefeitura e a empresa se reaproximaram. Grandes projetos de desenvolvimento urbano foram realizados com apoio da Usiminas. No segundo mandato de Chico Ferramenta como prefeito (1997-2000), a parceria com a empresa se aprofundou.

O sucesso da administração de Chico Ferramenta é uma das principais explicações para a hegemonia, ainda hoje, do PT no Vale do Aço. Em 2012, o partido venceu as eleições municipais em todos os quatro municípios da região. Cecília Ferramenta, esposa de Chico, elegeu-se em Ipatinga. É a atual prefeita da cidade.

Por outro lado, mais de 12 anos após a privatização da Usiminas, o medo persiste em Ipatinga. Os operários da empresa, mesmo aposentados, ainda evitam censurá-la.

A siderúrgica ainda é a maior provedora de empregos e renda na região e controla boa parte dos serviços médicos, das escolas, dos clubes de lazer, do comércio, inclusive o principal *shopping center* da cidade, erguido na área em que ocorreu o massacre de 63.

## CONCLUSÃO

Ao longo desta tese, articulamos microprocessos que configuram a consciência e a identidade individual, com os macroprocessos, que configuram o sistema integrado entre ordem econômica capitalista e a ordem de *status* democrática.

Nosso ângulo de observação, a partir de uma posição estratégica intermediária entre uns e outros, a cidade de Ipatinga, permitiu-nos determinar que tipo de interação ética e interesse entre cultura e economia corresponde à modernização típica, que engendra capitalismo e democracia e vislumbrar em que medida e por que motivos a modernização brasileira se desvia do padrão.

O Estado moderno se aperfeiçoa como instância reguladora do conflito capital e trabalho, com o desenvolvimento da cidadania de bem-estar. A sociedade moderna se consolida sobre um compromisso entre capitalistas, Estado e trabalhadores, que tem como cláusulas fundamentais a manutenção da propriedade privada e a expansão da cidadania de bem-estar.

A cidadania de bem-estar é compreendida como sistema orgânico de direitos, civis, políticos, sociais e culturais que promete satisfazer as necessidades materiais e éticas de todos os membros da respectiva sociedade, na medida necessária ao pleno desenvolvimento de sua personalidade.

Ainda que essa promessa seja irrealizável e que o aperfeiçoamento ético do cidadão de uma sociedade de bem estar esteja no horizonte da ficção, consolidou-se após a derrocada do regime socialista-soviético a partir de 1989, a crença de que o paradigma social-democrático era o único capaz de viabilizar o projeto da modernidade.

Entretanto, como se depreende da crise que se inicia nos 70 e se acirra nos governos de Margareth Thatcher (1979-1990) no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981-1989), as duas referências fundamentais do que denominamos paradigma social-democrático, esse modelo também já encontrava seus limites.

A expansão da cidadania social-democrática ao longo do Século XX até, pelo menos, o fim da chamada “Era do Ouro”, que vai do início dos anos 50 ao início dos anos 70, havia refreado a luta de classes. Contudo, a partir daí assiste-se à retração dessa cidadania, com efeitos desestabilizadores na estrutura das sociedades capitalistas avançadas.

Desde essa época, as sociedades sociais-democráticas têm sido abaladas por crises cíclicas, como a do Petróleo dos anos 70, a das dívidas externas, dos anos 80, e as crises monetárias do final dos anos 90 e as recentes crises das hipotecas nos Estados Unidos e a crise do endividamento de países da União Europeia já neste Século XXI.

Sem a pretensão de explicar, nessa apertada conclusão, a insuficiência do paradigma social-democrático evidenciadas nessas crises, esboçamos, à luz de nossa teoria, duas hipóteses nesse sentido, que nos parecem bastante óbvias.

A primeira diz respeito a uma limitação interna do próprio modelo. À medida que o conflito de classes se intensifica, a cidadania se expande, e no que a cidadania se expande, o conflito de classes se retrai, até o ponto em que a energia que mantém esse mecanismo funcionando se esgota.

A esse esgotamento corresponde uma tendência de subsunção da ordem de *status* na ordem econômica. Com a retração dos direitos sociais, esvaecem-se os controles que regulam o mercado e previne-se que o capitalismo seja conduzido à exaustão.

A segunda hipótese que poderia esclarecer os fundamentos da crise do paradigma social-democrático refere-se ao problema da globalização. O modelo foi concebido para ter alcance nacional.

Não existe uma cidadania social-democrática cosmopolita, e sim americana, britânica, francesa, alemã etc., que apesar de se orientarem por princípios comuns, não se integram entre si.

De modo geral, têm uma “confederação” de sociedades social-democráticas, que atuam de forma concertada na defesa de seus interesses comuns, em especial a proteção das instituições capitalistas em nível global e a defesa de suas “fronteiras comuns” contra o resto do mundo.

Até o presente momento, o paradigma da modernização social-democrática é implementado com essa lógica de exclusão do resto do mundo, o que alimenta nossa suposição, de base marxista, de que o que viabiliza o sucesso desse tipo de sociedade é o fracasso dos demais.

Contudo, a política de defesa das “fronteiras comuns” da “confederação” social-democrática não tem se mostrado efetiva, em primeiro lugar, devido à irrefreável

tendência “natural” de globalização do capital, que migra “osmoticamente” para o resto do mundo em busca de marcos regulatórios e fatores de produção menos onerosos.

Além disso, a mão-de-obra, o principal fator de produção da economia capitalista, migra “osmoticamente” para dentro das fronteiras da “confederação” social-democrática, apesar das barreiras de contenção estabelecidas.

Esse duplo movimento de emigração de capital e de imigração de mão-de-obra, corroborada pela diminuição da participação no capital dos países ricos desde pelo menos 1985 (PIKETTY, 2013, pp. 744-755), estaria a solapar a estabilidade da “confederação” social-democrática.

Em vez de financiar o oneroso regime de contenção do conflito de classes desse modelo, o capital estaria a buscar maior lucratividade em mercados menos regulados, com padrão de cidadania inferior.

A crise internacional, nessa linha de raciocínio, seria decorrência da aceleração da acumulação do capital produzida pela intensificação da exploração da classe operária no resto mundo.

A cidadania social-democrática, projetada para lidar com um conflito de classes concreto, de base nacional, perde graus de controle sobre o capital, que gradualmente se desmaterializa, não apenas devido à globalização, mas também à financeirização da economia.

Com isso, sem o sistema de pesos e contrapesos articulado entre a ordem econômica capitalista industrial e a ordem de *status* democrática, o mercado estaria a marchar a passos largos rumo à própria destruição.

A solução óbvia para o problema, se assumirmos que essa hipótese procede, seria a demolição do “muro” que separa a “confederação” social-democrática do resto do mundo.

A construção de uma cidadania social-democrática de alcance correlato ao do capitalismo contemporâneo, à luz de nossa teoria, fica a depender da constituição de uma classe operária (e de um conflito de classes) com essa mesma abrangência.

O problema que se coloca, diante disso, é que a própria cisão entre mundo moderno e o resto do mundo, estabelecida pela cidadania social-democrática, é impeditiva dessa transnacionalização do conflito.

Por mais paradoxal que isso possa parecer, a classe operária “aburguesada” das sociedades social-democráticas guarnecem, ombro a ombro com a grande burguesia local, as fronteiras de sua confederação e, com isso, impedem a internacionalização da classe operária e a retificação do capitalismo em escala global.

Se essas duas hipóteses aqui esboçadas forem válidas, Thomas Piketty (*op. cit.*) consegue captar, com precisão, os efeitos da crise capitalista, ao dimensionar a crescente transferência de renda do trabalho para o capital.

Contudo, seriam pouco efetivas, inúteis ou mesmo contraproducentes suas soluções, que basicamente se resumem à maior taxaço do capital, ao fortalecimento do Estado de bem-estar social e replicação do modelo nos países pobres e emergentes, sem tocar na questão da universalização de uma cidadania global como freio das desigualdades entre os países ricos e o resto do mundo (PIKETTY, *op. cit.*, pp. 766-882).

Na modernização social-democrática, a tensão acentuadamente econômica e ética entre burguesia x proletariado, é mediada por meio de um compromisso entre as partes, a implicar uma ordem de *status* democrática que regula, sem obstaculizar a ordem econômica capitalista, e uma ordem econômica capitalista que se expande sem inviabilizar a ordem de *status* democrática.

Nessa chave teórica, a crise internacional não desafiaria, portanto, apenas medidas de redistribuição econômica, como as propostas por Piketty, mas também e em última instância, a constituição de um ambiente ético em que todos os indivíduos, independentemente de raça, gênero, etnia, nacionalidade etc., possam desenvolver em igualdade de condições, a plenitude de sua personalidade.

Já acentuamos que a modernização social-democrática realizou, de forma ficcional, os dois grandes projetos revolucionários do marxismo: 1) a propriedade privada foi “revogada” com a introdução de uma propriedade comum universal substanciada nos direitos sociais; 2) a estrutura de classes capitalista “diluiu-se” na ordem de *status* democrática.

Ainda que essencialmente fictícias, essas duas providências inerentes ao paradigma da modernização social-democrática, de fato, mitigou o conflito de classes e elevou o padrão de vida material dos trabalhadores nos países em que se implementou.

Diferentemente, tivemos no Brasil a tentativa de “implantação” de uma ordem econômica de capitalismo paradoxalmente reprimido pelo impulso desenvolvimentista, a qual se combinava a uma ordem de *status* orientada pelo princípio de hierarquia orgânica da sociedade.

O caso da implantação da Usiminas, de que nos valem para confirmar a hipótese que norteou essas conclusões, ilustra bem em que aspectos e em que medida a modernização brasileira, iniciada para valer a partir do Estado Novo, desviou-se dos casos típicos, orientados pelo paradigma da modernização social-democrática.

A política de recursos humanos da Usiminas, determinada pela concepção de inferioridade orgânica do trabalhador, especialmente durante a implantação da Usiminas e até o Massacre de Ipatinga, além das precárias condições de trabalho não se explicam apenas pela lógica de exploração capitalista e pelas dificuldades financeiras da empresa. Refletiam a reduzida dignidade que então se atribuía à pessoa do operário.

Os salários baixos, a má qualidade da alimentação, as precárias condições de moradia, o transporte desumano, enfim, as relações de produção opressivas entreteciam-se com relações de reconhecimento distorcidas. É principalmente contra essa distorção que se constituiu o movimento operário em Ipatinga.

Não é certo dizer, porém, que o proletariado da Usiminas se mobilizou apenas para democratizar a ordem de *status* ou para melhorar a posição honorífica do trabalhador no organograma da empresa. A princípio, seria possível democratizar a ordem de *status* sem reestruturar a ordem econômica e vice-versa. A pretensão operária incluía inegavelmente a redistribuição da produção.

Assim, a luta contra a dominação opressora da Usiminas era extrinsecamente um conflito político, mas, intrinsecamente, uma luta dúplice, econômica e ética.

Os trabalhadores buscavam o estabelecimento de uma ordem de *status* igualitária, que implicasse efeitos redistributivos, ou a redistribuição da produção, que não fosse uma política mecânica, mas que fosse contextualizada para significar, de forma convincente, que a empresa respeitava o operário.

A sonegação de direitos aos operários obstava seu reconhecimento como membros plenos da sociedade industrial emergente e imobilizava o proletariado no

estrato inferior da pirâmide social. O projeto Usiminas não visava, no fundo, uma sociedade de classes, mas uma ordem estamental a emular uma sociedade de classes.

Não deixamos de enfatizar, em concessão a Dahrendorf, o caráter político dos conflitos de classes, mas, em nosso modelo analítico, procuramos combinar Marx e Honneth, porque consideramos que os fins últimos dos conflitos que subjazem e orientam o processo de modernização são determinados por um espectro motivacional que vai do interesse absoluto à ética absoluta.

O sopesamento dos fatores motivacionais desses conflitos não pode ser feito *a priori*. Em função dos graus de liberdade individual, as motivações éticas podem prevalecer provisoriamente sobre as motivações econômicas, e vice-versa, ou ambas se equilibrarem perfeitamente. Apenas a observação empírica pode decifrar o mosaico das motivações dos conflitos de classe.

A crise capitalista atual, de fato, sinaliza o esgotamento do paradigma social-democrático de jurisdição nacional. O pêndulo da economia começou a pesar mais que o pêndulo do *status*. No que o aperfeiçoamento do regime de cidadania democrática nas sociedades modernas desarma o conflito de classes, anula a própria força motriz.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ABELSHAUSER, W. Germany: guns, butter, and economic miracles. In: *The Economics of World War II: Six Great Powers in International Comparison*, Cambridge University Press, Cambridge, U.K., 2000, pp. 122-176.

ABREU, Marcelo de Paiva. Inflação, estagnação e ruptura: 1961-1964. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 197-212.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil (1930 a 1945)*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança. In: ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; SORJ, Bernardo (Org.). *Sociedade e política no Brasil Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 191-214.

\_\_\_\_\_. Difícil caminho: sindicatos e política na construção da democracia. In: O'DONNELL, Guillermo; REIS, Fabio Wanderley (Org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 327-367.

ALVES, Raimundo Anício. In: RUEDA, Lenira (coord.). *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1990.

\_\_\_\_\_. A comunidade. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de; CUNHA, Luiz Maurício da Silva. O Setor Siderúrgico. In: *BNDES 50 Anos – Histórias Setoriais*. BNDES: 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Classe Operaria, Sindicatos e Partidos no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ensaio, 1990.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. Operários e Estudantes Contra a Ditadura: 1968 no Brasil. In: *Dossiê 40 anos de maio de 68*. Revista Mediações, Londrina, Universidade Estadual de Londrina, v. 12, n. 2, pp. 78-89, jul/dez. 2007.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARISTÓTELES. *Metafísica*: edição bilíngue. Trad. Marcelo Perine. São Paulo, Edições Loyola, 2002.

ARRUDA, Marcos Penna Sattamini de. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Ipatinga, 11 jun. 2013.

AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

AYRES PIMENTA, Robinson. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Ipatinga, 23 jan. 2014.

AZEVEDO AMARAL, Antônio José. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Brasília: Editora da UnB, 1981.

BADURA, Peter. Eigentum. In: BENDA, Ernst; MAIHOFER, Werner; VOGEL, Hans Jochen (Hrsg.): *Handbuch des Verfassungsrechts der Bundesrepublik Deutschland*. Teil 1. Berlin; New York: de Gruyter, 1995, pp. 327-390.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

BARROS, Gustavo. *O Problema siderúrgico nacional na Primeira República*. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. *O desenvolvimento do setor siderúrgico brasileiro entre 1900 e 1940: criação de empresas e evolução da capacidade produtiva*. Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada (Heera), vol. 8, nº 14, p. 10-32, jan-jun 2013.

BELLAH, Robert N.. *Tokugawa Religion: The Cultural Roots of Modern Japan*. New York: Free Press, 1985 (ebook).

BEVERLEY, John. Dependency theory and the aporias of modernity: lessons from Latin America. In: MANNING, Patrick; GILLS, Barry K (ed.). *Andre Gunder Frank and Global Development: visions, remembrances, and explorations*. New York: Routledge, 2011.

BODIN, Jean. *Les six livres de la République*. Un abrégé du texte de l'édition de Paris de 1583. Édition et présentation de Gérard Mairet. Paris: Le livre de poche, LP17, no 4619. Librairie générale française, 1993.

BOTTOMORE, TOM. *Citizenship and Social Class*. In: Marshall, Thomas Humprey e Tom Bottomore. *Citizenship and social class*. London: Pluto Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. 1 ed. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. *Sociologie d'Algérie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1962.

\_\_\_\_\_. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. Trad. Sergio Miceli et. al. São Paulo: Perspectiva, 2009a.

\_\_\_\_\_. *O senso prático*. Trad. de Maria Ferreira. Petrópolis, RJ. Vozes, 2009b.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *Ofício de Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. *Dossiês de José Horta de Carvalho*. Serviço Nacional de Informações/Arquivo Nacional. Documento não publicado.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil de 1891*. Decretada e promulgada pelo Congresso Nacional Constituinte, em 24 fev. 1891. Coleção de Leis do Brasil - 1891, Página 1, Vol. 1.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 979, de 6 de Janeiro de 1903*. Faculta aos profissionais da agricultura e industrias ruraes a organização de sindicatos para defesa de seus interesses. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, Seção 1, 8 jan. 1903, p.138.

\_\_\_\_\_. *Decreto nº 1.637, de 5 de Janeiro de 1907*. Crea sindicatos profissionais e sociedades cooperativas. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, Seção 1, 11 jan. 1907, p. 251.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 2.478, de 5 de agosto de 1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, Seção 1 – 7 out.1940, p. 15173.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de Junho de 1942. Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União, Seção 1, 2 jun., 1942, p. 8987.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 46.349, de 3 de julho de 1959. prova o Regulamento do Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência (S.A.M.D.U.). Rio de Janeiro, Diário Oficial da União, Seção 1, 8 jul. 1959, p. 15428.

\_\_\_\_\_. Constituição da República Federativa do Brasil de 1937. Outorgado pelo Presidente da República em 10 de novembro de 1937. Rio de Janeiro, Diário Oficial da União, Seção 1, 10 nov. 1937, p. 22359.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966. *Cria o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e dá outras providências*. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, 14 set. 1966, p. 10587.

\_\_\_\_\_. Ato Institucional nº 5, de 13 de Dezembro de 1968. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1, 13 dez. 1968, p. 10801.

\_\_\_\_\_. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011. Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo; disciplina a representação fiscal para fins penais nos casos em que houve parcelamento do crédito tributário; altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996; e revoga a Lei no 12.255, de 15 de junho de 2010. Diário Oficial da União, Seção 1, 28 fev. 2011, p 1.

\_\_\_\_\_. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* [ebook]: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, consolidado até a Emenda Constitucional n. 84 de 02 de dezembro de 2014. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014a.

\_\_\_\_\_. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório Final*. 3 v. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2014b.

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho e Emprego. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Rio de Janeiro, Brasília, ano 20, n. 56, fevereiro de 2014. Disponível em: < [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21560&Itemid=9](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21560&Itemid=9) <http://www.ipea.gov>. Acesso em 8 jan. 2015.

CAILLE, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 13, n. 38, Oct. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-)

69091998000300001&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Apr. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000300001>.

CAMPOS, Newton Nogueira Campos. Relatório. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 30 nov. 1963, p. 1.

CANDIDO, Antonio. O significado de “Raízes do Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, p. 9-24.

\_\_\_\_\_. A sociologia no Brasil. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 18, n. 1, jun. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702006000100015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702006000100015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 25 mar. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702006000100015>.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. 6. ed. Coimbra: Almedina, 2002.

CARDOSO, A. M. *A trama da Modernidade: pragmatismo sindical e democratização no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

\_\_\_\_\_. *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Adalberto. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: FGV, 2010a.

CARDOSO, Adalberto. *Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual*. Dados, Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582010000400001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582010000400001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 nov. 2014.

CARLOS BERNARDO, Antônio. *Aspectos da evolução do movimento operário brasileiro*. Cahiers du monde hispanique et lusobrésilien, n. 13, 1969. pp. 49-61.

CARVALHO, José Murilo de. *A escola de Minas de Ouro Preto: o peso a glória*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

CHAVES, Raimundo Serrinha Pereira. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes. Ipatinga, 10 out. 2012.

CYPHER, James M.; DIETZ, James L.: *The Process of Economic Development*. London; New York: Routledge, 2002. Routledge, 2002 (ebook/Taylor & Francis e-Library).

COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber: Sociologia*. Trad. Amélia Cohn; Gabriel Cohn. 7. ed. São Paulo: Atica, 2006.

COLLARES, Alceu. *Discurso em audiência pública sobre reforma sindical*. Câmara dos Deputados, Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público. Brasília, 16 mar. 2005.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Vale: nossa história 2012*. Rio de Janeiro: Verso, 2012.

COSTA, Joaquim Sebastião Gonzaga. In: USIMINAS. *Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro*. Ipatinga, 1963, pp. 148-150.

- COSTA, Sergio. Esfera pública e as mediações entre cultura e política no Brasil. Disponível em: [http://www.ipv.pt/forumedia/fi\\_3.htm](http://www.ipv.pt/forumedia/fi_3.htm). Acesso: 26 abr. de 2013.
- DAHRENDORF, Ralf. *Class and Class Conflict in Industrial Society*. Stanford: Stanford University Press, 1959.
- \_\_\_\_\_. *Society and Democracy in Germany*. New York & London: W. W. Norton & Company, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Life chances: Approaches to Social and Political Theory*. London: Weidenfeld and Nicolson, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Reflexões sobre a revolução na Europa* – Numa carta inicialmente destinada a um cavalheiro de Varsóvia em 1990. Trad Ruy Jungman. Lisboa: Gradiva, 1993.
- \_\_\_\_\_. *The Modern Social Conflict*. 2. ed. New Brunswick; Transaction Publishers, 2008.
- DAL ROSSO, Sadi. *A Jornada de Trabalho Na Sociedade*. O Castigo de Prometeu. 1. ed. SÃO PAULO: LTR, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Longas jornadas: o tempo de trabalho na construção da sociedade brasileira*. Revista Guanacuns, v. 03/04, p. 27-62, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Construção de projetos de pesquisa em Sociologia*. Brasília, UnB: material didático não publicado, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Mais trabalho! A intensificação do trabalho na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- \_\_\_\_\_. Trabalho excessivo. In: CATTANI, Antonio David (org.) *Trabalho: horizonte 2021*. Porto Alegre: Escritos, 2021.
- Dangerfield, George. *The Strange Death of Liberal England*. London: Constable and Co., 1936.
- D'ARAUJO, Maria Celina (org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Série perfis parlamentares, n. 62.
- DE FELICE, Renzo. *L'Organizzazione dello Stato fascista, 1925-1929*. Torino: Einaudi, 1995. p. 87-102.
- DELFINO, Francisco Carlos. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Ipatinga, 16 jan. 2013.
- DIÁRIO DO AÇO. *Vale do Aço 2000: Um século de história*. Ipatinga, 1999.
- DIAS, Fernando Correia; SANTOS, Oder José. Ipatinga: uma comunidade operária. Revista Brasileira de Estudos Políticos, v. 33, nº 33, 1972, pp. 119-149.
- DINIUS, Oliver Jürgen. *Brazil's Steel City: Developmentalism, Strategic Power, and Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1964*. Stanford: Stanford University Press, 2011.
- DINIZ, Lígia Garcia. *Viver em Ipatinga: olhares citadinos – cidadãos se fazendo na cidade (1958-1992)*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

- DUCHÊNE, Gabrielle. *Les progres de la legislation sur le minimum de salaire*. Paris: [s.n.], 1918.
- DURKHEIM, Émile. *De la Division du Travail Social*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1922.
- \_\_\_\_\_. *Les règles de la méthode sociologique*. 16. ed. Paris: Les Presses universitaires de France. 1967.
- \_\_\_\_\_. *Representações individuais e representações coletivas*. In: *Sociologia e filosofia*. Trad. J. M. Toledo Camargo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, s/d.; p.15-49. (1ª ed.:1970).
- \_\_\_\_\_. *Sociologie et Philosophie*. Paris, PUF, 1974 [1906].
- \_\_\_\_\_. *As formas elementares da vida religiosa*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. In: *Coleção Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp. 201-245.
- \_\_\_\_\_. *L'empire du sens*. Paris, La Découverte, 1995.
- \_\_\_\_\_. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Les règles de la méthode sociologique*. (Edição eletrônica). Chicoutimi: Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec, 2002. Disponível em [http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim\\_emile/regles\\_methode/regles\\_methode.html](http://classiques.uqac.ca/classiques/Durkheim_emile/regles_methode/regles_methode.html). Acesso em 4 mai. 2013.
- EARP, F. S. S. ; BASTIAN, E. F. . *O combate à inflação no Brasil, 1958-67: uma análise dos planos de estabilização gradualistas*. In: XVII Encontro Nacional de Economia Política, 2012, Rio de Janeiro. Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política, 2012.
- EAKIN, Marshall C.. *A British Enterprise in Brazil: The St. John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine, 1830–1960*. Durham e Londres: Duke University Press, 1989 [ebook].
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FARIA, Luiz Carlos Miranda de. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Brasília, 8 out. 2012.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003
- FEIJO, Ricardo Luis Chaves. Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944). *Rev. Econ. Polit.*, São Paulo , v. 29, n. 2, June 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572009000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572009000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 10 Nov. 2014.
- FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*, v. 1: legado da “raça branca”. 5. ed., São Paulo: Globo, 2008a.
- \_\_\_\_\_. *A Integração do negro na sociedade de classes*, v. 2: no limiar de uma nova era. 5. ed., São Paulo: Globo, 2008b.

\_\_\_\_\_. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5 ed., São Paulo: Global Editora, 2008c.

FERRARO, Alceu Ravello; KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Educação e Realidade*, Porto alegre, v. 29, n. 2, p. 179-200, jul./dez. 2004.

FERRAZ, Lucas. *Cabo Anselmo já era agente duplo em 64, dizem documento*. Folha de S. Paulo, 21 mai 2012. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/44105-cabo-anselmo-ja-era-agente-duplo-em-64-dizem-documentos.shtml>. Acesso em 1 mar 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FERREIRA, Jorge. *O Partido Comunista Brasileiro e o governo João Goulart*. Rev. Bras. Hist., São Paulo, v. 33, n. 66, Dec. 2013

FEUERBACH, Ludwig. *A Essência do Cristianismo*. Trad. José da Silva Brandão. Campinas. São Paulo: Papirus, 1988. p. 56.

FICHTE, J. G. *Foundations of natural law*. Trad. Michael Baur. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

FIGUEIREDO, Affonso Celso de Assis. *Oito anos de parlamento: Reminiscências e notas*. Brasília; Senado Federal, 1998.

FIKENTSCHER, Wolfgang. *Freiheit als Aufgabe. Freedom as a Task*. Tübingen: J.C.B. Mohr, 1997.

FILGUEIRAS, Carlos Alberto Lombardi. *A Química de José Bonifácio*. Química Nova, v. 9, n. 4, pp. 263-268, 1986.

FIRMINO, Fernando. *Transformações do trabalho e dos trabalhadores do aço na Acesita*. Tese de doutorado. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition. A political-philosophical exchange*. Londres/Nova York: Verso, 2003.

FREITAS, Augusto Teixeira. *Consolidação das Leis Civis*. 3. ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1876.

FREITAS, Geraldo Vinícius Ribeiro. *Entre divisas, divisores e um massacre: a emancipação da não construída cidade de Ipatinga-MG*. Dissertação de Mestrado). Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, , 2012.

FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso: a história dos trabalhadores que construíram a Usiminas e morreram no Massacre de Ipatinga*. 1. ed. Belo Horizonte: Comunicação de Fato, 2008.

FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 34. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

FUCHTNER, Hans. *Os sindicatos brasileiros de trabalhadores: organização e função política*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I*. Trad. Flávio Paulo Meurer. 5. ed. Petrópolis : Vozes, 2002a.

- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método II*. Trad. Ênio de Paulo Giachini. 5. ed. Petrópolis : Vozes, 2002b.
- GERBI VEIGA, Maura. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Ipatinga, 23 jan. 2014.
- GOFFMAN, Erwing. GOFFMAN. *As representações do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Manicômios, prisões e conventos*. Trad. Dante Moreira Leite. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.
- GÓMEZ-HERAS, José Maria García. El retorno a uma ética de la vida cotidiana. In: GÓMEZ-GERAS, José Maria García. (Coord.). *Dignidad de la vida y manipulación genética: Bioética, ingeniería genética, ética feminista, deontología médica*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2002.
- GUATIMOSIM JUNIOR, Gil. In: USIMINAS. *Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro*. Ipatinga, 1963, pp. 109-119.
- \_\_\_\_\_. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035, v. 2. 1963-1965, pp. 169-172.
- \_\_\_\_\_. A implantação. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.
- HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'agir communicationnel – Rationalité de l'agir et rationalisation de la société*. Tome 1 - La acción y racionalización social. Trad. Jean-Marc Ferry. Paris: Fayard, 1987a.
- \_\_\_\_\_. *Théorie de l'agir communicationnel – Rationalité de l'agir et rationalisation de la société*. Tome 2 - Critique de la raison fonctionnaliste. Trad. Jean-Marc Ferry. Paris: Fayard, 1987b.
- \_\_\_\_\_. *Between facts and norms – Contributions to a discourse theory of law and democracy*. Trad. William Rehg. Cambridge: The MIT Press, 1998.
- \_\_\_\_\_. A luta por reconhecimento no Estado democrático de direito. In: HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 3. ed., São Paulo: Loyola, 2007a, pp. 237-275.
- \_\_\_\_\_. Três modelos normativos de democracia. In: HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 3. ed., São Paulo: Loyola, 2007b, pp. 277-292.
- \_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2. ed. Trad. Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HARRIS, H. S. Hegel's System of Ethical Life. An Interpretation. In: HARRIS, H. S.; KNOX, T. M.. (ed.). *System of Ethical Life (1802/3) and First Philosophy of Spirit (Part III of the System of Speculative Philosophy 1803/4)*. Trad. H. S. Harris T.M. Knox. Albany: State University of New York Press, 1979, pp. 3-96.

- HARRIS, H. S.; KNOX, T. M. (ed.). *System of Ethical Life (1802/3) and First Philosophy of Spirit* (Part III of the System of Speculative Philosophy 1803/4). Trad. H. S. Harris e T.M. Knox. Albany: State University of New York Press, 1979.
- HEGEL, G. W. F. *System der Sittlichkeit*. Ed. Georg Lasson. Hamburg: Meiner, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Phenomenology of Spirit*. Trad. A. V. Miller. Oxford: Oxford University Press, 1972.
- \_\_\_\_\_. *The Difference Between Fichte's and Schelling's System of Philosophy: An English Translation of G. W. F. Hegel's Differenz des Fichte'schen Und Schelling'schen Systems der Philosophie*. Trad. H. S. Harris and Walter Cerf. Albany: State University of New York Press, 1977.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- HOBBS, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HARVEY, David. *Rebel Cities*. New York: Verso, 2012.
- HARVEY, David. *Para entender O Capital: Livro I*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HEGEL, G. W. F. *System of ethical life and First philosophy of spirit*. Trad. H. S. Harris e T. M. Knox. Albany: Suny Press, 1979.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- HOBBS, Eric. *Era dos Extremos. O breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HONNETH, Axel. *The Struggle for Recognition: The Moral Grammar of Social Conflicts*. Trad. Joel Anderson. Cambridge: The MIT Press, 1996.
- HUSSERL, Edmund. *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie*, in: *Gesammelte Werke, Husserliana, Band VI*, hrsg. v. Walter Biemel. Den Haag: Nijhoff, 1954.
- \_\_\_\_\_. *The Crisis of European Sciences and Transcendental Phenomenology*. Trad. David Carr. Evanston: Northern University Press, 1970.
- INGLEHART, Ronald F.; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: the human development sequence*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- JELLINEK, Georg. *Teoria general del estado*. Trad. Fernando de los Rios. México: FCE, 2000..
- JOBIM, José. *The mineral wealth of Brazil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1941.

KATO, Hirokazu. O sócio japonês. FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

KELSEN, Hans. *A essência e o valor da democracia*. Trad. Vera Barkow. In: *A democracia*. KELSEN, Hans. *A Democracia*. Trad. Ivone Castilho Benedetti e outros. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Democracia*. Trad. Ivone Castilho Benedetti e outros. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LANARI JÚNIOR, Amaro. A realização. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 (ebook).

\_\_\_\_\_. Legislação eleitoral. In: *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012a (ebook).

LEITE LOPES, José Sergio. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo-Brasília: Marco Zero/Editora UnB, 1988.

LENIN'S COLLECTED WORKS. 4. ed. (inglesa). Moscou: Progress Publishers, 1972, v. 29, pp. 240-241

LERNER, Daniel. *Passing Traditional Society: Modernizing the Middle East*. Glencoe: The Free Press, 1958.

LIBRERA, Marco. *Konflikttheorie nach Ralf Dahrendorf - Studienarbeit*. Stuttgart: Grin Verlag, 2003 (Tradução nossa).

LIEDKE FILHO, Enno D. *A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios*. *Sociologias*, Dez. 2005, n.14, p.376-437. ISSN 1517-4522.

LIMA, Gerson Neves. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Tarumirim, 3 out. 2012.

LOCKE, John. *Second Treatise of Government*. (Edited with an Introduction By C.B. McPherson). Hackett Publishing Company: Indianapolis and Cambridge, 1980.

\_\_\_\_\_. *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

LOCKWOOD, David. *Some remarks on "The Social System"*. *British Journal of Sociology* 7, pp. 134-146 (1956).

LOPES, Jaime Ferreira. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Brasília, 26 nov. 2012.

LOPES, Lucas. A criação da Usiminas. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

- LOWENSTEIN, Karl. *Brasil Under Vargas*. New York: The MacMillan Company, 1942.
- MANTEGA, Guido. *Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico*. Relatório de Pesquisa n. 27, Núcleo de Pesquisas e Publicações, Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- MARQUES, Avelino. Entrevista concedida a Marilene Tuler Ramalho e Manoel Francisco Ramalho. Venda Nova, 16 abr. 2005.
- MARSHALL A.. The Future of the Working Classes. In PIGOU, A. C. (ed). *Memorials of Alfred Marshall*. London: Macmillan, 1925 [1873], pp. 101-118.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. Citizenship and Social Class. In: MARSHALL, Thomas Humphrey. *Class, Citizenship and Social Development*. Westport: Greenwood Press, 1973.
- \_\_\_\_\_. Citizenship and Social Class. In: Marshall, Thomas Humprey e Tom Bottomore. *Citizenship and Social Class*. London: Pluto Press, 1992.
- MARX, Karl. *Das Kapital*. Kritik der politischen Oekonomie. Erster Band. Buch I: Der Produktionsprozess des Kapitals. Hamburg: Verlag aoi Otto Meissner, 1867.
- \_\_\_\_\_. *A Contribution to the Critique of Political Economy*. Trad. N. I. Stone. Chicago: Charles H. Kerr, 1904.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Edição resumida por Julian Borchardt. 7. ed. Trad. Ronaldo Alves. Schmidt. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 1ª ed. São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 1983.
- \_\_\_\_\_. *Capital: Volume I*. Trad. Ben Fowkes. London: Penguin Classics, 1990. Print.
- \_\_\_\_\_. *Capital: Volume III*. Trad. David Fernbach. New York: Penguin Books, 1991. Print.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Trad. Rubens Ederle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *Wages of Labor*. In: MARX, Karl. *Economic & Philosophic Manuscripts of 1844*. Trad. Martin Milligan. Radford: Wilder Publications, 2007. Ed. Matthew Carmody. Moscow: Progress Publishers, 1959. 3. Print.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Manuscrtos econômico-filosóficos*. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2008b.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer *et al.* São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Vol. I. Trad. Álvaro Pina. Lisboa: Edições Avante, 1982.

\_\_\_\_\_. *A ideologia alemã: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas, 1845-1846*. Trad. Marcelo Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. *The Communist manifesto* [ebook]. Trad. Martin Malia. New York, N.Y. : Signet Classics, 2011.

MEAD, George Herbert. *Mind, self, & society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1934.

MELLO, Maurício. A organização. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

MENEZES, José Bento de. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes. Ipatinga, 14 jul. 2012.

MERTON, Robert King. *Sociologia: teoria e estrutura*. Trad. Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

\_\_\_\_\_. *On Social Structure and Science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

\_\_\_\_\_. On Sociological Theories of the Middle Range [1949]. In: CALHOUN, Craig; GERTEIS, Joseph; MOODY, James; PFAFF, Steven; VIRK, Indermohan (ed.). *Classical Sociological Theory*. 3 ed. New York: Wiley-Blackwell, 2012, pp. 531-542.

MICHELMAN, Frank, 1996. *Democracy and Positive Liberty*. Boston Review: vol. 21, no.5: Michigan State University Press, pp.1-10.

\_\_\_\_\_. *How Can the People Ever Make the Laws? A Critique of Deliberative Democracy*. In: BOHMAN James; REHG, William (eds.) *Deliberative Democracy: Essays on Reason and Politics*. Cambridge: MIT Press; 1997.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. *Arquivos da Polícia Política - 1954-1970*<sup>159</sup>.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Comissão Especial para apurar responsabilidades nos acontecimentos de Ipatinga. *Depoimentos*. 1963-1964 (documento não publicado).

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Comarca de Coronel Fabriciano. *Processo criminal contra Carlos Alberto Xavier e outros*. [Excertos] 1963-1964 (documento não publicado).

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. *Processo número 2.035*. 6 v., 1963-1965 1964 (documento não publicado).

USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os lutosos acontecimentos de 7 de outubro. Rel. Ipatinga, 1963 1964 (documento não publicado).

<sup>159</sup> O arquivo foi acessado pela internet ao longo de 2013 e 2014 no link [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops\\_docs](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs). Todavia, em 27 de janeiro de 2015, esse acesso não estava mais disponível.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *Esprit des Lois*. Paris: P. Pourrat Fres. Éditeurs, 1831.

\_\_\_\_\_. *O espírito das leis*. Trad. Chistina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOORE JR., Barrington. *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*. Harmondsworth, Penguin, 1966.

MORAES, José Augusto de. *Ipatinga Cidade Jardim*. 9 v., Ipatinga: ArtPublish, 2009.

MOREIRA, Vania Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3. p.155-194.

MORLEY, Samuel A.. *Labor markets and inequitable growth: the case of authoritarian capitalism in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MOURA, Gerson. *Relações exteriores do Brasil (1939-1915): mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.

MUCIDA, João. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Ipatinga, 4 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Manhuaçu, 27 jan. 2013.

NACHMIAS, D.; NACHMIAS, C. *Research Methods in the Social Sciences*. 7 ed., New York: Worth Publishers, 2007.

NAZARETH, Otávio (ed.). *Japoneses no Vale do Aço*. [pesquisa histórica e iconografia, Renato Santos Lacerda; entrevistas e texto, Carlos Alberto Cândido ; fotografias, José Caldas]. São Paulo: Olhares, 2008.

NETTO, Antonio Delfim. *O papel do Estado é igualar*. Entrevistado por Jorge Luiz de Souza. In: IPEA. *Desafios do desenvolvimento*. Brasília-DF: IPEA, Ano 5, ed. 39, 25 jan. 2008.

NORONHA, Eduardo G. O modelo legislado de relações de trabalho no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. *Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007*. Lua Nova [online]. 2009, n.76, pp. 119-168.

ORTIZ, Renato. (org.). *Pierre Bourdieu: Sociologia*. Trad. de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

OLIVEIRA, Carlindo Paulo Rodrigues de. *Política salarial no Brasil (1964-1984): idas e vindas do corporativismo estatizante*. 1985. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. *O idealismo da Constituição*. São Paulo: Nacional, 1929.

\_\_\_\_\_. *As novas diretrizes da política social*. Rio de Janeiro: Serviço de Estatística e Previdência do Trabalho, 1939.

\_\_\_\_\_. *Direito do trabalho e democracia social: o problema da incorporação do trabalhador no Estado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

\_\_\_\_\_. *Instituições políticas brasileiras*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.

\_\_\_\_\_. *Problemas de direito corporativo*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983.

\_\_\_\_\_. *História Social da Economia Capitalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Eduff. 1987.

\_\_\_\_\_. *O ocaso do Império*. Brasília: Senado Federal, 2004.

Oliver J. Dinius. *Brazil's Steel City: Developmentalism, Strategic Power, and Industrial Relations in Volta Redonda, 1941–1964*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2011 (e-book).

PACHECO, Gabriel A. Janot. A criação da Usiminas. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

PAIVA, Paulo. *A marca do professor*. Belo Horizonte: Conceito, 2012.

PARETO, Vilfredo. *The rise and fall of the elites: an application of theoretical sociology*. New Brunswick: Transaction Books, 1991.

PARSONS, Talcott. *The social system*. New York: The Free Press, 1951.

\_\_\_\_\_. *The structure of social action*. Vol. I. New York: The Free Press, 1968.

\_\_\_\_\_. *The structure of social action*. Vol. II. New York: The Free Press, 1968a.

\_\_\_\_\_. An outline of the social system. In: CALHOUN, Craig; GERTEIS, Joseph; MOODY, James; PFAFF, Steven; VIRK, Indermohan (ed.). *Classical Sociological Theory*. 3 ed. New York: Wiley-Blackwell, 2012, pp. 502-522.

PARSONS, Talcott, and SHILS, E. (ed.). *Toward a General Theory of Action*. New York: Harper (Torch), 1962.

PECONICK, Jayme de Andrade. A idealização. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

PELÁEZ, Carlos Manuel. *História da industrialização brasileira: crítica à teoria estruturalista no Brasil*. Rio de Janeiro: APEC Editora, 1972.

PEREIRA, Carlindo Marques. *O Massacre de Ipatinga*. 1. ed. Belo Horizonte: Segrac, 1984.

PEREIRA, Ligia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de. *Amaro Lanari Júnior: pensamento e ação de um siderurgista*. Belo Horizonte: C/Arte, 2002.

PESSOTTI, José Elias. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Coronel Fabriciano, 19 jul. 2013.

PIKETTY, Thomas. *Le Capital au XXIe siècle*. Paris: Editions du Seuil, 2013.

PIMENTA, Demerval José. *Implantação da grande siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Demerval José Pimenta/Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1967.

PINTO, Paulo. O aspecto social. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

POCHMANN, Márcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010 (Brasil em debate, v. 2).

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Trad. Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POPPER, Karl. *The logic of scientific discovery*. London and New York: Routledge, 1987.

Postone, Moishe. Critique, State, and Economy. In: RUSH, Fred (ed.): *The Cambridge Companion to Critical Theory*. Cambridge: Cambridge University, pp. 165-193.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

\_\_\_\_\_. *Evolução política do Brasil: colônia e império*. 21. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

POGREBINSCHI, Thamy. *O Enigma do Político*. Marx contra a Política Moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. PRZEWORSKI, Adam. *Democracy and the Limits of Self-Government*. New York: Cambridge University Press, 2010.

RAWLS, John. *Justiça como equidade – uma reformulação*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Uma Teoria da Justiça*. Trad. Jussara Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1890. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1898.

RESENDE, André L. Estabilização e reforma: 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de P. *A ordem do progresso: cem anos de política republicana. 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p. 213-231.

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, v. 10, n. 3(39), p. 114-120, jul./set. 1990.

RIBEIRO, Geraldo dos Reis. In: USIMINAS. Relatório da Comissão de Sindicância para apurar os ltuosos acontecimentos de 7 de outubro. Ipatinga, 1963, pp. 88-90.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Timóteo, 13 jul. 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Timóteo, 12 jan. 2013.

- RODRIGUES, Leôncio. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.
- ROUSSEAU, J. J. *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. Paris: Éditions Gallimard, 1988. (folio essais)
- \_\_\_\_\_. *Discours sur l'économie politique*. (texto présenté, établi et annoté par Robert Derathé). Paris: Éditions Gallimard, 2001. (folio essais)
- \_\_\_\_\_. *Du Contrat Social* (texto présenté, établi et annoté par Robert Derathé). Paris: Éditions Gallimard, 2001a. (folio essais)
- RUEDA, Lenira; NAHAS JUNIOR, Antônio (Coords.). *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. v. 1. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1991.
- RUEDA, Lenira; NAHAS JUNIOR, Antônio (Coords.). *Homens em série: a história de Ipatinga contada por seus próprios personagens*. v. 2. Ipatinga: Prefeitura Municipal de Ipatinga, 1992.
- SAID, Edward. W. *Culture and Imperialism*. New York: Alfred A. Knopf, 1993.
- SALLES, João Cláudio Teixeira. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. Processo n. 2.035., v. 2, 1963-1965, pp. 167-168.
- SAMPIERI, R.; COLLADO, C.; LUCIO, P. *Metodologia de pesquisa*. Trad. Fátima Conceição Murad et. al. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.
- SANTOS, Nilton Pereira dos. *A fábrica de ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- SANTOS, Theotônio dos. *A teoria da dependência: um balanço histórico e teórico*. 2008. Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/midia/documentos/ateoriadadependencia.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2014.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- \_\_\_\_\_. A Pós-'Revolução' Brasileira. In: JAGUARIBE, Hélio et al. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985. p. 224-335.
- \_\_\_\_\_. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- \_\_\_\_\_. A praxis liberal e a cidadania regulada. In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, pp. 63-114.
- SARLET, Ingo. *A Eficácia dos direitos fundamentais*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.
- SENNETT, Richard. *Respect in a World of Inequality*. New York; London: W.W. Norton & Co., 2003 [e-book].
- SHAH, Hemant. *The Production of Modernization: Daniel Lerner, Mass Media, and The Passing of Traditional Society*. Philadelphia: Temple University Press, 2011.

SHAKESPEARE, William. *Henry IV, part 2*. In: *The Complete Work of William Shakespeare*. The Edition of The Shakespeare Head Press, Oxford, New York: Barnes & Noble, 1994.

SIEYES, Emmanuel Joseph. *Préliminaire de la constitution française. Reconnaissance et exposition raisonnée des Droits de l'homme et du Citoyen*. Discurso lido em 20 e 21 de julho de 1789 na Comissão da Constituição da Assembleia Nacional. Paris, 1789.

\_\_\_\_\_. *Préliminaire de la Constitution. Reconnaissance et exposition raisonnée des droits de l'homme et du citoyen*. In: FRANÇOIS FURET; RAM HALÉVI (Org). *Orateurs de la Révolution française*. Paris: Gallimard, 1989, p. 1004-1018.

\_\_\_\_\_. *Qu'est-ce que le Tiers état?* Paris: Éditions du Boucher, 2002.

SILVA, Edvaldo Fernandes. *Salário mínimo: desindexação entre a norma, o fato e o valor*. Dissertação de mestrado. Brasília: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, e Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados, 2009.

\_\_\_\_\_. *Massacre de Ipatinga quadro a quadro*. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2013a.

SILVA, José Francisco da. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Timóteo, 22 jan. 2013b.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Timóteo, 24 jan. 2013c.

SIMMEL, Georg. *Über sociale Differenzierung*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1890.

\_\_\_\_\_. *Conflict & the web group-affiliations*. Trad. Kurt H. Wolff e Reinhard Bendix. New York: Free Press, 1964.

SIMÕES, Armando Amorim. *O Relatório de Desenvolvimento Humano 2014 e o contexto brasileiro* (Estudo Técnico nº 10/2014). Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, disponível em <http://acervodigital.mds.gov.br/xmlui/handle/123456789/361>, acesso em 23 nov. 2014.

SINGER, P. I. Reflexões sobre inflação, conflito distributivo e democracia. In: REIS, Fabio Wanderley; O'DONNELL, Guillermo (Org.). *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988. p. 91-104.

SKIDMORE, Thomas. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27-81.

\_\_\_\_\_. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

SMITH, Adam. *An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. 2 v. London : printed for W. Strahan; and T. Cadell, 1776.

SOARES, Daniel Miranda. O massacre de Ipatinga. Cadernos do CEAS, n. 64, Salvador-BA, nov/dez 1979, p. 38-46.

- SOARES, Fernando Antônio Ribeiro; PINTO, Maurício Barata de Paula. Desequilíbrios cambiais e os fundamentos econômicos: uma análise do Plano Real. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 5-40, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n1/01.pdf>. Último acesso em: 27 jun. 2009.
- SOUZA, Paulo Roberto de. *Cultura, trabalho e conflitos em Ipatinga nos anos 60*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- SOUSA, Sílvio de. Relatório de Inquérito Penal Militar. Belo Horizonte, 4. nov. 1963. In: MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça Militar. *Processo n. 2.035*. v. 3, 1963-1965; pp. 308-317.
- SUZIGAN, W. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- TANAKA, H. De Vargas aos militares: o golpismo como prática política. *Akrópolis*, Umarama, v. 13, n. 1, p. 59-62, 2005.
- TAYLOR, Charles. The Politics of Recognition. In: GUTMANN, Amy (ed.): *Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition*. Edição ampliada. Princeton: Princeton University Press, 1994, pp. 25-73.
- TEMIN, Peter. *Soviet and Nazi economic planning in the 1930s*. Working Paper nº 554. Cambridge, Massachusetts: Massachusetts Institute of Technology Department of Economics, 1990.
- THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS, REPUBLIC OF INDONESIA. *Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung*. Djakarta: 1955, pp. 161-169, disponível em [http://www.cvce.eu/obj/communique\\_final\\_de\\_la\\_conference\\_afro\\_asiatique\\_de\\_bandoeng\\_24\\_avril\\_1955-fr-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae5135\\_85.html](http://www.cvce.eu/obj/communique_final_de_la_conference_afro_asiatique_de_bandoeng_24_avril_1955-fr-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae5135_85.html). Acesso em 13 nov. 2014.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. *Scripta Nova*, Barcelona, n. 15, 15 jan. 1998. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn-15.htm>. Último acesso em: 11 fev. 2013.
- TILLY, Charles. *Historical Sociology*. International Encyclopedia of the Behavioral and Social Sciences. vol. 10, Amsterdam, Elsevier, p. 6753-6757, 2001.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *De la Démocratie en Amérique*, Tome I, Gallimard (Folio), 1961 [1840].
- \_\_\_\_\_. *De la Démocratie en Amérique*, Tome II, Gallimard (Folio), 1961a [1840].
- \_\_\_\_\_. *A Democracia na América*. Trad. Neil Ribeiro da Silva. 4 ed. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 1998.
- TOFANELLI, Ione de Moraes. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Timóteo, 9 out. 2012.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Einführung in die Soziologie*. Stuttgart: Enke 1931, S. 313–327.
- \_\_\_\_\_. *Gemeinschaft und Gesellschaft*. Grundbegriffe der reinen Soziologie. Darmstadt: Wissenschaftliche Verlagsanstalt, 1979.

\_\_\_\_\_. *Community and society*. Trad. Charles Price Loomis. Mineola: 2002 [1887].

TRAITÉ DE VERSAILLE 1919. Nancy, Paris, Strasbourg: Librairie Militaire Berger-Levrault, 1919.

TROTSKY, Leon. *The History of the Russian Revolution*. New York: Pathfinder, 1961 [1932].

TULER, Marilene A. Ramalho. O Massacre de Ipatinga: o contexto sócio-político do Golpe Militar de 1964 através de um estudo de caso. Dissertação (Mestrado) Universidade Severino Sombra. Vassouras, RJ, 2006.

\_\_\_\_\_. *Massacre de Ipatinga: mitos e verdades*. Belo Horizonte: O lutador, 2007.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida a Edvaldo Fernandes da Silva. Timóteo, 8 out. 2012.

USIMINAS. *A vila operária da Usiminas em Ipatinga*. s. ed., Belo Horizonte, 1958 [documento interno].

\_\_\_\_\_. *50 anos Usiminas*. Belo Horizonte: 2012.

VERANO, Luiz. A implantação. In: FRIZZERA, Jussara (org.). *Usiminas conta sua história*. Depoimentos. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1990. Entrevista concedida a Jussara Frizzera e Bernardo Mata Machado.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 105-122.

VIEIRA, André. *Arapongas da Usiminas*. Istoé, São Paulo, 29 abr. 1998, pp. 94-97.

VILAS NOVAS, José. Entrevista concedida ao Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Timóteo e Coronel Fabriciano – Metasita. [s.d.].

VILLA, Marco Antonio. *A história das constituições brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio*. São Paulo: Leya, 2011.

VITTOR, A.Y. et al. *The effect of deforestation on the human-biting rate of Anopheles darlingi, the primary vector of falciparum malaria in the Peruvian Amazon*. American Journal of Tropical Medicine and Hygiene 74, 1996, pp. 3-11.

WAGNER, Peter. *A crise da modernidade: a sociologia política no contexto histórico*. 19º Encontro Anual da ANPOCS. 1995. Disponível em: [www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_31/rbcs31\\_02.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_31/rbcs31_02.htm). Último acesso em: 30 jun. 2009.

WEBER, Max. Science as a Vocation. In: WEBER, Max. *From Max Weber*. Trad. H. H. Gerth e C. Wright Mills. New York: Oxford University Press, 1946.

\_\_\_\_\_. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Trad. Talcott Parsons. New York: Charles Scribner & Sons, 1958.

Classe, 'status', partido. Trad. Otávio Guilherme Velho. In: VELHO, Otávio Guilherme; PALMEIRA, Moacir. G. S.; BERTELLI, Antônio R. (orgs). *Estrutura de Classes e estratificação social*. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

*The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. Trad. Talcott Parsons. New York: Routledge, 1992.

\_\_\_\_\_. Parliament and Government in Germany Under a New Political Order. In: LASSMAN, Peter; SPEIRS, Ronald (eds). *Weber – Political Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp.130-271

\_\_\_\_\_. *Sociologie des religions. Textes réunis, traduits et présentés par Jean-Pierre Grossein*. Paris, Gallimard, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad. de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi & Tamás J. M. K. Szmrecsányi. 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999a.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade*. Fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, v. 2, 1999b.

\_\_\_\_\_. *Economia e sociedade*. Fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. Brasília: UnB, v. 1, 2000.

\_\_\_\_\_. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

\_\_\_\_\_. *Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima*. Trad. Gabriel Cohn. Rio de Janeiro: VGuêdes Multimídia, 2008.

\_\_\_\_\_. *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. 3. ed. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009.

\_\_\_\_\_. *Sociologia das Religiões*. Trad. Cláudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Editora Ícone, 2010 (Coleção Fundamentos da Filosofia).

\_\_\_\_\_. *Methodology of Social Sciences: Max Weber*. Trad. Eduard A. Shils e Henry A. Finch. Glencoe: Free Press, [1949] 2011.

WEINGART, Peter. *Beyond Parsons? A Critique of Ralf Dahrendorf's Conflict Theory*. *Social Forces* 48(2), 1969, p. 151–165.

WEINSTEIN, Barbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. Trad. Luciana Vieira Machaco. São Paulo: Cortez/CDAPH-Ifan-USF, 2000.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *De um Plano Collor a outro*. Rio de Janeiro, Revan, 1991.

\_\_\_\_\_. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. *Dados*, vol. 39, nº 3, 1996, pp. 377-392.

WOLFF, Martin. *Reichsverfassung und Eigentum*. Offprint from Festgabe der Berliner Juristischen Fakultät für Wilhelm Kahl zum Doktorjubiläum am 19. April 1923. Tübingen: J. C. B. Mohr (Paul Siebeck), 1923.

WYTHE, George; WIGHT, Royce A.; MIDKIFF, Harold M. *Brazil: an expanding economy*. New York: Twentieth Century Fund, 1949.

YEGANEH, Hamid; SU, Zhan; CHRYSOSTOME, Elie Virgile M.. *A Critical Review of Epistemological and Methodological Issues in Cross-Cultural Research*. *Journal of Comparative International Management*, [S.l.], aug. 2004. ISSN 1718-0864. Disponível em <http://journals.hil.unb.ca/index.php/JCIM/article/view/459/765>. Acesso em 8 nov. 2014.

## RELAÇÃO DE ENTREVISTAS

Entrevistados		Qualificação	Data	Duração
1.	Adil Albano Cruz	Ex-operário da Usiminas	20.07.13	00:48:45
2.	Álvaro Nunes Teixeira	Ex-marceneiro da antiga Acesita	13.07.12	00:08:19
3.	Antonino Torres de Araújo	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	13.07.12	00:18:58
4.	Antônio Monteiro	Ex-operário da Usiminas	30.05.13	00:22:25
5.	Antônio Alves Assis Diniz	Ex-operário da Usiminas e militante do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano em 1963	10.10.13	00:57:43
6.	Antônio Alves Assis Diniz	<i>Sursum</i>	10.10.13	00:32:03
	Marilene Monteiro de Castro Diniz	Secretária do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano em 1963, respectivamente		
7.	Carlindo Marques Pereira	Candidato a deputado estadual pelo PT de Minas em 1982 e jornalista em Ipatinga nos anos 80	30.09.12	01:03:30
8.	Carlindo Marques Pereira	<i>Sursum</i>	12.10.12	02:29:29
	Carlos Alberto Lima	Ex-operário da Usiminas, apoiador da Chapa Ferramenta	04.10.12	00:36:13
10.	Cícero Barbosa Machado	Dirigente da CUT-Minas e militante do PT em Ipatinga	07.07.12	02:35:09
11.	Cícero Barbosa Machado	<i>Sursum</i>	07.07.12	00:05:17
	Jerônimo Marques Assunção	Ex-integrante da Chapa Ferramenta		
12.	Daniel Ferreira Pinto (12)	Ex-operário da Usiminas, vítima das atrocidades do Chicago Bridge	24.01.13	01:40:55
13.	Daniel Miranda Soares	Economista, autor do primeiro texto acadêmico sobre o Massacre de Ipatinga	11.10.12	00:59:46
14.	Darcy Monteiro de Souza	Ex-operário da Usiminas, testemunha do massacre	05.10.12	01:00:09
15.	Delair Jacinto Julião	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	30.05.13	00:50:22
16.	Deusdete Pereira da Silva	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	10.10.12	00:40:15
17.	Edilson Pina	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	06.07.12	00:52:06
18.	Édson de Oliveira Cunha (Edinho Ferramenta)	Ex-integrante da Chapa Ferramenta e ex-deputado federal	08.07.12	01:41:59
19.	Enias Silvino de Souza	Ex-operário da Usiminas, vítima do Massacre de Ipatinga	20.07.13	00:52:18
20.	Eri Pimenta da Penha	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	03.10.12	01:11:59
21.	Francisco Carlos Delfino (Chico Ferramenta)	Candidato a presidente da Chapa Ferramenta, ex-deputado estadual e ex-deputado federal pelo PT de Minas, e ex-prefeito de Ipatinga	16.01.13	01:25:00
22.	Francisco Pereira de Lima	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	23.07.13	01:10:32

23.	Francisco Pereira Xavier	Comandante do destacamento da PM e delegado de polícia de Ipatinga após 1964. Atuou na repressão do levante operário imediatamente após Massacre de Ipatinga	20.01.13	02:20:56
24.	Geraldo Nascimento	Ex-advogado da Chapa Ferramenta e ex-prefeito de Timóteo	11.07.12	00:50:57
25.	Geraldo dos Reis Ribeiro	Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Coronel Fabriciano	13.07.12	01:26:57
26.	Geraldo dos Reis Ribeiro (26)	<i>Sursum</i>	12.01.13	05:11:41
27.	Gérson Neves de Lima	Ex-operário da Usimec e candidato a vice-prefeito de Ipatinga pelo PT em 1982	03.10.12	00:55:35
	Maria Aparecida de Moura	Esposa de Gérson Neves de Lima e partícipe da penúria do marido, demitido por motivos políticos da Usimec, subsidiária da Usiminas, por ter-se candidatado a vice-prefeito pelo PT nas eleições de 1982		
27.	Hélio Malaquias de Paula	Ex-operário da Usiminas, testemunha do início do Movimento Ferramenta, a que veio a aderir mais tarde, em 1986	09.07.12	00:47:50
28.	Helvécio Thomaz Martins	Comerciante, testemunha do Massacre de Ipatinga, ex-dirigente da Associação Comercial e ex-vereador de Ipatinga	09.10.12	00:44:43
29.	Himilcon Demartin	Ex-operário da Usiminas, testemunha do Massacre de Ipatinga	24.01.14	02:13:35
30.	Hudson Dias da Cunha	Ex-operário da Usiminas, mesário da Chapa Ferramenta	03.07.12	00:45:00
31.	Ione de Moraes Tofanelli	Esposa de funcionário da Usiminas, ativista de movimentos sociais e integrante do Conselho Tutelar de Ipatinga	09.10.12	00:45:14
32.	Ivo José da Silva	Candidato a secretário na Chapa Ferramenta, ex-secretário de Governo de Ipatinga, ex-deputado estadual e ex-deputado federal pelo PT de Minas.	05.02.13	02:22:02
33.	Ivo José,	<i>sursum</i>	01.12.12	00:45:21
	Leonardo Monteiro,	ex-presidente do Sinticel/BO-GV e da CUT-GV, deputado federal pelo PT de Minas;		
	Maurilho Tomaz,	Ex-operário da Cenibra e ex-dirigente do Sinticel/BO-GV		
	Hélio da Costa Junior	Ex-operário da Usiminas e apoiador da Chapa Ferramenta		
	Fernando Pereira dos Santos	Ex-integrante da Chapa Ferramenta		
34.	Jaime Ferreira Lopes	Ex-frei franciscano e um dos líderes da Pastoral Operária em Ipatinga nos anos 80 e um dos fundadores do Movimento Sete de Outubro	08.01.13	01:29:08

35. Jerônimo Marques Assunção	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	07.07.12	00:30:01
36. João Carlos Duarte	Professor universitário e autor de dissertação de mestrado sobre a Chapa Ferramenta	05.10.12	01:08:35
37.	João Lúcio da Silva	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	11.10.12 01:04:44
	Renato da Silva	Ex-operário da Usiminas, apoiador do Movimento Ferramenta	
38. João Magno de Moura (43)	Presidente-fundador do Sindicato dos Bancários, ex-vice-prefeito e ex-prefeito de Ipatinga e ex-deputado federal pelo PT de Minas	07.10.12	01:10:03
39. João Mucida	Ex-engenheiro metalúrgico da Usiminas e um dos precursores da resistência ao “sistema Usiminas” nos anos 80.	27.01.13	02:13:18
40.	João Mucida	<i>Sursum</i>	04.07.12 01:16:24
	José Geraldo da Silva	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	
41. João Paulo Pires de Vasconcelos	Ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, fundador da Casa do Trabalhador, entidade voltada à conscientização da classe operária no Vale do Aço e um deputado Constituinte do Partido dos Trabalhadores pelo PT de Minas	18.06.13	00:50:28
42. Jorge Carlos da Silva	Ex-operário da Usiminas, apoiador da Chapa Ferramenta e militante no movimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB)	30.09.12	00:47:00
43. José Arimatéia Matos	Professor universitário e especialista em movimentos operários no Vale do Aço.	10.10.12	00:35:18
44. José Augusto Schettini de Moraes (49)	Ex-operário da Usiminas e historiador leigo de Ipatinga	19.12.12	01:34:45
45. José Benedito da Silva	Ex-integrante da Chapa Ferramenta, que desistiu antes das eleições, por pressão de sua chefia na Usiminas	27.07.13	00:58:10
46. José Bento Menezes	Ex-vigilante terceirizado da Usiminas e testemunha do Massacre de Ipatinga	14.07.12	00:37:49
47. José Deusdedith Chaves (Serrinha)	Ex-operário da Usiminas e um dos líderes do movimento de outubro de 1963-64 em	10.07.12	01:52:38

		Ipatinga		
48.	José Deusdedith Chaves (Serrinha)	<i>Sursum</i>	08.01.13	01:58:52
49.	José Elias Pessotti	Ex-integrante da Chapa Ferramenta, que desistiu antes das eleições, por pressão de sua chefia na Usiminas	19.07.13	01:58:31
50.	José Francisco de Oliveira	Sargento da PM e escrivão de polícia em Ipatinga em 1963	22.01.13	01:40:00
	José Francisco de Oliveira	<i>Sursum</i>	24.01.13	01:28:42
51.	José Geraldo de Oliveira Capelinha	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	11.10.12	00:44:07
52.	José Gonçalves Ribeiro	Militante do PT em Ipatinga e ex-presidente do Metasita	11.07.12	00:52:49
53.	José Horta de Carvalho	Candidato a vice-presidente da Chapa Ferramenta, ativista católico, ligado à Casa do Trabalhador e ex-vereador em Coronel Fabriciano	02.07.12	00:23:33
54.	José Horta de Carvalho	<i>Sursum</i>	05.07.12	02:01:31
55.	José Horta de Carvalho	<i>Sursum</i>	09.01.13	02:15:29
56.	José Horta de Carvalho	<i>Sursum</i>	30.05.13	04:11:21
57.	José Horta de Carvalho	<i>Sursum</i>	20.07.13	00:58:46
58.	José Martins da Silva	Ex-operário da Usiminas	07.10.12	00:19:22
59.	Leonardo Monteiro	<i>Sursum</i>	01.12.12	01:34:39
60.	Lino Pereira Rodrigues (59)	Dirigente do PT de Ipatinga no início dos anos 80	13.07.12	00:52:54
61.	Lourdes Paiola Pereira da Silva	Ex-freira e uma das principais lideranças católicas envolvidas com o Movimento Ferramenta	13.07.12	01:41:32
62.	Luiz Carlos do Carmo	Ex-integrante da Chapa Ferramenta e aliado de primeira hora Chico Ferramenta	24.07.13	01:54:26
63.	Luiz Carlos Miranda de Faria	Candidato a presidente da Chapa Liberdade e Participação, que venceu a Chapa Ferramenta nas eleições para a diretoria do Sindica em 1985	08.10.12	00:21:28

64. Marcelo Freitas	Jornalista e autor de diversas reportagens e dissertação de mestrado sobre o Massacre de Ipatinga	s/d	00:30:00
65. Marcos Penna Sattamini de Arruda	Marcos Arruda, economista e educador, coordenador do PACS - Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul –, ex-liderança do PT Nacional, um dos autores do programa econômico da primeira candidatura de Lula à Presidência da República e liderança intelectual do Movimento Ferramenta.	12.06.13	01:48:02
66. Maria Aparecida Silva de Amaral (Piúde)	Viúva de Samuel Cirino da Silva, ex-integrante da Chapa Ferramenta	02.10.12	00:31:34
67. Marilene A. Ramalho Tuler	Historiadora e autora de dissertação sobre o Massacre de Ipatinga	08.10.12	01:23:35
68. Maura Gerbi Veiga	Militante do PT e de movimentos sociais em Ipatinga	24.01.14	01:37:01
69. Maurilho Thomaz	<i>Sursum</i>	01.12.12	00:29:44
70. Moisés Arimatéia Matos	Professor universitário e pesquisador do movimento operário em Ipatinga	10.10.12	00:35:18
71.	Oswaldo Terezinha Santana	23.07.13	00:52:39
	Hugo B. Alves		
72. Paulo Vieira Albrigo (70)	Ex-integrante da Chapa Ferramenta	13.07.12	00:59:30
73. Pedro Mota Sobrinho (Uia)	Ex-operário da Usiminas e testemunha do Massacre de Ipatinga	24.01.14	01:28:29
74.	Pedro Mota Sobrinho (Uia)	26.01.14	00:58:57
	Himilcon Demartin		
75. Raimundo Serrinha Pereira Chaves	Ex-funcionário de empreiteira da Usiminas e proprietário-fundador do Jornal dos Bairros, que circula no Vale do Aço	10.10.12	02:51:16
76. Regina Coeli de Oliveira	Liderança da Casa do Trabalhador	01.05.13	01:33:51
Robinson Ayres Pimenta	Ex-secretário de Administração e ex-secretário de Educação, Cultura, Esporte e	24.01.14	02:13:27

		Lazer de Ipatinga; ex-secretário de Cultura de Timóteo, militante do PT e liderança intelectual do movimento dos trabalhadores no Vale do Aço		
78.	Rossi Nascimento	Filho de José Isabel do Nascimento, fotógrafo morto no Massacre de Ipatinga	11.10.12	01:17:26
	Rhonilson Nascimento	Filho de José Isabel do Nascimento, fotógrafo morto no Massacre de Ipatinga		
79.	Tertuliano Ferreira dos Santos	Uma das principais lideranças do movimento dos trabalhadores em 1963/64 em Ipatinga	30.05.13	01:45:44
80.	J.	Engenheiro da Usiminas que pediu para não ser identificado.	25.01.13	1:20:23
TOTAL				<b>104:16:22</b>

## **FONTES DOCUMENTAIS<sup>160</sup>**

*Jornais (edições de outubro e novembro de 1963 e de março e abril de 1964)*

Correio da Manhã.

Correio de Minas.

Diário da Tarde.

Estado de Minas.

O Globo.

Última Hora.

Jornal do Brasil.

Tribuna da Imprensa.

Folha de Minas.

Folha de S. Paulo.

Estado de S. Paulo.

Correio Braziliense.

### *Outros jornais*

O Binômio 7 out. 1963, 18 nov. 1963 e 26 nov. 1963.

O Outro Lado, 16-24 mai. 1993; 4-18 jul. 1993.

Estado de Minas (abril de 1985)

O Globo (abril de 1985)

### *Revistas*

Ipatinga Ano 2000.

Istoé, 29 abr. 1998.

Sindipa 40 Anos.

Vale do Aço 2000 – Um século de história.

O Cruzeiro, 2 nov. 1963 e 23 nov. 1963.

Veja, 14 dez. 1988.

---

<sup>160</sup> Peças de inquérito, de processo judicial e dossiê sigiloso foram citados na seção Referências Bibliográficas. Além dos documentos aqui relacionados, foram consultados milhares de outros, de acervos pessoais, do Metasita, da Atamig e dos pesquisadores entrevistados.

## Relação de siglas e abreviaturas

<b>ACESITA</b>	Companhia Aços Especiais Itabira - atual <i>Aperam South America</i>
<b>ACMinas</b>	Associação Comercial de Minas Gerais
<b>AI-5</b>	Ato Institucional nº 5
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>ATAMIG</b>	Associação dos Trabalhadores Anistiados de Minas Gerais
<b>BASR</b>	<i>Bureau of Applied Social Research</i> (Escritório de Pesquisa Social Aplicada, ligado à Universidade de Colúmbia)
<b>BNDE</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
<b>CAF</b>	Companhia Agrícola Florestal
<b>CBMS</b>	Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S.A.
<b>CEB</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>CEMIG</b>	Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.
<b>CEO</b>	<i>Chief Executive Officer</i>
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>CGT</b>	Central Geral dos Trabalhadores
<b>CIA</b>	Companhia
<b>CLT</b>	Consolidação das Leis do Trabalho
<b>CMN</b>	Companhia de Mineração Novalimense
<b>CNV</b>	Comissão Nacional da Verdade
<b>CONCLAT</b>	Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras
<b>CONVAP</b>	Construtora Vale do Piracicaba
<b>COO</b>	<i>Chief Operating Officer</i>
<b>COSIPA</b>	Companhia Siderúrgica Paulista
<b>CPI</b>	Comissão Parlamentar de Inquérito
<b>CSN</b>	Companhia Siderúrgica Nacional
<b>CTP</b>	Companhia de Tecidos Paulista
<b>CUT</b>	Central Única dos Trabalhadores

<b>CVRD</b>	Companhia Vale do Rio Doce
<b>DNA</b>	<i>Deoxyribonucleic acid</i> (ácido desoxirribonucleico) <sup>161</sup>
<b>DNPM</b>	Departamento Nacional de Produção Mineral
<b>DOP</b>	Delegacia da Ordem Pública
<b>DOPS</b>	Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais
<b>EFCB</b>	Estrada de Ferro Central do Brasil
<b>EFVM</b>	Estrada de Ferro Vitória a Minas
<b>EPLAN</b>	Escritório Associado de Planejamento
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FAO</b>	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i> (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura)
<b>FECOMÉRCIO-MG</b>	Federação do Comércio de Minas Gerais
<b>FGTS</b>	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
<b>FIEMG</b>	Federação das Indústrias de Minas Gerais
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>INPC</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>JANGO</b>	João Goulart
<b>JK</b>	Juscelino Kubitschek
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro
<b>MERCOSUL</b>	Mercado Comum do Sul
<b>METASITA</b>	Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Timóteo e Coronel Fabriciano
<b>MG</b>	Minas Gerais
<b>MR8</b>	Movimento Revolucionário 8 de Outubro

<sup>161</sup> Sigla utilizada em sentido figurativo de natureza intrínseca de alguma coisa.

<b>OCIAA</b>	<i>Office of the Coordinator of Inter-American Affairs</i> (Escritório do Coordenador de Negócios Interamericanos)
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PACS</b>	Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul
<b>PAEG</b>	Programa de Ação Econômica do Governo
<b>PCB</b>	Partido Comunista Brasileiro
<b>PDS</b>	Partido Democrático Social
<b>PE</b>	Pernambuco
<b>PETROBRAS</b>	Petróleo brasileiro
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PLAA</b>	<i>Poor Law Amendment Act</i> (Ato de Emendamento à Lei dos Pobres)
<b>PMDB</b>	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
<b>PMMG</b>	Polícia Militar de Minas Gerais
<b>PNB</b>	Produto Nacional Bruto
<b>PNL</b>	Produto Nacional Líquido
<b>PO</b>	Pastoral Operária
<b>PUC-MG</b>	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>PSDB</b>	Partido da Social Democracia Brasileira
<b>PSP</b>	Partido Social Progressista
<b>PT</b>	Partido dos Trabalhadores
<b>PTB</b>	Partido Trabalhista Brasileiro
<b>P2</b>	Policiais a Paisana (denominação do serviço secreto de polícia militar)
<b>RCM</b>	Regimento de Cavalaria de Minas
<b>RFA</b>	República Federal da Alemanha
<b>SAMDU</b>	Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência
<b>SAPS</b>	Serviço de Alimentação da Previdência Social

<b>SGMB</b>	Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil
<b>SINDERBASE</b>	Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos
<b>SINDIPA</b>	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Siderúrgicas, Metalúrgicas, Mecânicas, de Material Elétrico, Material Eletrônico e de Informática
<b>SINTICEL/BO-GV</b>	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça de Belo Oriente e Governador Valadares
<b>SME</b>	Sociedade Mineira de Engenheiros
<b>SNI</b>	Serviço Nacional de Informações
<b>STF</b>	Supremo Tribunal Federal
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>UFU</b>	Universidade Federal de Uberlândia
<b>UNE</b>	União Nacional dos Estudantes
<b>USS</b>	Universidade Severino Sombra
<b>URSS</b>	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
<b>USIMEC</b>	Usiminas Mecânica
<b>USIMINAS</b>	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais